



Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo

Edição Comemorativa dos 150 Anos

Pedro de Merelim
Assunção Melo
João Dias Afonso







MEMÓRIA HISTÓRICA DA EDIFICAÇÃO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE ANGRA DO HEROÍSMO

*Edição comemorativa dos 150 anos da construção
dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*

Textos

Pedro de Merelim

Assunção Melo

João Dias Afonso

Coordenação

Assunção Melo

Prefácio

João Maria Mendes

Posfácio

Jácome de Bruges Bettencourt





Ex-libris da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (Ruy Palhé, 1994)

EDIÇÃO E INICIATIVA Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

TEXTOS Pedro de Merelim
Assunção Melo
João Dias Afonso

COORDENAÇÃO Assunção Melo

IMAGENS Digitalizadas dos livros das edições compiladas - Assunção Melo
Digitalizações Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
Digitalizações Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo
Museu de Angra do Heroísmo
Paulo Mendonça
Nestor Borrvalho - Coleção Carlos Enes

DESIGN EDITORIAL Rúben Quadros Ramos

ILUSTRAÇÃO DA CAPA Desenho de Paulo Mendonça
FOTOGRAFIA DA CONTRACAPA Paulo Mendonça, Candelabro de Prata Lavrada de Quatro Lumes
(1849-1849), CMAH 2395 - p. 431

IMPRESSÃO Nova Gráfica, Lda.

CORREÇÃO Jorge Forjaz & José Avelino Santos (genealogia e lista de presidentes)
João Diogo Nunes
Jácome de Bruges Bettencourt (cronologia)
Silvana Correia

DEPÓSITO LEGAL 405886/16

ISBN 978-972-9135-23-1

TIRAGEM 500 exemplares

COPYRIGHT Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
2016 © Todos os direitos reservados.

Praça Velha, 9701-857
295 401 700
www.cmah.pt
angra@cmah.pt
facebook.com/cmangradoheroismo







*Muito Nobre,
Leal e Sempre
Constante
Cidade de Angra
do Heroísmo*

Carta régia da rainha D. Maria II de 12 de janeiro de 1837

Índice de conteúdos

Apresentação	19
Prefácio	20
Constituição heráldica das armas, bandeira e selo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	24
Heráldica histórica	25
Heráldica atual	26
Logótipos e simbólica heráldica	29
Cartas régias	30
Da Cidade de Angra...	31
... do Heroísmo	32
Títulos da Cidade de Angra	34
Cronologia	36
Neoclássico: estilo da res publica	60
O Neoclássico	63
O arquiteto e o edifício	65
«Angra», a Atena Angrense	71
150 anos a olhar Angra	73
Ode à «Angra» por José Augusto Cabral de Mello	73
Auto de lançamento da pedra fundamental	76
Identidade e memória	78
Pedro de Merelim	80
João Dias Afonso	80
Pedro de Merelim: <i>Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo</i>	82
Compilação das edições de 1966, 1972 e 1984	
Apresentação	86

A Cimeira Atlântica	87
I	88
O sino de correr ou de recolher	90
Transferência da cadeia para o extinto mosteiro das Capuchas	91
A feira dos porcos	92
II	94
O custo do projecto	94
A mudança da Câmara para o «Corpo da Guarda»	95
Onde pára o sino?	96
Os preliminares da obra	97
III	99
Supressão da travessa que ligava a rua do Galo à da Garoupinha	102
O lançamento da pedra fundamental	103
O discurso do presidente	103
O auto	105
IV	107
Alterado o projecto	107
Proposta para instalar no edifício um teatro, assembleia e filarmónica	108
Paragem dos trabalhos	109
Comprometida a realização da obra	110
Renovando o contracto de arrendamento da casa da rua do Palácio	112
Até que	113
V	114
Ainda outra proposta	115
Nova mudança da sede do Paço do Concelho	116
A guerra interna da América afecta o curso dos trabalhos	117
VI	119
O projecto sofre ligeiras modificações	120
Acréscimos no montante de 1.789\$584 réis	121
O dinheiro estimado para o coreto foi aplicado em mobiliário	122

VII	124
A instalação dos serviços no novo paço	125
Demora na arrumação de contas	126
Os anos passam e a situação mantém-se	128
A entrega definitiva do paço efectivou-se em 1879	128
VIII	132
A fonte ornamental	132
Rivalidade partidária	133
Outro monumento em perspectiva se gorou	135
Inauguração e apeamento do fontanário	135
IX	137
Bandeiras reais	139
Bustos	139
Outros	141
As chaves das antigas portas da cidade ou do castelo?	142
Notas finais	144
Anexos	146
Ermida de Santos Cosme e Damião, Santos Cosmes e Nossa Senhora da Saúde	147
O jardim Duque da Terceira	150
Notas e efemérides	153
Os festejos na Praça e votos da Câmara	162
Auto do lançamento da primeira pedra do monumento comemorativo da visita régia	166
Pelourinho	167
Transportes	169
Águas	172
A capela dos pretos	175
Procissões	177
A história repete-se...	179
O lazareto	182
Pregaria alta nos rodados dos carros de bois	184
Cemitérios	186
Teatro Angrense	188
O relógio da Sé	190
A intervenção da edilidade na vida dos correios	192
Galeria de honra	193
Depois do «25 de Abril»	196
Quebra dos escudos	197

Subida ao trono de Sua Majestade El-Rei D. Pedro V, cognominado de «Esperançoso»	201
Auto de aclamação de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Luiz I	204
Auto de aclamação de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I	205
Auto de aclamação de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II	206
Auto de proclamação da República Portuguesa	207
O corpo de municipais durou vinte anos	208
Inauguração da estátua de Álvaro Martins Homem	211
Sismo de oitenta	212
Angra era vila – tornou-se cidade	219
Criação da Diocese dos Açores – bula do papa Paulo III	220
Aliança fraternal Angra – Tulare	234
Estampas	238
<i>Os Paços do Concelho de Angra do Heroísmo de 1980 a 2015, Assunção Melo</i>	264
O terramoto de 1980, provação, renovação e continuidade	266
Os danos nos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo	276
Restauro dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo (1980–2015)	280
Consolidação e restauro	282
Decoração	294
Novas tecnologias	302
Intervenção de conservação e restauro	310
Fotobiografia de eventos solenes nos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo	316
Introdução	317
Visita régia, 1901	318
Jogos Florais	332
Óscar Carmona, 1941	336
Craveiro Lopes, 1957	343
Américo Thomaz, 1962	354
Marcello Caetano, 1971	363
Ramalho Eanes, 1980	367
Reinauguração dos Paços do Concelho, 1985	370
Mário Soares, 1989	371
Jorge Sampaio, 2003 e 2005	376
Cavaco Silva, 2011	379

Património móvel e integrado de interesse público: desvendar tesouros	382
Artes plásticas	385
Retrato de D. Maria II	386
Retrato de D. Pedro V	400
Retrato de D. Carlos I	402
Retrato de Teotónio de Ornelas Bruges, 1.º conde da Praia da Vitória	404
Retrato de Jácome de Ornelas Bruges	406
Retrato de José Maria Sieuve de Meneses, 1.º conde de Sieuve de Meneses	408
Busto de D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal	410
Busto do Infante D. Henrique	414
Busto da « <i>República Portuguesa</i> »	416
Escultura « <i>Angra do Heroísmo</i> »	418
Artes decorativas e mobiliário	420
Campainha em prata dourada	422
Candelabro de prata de quatro lumes	424
Pote de faiança brasonado	428
Mesa de pau-santo	430
Mesa bufete de pau-santo	432
Mesa bufete	434
Piano de cauda	436
Plano de relevo da ilha Terceira	438
Conjunto de três vitrais brasonados	440
Candeeiro de escada de quatro lumes	444
Bração do tecto do Salão Nobre	448
Lustre de cristal de 16 lumes	450
Cadeira de pau-santo em couro gravado	452
Bancada brasonada com estrado em pau-santo	454
Pesos e medidas de capacidade	460
Coleção de pesos padrão de bronze	462
Medida de capacidade padrão	464
Simbólica autárquica	466
Pedra de Armas	468
Carta Régia	470
Chaves douradas do Castelo de São João Baptista	472
Estandarte liberal	472
Bandeira do Município	478
Conjunto de varas do Juiz Ordinário e dos Procuradores	480

<i>A Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo</i>	482
<i>Apontamentos históricos dos seus 75 anos, Rebuscos sobre outras bibliotecas – João Afonso</i>	
Sobre bibliotecas criadas após a extinção dos conventos	488
Do Gabinete de leitura (1837) à Biblioteca Municipal (1871)	490
Da fundação até à inauguração da Biblioteca Municipal	494
A instalação e organização da Biblioteca Municipal	499
Disposições regulamentares da Biblioteca Municipal	500
A inauguração da Biblioteca	506
Auto da entrega da Biblioteca ao bibliotecário respectivo	509
Os primeiros leitores, obras consultadas, etc.	510
Biblioteca « <i>Silvestre Ribeiro</i> » na Praia da Vitória	512
As bibliotecas angrenses cerca de 1890	513
O 1.º Bibliotecário: João Francisco de Oliveira Bastos	514
Uma oferta de Mendo Bem	515
Pela ampliação das instalações da Biblioteca	518
Remodelação da Biblioteca	519
Novas instalações	522
Enriquecimento e ressurgimento	524
A existência da Biblioteca	526
Exposições bibliográficas e de arte	526
Addenda	526
Serventuários da Biblioteca	527
Obras consultadas	528
Anexos	530
Presidentes da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	532
Auto de transferência dos presos dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo para o Convento das Capuchas	538
Projeto das dependências dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo pelo arquiteto Norberto Corrêa	542
Apólice de seguro dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo de 1919	547
Apólice de seguro dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo de 1920	551
Apólice de seguro dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo de 1923	553
Deliberação n.º 359/CMAH/2015	555
Posfácio	558
Bibliografia	560
Agradecimentos	563
Nota Biográfica da Coordenadora	566



Apresentação

Esta edição comemorativa dos 150 anos do edifício municipal de Angra do Heroísmo é uma reunião de vários textos que se consideraram importantes para a compreensão da vida da edilidade.

O prefácio de João Maria Mendes e o posfácio de Jácome de Bruges Bettencourt iniciam e finalizam a presente obra.

Optou-se por incluir a constituição heráldica, as cartas régias que consagraram Angra a cidade, bem como os títulos de que foi merecedora ao longo da sua história.

No início, uma cronologia dos principais acontecimentos ligados à cidade de Angra do Heroísmo e ao edifício em questão. Segue-se um breve texto explicativo do estilo Neoclássico.

A partir da página 82 entra a compilação das três edições dos livros de Pedro de Merelim e, cujo título, empresta a esta obra e que terminam, precisamente, no terramoto de 1980. A partir dessa data é feita a investigação que dá origem ao texto seguinte acerca do terramoto, dos danos causados no edifício e todo o processo de conservação e restauro observado até ao ano de 2015, dando assim continuidade aos escritos de Pedro de Merelim.

Optou-se, também, por incluir um breve historial fotobiográfico dos eventos mais significativos que ocorreram, sobretudo, no Salão Nobre.

O presente livro inclui 33 fichas de inventário relativas às peças de maior valor histórico, artístico e patrimonial que são pertença desta Câmara.

A completar o livro reproduz-se o texto de 1954 de autoria de João Afonso sobre a Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo.

A finalizar, uma lista de “Presidentes” da Câmara deste município, tendo contribuído para o enriquecimento deste trabalho o Dr. Jorge Forjaz, para os casos referentes à genealogia, para a correção dos nomes e, para o complemento da mesma, para os casos relacionados a um período da monarquia, o Dr. José Avelino Santos.

Para o capítulo de anexos optou-se por incluir documentação fac-símile, bem como outros textos que se julgaram pertinentes.

Foi para mim uma honra coordenar este livro, sobretudo pelo voto de confiança de figurar ao lado de dois grandes nomes da investigação em prol do conhecimento dos Açores: Pedro de Merelim e João Dias Afonso.

Assunção Melo

Prefácio

No ano de 1966 Pedro de Merelim lançava um pequeno livro intitulado *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, o qual consubstanciava uma série de artigos que havia publicado no centenário, infelizmente extinto, jornal diário da diocese de Angra *A União*.

Tratava-se de celebrar o 1.º centenário da edificação do «*Palácio Municipal de Angra*», como o próprio o intitulou nos seus artigos, que decorria naquele ano de 1966, deliberando a edilidade de então, presidida pelo Dr. Francisco Moniz de Oliveira, mandar imprimir os artigos de Pedro de Merelim dispersos no periódico angrense.

Na nota de «*Apresentação*» dessa que se tornaria a 1.ª edição (dado que, passados poucos anos surgiriam mais duas edições), é referido que, para além de celebrar a efeméride centenária,

a compilação dos artigos de Pedro de Merelim tinha como objectivo homenagear os «*Camaristas que, vencendo mil dificuldades sobretudo de ordem financeira, dotaram a cidade com o edifício público mais notável e grandioso do Arquipélago dos Açores*».

Deve-se, portanto, a Pedro de Merelim, esta laboriosa e persistente investigação na documentação camarária, bem como noutros acervos documentais, que hoje nos permite conhecer as contingências, dificuldades, mas também uma vontade persistente dos nossos Camaristas da segunda metade do século XIX em levar a cabo a construção dos novos Paços do Concelho.

A impressão desta primeira edição foi feita na União Gráfica Angrense, no ano de 1966.

Tal foi o êxito deste livro que a Câmara Municipal de Angra deliberou a 16 de

setembro de 1970 reeditar a obra de Pedro Merelim, o que veio a acontecer passados dois anos, em 1972, impressa na Tipografia Minerva Comercial, uma das várias gráficas que laboravam nesta cidade de Angra, no Largo Prior do Crato, em frente à Igreja do Colégio, e que entretanto se extinguiu como tantas outras, deixando um vazio que levou à quase inexistência, nos nossos dias, de editores tipográficos locais.

Ocorrendo no ano de 1984 a dupla comemoração dos 450 anos da elevação de Angra a cidade e da erecção da Diocese, novamente a Câmara de Angra, então presidida por um Presidente eleito democraticamente, o Prof. Leopoldino Tavares, resolve mandar imprimir uma 3.^a edição da *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo* para assinalar aquelas efemérides. Acresce ainda o facto relevante de Pedro de Merelim incluir novos documentos e novos artigos, entre os quais, os referentes ao terrível sismo do primeiro dia do ano de 1980 e das suas indeléveis marcas sociológicas e patrimoniais na vida dos terceirenses em geral e dos angrenses em particular. Desta vez, a 3.^a edição da obra de Pedro de Merelim já não é impressa em Angra mas sim, talvez por meras circunstâncias orçamentais, na sede do concelho da sua naturalidade, a cidade de Braga, nas Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier entre 20 de Janeiro e 27 de Março de 1984. Contrariamente ao que indicia o título da obra de Pedro de Merelim, esta não se restringe apenas ao relato histórico das decisões camarárias em construir um novo edifício (diga-se, em abono da verdade, à custa da demolição dos anteriores Paços do Concelho,

decisão essa que hoje, provavelmente, seria impensável), das gravíssimas dificuldades que foi a sua construção dilatada por várias décadas até à inauguração do «*Palácio Municipal de Angra*», mas inclui diversos outros artigos, sobretudo na 3.^a edição, sobre variadíssimos temas angrenses de relevante interesse.

Pedro de Merelim (natural da freguesia de Merelim e Paróquia de S. Pedro, no concelho de Braga), pseudónimo de Joaquim Gomes da Silva, com o qual assinou, na quase totalidade, os seus livros e uma miríade de artigos em jornais e revistas de todo o País (usou ainda os pseudónimos de Carlos Alfaia, Rui Marco e Paulo Manuel), foi um autodidata notável pelo seu persistente e afincado amor à investigação histórica. Tendo enveredado pela vida militar, acabou colocado no Castelo de São João Baptista do Monte Brasil, tornando-se, de *motu* próprio, cidadão angrense de pleno direito sem homenagens, distinções ou títulos meramente honoríficos que, infelizmente, nunca lhe foram prestados embora os merecesse.

Autodidata, soube ultrapassar de cabeça erguida a falta de títulos académicos e, por vezes, o ostracismo a que foi relegado pelas instituições e pelos seus contemporâneos. Mesmo assim, ainda chegou a ser eleito sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira sendo-lhe negada, posteriormente, a efectividade de associado.

Se, por um lado, usava um estilo literário muito próprio, se os seus escritos históricos não seguiam os rigores de uma metodologia científica imposta pelas academias, por outro, não se pode negar, que desde sempre as suas

obras foram consultadas veladamente por historiadores e investigadores «*rígorosos*» que declinavam citar os trabalhos publicados de Pedro de Merelim vá lá saber-se porquê. O certo é que ninguém contestou até hoje a substância da obra, ficando-se as críticas apenas pela aparência da forma.

Assim, foi para mim, que conheci pessoalmente Pedro de Merelim e sempre por ele tive a maior consideração, uma grata notícia saber que a actual Presidência da Câmara Municipal de Angra do Prof. Doutor José Gabriel do Álamo de Meneses e a sua Vereação tinham deliberado republicar a *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, não propriamente numa 4.^a edição, mas integrada numa vasta compilação de textos referentes aos Paços do Concelho e a muita da actividade da Senhora Câmara em diversos sectores, bem como uma transcrição de documentação referentes aos seus faustos históricos e relacionamento institucional.

Igualmente, merece referência, a inclusão, nesta presente edição, de um artigo de outro distinto e ilustre anorense, João Afonso, literato de renome e sócio honorário do Instituto Histórico da Ilha Terceira, intitulado *A Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo – Apontamentos históricos dos seus 75 anos – Rebuscos sobre outras bibliotecas*, editado em Angra no ano de 1954.

Refira-se que João Afonso, a quem igualmente conheci e que me merecia a maior estima e consideração, foi um dos grandes impulsionadores do movimento das cidades-irmãs tendo concretizado a primeira geminação de Angra com outra cidade, a cidade de Tulare na Califórnia.

Resta-me evidenciar o primoroso trabalho de compilação, investigação, coordenação e textos da Assunção Melo, que há muitos anos conheço e aprecio, dando lugar a um valioso livro que, embora leve como título parte do texto original de Pedro de Merelim nas suas três edições, mas que se posiciona como uma obra autónoma de grande interesse para o Município Angrense.

*João Maria Mendes
Presidente do Instituto Histórico
da Ilha Terceira*



Constituição heráldica das armas, bandeira e selo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo



Heráldica histórica

Ao longo dos séculos, o Município de Angra utilizou diferentes heráldicas. O escudo municipal inicial será, provavelmente, o que consta do brasão pintado na ante-capa das «caixas mais importantes desta Câmara de Angra», contendo documentos de 21 de Agosto de 1534 a 10 de Outubro de 1656, que mais não é do que uma variante das armas reais. Em 1584, a Câmara de Angra usava um selo circular de 43 mm de diâmetro, tendo no centro uma cruz, com a Ordem de Cristo e na orla «*Da cidade d'Angra*».

Como foi comum a vários municípios açoriananos, a Câmara de Angra adotou como símbolo heráldico uma cruz de Cristo que assume a forma de cruz latina ladeada por dois açores de sua cor, voltados um para o outro, pousados junto à base da cruz, um de cada lado. Uma variante dessa heráldica apresentava os açores voantes em vez de pousados. Essas armas estão representadas num dos vitrais que ornamentam a escadaria principal dos Paços do Concelho.

Por carta régia de 12 de janeiro de 1837, a cidade de Angra, para além de ver alterado o seu nome, recebeu nova heráldica, semelhante àquela que hoje usa. Essa heráldica mateve-se em uso durante todo o período da Monarquia Constitucional e da Primeira República, estando presente em diversos locais dos Paços do Concelho e em alguns outros edifícios municipais.

Pela Portaria n.º 9395, de 7 de dezembro de 1939, do Ministro do Interior Mário Pais de Sousa, «*atendendo ao que foi solicitado pela Câmara Municipal do Concelho de Angra do Heroísmo*», foi alterada a constituição heráldica das armas, bandeira e selo do município, estabelecendo-se como armas a cruz de Cristo com os dois açores anteriores a 1837. Contudo, esta heráldica não chegou a ter aplicação prática, já que, pela Portaria n.º 9525, de 14 de maio de 1940, novamente «*atendendo ao que foi solicitado pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*», a constituição heráldica das armas, bandeira e selo do Município foram novamente alteradas.



Brasão pintado na ante-capa das «caixas mais importantes desta Câmara de Angra - 21 de Agosto de 1534/10 de Outubro de 1656», 1.º vol., 470 páginas manuscritas.



Armas usadas antes de 1837 (pormenor de um dos vitrais da escadaria principal dos Paços do Concelho).



Armas usadas pelo Município entre 1837 e 1940 (Ignacio de Vilhena Barbosa, *As cidades e villas da Monarchia portugueza que teem brasão d'armas*, pp. 38-41, 1860.

O novo armorial, que vigoraria até 21 de agosto de 2013, tinha a seguinte composição:

Armas

Escudo de prata com um castelo de vermelho aberto e iluminado de ouro, assente num contra-chefe de quatro faixas, duas de verde e duas de prata. Em chefe um açor da sua cor, voante, tendo nas garras uma quina de Portugal. Coroa mural de prata de cinco torres. O escudo acompanhado lateralmente e no pé pelo colar da Ordem da Torre e Espada. Listel branco com os dizeres «*Cidade de Angra do Heroísmo*» de negro.

Bandeira

Quarteada de quatro peças de amarelo e quatro de vermelho. Cordões e borlas de ouro e de vermelho. Haste e lança douradas.

Selo

Circular, tendo ao centro as peças das armas, sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres «*Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*».



Armas utilizadas pelo Município entre 14 de maio de 1940 e 21 de agosto de 2013. As cores vermelho e ouro foram amplamente utilizadas na decoração da cidade e adotadas por múltiplas instituições do concelho.

Esta simbologia, padronizada para o estilo usada pelo Estado Novo, relevava o Castelo de São João Baptista e evocava o passado portuário da cidade. Era também alterada a cor da bandeira para vermelho e ouro, por dedução das cores do castelo.

Em 21 de agosto de 2013, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo recuperou os símbolos heráldicos que foram atribuídos por decreto real, e tiveram em uso de 1837 a 1939, bem como as cores da bandeira daquele período.

Heráldica atual

As primeiras armas conhecidas do Município de Angra eram constituídas por um campo de prata, a cruz da Ordem de Cristo com dois açores de sua cor voltados um para o outro e pousados, um em cada lado, na base da cruz. Estas armas eram usadas

no selo municipal e na bandeira, de sua cor e resultava da mera assunção das mesmas pelo município, desde tempos imemoriais.

Em consequência do empenhamento da cidade e da sua população no conflito que abriu as portas do país a um regime liberal, constitucional e democrático, a Rainha D. Maria II, por Carta Régia de 12 de janeiro de 1837, ordenou que a Cidade de Angra da ilha Terceira se denominasse daí em diante «*Cidade de Angra do Heroísmo*» e que, ao título de «*Muito Nobre e Leal*», que já tinha, se acrescentasse o de «*Sempre Constante*».

A partir dessa altura, as armas passaram a ser compostas por um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel, em campo vermelho, um braço de prata armado com uma espada na mão; no segundo quartel, em campo de prata, um aço de sua cor, e assim os contrários; sobre tudo, um escudete com as quinas de Portugal; em remate, uma coroa mural; por timbre, o braço armado das armas; em roda do escudo, uma fita azul-ferrete, saindo da parte inferior da coroa com as letras de ouro, «*Valor, Lealdade e Mérito*», tendo pendente a insígnia da grã-cruz da Ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito. Em consequência, passou o Município a usar os novos símbolos heráldicos, ainda hoje patentes no atual edifício da Câmara Municipal, inaugurado em 1866.



Brasão de armas adotado em 21 de agosto de 2013.

Em 1881, instada pelo governador civil a fazer registar as suas armas no Cartório da Nobreza, a Câmara limitou-se a enviar uma memória ilustrada sobre os seus usos heráldicos, sem abrir qualquer processo de registo, por já haver beneficiado daquele Decreto de 1837 que lhe concedia as armas que tinha em uso.

A 14 de maio de 1940, o Município de Angra do Heroísmo recebeu novos símbolos heráldicos, ao estilo usado pelo Estado Novo, colocando fim a cem anos de vigência das armas que em 2013 se restauraram. Apesar disso, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ostenta ainda hoje, nos seus mais nobres recantos, o sinal da antiga heráldica que sempre foi respeitado, apesar de oficialmente ter sido substituído.

Restaurando as antigas armas liberais, que tão nobremente correspondem a um dos mais exaltantes períodos da história angrense, a Câmara Municipal limitou-se a repor um símbolo de que a cidade de Angra do Heroísmo tanto se orgulha e restabelece a lógica daquele Decreto, que num só documento, concede títulos («*do Heroísmo*» e «*Sempre Constante*»), condecoração (grã-cruz da Torre e Espada, a primeira cidade a recebê-la) e brasão de armas (também a primeira cidade portuguesa à qual foi conferido, por expressa determinação do Chefe de Estado, acontecimento raramente repetido no séc. XIX).

A constituição heráldica das armas, bandeira e selo do Município, adotados em 21 de agosto de 2013, é a que se segue:

Escudo

Esquartelado, I e IV de vermelho, um braço armado de prata empunhando uma espada do mesmo; II e III de prata, a çor de sua cor; em abismo, escudete de prata com cinco escudetes de azul, dispostos em cruz, cada um carregado por cinco besantes de prata; coroa mural de prata de cinco torres aparentes; timbre, o braço armado do escudo; em redor do escudo o colar da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; listel branco, com a legenda a negro: «*Muito Nobre, Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo*».

Bandeira

Gironada de azul e branco. Cordão e borlas de azul e branco. Haste e lança douradas.

Selo

Circular, tendo ao centro a representação do conteúdo do escudo sem indicação dos esmaltes, com a legenda «*Município de Angra do Heroísmo*».



Logótipos e simbólica heráldica

Em 2009,^[3] foi solicitado ao artista plástico Rui Melo a conceção e design de um logótipo da Câmara Municipal para figurar, a par com o brasão da autarquia, em toda a correspondência interna e externa do município. Essa intenção foi dada a conhecimento da edilidade a 16 de abril, sendo que, a partir desse processo, e já no ano de 2010, foram remodeladas as salas de atendimento ao público, quer no rés-do-chão, quer no piso superior. Este logótipo seria mais tarde, no ano de 2014, substituído por outro de autoria do designer e fotógrafo António Araújo.

Assim, é de maio de 2013^[4] que é proposto em reunião de Câmara a restauração dos símbolos heráldicos do município de Angra do Heroísmo. Por proposta do Presidente da Câmara, datada de 30 de maio, foi decidido solicitar à Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses o parecer sobre o restauro dos símbolos heráldicos do Município que vigoraram desde a Carta Régia de 12 de janeiro de 1837 até à Portaria n.º 9395, de 7 de dezembro de 1939. A Câmara Municipal concordou por unanimidade com o proposto.

A justificação da recuperação dos símbolos autárquicos aprofundou-se em razões históricas e com a designação da cidade de Angra «do Heroísmo». Por imposição do Estado Novo, em 1939 Angra adotara nova simbólica de cor vermelha e amarela, que vigorara até então. Segundo os especialistas, esta heráldica concebida por um heraldista que na altura reviu os brasões de todos os municípios, não foi adotado de imediato dada a carência de conteúdo histórico.^[5] Ainda assim, vigorou até 21 de agosto de 2013. A restauração das cores branca e azul foram comumente aceites na edilidade, além do antigo brasão. No entanto algumas vozes discordantes se levantaram na imprensa local, sobre a forma de artigos seriados. No entanto, o brasão adotado no 30.º aniversário de elevação a Património Mundial da Zona Central de Angra do Heroísmo^[6] está presente, sob as mais diversas formas, no edifício dos Paços do Concelho: no brasão esculpido em baixo relevo em pedra, na talha da bancada da Sala das Sessões, no vitral existente no cimo da escadaria, no gesso policromado do centro do teto do Salão Nobre e, finalmente, no frontão triangular da fachada do próprio edifício.

3. Ata n.º 8 de 16 de abril de 2009.

4. Ata n.º 11 de 6 de maio de 2013.

5. Ata n.º 14 de 12 de junho de 2013.

6. Ano de 2013.



Angra do Heroísmo

Logótipo adotado em 2009, da autoria do artista plástico Rui Melo.



Angra do Heroísmo
CÂMARA MUNICIPAL

Logótipo adotado em 2014, de autoria do designer e fotógrafo António Araújo.

Cartas régias



Da Cidade de Angra...

Dom Joham por Graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa Senhor de Guiné, e da conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India &c. Aquantos esta minha carta virem faço saber que vindo eu como na Ilha Terceyra de noso Senhor Jesu Christo a villa d'Amgra he agora tam acrescentada em povoaçam, e asy nobrecyda, noso Senhor seja louvado, homde bem merese ser cydade: avendo a yso respeito e asy aos muytos serviços que dos moradores da dita villa tenho recebydos, asy nos socorrose provimentos que dam a minhas armadas e naos da India, quando ao porto da dita villa vam ter, como em outros serviços em que me sempre servem quanto delles he necessaryo como bons e leaes vasalos que sam; e tendo por muy certo que sendo feita cydade e tendo os privilegios e liberdades que tem as outras cydades de meus Regnos, ainda muito mays nobrecherà per onde eu receberey dos moradores della muytos mais; e querendo a acrescentar asy por os ditos serviços que deles tenho recebydo como pelos que ao diante espero receber, e por lhe fazer graça e merce eu de meu proprio moto, certa cyemcia, poder reall e absoluto, sem elles mo quererem nem outrem por



Retrato de D. João III.
Atribuído a Cristóvão Lopes.

elles, ey por bem de a fazer e per esta faço a dita villa d'Amgra cydade e quero e me praz que daquy em diamte seja cydade e se chame a cydade d'Amgra e lhe dou e concedo todos os privilegios, lyberdades e e premynencias que tem e sam dadas e outorgadas ás outras semelhantes cydades de meus Regnos e os cydadãos della gazaram delles asy e tam inteiramente como tem e gozam os outros mais cydadaos das ditas semelhantes cydades. E porem mamdo aos corregedores que ora sam e aos diante forem das minhas Ilhas dos Açores e a quaesquer outras justiçaçs, officiaes e pesoas a que esta mynha carta for mostrada e o conhecimento della pertemcer, que hajam a dita villa d'Amgra daquy em diante por cydade e asy a nomeem e lhe guardem e façam inteiramente cumprir e guardar todos os privilegios, liberdades, premynencias que sam dadas e outorgadas ás outras semelhantes cydades, por quanto por esta minha carta a faço cydade como dito he, a qual pera mays firmeza lhe mandey dar asynada por mi e asellada do meu sello de chumbo pera a terem por sua guarda.

Fernam da Costa a fez em a cydade d'Evora a XXI dias do mes d'agosto, anno do nacymento de noso Senhor Jesu Christo de myll Bc XXXVIII annos.

A.N.T.T., Carta Régia de 21 de agosto de 1534, Chancelaria de D. João III, Liv. 7, pág. 235v.

Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Muito Nobre, Leal, e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo: Eu A RAINHA vos envio muito Saudar e por vos a todos os leaes habitantes da Ilha Terceira, como aquelles, a quem tanto Devo. Amigos, Desejando que nas lembranças dos vindowros fique memoria da Minha gratidão, assim como perpetuamente ha-de ficar na historia a dos extraordinarios serviços, e sacrificios á MINHA Cauza, e á de toda a Nação PORTUGUEZA, que hé a Santa Cauza da LIBERDADE, e da Civilização, fizerão os leaes habitantes da Ilha Terceira, unico refugio, que em toda a vasta Monarchia Portugueza acharão os poucos leaes, que no meio da defecção de tantos, ahi forão protestar por sua honra, e pela do Povo Portuguez, a qual tão nobremente rehabilitarão depois, levando aos combates, e á victória a flor da mocidade que daquella Ilha, assim na reconquista do Archipelago dos Açores no memoravel Cerco do Porto, como em todos os illustres feitos, que se fizerão até á completa restauração do Reino, por todos estes motivos, e não menos pela heroica firmeza, com que, durante tantos anos, permaneceu inabalável em sua constância, aquelle pequeno rochedo no meio do Oceano, dando hum exemplo de constância, e de tão subida lealdade, como não se recordará nunca igual. E ja que em todo esse tempo foi a cidade d'Angra da referida ilha Terceira a séde do Legitimo Governo, e a Capital do Reino, he devido

que esta mais considerável povoação da sua Ilha, fique padrão do muito que ahi se fez, e de tanto, que ella bem mereceo da Pátria, e do Principe; e Ordenei por tanto, por Decreto da data desta, que a cidade d'Angra da Ilha Terceira seja denominada d'hora em diante = CIDADE DE ANGRA DO HEROÍSMO = e que ao Título de Muito Nobre e Leal, que já tinha a referida Cidade, se accrescente o de Sempre Constante; e bem assim que as Armas da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante Cidade d'Angra do Heroísmo, sejam em vez das que d'antes tinha, hum escudo espartellado, tendo no primeiro quartel, em campo vermelho hum braço de prata armado, com hua espada na mão; no segundo quartel em Campo de prata hum Açôr de sua côr, e assim os contrarios; e sobre tudo hum Escudete com as Quinas de Portugal, e em remate hua Coroa mural; e por Tymbre o braço armado das Armas; em roda do escudo hua fita azul-ferrete, saindo da parte inferior da Corôa com a tenção em letras de ouro = VALOR, LEALDADE, E MERITO, = tendo pendente a insignia de GRÃO-CRUZ da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade, e Merito. O que Me pareceo participarvos para vossa intelligencia, e satisfação.

Escrepta no Palácio das Necessidades, em doze de janeiro de mil oitocentos e trinta e sete. = RAINHA = Manuel da Silva Passos = Para o Presidente, e Vereadores da Camara Municipal da Muito Nobre, Leal, e Sempre Constante Cidade d'Angra do Heroísmo.

Títulos da Cidade de Angra



Colar da grã-cruz da Torre e Espada, existente no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

1582 | *Capital do Reino de Portugal*

D. António Prior do Crato, depois do impedimento de desembarque da Armada de Filipe II na Baía da Salga, é aclamado em Angra, Rei de Portugal.

1643 | «*Sempre Leal Cidade*»

Galardoando os notáveis e ilustres feitos que levaram à rendição do Castelo de São Filipe, por Alvará de 1 de abril de 1643, o rei D. João IV: «*Hey por bem de conceder a dita Cidade d'Angra, que se possa nomear, e tenha o titulo de Sempre Leal Cidade bello hauer assim merecido por sua muita lealdade com seos príncipes naturais; e quanto ao asento de Cortes ja nellas foi asinado*». Passou a gozar do privilégio de assento no primeiro banco das Cortes, com os grandes do reino.

1828 | *Capital da Província dos Açores*

Decreto de 28 de Outubro que declara Angra a Capital da Província dos Açores: “*Tendo sido esta cidade condecorada com o titulo de «muito nobre e sempre leal cidade de Angra», pelos feitos heroicos praticados por seus fieis habitantes na restauração de Portugal em 1641, e tendo outrosim estas ilhas sido declaradas adjacentes ao reino de Portugal por alvará de 26 de Fevereiro de 1771, e ultimamente contempladas como província do reino (§. 1.º, artigo 2.º, titulo I da carta constitucional): ha por bem esta junta provisoria, encarregada de manter a legitima auctoridade de el-rei o Senhor D. Pedro IV, declarar, em nome do mesmo augusto senhor, que todas as nove ilhas dos Açores são uma só e unica província do reino, e que esta cidade de Angra é a capital da provincia dos Açores. As auctoridades a quem competir assim o tenham entendido, cumprom e façam executar, e o Secretario dos Negocios Interinos faça dirigir copia d'este decreto ás estações competentes e auctoridades na fórma do estylo. Angra, 28 de outubro de 1828. = Deocleciano Leão Cabreira = João José da Cunha Ferraz = José Antonio da Silca Torres = Referendado. = Alexandre Martins Pamplona”.*

1830 | *Sede da Regência do Reino e capital do Reino de Portugal*

Após a instalação da Regência do Reino em 1828 e em nome de D. Maria II de Portugal, a cidade foi nomeada capital do Reino de Portugal, por Decreto de 15 de março de 1830.

1837 | «*Angra do Heroísmo*» e «*Sempre Constante*»

Por Carta Régia de D. Maria II, pelos serviços prestados durante a Guerra Civil (1828-1834), a cidade de Angra acrescenta aos seus títulos o de “Sempre Constante”, tornando-se a “Muito Nobre, Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo”; a sua Câmara Municipal é condecorada com a grã-cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, Valor, Lealdade e Mérito, recebendo novo brasão de armas.

1983 | *Património Mundial*

A 6 de dezembro, por declaração adotada em reunião do Comité do Património Mundial, realizada na Ambra, uma *villa medicea* em Poggio a Caiano, nos arredores de Florença, o Centro Histórico de Angra do Heroísmo é incluído na Lista do Património Mundial da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, aprovado para a adesão pelo Decreto Regulamentar n.º 49/79, de 27 de agosto.

Cronologia

A cronologia que se segue refere os principais acontecimentos ligados à cidade e ao edifício dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo. São também incluídas outras datas que se consideram importantes para a compreensão

da evolução dos acontecimentos. Alguns pontos constantes nesta cronologia basearam-se nas «Principais Efemérides do Senado Angrense», publicadas no Boletim do Insitituto Histórico da Ilha Terceira, vol XXIII-XXIV, 1965-1966, pp. 40-70.

C.1450

Desembarque dos primeiros povoadores na ilha Terceira, sendo Jácome Bruges o primeiro capitão do donatário.

1460

Data da primeira fortificação, de cariz medieval, localizada junto ao Outeiro, hoje Alto da Memória. Consta que foi nesta década que se deu início à construção da levada conhecida por Ribeira dos Moinhos, permitindo ao longo do seu curso, e segundo os escritos do Padre Manuel Luís Maldonado na *Fénix Angrense*, instalar doze moinhos.⁸ As águas desciam da Nasce-Água, nas faldas da Serra do Morião.

1474

Data do primeiro edifício conhecido do Senado Angrense, estabelecido por João Vaz Corte-Real. Este imóvel situava-se, sensivelmente, no mesmo local do atual, com uma pequena praça defronte, como se constata na gravura de Jan Huygen van Linschoten, datada de 1589. Na gravura é possível ver que a cadeia se situava logo atrás da Câmara, sendo que na praça estava implantado o pelourinho. Este é também o ano em que João Vaz Corte-Real foi designado capitão do donatário na Capitania de Angra e Álvaro Martins Homem iniciou a estruturação urbana do povoado.



Gravura de Jan Huygen van Linschoten de 1589 com pormenor da primeira Câmara de Angra.

1478

Opovoado de Angra foi elevado à categoria de vila, sendo nesse mesmo ano doada a Capitania a Álvaro Martins Homem, que avança com os trabalhos de construção da levada da Ribeira dos Moinhos.

1480

Começou a funcionar a Câmara, composta por três vereadores, um procurador do concelho, quatro dos mesteres, um tesoureiro, um escrivão, além de dois juizes ordinários, presidindo um deles ao Senado, os quais sentenciavam, em primeira instância, todas as causas cíveis e criminais, cabendo a apelação ao Tribunal do Donatário, recorrendo-se, ainda, ao Grão Mestrado da Ordem de Cristo nos devidos casos.

8. Moinho da Janela - gerido por Sebastião Roiz (ou Rodrigues); Moinho da Cova - gerido por André Dias; Moinho do Picão - gerido por Manoel Fragoso; Moinho do Rego - gerido por António de Sousa; Moinho da Madeira - gerido por Francisco Ferreira; Moinho da Calçada - gerido por João da Costa; Moinho Novo - gerido por Manoel d'Almeida; Moinho de São João de Deus - gerido por Manoel d'Almeida; Moinho do Muro - gerido por Nicolau Machado; Moinho das Duas Portas - gerido por Manuel Fernandes Carvalho; Moinho da Calçadinha - gerido por Manoel Raposo; Moinho da Fabia - gerido por Manoel Fernandes.

1499

Paulo da Gama, irmão de Vasco da Gama, foi sepultado em Angra na viagem de regresso da descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, no local onde hoje está implantada a igreja de Nossa Senhora da Guia. Nesse mesmo ano, a 4 de julho, D. Manuel deu foral para o funcionamento da Alfândega.

1503

Por Carta Régia de 12 de fevereiro de 1502, o Rei D. Manuel I elevou a vila o Lugar de Porto Judeu, privilégio que viria a ser revogado por Carta Régia de 23 de março de 1503, com a elevação da vizinha povoação de Lugar de Frei João à categoria de vila, agora denominada de Vila de São Sebastião. O Concelho de São Sebastião foi incorporado no Concelho de Angra do Heroísmo em 12 de novembro de 1870.

1507

Proibida a intromissão dos capitães do donatário no governo municipal, estando estes obrigados ao cumprimento de posturas, acórdãos e outras disposições adotadas pelas Câmaras.

1528

A 15 de abril, foi assinado na matriz da Vila de São Sebastião um auto de compromisso de «*boa amizade*» entre as três Câmaras da ilha – Angra, Praia e São Sebastião.

1534

Angra foi elevada a cidade, por Carta Régia de 21 de agosto, do Rei D. João III. Neste mesmo ano, a nóvel cidade de Angra foi erigida em sede de bispado pela bula *Equum reputamus*, de 5 de novembro, do Papa Paulo III.

1550

A Câmara adquiriu casas nobres, situadas na Praça e na Alameda de S. Francisco, para residência dos corregedores.

1576

A Câmara tomou posse da água da Fonte da Telha, no Posto Santo, no sentido de a aproveitar e canalizar para consumo público.⁹

1581

Travou-se a Batalha da Salga, em que as hostes de D. António, Prior do Crato, impediram o desembarque das forças afetas a Filipe II de Espanha.

1582

D. António Prior do Crato foi aclamado em Angra como Rei de Portugal.

9. Ao tempo de Gaspar Frutuoso, o número de chafarizes na cidade de Angra era 12; no tempo de Maldonado, em 1693, era 25, embora Félix José da Costa nomeie 22.

Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, 3ª Edição, p.133.

1583

A 27 de julho a ilha Terceira foi conquistada e ocupada pelas forças do Rei Filipe II de Espanha, após o desembarque na Baía das Mós, comandado por Álvaro de Bazán y Guzmán, marquês de Santa Cruz.



Desembarque na Baía das Mós, 27 de julho de 1583.
Sala de las Batallas, Mosteiro de San Lorenzo de El Escorial (fresco de Niccolò Granello).

1585

O corregedor estabelece a forma de realização das eleições municipais.

1586

A 14 de julho, depois de sucessivas petições das três Câmaras da ilha, Filipe I de Portugal concede, embora com exceções, carta de perdão à população do Arquipélago.

1593

Sob o governo do mestre de campo Antonio de la Puebla, a vida dos municípios foi-se normalizando, embora esse fosse considerado um «ano de fome».

1599

Perante um terrível surto de peste, que vitimou mais de 7000 pessoas, a Câmara deliberou atear fogo, durante três dias, à casa da rua da Esperança (onde hoje se situa o Teatro Angrense) onde a epidemia se manifestara. No ano seguinte foi hasteada a «bandeira da saúde» por a epidemia ter sido considerada extinta.

1605

O corregedor Leonardo da Cunha mandou fazer o encanamento da Nasce-Água para abastecimento do centro da cidade.

1608

A 11 de fevereiro, grandes inundações causam 19 mortos e provocam grandes estragos na Praça, causando enormes prejuízos no casario circundante e no edifício dos Paços do Concelho.

1610

Ano em que «os da Governança fizeram a praça».¹⁰ É também adeste ano a deliberação de remodelação do primitivo edifício dos Paços do Concelho.

1611

Ano em que «levantarão os Paços do Senado e da Câmara e do Tribunal de Justiça e Audiência Geral, e as cadeias (...) e no meio uma alta torre de cantaria, e em cima os sinos e relógio da cidade com nobre mão para fora, que sempre mostra as horas que são».¹¹



1614

Grande terramoto, a 24 de maio, conhecido como a «primeira queda da Praia», que abalou a cidade de Angra: «Arruinou, soverteu e arrasou totalmente a vila (...) da Praia, mas foi muito mais notável pelo que deixou em pé, que pelo que derrubou. Unicamente ficaram inteiras sem lesão estas três partes, ou peças daquele povo: a cadeia pública, a Casa da Misericórdia, e o púlpito da igreja maior» nas célebres palavras do Pe. António Vieira no *Sermão ao enterro dos ossos dos enforcados*.

1619

Mudança do pelourinho¹² da Praça para o Alto das Covas. Em 1833, Walter Colten escreveu «Depois de deambularmos por mais algumas ruas, fomos ter a uma praça pública, de escala não muito grande, no centro da qual havia um estranho monumento. Fora construído numa espécie de pedra calcária, de tonalidade escura e textura compacta, consistindo num elevado pedestal quadrangular, sobre o qual se erguia uma coluna cilíndrica, ostentando um

10. A praça que é referida na *História Insulana* é também descrita no livro de Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, p. 9, como sendo a atual Praça Velha.

11. Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, p. 9, retirada da *História Insulana* do Pe. António Cordeiro.

12. Símbolos do poder público, os pelourinhos, ou picotas, constituídos por uma coluna de pedra eram o lugar do castigo para dos criminosos ou da chacota e do escárnio. Muitos pelourinhos foram destruídos pelos liberais a partir de 1834, por os considerarem símbolos da tirania.

capitel com elementos, que ninguém poderia enquadrar num estilo arquitectónico definido, ou particular escola de escultura. O conjunto mostrava os efeitos do desgaste do tempo, muito embora a forma geral se tivesse conservado bastante perfeita. (...) observou que a peça gasta pelo tempo e que era objecto da nossa admiração contemplativa era um pelourinho!»¹³

1622

Jubilosas celebrações pela canonização de Santo Inácio de Loiola e São Francisco Xavier. Do programa fizeram parte danças, chacotas e touradas na Praça, frente ao edifício camarário e prémios aos poetas que «*com poesias latinas, portuguesas e castelhanas, melhor loucassem aos Santos*» conforme a «*Relação Geral das Festas (...) no ano de 1622*», atribuída ao Pe. Jorge Cabral.

1641

A 7 de janeiro desembarca na Praia o capitão-mor Francisco de Ornelas da Câmara, e com ele a notícia da revolta do 1.º de dezembro de 1640, que proclamara a independência portuguesa.



Pormenor de azulejo em que o povo de Angra aclama D. João IV, a 27 de março de 1641. Átrio do Palácio Bettencourt (Faiança Battistini, de Maria de Portugal, 1959).

1642

A 4 de março, rendição honrosa do Castelo de São Filipe, atual Castelo de São João Batista. Era governador do Castelo D. Álvaro de Viveiros.



Chaves simbólicas do Castelo existentes no Salão Nobre.

1643

Por Alvará de 2 de abril, D. João IV outorga à cidade o título de «*Mui Nobre e Leal*», pelos feitos de bravura demonstrados no cerco do Castelo e confere ao procurador do concelho o direito a primeiro banco em Cortes.

13. Rev. Walter Colton (1797-1851), *Ship and shore, in Madeira, Lisbon, and the Mediterranean*. New York, 1860. Transcrito no *Boletim do Insitituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXIX-LXX, 2011-2012. pp. 89-99.

1647

A no calamitoso em toda a ilha. Além dos terramotos que se afizeram sentir, deixando arruinadas muitas casas e templos de Angra, grassava a fome causada pela seca que deixara os campos improdutivos. As três Câmaras solicitaram a el-rei donativos para as populações.

1651

A Câmara notabilizou-se na organização da procissão do *Corpus Christi*. Os Padres Jesuítas mudaram-se para o Colégio Novo, atual Palácio dos Capitães-Generais. O cortejo da mudança, presidido pelo juiz de fora, que «*alçando vara, tinha o majestático poder de fazer andar as danças que constituíam a parte profana do cortejo*». ^[14]

1655

Publica-se a *Reforma de Posturas do Concelho de Angra*. As posturas são regras de convivência em sociedade e uma forma de zelar pela ordem e bons costumes.

1669

Carta datada de 28 de abril, escrita pelo príncipe Regente D. Pedro II de Portugal, informando a Câmara de Angra de que o seu irmão, D. Afonso VI, fora destronado e «*para quietação do Reino e segurança de sua real sucessão*» mandado para a ilha Terceira.

1669
a 1674

A 18 de junho, chega a Angra a armada que conduzia o deposto rei D. Afonso VI que, mal desembarcou, ficou prisioneiro no Castelo de São João Baptista. Esta presença ocasionou séria inquietação entre a população e os da governança, com repercussões a nível municipal. A 20 de setembro de 1674, D. Afonso VI parte para Lisboa, ficando preso nos Paços de Sintra, até falecer em 1683.



Retrato de D. Afonso VI.
Autor desconhecido

1693

A cidade de Angra contava com vinte e cinco chafarizes que abasteciam de água a população.

1719

Foi proibido, por decreto de 17 de fevereiro, o uso de armas brancas na cidade.

1749

Publicou-se a Pragmática de 28 de maio de 1749 pela qual se obrigou o povo a utilizar nas suas roupas exclusivamente tecidos fabricados na ilha, «*abandonando o uso de panos estrangeiros, até mesmo os que vinham de Portugal*». ^[15]

14. *Boletim do Insitituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XXIII-XXIV, 1965-1966. Alguns historiadores relacionam este acontecimento com a origem das danças que viriam a atuar nos festejos carnavalescos.

15. *Livro do Tombo da Câmara*, de 28 de maio. In: *Boletim do Insitituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XXIII-XXIV, 1965-1966.

1755

A¹ de novembro, o maremoto gerado pelo terramoto de Lisboa atingiu as costas da Terceira. A onda chega à Praça Velha e no recesso, foi demolida a Porta do Mar, hoje sob o Pátio da Alfândega.

1759

O Senado, «*com todas suas varas levantadas*», tomou parte na procissão que percorreu todas as principais ruas de Angra, após *Té Deum* de ação de graças por D. José I ter saído ileso do atentado contra ele cometido a 3 de setembro de 1758.

1761

A partir de 22 de novembro de 1760, iniciou-se uma crise sísmica mais sentida nos Biscoitos e Altares, acompanhada da diminuição das fumarolas das furnas do enxoufre. A partir de 14 de abril de 1761 sentiu-se um tremor contínuo e, na manhã de 17 de abril, iniciou-se uma erupção nas emediações do Pico Gaspar, seguida por outra a 21 de abril, no Pico Vermelho, junto ao Chama, que produziu uma escoada de lava que atingiu a igreja de São Pedro dos Biscoitos.

1766

Por alvará de 2 de agosto, do rei D. José I de Portugal, é criada a Capitania-Geral dos Açores, com sede em Angra, que passa a ser capital dos Açores. A Câmara Municipal passou a ser presidida pelos juizes de fora, em oposição aos juizes ordinários que até então eram presidentes.

1772

A²² de janeiro, o Capitão-General D. Antão de Almada ordenou ao presidente da edilidade, Mateus José Bettencourt, que notificasse os moradores da rua da Sé para, no prazo de três meses, regularizarem os pavimentos até ao meio da rua de modo a uniformizar o piso, sob pena de multa ou penhora de bens.

1795

A⁵ de janeiro, é proibida nos Açores a circulação de moeda estrangeira de ouro, prata ou cobre.

1797

Devido à grande afluência de expostos à «*roda*», a Câmara lançou uma finta que fez cobrar em todo o concelho para custear as despesas com as crianças abandonadas.

1807

É proibida a divagação de suínos e outros animais imundos pelas ruas da cidade.

1808

A Câmara aplicou o Alvará com força de lei de 27 de junho, que instituiu o imposto da décima sobre os prédios urbanos e rústicos.

1810

Na sequência da Setembrizada, a 26 de setembro chega a Angra a fragata *Amazona*, transportando um grupo de deportados que incluía alguns dos melhores intelectuais da época. O grupo foi instrumental na instauração do regime liberal em Angra e nos acontecimentos que a levariam, após 1828, a capital da facção liberal na Guerra Civil Portuguesa.

1816

A 3 de janeiro, a Câmara publicou um edital para que «*se assassinassem os cães*» abandonados ou pertencentes aos homens do mato. Apenas os pastores os poderiam ter, devidamente açaimados, dado o estrago que estes faziam nos currais de ovelhas e de outros animais.

1817

Por imposição do Capitão-General Francisco António de Araújo, a Câmara proíbe o uso da «*pregadura alta*» utilizada nos carros de bois e que muito danificava as estradas. A 14 de abril, a Câmara recebeu um aviso para proceder à aclamação de D. João VI, que no Rio de Janeiro, onde a Corte se refugiara, assumia o trono de Portugal.

1818

Em julho é publicado um edital do Capitão-General convidando as populações ao aforamento de terrenos baldios. Esta apropriação de terrenos tradicionalmente comunitários foi causa de inúmeras perturbações político-sociais, que se prolongaram até princípios do século XX. Grupos clandestinos, conhecido como a «*justiça da noite*», promoveram o derrubamento de paredes e a destruição dos melhoramentos feitos pelos aforadores nos antigos baldios.

1819

Por Alvará de 15 de novembro, foi criada em Angra uma Junta de Justiça Criminal, que foi instalada no edifício da alfândega, no atual Pátio da Alfândega.

1821

A 2 de abril, um golpe militar impõe a demissão do Capitão-General Francisco de Borja Garção Stockler e repõe no cargo Francisco António de Araújo e Azevedo. Stockler, que se refugiara na Praia, lidera uma contra-revolta que a 4 de abril o restaura no cargo. Em consequência destes eventos, foi assassinado Francisco António de Araújo e Azevedo.

1822

A 16 de abril, a Câmara elege, pela primeira vez e por sufrágio direto, nove vereadores. Os autos desta eleição foram rasgados dos livros durante os tumultos populares de 1823.

1824

Introduz-se o pagamento de 20 réis por cada carro que entrasse na cidade vindo de fora da jurisdição.

1826

A 21 de agosto, prestou-se juramento à Carta Constitucional. O texto fora trazido do Brasil por *sir* Charles Stuart, como emissário do imperador D. Pedro I do Brasil, futuro rei D. Pedro IV de Portugal e Duque de Bragança. No regresso ao Brasil, o imperador condecorou-o com o título de Marquês de Angra.

1827

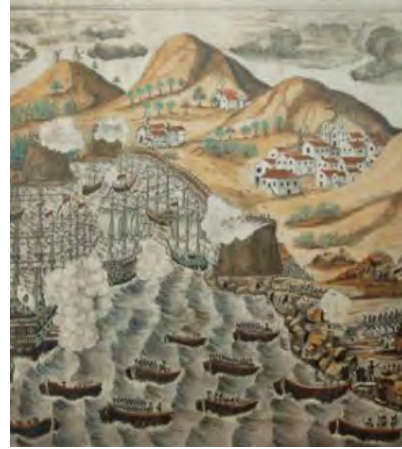
Instalaram-se em Angra os primeiros candeeiros a azeite para a iluminação pública da cidade.

1828

Na noite de 21 para 22 de junho, o Batalhão de Caçadores n.º 5, aquartelado no Castelo de São João Baptista, sublevou-se e aclamou «a legitimidade do senhor D. Pedro IV e da sua augusta filha, a senhora D. Maria II». O capitão-general, Manuel Vieira de Albuquerque Touvar, foi preso e expulso para Ponta Delgada. A ilha de São Miguel, e as restantes, mantêm-se fiéis a D. Manuel I.

1829

Aguarnição de Angra impede o desembarque do almirante Henrique da Fonseca de Sousa Prego, nomeado capitão-general dos Açores pelo governo de D. Miguel I. A 5 de abril o Conde de Vila Flor é nomeado para o mesmo cargo, mas pela regência rainha D. Maria II, tendo desembarcado na Praia a 22 de junho. Os Açores ficam com dois capitães-generais, um em Ponta Delgada, miguelista, outro em Angra, liberal. Por decreto de 15 de junho, foi criada uma regência para os Reinos de Portugal, Algarves, e seus Domínios. A 11 de agosto, uma tentativa de desembarque miguelista foi repelida no areal da Praia. Este dia foi durante toda a monarquia constitucional «Dia de Grande Gala» em todos os concelhos da Terceira.



Litografia da batalha travada entre miguelistas e liberais na Vila Praia. E. P. Graça. Lith. Szº Porto Beja, 1844.

1830

A 15 de março, desembarca em Angra o Marquês de Palmela, depois Duque de Palmela, que instala na cidade a Regência do Reino em nome de D. Maria II. Por Decreto desse mesmo dia, é constituída a Regência, e Angra passa a ser a capital do Reino de Portugal pelo partido liberal. A Regência manteve-se em funções até 3 de março de 1832. Por Decreto de 18 de outubro de 1830, foi estabelecida a bandeira bicolor de azul e branco e o laço militar da mesma cor. A bandeira foi hasteada pela primeira vez na Câmara de Angra. A bandeira azul e branca será a bandeira nacional até 1910.



Bandeira oferecida pela Rainha D. Maria II ao comandante do Batalhão de Caçadores n.º 5. Esta bandeira serviu de modelo à adotado por Decreto de 18 de outubro de 1830.

1831

A 1 de janeiro, ficou constituída a nova Câmara Municipal, a primeira eleita segundo os preceitos da Carta Constitucional. A 5 de março, foi criada a primeira escola do sexo feminino, onde eram ensinadas as primeiras letras e labores. Sabe-se que, neste ano, o sino da Câmara Municipal se encontrava no Castelo de São João Baptista.

1832

A 3 de março, desembarcou em Angra D. Pedro, Duque de Bragança. Era Presidente da Câmara Francisco de Menezes Lemos e Carvalho, que o saudou, à frente dos vereadores, sob um arco triunfal erguido à entrada da rua Direita. Foi extinta a regência de Angra, substituída pela regência pessoal de D. Pedro. A 4 de junho, o regente promulga, em Ponta Delgada, o Decreto n.º 28 que extingue a Capitania Geral dos Açores e cria a Província dos Açores, com capital em Angra.

1833

Pelo Decreto n.º 64, de 28 de junho, são atendidas as reivindicações micaelenses de autonomia e a Província dos Açores foi dividida nas Províncias Ocidental e Oriental dos Açores, ficando Angra capital da primeira, que abrangia as ilhas dos Grupo Central e Ocidental. Angra perde o estatuto de capital dos Açores.

1834

Pela portaria de 12 de março foi restabelecida a circulação de moeda estrangeira nos Açores.

1835

Pelo Decreto de 18 de julho, que aprovou a organização administrativa, Angra passa a capital de um distrito administrativo que abrangia as ilhas dos Grupos Central e Ocidental.

1836

Por Decreto de 28 de março, foi criado o Distrito da Horta, ficando o Distrito de Angra do Heroísmo reduzido às ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa, situação que se manterá até 22 de agosto de 1975, data de criação da Junta Regional dos Açores. A 22 de dezembro, o 1.º Visconde de Bruges, Administrador Geral do Distrito, cria em Angra do Heroísmo o Gabinete de Leitura com cerca de 5000 volumes provenientes do depósito geral dos extintos conventos.

1837

Por carta régia de D. Maria II, datada de 12 de janeiro, foi acrescentado “do Heroísmo” ao nome da cidade e atribuída a grã-cruz da Torre e Espada, ficando com o título de «*Muito Nobre, Leal, e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo*».

1839

A 15 de junho, a Câmara regulariza o arrendamento das janelas que davam para a Praça onde, por ocasião das festas de São João, era armada uma arena e corridos touros.



Tourada de Praça na Praça Velha (meados séc. XIX (Merelim, 1984).

1841

A 15 de junho, um grande terramoto causa destruição generalizada no Ramo Grande, com especial incidência na Vila da Praia e nas Fontinhas. Foi a «segunda caída da Praia». Na reconstrução mereceu particular destaque a ação de José Silvestre Ribeiro, Governador Civil de Angra.

1844

A 20 de março iniciou-se a construção da “Memória a D. Pedro AIV”, monumento inaugurado solenemente a 3 de março de 1845. Desaparecia o Castelo de São Luís (ou dos Moinhos).

1845

A 10 de dezembro, o extinto Mosteiro das Capuchas e a ermida de São Sebastião a ele anexa foram cedidos à Câmara Municipal com o intuito de ali se instalar a cadeia. O imóvel situava-se onde atualmente está a sede dos Bombeiros e a praça Dr. Sousa Júnior.



Portão Principal do convento das Capuchas (Convento de São Sebastião).

1846

Iniciam-se os trabalhos de Adaptação do Mosteiros das Capuchas para funcionamento da cadeia, com um custo de 5849\$91 réis.

1847

A 20 de março a Câmara decidiu substituir o velho Paço Municipal, construído em 1611. Para o efeito, a 21 de junho, foram transferidos os 21 presos da cadeia municipal para o extinto convento das Capuchas, sob escolta militar. O edifício funcionou como cadeia até à construção do atual Palácio da Justiça, inaugurado em 9 de outubro de 1960. Depois de instalados os presos na nova cadeia, por proposta do vereador António José Viera Rodrigues Fartura,^[17] deliberou-se construir um novo edifício municipal, de traça mais elegante. A 22 de abril, ocorreu um pronunciamento, no contexto da Patuleia, sendo distituído o governador civil e criada a Junta Governativa de Angra do Heroísmo, subordinada à Junta Suprema do Reino, estabelecida no Porto. A Junta, presidida pelo Conde da Praia, foi dissolvida por um contra-pronunciamento no dia 1 de julho, embora no entretanto, uma intervenção da Quádrupla Aliança tivesse forçado a assinatura da Convenção de Gramido.



17. Abastado comerciante do Porto que veio para a Terceira por razões políticas. O facto de o vereador ser portuense, pode estar relacionado com a escolha de um arquiteto do Porto, Joaquim da Costa Lima Júnior, para a apresentação do desenho que viria a concretizar-se no edifício atual.

1848

A 21 de janeiro, a Câmara deliberou participar ao governador do Distrito a disposição de construir novos Paços do Concelho e rogar-lhe a oferta das traves de pinho da Flandres que tinham sido arrecadadas no Governo Civil. A 4 de abril, foi inaugurado o a nova “Casa da Roda” para os expostos, tendo o dia de inauguração coincido com o aniversário da Rainha D. Maria II. Ainda nesse ano, foi votada uma verba para a demolição do edifício camarário, considerado em estado muito degradado. A 15 de julho, começaram os trabalhos de demolição. A 4 de agosto foram vendidos em hasta pública os bens do imóvel a demolir: vidraças, arquibancos, portas velhas e outros objetos considerados inúteis existentes na arrecadação do Paço Municipal.

1849

Foi encomendado o risco do novo *Domus Municipalis* ao arquiteto portuense Joaquim da Costa Lima Júnior, pela quantia de 62\$620 réis. O desenho esteve patente ao público para que este se pronunciasse. A 11 de agosto, vigésimo aniversário da Batalha da Praia, foi lançada a pedra fundamental. A 25 de agosto, pelo Acórdão n.º 279, foi exarado em ata o desenho que fora aprovado em Conselho de Distrito. Ao longo da construção, o projeto foi sofrendo alterações devidas, sobretudo, a constrangimentos de ordem financeira. No entanto, houve indicações expressas para que se mantivesse, pelo menos, a fachada. A pedra para o empreendimento veio da Ribeira do Teste, das Pedreiras do Cirurgião e da Serra.

1850

A infestação de *Coccus hesperidum* invadiu os laranjais situados na zona de São Carlos, o que afetou um dos principais pilares da economia da ilha. Nesse ano, António Tomé da Fonseca comprou o terreno destinado à construção do Teatro Angrense.

1851

A 11 de junho foi publicada uma postura sobre o procedimento a adotar em caso de incêndio.

1852

O Município adquire a primeira bomba de combate a incêndios, inaugurada a 3 de fevereiro do ano seguinte na extinção do fogo numa moradia situada no n.º 14 da rua da Rosa.

1854

A Câmara solicitou ao Governo o abono, a título de empréstimo, de 16 contos de réis para ultimar o edifício. A morosidade dos trabalhos comprometia a conclusão



Edifício da rua do Palácio, hoje os CTT, onde em 1854 se instalou a Câmara.

1858

da obra nos prazos previstos e com as verbas orçamentadas. Foi solicitada novo desenho para a fachada do edifício, «*mais simples, mas igualmente bonito, adaptado às circunstâncias da ilha e com ela em relação*». ^[19] Desde 14 de dezembro, a Câmara funcionou no edifício da rua do Palácio pertencente a Luís Merens de Távora. ^[20]

1859

Foi retirado do meio da Praça o chafariz ali colocado em 1849. O centro da atual Praça Velha foi sucessivamente ocupado por chafarizes, pelourinho e coretos, sendo a última ocupação a estátua de Álvaro Martins Homem, ali colocada em 1960.

A 15 de Junho, o Município roga ao Governo que estabeleça uma contribuição de 10 réis por alqueire de trigo, milho e batata que se exportasse nos dez anos seguintes, para que pudesse concluir o Paço «*cujas obras estão paradas por falta de meios*». ^[21]

1860

A 22 de novembro, foi inaugurado o Teatro Angrense, no mesmo local onde, em 1599, tinha deflagrado um surto de peste.

1862

Proposta de Gabriel Sousa Pereira, disposto a permutar as casas nobres de sua residência pelo edifício dos Paços do Concelho no estado incompleto em que se encontrava. Neste mesmo ano celebram-se os festejos do casamento de D. Luís com D. Maria Pia de Saboia, afluindo à Praça cerca de 7000 pessoas. Fez parte dos festejos o descerramento das cortinas da tribuna real, armada no camarote de honra do Teatro Angrense, onde se colocaram os retratos de Suas Majestades.

1863

Comendador António José Vieira Rodrigues, com loja e residência na Praça, ^[22] onde se instalou a Loja dos Barateiros, vendo o andar lento das obras, mostrou-se disposto a suportar a responsabilidade de terminar a obra por 30 contos de réis. Após esta iniciativa, outros cidadãos a seguiram. José Hipólito Mendes Franco e João de Freitas emprestaram a quantia de 4 contos de réis por ano. Neste mesmo ano a Câmara decidiu criar um corpo de guardas rurais. Em outubro, a título experimental, foi instalado o primeiro candeeiro de iluminação pública a petróleo.

1865

A Câmara instalou-se num edifício arrendado na Rua do Palácio An.º 4, onde hoje se situa o edifício dos CTT, e cujo contrato terminaria em abril. Nesse mesmo ano, vieram operários de São Miguel para a empreitada dos acabamentos dos estuques de gesso da nova Câmara, onde trabalharam «*bem e barato*». ^[23] Por

19. Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, pp. 30 e 31.

20. Local onde se situa hoje em dia o edifício dos CTT.

21. Ata de 15 de junho 1859.

22. Atual Praça Velha.

23. Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, p. 43.

edital de 10 de março, foi dado à Praça Velha o nome de Praça da Restauração. Nessa altura, foi suprimido o toque de recolher, que até então se fazia no sino da Câmara. Passou a fazer-se pela Sé, mediante gratificação ao sineiro, paga pela Câmara. A 28 de dezembro, foi colocada a estátua «*Angra do Heroísmo*» sobre o frontispício do edifício. Nesse dia, estalaram foguetes. A escultura é inspirada na figura que encima uma campinha de prata dourada oferecida ao município por D. João VI.

1866

A 6 de junho, a dois meses da inauguração, o vereador Emídio José da Silva formulou a proposta de, em vez de se construir o coreto na praça em frente ao edifício municipal, se adquirir o mobiliário necessário: «*Temos lutado com graves dificuldades para termos um belo paço municipal; e havemos nós, depois de tantas mudanças e tantas despesas para conseguir um edifício mais amplo e mais próprio da grandeza desta cidade, vir a ter uma Sala de Sessões do mesmo tamanho daquela que já existia há mais de 50 anos? (...) A despesa a fazer-se com o coreto aplica-se para a mobília, a qual deve corresponder com o salão*». ^[24] A Câmara aprovou a sugestão e os 400 mil réis destinados ao coreto foram aplicados em mobiliário. A 11 de agosto, sábado, aniversário da Batalha da Praia, e por isso dia de grande gala na Terceira, passados precisamente 17 anos do lançamento da pedra fundamental, e ainda com o edifício por concluir, a Câmara reúne nele pela primeira vez. Era Presidente o Conde da Praia, Teotónio de Ornelas Bruges, e vereadores Frederico Ferreira Campos, José Maria Parreira Coelho, João Alberto Rebelo, Emídio Lino da Silva e Francisco Luís Flores. À noite tocou a Banda de Caçadores, tendo ocorrido numerosa multidão ao evento. A imprensa local noticiou o ato inaugural e uma das deliberações, registada em ata, que causou alguma celeuma, foi a proibição de fumar nos altos do Paço Municipal.

1867

E em novembro, fica registada em ata a urgência de se concluírem os trabalhos de pintura externa do edifício.

1868

A edilidade solicitou ao comendador Fartura que removesse os entulhos ainda existentes na Praça da Restauração, com a finalidade de começarem as obras da calçada e embelezamento público.

1869

E em abril, dá-se conta em ata que o Salão Nobre ainda não estava terminado.

24. Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, pp. 46-48.

1870

Os herdeiros do comendador Fartura solicitam à Câmara o ajustamento das contas, a fim de se tornar efetiva a entrega do edifício dos Paços do Concelho à Municipalidade.

1872

A 3 de junho, a Câmara cria um corpo de zeladores municipais, dirigido por um subchefe subordinado ao Presidente.

1876

A 1 de dezembro, foi inaugurada a Biblioteca Municipal que integrava um rico espólio proveniente das bibliotecas dos extintos conventos.

1879

Saldada a dívida aos herdeiros do comendador Fartura, celebra-se a entrega definitiva do Paço Municipal à autarquia²⁵.

1887

São efetuadas pequenas reparações no edifício e completa-se a decoração do Salão Nobre, que nesse ano foi utilizado para o sarau literário comemorativo do centenário do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, que se realizou a 11 de dezembro.

1893

A 22 de agosto, completa-se a ligação por cabo submarino entre Carcavelos e Angra, abrindo a ilha ao tráfego telegráfico.

1901

Receção no Salão Nobre ao rei D. Carlos e à rainha D. Amélia. A 2 de julho desse mesmo ano, na Praça da Restauração, o Rei D. Carlos e a Rainha D. Amélia colocam a primeira pedra do monumento comemorativo da sua visita à ilha Terceira, tendo sido a mesma benzida pelo bispo da Diocese, D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito. Nesse ano foi redecorado o Salão Nobre: os «*reposteiros de borrete de seda ouro velho e as sanefas do mesmo estofa e pelúcia de seda granada, eram do mais puro gosto. Móvel estofada a seda carmesim com ramos de ouro velho, tendo o sofá e as cadeiras guarnições de pelúcia da cor dos reposteiros. Sobre o estrado, duas belas cadeiras antigas, de pau-santo, forradas a pelúcia de seda granada, usadas pelos Reis. Primorosa mesa antiga de igual madeira, com fechos de prata, sobre a qual se assinou o auto da visita régia, em livro especial*



Rede telegráfica do Grupo Central em 1895.

25. O teor desta entrega, encontra-se reproduzido em: Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, pp. 54-56 (edição de 1972).

1904

1910

ricamente encadernado em chagrim com cantos e brasões de armas da cidade em prata oxidada. Iluminado por dezoito placas e quatro lustres de metal dourado e cristal. Conta com sete janelas para a rua D. Amélia e três para a Praça da Restauração».^[26]

Foi montada, pelo Eng.º Manuel Pacheco Vieira, de São Miguel, a primeira central elétrica que funcionou na Terceira.

A 16 de outubro, nos Paços do Concelho, em sessão pública e solene, reuniu a Comissão Administrativa Municipal nomeada pelo Governo Provisório da República Portuguesa, sob a presidência do cidadão Álvaro António de Bulhão Pato, com a finalidade de se proceder ao ato de proclamação da República, cujo regime fora implantado a 5 do mesmo mês. É levantado um “viva” à República que foi entusiasticamente correspondido por todos os assistentes. Na janela central do Paço Municipal é desfraldada a bandeira republicana.



«República Portuguesa» Alegoria de Simões de Almeida (sobrinho), 1912.

1924

1930

Realização dos Primeiros Jogos Florais Rintegrados nas Festas da Cidade.

A 8 de setembro, no mandato de Amadeu Monjardino, foi remetido, a planta e o alçado do projeto das dependências dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, da autoria do arquiteto Norberto Corrêa, que não chegou a ser executado. O referido edifício foi projetado na confluência da Rua Eduardo Abreu com a rampa do Colégio dos Jesuítas.^[27]



Panfleto de 1924 com o programa dos Jogos Florais.



Desenho do alçado das dependências da Câmara Municipal de autoria do arquiteto Norberto Corrêa de 1930 (BPARAH).

26. Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, pp. 63-64 (edição de 1972).

27. Ver anexos.

1930

Ano em que se completou a execução da calçada da Praça Velha, projeto da autoria de Francisco Maduro Dias. Para o efeito vieram especializados calceteiros portugueses.



Praça da Restauração antes da colocação da calçada.



Mestre Maduro Dias (segundo em pé, a partir da esquerda) com os calceteiros vindos da cidade do Porto, 1930.



Fotografia da Praça da Restauração com a calçada de autoria de Maduro Dias (década de 1950).

1931

A 7 de abril eclode em Angra do Heroísmo uma revolta contra a Ditadura Nacional saída do golpe de 28 de maio de 1926. O novo regime é proclamado nas janelas dos Paços do Concelho. A revolta foi sufocada a 18 de abril, por forças expedicionárias comandadas pelo terceirense coronel Fernando Augusto Borges.



1939

Ano em que um elefante de circo se passeou no Alto das Covas, domado por uma mulher.



Elefante de circo nas ruas de Angra do Heroísmo em 1939 (BPARAH, espólio de Francisco Lourenço Valadão Júnior)

1943

A 8 de outubro desembarcavam no Porto das Pipas forças britânicas comandadas pelo «Air Vice Marshal» sir Groffey Rhodes Bromet. O quartel general foi instalado no Castelinho e as tropas acamparam na Vinha Brava. A 9 de novembro foi afundado o primeiro submarino alemão por uma operação a partir da Terceira. A 15 de dezembro foi inaugurada nas Lajes uma pista de 2000 metros de comprimento, construída com chapas de aço do tipo *Marston Mat*.



Desembarque britânico no Porto das Pipas a 8 de outubro de 1943.

1954

A 30 de novembro foi descerrado no Jardim Público Duque da Terceira uma glorieta em homenagem a Almeida Garrett.

1956

O caudal que alimentava a levada da Ribeira dos Moinhos foi desviado para alimentar as três centrais hidroelétricas que viriam a fornecer energia à cidade. Os moleiros incorporaram motores elétricos no processo de moagem. Neste ano da desativação da ribeira, contavam-se quarenta e dois moinhos.

1957

A 27 de julho, o Presidente da República, general Craveiro Lopes, visita Angra. Foi recebido no Salão Nobre dos Paços do Concelho que, para o evento, recebeu nova decoração. A remodelação, que ultrapassou em muito a verba inicialmente estipulada, incluiu novos reposteiros, sanefas e outros adornos. «*O estofado das cadeiras, os reposteiros e as sanefas foram renovados em julho de 1957, por ocasião da visita presidencial do marechal Craveiro Lopes. A rica alcatifa aveludada é de estilo inglês.*»^[28]

28. Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, p. 64, (edição de 1972).

1960

A 17 de julho, foi inaugurada na Praça Velha a estátua de Álvaro Martins Homem, da autoria do escultor João Fragoso. Mais tarde o monumento foi retirado e colocado na rotunda das avenidas novas.



Estátua de Álvaro Martins Homem na Praça Velha.
CMAH

1966

A 10 de março, geminação com a cidade de Tulare (EUA), a primeira celebrada pelo Município. Celebrando o centenário da construção dos Paços do Concelho, foi publicado o livro de Pedro de Merelim intitulado *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*.



O Presidente Moniz de Oliveira no seu gabinete, mostra a Miss Tulare 1968 os álbuns da Câmara. Ao lado, Dolly Faria, de origem terceirense (Merelim, 1972).

1971

A 12, 13 e 14 de dezembro, Angra do Heroísmo acolhe a Cimeira Atlântica. Nos Paços da Junta Geral, Georges Pompidou, Presidente da República Francesa, e Richard Nixon, Presidente dos Estados Unidos da América, encontram-se para discutir o abandono do padrão-ouro, o fim dos acordos de Bretton Woods e a nova paridade entre as moedas europeias e o dólar. Marcello Caetano, Presidente do Conselho de Ministros português, foi o anfitrião da cimeira. Richard Nixon pernoitou na Base das Lajes e Georges Pompidou na então recém-inaugurada Estalagem da Serreta.

1974

No dia 25 de abril, um golpe militar derruba o Estado Novo. Com a democratização inicia-se um período de profunda e rápida mudança sócio-política. A já secular organização administrativa tripolar do arquipélago é profundamente perturbada e reaparecem de imediato as antigas reivindicações autonomistas.

1975

A 6 de junho, realiza-se uma grande manifestação em Ponta Delgada, prenunciando o fim dos distritos açorianos. A 22 de agosto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 458-B/75 que cria na região dos Açores uma Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional e define a sua constituição. Com ela, desaparecem os distritos administrativos criados em 1835 e 1836.

1976

A 25 de abril, entra em vigor a nova Constituição da República Portuguesa, consagrando a existência da Região Autónoma dos Açores e a autonomia do poder autárquico. A 27 de junho, realizam-se as primeiras eleições regionais. A 4 de setembro, na cidade da Horta, reuniu pela primeira vez, a Assembleia Regional dos Açores. A 8 de setembro, toma posse, em Ponta Delgada, o primeiro Governo Regional dos Açores.

1980

A 1 de janeiro, um sismo de magnitude 7,2 devasta a ilha Terceira, com grave incidência na cidade de Angra do Heroísmo. A 11 de janeiro, o jornal *A União* noticia o apeamento da estátua «Angra do Heroísmo» do frontão do edifício dos Paços do Concelho. Depois de uns dias na Praça Velha, por segurança, é colocada no átrio dos Paços do Concelho, aí permanecendo até voltar ao seu lugar original.



Estátua «Angra do Heroísmo» apeada na altura do terramoto de 1980 (Revista Ilha Terceira, 1980)

1981

No mês de maio iniciam-se os trabalhos de restauro do edifício dos Paços do Concelho. As obras, previstas para quatro meses, prolongam-se por quatro anos.

1983

A 10 de fevereiro, a Câmara discute a classificação da cidade pelo Governo Regional como cidade-museu.^[29] A 22 de março, face a constrangimentos contratuais que obrigaram à paragem das obras, reúnem no Salão Nobre dos Paços do Concelho as várias entidades e empresas envolvidas, visando estabelecer uma nova metodologia de trabalhos. A 7 de abril, as atas municipais adotam

29. Ata n.º 61 de 10 de fevereiro de 1983.

30. Ata n.º 31 de 6 de outubro de 1983.

novos procedimentos administrativos, passando de manuscritas a datilografadas. A 5 de julho, às 3h30 da madrugada, a Sé ruíu parcialmente. A 8 de setembro, foi proposto que a rede elétrica de Angra fosse subterrânea. A 25 de setembro, a Sé foi consumida pelas chamas. A 6 de outubro, a Câmara aprova um voto de pesar pela destruição causada pelo fogo na Sé. A 6 de dezembro, a Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo foi incluída na lista do Património da Humanidade.



Interior da Sé de Angra do Heroísmo antes do terramoto de 1980 e do incêndio a que destruiu em grande parte (Fotografia de Foto Lilás).

1984

A 12 de janeiro, deliberou-se retirar da Praça Velha a estátua de Álvaro Martins Homem. Foi recolocada nas avenidas novas^[31]. A 13 de junho, a estátua «Angra do Heroísmo» regressou ao cimo do frontão dos Paços do Concelho.

1985

A 14 de fevereiro, decidiu-se a cor amarela para pintar a «Memória»,^[32] que seria reinaugurada a 3 de março. A 28 de março, foi deliberada a necessidade de extinção do Gabinete de Apoio à Reconstrução (GAR),^[33] dada a conclusão das tarefas por ele desenvolvidas.^[34] A 10 de junho, inauguraram-se as novas instalações do Mercado Duque de Bragança. A 21 de agosto, deram-se por concluídas as obras de restauro e redecação do edifício dos Paços do Concelho. A 3 de novembro, reinauguração da Sé, depois da destruição causada pelo sismo de 1980 e pelo violento incêndio de 1983. A 27 de dezembro, acordo de geminação com a cidade do Salvador (Bahia, Brasil).

31. Em artigo de fundo publicado no Jornal Diário Insular, a 3 de julho de 1983, em carta aberta dirigida à Câmara Municipal por Ponce de Leão (um dos pseudónimos de Jácome de Bruges Bettencourt) foi sugerido a remoção desta estátua da Praça Velha para a Praceta dos Descobrimentos, onde desembocavam as avenidas Álvaro Martins Homem, Infante D. Henrique, Jácome de Bruges e Avenida dos Corte-Reais, permitindo o desafrontamento do edifício camarário.

32. Ata n.º 7 de 14 de fevereiro de 1985.

33. Gabinete de Apoio à Reconstrução.

34. Ata n.º 13 de 28 de março de 1985.

1986

A 19 de abril, foi celebrado o acordo de geminação com a Cidade de Taunton (Massachusetts, EUA).

1987

A 29 de janeiro, realizou-se a II Bial de Arte dos Açores. A 5 de fevereiro, foi analisada a proposta de Helder Santos Pamplona e contraproposta da Câmara para aquisição do Teatro Angrense pelo Município.^[35] A 26 de agosto, publicado o Decreto Regulamentar Regional que regulamentou o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo. A 12 de novembro, foi lançado o concurso para recuperação do Teatro Angrense.



Teatro Angrense.

1988

A 8 de dezembro, foi assinado o acordo de geminação com Évora, cidade cujo centro histórico fora integrado na lista do Património da Humanidade a 25 de novembro de 1986.

1990

A 19 de abril, foi adjudicada à firma Mouceli, Construtores Civis Industriais e de Obras Públicas, a empreitada da primeira fase da consolidação e restauro do Teatro Angrense.

1992

A 11 de setembro, foi assinado com a firma NCR Portugal o contrato de informatização dos serviços camarários.

1993

Por testamento de Frederico Vasconcelos, foi recebido o piano que se encontra no Salão Nobre dos Paços do Concelho. A 5 de novembro, foi assinado o auto de receção provisória da obra de consolidação do Teatro Angrense. O auto de receção definitivo data de 25 de fevereiro de 1997.^[36]

1994

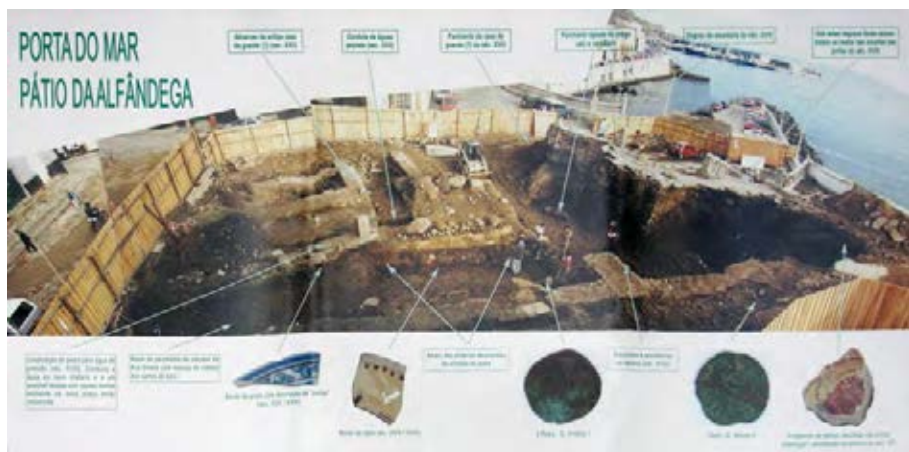
A 20 de setembro, geminação com a cidade de Florianópolis (Brasil). Em outubro foi proposta criação de condições para os jornalistas assistirem às reuniões da Assembleia Municipal.

1996

No mês de novembro, em resultado das obras de saneamento que se faziam naquele local, foram descobertos os restos da antiga Porta do Mar, sob o Pátio da Alfândega, demolida pelo maremoto de 1 de novembro de 1755.

35. Ata n.º 5 de 5 de fevereiro de 1987.

36. Ata n.º 6 de 13 de março de 1997.



Ruínas e achados arqueológicos da Porta do Mar (Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, 1998).

1998

Depois das obras de consolidação e restauro do edifício, o Teatro Angrense abriu para o Carnaval.

1999

No mês de fevereiro, abriu o concurso público para o fornecimento do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Angra do Heroísmo e do Plano de Urbanização da Área de Proteção do Centro Histórico.

2002

A 18 de julho, foi celebrado o acordo de gemação com a Cidade de Gustine (Califórnia, EUA).

2003

A 19 de novembro, foi celebrado o acordo de gemação com o Município de São Vicente (Cabo Verde).

2004

A 9 de março, foi celebrado o acordo de gemação com a Cidade de Gramado (Rio Grande do Sul, Brasil). Por força do artigo 57.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de agosto, a zona central da cidade de Angra do Heroísmo é designada como monumento regional.

2005

A 22 de junho, foi celebrado o acordo de gemação com a Cidade de Gilroy (Califórnia, EUA).

2011

A 21 de agosto, foi celebrado o acordo de gemação com a Cidade de Porto Novo (Cabo Verde).

2015


Concluído o restauro do Salão Nobre e da Sala de Sessões. A 14 de agosto, deu-se a gemação com Cartagena das Índias (Colômbia). A 27 de setembro, gemação com Jining (China).

2016

A 21 de agosto, celebrações dos 150 anos do atual Edifício Municipal e publicação da presente edição comemorativa.

Neoclássico: estilo da res publica





Desde que o homem criou meios para se fixar e deixar de ser nómada, a construção arquitetónica acabou por ser uma marca indelével, não só da sua presença, mas também do estatuto e do grau civilizacional em que se encontrava. Pelas construções, facilmente aferimos a inteligência, a qualidade de vida e o poder de uma determinada população. Quem nunca fez esse exercício ao olhar, mesmo que de soslaio, para as Pirâmides de Gizé no Egito, ou para o Partenon na Grécia? Esta característica do querer construir muitas vezes, acima das possibilidades humanas, fomenta a ambição entre os povos e é bem reveladora dos seus interesses e manutenção do seu estatuto. Por outro lado, negligenciar o património construído é, cada vez mais, um sinal de imbecilidade, diria, boçalidade, que uma sociedade esclarecida e ciente da sua memória e identidade não pode permitir. *A alegoria do património*, título de um livro de Françoise Choay, defende que o legado construído constitui um imperativo plausível que requer manutenção, conservação e, se necessário, restauro e que é, desde as descobertas de Pompeia e de Herculano, uma obrigação dos povos que vivem o presente, na senda da compreensão do futuro, quando tentam compreender esse mesmo passado. O próprio século XX abriu as portas a essa consciência, ao classificar, inventariar e proteger. A própria UNESCO criou listas de Património Classificado com um valor ainda mais universal. E, é dessa lista que a cidade de Angra do Heroísmo faz parte. Este facto, não deverá servir apenas de orgulho para nós angrenses,

terceirenses, açorianos e portugueses. É o orgulho de toda a humanidade, que reconheceu, através dos seus mais altos quadros e signatários, o legado riquíssimo que transportamos. Mas será isso suficiente? Será que com esta classificação deveremos todos dormir muito descansados? Será que é algo que não tem mais a ver connosco? O erro começa quando assumimos o óbvio! Há que continuar a trabalhar. A cidade não conta a sua história se os próprios habitantes e frequentadores dela não a valorizarem primeiro. Não se gosta do que não se conhece. As ameaças surgem sub-repticiamente: o turismo é canalizado para outras paisagens... e isso não é certamente o mais grave. Mais grave é não termos consciência do que temos, sem que, no entanto, haja necessidade de o sacralizar. A cidade tem de ser vivida, usada, calcorreada, amada. Fazer a alegoria do património é, também, falar dele, escrever sobre ele, estar nele. Cidades desertas não são mantidas. O amorfo afasta e agoniza e, todos os povos, mesmo os das civilizações mais poderosas, souberam isso e continuam a atestar essa verdade. A História repete-se, há que ter cuidado e há que estar alerta.

Não é com um sentido catastrófico que se deve dar o alerta, bem pelo contrário. Nos períodos áureos, todas as cidades procuraram imponência quando menos a sentiam ter e não foi muito diferente com Angra e com o seu edifício dos Paços do Concelho.

Se é certo que a arquitetura feita Sem Portugal durante o século XIX não tem incentivado os compêndios da História da Arte, também é certo

que, a arquitetura de oitocentos, é mobilizadora de interesse, no aspeto em que surgem, efetivamente, os primeiros arquitetos, no sentido etimológico do termo. A emergência desta profissão é coincidente com o neoclassicismo e com o ensino desta, nas escolas de Belas Artes. Os profissionais começaram a formar associações, com o intuito de defenderem os interesses da classe. No âmbito do setembrismo e com a participação dos membros da Academia de Belas Artes, é criada, em 1863, a *Associação dos Architectos Cívicos Portuguezes*, pelo arquiteto Joaquim Possidónio Narciso da Silva. É esta associação que irá acentuar, ao longo do século XIX, a sua vertente “arqueologista” e patrimonial, refletindo o estado da nação, em relação ao liberalismo materializado nas cidades, cujo movimento teve maior destaque. Assim sendo, não é por acaso que o lançamento da pedra fundamental do edifício dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo foi efetuado nas comemorações do vigésimo aniversário da Batalha da Praia, a 11 de agosto de 1849.

Traço distintivo dos regimes políticos da Grécia Clássica, os programas arquitetónicos de carácter público multiplicam-se com a instauração do estado liberal no Portugal pós-1820. A monarquia constitucional conferia o exercício do poder político a um parlamento e aos restantes edifícios da causa pública – da *res publica*. Nunca, como agora, a ideologia se conotara tanto com o espaço construído, quer seja ele o do edifício, quer seja o da cidade. Instalações condignas eram

exigidas às novas escolas, academias, teatros, bibliotecas, hospitais, palácios de justiça, gares, mercados, câmaras municipais, entre muitos outros espaços de utilização e vivência pública. Obras de raiz, ou adaptações dos edifícios existentes, muitos deles conventos extintos, foram efetuadas em grande escala. Todos pareciam merecer uma referência individualizada do novo estilo emergente: o clássico já não seria só obediente à norma. O clássico, tornara-se num novo clássico moldável aos apelos do conforto, da solidez e da ideologia que o associava a um valor não muito distante da *demokratia* grega e ateniense, que pretendia/prometia promover o poder do povo, se bem que, ainda, com algumas fragilidades.

A cidade do Porto foi um foco importante na propagação deste novo estilo arquitetónico, embora Lisboa experimentasse similares soluções no seu edifício municipal dos Paços do Concelho (1867)^[37] e no Teatro Nacional D. Maria II, mais antigo (1846). Contudo, o Palácio da Bolsa do Porto (1842) e as novas soluções revolucionárias e marcantes do Palácio de Cristal (1865),^[38] são bem o indício que algo de profundamente ideológico assentara no Portugal de então, disposto a mudar e a dar conta a todos dessa mudança.

37. Ano do desenho do alçado do edifício de Parente da Silva, que viria a ser concretizado no ano de 1882.

38. Demolido em 1951, para dar lugar ao Pavilhão dos Desportos, hoje Pavilhão Rosa Mota.

O Neoclássico

O Neoclássico foi um estilo que surgiu na Europa em meados do século XVIII e teve grande influência na arte e na arquitetura, sobretudo a partir do século XIX. Surge, como aliás surgiram todos os estilos, em reação ao anterior, nomeadamente ao Barroco e Rococó vigentes em força nos séculos XVII e XVIII. Mais do que um estilo, o neoclassicismo foi um movimento cultural, e teve como base os ideais do iluminismo e um interesse renovado pela cultura da Antiguidade clássica, retomando todos os princípios da moderação e do equilíbrio, em contraste com o excesso decorativo e dramático do Barroco. Com efeito, o surgimento dos estilos faz parte de uma dinâmica que surge em reação dialética e contrastante, porventura, resultante de um sentimento de insatisfação com o estilo antecessor, portanto, não é de

estranhar que o neoclássico seja uma espécie de filho do Renascimento, neto do classicismo greco-romano, se bem que mais próximo deste último do que do estilo do século XV. De facto, o objetivo dos artistas e arquitetos emergentes era o de reproduzir o mais fielmente possível as formas da arte grega e romana, sem plagiar, recorrendo aos novos métodos construtivos que, no entanto, permitiam outros alcances e grandezas de escala, sem detrimento de utilização de materiais nobres como a pedra, o mármore, o granito e as madeiras. Os sistemas construtivos, aparentemente simples, ocultavam esquemas mais complexos. As formas regulares, geométricas e simétricas ocultavam regras de ouro, escalas que tinham como medida principal a do próprio corpo humano. A recuperação dos frontões triangulares, das colunatas ou do sistema de vão de Vasari e de Serlio

são bem o exemplo da recuperação dos volumes corpóreos bem definidos, maciços e monumentais. Os interiores também não são descuidados, o recurso à pintura mural ou à pintura em relevo – o estuque – foi também uma constante, sem no entanto comprometer o conforto exigido.

São nestes princípios, bem definidos e S assentes, que se fundem os edifícios neoclássicos, que tão bem serviram às instituições públicas. Os ideias liberais, em que a causa pública deveria prevalecer sobre a causa privada, deram corpo a uma nova ciência urbanística de interpretação e caracterização clara do que era o poder e onde ele se exercia, portanto, não era de estranhar que um alçado com essas características não fosse bem aceite pela população, que via, também nele, os seus interesses defendidos, em contraposição ao caos e ao bárbaro, caracterizado e balizado na época pré-clássica. Ordem, simetria, proporção, equidade, mas ao mesmo tempo grandeza e poder, são os ideais preconizados pelo Neoclassicismo, estilo aliás adotado para o edifício dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

Não havendo memória descritiva do projeto do Palácio Municipal Angrense, ao que consta, devido ao facto de ainda não ser comum fazê-las, como aliás foi confirmado pelo Arquivo Municipal do Porto, pelo Arquivo Histórico do Porto e pelo Arquivo da Faculdade de Belas do Porto, detentora do arquivo da antiga Academia Portuense de Belas Artes, restam-nos, apenas, os códigos e as tipologias adotadas pelo estilo em causa. Saber um pouco do percurso do seu autor também poderá dar indícios para um melhor

conhecimento do projeto original, que foi, ao longo dos anos, sofrendo alterações, fruto dos constrangimentos financeiros que se fizeram sentir desde o lançamento da primeira pedra, até aos trabalhos de conclusão, e até mesmo, de decoração do próprio edifício. Na cronologia apresentada no início deste livro, aludi à permuta de verba no valor de 400 mil réis destinados à construção do coreto, pensado para ser construído no centro da Praça da Restauração e que, afinal, se acordou, por proposta do vereador Emídio José da Silva, ser destinado ao mobiliário necessário para povoar as salas vagas do tão nobre edifício, sala de visitas de uma cidade, “recentemente”, considerada, com o epíteto de Heroísmo.



O arquiteto e o edifício

Joaquim da Costa Lima Júnior (1806–1864), um arquiteto portuense^{39]} muito conhecido no seu tempo, lente de arquitetura civil na Academia Portuense de Belas Artes entre 1836 e 1864 e seu diretor interino entre 1853 e 1863. Oriundo de uma família de arquitetos consagrados, era sobrinho de Joaquim da Costa Lima Sampaio, autor do Palácio das Carrancas do Porto, atual Museu Soares dos Reis. O seu nome figura entre os mais notáveis arquitetos civis do Porto formados na Academia de Belas Artes daquela cidade. A 25 de julho de 1853 foi nomeado arquiteto da Câmara Municipal do Porto. É autor de vários projetos de reconhecido interesse e traça neoclássica, tais como o edifício do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, o Palácio da Bolsa e o Palácio Municipal de Angra do Heroísmo.

A escolha deste arquiteto, proposta pelo Vereador António José Rodrigues Fartura na deliberação de 2 de junho de 1848, poderá prender-se com este ser também portuense, que se instalara na ilha no ano anterior ao desta proposta. Era um conhecido e abastado comerciante do Porto, cidade em que mantinha negócios e contatos permanentes e, de onde certamente, devia conhecer aquele arquiteto, bem como a sua obra. Não são conhecidos de Angra outros projetos neoclássicos, pelo que a imponência deste estilo veio ao encontro ao gosto angrense, ávido por momentos idos de maior glória.

No entanto, esta deliberação não foi tomada em boa altura. O projeto, que custou 62\$620 réis, esteve patente ao público e foi aprovado em deliberação de 25 de agosto de 1848. A obra decorreu com muitas vicissitudes financeiras, ficando, por isso, suspensa vários anos. Em março de 1863, a Câmara estabeleceu com o já comendador Fartura um contrato para terminar o edifício num prazo de quatro anos, pelo empréstimo de 30 contos, que seriam pagos em 15 anos. O pagamento definitivo aos adjudicatários só foi finalizado com o auto de entrega do edifício, a 5 de fevereiro de 1879.

A ilha não estava ainda refeita das sucessivas crises causados pelas revoluções Liberais: as instituições públicas estavam na bancarrota, a economia, o comércio



Retrato de Joaquim da Costa Lima Júnior (óleo de José Joaquim Pirralho, Museu Nacional de Soares dos Reis)

39. Nasceu a 5 de setembro de 1806 e faleceu a 29 de janeiro de 1864.

e a indústria continuavam frágeis, como sempre estiveram; as consequências da extinção das ordens religiosas e dos conventos trouxeram novos problemas à sociedade; ao que acrescia a manutenção de uma agricultura servil, comandada por uma pequena aristocracia terratenente. O Governo Civil, a Junta Geral e o Poder Municipal viam-se a braços com mais exigências, fruto do progresso e da civilização iluminista: exigiam-se melhores estradas, melhor saúde pública para combater sucessivas epidemias, melhores portos, uma vez que se mantinham os mesmos desde o início da expansão, e os edifícios públicos estavam em colapso. Por tudo isso, adiaavam-se projetos ou impunham-se fintas e derramas, impostos diretos e indiretos sobre o povo, já depauperado. Em 1848, o delegado do Conselho de Saúde Pública do Reino alertava para a epidemia da *cholera morbus* asiática, já presente em outras cidades portuárias, e a que Angra não deveria ser exceção. A edilidade era chamada a tomar medidas que fossem ao encontro de uma maior higienização dos espaços e promovessem a saúde pública, de forma a que estas ações preventivas fumentassem o crescimento demográfico e uma maior qualidade de vida das populações. Entre essas medidas, obrigou-se os munícipes a limpezas junto das suas habitações e proibiu-se a circulação de suínos na cidade, entre outras deliberações de combate à insalubridade. Inicialmente, mal acatadas, estas medidas geraram focos de instabilidade social. Em 1850

a praga do *Coccus hesperidum*,^[40] invadiu os laranjais das quintas de São Carlos, o que afetou uma das principais riquezas da ilha. Este foi também o ano em que o concelho de Angra enfrentou outro problema: a crise cerealífera, sobretudo causada pelo trigo de má qualidade, considerada uma das causas de emigração para o Brasil. Foram identificados como problemas dos cereais, entre outros, «*a falta de mondar as terras; o trigo com sementes heterogéneas; as eiras mal preparadas, mal calçadas e mal varridas, ficando os trigos cheios de pedras e terras; a existência de pássaros daninhos; a colheita de cereais antes de estarem bem sazoados*».^[41]

MA falta de obras públicas ou da manutenção das existentes fez que, em 1844, o Governador Civil do Distrito de Angra, num discurso empolado, ciente destes problemas, sobretudo sentidos pelas populações rurais, impusesse que estas trabalhassem mais para a causa coletiva, cujo descuido seria, aliás, a fonte de todos os males. Assim, se abriram novos caminhos e pontes, se construíram novas igrejas, novos encanamentos e chafarizes, se entulharam os pântanos e charcos, se repararam muros e edifícios públicos à custa de muito trabalho, muito dele, também, feito aos domingos, para revolta do próprio clero, que exigia o descanso dominical, à semelhança de Deus.^[42]

Perante estes constrangimentos, seria de estranhar que a apresentação da proposta para construção do novo Paço

40. Uma espécie de cochonilha que ataca diversas espécies de plantas, com destaque para os citrinos, nos quais constitui uma praga que se reproduz rapidamente.

41. António Bento Fraga Barcelos, *O Município de Angra nos meados do século XIX: Poder e constrangimentos, uma leitura histórica (1844-1859)* – *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXII, p. 56.

Municipal não causasse celeuma, bem pelo contrário. Contudo, do que consta nos autos, a proposta foi bem aceite, apesar de alguma crítica minoritária. Demolir o antigo Paço^[43] teve também os seus custos, mas os festejos de pompa e circunstância com que lançaram a

de cobre e um duplicado em pergaminho do auto manuscrito.^[44]

O edifício de estilo contemporâneo, à época, reavivava o clássico e não destoava do clássico renascentista da traça urbana já existente e, sobretudo, tinha a anuência do Governo Civil e dos restantes vereadores. Ao que consta, também a opinião da imprensa local não levantou problemas de maior: afinal, era um edifício central e importante que dava uma «nova imagem de poder, de capacidade empreendedora, de afirmação e dignidade; compatíveis com a histórica cidade de Angra. A construção da nova Casa da Câmara correspondia perfeitamente a este desiderato e era tida como uma necessidade evidente».^[45]



Paisagem de Angra com a Câmara em construção (antes de 1866), ainda sem teto (Nestor Borralho, Col. Carlos Enes).

primeira pedra no dia 11 de agosto de 1849, nos vinte anos da Batalha da Praia e da vitória dos liberais contra os absolutistas, daria um novo elã à cidade, que se iria manter por 17 anos. Este foi um momento solene e digno: fechou-se a ata numa pequena caixa de bronze, adquirida ao ourives André Francisco por 24\$000 réis, e lá dentro colocou-se meia coroa e um quarto de coroa de ouro, meia coroa e um cruzado de prata, um pataco, um vintém, dez réis e cinco réis

António Bento Fraga Barcelos sintetiza de uma forma clara a importância deste empreendimento que marcou uma nova etapa na história da cidade: «Era assim a obra necessária, mesmo que dificilmente exequível, suficientemente imponente para calar as bocas e as consciências e justificar a falta de verbas para outras obras da responsabilidade da Câmara e do poder distrital, para as quais não existiam meios financeiros».^[46]

42. "Esta situação criou um diferendo entre o Bispo de Angra e o Governador Civil, e por cadeia, a Câmara de Angra" in: António Bento Fraga Barcelos, O Município de Angra nos meados do século XIX: Poder e constrangimentos uma leitura histórica (1844-1859) - Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. LXII, p. 40.

43. A 15 de julho de 1848, começaram as obras de demolição, tendo sido primeiro a Câmara transferida para a Casa da Guarda, moradia municipal desde 1641 e situada no canto da Rua Direita com a Praça, sendo que, a 14 de dezembro de 1854, mudaram-se para uma casa na Rua do Marquês n.º 4.

44. Ver anexos: Auto de Lançamento da Pedra Fundamental.

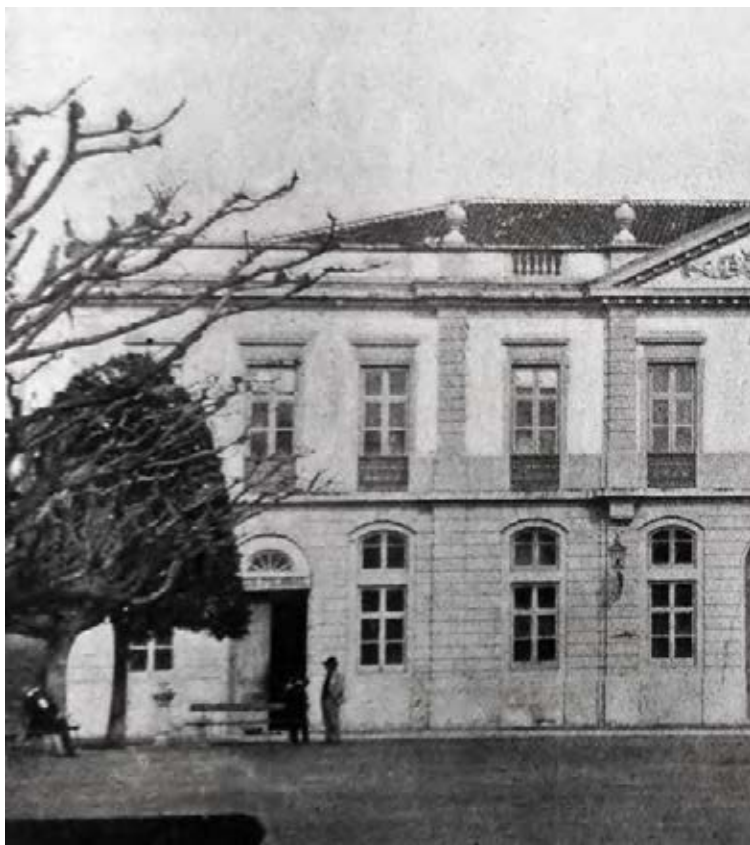
45. António Bento Fraga Barcelos, O Município de Angra nos meados do século XIX: Poder e constrangimentos uma leitura histórica (1844-1859) - Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. LXII, pp. 47,48.

46. António Bento Fraga Barcelos, O Município de Angra nos meados do século XIX: Poder e constrangimentos uma leitura histórica (1844-1859) - Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. LXII, p. 48.

No local onde foi construída a terceira casa da Câmara, ou seja a atual, foi o local onde, sensivelmente, foram construídas as duas antecessoras, se bem com a existência de ruas de ligação por detrás desses edifícios, que não se mostravam tão recuados como atualmente: «*Nesta mesma Praça existiu sempre a casa do Senado Angrense, sendo a primitiva muito mais adiante da actual, havendo por detrás do edifício uma pequena rua que estabelecia comunicação entre a Rua do Gallo e a Ladeira de São Francisco. Quando em 1610 foram ampliadas as cazas da Câmara, os novos Paços recuaram ao ponto em que estão hoje, desaparecendo a pequena rua de que falámos, ao mesmo tempo que se ampliava a Praça com a compra de muitas cazas que lhe ficavam em volta. Nos baixos do edifício estavam as cadeias e ao centro erguia-se uma torre com um pequeno sino destinado a dar o signal para as reuniões dos camaristas, toque de recolher, etc.*»^[47]

O edifício dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo é considerado o mais belo palácio municipal dos Açores. Nas suas salas encontram-se peças de inestimável valor histórico e patrimonial. Os

novos Paços do Concelho foram inaugurados a 11 de agosto de 1866, com pompa e circunstância, apesar o edifício ainda não estar terminado, faltando nomeadamente a decoração do Salão Nobre, a pintura exterior, o assoalhamento de algumas divisões e o portão da Ladeira de São Francisco.



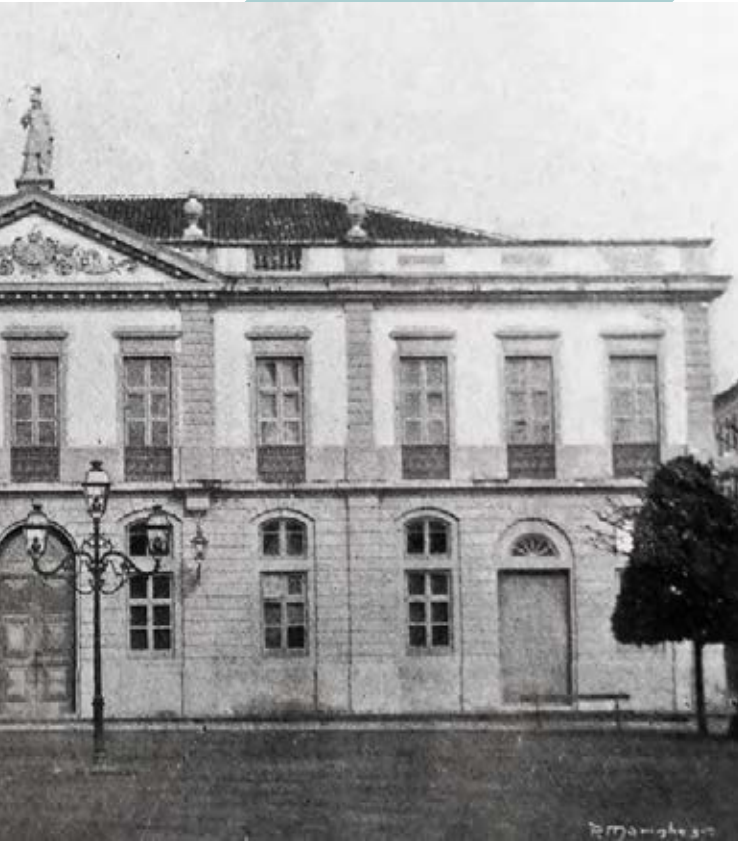
Fachada da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo no início do século XX.

Com 36 m de largura e 21 m de profundidade, é um edifício de planta retangular de massa simples e cobertura homogénea, com um telhado de quatro águas, que apresenta uma

47. Alfredo da Silva Sampaio, *Memória sobre a Ilha Terceira*, 1904.

fachada de dois pisos: o primeiro com embasamento e revestido a cantaria, em silharia fendida; o segundo percorrido por embasamento de cantaria, com pilastras de igual silharia nos cunhais e a definir panos, terminadas em friso e cornija sobreposta por platibanda plena. As fachadas são rebocadas e pintadas

maciço, coerente, simétrico, rasgado por altas janelas de varandim no piso superior, de verga reta com moldura, contrastando com as de verga curva no rés-do-chão. Remete-nos, de imediato, para o sistema serliano adotado no Renascimento, em que o intercalar subtil dessa caligrafia arquitetónica é uma constante. O uso de pedra à mostra e de pedra rebocada, proveniente das pedreiras do Cirurgião e da Serra, também fazem parte dessa dialética constante, nada surpreendente, até demasiado previsível. Se apenas estes elementos arquitetónicos simples nos dão informações sobre o estilo, poderemos ainda enfatizar essa afirmação pela existência de um frontão triangular tão ao gosto greco-romano, testado desde os tempos do Pártenon, com a adoção imediata do sistema trilito encimado/rematado com balaustrada. As fachadas laterais são semelhantes, rasgadas por sete eixos de vãos, de igual modinatura



de branco, decoradas por almofadas retangulares de cantaria. No piso térreo, rasgam-se três eixos de vãos, separados por pilastras, com o portal central, em arco de volta perfeita, com aduelas em cunha. O edifício obedece, como já se aludiu anteriormente, à traça arquitetónica própria do estilo neoclássico: a existência de um volume

às da frontaria.

A utilização do número ímpar de vãos na fachada permite a existência de uma porta principal e de uma janela nobre para a saudação do presidente aos seus concidadãos. O frontão triangular, de cornija denticulada encimado por uma estátua feminina de mármore, alegoria, aliás, da própria cidade,

confere o remate e a monumentalidade que faltava. O tímpano é decorado pelas armas da cidade, envolvidas por motivos fitomórficos em relevo de cantaria. Se a fachada cumpre mais do que a grandeza do alçado lateral, este facto deveu-se aos constrangimentos financeiros inerentes à construção do próprio edifício.

A entrada principal dá acesso ao amplo vestíbulo, tendo frontalmente uma galeria com arcada de três arcos de volta perfeita, sobre pilastras toscanas, coberta por falsas abóbadas de cruzaria, em estuque; lateralmente, por meio de arcos de volta perfeita nos topos da galeria, procede-se a distribuição espacial e em frente, inseridos nos arcos, existem portas de verga reta, de moldura recortada; a partir do arco central desenvolve-se a escada de ligação ao andar nobre, de dois braços convergentes e o primeiro lança comum. No patamar intermédio, onde se expõe o busto do Infante D. Henrique, rasgam-se três amplas janelas retangulares com vitrais de autoria de Abraham Abohbot, do princípio do século XX, representando a heráldica da cidade de Angra do lado esquerdo, ao centro, as armas nacionais e do lado direito, as antigas armas municipais com a Cruz de Cristo configurada na forma de uma cruz latina. Ao nível do segundo piso, as salas são revestidas a tecido adamascado de motivos vegetalistas. O vestíbulo, com colunas num dos lados, tem amplo tapete de Arraiolos, uma mesa de bufete, em madeira de pau-santo, de finais do séc. XVIII. Destaque também para a Sala de Sessões, com o mobiliário do hemiciclo em madeira de jacarandá, ostentando

em talha os três brasões usados pelo município ao longo dos séculos. O Salão Nobre tem teto de estuque policromado com a insígnia do concelho. A decoração original interna e externa, bem como as plantas dos pavimentos, estiveram a cargo do arquiteto Germano César Pereira de Moraes Sarmento.^[48] Madeiras da flandres e de pinho resinoso assoalham e revestem os vãos.

Ambicioso para a época, o edifício não deixou de ser construído, nem deixou de fazer os angrenses sonhar, tal a dignidade que este volume deu à praça e à cidade. Ponto de encontro do passado, do presente e certamente do futuro, a Praça Velha ganhou com o edifício a ousadia de se ter pensado que Angra se transpunha para além dos limites da própria ilha.

A fachada é coincidente com o edifício, demolido em 1916, da Câmara Municipal do Porto. Construído em 1833, com desenho de Joaquim Cardoso Vilanova, era de dimensões semelhantes ao de Angra. Também este edifício ostentava frontão triangular encimado com uma estátua alegórica «Porto» também de escudo mas em vez do açor segura uma lança. O capacete alado difere do ostentado por «Angra», em que apenas se vislumbra o penacho ou crina que cai sobre as costas. Em ambas as cidades, parece ter sido o mesmo ideal que se procurou para o edifício neoclássico dos respetivos Paços do Concelho, como se pode ver na imagem.

48. Este arquiteto foi um aluno distinto da Academia de Belas Artes de Lisboa, cujo diploma lhe foi atribuído em 1858. Foi nomeado no ano seguinte desenhador de obras públicas, tendo sido transferido para Angra do Heroísmo para igual cargo em 1860.



Fachada da antiga Câmara Municipal do Porto, antes da sua demolição em 1916.

«Angra», a Atena Angrense

A estátua alegórica «Angra» que encima o frontão triangular exterior do edifício dos Paços do Concelho é de autor desconhecido mas, certamente, de escultor portuense. Datada da segunda metade do século XIX, teve como modelo a figura que serve de mão à campainha em prata dourada oferecida ao município por D. João VI. Em posição de *contraposto*,^[49] em que o peso do corpo é sustentado por uma das pernas, calça sandálias gregas, assemelhando-se a uma Atena.

Enverga um vestido de várias camadas, com drapeados meticulosamente esculpidos. O rosto sereno, de beleza clássica, observa o açor que segura na mão direita e com a



Estátua «Porto» que encimava o frontão da antiga Câmara Municipal.

49. Posição clássica que quebrou com a rigidez das esculturas estáticas e hieráticas e, normalmente, é atribuída como uma composição pioneira ao Efebo de Kritios.

mão esquerda, segura o escudo, tal como a sua congénere da cidade do Porto. Na cabeça ostenta um elmo com penacho que cai em forma de rabo-de-cavalo sobre as costas. Apesar da óbvia inspiração, difere em múltiplos detalhes da figura que encima a campainha de prata dourada que lhe serviu de modelo.

A colocação da «Angra» sobre o frontão dos Paços do Concelho, no dia 28 de dezembro de 1865, foi inspiração para a ode composta pelo jornalista e poeta angrense José Augusto Cabral de Mello, publicada na edição n.º 1352, de 4 de janeiro de 1866, do jornal *O Angrense*, ao tempo órgão do Partido Progressista local.

Depois de 113 anos, quase contados ao dia, sobre o frontão dos Paços do Concelho, a 12 de janeiro de 1980 «Angra» foi apeada, já que, em consequência do terramoto de 1 janeiro daquele ano, a segurança do edifício assim o exigia. Ficou por alguns dias exposta na Praça Velha, sendo depois recolhida ao átrio principal da Câmara, onde permaneceu até à conclusão do reforço estrutural do edifício, voltando ao seu lugar original a 13 de junho de 1984.



Pormenor da campainha de prata dourada, oferecida ao Município por D. João VI, que serviu de inspiração à escultura da «Angra».



«Angra» no átrio da Câmara Municipal, durante as obras de reforço estrutural do edifício após o sismo de 1 de janeiro de 1980 (Pedro de Merelim, 1984).

150 anos a olhar Angra

*No teu alto vejo-te linda
No chão vi-te triste arrasada
Daí vês a tua cidade encantada
Vês a nossa gratidão – Malombra*

Paulo Mendonça, 6 de fevereiro de 2015



Fotografia de Paulo Mendonça.

Ode à «Angra» por José Augusto Cabral de Mello

in O Angrense, n.º 1352, de 4 de janeiro de
1866, pp. 2-3

“Ao ver alçar sobre o frontão do magnífico paço municipal que acada de construir-se a belíssima estátua representativa de Angra, senti tão vivo prazer, tão patriótico impulso que, reanimando o meu espírito, já um pouco abatido pelos anos e as desventuras, me fez emprender a seguinte Ode.

A cidade de Angra, como a ilha Terceira de que é capital, foi sempre célebre, nas crises mais arriscadas da monarquia portuguesa, por sua fidelidade, valor e constância. Os seus feitos memomáveis, nas diferentes épocas difíceis, recordam-se, ao que me parece, nesta débil composição poética.

Fulguei que, na idade septuagenária, quando me vai fugindo a vida no público serviço, me era lícito entoar, na linguagem das musas, os feitos gloriosos do país que me dera berço, pondo assim provavelmente o remate às minhas produções literárias, e deixando aos vindouros um testemunho não equívoco de que amei as coisas pátrias, e busquei avivar de algum modo os honrosos títulos da antiga capital dos Açores.”



José Augusto Cabral de Mello (Charles Legrand).

José Augusto Cabral de Melo e Silva (Angra, 22 de Janeiro de 1793 - Angra do Heroísmo, 16 de Outubro de 1871) foi um poeta, latinista, jornalista e intelectual açoriano. Além de poeta de mérito, o seu trabalho mais importante é a tradução integral das Odes de Horácio. Erudito e multifacetado, desenvolveu um grande labor literário e poético, correspondendo-se com os principais intelectuais portugueses do tempo, entre os quais Almeida Garrett. Cultor da caligrafia artística, escreveu o «Auto de Lançamento da Pedra Fundamental do Edifício dos Paços do Concelho», a seguir reproduzido.

Ode

dedicada à elevação da estátua representativa de Angra sobre o frontão do magnífico paço municipal, em o dia 28 de dezembro de 1865.

Et pius est patriae facta referre labor

E pio é o labor de narrar os feitos da sua pátria

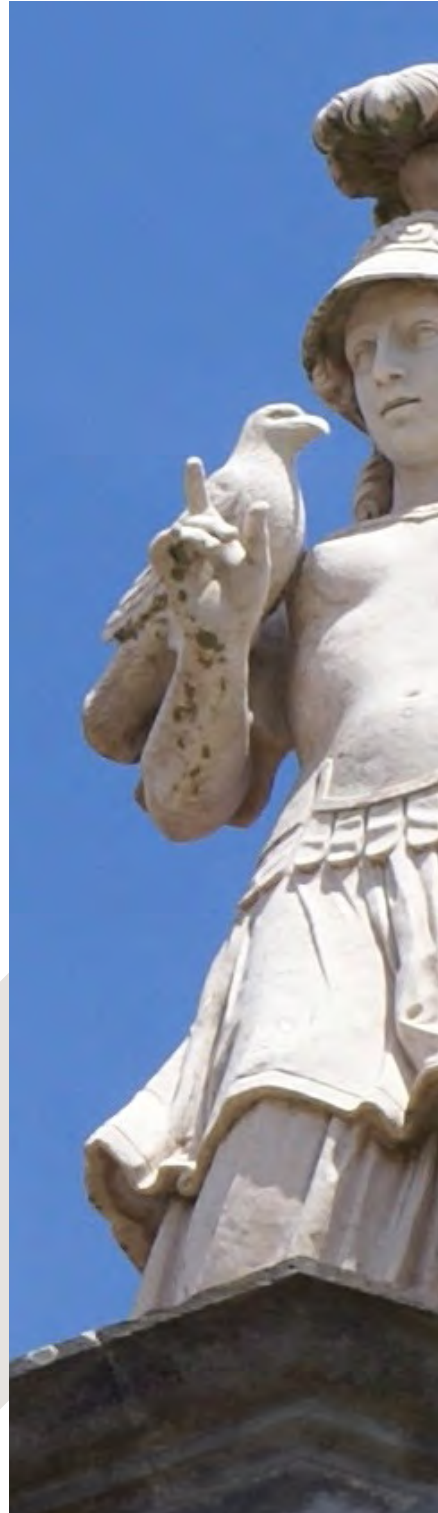
Ovídio, *Tristia ex Ponto*, livro II (elegia)

*Sobe, abrilhanta, majestosa estátua,
O soberbo edifício
Amplio, formoso, que fundara
O digno sempre município angrense:
A glória da cidade
Que representas, leva
Aos séculos vindouros!*

*Recorda aos nacionais e aos estrangeiros
As grandes gentilezas,
As façanhas magníficas e raras,
Que, em várias eras, o amor da pátria,
O brío, a lealdade,
A valentia, o esforço,
De seus filhos obraram.*

*Oh! quando um jovem rei, de ânimo heróico,
Mas de indómito espírito,
Foi n'África perder... Oh mágoa, oh dor!
A honra, o brilho, a glória portuguesa;
E, após do fraco Henrique,
Veio um Filipe astuto
Avassalar o reino:*

*Que via a pátria e o mundo – Um rei legítimo
Na ínclita Terceira
Já aclamado! Era o prior do Crato
O ídolo seu; e Angra se estremava
No amor, na lealdade,
Ao descendente ilustre
De seus grandes monarcas.*





*O déspota de Espanha armadas hostes,
Em soberbas esquadras,
Conquistar manda prepotente a ilha:
Mas desfez-se a primeira, em sangue envolta,
Nos rochedos da Salga,
E outras repelira
O nobre angréense esforço.*

*E se a final, depois de cem combates;
Pode uma armada imensa
Poderosa vencer a ilha inteira;
Se curvada sofreu, por lustros doze,
O tirânico jugo;
Angra, reanimada,
O sacudiu ovante.*

*Uniu o brado seu de Lísia ao brado:
Aclamou gloriosa
Rei dos Lusos ao Duque de Bragança,
O excelso D. João IV, e, combatendo
Intrépida e valente
As forças inimigas,
Venceu-as, expulsou-as.*

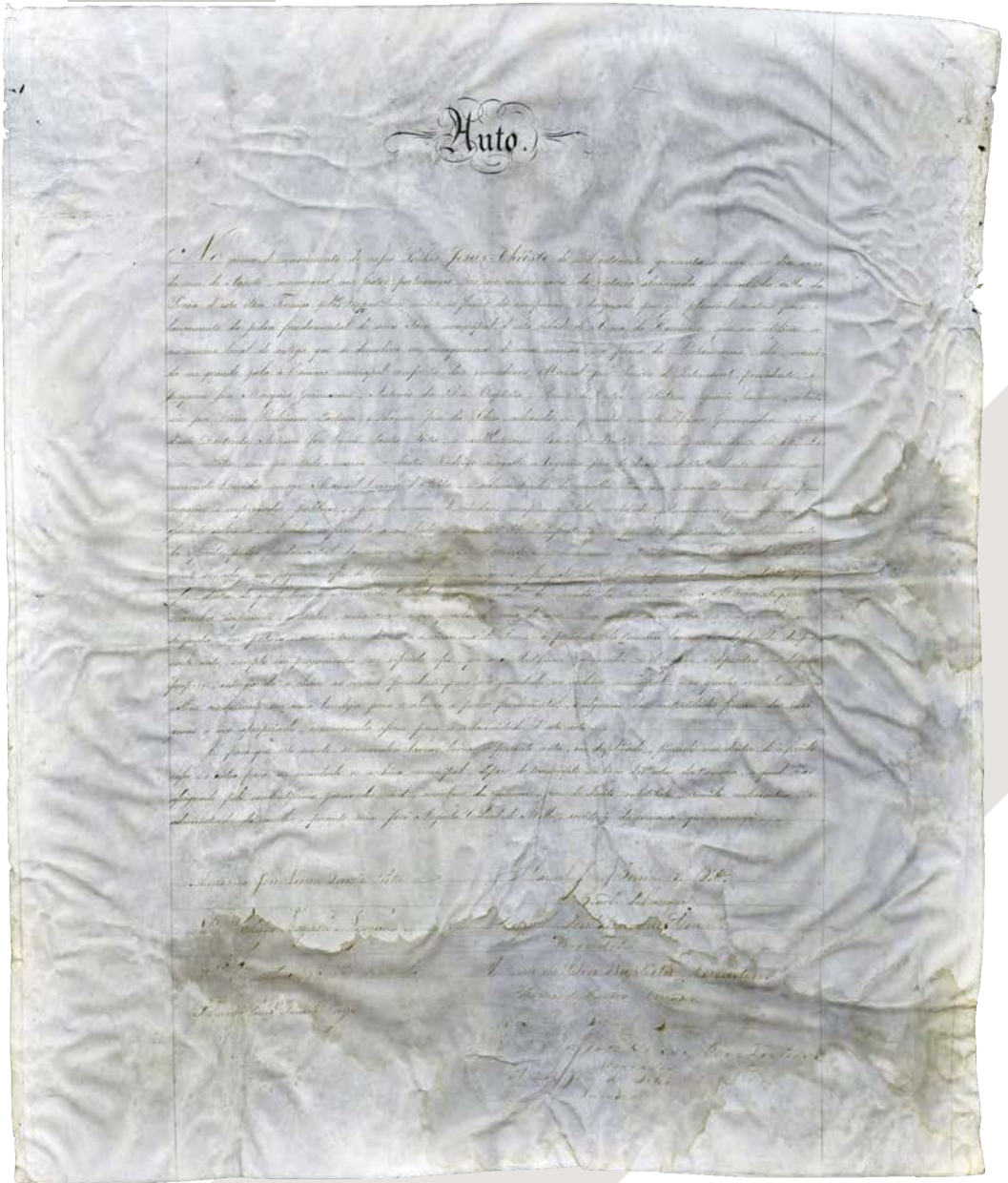
*Quando... míseros tempos! A discórdia
Fêriu os lusos peitos,
E os separou cruenta em dois partidos,
Liberal e realista, Angra, abraçando
O código jurado
Das liberdades pátrias,
Alçou seu nome às nuvens.*

*Fez prodígios imensos, assombrosos,
De valor e constância;
Obrou ações heróicas, sustentando
Da alta rainha os sólidos direitos,
E alfim desbaratando
As guerreiras falanges
Do contrário partido.*

*Foram seus feitos lúcidos a origem
D'esses claros triunfos
Que o cetro de ouro, sobre o trono avito,
Deram ao génio tutelar da pátria:
Eles coroados foram;
Angra lhes deve o título
De – cidade do Heroísmo. –*

*Oh! Brilhem sempre, eternamente dourem
As páginas da história!
Angra que os realizou, Angra famosa
Que vezes duas foi corte de príncipes,
Oh! Angra, agradecida,
Em sua estátua aceita
Os públicos aplausos.*

Auto de lançamento da pedra fundamental



O manuscrito do auto original é em suporte de pergaminho muito fino, embora resistente. O duplicado deste, foi enterrado no cofre que se encontra sob a pedra fundamental dos Paços do Concelho.

Auto

No anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e nove, no dia onze do mez de Agosto, memorável nos feitos portugueses por ser anniversario da victória alcançada no areal da villa da Praia d'esta ilha Tercera pelas tropas leais contra as forças da usurpação, e designado por esse plausível motivo para o lançamento da pedra fundamental do novo Paço municipal d'esta cidade de Angra do Heroísmo que vae edificar-se no mesmo local do antigo que se demolira em consequência de suas ruinas, na praça da Restauração, ahi reunida em grande gala a Câmara municipal composta dos vereadores Manuel José Pereira de Betencourt, presidente, e Joaquim José Marques Guimarens, António da Silva Baptista, Thomé de Castro, Estulano Ignacio Parreira, António José Vieira Rodrigues Fartura, Thomaz José da Silva, achando-se presentes o excellentíssimo Governador-Civil d'este Districto António José Vieira Santa-Rita, o excellentíssimo Barão de Bastos, general comandante da 10^a divisão militar, com seu estado-maior, o doutor Rodrigo Zagallo Nogueira juiz de direito substituto d'esta comarca, o reverendo ouvidour cônego Manuel Corrêa d'Avila, o administrador do Concelho Francisco Lucio Duarte Reys, funcionários e empregados-públicos, e grande número de cidadãos conspícuos, todos convidados pela Câmara para assistirem a esse acto solemne, achando-se formado a um lado o regimento 5 de infantaria, se proceda effectivamente ao lançamento da referida pedra fundamental da maneira seguinte. Estando sobre uma mesa colocada no sobredito local e devidamente ornada, um pequeno cofre de bronze e algumas insígnias, foi pelo excellentíssimo Governador Civil aberto esse cofre, dentro do qual lançou o reverendo Ouvidor várias moedas do reinado de Dona Maria Segunda, Rainha imperante, a saber, meia-coroa e um quarto de coroa de ouro, uma coroa, meia coroa e um cruzado-novo de prata, um pataco – um vintém, dez réis – e cinco réis de cobre: o presidente da Câmara lançou um duplicado do presente auto, escripto em pergaminho, no referido cofre, que o excellentíssimo Governador Civil fechou e depositou no lugar próprio, entregando a chave ao mesmo presidente para se guardar no archivo municipal: os quatro vereadores mais velhos conduziram em uma bandeja para o alicerce a pedra fundamental, e algumas das autoridades fizeram das insígnias o uso apropriado, concorrendo assim para a solenidade deste acto.

E para que isto conste, se mandou lavrar o presente auto, em duplicado, ficando um dentro do referido cofre, e outro para ser guardado no archivo municipal, depois de transcripto no livro das actas da Câmara, o qual vae assignado pelo excellentíssimo Governador-civil, membros da Câmara, juiz de direito substituto, ouvidor eclesiástico, e administrador do concelho, perante mim José Augusto Cabral de Mello, secretario da Câmara, que o escrevi.

Seguem-se as assinaturas.

Identidade e memória

A 16 de junho de 1966, deliberou a edilidade angrése aprovar a proposta do seu Presidente Dr. Francisco Moniz de Oliveira, de reunir um opúsculo ilustrado com os artigos do jornalista Pedro de Merelim, que foram publicados semanalmente no vespertino local *A União*, subordinados ao título «*No 1.º Centenário do Palácio Municipal de Angra*». Efetivamente, o livro publicado em 1966, sob o título de *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo* foi, mais tarde, acrescentado em duas

sucessivas edições, no ano de 1972, devido aos escassos exemplares editados de pronto esgotada, e em 1984, sendo esta última edição comemorativa dos 450 anos de elevação a cidade. É nesse seguimento que surge, então, o presente livro, que mantendo o título, compila as edições referidas e complementa o trabalho iniciado pelo jornalista Pedro de Merelim que terminou a sua investigação, precisamente, no ano de 1980.

Em 2016 comemoram-se os 150 anos de inauguração dos Paços do Concelho da



edilidade angrense, pelo que, a Câmara, considerou oportuno, dar seguimento ao trabalho iniciado 50 anos antes, sendo a consulta de documentação, em atas e imprensa local, uma tarefa essencial para a produção do texto em falta, acrescentando os 35 anos de obras e melhoramentos do Paço Municipal, ou seja o período de 1980 a 2015. Assim sendo, foi para mim uma honra a coordenação e a conceção dos textos, bem como o inventário do património móvel e integrado de maior valor histórico e artístico, além de dar continuidade ao trabalho de um conceituado jornalista e escritor a quem a ilha Terceira muito deve.

Foi também incluído neste livro um texto de João Dias Afonso, de 1954, sobre a Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo – *Apontamentos históricos dos seus 75 anos rebuscos sobre outras bibliotecas*. Nesse texto, publicado em separata do *Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo*, e impresso na Tipografia Andrade, são relatados os principais acontecimentos em torno da fundação dessa biblioteca, desde a doação de mais de três mil livros, efetuada pelo Dr. Francisco Jerónimo da Silva, «*ilustre terceirense e um dos mais notáveis advogados portugueses da 1.ª metade do século XIX*».

Fundada em 1876, os fundos desta biblioteca foram posteriormente transferidos para a nova Biblioteca e Arquivo Distrital, instalada no Palácio Bettencourt, sendo o seu primeiro diretor o Dr. Manuel Baptista de Lima. Na apólice de seguro de 1919, a Biblioteca Municipal, que funcionava no rés-do-

chão dos Paços do Concelho, detinha entre os bens camarários o maior valor patrimonial, estando descrita da seguinte forma: «*uma mesa de nogão com vinte gavetas, nove cadeiras de assento de palhinha, estantes pequenas, móveis para leitura, duas escadas, um relógio, três retratos emoldurados, sendo um deles a óleo, um reposteiro com galeria e argola de metal, uma bacia de louça com torneira, três estantes de madeira de nogão, duas estantes de madeira de jacarandá que pertenceram a Almeida Garrett, quatro escarradores de louça, existindo a essa data 8446 volumes, além de outros que se encontram em catalogação*». [52] Na apólice de seguro do ano seguinte, está referenciado o valor de 16\$949 contos de réis, o mais elevado de todas as secções municipais. Em 1937, a biblioteca contava com cerca de 9000 livros, num valor global de 680 000\$00. [53]



Detalhe da estante que pertenceu a Almeida Garrett.

52. Apólice de seguro dos bens móveis dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo de 1919. (Anexos).

53. Ver anexos.

Pedro de Merelim

Joaquim Gomes da Cunha nasceu em Merelim (S. Pedro), Braga, base do seu pseudónimo principal, aos 11 de julho de 1913. Filho de António Correia da Cunha, professor primário, falecido em 1916, e de Maria Gomes da Cunha, finada em 1923. Até aos 18 anos viveu acolhido na casa de um parente afastado, iniciando com essa idade, a sua vida independente em Braga, onde frequentou a Escola Comercial e Industrial Carlos Amarante.

Veio para Lisboa em 1931, ao serviço da vida militar, abelitando-se com o 3.º Curso Regimental. Um autodidata, portanto.

Deve-se na capital até 1941, ano em que veio para a Terceira, como convocado, no posto de furriel miliciano, destinado ao B.I. 17, para reforçar a guarnição local, por ocasião da Segunda Grande Guerra. Em Angra se radicou, casou, fundou lar.

Usa ainda outros pseudónimos: *Carlos Alfaia*, *Rui Marco* e *Paulo Manuel*, compostos os dois últimos pelos nomes dos seus netos.

No meio centenário que contamos com atividade literária e jornalística, além de uma vintena de volumes publicados (teor histórico), deixamos colaboração nos periódicos: *Jornal do Exército* (estrela), *Voz de Belém*, *O Século*, *Portugal*, *Madeira e Açores*, *Correio das Ilhas*, *Pátria Portuguesa*, *Mais Alto*, *O Primeiro de Janeiro* (cerca de duas décadas), *A Voz da Nazaré*, *Jornal do Comércio*, *Notícias da Guiné*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Fall River*, *Madeira-Açores*, *Correio dos Açores*, *Diário dos Açores*, *O Dever*, *O Telégrafo*, *Correio da Horta*, (...), *A Pátria*, *Diário Insular*, *A União* (durante 38 anos) e revista *Atlântida*, também com larga permanência. Ainda chefiámos o gabinete de informação do Rádio Clube de Angra e servimos, como correspondente local, as agências noticiosas *Association Press* e *Lusitânica* até à extinção desta.



Pedro de Merelim.

João Dias Afonso

João Dias Afonso (1923-2014) nasceu em Angra do Heroísmo, na Rua de Jesus, a 27 de agosto de 1923. Foi um notável jornalista, poeta, escritor e investigador da história da baleação açoriana. Foi bibliotecário da então Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo, transitando, como técnico superior para Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, onde exerceu funções até se aposentar. Foi redator da antiga Agência Nacional de Informação em Lisboa. É autor da *Bibliografia Geral dos Açores* e colaborador de vários jornais, boletins e revistas, entre os quais o *Diário Insular*, *A União* e o *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*.



João Afonso, 1967.



ACLAMA

D. JOAQU

O POVO DE ANGRA



IV NO DIA 27 DE

MARÇO DE 1641



viva Portugal
viva El-Rei D. João IV



Capa da 1.ª edição da *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo* (1966).



Capa da 2.ª edição da *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo* (1972).



Capa da 3.ª edição da *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo* (1984).

As páginas que se seguem são de autoria de Pedro de Merelim. Sob o mesmo título de «Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo», aqui se compõem as três edições do livro, revistas e aumentadas, respetivamente: a edição comemorativa do centenário de 1966, a de 1972 e a de 1984, todas elas, à data desta edição já esgotadas. A edição de 1984 é a mais completa, embora se verifique que há imagens que constam apenas da primeira edição e que se incluíram. Optou-se por colocar o índice nesta sequência, por forma a não o confundir com o índice inicial da obra. Procurou-se a integridade dos livros, sem desvirtuar qualquer um dos originais. Quando se verificou que o texto da terceira edição se mostrava mais completo ou corrigido, optou-se sempre por colocar este último, em detrimento das duas edições anteriores. Sempre que se verificou um maior esclarecimento da informação ou apuramento da linguagem por parte do autor Pedro de Merelim, em relação às duas primeiras edições, optou-se, em caso de dúvida, pelos textos contantes da terceira edição. Sempre que se verificaram gralhas ou erros, estes foram corrigidos. As imagens constantes nestas páginas encontram-se localizadas no texto e legendadas tal como nos livros originais, excepto em algumas ocasiões que, por razões gráficas e de lógica do conteúdo, foram reordenadas. Como não foi possível obter os espécimes fotográficos que deram origem às ilustrações, digitalizaram-se dos livros as que apresentavam melhor qualidade, sendo que, algumas, apresentam algum granulado, resultante das impressões à época em que foram produzidas, ou das marcas de estragos causados pelo tempo, ou resultantes da utilização de fotografia antiga do século XIX ou de inícios do século XX. O português utilizado é pré-acordo ortográfico, por forma a manter a linguagem original. Os textos das três edições foram unificados de forma coerente, tentando não desvirtuar as ideias e a escrita do autor.

Assunção Melo

Apresentação

Primeira edição

Deliberou a Edilidade, aprovando proposta do seu Presidente, sr. dr. Francisco Moniz de Oliveira, em sessão de 16 de Junho de 1966, reunir num opúsculo, ilustrado com diversos aspectos, a série de artigos que o jornalista Pedro de Merelim publicou no diário local *A União*, na epígrafe «*Uma vez por semana*» e subordinada ao título «*Nô 1.º centenário do Palácio Municipal de Angra*».

Além do seu valioso recheio histórico e da própria celebração da efeméride, traduz esta edição, oportuna e louvável, significativa homenagem aos Camaristas que, vencendo mil dificuldades sobretudo de ordem financeira, dotaram a cidade com o edifício público mais notável e grandioso do Arquipélago dos Açores.

Angra do Heroísmo, 1966

Segunda edição

Em razão do exarado na acta de 5 de Novembro de 1970 – e como deste opúsculo de «*notável projecção e apreço*» sòmente escassos exemplares restam, – deliberou a Câmara, por unanimidade, mediante proposta do seu Presidente, Sr. Dr. Francisco Moniz de Oliveira, em sessão de 16 de Setembro último, mandar fazer a sua reedição, convidando o autor para a rever, actualizar e acrescer se de novos elementos para tanto dispuser.

Embora, pois, o mesmo título conserve de «*Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*», o presente recheio ultrapassa essa dimensão.

Angra do Heroísmo, janeiro de 1972

Terceira edição

Não seria de esperar que meia dúzia de artigos trazidos a lume num periódico local, sobre a edificação dos Paços do Concelho, se revestissem do êxito alcançado e dessem uma terceira edição, como a Câmara Municipal, da presidência de Leopoldino Tavares, deliberou em sessão de 7 de abril de 1983.

Correndo em 1984 o 450.º aniversário da elevação de Angra a Cidade em 21 de Agosto (era Vila desde de 1478) e da criação da Diocese Açoriana a 3 de Novembro, com Sede nesta Cidade, duas Efemérides realmente primaciais, não deixará por certo este livro de constituir presença concreta nas comemorações com que se pretende assinalar o duplo acontecimento histórico.

Publicação acrescida de dezenas de páginas, pelo autor, estampas do sismo deoitenta e outras que valorizam a edição.

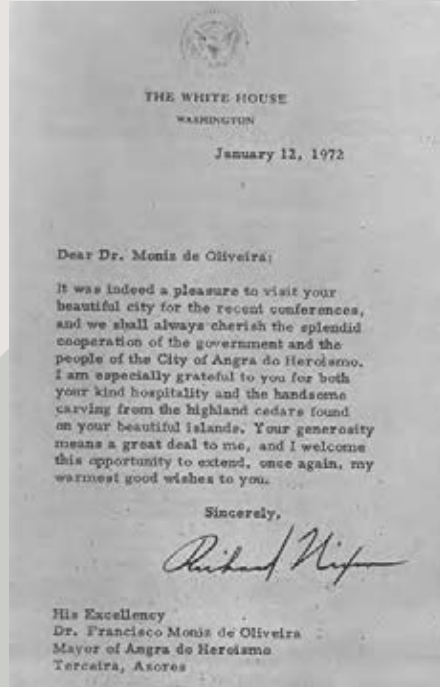
Angra do Heroísmo, 1984

A Cimeira Atlântica

A 12, 13 e 14 de dezembro de 1971, Angra do Heroísmo acolhe a Cimeira do Atlântico.



Dos esdistas mundiais que Angra hospedou, durante a «Cimeira Atlântica», realizada em 13 e 14 de dezembro de 1971, a foto mostra os três maiores, vendo-se, da esquerda para a direita: Richard Nixon, Chefe do Executivo dos Estados Unidos da América; Marcello Caetano, Primeiro-Ministro Português; e Georges Pompidou, Presidente da França.



Quatro aspectos da visita do Presidente do Conselho à Câmara, em 13 de Dezembro de 1971, vendo-se: em cima – no Salão Nobre, o Professor Marcello Caetano, ladeado pelos Governador Civil, Doutor Machado Pires (direita) e Presidente da Edilidade Doutor Moniz de Oliveira; ainda no primeiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros (último da esquerda). Em baixo: o insigne Visitante assina o Livro de Ouro, na presença do anfitrião e do Chefe do Distrito, respectivamente.



I

Desde quando data a abertura da primeira Câmara de Angra? João Vaz Côrte-Real teria criado o Senado Angrense em 1474.^[55]

Elevada a vila em 1478 e a cidade em 21 de Agosto de 1534, o burgo cujo elegante traçado, similar ao da Lisboa pombalina, mas com duzentos e noventa anos de antecedência, se atribui a Álvaro Martins Homem, no primeiro decénio do século XVII por «*estarem as velhas casas da Câmara arruinadas e não ter cadeia*» se decidiu erguer a nova sede municipal, mais conforme às necessidades e circunstâncias – e demolir antigos casebres vizinhos que faziam «*ilhéu dentro da cidade*», onde as imundices se acumulavam e se cometiam malefícios^[56].

O marquês de Castelo-Rodrigo, vice-rei, então despachou que «*fazendo-se a praça*», a expensas particulares se edificasse a cadeia nova^[57], mudando-se, entretanto, «*a casa da Câmara e Audiência para os Altos da Alfândega, por serem casas de El-Rei e estarem desocupadas*».^[58] E logo as entidades de primeira evidência acudiram com o seu tributo, inaugurando a lista D. Jerónimo Teixeira Cabral, bispo diocesano, com 40\$000 réis, seguido do mestre do campo D. Pedro

55. O dr. Sampaio refere ter sido em 1480, aditando ser composta por três vereadores, um procurador do concelho, quatro dos mesteres, um tesoureiro e um escrivão. A Câmara pertenciam dois juizes o que servia de Presidente e o substituto no seu impedimento, ainda incumbindo a este os despachos nos feitos cíveis e crimes. A eleição era trienal e realizada por pelouros, conforme as Ordenações do Reino, presidida pelo Ouvidor Geral ou seu representante, passando mais tarde a ser controlada pelo corregedor. Mas era o donatário quem pontificava sobre os vereadores e juizes, até que o alvará de 1de Julho de 1507 lhe cerceou essa prerrogativa. A partir de 1584, as eleições se processaram de harmonia com as Ordenações Filipinas; o Bispo, o Corregedor e o Capitão-Governador – as autoridades cimeiras da ilha – assistiam à tiragem dos pelouros. A carta régia de 27 de Julho de 1822 dotou a Câmara de Angra de nove vereadores, e um secretário eleito entre eles; mas logo no ano imediato, por carta de lei de 10 de Junho, vigorou a formação das *Câmaras constitucionais*. Decretado em 27 de Novembro de 1830 o regime das Câmaras serem electivas, dependendo o número de vereadores dos fogos do Concelho; e, assim, Angra ficou reduzido a sete edis, mantendo o secretário eleito, lugar que em 1834 se tornou vitalício; os demais cargos extinguíram-se, exceptuando os *juizes de fora ou ordinários*. Datam de 1842 os *Conselhos Municipais*. Desde 1892 que Angra é Concelho de primeira classe.

56. «*Toda pessoa que for achada fazendo algum maleficio na secreta que se fez na ribeira à praça, botando lixo ou qualquer imundicia, seja preza e esteja na cadea quinze dias e pague dous mil reis de couma*». Esta uma das posturas camarárias transcritas por Maldonado na «*Fénix*», com a anotação de lhe não constar «*ao certo da sua antiguidade*», crendo, no entanto, *ser mais de duzentos anos a esta parte*. – O dr. Luís Ribeiro incluiu-a na «*Reforma das Posturas do Concelho de Angra em 1655*» (Boletim n.º 9, do I.H.I.T., 121-1951).

57. É evidente que, antes disso, cadeia já havia, mas em edifício isolado, como mostra a carta de Linschoten. E mesmo que este desenho não existisse, igual certeza nos assistira, mediante o tempo do padre António Rodrigues Teixeira, por ordem do Vigário Geral, ter casado na cadeia, em 12 de Outubro de 1589, um Francisco Vaca, alferes, com Brites de Melo, «*por ele estar sentenciado à morte*». António Pires apadrinhou o acto, não jubiloso mas dramático, sem esperança nem futuro; e de testemunhas serviram Manuel Rodrigues, *carcereiro*, e Gaspar Gonçalves, *dizimeiro* (Livro n.º 5, fls. 143 v – Sé).

58. «*Fénix*», de Maldonado.

Sarmento, com 50\$; corregedor Roque da Fonseca, com 20\$; capitão-mor Manuel do Couto e Luís Pereira Lacerda, com 60\$ cada; Vital Bettencourt com 20\$; Pedro Anes do Canto, com 22\$500, etc. Ao todo, 105 subscritores, com 635\$000 réis⁵⁹.

Eis o teor do auto respectivo:

Ano de 1610, aos 20 dias de Abril sendo juntos o Bispo D. Jerónimo Teixeira, o Governador D. Pedro Sarmento, o Corregedor Roque Silveira, o Capitão-Mor Manuel do Canto e Castro, Domingos Martins da Fonseca, Lugar Tenente, os Juizes Domingos Vieira Pacheco, Francisco Vaz Chama, os Vereadores Belchior Fernandes Rodovalho, Luís Homem da Costa, António Correia da Fonseca, o Procurador do Concelho António Fernandes Ruivo, e o Tesoureiro Paulo de Sousa e Mesteres; ao som da campa tangida se tratou convir fazer-se praça por ser a que era pequena, e estarem as casas velhas da Câmara e as junto delas, que faziam ilhéu no meio da cidade e era causa de se fazerem muitos monturos de imundices prejudiciais à saúde e becos em que por pouco frequentadores se faziam malefícios.

No seu *Espelho Cristalino*, Frei Diogo das Chagas indica ter sido o corregedor Roque da Silveira, que na função de corregedor sucedeu ao desembargador Francisco Botelho, o fautor de a «*Câmara de Angra e praça q. athe ali era muy pequena*».

O padre António Cordeiro, por seu turno, na *História Insulana*, apoiado em Guedes, assevera que os da «*governança da cidade fizeram a praça em 1610 e em 1611 levantarão os Paços do Senado da Câmara e do Tribunal de Justiça, e Audiência Geral, e as cadeas, e enxovias por baixo, e no meio uma alta torre de cantaria, e em cima os sinos e relógio da Cidade, com nobre mão para fora, que sempre mostra as horas que são*».

O padre Jerónimo, na *Topografia*, assim fala: - «*A face oriental desta praça é orlada com o Paço da Câmara e Cadeias, que reunidas formam um só corpo neste grande edifício. Sua fachada é mui vistosa e regular. Por diante dela sobre uma abóboda, sustentada por várias arcadas de cantaria, corre uma lindíssima varanda coberta, e aformoseada de uma grande colunata. Em cada extremidade desta varanda há uma espaçosa escadaria, e junto a cada uma delas um chafariz com duas bicas de água, levantando-se no ângulo setentrional a sala, onde noutros tempos se faziam as audiências dos Corregedores, e Juizes de Fora, e no meridional a sala das sessões da Câmara. Bem no meio da frente deste edifício eleva-se a torre, onde está o sino, que dá o sinal para as reuniões dos camaristas, toque de recolher, etc.*»

59. Idem.

O sino de correr ou recolher

As cidades de antanho não eram iluminadas, deste modo obrigatório se tornando à noite o cessar do movimento nas ruas e nos sítios públicos. Depois de certa hora, considerava-se aventura estar fora de casa e, prevenindo as gentes para que a tempo se recolhessem, «tocava na torre da Câmara o sino chamado de correr ou recolher».

«Era obrigação importa pela lei geral em todo o país. As Ordenações Filipinas no L. I., Tít. 65, § 4.º», - recorda o Dr. Luís Ribeiro⁶⁰ - «mandavam que o alcaide tocasse, por ordem do juiz, uma hora seguida, das 8 às 9 nos meses de Outubro a Março, e das 9 às 10 nos restantes meses. Quem depois disso fosse achado na rua sem armas pagava 60 réis de multa, salvo indo a caminho para qualquer lugar com candeia, lanterna ou outra luz (L. V. Tít. 79).»

O poeta dramático Ribeiro Chiado termina a *Prática dos Compadres* (1572) por uma referência ao sino de correr, que, tocado, obriga os figurantes a irem à pressa para casa:

“O sino é já acabado
E a justiça anda agora
Nos outros de casa em fora
Cada um merece pingado.”

Nalgumas localidades, pelo menos, não se tocava o sino nas noites de Ano-Bom e Reis. Isto informa Soropita no *Prognostico do anno de 1595*: - «na noute da véspera de Janeiro e dos Reis, andarão cantando e tangendo pelas ruas, sem se temerem da justiça, por serem noites privilegiadas em que não correrem o sino».

Apesar da disposição genérica das Ordenações, as posturas municipais ocupavam-se do assunto, em vários concelhos, mesmo depois de haver iluminação pública e de implantado o regime constitucional. (F. P. Langhans. *As Posturas*. Lisboa, 1938, pag. 100).

As Posturas Municipais de Angra de 1655 estabeleciam que: «12) Nenhuma pessoa ande depois do signo de recolher tangendo ou cantando e quem o fizer pagara de pena quinhentos réis; (...) 51) Nenhuma vendedeira serre a porta athe o signo de correr, e quem o contrario fizer pagara de couma outo sentos réis; 52) Nenhum vendeiro nem vendeira tenha porta aberta depois do signo de recolher tangido, e quem o contrario fizer pagara de couma dous mil réis».

60. Vária, Boletim do I. H. I. T., n.º 7, 1949.

Éo artigo 13.º das deliberadas em 17 de Outubro de 1860, reza que “toda a pessoa que antes do toque do sino de recolher *«lançasse águas das janelas ou das lojas das casas para a rua pagaria a multa de 1\$200 réis»*».

Nesta cidade de Angra ainda o *Código de Posturas* de 1845 impunha a formalidade de por esse meio anunciar o recolher. E assim explicada a existência do sino camarário, outra vez a aludir mais adiante, retomamos o fio evocativo sobre a edificação dos Paços do Concelho.

Transferência da cadeia para o extinto mosteiro das Capuchas

Com o dobar dos tempos e o evoluir da civilização, o edifício municipal assumiu fisionomia anacrónica e o cárcere expressão *«lôbrega e hedionda»*, sem mais nada oferecer aos reclusos do que *«uma vida muito insalubre e imunda»*.

Nesta ordem de ideias e por imperativo humano, a Edilidade angrense – formada por Dr. António Moniz Barreto Côrte-Real, Tomás José da Silva, António José Vieira Rodrigues Fartura, António Sieuve de Seguíer Camelo Borges, José Borges Leal Côrte-Real e Luís José de Vasconcelos – com êxito rogou o imóvel do convento das *matalatas*, no topo da rua D. Amélia, para nele instalar a cadeia comarcã. O velho mosteiro foi cedido por decreto de 10 de Dezembro de 1845. Só o edifício.

Depois o ouvidor eclesiástico, cónego Manuel Correia de Ávila, em acto formal e devido, haver profanado o imóvel, este ficou à disposição da autoridade administrativa. O Município recebeu-o em 22 de abril de 1846. Os trabalhos de adaptação encetaram-se cinco dias após, em 27 seguinte, ultimando-se em 20 de Junho de 1847. Despendeu a Câmara, para o efeito, o montante de 5.849\$910 réis. Desta forma se levantou a nova cadeia pública de Angra. Os primeiros reclusos, em número de 21, nela entraram às sete horas do dia imediato – 21 do citado mês de Junho de 1847 –, sob escolta militar.

Consoante deliberado na próxima sessão de 27, no livro dos títulos do Concelho se registou o auto que se lavrava da entrega das chaves desta cadeia ao Juiz de Direito.

A feira dos porcos

Três anos e meio decorridos, o Município arrematou a cerca anexa⁶¹, no sentido de abrir uma artéria da *Guarita para a Rua Nova*, que se denominaria *D. Maria II*, “a fim de ficar um padrão de memória à excelsa Rainha”. O empresário José Bernardo Mendes, em 9 de Junho de 1850, ali inaugurou a *Praça da Inveja*⁶². A Câmara instalou depois a *feira do gado* a que na sessão de 30 de Janeiro de 1861 deliberou chamar *Praça de São Sebastião*⁶³. Naquele recinto ergue-se o novo Quartel dos *Bombeiros Voluntários*, inaugurado em 7 de Dezembro de 1969, pelo Ministro das Obras Públicas, engenheiro Rui Sanches. Na mesma data se descerrou a *memória* do engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira, patrono ainda da moderna praça. Ali se edificam também a nova sede da P.S.P. distrital e a *Residencial Cruzeiro*.

O presente *mercado do gado*, sito em terrenos frontais à *Casa de Saúde de S. Rafael*, inaugurou-se em 26 de Julho de 1970.

61. Sessão camarária de 13 de Dezembro de 1848.

62. «*Para o espetáculo de touros*». Demorou à roda de um ano a sua construção. Dispunha dos requisitos legais, com varandas e camarotes. Existiu até à implantação da *feira de gado*.

63. Mais conhecida pela *Praça dos Porcos*, embora tenha servido, aos domingos, para a transacção de toda a espécie de gado, inaugurou-se em Dezembro de 1862, após três anos de obras. – O negócio de suínos fazia-se antes no largo do Colégio, passando em 5 de Dezembro de 1847, a fim de melhor ordem e polícia pública, para o *Alto das Covas*, «onde existira o pelourinho» que até Janeiro de 1619 figurava na Praça. – A feira do gado bovino, com lugar na Praça Velha – primeiro denominada dos *Santos Cosme e Damião* e a seguir dos *Touros*, chamada da Restauração, por edital de 10 de Março de 1865 - transferiu-se igualmente, por deliberação de 18 de Novembro de 1848, para o citado *Alto das Covas*. – Encravadas no muro que facia o recanto situado entre a ermida da Saúde e o *Corpo da Guarda*, cerca de dez braças de extensão, junto da casa nobre de Luís Meireles Canto e Castro, desde 1824 a 1826, funcionaram barracas para venda de frutas (*Memória sobre as ilhas dos Açores e principalmente sobre a Terceira*, 74/75, Paris, 1834, do dito Luís Meireles). – «*Arrematou-se nesta vereação as cinco barracas da parte de Nossa Senhora da Saúde por vinte e cinco mil cento digo quinhentos e cinquenta*» (acta de 10 de Março de 1827). Entretanto despontava o *Mercado Duque de Bragança*, instalado na antiga cerca do mosteiro da *Esperança*, para o efeito cedida à Câmara em 6 de Dezembro de 1832. – Reza a acta de 4 de Agosto de 1836 ter-se acordado fazer público, por editais, que a partir do dia 4 daquele mês «*se começará a vender frutas e hortaliças e o mais que se estava vendendo ao pé das escadas do Colégio, em a praça nova*». Arrematada esta, em hasta pública, por José Luís da Silva, desde 1 de Setembro a 31 de Dezembro daquele ano, por trinta e dois mil réis. – Mais se acordou afixar éditos «*para que ninguém possa vender fora da praça nova, até às dez horas da manhã de cada dia, hortaliças, frutas e o mais que era costume vender-se na praça antiga; assim como para que ninguém possa vender nesta cidade trigo, milho e outro qualquer grão, senão unicamente na mesma praça, excepto os que venderem nos seus granéis; sob pena de pagarem mil réis, a terça parte para o denunciante, e o resto a benefício dos expostos*». Na mesma data se elaborou o do novo Mercado e se resolveu que o dono de cada porco encontrado na dita praça nova, pagaria mil e duzentos réis de condenação, dividida em parte iguais para o Concelho e arrematante; e se ao fim de três dias ninguém reclamasse o animal, vender-se-ia este, revertendo a favor dos expostos o remanescente, depois de deduzidas as custas e a multa. – Mas o rossio citadino só doze anos mais tarde ficaria limpo dos vendilhões e da saga dos negócios. Conforme acta de 18 de Novembro de 1848, já citada «*para ficar desembaraçado o canto da Praça da Restauração*» acordou o Município mudar para o largo do Colégio (e ainda não para o *Mercado Duque de Bragança*) a venda estacionada de galinhas e outras aves, como a dos ovos e da manteiga. – Data de 28 de Janeiro de 1837 o acórdão municipal que, pela primeira vez, deparamos com a denominação de *Duque da Bragança* ao mercado citadino, pois antes sempre vimos *praça nova* somente. E foi daqui por diante que a Praça Velha ganhou esse vulgo. – Importa ainda recuar mais alguns anos no calendário para referir que em 24 de Maio de 1800 se resolveu estabelecer uma *feira franca* anual, semelhante às do Continente, a funcionar nas Covas na quadra sanjoanina, desde 24 a 26 de Junho, e que, em 1807, a Câmara suspendeu a feira e o mercado da cidade, permitindo a venda de quaisquer géneros na praça pública, aos domingos e dias de preceito.

Já agora nesta *memória* cabe anotar que o edifício da Cadeia, ameaçando ruína⁶⁴, foi vago em 13 de Outubro de 1960, dia da peregrinação do povo terceirense à Caldeira do Monte Brasil. Os trinta e um reclusos, todos homens, naquela data se mudaram para a actual Cadeia, anexa ao Tribunal Judicial, inaugurado no dia 9 anterior, pelo Ministro da Justiça, Professor Antunes Varela, no sítio conhecido por *detrás das hortas*.

64. Começou a ser demolido em 5 de janeiro de 1966.

II

Solucionado o crucial problema do estabelecimento prisional, seiva mais promissora ganhou a ideia de enriquecer e ornar a cidade com um *Domus Municipalis* de traça elegante e monumental. Assim o impunha a instante necessidade e o prestígio histórico do burgo. Um surto de progresso, aliás, como reportam notícias e anotações coevas, se observava então na ilha – marcando de forma indelével sua passagem pela governança pública uma plêiade ilustre de varões que o pretérito terceirense grava a maiúsculas.

Teria sido na reunião de 20 de Março de 1847, atribuindo-se a proposta ao vereador António José Vieira Rodrigues Fartura, que se deliberou concretizar tão grada aspiração. Esta a data inserta em *O Angrense* de 16 de Agosto de 1849; e, depois, reproduzida por Félix José da Costa, no *Angra do Heroísmo* (1867); monsenhor Alves da Silva, nas anotações à *Topografia* do padre Jerónimo Emiliano de Andrade (1891); Dr. Alfredo da Silva Sampaio na *Memória* (1904); e Dr. Henrique Brás, em *Ruas da Cidade* (1946). Na acta municipal desse dia, nada topamos a respeito. De deduzir, pois, haja o repórter de *O Angrense* colhido verbalmente o informe de algum edil. Nem sempre, de resto, todas as resoluções eram tombadas na acta correspondente. Algumas aparecem exaradas mais adiante.

O custo do projecto

Data de 21 de Janeiro de 1848 a mais antiga referência oficial ao nosso alcance, em que a Câmara deliberou participar ao chefe do Distrito a disposição de realizar o empreendimento e rogar-lhe, por oferta ou *preço arrazoado*, as traves de pinho de Flandres que no Governo Civil existiam arrecadadas. E com efeito, por ofício de 29 seguinte, a Câmara inteirou a primeira autoridade regional do seu prepósito de «*dar prontamente começo às obras do novo paço municipal, pelas ruínas gravíssimas do*

actual» – pedindo-lhe a dita madeira. Em 7 de Fevereiro, ofício n.º 688, o governador Nicolau Anastácio de Bettencourt, como tinha « *muito a peito coadjuvar a Câmara no louvável empenho*», cedeu as traves aludidas, quatro de carvalho e seis de pinho de Flandres, com 4.576 pés, pelo custo da arrematação – 210\$507 réis.^[65]

Que a iniciativa da construção do antecedente provinha não suscita dúvidas. Prova-o o facto do Município, em 22 de Março de 1848, para esse fim destinar a maior parcela da receita provável de 4.930\$200 réis, «*por ser obra de reconhecida urgência, e já muito esperada pelo público, havendo a Câmara transacta votado uma verba para a demolição do actual edifício*».^[66]

Aos 2 de Fevereiro do referenciado ano, assentou a Câmara abrir concurso para o fornecimento de madeiras, ferragens e pregaduras necessárias ao imóvel.

Orisco e *desenho* do sumptuoso palácio, lavra do arquitecto portuense Joaquim da Costa Lima Júnior, custou 62\$620 rs., «*equivalente de dez moedas fortes, segundo o câmbio*». Esteve patente ao público, a fim de que este se pudesse pronunciar, *já por meio dos periódicos, já em escritos dirigidos ao Presidente*. Ainda se pensou citar a gente conspícua da cidade para, em assembleia, fazer «*quaisquer reflexões ou subministrar quaisquer lembranças que lhe ocorressem*», mas ponderando foi posta de lado essa primeira decisão. O projeto, recebido em Junho, obteve a aprovação do Conselho de Distrito por acórdão n.º 279, exarado em acta de 25 de Agosto.

65. A madeira, toda de flandres, arrecadada «*no corredor debaixo do palácio*», totalizando a rigor 4.416 pés – 2 mil de coiceiros de 2.416 de soalho, de 3 a 1 polegadas de grossura, respectivamente – foi permutada por outra de menor valia (acta de 2 de maio de 1849).

66. A Câmara anterior cessara o seu mandato em 31 de julho de 1847.

A mudança da Câmara para o «Corpo da Guarda»

Embora já resolvido em sessões precedentes, apenas na realizada em 14 de Junho daquele mesmo ano se reduziu a escrito que os serviços da Secretaria, do Arquivo e reuniões da Vereação se transferissem, a título precário, para a casa denominada *Corpo da Guarda*,^[67] na rua Direita, no sítio do Hotel Central frente à *Papelaria*

67. A *casa da guarda*, que ficava no canto setentrional da Praça, tinha a frente para a mesma praça e a outra face para a rua Direita. Foi comprada pela Câmara de Angra em 1641, por ocasião do patriótico movimento contra os espanhóis. Ali se estabeleceu uma guarita para vigilância e defesa da cidade (A *Semana*, de 20 de Novembro

Adriano,^[68] e se iniciasse a demolição do antigo Paço.^[69]

Antecipou-se o Presidente, por seu alvedrio, a içar na improvisada sede municipal *Ao sino de correr* – «*visto ser preceito da ordenação do reino*». Os angrénses, no entanto, considerando impróprio o lugar para manter o sino da cidade, desaprovaram o facto. E a Câmara, por via disso, na sessão de 14 de Junho, decidiu apé-lo e ajustou com o Deão Narciso António da Fonseca, a 22 do mês seguinte, para que um dos da Sé tangesse o recolher «*no tempo de inverno durante um quarto antes das dez horas da noite*» – estipulando ao respectivo sineiro a gratificação mensal de quinhentos réis.^[70] Antes a Edilidade pagava doze mil réis anuais ao encarregado desse serviço.

de 1904). – Remonta ao século XVI a primeira referência ao nosso alcance a semelhante aboletamento. Ferreira Drumond, nos *Anais*, I, 365, reportando-se à instalação das tropas castelhanas nesta cidade, escreve: «*Ainda para mais inquietação foram obrigados os terceirenses ao alojamento dos soldados do presidio, que, não cabendo já nas casas dos cidadãos, habitavam em quartéis separados em corpo de guarda; e o primeiro acto governativo que achámos de João d’Horbina, é a provisão pela qual em 14 de Setembro de 1583 autorizou os oficiais da Câmara de Angra a faltar os moradores do Concelho em 200 cruzados para este alojamento*» (1.º Livro da Câmara, fls. 360).

68. Deliberou a Câmara em 1853 mudar-se para «*uma casa mais decente e apropriada*» (acórdão de 20 de Maio), mas a transferência se verificou somente dezanove meses volvidos, já noutra mandato camarário, a 14 de Dezembro de 1854, para a moradia de Luís Merens de Távora, na rua do Palácio, 4, hoje *Duque de Palmela*, onde durante largos anos se alojou o *Clube Musical Angrense* e agora se situa o edifício dos C.T.T. Dispunha o dito imóvel das *proporções necessárias para servir de Paço de Concelho, tendo sala própria para sessões da Câmara, para Secretaria, e arquivo municipal*. O seu proprietário ao tempo estava ausente e a Edilidade acordou em pagar a renda anual de 120 mil réis. (Acórdãos de 22 de Novembro de 1854 e 13 de Dezembro 1854). O Município vendeu o edifício do Corpo da Guarda em hasta pública, por 700\$00 réis, a João Pereira Forjaz de Lacerda (acta de 27 de Abril de 1859), prontificando-se então a entregá-lo ao arrematante no dia imediato ao fim do contrato (20 de Dezembro de 1860) com Guilherme António de Lima Monteiro, que nos baixos tinha botica desde 1844 (atual *Farmácia Pimentel*, agora na rua da Sé), pagando a renda anual de 40 mil réis. Forjaz de Lacerda, consoante cláusula estabelecida, alinhou depois o imóvel com o seu, harmonizando o canto da Praça-Rua Direita tal como se encontra – arranjo urbanístico que estava em curso em 1863. Nesta data também se pretendeu demolir a ermida da Nossa Senhora da Saúde.

69. A demolição começou no dia imediato, a 15, seguindo-se a abertura dos alicerces para a nova construção.

70. Por acórdão de 15 de Março de 1865, o Município suprimiu o toque de recolher, por o julgar desnecessário e pôs em vigor a postura seguinte: - «*Os estabelecimentos públicos desta cidade fechar-se-ão de noite, desde o primeiro de Abril até o último de Setembro, às dez horas, e nos outros meses do ano, às nove horas. O infractor pagará multa de 1\$200 réis*». No sentido de restabelecer o toque de recolher em Angra, porém, se é que o facto se não chegou a concretizar por algum tempo, em 1873 uma diligência pelo menos se efectuou. Assim o documenta o ofício de 13 de Junho daquele ano, assinado pelo bispo D. João Maria e dirigido ao Presidente da Câmara Municipal. Eis o texto: - «*Respondendo ao conteúdo do ofício que V. Ex.ª nos dirigiu com data de 10 do corrente, hoje mesmo damos ordem ao Sineiro da Sé Catedral, para ir receber as competentes instruções a respeito do toque de recolher, que com todo o gosto permitimos se faça na torre da mesma Sé, como deseja essa Exma. Câmara Municipal*». (Maço de 1873, no Arquivo Distrital). Nada mais apuramos. A falta do livro de correspondência desta data inibe-nos de o fazer. Nas actas municipais, por outro lado, nenhuma referência lobrigamos.

Onde pára o sino?

Além do que se acaba de ler, achamos notícia da Câmara ter emprestado o sino, a pedido do vigário Francisco Rogério da Costa, à paroquial de Santa Luzia, desta

cidade, enquanto dele não precisasse.⁷¹ E, com efeito, o Município não voltou a ter necessidade de o usar, tornando-se assim presumível que por lá houvesse ficado⁷². Ainda no mesmo ano, a Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa lhe chamou seu e solicitou ao chefe do Distrito a sua devolução. A Câmara de Angra, em acórdão de 8 de Agosto daquele ano, respondendo ao ofício n.º 9 do Governo Civil, de 1 anterior, escusou-se alegando: - *«Que o antigo sino da Câmara entrou, por ordem superior, no arsenal do Castelo de S. João Baptista em 15 de Março de 1830, com a guia n.º 19, e assim ficou a corporação municipal desta cidade sem sino algum. – Que quando em 1831 se recolheram àquele castelo os sinos de todas as igrejas das ilhas dos Açores, a Câmara pediu um desses sinos para os Paços do Concelho, lhe foi concedido e entregue o que actualmente possui, ignorando então, como ainda ignora, a que igreja ele pertencera. Que desse sino se tem a Câmara servido, e é hoje propriedade sua, tendo-lhe sido dado pela autoridade competente em compensação, ainda que mais pequeno, do que lhe fora exigido para serviço do Estado. – Que em consequência sendo o sino actual da Câmara propriedade sua, não podendo até haver a certeza de que ele pertencesse à referida Santa Casa, não pode a Câmara ceder-lho. Os sinos todos existentes naquela época tiveram o destino que a autoridade pública determinou e exigiu o império das circunstâncias. Conheçê-los hoje e reclamá-los, depois de tão longo tempo decorrido, e quando a maior parte desapareceram, parece coisa difícil e não ditada pela razão e a justiça.»*

71. Acta de 23 de Maio de 1855.

72. Nenhum dos três sinos existentes na igreja de Santa Luzia, no entanto, é o referenciado, pois datam dos anos de 1876, 1890 e 1904, como ensejo tivemos de constatar.

Os preliminares da obra

Em face do custo proibitivo a que subiria a extracção e transporte da pedra – *de uma só e boa qualidade* e do tamanho pretendido – da Ribeira do Testo, destinada à construção, em 28 de Julho a Edilidade decidiu que a mesma vieste das pedreiras do *Cirurgião* e da *Serra*, também *«de excelente qualidade e duração não inferior, como a experiência tem mostrado, e na realidade mui própria para a obra pretendida, com a vantagem de se poder extrair com facilidade e gastar-se incomparavelmente menos na sua construção»*.

Posto em hasta pública a mão-de-obra de pedreiro e carpinteiro, apenas um mestre do último ofício se habilitou: Joaquim Inácio Martins. Considerando, no

entanto, o Município que *«a maior parte do travejamento e mais madeiras precisas, e que não as havia a vender na terra da bitola necessária, e que a fazer por arrematação a obra, era forçoso entregar ao arrematante todos os materiais precisos e quando ele os precisasse, atendendo igualmente a outras circunstâncias ponderosas, deliberou que por agora se começasse a fazer o edifício a jornal, e não por meio de arrematação»*.

Mais se assentou por acórdão consignado aos quatro de Agosto ainda do mesmo ano de 1848, vender em praça *«as vidraças, arquibancos, portas velhas, e outros objectos inúteis existentes em arrecadação pertencentes ao antigo paço municipal»*. Assim se verifica que nesta data já o anterior imóvel estava desfeito.

III

A Câmara alugava, por arrematação pública, as janelas da varanda da Cadeia para dali se assistir aos festejos da Irmandade de S. João Baptista. Num dos anos, os arrematantes pagaram preços diferentes, consoante as situação das janelas, a saber: o n.º 2, a José Augusto Borges de Meneses, por nove mil réis; o n.º 3, a Teotónio Francisco Correia, por nove mil e cem réis; o n.º 4, a Manuel Joaquim Maciel, por nove mil réis; o n.º 6, Manuel Teixeira, marceneiro, por nove mil e cem réis; o n.º 7, a David Bendito, por nove mil e cem réis; o n.º 8, a José Augusto Martins Pamplona, por nove mil e duzentos réis; o n.º 9, a Pedro Roberto Dias, por oito mil réis; e o n.º 10, a José Inácio da Costa e Silva, por dois mil réis. Total: 64\$600 réis.^[73]

Na época a que nos reportamos, na Praça Velha se realizavam animados festejos e diversões, mormente de touros e a Câmara alugava por arrematação pública as suas janelas e varanda aos que dali pretendiam ver o espetáculo

A iluminação das ruas desta cidade fazia-se com azeite de peixe. Em 28 de Dezembro de 1766, festejando a chegada a Angra de D. Antão de Almada, 1.º capitão-general, fizeram-se três dias de luminárias.^[74] Na vereação de 20 de Julho de 1828 alude-se à montagem de alguns lampeões nas artérias principais «*por contribuição espontânea*» de alguns munícipes, propondo a Juiz-Presidente que a melhoria de estendesse às demais ruas, estabelecendo-se a correspondente oneração aos moradores da área. Os candeeiros já então existentes na Praça passaram nessa altura a acenderem-se todas as noites enquanto durasse o motivo que exigia semelhante medida.^[75] Mas apenas doze anos adiante, em 1840, a rede de iluminação pública da cidade se completaria,^[76] ano em que o Município mostrou disponibilidade para mandar fazer mais trinta e cinco lampeões – trinta fixos e cinco móveis, pendentes, levados a efeito em duas tarefas, vinte e quinze respectivamente, perfazendo o total de sessenta e sete unidades^[77] espalhadas pela urbe. Fizeram este trabalho: o mestre funileiro João Machado de Oliveira, percebendo 144\$+108\$=252\$; e os serralheiros José Coelho

73. Actas de 15 de Junho de 1839, 3 de Junho de 1840 e 7 de Junho de 1843.

74. Drumond, *An.*, III, 5.

75. Tratava-se do Movimento de 22 de Junho anterior (acta de 19 de Julho de 1828, fls. 264).

76. Mais tarde, consoante tombado na acta de 2 de Dezembro de 1843, foi resolvido adquirir mais seis lampeões. – Acórdão de 11, 15 e 18 de Julho de 1840.

77. Idem de 30 de Setembro de 1840.

Machado arrematou por 93\$154 rs. a mão-de-obra e o ferro de vinte suportes, enquanto os quinze restantes foram da lavra de Francisco José Patrício, por 16\$750 rs.^[78] O pessoal encarregado desta iluminação era: responsável por 23 candeeiros, com a obrigação ainda do toque do sino de recolher, Miguel Francisco, por sete mil réis. Mateus de Oliveira e António Joaquim de Oliveira, ambos com seis mil réis cada.^[79] Do antecedente, a Praça e os Paços do Concelho somente se iluminavam nas efemérides de gala, durante três noites seguidas.

A luz a petróleo viria mais tarde. Estreou-se a 6 de Dezembro de 1865, no dia consagrado a S. Francisco Xavier, depois de Angra às escuras se manter desde o mês de Agosto precedente, pela carência de proceder à feitura de 60 lampeões e a emenda de outros tantos 60 para igual fim por 180\$000 réis. O primeiro ensaio tivera lugar em Outubro de 1863, no *Largo 3 de Março* (Páteo da Alfândega), onde para o efeito se instalou um *candeeiro-piloto*.

A Câmara ainda pensou no sistema de gás, nesse sentido chegando a tratar com a Companhia de Lisboa. Esperou mesmo, em nos fins de 1860, a vinda um técnico para estudar o assunto. Já antes, Francisco Xavier Cordeiro havia elaborado cópia da planta da cidade, a troco de 4\$800 réis. Mais adiante, um hebedomadário terceirense anunciou também o início dos «*trabalhos nos terrenos em que se diz será levantado o grande edifício do gasómetro*» – empreendimento que não ultrapassou o limite do gabinete.

A firma Costa & Castros, que integrava João Francisco da Costa, propôs montar em Angra iluminação pública e particular por meio de gás acetileno. Habilitou-se perante a Câmara, pedindo cinco milhões de réis anuais, por trezentos bicos. O gasto com a de petróleo, em igual período, era então de quatro contos de réis. Na loja de João Francisco da Costa, na Rua da Sé, ter-se-á experimentado o sistema.^[80]

78. Miguel Francisco já do antecedente exercia o cargo. Encontramo-lo a 10 de Junho de 1837, numa ordem de pagamento no valor de 10\$ por exercer funções e mais limpeza de candeeiros. António Joaquim de Oliveira não aqueceu o lugar. Era empregado da taberna de António Carlos Kilberg, sendo substituído por Caetano Machado. Acta de 30 de Dezembro de 1840.

79. Posteriormente aparecem só 66 candeeiros. Talvez a oferta de um, por Luís António da Silva Carvalho, não se tenha concretizado. Actas de 28 de Novembro e 16 de Dezembro de 1840.

80. A *União*, de 15 de Fevereiro de 1901. A iluminação dos nossos avós, no decorrer do tempo, no rodar das gerações, processou-se de várias formas. Antes da electricidade e de Edison inventar a lâmpada, usaram o *azeite de peixe*, o *sebo* e *as ceras*, chegando a haver posturas municipais tendendo evitar a saída da ilha dessas substâncias. O *azeite de peixe obtido*, ainda hoje, derretendo em caldeiros, os fígados e as peles de alguns animais marinhos – como, por exemplo, o golfinho, a baleia, albacar e outros. Os *sebos* são extraídos das vísceras abdominais de certos ruminantes, sobretudo das espécies bovina e lanígera. *Cera* é termo que designa diversas matérias. Aludimos à cera vegetal (das folhas de determinadas plantas) e a mineralou parafina (sobretudo do petróleo). – A *candeia* é um vaso de folha-de-flandres, de ferro ou de barro, em feitiço redondo, onde se deita o óleo ou azeite, com um dos bicos ou mesmo mais, onde emerge a extremidade da torcida que procede do interior da vazilha, inundada de azeite ou óleo, que se acende. Anexo à candeia há um gancho, que serve para a dependurar, e o pauzinho que facilita a limpeza e ajuda a puxar o pavio. – O candil era o nome de uma outra candeia. Como a palavra tem outros significados, bem pode ser que esteja ligado a algum deles. Era uma luz mortiça, frouxa, havendo até o provérbio de que «*não há mulher feita à luz da candeia*». – Para a queima dos *sebos* e da *cera*, feitos em velas, era usado o *castiçal*; com igual fim adopta-se a *palmatória de ferro* ou de barro, presa a um prato, para receber as impurezas, com sua asa para lhe pegar e poder transportar, de um lado para o outro. – Apareceram, mais tarde, o *gás* e o *petróleo*, bem como a acetileno, de chama viva.

A até que a 6 de Janeiro de 1908 se inaugurou a rede eléctrica da cidade. Mas só a 1 de Dezembro seguinte ela chegou ao Castelo de S. João Basptista.⁸¹

As freguesias rurais do Concelho e lugares afastados dos centros das mesmas paróquias receberam o mágico fluido em:

- S. Bartolomeu, 20 de Março de 1931;
- Ribeirinha, 25 de Julho de 1931;
- Feteira, 14 de Agosto de 1931;
- S. Sebastião, de 22 de Agosto de 1931;
- S. Mateus, 20 de setembro de 1931;
- Porto Judeu, 31 de Janeiro de 1932;
- Terra-Chã, 13 de Maio de 1932;
- Posto Santo, 13 de Maio de 1932;
- Santa Bárbara, 23 de Dezembro de 1958;
- Cinco Ribeiras, 23 de Dezembro de 1958;
- Serreta, 30 de Maio de 1960;
- Doze Ribeiras, 30 de Agosto de 1965;
- Altares, 6 de Julho de 1969;
- Raminho, 6 de Julho de 1969;
- Pesqueiro, 27 de Abril de 1961;
- Terra do Pão, 24 de Junho de 1961;
- S. Francisco das Almas, 24 de Junho de 1961;
- Bravio, 24 de Junho de 1961;
- Ladeira Grande, 26 de Maio de 1963;
- Porto Judeu (de cima), de 27 de Maio de 1963;
- Ribeira Seca, 28 de Maio de 1963.

O início do funcionamento dos Aproveitamentos Hidráulicos da Ilha Terceira data de Janeiro de 1955.

Em 1 de Janeiro de 1983, os Serviços Eléctricos de Angra ingressaram, resultante da Autonomia, e por que Edilidade assim o quis, na EDA, sedeadada em Ponta Delgada.

81. A *União*, de 7 de Janeiro de 1908.

Supressão da travessa que ligava a rua do Galo à da Garoupinha

Tornando-se mister um recinto obrigado para guardar os materiais destinados à obra, ajustou o Município com Manuel Gonçalves Fagundes o «*arrendamento do maior armazém de suas casas*» com frente para a Praça da Restauração, «*por sessenta mil réis por ano pagos por semestres*».^[82]

Na mesma altura acordou a Edilidade^[83] em vedar as artérias que ligavam a da rua do Galo à da Garoupinha e a Praça à rua do Marquês.^[84] Se a primeira se tapou, o mesmo não se observou quanto à segunda. Opuseram-se os proprietários dos imóveis abrangidos pela decisão: Luís Meireles do Canto,^[85] João Carvalho da Silveira,^[86] o capitão reformado João Bernardo de Almeida,^[87] além do já citado Fagundes.

O chafariz que existia junto do antigo paço – ainda por considerar o sítio para que seria transferido – resolveu a Câmara em 10 de Junho de 1849 mudá-lo para o meio da Praça, a título provisório, «*para o abastecimento da cidade na parte próxima ao palácio e até para as obras dele*».^[88]

82. Acórdão de 11 de Abril de 1849. A Câmara suprimiu o oneroso encargo em 7 Janeiro de 1852, recolhendo as madeiras e outros materiais num barracão que para o efeito arranjou dentro do próprio edifício em construção.

83. Acta de 18 de Abril de 1849.

84. A ideia de encerrar a *Travessa da Saúde* já provinha de 1847. Apresentou-a o vereador Jacinto Cândido da Silva, na sessão de 17 de Fevereiro, porque situada «*tão próximo da cidade estava sendo continuamente um campo de imundícies e de despejos*» – alegação aliás também invocada quanto à outra rua. A aludida Travessa foi depois tapada pelo frontispício da nova ermida.

85. Da casa do canto, hoje pertença do comerciante Sr. Manuel Adriano da Costa.

86. Do imóvel onde se situa a Caixa Económica da Misericórdia.

87. De um *pardieiro*, com frente para o adro do Colégio. O proprietário comprometeu-se a transformá-lo numa «*casa própria do lugar*». Supomos ser a que tem instalado o escritório do Sr. José de Castro Parreira Coelho (herdeiros).

88. Nove anos decorridos já o dito havia desaparecido, pois o Município em sessão de 17 de Novembro de 1858 votou a verba de 120 mil réis para se fazer um na rua do Marquês destinado a suprir «*o que existia na Praça da Restauração, não só para abastecer o público, mas para depósito de água que sirva para ocorrer-se a qualquer incêndio*».

O lançamento da pedra fundamental

Como reflexo do ambiente político da época, duas datas anuais eram geralmente designadas para efectivar os acontecimentos festivos: *3 de Março* – aniversário da chegada a Angra de D. Pedro IV; e *11 de Agosto* – comemorando a batalha de 1829, no areal da vila da Praia. E nesta circunstância, foi escolhida a última efeméride, no ano de 1849, para a cerimónia do lançamento oficial da primeira pedra do grande imóvel em perspectiva.

Revestiu-se o acto de marcante solenidade. Além das primeiras autoridades, Rfuncionalismo público em subido número, assistiram as figuras mais representativas de Angra.

Reunidos pelas 11 horas, os componentes do Município, na Casa do Corpo da Guarda, processou-se o necessário expediente. Em luzido cortejo, os circunstantes dirigiram-se a seguir para a *Praça*, onde o primeiro batalhão do Regimento de Infantaria n.º 5, estreado novo uniforme, imprimia pronunciado cunho de gala. Ladeado por diversos oficiais e o seu estado-maior, o general barão de Bastos associou-se ao faustoso evento.

O discurso do presidente

Manuel José Pereira Bettencourt, individualidade número um da Câmara, em Mfluente improviso, «*falou mais ou menos neste sentido*»:

“Agradecendo a concorrência com que se honrava aquela solenidade.

Mostrando que entre nós, e todos os povos da Europa, é mantida a existência de corpos municipais, como precisos para a administração económica dos povos, seus melhoramentos internos, estradas, águas, e tudo quanto é da gerência municipal – derivando-se daqui a necessidade dum casa onde tenha lugar a celebração dos seus actos e deliberações.

Comemorando de passagem as regalias da nossa municipalidade e apontando os privilégios que na história antiga enobrecem esta cidade, assim como oferecendo a recordação de vários períodos em que perante a Câmara de Angra, e naquele local, se haviam operado feitos sublimes tanto nos tempos modernos da restauração da liberdade, como na época do domínio e intrusão dos castelhanos.

Expressando finalmente que em vista de tanta condecoração honorífica e histórica, que honra o nosso Município, devia ter-se como mui notável o acto, que se ia celebrar, inaugurando-se a nova casa do concelho, o que por isso a Câmara escolhendo o dia 11 de Agosto, por ser o vigésimo aniversário da vitória alcançada pelos defensores da Terceira, teve em vista assinalar em boa recordação o acto do lançamento da pedra fundamental do novo paço municipal da muito nobre, leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo^[89]”

89. O Angrense de 16 de Agosto de 1849.

O auto

O secretário municipal procedeu à leitura do auto, do teor seguinte:

No anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e nove, no dia onze do mez de Agosto, memorável nos feitos portuguezes por ser anniversario da victória alcançada no areal da villa da Praia d'esta ilha Terceira pelas tropas leais contra as forças da usurpação, e designado por esse plausível motivo para o lançamento da pedra fundamental do novo Paço municipal d'esta cidade de Angra do Heroísmo que vae edificar-se no mesmo local do antigo que se demolira em consequência de suas ruinas, na praça da Restauração, ahi reunida em grande gala a Câmara municipal composta dos vereadores Manuel José Pereira de Betencourt, presidente, e Joaquim José Marques Guimarens, António da Silva Baptista, Thomé de Castro, Estulano Ignacio Parreira, António José Vieira Rodrigues Fartura, Thomaz José da Silva, achando-se presentes o excellentíssimo Governador-Civil d'este Districto António José Vieira Santa-Rita, o excellentíssimo Barão de Bastos, general comandante da 10^a divisão militar, com seu estado-maior, o doutor Rodrigo Zagallo Nogueira juiz de direito substituto d'esta comarca, o reverendo ouvidour cónego Manuel Corrêa d'Avila, o administrador do Concelho Francisco Lucio Duarte Reys, funcionários e empregados-públicos, e grande número de cidadãos conspícuos, todos convidados pela Câmara para assistirem a esse acto solemne, achando-se formado a um lado o regimento 5 de infantaria, se proceda effectivamente ao lançamento da referida

pedra fundamental da maneira seguinte. Estando sobre uma mesa colocada no sobredito local e devidamente ornada, um pequeno cofre de bronze⁹⁰ e algumas insígnias, foi pelo excellentíssimo Governador Civil aberto esse cofre, dentro do qual lançou o reverendo Ouvidor várias moedas do reinado de Dona Maria Segunda, Rainha imperante, a saber, meia-coroa e um quarto de coroa de ouro, uma coroa, meia coroa e um cruzado-novo de prata, um pataco – um vintém, dez réis – e cinco réis de cobre: o presidente da Câmara lançou um duplicado do presente auto, escripto em pergaminho, no referido cofre, que o excellentíssimo Governador Civil fechou e depositou no lugar próprio, entregando a chave ao mesmo presidente para se guardar no archivo municipal: os quatro vereadores mais velhos conduziram em uma bandeja para o alicerce a pedra fundamental, e algumas das autoridades fizeram das insígnias o uso apropriado, concorrendo assim para a solenidade deste acto. E para que isto conste, se mandou lavrar o presente auto, em duplicado, ficando um dentro do referido cofre, e outro para ser guardado no archivo municipal, depois de transcripto no livro das actas da Câmara, o qual vae assignado pelo excellentíssimo Governador-civil, membros da Câmara, juiz de direito substituto, ouvidor eclesiástico, e administrador do concelho, perante mim José Augusto Cabral de Mello, secretario da Câmara, que o escrevi.

António José Vieira Santa-Rita, Manuel José Pereira Bettencourt, presidente da Câmara, – Joaquim José Marques Guimarães, vereador, – António da Silva Baptista, vereador, – Tomás de Castro, vereador, – António José Vieira Rodrigues Fartura, vereador, – Doutor Rodrigo Zagalo Nogueira, – O ouvidor eclesiástico Manue Correia de Ávila, – Francisco Lúcido Duarte Reis.

Cumpriu-se a rigor o programa enunciado no auto e numerosas girândolas de foguetes anunciaram à cidade e redondezas o jubiloso acto.

90. A «pequenina caixinha de bronze», adquirida no ourives André Francisco, custou 24\$000 réis (acta de 20 de Junho de 1849).

IV

Não obstante a austeridade administrativa que desde início presidiu à obra do Paço do Concelho, de harmonia com o sugerido pelo vereador Manuel Joaquim dos Reis,^[91] cedo os óbices de ordem financeira começaram a embaraçar e a afligir o Município.

91. Acta de 23 de Agosto 1848.

Alterado o projecto

O primeiro indício da falta de verba camarária obtém-se no facto do tenente-coronel Joaquim António Rodrigues Galhardo e do capitão de engenheiros Francisco Maria Montano,^[92] solicitados pela Edilidade, «acerca da redução possível que pode sofrer o projecto do edificio», que já se achava adiantado, terem emitido o parecer:

Aproveitar a fachada ou frente do edificio em todo seu comprimento, e com fundo de quatro janelas laterais,^[93] de modo que apenas fique coberto de telhado o vão compreendido entre a dita fachada e a parede do corredor central, ficando desta forma reduzido o projecto a pouco mais de meio, e resultando um tecto que, abrangendo mais de metade do edificio, custará um terço da importância a que montaria a arrumação total do projecto completo, em razão das menores dimensões, em todos os sentidos, que se deve dar às madeiras empregadas no tecto acima reduzido. Neste espaço haverá suficiente capacidade para distribuir as salas e oficinas indispensáveis para acomodação da Câmara Municipal. – A beleza e decoração architectónica em nada se altera neste edificio, podendo-se

92. O capitão Montano foi quem elaborou o projeto do Mercado do Peixe, desta cidade.

93. Se bem que o parecer tivesse sido aceite, não o foi, pelo menos neste detalhe, pois é de sete o número de janelas laterais que se observa.

oportunamente levantar as paredes laterais, que ficam sem cobertura até à altura da cimalha, de sorte que a aparência exterior fica exactamente a mesma do grande projecto. – Pela mencionada redução de despesa do tecto se pode desde já avaliar a diminuição do custo de toda a obra que deve efectuar-se debaixo desta cobertura.

A Câmara aprovou a ideia e deliberou se procedesse «na sua conformidade, por achar mui judicioso e de manifesta conveniência para o Município». ^[94]

94. Acta de 4 de Fevereiro de 1852.

Proposta para instalar no edifício um teatro, assembleia e filarmónica

As restrições preconizadas e adoptadas no imóvel em construção, porém, não bastaram para solucionar o problema. Nem outra ilacção se pode extrair da circunstância de um biénio volvido no Município aparecer «uma representação, assinada por João Carvalho da Silveira, Álvaro Borges Cabral Távares Fournier, André António Meireles do Canto e Frederico Ferreira Campos, dizendo que pretendem criar uma companhia que se responsabilize a completar o edifício do palácio municipal, concorrendo a Câmara com a quantia aprovada no orçamento para aquela obra, com o fim de fazer da frente e três janelas do lado da rua do Galo e da ladeira de S. Francisco as casas necessárias para o serviço da Câmara, e do resto do edifício, com frente para a ladeira de S. Francisco e rua do Galo, teatro no pavimento de baixo, assembleia e filarmónica no de cima, sujeitando-se às condições que Câmara marcar». ^[95]

O texto acima reproduzido habilita a supor que os signatários pretendiam instalar no referido imóvel a desde qualquer Colectividade social em perspectiva – com teatro, assembleia e agrupamento musical. É óbvio que o Município não considerou a ideia, sob o pretexto de «que nada pode resolver-se sem uma companhia estabelecida e o projecto da obra».

95. Idem de 8 de Março de 1854.

Paragem de trabalhos

Ainda no mesmo ano de 1854, solicitou a Câmara ao poder central o abono, a título de empréstimo, de dezasseis contos de réis – «último meio que ocorre para ultimar o edifício.^[96] A Edilidade comprometia-se a saldar o débito em prestações anuais de dois milhões de réis. O Governo Civil interveio no pedido com informação favorável,^[97] mas o ministro dos negócios da Fazenda não atendeu.^[98] O fornecimento da pedra destinada à edificação, arrematado por António Carlos Kilberg, por outro lado, começou a falhar, a ponto da Câmara ter deliberado denunciar o contrato e arranjar outro adjudicador.^[99] Nesta situação de escassez de numerário rolaram quatro anos mais, com os trabalhos em ritmo sobremodo lento ou até quiçá suspensos, pois em 1859 o Município roga ao Governo para que estabeleça a contribuição de dez réis em alqueire de trigo, milho e batata que se exportar desta ilha por tempo de dez anos, para se poder concluir com o seu produto o novo paço municipal, cujas obras estão parada por falta de meios».^[100]

96. Acta de 19 de Abril de 1854.

97. Ofício n.º 270, do Governo Civil, de 17 de Maio de 1854.

98. Acta de 11 de Junho de 1856. A representação camarária solicitou que o abono saísse do produto das rendas dos bens nacionais existentes no cofre da Fazenda Pública desta ilha, mas o titular da respectiva pasta ministerial alegou que os ditos fundos tinham «por lei uma aplicação especial».

99. Acta de 18 de Abril de 1855.

100. Idem de 15 de Junho de 1859.

Comprometida a realização da obra

O estado de ânimo que teria nessa data imperado, a raiar pelo cepticismo quanto à realização do empreendimento, bem se pode avaliar pelo teor desta proposta do edil Luís António Parreira:

Sendo hoje reconhecido por todos a demasiada grandeza do paço municipal em princípio, e a grave impossibilidade do acabamento;

Sendo certo que a cantaria já nele empregada se acha em mau estado, em razão da sua péssima qualidade, a ponto que, quando mesmo a obra assim seguisse, seria forçoso substituí-la;

Calculando que o acabamento da obra pelas presentes dimensões não importará a este Município em menos de quarenta contos de réis, enquanto que reduzida a metade, poderia custar de dez a doze, e ficando ainda assim mesmo com capacidade mais que suficiente para os misteres desta Câmara;

Julgando que ainda mesmo quando à Câmara interesse a continuação da obra por tal preço, podendo para isso dispor de meios, ficaria impossibilitada por muito tempo de poder empreender e levar a efeito alguns trabalhos principais de suma utilidade para os moradores deste concelho que têm direito de quererem ver os tributos que pagam aplicados a obras de utilidade pública, e não a obras de reconhecida insuficiência, supondo-se assim, e com razão, um desperdício das rendas da Câmara;

Sendo certo que a dita obra como se acha, não só diminui consideravelmente a Praça da Restauração, tirando assim toda a beleza ao nosso primeiro burgo, mas também apresenta dois grandes defeitos nas embocaduras das duas ruas de S. Francisco e do Galo;

Atendendo finalmente a que esta Câmara se acha presentemente sem casa alguma para as suas sessões e mais precisos, funcionando em uma casa imprópria, e da qual está pagando cento e vinte mil réis anualmente, e entendendo o não poder continuar por muito tempo este estado de coisas, inteiramente lesivas a este Município;

Por todas estas considerações, e por muitas que ainda podia expender:

Proponho:

Que esta Câmara mande proceder ao desenho de um risco para a nova frente do paço do concelho, que seja simples e bonita, e adaptada às circunstâncias da ilha e com ela em relação.

Que esta frente seja colocada no corredor que atravessa a actual obra, ficando só para edificar a parte interna do corredor para dentro.

Que desta frente parte se edifique um terço, pouco mais ou menos, pelo novo risco, onde se poderão fazer, na parte superior, as acomodações necessárias para as sessões desta Câmara, Secretaria, Arquivo, etc.; e na parte inferior, ou armazém, se estabeleça o celeiro municipal^[101].

Que a parte exterior do edifício em começo seja desprezada, apeada e demolida, à proporção que a obra de dentro for seguindo, e seus massames nele empregados, mas só no interior, em razão da má qualidade da cantaria.

Que a obra seja feita por arrematação, e que toda a cantaria nela empregada exteriormente seja da ribeira chamada do Testo.

Submetendo esta proposta às maduras e luminosas considerações dos senhores Vereadores, meus colegas, pelo ao mesmo tempo que seja transcrita na sua íntegra, na acta.^[102]

Ainda na mesma sessão o dito vereador propôs a venda «em hasta pública de todos os foros e outros direitos dominicais que lhe pertencem, empregando em emissões de três por cento até à quantia que for mister para conseguir o mesmo actual rendimento, e o excesso seja aplicado exclusivamente ao andamento da obra do novo paço municipal, desprezando-se a parte que fica do corredor para fora, e colocando a frente no mesmo corredor.»

101. A Câmara estava nesta data obrigada a construir um edifício destinado a celeiro, orçado «em três contos duzentos e tantos mil réis.»

102. Acta de 12 de Outubro de 1859.

Renovando o contrato de arrendamento da casa da rua do Palácio

Embora em evidentes dificuldades, manietada por carência financeira, com a agravante ainda do tempo ir decorrendo sem despontar a almejada solução, a Câmara nem sequer apreciou as sugestões de Luís António Parreira, limitando-se a exará-las em acta.

Findando entrementes o contrato de arrendamento por seis anos – prazo que a Edilidade havia julgado bastante para edificar o palácio – do prédio de Luís Meireles do Canto Merens de Távora, na rua do Palácio, n.º 4, onde a Câmara então funcionava, tornou-se necessário firmar nova escritura, dilatando o período por mais trinta e seis meses, agora com o anual encargo de 140 mil réis, mais vinte, portanto, do que o antecedente.^[103]

103. Idem de 15 e 24 de Outubro de 1860 e 16 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 1861. Em virtude de Luís Meireles do Canto não ter dado ordem ao seu procurador para renovar o contrato, deliberara a Câmara instalar-se no primeiro andar das casas de João Carlos da Silva, na rua do Galo – ou sejam as que, ao presente, tem os números de polícia 20 a 26. Dificuldades porém imprevistas determinaram a anulação do acórdão nesse sentido e levaram a novo contrato com o Merens de Távora.

Até que

A obra mantinha-se paralisada e sem vislumbre de recomeçar. A posição de Câmara, na realidade, não seria invejável e ousado não se nos afigura admitir que o ambiente fosse de crítica e comentários de desabono ao empreendimento, como regra geral sucedem casos similares.

Até que em 1862 constou estar o proprietário Gabriel de Sousa Pereira disposto a «*permutar as casas nobres da sua residência^[104] pelo edifício do Paço do Concelho, no estado incompleto em que se acha, obrigando-se a Câmara a satisfazer-lhe a diferença dos valores.*» Na mesma ocasião o Município inteirou-se ainda de que António José Vieira Rodrigues Fartura também não duvidaria em ombrear a responsabilidade de concluir o imóvel, pelo ajuste de vinte e quatro contos de réis, indemnizado por prestações anuais.^[105]

Longo a Edilidade indagou o que, sobre isto, de verdade havia nomeado para o efeito. Luma comissão formada pelo vereador Francisco Luís Froes, e os cidadãos Luís António Parreira e Joaquim António Rodovalho.

A situação aflitiva em que a Câmara se debatia mostra-se patente, com o vivo interesse que de pronto manifestou em apurar o fundamento destes informes.

104. Supomos tratar-se da actual Sede dos Serviços Municipalizados.

105. Acta de 29 de Março de 1862.

V

A diligência camarária resultou.¹⁰⁶ Cerca de um ano, todavia, gastou a Edilidade a ponderar o assunto, como através das actas se observa, apenas se decidindo no início de Março de 1863.¹⁰⁷ O comendador António José Vieira Rodrigues Fartura,¹⁰⁸ com loja e residência na Praça da Restauração,¹⁰⁹ em cujo frontispício exibia os brasões da família, mostrou-se disposto a ombrear a responsabilidade de terminar a obra por trinta contos de réis.¹¹⁰

O diretor das Obras Públicas, tenente engenheiro Afonso Joaquim Nogueira Lopes, a solicitação da Câmara, emitiu o parecer de que «*não obstante ser excessivo o seu preço*»¹¹¹ e «*no caso de não haver outra proposta mais razoável*», deveria o Município firmar contrato para ultimar o «*paço que, além de grande utilidade geral que dele vai resultar, atestará o progresso e civilização desta terra, ao passo que, no estado em que se acha há bastantes anos*»¹¹² é um tristíssimo monumento da falta destes predicados.» Nenhum outro meio mais airoso discernia o aludido técnico para concluir o imóvel, até porque «*nesta ilha se não podem obter capitais senão por um juro elevado.*»

Acedeu a Edilidade em face disso, mas sob a cláusula de saldar o encargo em prestações anuais de dois contos de réis e não de dois contos e quinhentos, como pretendia o arrematante.¹¹³ O comendador Fartura, que apresentou Gabriel de Sousa Pereira¹¹⁴ por fiador, anuiu a despeito de lhe ser «*oneroso receber esses trinta contos em quinze anos*». Fazia-o, sublinhou, «*pelo desejo de ver concluída uma obra de tanta urgência e brilho para esta cidade*».

«*Em consequência – lê-se no acórdão – reconhecendo-se ser este contrato mais vantajoso incomparavelmente que contrair empréstimo de dezasseis contos, insuficientes para as precisas obras, vencendo o juro de seis e meio por cento ao ano para amortização do*

106. Acta de 9 de Abril de 1862.

107. Actas de 4 e 11 de Março de 1863.

108. Gabriel de Sousa Pereira, ao ser abordado pela Câmara sobre o que constara, «*já havia permutado as suas casas nobres onde residia por moios de renda com um proprietário desta cidade.*»

109. Onde se instalam a Loja dos Barateiros e os escritórios da firma Tomé de Castro.

110. O recomeço dos trabalhos, mais não mereceu ao jornal *A Terceira* de 26 de Março de 1863, do que estas linhas: - «*Paços Municipal. – Em breve vai começar esta obra interrompida há anos. A Câmara tratou definitivamente com o comendador Fartura que se obriga a construir o paço em 4 anos, pela quantia de 30 contos.*»

111. Ao princípio falar-se em vinte e quatro contos de réis.

112. No acórdão do Concelho de Distrito lê-se que as obras estavam suspensas «*há muitos anos*».

113. Acta de 11 de Março de 1863.

114. Gabriel de Sousa Pereira era sócio do comendador Fartura, além de Joaquim Teixeira Brasil, nesta empreitada.

capital, com hipoteca nas contribuições indirectas como permitiria a Lei de 1 de Abril de 1861, se obriga a completar a obra em quatro anos e em dois a prontos as salas precisas para a Câmara funcionar, indo assim adiantar por vários anos grandes capitais sem vencimentos de juro. A obra deverá ser feita exactamente como o risco e condições apresentadas.»

Ainda outra proposta

Na mesma ocasião, outra proposta a Câmara recebeu de José Hipólito Mendes Franco e João de Freitas, por unanimidade julgada «inconveniente» e cujo teor registamos: «Os abaixo assinados prontificam-se a fornecer à Exma. Câmara Municipal desta cidade os meios para a ultimate do paço do concelho emprestando-lhe até à quantia de quatro contos de réis por ano. — Nestes quatro contos de réis, entrarão, pelo preço do mercado, os materiais que forem exigidos aos abaixo assinados, os quais por essa razão virão por conta e risco dos fornecedores. — As quantias empregadas não vencem juro algum, e serão pagas metade do empréstimo em cada ano nos primeiros dois ou três meses do ano seguinte, e finda a obra, será paga a restante dívida em prestações anuais de dois contos de réis. Durante o tempo em que principiarem as obras até que estejam os mutuantes de todo pagos, ser-lhes-ão arrendadas as actuais imposições municipais pelo preço anual que renderam líquido das despesas da administração no ano de 1861 a 1862, e com todos os privilégios que a Lei confere a tais rendeiros.»^[115]

115. Acta de 18 de Março de 1863.

Nova mudança da sede do Paço do Concelho

Uma vez mais a Câmara teve necessidade de renovar o período de arrendamento do prédio em que se alojava, na rua do Palácio n.º 4. Desta feita, o prazo estipulado findaria em Abril de 1865.^[116]

*N*o intuito de estabelecer ali o passeio público, entrementes o Município adquiriu pelo foro anual de quinhentos mil réis a propriedade do comendador José Maria da Silva Leal, já reportada no penúltimo artigo e constituída pelas casas da Praça Velha, granéis da Travessa da Saúde, três moradias na rua do Marquês e o terreiro denominado o «Sítio».^[117]

116. Idem de 13 e 20 de Maio de 1863. – A Câmara esperava ter já então alojamento no palácio novo.

117. Imóvel inscrito em 1872 na Conservatória de Registo Predial, sob o n.º 2.124, como um conjunto rústico e urbano, foreiro em 80\$000 réis e 4 galinhas e subforeiro em 500\$000 réis por que foi cedido à Câmara. Na superfície de 1 hectare, 63 ares e 35 centiares (16 alqueires e três quartas e meia), com um anel de água potável, abrangia toda a face da ladeira de S. Francisco até ao adro da igreja de N.ª Sr.ª da Guia, a confinar coma rua do Marquês, Travessa Saúde e, a norte, o sítio que foi do desembargador João José da Cunha Ferraz. Estimado o seu valor venal em 12.000\$000 réis e o rendimento anual de 600\$000 réis. – Toda esta propriedade Manuel Gonçalves Fagundes «a houvera por várias compras que fez, porque eram vários prédios que todos reuniu em um só». Aparecem como foreiros o Conde da Praia da Vitória (3\$000 réis e 4 galinhas), da «casa alta contígua que ocupa parte da frente da Praça e principio da Ladeira»; João Bettencourt Vasconcelos Correia de Ávila (5\$000 réis), pelas casas dos granéis; e Morgado Barcelos (2\$615 réis), por outra parcela. O restante imóvel urbano, volvido para a Praça, antes pertenceu ao conselheiro Luís António da Silva Carvalho. – Manuel Gonçalves Fagundes, negociante, natural da Fonte de Bastardo, depois de enviar de D. Carolina Gonçalves dos Anjos, sua prima, casou na Sé, em 3 de Novembro de 1838, com D. Maria Inês da Conceição Correia, baptizada na ermida da Guia, Socorro, Lisboa, cujos pais residiam em Angra, sem de ambas as vezes deixar descendência. Faleceu em 27 de Junho de 1858, no Caminho do Monte, Funchal, para onde tinha ido tratar-se. Excepto os valiosos legados pios que deixou, seus avultados bens transitaram para a viúva. Esta, por si, agora com 39 anos, contraiu segundas núpcias, em 20 de Janeiro de 1861, com o comendador José Maria da Silva Leal, solteiro, de 47 anos, oriundo da ajuda, Lisboa, que foi governador civil de Angra desde 22 de Maio de 1859 até aquela data e a quem se deve a fundação do nosso Asilo de Mendicidade. – Por escritura de 3 de Maio de 1864, com Silva Leal e mulher, residentes em Lisboa, e por isso representados pelo Conselheiro Almeida Monjardino, a Câmara Municipal adquiriu o domínio útil do prédio pelo aforamento anual de 500\$000 réis, até que pudesse satisfazer o seu valor, acabando depois por comprar o dito foro por 1.600\$000 réis a D. Teotónia Pamplona Corte-Real do Canto Brum e, seu marido, António Taveira do Canto Brum, moradores em Ponta Delgada (Notas do Tabelião António Borges Leal, Livro 33, fls. 1-7; Livro de Escrituras n.º 38 do Notário da Câmara; e testamento de Manuel Gonçalves Fagundes, datado na ilha da Madeira em 2 de Abril de 1858, transcrito a fls. 15-21 do Livro 24 da extinta Administração do Concelho). – Considerável área deste prédio, onde se instala parcelarmente o Jardim Público, do qual em anexo se insere breve apontamento, integrou-se na cerca dos antigos Colégio de Jesus e convento franciscano. Ainda a meados do último quartel do século findo, este lugar conhecido por sítio «Fagundes», passando a dominar-se «Passeio Duque da Terceira» por deliberação de 18 de Janeiro de 1888. Ao governador do distrito, Afonso de Castro, se deve a iniciativa do Jardim Público, como atesta o seu ofício n.º 3, de 27 de Janeiro de 1882, dirigido à Câmara. Nele, em resumo, se lê: «no louvável intento de dotar Angra com um jardim público, adquiriu a Edilidade, por aforamento, o prédio denominado Fagundes. Ninguém ignora a necessidade de um passeio público era lamentável que uma urbe de tanta importância o não tivesse». – O Conselho Agrícola tomara o terreno por arrendamento e ali estabeleceu a sua quinta experimental, desde logo dividida em cinco secções: floricultura, pomicultura, horticultura, grande cultura e viticultura. E, deste modo estava realizado o primeiro passo. Seis meses volvidos, já a Câmara ali tinha pessoal destacado (acta de 3 de Junho de 1882). Vide ainda actas de 7 de Dezembro de 1863 e 7, 16 e 27 de Janeiro e 24 de Fevereiro de 1864.

Procurando extrair o maior proveito dessa transacção, enquanto o indigitado *passoio público* se não concretizasse, para a casa principal voltada à praça a Edilidade transferiu a sua sede na segunda quinzena de Março de 1864 e arrendou o demais, como ainda subalugou a Simão de Roches da Cunha Brum, por 140\$00 réis, o imóvel da rua do Palácio, agora vago e da responsabilidade municipal até Abril de 1865.^[118] E lá a Câmara funcionou até à data da inauguração do novo Paço,^[119] em virtude do comendador Fartura, por razões que alegou, não satisfazer a cláusula – a quinta do contrato assinado em 8 de Abril de 1863 – em que se obrigava a apresentar em dois anos «*uma parte do edifício completa para nela se estabelecer a Secretaria e casa das sessões*», como *as casas assobradadas do pavimento térreo* para aí se instalar a Administração do Concelho.^[120]

Os álamos, cânforas e outras árvores que existiam no prédio de José Maria da Silva Leal, foram vendidos meses depois em hasta pública,^[121] por causarem «*prejuízos aos muros*» do adro e da ladeira de S. Francisco.

118. Idem de 16 de Março de 1864.

119. Idem de 1 de Agosto de 1866.

120. Idem de 19 e 26 de Julho de 1865.

121. Edital de 5 de Outubro de 1865.

A guerra interna da América afecta o curso dos trabalhos

Uma das condições da arrematação especificava que as madeiras a empregar na obra seriam de «*pinho da Flandres arresinado*». Como porém o primeiro daquele madeirame, ao tempo, somente se poderia adquirir nos mercados sulistas dos Estados Unidos, mormente em Savannah, e os portos dos confederados estavam bloqueados pelos federais em consequência da Guerra da Secessão que dividia a América do Norte, propôs o comendador Fartura a substituição do «*pinho arresinado por pinho de outra qualidade, ou que designe porto certo e no presente tenha acesso*».^[122] O facto suscitou volumoso expediente.

122. Acta de 27 de Junho de 1863.

Desde logo o director das Obras Públicas opinou que *«não pode ser substituído sem inconveniente por outra qualidade de pinho da América, e que não julga provável que todos os portos onde aquela madeira se vende estejam bloqueados, mas que no caso de se verificar bem que efectivamente o então, e assim se não se poder obter a mesma madeira, será então de pinho vermelho da melhor qualidade desse país o que menos inconveniente oferecerá»*.

Apendência manteve-se durante meses, até que o Município, alicerçado no parecer do tenente-engenheiro Afonso Nogueira Soares, deliberou: - *«Não pode a Câmara prescindir de que seja empregada madeira de pinho arresinado nas obras do novo paço municipal. Portanto, se é impraticável aos requerentes,^[123] no estado presente da guerra da América, obter madeira da referida qualidade, como alegam, ficarão suspensas as ditas obras por tempo de um ano, com princípio no 1.º de Julho próximo seguinte, assim como ficará suspensa a prestação da Câmara relativamente a esse ano»*.^[124] Perante a intransigência camarária, outra alternativa os arrematantes não tiveram do que, em navio expedido para o efeito, confiar missão nesse sentido ao seu agente, João de Deus Severino. E este, como não lograsse despachos em Savannah e noutros portos beligerantes da América do Norte, trouxera de Québec, Canadá, um carregamento de *«pinho vermelho arresinado de superior qualidade»*.^[125]

Certificando Ricardo Dobell que a madeira vinda era, *«na maioria, de pinho vermelho, e que as traves são de pinho branco e amarelo»*, o Município reconheceu, depois de ouvir o director das Obras Públicas, *«que as madeiras satisfazem bem às condições de estabilidade da construção a que se destinam, e só terão os inconvenientes de menos duração, inconvenientes que lhe parecem menores que os da demora na conclusão da obra, não só pela falta que o edifício fará, como pelas deteriorações que os materiais já empregados sofrerão expostos à acção do tempo, tanto mais que esta demora, na hipótese sujeita, dependeria das conclusões de uma guerra, que é incertíssima»*.^[126]

123. Além de António José Vieira Rodrigues Fartura, aparece como requerente Gabriel de Sousa Pereira.

124. Acta de 6 de Abril de 1864.

125. Acta de 26 de Outubro de 1864.

126. Sessão extraordinária de 14 de Novembro de 1864.

VI

Depois do que exposto ficou, manteve-se a obra em ritmo normal, sem óbices de maior a estorvar o seu curso, exceptuando a vez em que breve paragem sofreu, pela demora na entrega dos desenhos, «*e em especialidade a medida das armas do Município*», encomendados ao Germano César Pereira de Morais Sarmento, da repartição das obras públicas.^[127] De são Miguel, onde se «*trabalha bem e barato*», desde logo se deliberou mandar vir operários para fazerem os «*estuques de gesso*».^[128]

Olápis de Germano Pereira Sarmento outros desenhos escarvoou, como «*os da decoração interna e externa, das plantas dos pavimentos nobre e térreo, além do corte destinado a mostrar o sistema dos madeiramentos*», trabalho excelente que lhe valeu 24\$000 réis.^[129] As ramagens e outros adornos do elegante frontão, risco do mesmo artista, custaram 180\$000 réis.^[130]

A colocação da estátua «*Angra do Heroísmo*» sobre o frontispício, data de 28 de Dezembro de 1865. Nessa altura «*fizeram subir girândolas de foguetes da casa da Câmara, e tocou em frente daquele palácio a bela música de 10 Caçadores. Houve a este acto grande concorrência de pessoas*».^[131] A formosa escultura, em mármore, reproduz a imagem que orna o cabo da campainha de prata dourada que D. João VI ofereceu ao Município e se vê na mesa do Salão Nobre.^[132]

127. Acta de 15 de Junho de 1864. - Morais Sarmento, architecto do Corpo Auxiliar à Engenharia, filho do coronel Francisco Raimundo Morais Sarmento, natural de Lisboa, e de D. Maria Morais Sarmento, de Santa Luzia, desta cidade, baptizou-se em maio de 1835 na paróquia lisboeta de Santa Isabel. Depois de obter em 1858 o diploma da Academia de Belas Artes, e de, no ano imediato, ter servido como desenhador nas Obras Públicas de Coimbra, veio para Angra em 1860, destinado a igual cargo, fixando morada na rua de Jesus. - Casou em 11 de janeiro de 1866, na Sé, com D. Francisca Moniz, filha do marechal de campo João Moniz Barreto e de D. Maria Riggs Moniz, residentes na rua Afonso VI e todos oriundos da Sé. - Em 5 de Março de 1880, após ter leccionado a título interino, efectivou-se como professor de desenho no liceu. Diversas ocasiões exerceu a Reitoria, na vaga ou impedimento do titular.

128. Ata de 30 de Abril de 1863.

129. Idem de 23 de Setembro de 1863.

130. Ofício n.º 68, da C. M. de 10 de Abril de 1864.

131. O *Angrense*, de 28 de Dezembro de 1865.

132. De algum valor se credita a histórica campainha, quanto mais não fosse pelo apreço que traduz de um Rei português por esta ilha marchetada dos mais nobres pergaminhos.

O projecto sofre ligeiras modificações

Determinaram as circunstâncias que o projecto recebesse ligeiras modificações, por necessidade de «*ventilação e outros objectos de urgência reconhecida*»;^[133] elevação das quatro paredes interiores na frente da Praça, «*à altura do tecto do edificio substituindo deste modo as asnas francesas de que trata o contrato, por ficar a obra manifestamente mais forte sem acréscimo de despesa*»;^[134] os vigamentos do tecto fossem nas extremidades de zinco ou de chumbo, para livrar da humidade;^[135] erguer mais de 14 a 15 centímetros o tímpano do frontão, no custo de 148\$000 réis;^[136] a cimalha para guarnecer os arcos do vestíbulo superior «*fosse da ordem coríntia lisa, igual à das outras casas, sem cambota, não podendo esta ter lugar em razão dos arcos e ter-se rebaixado o tecto por necessidade urgente*»;^[137] «*as portas sejam inteiriças, visto que as paredes não tem capacidade que admitta o serem dobradas, e ainda que fiquem com algum defeito, é este menor do que sendo de outra maneira*».^[138]

Mais resolveu a Câmara que os balaustres, guarda-chapins, cimalha e pilares da escada, «*se façam da melhor pedra lioz, vindo tudo feito de Lisboa, para assim ficar a dita escada mais bela e com maior solidez*»;^[139] mas a falta de verba não o proporcionou, obrigando a aplicação na escada de basalto ordinário e já gasto.^[140] A balaustrada, por si, confeccionada em madeira, custou 234\$727 rs.^[141]

Também por orçar entre seiscentos a setecentos mil réis, ficou sem efeito o acórdão municipal de pavimentar o átrio da entrada com laje idêntica à que se observa na soleira do portão.

133. Acta de 4 de Janeiro de 1865.

134. Idem de 30 de Novembro de 1864.

135. Idem de 8 de Março de 1865.

136. Idem de 13 de Setembro de 1865.

137. Idem de 21 de Fevereiro de 1866.

138. Idem de 15 de Junho de 1864.

139. Idem de 1 de Março de 1865.

140. No actual plano de beneficiação do Paço do Concelho, orçado em 400 mil escudos, figura o assentamento da escadaria em pedra mármore.

141. Depois de abandonada a ideia da lioz, a sua construção também em pedra vulgar, estimada em 94\$500 réis, chegou a estar decidida (ofício n.º 187, da C. M., de 14 de Fevereiro de 1866).

Acréscimos no montante de 1.789\$584 réis

Aproximando-se o termo do empreendimento, a Edilidade assentou^[142] em proceder «ao ajustamento de contas, tanto acerca das obras realizadas não compreendidas no contrato, como das diferenças de preço dos materiais empregados inferiores aos das condições do mesmo contrato».

A título complementar do vultoso imóvel e com vista a alojar a Administração do Concelho,^[143] deliberou o Município que «se estucasse o tecto, e se fizessem dois tabiques e dois armários; que se fizessem em roda do edifício vidraças como se acham na casa da administração do concelho; – que se estucassem os corredores do pavimento térreo; que se fizesse no quintal um chafariz;^[144] que se pintasse a cantaria por dentro; – que igualmente se pintasse a óleo, e com três mãos de óleo, a cantaria toda do exterior do edifício; que se calçasse convenientemente o muro do quintal; – que se fizessem doze buzinas de folha pintadas para servirem provisoriamente; e que se ladrilhasse por fora o edifício todo, com canos em roda para receberem a água e tirar-se assim a humidade do edifício».^[145]

Importavam tais melhoramentos em 1.869\$850 réis. Deduzida, contudo, a parcela de 130\$266 réis, correspondente à terceira mão de óleo na cantaria exterior que se não levou a efeito por medida de economia, desceu esse montante para 1.739\$584 réis – débito a liquidar pela Câmara ao mesmo arrematante somente em 1879, depois de satisfeita a última amortização anual da obra do palácio.^[146]

142. Acta de 12 de Maio de 1866.

143. Na ala direita do primeiro pavimento, agora ocupada pelos Serviços de Obras.

144. Situava-se este chafariz defronte dos calabouços. Ainda existia quando a P.S.P. dali se transferiu em 22 de Outubro de 1834, para o rés-de-chão do palácio do Governo Civil.

145. Acta de 12 de Maio de 1866.

146. Ofício n.º 265, da C. M. de 2 de Junho de 1866.

O dinheiro estimado para o coreto foi aplicado em mobiliário

Dois meses da inauguração oficial e festiva do Paço do Concelho, na sessão de 6 de Junho de 1866, o vereador Emídio José da Silva formulou uma proposta que, pela sua natureza e valia histórica, na íntegra arquivamos:

Senhores. – Em toda a parte o lugar mais nobre, mais distinto de um edifício municipal, seja qual for o fim, que ali nos conduz, ou mesmo o de assistir a uma sessão solene, ou de concorrer a uma recepção extraordinária de algum príncipe ou pessoa eminente, o lugar que procuramos é aquele aonde está a mesa das suas vereações. – Temos lutado com graves dificuldades para termos um belo paço municipal; e havemos nós, depois de tantas mudanças e de tantas as despesas para conseguir um edifício mais amplo e mais próprio da grandeza desta cidade, vir a ter uma Sala de Sessões do mesmo tamanho daquela que já existia há mais de 50 anos? Não se diga, nem se veja semelhante progresso! E para quê? Para ficar reservado um grande salão, ornado de maiores florões, e com coreto para música, quando a Câmara Municipal de Angra só se dispôs a construir um paço municipal e aí, Senhores, meus ilustres colegas, meus patrícios, o que melhor e mais distinto deve aparecer, é a sala das vereações, que eu venho propor seja colocada no grande salão, dispensando-se o coreto, mesmo porque, sendo ali o topo daquela sala, e o lugar mais nobre, é onde deve ser colocado o retrato do Rei reinante, e a despesa a fazer com esse coreto aplica-se para a mobília, a qual deve corresponder com o salão.

E quando a não ser por este meio, há-de a Câmara poder comprar a mobília para a mesma? Bem tarde será: porquanto vós todos bem sabeis com quantos encargos obrigatórios se acha hoje

sobrecarregada esta Câmara, e quais os seus limitados recursos. Para não descer a especialidade, eu mesmo deixo de vos indicar que aquele coreto inutilizava em grande parte a beleza e majestade daquela sala; porquanto, ainda mesmo que ela ficasse reservada para uma sala de recepção, por qualquer motivo extraordinário (porque a cidade de Angra não tem sido poucas vezes favorecida com a presença de seus augustos príncipes) aquele coreto tiralhe todo o cómodo e toda a nobreza, porque, sendo aquele lado do salão o único que não é cortado por janelas ou portas, e sendo o lado central dele, é ali que a sala tem o seu mais nobre assento. Por todos estes motivos, eu proponho que se deixe de fazer aquele coreto, alterando-se assim as obras a fazer, submetendo-se à superior aprovação esta alteração, como já outras muitas se tem proposto. E que feito isto seja aquela a sala das vereações da Câmara, ficando a outra sala para qualquer outro serviço municipal que demande mais frequência, ou que não seja próprio da vereação.

Assim teremos alcançado uma casa municipal como há em poucas cidades; mas por onde se deve avaliar a grandeza de qualquer edifício a quem nele entra, é pela parte principal que determina a sua construção; – esta sem dúvida é a de tornar mais ampla, mais vasta e mais digna a sala das vereações, que é o lugar onde a Câmara reunida, como representante deste tão considerado Município, melhor que em nenhuma outra sala, deve receber esses mesmos príncipes, quando venham a esta cidade.

É este o meu voto, e esta a minha proposta, que, por honra deste Município, desejo ver aprovada.^[147]

A Câmara aprovou a sugestão de Emídio José da Silva^[148] e os quatrocentos mil réis^[149] estimados para o coreto foram aplicados em mobiliário. Assim se verifica que o dito coreto jamais se construiu. Chegou, sim, a fazer-se, ainda existindo a escada que lhe serviria de acesso, mais a porta aberta para o efeito na parte de trás na parede de fundo do actual Salão Nobre.^[150]

147. Acta de 6 de Junho de 1866.

148. Idem de 12 de Junho de 1866.

149. Idem de 20 de Setembro de 1866.

150. Três anos passados, ainda o salão não estava inteiramente completo (acta de 3 de Abril de 1869). – Antes da visita régia em 1901, já designado por *Salão Nobre* (acta de 29 de Janeiro de 1901), nele se realizavam as sessões dos camaristas e na actual sala das sessões funcionava a secretaria, que se mudou para a dependência onde tinham lugar as assentadas da Comissão de Recenseamento (*Memória de Alfredo da Silva Sampaio*, n.º 194, Angra 1904).

VII

No ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e seis, em o primeiro dia do mês de Agosto, na sala da Câmara Municipal desta cidade de Angra do Heroísmo, – lê-se no respectivo acórdão – se reuniram em sessão extraordinária sob a presidência do excelentíssimo conde da Praia da Vitória, que se apresentou¹⁵¹, os respectivos vereadores, para tratar da mudança de arquivo municipal e da Câmara para o novo paço município, grandiosamente erigido, e que se acha já a termos de poder a Câmara nele funcionar.

Entretanto este objecto em discussão, e sendo maduramente reflectido e ponderado, deliberou a Câmara unanimemente que a mudança sobredita se realizasse no dia onze deste mês, por ser grandemente memorável neste território do heroísmo. – É o aniversário do brilhante triunfo alcançado em 1829 pelos defensores da liberdade e do trono legítimo contra os do absolutismo e usurpação, e que dera à vila da Praia o título de Praia da Vitória; – é também aniversário do lançamento da pedra fundamental, em 1849, do mesmo paço municipal que acaba de construir-se, e que é o edifício público mais notável e grandioso do arquipélago dos Açores, edifício de que só de per si daria honroso nome à ilha Terceira se ela o não tivesse, e muito ilustre, por diversos títulos gloriosos perpetuados nas páginas da história.

151. Na ausência do conde da Praia da Vitória, exercia a presidência Frederico Ferreira Campos, vice-Presidente do Município.

A instalação dos serviços no novo paço

Acta do dia 11 seguinte, por seu turno, insere que se reuniram em «*sessão pública em grande gala, pela primeira vez, na sala do magnífico paço municipal que acaba de construir-se para as sessões da Câmara desta muito-nobre-leal-e-sempre-constante cidade de Angra do Heroísmo, sob a presidência do excelentíssimo Conde da Praia da Vitória, os vereadores actuais Frederico Ferreira Campos, José Maria Pereira Coelho, João Alberto Rebelo, António de Meneses Fagundes, Emídio Lino da Silva e Francisco Luís Flores, presente o administrador do concelho o bacharel José Augusto Mendes, para se comemorar o acto de que acaba de praticar-se da mudança do arquivo municipal e respectiva secretaria para este grande edifício, onde de ora em diante tem a Câmara exercer as suas atribuições legais, como se anunciara por edital de oito do corrente*».

O resto do texto, de natureza similar à do acórdão de 1 de Agosto supra aludido, novamente evidencia a razão da escolha da data – não se observando, assim, a representação oficial idêntica à cerimónia de 1849, em que as autoridades maiores da ilha marcaram luzida presença.

Somente damos conta que nesse dia solene o alçado principal do edifício se iluminou. E, à noite, por espaço de algumas obras, na Praça da Restauração a «*excelente banda de Caçadores 10*» tocou «*mui harmoniosas peças*» – atraindo «*uma reunião numerosíssima de pessoas de todas as classes da Sociedade*» – por anuência do barão do Rio Zêzere, general de brigada comandante da décima divisão militar, «*e que fora um dos defensores da causa da liberdade*».

A Imprensa local dedicou meia dúzia de linhas ao acontecimento. O próprio *Angrense*, órgão do partido do conde da Praia da Vitória, limitou-se a transcrever a acta inaugural do imóvel, antecedida por dezasseis linhas da Redacção.^[152]

Uma das primeiras deliberações camarárias, após o acto inaugural, consistiu em proibir de fumar «*nos altos do paço municipal havendo nisso a maior vigilância*».^[153]

152. Edição de 21 de Agosto de 1866.

153. Acta de 14 de Agosto de 1866.

Demora na arrumação de contas

Na assinalada data de 11 de Agosto, um sábado, por acabar ainda estava o prédio. Três meses volvidos¹⁵⁴ diligenciava a Câmara ajustar com o arrematante o assoalhamento de três casas no pavimento térreo e a abertura da porta do quintal para a ladeira de S. Francisco – obra orçada em 412\$20 réis. A meados de 1867¹⁵⁵ pedia o Município ao comendador Rodrigues Fartura para lhe vagar as lojas do Paço¹⁵⁶ para nelas arrecadar a sua bomba contra incêndios e outros objectos, como em Novembro imediato ao mesmo adjudicador lembrava a urgência de concluir a pintura externa do palácio, «*visto que o ladrilho, que isso embaraçava, se acha inteiramente completo*».¹⁵⁷ Na primavera de 1868 ainda a Edilidade rogava ao dito comendador Fartura para remover os entulhos que existiam na Praça da Restauração, por necessário ser a mesma estar «*desembaraçada e limpa, para se começar os trabalhos projectados da calçada e aformoseamento público*».¹⁵⁸ No precedente artigo, última anotação, registamos que no mês de Abril de 1869 ainda não estava terminado o *Salão Nobre*.

Comendador António José Vieira Rodrigues Fartura já nesta data havia falecido¹⁵⁹. José Francisco Maia, professor do Liceu desta cidade, representando os herdeiros do extinto,¹⁶⁰ solicitou à Câmara, em 1870, o ajustamento de contas, «*a fim de se tornar efectiva por acto autêntico a entrega do referido Paço à Municipalidade*».¹⁶¹

154. Idem de 3 de Setembro de 1866. Meio ano depois, nada estava ainda resolvido (acta de 20 de Fevereiro de 1867).

155. Ofício n.º 34, da C. M., de 17 de Agosto 1867.

156. O comendador Fartura guardava ali os materiais da obra.

157. Ofício n.º 69, da C. M., de 14 de Novembro de 1867. O trabalho da pintura havia sido suspenso para se fazer o ladrilho (acta de 13 de Novembro de 1867).

158. Acta de 11 de Março de 1868.

159. O comendador Fartura, viúvo, que em 26 de Maio de 1868 para o Continente seguira no Açoriano, morreu subitamente no Porto, terra da sua naturalidade em que tinha família e aonde se deslocava com frequência, em 13 de Setembro seguinte. Para Angra viera por razões políticas. Era septuagenário quando se finou e nesta cidade esteve estabelecido durante mais de trinta anos. «*Negociante de grosso trato*». «*Proprietário abastado e cavalheiro muito estimado de todos os terceirenses*». O seu nome acha-se ligado a todos os empreendimentos locais de utilidade pública, levados a efeito nesse tempo. «*A sua palavra de recomendação e os seus recursos auxiliavam muita casa comercial*», «*Quando o Governo do Distrito tentava promover uma subscrição a favor de infelizes ou desvalidos, o nome do sr. Fartura era o primeiro lembrado, tal a confiança que a todos inspirava o seu génio franco, e talhado para grandes empresas, e para proporcionar, à sua custa, o trabalho a todas as classes*». Era Comendador da Ordem Militar de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (O Angrense, de 26 de Setembro de 1868 e Ilha Terceira, Julho de 1880). O filho também foi vereador, chegando a exercer a presidência. Tinha o mesmo nome do pai, acrescidos de Júnior. O comendador Fartura era natural de Vieira do Minho, mas tinha arraiais no Porto.

160. Sua filha, a viscondessa de Pereira Machado, aparece como única herdeira (O Angrense, de 12 de Fevereiro de 1869).

161. Acta de 17 de Agosto de 1870.

Os trabalhos complementares teriam deixado de se processar em ritmo sobremodo lento para serem interrompidos. O Município, desprovido de verba para satisfazer as prestações contratuais, atrasara-se na amortização da dívida e o termo do negócio tardava em vislumbrar-se.^[162] Os credores, por seu lado, insistiam na arrumação de contas – depreendendo-se, através a leitura das actas e outros documentos, que a exigência da entidade concelhia, sobre o remate da obra, apenas seria atendida mediante o pagamento devido.

Até que a Câmara, em sessão extraordinária de 22 de Dezembro de 1871, debate o assunto. Compareceram os vereadores e os adjudicadores ou seus representantes.^[163] Sustentou-se diálogo entre as duas partes em redor do parecer emitido a respeito, e a solicitação camarária, pelo director das Obras Públicas, ao tempo o arquitecto Germano César Pereira de Morais Sarmiento, estabelecendo-se acordo: *«Sem que por esta aprovação se possa julgar definitivamente feita a entrega do edifício, - reza o acórdão - nem por qualquer forma iludido ou quebrado o contrato de 8 de Abril de 1863, em todas as suas condições, cláusulas e penas especialmente a condição sétima de por ser legal e a Câmara não poder dispensar aonde a lei obriga» «(...) os arrematantes se obrigam a na próxima estação oportuna fazerem substituir toda a telha do edifício que é de péssima qualidade por outra em boas condições e nos precisos termos da condição vigésima sexta do mencionado contrato de 8 de Abril de 1863, e mais se obrigam a pela mesma ocasião substituírem as madeiras que ou por efeito da humidade resultante de má telha, ou pela sua má qualidade, estiverem arruinadas, e a pintar interior e exteriormente aquelas partes do edifício que são da sua obrigação reparar e conservar como se dispõe na citada condição sétima».* Deliberou mais a Câmara, *«em atenção ao que lhe representaram os arrematantes, os aumentos por seus procuradores e à justiça que esta parte lhes assiste – votar, como vota, e de que se fará orçamento suplementar – o juro de 5% ao ano desde a mora das prestações que actualmente se devem aos ditos arrematantes».*

162. A penúria da Câmara pode avaliar-se pelo facto de no início da década de 1880/90 haver contraído o empréstimo de 10 contos de réis, na Caixa Económica de Angra e ao juro anual «não superior a oito por cento», para obviar encargos urgentes e inadiáveis.

163. Como Gabriel de Sousa Pereira também já não era vivo, apareceu nesta reunião seu filho, Guilherme de Sousa Pereira. O proprietário Gabriel Pereira, contando 63 anos de idade, se bem que morasse na rua do Barcelos, actual Serpa Pinto, morreu em 11 de Setembro de 1870, na sua quinta de Santo António, que havia sido de Garrett, no Caminho do Meio (assento de óbito n.º 100 de freguesia da Sé, de 1870).

Os anos passam e a situação mantém-se

Os adjudicadores ou seus herdeiros aceitaram o acima exposto, desde que a Câmara lhes pagasse, além do juro estipulado, quantia bastante do débito existente que os habilitasse à «*considerável despesa*» a fazer.^[164] E, deste modo, a Edilidade resolveu satisfazer a cláusula logo que as disponibilidades o permitissem.^[165]

No princípio do ano seguinte, Joaquim Teixeira Brasil, o único sobrevivente dos três arrematantes, informou a Municipalidade de que a pintura externa e interna das janelas e portas do edifício terminara, excepto na Conservatória por o chefe desse departamento se haver oposto.^[166]

Alguns meses mais tarde, D. Emília de Sousa Pereira e demais credores requereram, sem êxito, ao Conselho de Distrito, no sentido do orçamento geral camarário de 1873-1874 incluir a dívida e seus juros no montante de 9.200\$000 réis.^[167]

164. Acta de 15 de Janeiro de 1872.

165. Idem de 6 de Março de 1872.

166. Idem de 4 de Janeiro de 1873.

167. Idem de 4 de Junho de 1873.

A entrega definitiva do Paço efectivou-se em 1879

Vários anos decorreram ainda em *ponto morto*, lavrando-se alfim o «*Acto de definitiva entrega do edifício do Paço Municipal*».^[168]

168. Tombado a fls. 73 e seguintes, do Livro de Acórdãos da Câmara de “1878”.

Eis o seu teor:

No ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus cristo de mil oitocentos setenta e nove, aos cinco dias do mês de Fevereiro, nos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, e na sala das vereações respectivas se reuniu a Câmara Municipal do mesmo Concelho, sob a presidência do Excelentíssimo Barão de Nossa Senhora das Mercês, estando presentes todos os Senhores Vereadores, José Francisco Maia, Guilherme de Sousa Pereira e Joaquim do Rego Meneses Teixeira Brasil, o primeiro como representante dos herdeiros do comendador António José Vieira Rodrigues Fartura, arrematante da empreitada das obras do Paço Municipal, por contracto de 8 de Abril de 1863, o segundo como representante dos herdeiros de Gabriel de Sousa Pereira e o terceiro representante de Joaquim Teixeira Brasil, ambos partes por contrato particular com o arrematante dito Fartura; para o fim de se cumprir a disposição da condição sétima do indicado contrato que diz assim:

SÉTIMA: Ele arrematante fica responsável pela conservação das obras do referido paço municipal até à recepção definitiva do preço total da arrematação, procedendo-se então a uma vistoria a que assistirá a Câmara; finda a qual vistoria se lavrará um termo em que se exonere ele arrematante da responsabilidade futura no caso de reconhecer que não há vício de construção ou maus materiais empregados. Se porém os houver será ele arrematante obrigado à reconstrução que se julgar necessária, sem a qual não terá lugar o último pagamento.

Havendo a Câmara nomeado para proceder à vistoria o Excelentíssimo Luís do Canto e Castro Merens de Távora, engenheiro civil, e para coadjuvar Joaquim José Trigo, mestre do ofício de Carpinteiro, e Francisco Gonçalves Lestinho, mestre do ofício de Pedreiro, se procedeu à vistoria, na presença da Câmara e dos interessados supra indicados, com todas as formalidades legais e com o maior minuciosidade, começando pelo pavimento inferior e finalizando nos falsos pelo exame rigoroso dos tectos; findo o que se recolheram todos à sala das sessões e daí foi declarado pelo mencionado engenheiro que não encontrava vício de construção ou maus materiais empregados por que se as ferragens geralmente empregadas não são próprias de um edifício desta ordem, vê pelo relatório do exame feito ao edifício, pelo architecto civil Germano

César de Moraes Pereira Sarmiento, aprovado pela Câmara e pelos arrematantes, como se vê do acórdão de 22 de Dezembro de 1871, que todas essas faltas foram descontadas aos mesmos arrematantes no balanço das obras acrescidas e suprimidas durante a edificação; que algumas, poucas, deteriorações, são devidas não ao emprego de maus materiais mas à acção do tempo e do clima, devendo notar um sensível defeito de construção, que é a falta geral de ventilação conveniente do edifício o que junto a humidade do país viera a ser poderoso auxiliar da deterioração do edifício, o que porém é somente imputável a quem levantou o projeto e não a quem o executou.

Em vista do que a Câmara considerando que a diferença em dimensões e qualidades dos materiais empregados na construção do edifício se acha balanceada e debitada aos arrematantes no relatório do já mencionado architecto civil, Moraes Sarmiento, aprovado pela Câmara por acórdão de 22 de Dezembro de 1871, conformando-se com o autorizado parecer do engenheiro presente Merens de Távora em virtude do disposto na condição 7.^a do contrato de 8 de Abril de 1863, acima transcrita, desonera de toda a responsabilidade futura pelas obras do paço municipal desta cidade, contraída pelo citado contracto aos representantes do arrematante, seu fiador e comparte e ao comparte também Joaquim Teixeira Brasil com a condição porém de que ficam obrigados a proceder a um retalho geral do edifício e a pintar inferior e exteriormente todas as partes do edifício que no mesmo contracto devam ser pintadas a óleo ou que actualmente o estejam, devendo os materiais empregados ser dos especificados nas diversas condições do citado contracto, devendo realizar estes últimos reparos dentro do actual ano económico, se antes disso a Câmara poder pagar alguma quantia do que lhes deve de capital e juros.

E passando a liquidar-se o que a Câmara nesta data deve aos mencionados arrematantes se conheceu que se prestações vencidas até 30 de Junho de 1877 se devia 7.880\$000 réis o que junto aos juros de 5% contados das respectivas moras, conforme

e estipulado no mencionado acórdão de 22 de Dezembro de 1871, posteriormente aprovado pelo Conselho de Distrito, na importância de réis 1.463\$000, perfaz a dívida de 9.343\$346 réis, devida até hoje, ao que juntado a importância da última prestação vencida hoje, por força da condição 7.^a do citado contracto de 8 de Abril de 1863, fica liquidada a dívida dos mencionados arrematantes em 11.343\$346; sendo aqueles 9.343\$346 réis. da responsabilidade das vereações que geriram a fazenda municipal até 31 de Dezembro de 1877 e da actual vereação tão somente a de 2.000\$000, importância da última prestação vencida hoje, a qual para ser paga tem se der orçada convenientemente.

Declarou a Câmara que da parte da dívida orçada no orçamento em vigor se compromete a fazer algum pagamento aos arrematantes, dentro do actual ano económico, habilitando-se assim a poderem cumprir com a condição que aqui lhe é imposta de dentro do mesmo período retelharem e pintarem o edifício.

O que tudo sendo ouvido pelos arrematantes ou seus representantes presentes foi dito que aceitavam e reconheciam serem exactas e verdadeiras as declarações da Câmara e aceitavam e se obrigavam ao cumprimento da obrigação imposta de dentro do actual ano económico retelharem e pintarem o edifício, se a Câmara lhes fizer algum pagamento que a isso o habilitasse, ou a cumprir quando a Câmara o fizesse.

VIII

A data do auto da entrega definitiva do paço municipal, aludido no artigo anterior, assaz elucidativo se mostra quanto a Edilidade usou da vantagem outorgada pela condição *sétima* do ajuste, somente desonerando os empreiteiros da obra no ano que expirava o prazo para o pagamento da derradeira prestação.

Foi a Câmara nas gerências seguintes amortizando a devida, em parcelas de escassa monta, a última em 7 de Outubro de 1886, no valor de 360\$000.^[169] A partir de 1887, anotamos pequenas reparações no edifício camarário a expensas próprias,^[170] inclusive o ornato do salão com vista a sarau literário comemorativo do centenário do padre Jerónimo Emiliano de Andrade e realizado em 11 de Dezembro de 1889.^[171]

Dois anos após a abertura ao público do imóvel empenharam-se as vereações no embelezamento da Praça da Restauração, obedecendo a um dos riscos do engenheiro Afonso Joaquim Nogueira Soares.^[172] Nos fins de 1868 encetou-se a obra da calçada^[173] e a arborização não tardou,^[174] plantada sobre a directiva de Francisco José Gabriel, horticultor e agrónomo.^[175]

169. Conta corrente do Município, de 1879 e 1890.

170. Idem.

171. Acta de 19 de Dezembro de 1889.

172. O eng.º Nogueira Soares elaborara dois projectos, optando a Câmara por um deles (acórdão de 15 de Janeiro de 1868).

173. O *Angrense*, de 24 de Dezembro de 1868.

174. Acta de 3 de Dezembro de 1873. – Foram estas árvores, então exemplares de grande porte, derrubadas na noite de 6 para 7 de Fevereiro de 1949, por ordem municipal, facto que suscitou viva reacção popular (A *União* de 8 de fevereiro de 1949). – As árvores que actualmente ornem a *Praça Velha* são de recente data.

175. Francisco Gabriel foi quem, nos primeiros anos, também chefiou os trabalhos do *Jardim Duque da Terceira*, como se verifica na conta corrente do Município, reportada a essa época.

A fonte ornamental

Decidiu a Câmara, na sessão de 2 de Maio de 1877, aprovando proposta do Presidente, Manuel José Pereira Bettencourt, instalar no centro da praça uma *fonte monumental*, votando para o efeito no orçamento geral a verba de 1.500\$000

réis. Apenas o vereador Gregório Carlos Sanchez Franco discordou por achar o logradouro bastante acanhado e ainda se tratar de um simples *«embelezamento, e nada mais, não sendo uma coisa aconselhada pelas necessidades nem por consequência um melhoramento público de imediato interesse»*, tanto mais estava o Município endividado nalguns contos de réis.^[176]

Na mesma sessão o cónego, Dr. José da Fonseca Abreu Castelo-Branco, diligenciou anular a ideia do fontenário e em seu lugar erigir um monumento ao 1.º conde da Praia da Vitória, por iniciativa sua e de *«alguns cavalheiros»*, alegando nesse sentido ter requerido em devido tempo e a Edilidade haver respondido que oportunamente o pedido seria considerado.

Além da *«pequenez imprópria da praça para o monumento projectado»* e sem *«ofensa a ninguém»*, não entendeu a Câmara as razões expostas pelo capitular da Sé, uma vez que deliberado estava levantar a fonte ornamental. O já citado vereador Sanches Franco, por seu turno, *«declarou que não tomava conhecimento da pretensão do rev. Cónego Castelo-Branco porque o respeito que deve à memória do seu pai, uma das maiores vítimas com a implantação do sistema constitucional, lhe veda poder reconhecer os benefícios prestados à causa da liberdade pelo fautor da revolução que teve lugar nesta cidade em 1828»*.

176. Montava orçamento geral a 34.811\$225 réis.

Rivalidade partidária

Firmada pelo visconde de Bettencourt e mais trinta e oito cidadãos, entrou no Governo Civil uma reclamação contra a montagem do chafariz, sem a Câmara respeitar o compromisso assumido como Dr. Castelo-Branco. No libelo formulado, refutaram ainda os signatários: - *«A verba de 1.500\$000 réis era excessiva e não comportava as forças dos rendimentos municipais, o que era evidente, porque a Câmara para custear a despesa a fazer com o matadouro e o mercado do peixe se propunha contrair um empréstimo, e que finalmente deixava de fazer despesas obrigatórias, quais as de construir um cemitério em condições legais, para satisfazer a uma facultativa, concluindo por pedir a eliminação da referida verba orçamental»*.

O Município, contudo, não transigiu. Antes reputou a queixa de «*intempestiva e incurial, (...) em virtude das disposições dos artigos 159.º e 163.º do Código Administrativo*». E após desmentir a existência de algum entendimento anterior com o Dr. Castelo-Branco sobre o assunto, responde nestes termos:

E com quanto seja certo que a Câmara abunda nos sentimentos patrióticos dos cidadãos que querem tornar notável feito tão memorável à causa pública, constitucional, e em particular a este baluarte de fidelidade, e até talvez não deixe de para aquele monumento concorrer quanto o permita o estado do seu cofre, não aprova a localidade pretendida da Praça da Restauração, não só porque de há muito há um outro o pensamento mas porque o monumento da ordem que deve ser o pretendido aos heróis de 22 de Junho de 1828, vai obscurecer e tirar o merecimento ao palácio municipal, único edifício notável desta cidade.

Quando a vereação de 1848 projectou e levou a efeito em parte a construção do actual Palácio municipal, colocando com toda a solenidade em 11 de Agosto de 1849 a primeira pedra fundamental do edifício, associou-lhe com outros cidadãos que a isso convocou, como consta da acta de 17 de Junho de 1848, a ideia de arborizar a praça contígua chamada hoje de Restauração e esboçar no meio dela fonte monumental. Este pensamento não foi escrito nas suas actas, porque a opinião então dominante era da referida praça ficar livre e desembaraçada para os festejos de S. João (touro e cavalhadas) mas opinião que a mesma Câmara começou indirectamente a combater, mandando por acórdão de 10 de Junho de 1849 colocar no meio da mesma praça, a título de provisório e para serviço da obra do mesmo palácio, um chafariz, que efectivamente ali foi colocado.

Restando, pois, somente para completar o pensamento daquela vereação, visto que o palácio está concluído, a praça está arborizada, a colocação da fonte monumental, seria sobremaneira indesculpável ao Presidente desta Câmara, que também o foi de 1848, se tendo de propor o orçamento municipal, não incluisse nele uma verba para aquela fonte, completando assim o pensamento da Câmara, que projectou o palácio e de que e ele foi membro e Presidente.

Não sendo, pois, a ideia da fonte uma ideia nova, mas o complemento de um pensamento antigo, não há razão para os signatários da reclamação requererem antes a um gozo público a colocação de um monumento, que, embora muito justificado, muito bem pode ser colocado e com mais vantagem em outro qualquer lugar da cidade.

Entende a Câmara também não ser excessiva, antes modesta, a verba de 1.500\$000 réis que votou para esta fonte; porquanto, sendo com pedra, sobre agradável à vista, duradoura; e, não se encontrando nesta ilha, é preciso mandá-la vir de fora, e nas condições que preenchem o fim, a que é destinada.¹⁷⁷

177. Acta de 6 de Junho de 1877.

Outro monumento em perspectiva se gorou

Perante a atitude do Município, o Dr. Castelo-Branco e correligionários não levaram por diante a ideia de perpetuar na pedra a memória do artífice n.º 1 do trono da rainha D. Maria II.

Já agora se oferece ensejo para lembrar que, um quarto do século mais tarde, outro monumento, desta feita a el-rei D. Carlos, no mesmo sítio, esteve em perspectiva. Em cerimónia solene e pública, assistindo Suas Majestades e o Bispo D. Francisco José, a 2 de Julho de 1901, procedeu-se até ao lançamento da pedra fundamental, lavrando-se o respectivo auto.^[178]

Apimazia estaria porém destinada a Álvaro Martins Homem, que a História indica como fundador do povoado de Angra.^[179]

178. Ver texto em anexo.

179. Estátua inaugurada em 14 de Julho de 1960.

Inauguração e apeamento do fontenário

Sancionada pelos Conselhos de Distrito e Municipal^[180] a posição camarária quanto ao levantamento do fontenário de pedra mármore na velha praça, logo a Edilidade se movimentou no objectivo de concretizar e empreendimento antes de findar o biénio da sua administração. Os detentores do mandato municipal que terminaria em 31 de dezembro de 1877 executaram a obra num tempo recorde. Nenhum deles,

180. Acta de 20 de Junho de 1877.

certamente, nutria ilusões sobre o propósito que animaria a Vereação sucessora, presidida pelo barão das Mercês, que já no Conselho Municipal havia hostilizado a aquisição do dito fontenário.¹⁸¹

Através do seu procurador em Lisboa, Germano Serrão Arnaud, apressou-se o Município a fazer a necessária encomenda a Germano José Sales, «*com oficina de canteiro e escultura*» naquela cidade.¹⁸² E com tanto afinco o Presidente Manuel José Pereira Bettencourt se houve que a citada fonte se inaugurou no dia de Natal de 1877 – apenas uma semana antes de acabar a sua gerência.¹⁸³

Os admiradores e amigos de Teotónio Paim Bruges, no entanto, não teriam perdoado nem esquecido a «*afronta*» e, ora no poder, serviram-se do primeiro pretexto, embora fútil, que se lhes deparou, para da praça banir aquele ornamento. Aprovando proposta do barão de Nossa Senhora das Mercês, deliberou a Edilidade em 9 de Abril de 1879 «*que fosse apeado o dito chafariz*». Motivo aduzido: quando no ano anterior ali se armara o *kiosk*, a praça ficou «*pejada*», «*por ser mui pequena, nos dias de grande concorrência*». Resolveu-se, deste modo, retirar o fontenário e oferecê-lo ao Conselho de Agricultura,¹⁸⁴ «*por ser incompatível com o kiosk que é necessário*» e, «*no interesse do gozo público*». O Município no próprio dia inteirou da ocorrência o Governo Civil¹⁸⁵ e em 28 seguinte participou ao general comandante de divisão estar o *kiosk* montado e à disposição da banda dos Caçadores 10, para nele realizar concertos nos dias feriados e santificados.¹⁸⁶ Aceitou a autoridade militar a oferta e o coreto só desapareceu para em 1930 dar lugar à elegante placa central.¹⁸⁷

181. Idem de 23 de Outubro de 1877.

182. Actas de 7 de Julho e 9 de Agosto de 1877.

183. Jornal *A Terceira*, de 22 de Dezembro 1877.

184. O vereador José Maria Silvano ainda sugeriu que antes se indagasse se o Conselho de Agricultura aceitaria a dádiva. O facto do *kiosk* em 28 de Abril imediato à deliberação se achar armado, leva-nos a deduzir que já nesse dia o fontenário estaria apeado. Lembrou-se a Câmara de o oferecer ao Conselho de Agricultura, por a sua *estação experimental* funcionar no sítio «*Fagundes*», destinado a passeio público – e, assim, serviria para decorar aquele recinto. Nenhuma referência topámos sobre a data da sua transferência. Apenas o jornal *A Terceira*, de 8 de Julho de 1882, alvitra que no largo do Colégio se instale a antiga *fonte ornamental*. Julgamos ser a mesma. Antes de se fixar onde se encontra, não falta ainda quem se lembre do popular *babão*, pois dele se trata, situar-se na banda de cima, no local que emoldura o busto do dr. Manuel Lino.

185. Ofício n.º 72, de 9 Abril de 1879.

186. Idem n.º 82, de 28 de Abril de 1879.

187. Executada sob a directiva técnica do artista Maduro Dias, autor do risco, por especializados calceteiros portuenses, com provas dadas em trabalhos da Câmara Municipal de Lisboa e na Feira de Sevilha a placa central da Praça da Restauração «*sugere o gracioso desenho da colcha regional terceirense*». – *O mesmo coreto se vê agora no largo da antiga vila de S. Sebastião.*

IX

Teve a cidade por antigas armas «*em campo de prata a cruz da Ordem de Jesus Cristo, vazia do campo, e ao pé dela dois açores da sua cor olhando um para o outro*».

Com o advento constitucional, outras armas recebeu: «*um escudo esquartelado, no primeiro quartel, em campo vermelho, um braço de prata armado com uma espada na mão, no segundo quartel um campo de prata, um açaor da sua cor com asas abertas e assim os contrários; sobre tudo um escudete com as quinas de Portugal; em remate a coroa ducal e por timbre o braço armado das armas*».

O decreto de 12 de Janeiro de 1837 modificou essas armas para: «*Um escudo esquartelado tendo no primeiro quartel, em campo vermelho, um braço de prata armado com uma espada na mão, no segundo quartel, em campo de prata, um açaor da sua cor e assim os contrários, e, sobre tudo, um escudete com as quinas de Portugal e, em remate uma coroa mural e por timbre o braço armado das armas; em volta do escudo uma fita azul ferrete, saindo da parte inferior da coroa, com a tenção em letras de outro – Valor, Lealdade e Mérito – tendo pendente a insígnia da grã-cruz da antiga e mui nobre ordem Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito*». ^{188]}



O edifício dos Paços do Concelho tem trinta e seis metros de frente e vinte um metros de fundo, com onze janelas no alçado principal e sete de cada lado.

O vasto Salão Nobre, de «*requintado bom gosto à mais opulenta sumptuosidade*» – 19,20 metros de comprimento por dez de largura – decorado em 1901 para receber El-Rei o Senhor D. Carlos e Rainha Senhora Dona Amélia de Orleans, ^{189]}

188 Acta de 21 de Abril de 1837.

189. Os reposteiros de *bourrette* de seda ouro velho e as sanefas de igual estofa e peluche de seda granada, eram de mais puro gosto. Móvel estofada a seda carmesim com ramos de ouro velho, tendo o sofá e as cadeiras guarnições de pelúcia da cor dos reposteiros. Sobre o estrado, duas belas cadeiras antigas, de pau-santo, forradas a pelúcia de seda granada, usadas pelos Reis. Primorosa mesa antiga de igual madeira, com fechos de prata, sobre a qual se assinou o auto da visita régia, em livro especial ricamente encadernado em *chagrin* com cantos e brasões de armas da cidade em prata oxidada e cujo texto se apresenta em anexo. – Iluminado por dezoito placas e quatro lustres de metal dourado e cristal. Conta com sete janelas para a rua D. Amélia e três para a Praça da Restauração. – O estofa das cadeiras, os reposteiros e as sanefas foram renovadas em Julho de 1957, por ocasião da visita presidencial do marechal Craveiro Lopes. – A rica alcatifa aveludada é de estilo inglês.

guarda recordações de valia histórica, como: Os retratos a óleo da Rainha Dona Maria II, dádiva sua à Câmara e de Londres trazido pelo conde de Vila Flor,^[190] que em acto adequado o entregou a 12 de Outubro de 1829, aniversário de D. Pedro IV,^[191] de D. Pedro V, o Rei Esperançoso, datado de 1855 e rubricado por [Alexandre] Michellis,^[192] de El-Rei D. Carlos, adquirido em 1896, quando António M. da Silva Sarmiento era Presidente;^[193] dos condes da Praia da Vitória e do primeiro de Sieuve de Meneses, os dois últimos assinados por [Salvador] Escolá e o outro por Giorgio Marini, hábil pintor italiano, então residente em S. Miguel.^[194]

Na sessão de 17 de Novembro de 1858, votou a Câmara a verba de 40\$000 réis, ainda «*para mandar vir a Lisboa os retratos da Rainha D. Estefânia, D. Fernando e do Infante D. Luís, para serem colocados na sala das Sessões*».

A fim de ornar a solenidade da homenagem prestada ao 1.º conde da Praia da Vitória em 1 de Janeiro de 1874, solicitou a Edilidade ao Governo Civil, por empréstimo, o retrato de D. João IV, que se vê na Sala das Carrancas do Palácio dos Capitães-Generais. O chefe do Distrito, não somente atendeu o pedido como ofereceu o mesmo retrato à Câmara, «*por ter cabimento junto do Senado Angrense o vulto venerando da restauração da Monarquia e da liberdade pátria*».^[195]

Na sua *Memória sobre a Ilha Terceira*, p. 194, o Dr. Alfredo da Silva Sampaio dá mais notícia de um retrato de D. João VI, cujo paradeiro ou destino ignoramos. Oferecido por diversos cidadãos à Câmara em 22 de Julho de 1822, como cita o Dr. Valadão Júnior em *Dois Capitães-Generais* e a *1.ª Revolução Liberal na Ilha Terceira*, p. 168.

190. António José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha, sétimo conde e primeiro marquês de Vila Flor, agraciado em 8 de Novembro de 1832 com o título de *Duque da Terceira*, tem um monumento em Lisboa, Cais de Sodré, inaugurado em 1877.

191. Teria sido o primeiro retrato da soberana. Era ao tempo Presidente do Município o Juiz José Jacinto Valente Farinha, depois Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça.

192. Com a solenidade tradicional, foi D. Pedro V aclamado Rei em Angra a 30 de Setembro de 1855, cujo auto arquivamos em anexo. O Senado Angrense adquiriu por 38\$180 réis, na loja do comendador Rodrigues Fartura, o tapete que serviu a cerimónia (Actas de 19 e 30 de Setembro de 1855)

193. Deliberada a sua compra em sessão de 25 de Julho. Na vereação anterior, 11 de Dezembro de 1895, Heitor Homem da Costa Noronha, ao tempo vice-Presidente, propusera a aquisição do mesmo retrato – mas, embora aprovado por unanimidade, ficou-se na teoria (A *União* de 25 e 26 de Junho de 1896).

194. O retrato do 1.º conde da Praia da Vitória inaugurado em 1 de Janeiro de 1874, custou 24\$000 rs. (acta de 22 de Dezembro 1873). Mais de 160 individualidades subscreveram o respectivo auto, lavrado a fls. 205 v. a 208 do Livro de Acórdãos 1869-1874.

195. Acta de 31 de Dezembro de 1873. A dádiva, porém, por qualquer razão advinha, não se concretizou.

Bandeiras reais

Próximo do canto esquerdo, ao fundo, vêm-se duas bandeiras reais se patenteiam de idade secular;

Ade menor dimensão – estamos em supor o primeiro pendão nacional azul e branco que no Reino houve,^[196] considerando ter sido em Angra que, por decreto de 18 de Outubro de 1830, da Regência em nome de D. Maria II, fosse a bandeira «*bipartida verticalmente em branco e azul, ficando o azul junto da haste, e as Armas Reais colocadas ao centro da Bandeira, metade sobre cada uma das cores*». ^[197] Desprovida de qualquer fundamento, portanto, a hipótese aventada de que, «*segundo a tradição*», tal bandeira «*serviu na revolução de 22 de Junho de 1828*».

Remonta a outra ao meado do último século. Laborada numa oficina portuense, custou 68\$118 réis insulanos.^[198] Além das Armas Reais, tem bordada a grã-cruz da antiga e mui nobre Ordem de Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito.^[199]

196. A Bandeira Portuguesa era, anteriormente, toda branca, com as Armas ao centro.

197. *Crónica da Terceira*, edição n.º 24, de 21 de Outubro de 1830.

198. Curioso assinalar que a firma vendedora, julgando adoptar a Câmara de Angra o pavilhão encarnado, à semelhança de outras, como por exemplo a do extinto concelho de S. Sebastião, remeteu inicialmente um exemplar daquela cor. O facto explica-se: «*D. Sebastião levou para Alcácer Quibir uma bandeira de damasco carmesim que tinha numa das fazes as armas do Reino, com a coroa fechada, e na outra face um crucifixo. Mas era a bandeira de próprio rei, e talvez dela derivasse o uso da bandeira da mesma cor, pelas Câmaras Municipais de terras importantes, bandeiras a que se dava o nome de reais, mas que tinham dum lado o escudo negro e do outro e do município. - Em 1617, durante o governo do marquês de Alenquer, os estandartes reais portugueses eram de damasco carmesim e dessa cor continuavam a ser em 1640. Nos quadros que representam a aclamação de D. João IV, o estandarte real é carmesim, como ainda o era em 1910. - O vermelho ou carmesim seria pois privativo dos estandartes reais e das bandeiras municipais que o representavam*» (Carlos da Silva Lopes, in *Bandeiras, Estandartes e Laços Portugueses*). – Mas como esse não era o caso angrense, tornou-se necessário mudar as insígnias para a de azul e branco, ficando o damasco vermelho da inutilizada bandeira para ser gasto no conserto das cadeiras de palha da Câmara (acta de 18 de Outubro de 1847).

199. A primitiva bandeira ostenta a Cruz de Cristo.

Bustos

No recheio precioso que estamos anotando, dois magníficos bustos em bronze se integram:

Um, de 1826, do Rei-Soldado, quando Imperador do Brasil, escultura de Marc Ferrez e fundido em Paris por Fontaine.^[200] Oferta do terceirense João Illion e Silva, com a epístola seguinte.

200. Inscrição gravada no próprio busto.

Rio do Janeiro, 14 de Abril de 1874. — Aos
 Ilustrísimos e Excellentísimos Senhores Presidente
 e Membros da Excelentíssima Câmara Municipal da
 Cidade de Angra do Heroísmo da Ilha Terceira.

Nem o facto de pertencer há tempos à nacionalidade Brasileira, nem o de neste paiz viver há quase trinta e sete annos; neste paiz a quem tributo a maior dedicação, cujas leis civilizadoras e liberaes estão perfeitamente de accordo com as minhas ideias e indole, e a quem preside um dos mais Illustrados Monarchas; neste paiz onde criei uma familia de estremecidos filhos; neste paiz onde a fortuna varia me tem feito apreciar um tão grande numero de amigos fieis e dedicados; nada disto tem, nem por um momento, feito em mim, arrefecer o amor e a saudade por esse torrão onde pela primeira vez vi a luz do dia!

Sou Brasileiro, e brasileiro do coração; mas nunca me deixarei de ufanar de ter nascido Terceirense!

É para dar uma demonstração significativa da verdade de minhas palavras, ainda que pequena para meus desejos, mas tão grande quanto em mim cábe, que envio para ser entregue a Vossas Excellencias, como representantes directos do povo Angrense, a quem é dedicada, uma Estatua em bronze, tamanho natural, de Muito Alto, Poderoso, e Bem-Amado Senhor Dom Pedro 1.º do Brazil e 4.º de Portugal, o saudoso e semprechorado Duque de Bragança, chefe das duas Dynnastias Brasileira e Portuguesa.

Nutro a esperanza de que, se não a perfeição do objecto de arte, que aliás tem feito a admiração dos entendidos, o grande vulto que representa merecerá benevoloz acolhimento da parte dos representantes do povo Angrense, e que achará na salla de suas sessões um logar honroso e distincto em que seja collocado; assaz conheço o brio dos meus patricios e sei o quanto venerão a memória do Conquistador das liberdades patrias.

Que esta lembrança de saudade da minha terra seja bem acolhida, e que nella se veja só e unicamente o pensamento de a certificar, a tudo quanto desejo. Que ao menos antes da minha morte possa gosar do grande e doce praser de saber que os filhos da Ilha 3.ª reconhecem em mim um irmão agradecido.

Deus Guarde e felicite a Vossas Excellencias e aos póvos que representam, como sinceramente deseja o

De VV. EE.ªs
Reverente patricio e amigo
Saudoso
JOÃO ILLION E SILVA
Commendador da Ordem de Christo de Portugal,
Cavaleiro da Imortal Ordem da Rosa, e
Negociante matriculado da praça do Rio de Janeiro^[201]

201. Carta reproduzida do original e já pelo autor divulgada em O Primeiro de Janeiro, de 11 de Março de 1971. – João Illions e Silva nasceu em 2 de Novembro de 1816, na freguesia da Sé, desta cidade (Livro n.º 27, fls, 110 v.).

Em 2 de Junho do mesmo ano de 1874, em Angra apareceu uma representação Efirmada por numerosas assinaturas e sobremodo laudatória como era estilo da época corroborando o desejo do ofertante.^[202] A Câmara estaria disposta a recambiar o busto, enquanto outros não o julgavam apropriado para figurar na Sala de Sessões, por nas dragonas se exibirem as armas brasileiras.^[203]

O segundo, do Infante D. Henrique, da lavra de Numídico Bessone, data de 1960, por ocasião das celebrações do V centenário da morte do Príncipe Navegador.^[204]

Sobre a mesa da Presidência, afora a campanha atrás citada, repara-se na serpentina de prata lavrada que a Rainha D. Adelaide, viúva do Rei Guilherme de Inglaterra, ofereceu ao conselheiro José Silvestre Ribeiro e este, por si, a legou à Câmara; e um cofre guardando um punhado de terra recolhida junto da famosa pedra de Dighton, honrosa dádiva da comunidade açórica nos Estados Unidos, entregue ao Município pelo capitão-de-mar-e-guerra António da Câmara Melo Cabral, comandante do cruzador *Vasco da Gama*,^[205] na qualidade de delegado do Poder Central, nas comemorações do meio milénio do descobrimento da Terceira.^[206]

Filho de Estulano Inácio das Silva e da sua mulher D. Mariana Rosamundo Cabral de Melo, moradores na rua de *Jesus (rol quaresmal)*. Sobrinho paterno do capitão Tomás José da Silva e materno de José Augusto Cabral e Melo, como do conselheiro Luís António da Silva Carvalho, este por afinidade. Seus avós maternos, Bento José da Silva e D. Maria Espinoza Cabral de Melo, residentes na rua dos Canos Verdes, também padrinhos de baptismo, viriam a ser trisavós do Dr. Luís da Silva Ribeiro. – João Illion e Silva embarcou no patacho *Amélia* para a metrópole carioca a 24 de Agosto de 1857, ali aportando em 15 de Outubro seguinte, depois de cinquenta e um dias de viagem (*elementos constantes do verso da sua foto, existente na Secretaria Municipal. Teria emigrado clandestinamente, atento que o não situámos no registo de passaportes do Governo Civil*).

202. Manifesto inserto em *O Angrense*, de 8 de Junho.

203. Vide *O Angrense*, n.º 1542, de 3 de Agosto.

204. Por aprovação unânime, na sessão de 29 de Junho de 1972, foi este busto mudado para o patamar da escadaria principal.

205. Construído em 1875, o *Vasco da Gama* era o navio mais velho de todas as Armadas.

206. Amadeu Monjardino exercia a presidência da Câmara. – *A União* de 26 de Agosto e 3 de Setembro de 1932.

Outros

Lá estão o exemplar impresso da Carta Régia, de 12 de Janeiro de 1837 que concedeu à cidade a grã-cruz da Torre e Espada com Colar e as insígnias da Ordem, como noutra moldura supomos existir ainda^[207] a chave do cofre que em 3 de Março de 1845 se colocou no fundo do obelisco da *Memória*, sobre a pedra que primeiro D. Pedro IV pisou,^[208] quando em Angra desembarcara treze anos antes, além das varas dos antigos Procuradores e do Juiz ordinário, pintadas e douradas em 1836 pelo artista Alexandre Joaquim de Oliveira.

207. Não o vimos. Data de 1932 a referência mais recente que lhe encontrámos.

208. A pedra foi levada para o local em vistoso cortejo. Neste mesmo dia inaugurou-se a Caixa Económica de Angra.

As chaves das antigas portas da cidade ou do castelo?

No gabinete do Presidente, existem quatro chaves douradas que dizem ser das antigas portas da cidade – de S. Pedro, S. Bento, Alfândega e Prainha – enquanto outros pretendem serem dos portões do Castelo de S. João Baptista. Abonando a última hipótese, João José de Aguiar escreveu:

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo é depositária fiel de quatro chaves de metal dourado e de uma salva de prata, que, se dizia oferecera, em signal de submissão, lealdade e respeito dos angrenses, a sua majestade imperial o immortal duque de Bragança por ocasião do seu desembarque na ilha Terceira no memoriável dia 3 de março de 1832.

Estas chaves e salva, que então foram depositadas no cofre central do distrito, lembrou-se a Câmara, ao constar-lhe que iam ser recolhidas à direcção geral dos próprios nacionaes, de as solicitar do governo em 25 de Janeiro de 1871; e não tendo o governo resolvido cousa alguma, quer sobre o pedido que sobre a sua remessa àquella direcção, desportou finalmente e ordenou que estes objectos fossem effectivamente enviados para Lisboa.

A municipalidade, que, na melhor boa-fé, reputava seus objectos para ella de subido valor, porque a elles estão ligadas mais gratas recordações, instou no pedido, e promptificou-se a pagá-los pelo preço em que se avaliassem. Então o governo, ou porque visse o pouco valos dos objectos pedidos, ou porque a Câmara lhe falasse em linguagem mais cathegórica, mandou entregar-lh'os, e ahí estão em poder da Câmara umas chaves, que a história diz haverem sido offerecidas pelo governador do castello de S. João Baptista, que então era José António da Silva Torres.

Se fôra a Câmara que houvesse offercido as chaves ao immortal dador das liberdades patrias, o seu Presidente Francisco de Menezes Lemos e Carvalho no discurso que lhe dirigira teria decerto alludido a ellas, e a história não callaria essa circunstância.^[209]

209. Vide acta camarária de 7 de Março de 1832.

É a mesma que se encarrega de demonstrar que as chaves eram do castello de S. João Baptista, cujo governador offerecera ao rei-soldado como se vê do seguinte discurso:

Senhor. — Martim de Freitas foi depositar no tumulto de um dos augustos maiores de V. M. I. As chaves do castello, que d'elle havia recebido, symbolo da sua fidelidade. Animado de iguaes sentimentos, porem mais feliz do que Martim de Freitas, deposito hoje nas mais do fundador das liberdades portuguezas as chaves d'este baluarte da liberdade, contra o qual se quebraram as fúrias da usurpação.

Digne-se V.M.I. acceitar com ellas os puros sentimentos da minha devoção e os votos da brava guarnição, que tem defendido e defende esta memoravel fortaleza. Compõe-se ella do 1.º batalhão da Senhora D. Maria II, que tão distinctamente se tem havido n'esta longa e penosa crise, os quaes são n'este ponto da honra successores dos valentes caçadores do 5.º batalhão, hoje na ilha de S. Miguel, verdadeiro nucleio desta heroica reunião, que subtrahiu tão interessante parte da monarchia portugueza ao poder e influxo da usurpação.

Para resgatar a patria afflictta, defender os seus legitimos suberanos e a carta constitucional, digne-se V. M. dispor do sangue que me resta, em quanto elle me girar nas veias, será este sempre o meu único desejo.

Estão, decerto, estas chaves que a virtuosa abadessa do Mosteiro de S. Gonçalo recebia em refém quando a imagem do Senhor Morto era levada para o castelo para de lá sair em procissão de sexta-feira santa.^[210]

Estão todavia hoje dignamente confiadas à guarda da municipalidade angrense,^[211] «como penhor da extremada dedicação d'esta terra do heroismo; e bem haja a mesma camara por haver obstado a que os cadinhos da casa da moeda destruíssem objectos que, se não preciosos pelo valor intrinseco, são com tudo de apreciavel estima pelo primor do trabalho e pelas gloriosas recordações que a teem ligadas».^[212]

210. Idem «A Procissão do Senhor Morto», artigo n.º 90, desta nossa secção «Uma vez por semana».

211. A Câmara deliberou em 17 de Junho de 1891 guardar e preservar estas chaves.

212. *Almanaque Insulano* de 1874.

*Notas finais**

*Este capítulo aparece apenas na 1ª edição (nota da coordenadora).

~ Data de 11 de Junho de 1851 a primeira postura sobre o procedimento a adoptar nos casos de incêndio. Adquiriu o Município, no ano imediato, a primeira Bomba, que se inaugurou em 3 de Fevereiro de 1853, na extinção do fogo manifestado na casa n.º 14, da rua da Rosa.

~ No intento de satisfazer os fins de uma polícia civil, de necessidade evidente, fundou a Câmara a 3 de Junho de 1872 o Corpo de Zeladores Municipais, constituído por um subchefe, subordinado ao Presidente; dois zeladores de primeira classe e quinze de segunda, auferindo o salário anual, respectivamente, de 216\$000, 180\$000 e 150\$000 réis.^[213] Como, porém, jamais houvesse alcançado o objectivo em vista, por contrariar as disposições legais, sendo assim inútil – tanto mais que em perspectiva estava uma organização de polícia cívica que também exercia funções municipais – resolveu sete anos volvidos este organismo administrativo, por sugestão do seu Presidente, diminuir o efectivo dos zeladores não preenchendo as vagas que se dessem, passando o subchefe a prestar serviço na Secretaria, como amanuense.^[214]

~ São da concepção de Abraham Abohbot os vitrais que ornaram a escadaria dos Paços do Concelho de Angra, postos durante o mandato presidencial de Amadeu Monjardino.^[215]

213. Acórdão daquela data.

214. Idem de 23 de Janeiro de 1878.

215. *Os Hebraicos na Ilha Terceira*, da nossa autoria, in revista *Atlântida* n.º 4, volume VIII, Julho-Outubro, 1964, págs. 255 e seguintes.

Anexos



n^o 1***Ermida de Santos Cosme e Damião,
Santos Cosmes e Nossa Senhora da Saúde***

Recta por António Pires do Canto^[216] em 1560, conforme instrumento de doação de 500 réis à respectiva fábrica, datado de 25 de Julho daquele ano,^[217] sob a invocação dos *Santos Cosme e Damião*.^[218] A carta de Linschoten^[219] assinala-a no seu primitivo lugar, no canto superior direito do quarteirão de prédios que existiu na área ora abrangida pelo *Largo Prior do Crato*^[220] e quiçá parte do *Colégio dos Jesuítas* – e que após o seu derrube^[221] se reedificou mais abaixo, na *Praça Velha*, por empenho, ao que

216. Fidalgo da Casa de el-Rei, comendador de S. Domingos de Jermelho e de S. Cosme de Ázere, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Provedor das Armadas e Naus da Índia na Ilha Terceira (Alvará régio de 26 de Março de 1560) e comandante da Esquadra dos Açores – funções que exerceu até morrer, em 1572. – Único filho do primeiro matrimónio de Pedro Anes do Canto, celebrado este em 8 de Setembro de 1510 com D. Joana Abarca. – Nasceu em 11 de junho de 1511 e desposou D. Catarina de Castro.

217. Papéis do Cabido, maço do séc. XVI, doc. 22, no Arquivo Distrital.

218. S. Cosme e Damião († c. 303). – O seu culto é dos mais antigos e espalhou-se por toda a parte; todos os dias se recitam ainda os seus nomes no cânone da Missa. Eram dois irmãos, vindos da Arábia para exercerem a medicina na Síria. Tratavam não só as doenças do corpo, mas também as da alma, convertiam os pecadores e libertavam os possesores. Tinham numerosa clientela, pois tratavam a todos de graça, seguindo a palavra do Evangelho: «*Dai de graça o que de graça recebestes*» (S. Mateus, 10:8). – No entanto, uma matrona chamada Paládia provocou desavença entre os dois por causa disso. Tendo sido curada por eles duma grave enfermidade crónica, foi oferecer-lhes dinheiro que recusaram. No dia seguinte, chamando Damião à parte, pediu-lhe que aceitasse os honorários em nome de Cristo. Ao ouvir este nome bendito, Damião consentiu, mas Cosme, quando o soube, disse-lhe que não colaboraria com ele. A desavença não durou, aliás, muito tempo. – Entretanto, a fama das conversões que eles operavam chegou aos ouvidos do procônsul Lísias, encarregado de perseguir os cristãos. Mandou ele chamar os dois irmãos, exproibiu-lhes o delito de esvaziarem os templos dos ídolos e intimou-os a sacrificar aos deuses. Como eles se recusassem, foram submetidos a vários tormentos e por fim decapitados. Os corpos foram depois transportados para Cyr, na Síria. – «*Passados três séculos, encontrando-se o imperador Justiniano gravemente doente, pediu a S. Cosme e Damião que o curasse. Tendo obtido essa graça, mandou alargar e fortificar, em sua honra, a cidade de Cyr, reparou a igreja que lhes fora dedicada em Constantinopla e construiu-lhes outra nova. Tudo isto concorreu para que aumentasse a devoção do povo cristão aos dois mártires*» (Omer Englebert, *La fleur des Saints, ou vie des Saints pour chaque jour de l'année, histoire*, Ed. Albin Michel, Paris, 1962). S. Cosme é o padroeiro dos médicos, dos cirurgiões, farmacêuticos e parteiras. Invocado para a cura da gosma. S. Damião, padroeiro dos médicos. A Igreja celebra-os a 27 de Setembro.

219. Editada em 1595, mas reportada em 1589-1591, tempo em que o autor permaneceu na Terceira.

220. Assim se passou a chamar, por deliberação do Governo Civil, em Agosto de 1860. Antes designava-se *Largo do Colégio*. Inaugurado o busto de D. António em 6 de abril de 1941.

221. Nenhum indicativo achámos do ano da sua demolição, mas admitimos o haja sido na última década do século XVI, com o demais conjunto urbano, imposto pela edificação do Colégio da Companhia de Jesus.

parece, de um dos *Távoras*,^[222] então vereador municipal.^[223]

Foi esta última ermida desfeita em 1880, começando a actual logo a erguer-se no ano imediato,^[224] e cuja abertura ao culto, em cerimónia festiva, presidida pelo bispo D. João Maria Pereira do Amaral e Pimentel, data de 9 de Novembro de 1884. Cerca de três contos se gastaram na obra e não faltou quem se lhe opusesse.^[225] O Governo e algumas entidades privadas, mais o prelado, suportaram a despesa. Dois nomes ainda se creditam de lembrança: João Pacheco da Costa, Presidente da Junta da Paróquia; e o Rev. Joaquim Machado Corvelo, beneficiado da Sé.

A mudança do orago ter-se-á processado entre 1639-1641. No termo de casamento Ade Manuel Machado com Inês Pereira, em 23 de Junho de 1637 (Livro 5, fls. 113 – Sé), como num óbito, respeitante a Sebastião Figueira, lavrado a 13 de Novembro de 1639 (Livro 5, fls. 8v.), a ermida aparece intitulada dos Santos Cosmes.^[226] Mas já o padre Cordeiro^[227] e Drummond,^[228] apoiados em Maldonado, aludem ao «*milagre da chave*», em Quarta-feira de Trevas de 1641, como ocorrido na ermida de Nossa Senhora da *Saúde*.^[229]

222. Tratar-se-á de Simão Gonçalves de Távora, que em 1592 se integrava no senado angrese? (*Nobiliário da Ilha Terceira*, II, p. 393). Nos acórdãos da Câmara de 1602, os mais remotos depositados no Arquivo Distrital, em que aparece como Presidente António Pires do Couto, já nenhum vereador de apelido Távora vimos. – Simão Gonçalves Távora, segundo filho de Francisco Gonçalves de Távora, natural da Madeira, e de Inês Álvaro Estação, casou com Ana Neta, enviuvou em 22 de Novembro de 1595 e morreu em 18 de Novembro de 1615, na Sé. Maria de Távora, filha do casal, finou-se em 10 de Março de 1624. – A mãe, falecida em 21 de Julho de 1571, instituiu-o seu testamenteiro. Inês Estação era filha de Álvaro Pires Estação, de origem hebraica, o primeiro e mais antigo deste sobrenome, que em Angra viveu e consta ter sido vereador em 1542, morrendo em 15 de Julho de 1571. – Outros Estaços, de genealogia judaica, aqui exerceram cargos oficiais, suscitando perseguições e conflitos: Gaspar, primogénito do dito Álvaro Pires, foi juiz ordinário em 1559 e morreu preso em França. Francisco Lopes Estação, menor de 25 anos («irmão de Melchior Estação, mamposteiro-mor da redenção dos Cativos»), ganhou em 1618 a eleição para almotacé, opondo-se o velho juiz Lopo Gil Fagundes, a solicitar o despacho régio de «*que os da governança da cidade somente fossem os naturais da mesma cidade, letrados ou cristãos velhos*».

223. Depois de acentuar que «*não consta o tempo da sua fundação*», diz Maldonado que «*nela se recolheram os Santos Cosmes, cuja ermida existia no Largo do Colégio e que se desfez em razão daquela obra*». Adita o autor que Domingos Martins da Fonseca ofertou o terreno para sua edificação, sob a cláusula de «*uma tribuna na capela que hoje (ano de 1700) conservam os seus descendentes*». – Domingos Martins da Fonseca, fidalgo cavaleiro de hábito de S. Tiago, locotenente do marquês capitão do donatário D. Cristóvão de Moura, ouvidor, vereador da Câmara e juiz ordinário, casou com Catarina Vaz (finada em 6 de Setembro de 1595), e, em segundas núpcias, a 10 de abril de 1600, com D. Catarina de Sousa Andrade, por si viúva de Fernão Faleiro (falecido em 13 de Setembro de 1598) e que foi provedor dos resíduos e sargento-mor da capitania de Angra. – Domingos Martins da Fonseca morreu em 10 de Março de 1617. Sepultado em capela própria no Colégio. – A devoção do terço nesta ermida começou em 1655.

224. Mediante Alvará episcopal de 19 de Junho de 1880. Por sugestão do prelado acresceu um segundo campanário, para efeito simétrico no frontispício, embora um apenas ofereça condições de serventia. Enquanto duraram estes trabalhos de construção, a devota imagem da Padroeira permaneceu na ermida da Natividade, conduzida em procissão – e onde entretanto se festejou.

225. Vide Imprensa e actas municipais.

226. Trata-se, sem dúvida, da deterioração popular do título primevo. – A propósito, em *Ruas da Cidade*, p. 71, o Dr. Henrique Brás comenta: «*Isto quer dizer que a linguagem comum o mártir Damião desapareceu e o seu companheiro de estudos e sacrificios subsiste, mas o desconcertante é que subsiste na forma colectiva, como se abrangesse muitos Cosmes. O fenómeno toponímico não é original nesta ilha, observa-se mais ou menos por toda a parte, especialmente na Itália, onde os veneráveis "anargyros" patronos dos médicos desinteressados, gozavam de grande devoção popular*».

227. *História Insulana*, VI, cap. 32, pp.346-347.

228. *Anais*, vol. II, p. 21.

229. Nenhuma explicação logramos sobre a mudança do orago. O Dr. Alfredo da Silva Sampaio (*Memória*, p. 240), por si, aventa: «*Conquanto a história nada diga com relação à mudança do nome desta ermida, parece-nos que ela teve origem em 1599, com a fundação de um hospital de saúde próximo daquele templo, por ocasião da grande epidemia de peste que assolou quase toda a ilha*». Esta conjectura, quando muito, apenas se pode aceitar como reflexo tardio do evento quando muito, apenas se pode aceitar como reflexo tardio do evento evocado, pois, como acima se refere, ainda em 1639 a ermida mantinha o título anterior. Ou, hipótese igualmente verossímil, tratar-se-ia de

O designativo de *Santos Cosmes e Damião*, que no antanho a *Praça* teve, estamos em julgar reportar-se ao tempo em que a ermida existiu no lugar inicial, pois a *Praça* antiga, a primitiva, anterior a 1610 – com o chafariz a meio, ou seja próximo do dito templo – estendia-se até à casa do capitão donatário.^[230]

Entre outros consórcios nela celebrados, anotamos o de João do Canto de Castro, filho de Manuel do Canto de Castro e de sua mulher D. Antónia da Silva, com D. Maria Caixa, filha de Tomé Correia da Costa e de D. Catarina Caixa, em 15 de Janeiro de 1634; e o de D. Manuel Inácio Castelo-Branco do Canto, a 28 de Outubro de 1753, com D. Maria Felícia Nazaré.^[231]

Imagem de *S. José*, do artista portuense Soares de Oliveira, adquirida por iniciativa do cônego Corvelo, remonta a 21 de Novembro de 1901.

Durante alguns anos, talvez mais de meia dúzia, com início em 1953, os motoristas de táxi promoveram com brilhantismo a festividade em louvor de *S. Cristóvão*, seu padroeiro, que nesta ermida se venera.^[232] Arruinada pelo sismo de oitenta.

vero nominal popular, nascido do hábito, à semelhança do que se observa com a *Praça Velha*.

230. Imóvel mandado construir por Álvaro Martins Homem e depois adquirido, em 1474, por João Vaz Corte-Real, donatário de Angra. Nela residiu o conde de Torres Novas, Manuel da Silva, lugar-tenente do Prior do Crato. Este também ali se aposentou em 1582, quando da sua visita à Ilha Terceira. – A seguir ao marquês de Castelo-Rodrigo, D. Cristóvão de Moura, Gentil Homem da Câmara de Filipe II, e capitão do donatário da Ilha, quando da sequestração de seus bens, transitou para a Fazenda Pública. – Arrematada, mais tarde, por um particular. A histórica moradia, de traça *gótico-mourisca*, a certificar a sua antiguidade, pertence hoje parte a Francisco Soares de Oliveira, que a restaurou. O Município, em sessão de 26 de Fevereiro de 1963, deliberou adquiri-la oportunamente.

231. Os noivos, de nobre linhagem, eram primos.

232. Celebração promovida pelos motoristas da praça, integrou-se depois no programa das Festas da Cidade, acabando por desaparecer.

n^o 2*O jardim Duque da Terceira*

Tem Angra um recanto fascinante, de maravilhosa beleza, na sua simetria e na sua policromia, em que os olhos se deixam embeber.

Estufa ao ar livre – o designou um visitante portuense. Detém em si, como diluídos de uma paleta mágica, todos os tons e sortilégios de formar uma harmonia, de tecer um poema. A suavidade aveludada de mil flores, enfeitando os talhões alcatifados. Matizado conjunto de raro encanto. O traçado gracioso dos arruados, tratados com esmero. O elegante delineado em tabuleiros ascendentes. A escadaria^[233] até à *Memória*,^[234] erigida lá em riba, no topo da colina, antigo *Castelo dos Moinhos*,^[235] miradouro de horizontes dilatados, de panorâmicas deslumbrantes.

233. A aprovação do projecto e orçamento desta via, da ordem dos 1.300\$000 réis, data de 30 de Abril de 1896.

234. Assente a primeira pedra do monumento, em acto festivo e solene, a 3 de Março de 1845, ultimando-se a sua erecção em Junho de 1856.

235. Assim designado por terem sido erguidas, ali próximo, algumas moendas logo nos primórdios do povoamento. Findada a sua construção em 1495, por iniciativa de Pedro Anes Rebelo, provedor das fortificações, que o habitou, destinava-se a defender os terceirenses das investidas dos piratas argelinos. El-Rei D. Manuel, que então como Duque de Viseu exercia o Grão-Mestrado da Ordem de Cristo, por carta de 19 de Maio daquele dito ano, nomeou seu alcaide-mor o capitão donatário João Vaz Corte-Real. E este, ufano da mercê, sempre confiou aparecendo como último nesta função D. António Laranjo, pai de Fr. Laranjo, o notável reedificador do convento franciscano de Angra, que lá nasceu. – Diz Frutuoso que no seu tempo «este castelo foi renovado, e provido de munições de guerra e de artilharia – e que nele morou o capitão donatário Manuel Corte-Real antes de vir residir para o paço do Marquês de Castelo Rodrigo». – O padre Cordeiro, por si, refere que «este castelo foi fundado quando Angra ainda nem era cidade, nem em seu porto haviam algumas fortalezas, que defendessem a entrada, e que o intento dos seus fundadores foi o de se recolherem ali com a pouca gente, que então havia, no caso de a ilha ser invadida por alguns inimigos». No terceiro quartel do século XVII, segundo alguns cronistas, ter-se-ia chamado fortaleza de S. Cristóvão. Porquê? Presume Félix José da Costa tratar-se de homenagem a D. Cristóvão de Moura, sucessor do primeiro donatário. O Padre Jerónimo Emiliano (Topografia, p. 533, 1891), no entanto, contrapõe, escrevendo: «Demos ao Castelo dos Moinhos o nome de Castelo de S. Cristóvão, porque assim expressamente lho deu o Padre Cordeiro, e por ser esta a opinião geral firmada no testemunho daquele Escritor. Contudo de vários monumentos bibliográficos e peças oficiais do Governo, viemos ao conhecimento, que houve engano no Padre Cordeiro, que aquele castelo foi chamado de S. Luís, e que a fortaleza de S. Cristóvão foi um pequeno reduto, ou fortim junto ao matadouro da cidade, onde presentemente se observam ainda várias bombardeiras, mandado construir por Filipe II para a defesa do porto, e para nele se pesar o pastel» (Alvará de 4 de Junho de 1612 e Carta Régia de 8 de Janeiro de 1819). E o mesmo autor, em 1843, assim o viu «(...) sobranceiro à cidade, formado de penedias, existem os últimos restos do primeiro castelo que houve na ilha (...) Desta antiquíssima fortaleza apenas hoje restam alguns pedaços de muralha, que actualmente se estão demolindo para seus massames serem empregados em outras obras». Depois de acentuar que sob o ponto de vista militar era «inteiramente nulo», anota: «Apenas na guerra da aclamação de El-Rei D. João IV, com a artilharia, que ali se pôs, algum incómodo causou aos Castelhanos sitiados no Castelo de S. João Baptista, então denominado de S. Filipe. Fora desta época nenhum tem sido seu serviço. Esta sua inutilidade fez com que o Governo o deixasse arruinar, e foi dado por Sua Majestade em 28 de Setembro de 1839 à Câmara de Angra para ali fazer um passeio público». Praça D. Pedro IV, desde 5 de Março de 1845.

A *pérgola*, o *preto*, o sussurro das águas, manando aqui e além –

“*Meu pequenino barquinho, inda te espera
Deste lado do tanque, o meu desejo,
Lá vou em saudade, lá bordejo
Ó saudade, volta-me a embalar,
À toada do preto que, a soprar,
Bate no tanque o seu batuque de água.*”

No versejar de Oliveira San-Bento, o Poeta da *Ilha de Glória* (Liv. Andrade, 1970).

A sombra apeteçada e romântica das magnólias, das palmeiras, dos metrosíderos. Atufos brancos de malmequeres, rosas e mais rosas, das de parede às de tocar; a alacridade dos papagaios, as sardineiras, em que o escarlate vivo e esmaecido, o lilás, o azul, o amarelo, o cor-de-rosa, cromático deleitante, bordam cenário para cinemascópio; canteiros polvilhados de botões alvos e roxas margaridas de geração espontânea; as dalias, os gladiolos majestosos, aninhados nos tabuleiros ou sua impor sua presença.

Poesia, evasão, quietude, afagante claridade, onde não atingem os rumores trepidantes da *Praça Velha*, nem do Hotel, apesar de vizinhos. Um mundo *distante* e feliz.

Obra do tear da Natureza, requintada pelo labor do homem, a vislumbrar-se na imensidade anil, um velamento diáfano de nuvens esgarçadas – como lenço acenando do ente amado que se não esquece ou como o perfume subtil e indelével.

Sem excesso de riquezas postiças, evidencia-se na sua plenitude, numa magia de tons. E o coreto que teria sido inaugurado no Domingo de Páscoa de 1887.

A sugestão, a graça deste Jardim decorativo, tão simples, tão lírial, tão vaporoso. Anos seus filamentos e no oiro ou rubro das suas flores. Um Jardim que enobrece

a cidade, adoçando os olhos e os corações.

Guarda um busto do Dr. Manuel Lino^[236] – um enamorado da Poesia e da Floricultura, Galém de dramaturgo consagrado e de autor musical; e uma glorieta de Garrett^[237] – figura da Literatura nacional que nesta ilha algo viveu da sua atribulada mocidade. Que melhor refúgio para homenagear a memória dos dois Poetas que amaram as flores e a Natureza?

Uma terceira *efígie*, a do Prof. Doutor Rui Telles Palhinha, em futuro breve ali igualmente se fixará, em pedra ou bronze, como deliberado na reunião municipal de 11 de Julho de 1963, mas continua sem se concretizar.

Considerável parcela deste jardim, sobretudo a zona baixa e plana, fora cerca do Colégio de Jesus, ligada por uma passagem abobadada sob a rua do Marquês, como no-lo diz o padre António Cordeiro, na *História Insulana*.^[238]

236. Inaugurado em 16 de Outubro de 1949.

237. Descerrada em 30 de Novembro de 1954.

238. O Jardim Público, cuja construção se iniciou no fim de 1882 ou princípio de 1883, deve a sua original concepção, género André Le Nôtre, ao agrónomo François Joseph Gabriel, natural de Liège, Bélgica, que em Angra se radicou, constituiu família e morreu (*Ilha Terceira*, Outubro de 1979).

n^o 3

Notas e efemérides

~ Tem a data de 15 de Abril de 1528 o auto celebrado na igreja matriz de S. Sebastião, em que os três Municípios da Ilha assumem o compromisso de «boa amizade» de apreciarem e deliberarem em conjunto os assuntos de interesse geral dos três concelhos.

~ Quatro livros de tombo da Câmara de Angra encontram-se no Arquivo Distrital: o primeiro, «das coisas mais importantes», abrange o período de 21 de Agosto de 1534 a 10 de Outubro de 1656. Os três restantes datam de 1557-1591, 1593-1623 e 1654-1707, além de muitos outros de tempos posteriores.

~ Os Senadores de Angra, neste mesmo ano, obtêm o privilégio de «Cidadãos do Porto» ou «dos Infanções» premiando serviços prestados pelos Terceirenses na defesa das costas dos Açores e das Naus da Índia e do Brasil.^[239] Igual distinção é concedida aos Angrenses em 30 de Março de 1577.^[240]

~ Em Carta de 30 de Setembro de 1585, o Corregedor estabelece a forma de realizar as eleições municipais.

~ Remonta ao princípio de Abril de 1643 o Alvará de Honra que outorga a Angra o título de «Sempre Leal Cidade».

~ Três documentos relativos a posturas e regulamentos da Câmara evidenciam as normas diversas a propósito da época em que vieram a lume: 1655, 1788 e 1861.^[241]

~ O tributo pago à Câmara pelos caçadores no século XVII, segundo uma postura que Maldonado presumiu já remontar cerca de duzentos anos atrás, evidencia interesse e curiosidade, sobretudo pelo número e variedade das espécies abrangidas:

239. Drummond, *Anais*, vol. I, p. 662, doc. X.

240. Idem, p. 664, doc. Z.

241. As duas primeiras estão publicadas nos *Boletins* n.ºs 9 e 12, de 1951 e 1954, do Instituto Histórico da Ilha Terceira, da autoria do Dr. Luís da Silva Ribeiro.

Codornizes cinco	um vintém
Perdiz uma	trinta réis
Pombas duas	um vintém
Coelho perfeito	um vintém
Frango	um vintém
Franga	dois vinténs
Cabrito perfeito	quatro vinténs
Melroas (sic)	um vintém
Leitão perfeito	quatro vinténs

Em 29 e 30 de Abril de 1756, protestando contra o embarque de trigo para Lisboa, despachado pelos negociantes Francisco Fixe e João da Rocha Ribeiro, Angra registou violento motim popular. O próprio Juiz do Povo, A. Ferreira com os sublevados, invadiu os Paços do Concelho e expulsou os vereadores da Sala de Sessões, substituindo-os por outros escolhidos pelo povo.^[242]

D. Miguel António de Melo, ao assumir em 10 de Maio de 1806 o cargo de Capitão-General dos Açores, impôs à Câmara de Angra se «*formasse tombo e registo completo dos bens do Concelho, pois, segundo informação que deu o juiz de fora, não só se encontrava em desarranjo o Arquivo, como não havia notícia certa e exacta dos rendimentos e regularidade na administração de suas rendas*», do que provinha «*dano gravíssimo a todo aquele povo*».^[243]

Em 1807 é proibida a divagação de suínos e outros animais imundos pelas ruas da cidade.

Um alvará de 27 de Junho de 1808 institui a *décima* dos prédios urbanos e rústicos com base no Alvará Régio de 24 de Janeiro de 1804, posto em prática no ano seguinte.

Cada carro de fora da jurisdição pagava vinte réis todas as vezes que entrava na cidade. A fim de proceder à cobrança, nomearam-se: José Coelho e Manuel Pereira, Joaquim Toste e António Joaquim Bettencourt, destacados os dois primeiros para os portões de S. Pedro e S. Bento, e os outros para a Pereira e Desterro, respectivamente. Além disso, a cada carro era atribuído o pagamento anual de quatrocentos réis (Acta de 23 de Junho de 1824).

A expensas do Município, em 3 de Março de 1849 abriu uma Escola de Náutica em Angra. Funcionando no antigo convento de S. Francisco, anexa ao Liceu, Joaquim Manuel Braga^[244] aparece como seu primeiro leccionista, cargo que em 1 de Janeiro

242. *Anais*, vol. II, p. 269.

243. Drummond, a propósito, anota a deplorável «*recordação dos extravios que nesta Câmara houveram desde os anos de 1614, de seus livros de acórdãos, contas, tombo de bens e demais expediente, excepto o registo*», sobretudo desde 1766 em diante, concluindo que «*aqui nasceu o sumiço de muitos foros, e campos baldios, que hoje bem podiam fazer esta Câmara uma das mais ricas do Arquipélago, mas é pelo contrário a que menos tem em tais fundos*». (*Anais*, vol. III, p. 160-161).

244. Oficial de Artilharia, «*de uma cultura científica predominante nos terrenos da matemática*», exercia a função de

deixou por «*havê-lo sua Majestade a Rainha despachado professor vitalício da cadeira de filosofia racional e moral e princípios de direito natural do Liceu de Ponta Delgada*». Sucedeu-lhe Joaquim Mariano Rodovalho, desta cidade, também a título interino e com igual vencimento, «*por ter há anos empregado gratuitamente no ensino de vários mancebos destinados à vida marítima, com grande aproveitamento deles*». Em 22 de Junho do dito ano de 1852, conforme mapa remetido sobre a frequência e «*os que mais se distinguiram pelos seus talentos e assiduidade de estudos*», Mariano Rodovalho contava doze alunos, entre os 15 e 22 anos. Com a mudança do professor e da Câmara, agora presidida por João Toste Parreira, parece que o mau signo perseguiu a referida aula. O facto de Mariano Rodovalho assumir as funções sem afectividade deixa perceber que o diploma governamental da sua criação ainda não tinha vindo a lume – hipótese que mais adiante de traduz em certeza, como veremos. Deste modo, sem as desejadas prerrogativas e com resultados de frequência em escassa expressão, o Município considerou a Escola sem qualquer utilidade e, do orçamento para o ano económico de 1852–1853, excluiu a verba destinada ao vencimento do respectivo lente. O Conselho de Distrito, porém, em acórdão de 11 de Junho de 1852, não sancionou a deliberação. E o Governo Civil, por seu lado, em ofício de 9 de Novembro seguinte, assevera que «*não procedem as razões aduzidas, pela Câmara e Conselho Municipal, para a sua extinção, antes subsistem as considerações que levaram a Câmara fundadora da dita aula a criar um tal Estabelecimento para habilitar os mancebos desta Ilha, a exercitarem com proveito a profissão marítima a que mostram natural propensão: – que as Câmaras sucessoras sempre sustentaram por conveniência pública a conservação da dita aula, ainda quando, como instituição nascente, mal preenchia os fins para que foi criada: – que esta mesma aula não foi suprimida pela Câmara, quando se lhe ofereceu a oportunidade de ter passado a exercer outro magistério na Ilha de S. Miguel, o professor que a regeu, reconhecendo-se por este facto que era útil a sua existência; e finalmente que a Câmara tendo proposto a respectiva verba no Orçamento, só acedera à sua eliminação, quando se ocupou da matéria com o Conselho Municipal, e isto sem atender a que não se carece da lei, que autorize a criação daquela aula*» (o sublinhado é nosso), por ser aplicável no caso, mediante a aprovação do Conselho de Distrito, o disposto no art.º 83.º do Decreto da Reforma Literária de 20 de Novembro de 1844». A autoridade concelhia, porém, manteve-se intransigente e, depois de trocada diversa correspondência com o Governo Civil, em sessão de 1 de Junho de 1853, deliberou extinguir a Escola a partir de 30 daquele mês.^[245] Joaquim Mariano Rodovalho, morreu solteiro, com 82 anos, em 4 de abril de 1883, na sua residência na rua do Galo.

~ Data de 11 de Junho de 1851 a primeira postura sobre o procedimento a adoptar nos casos de incêndio. Adquiriu o Município, no ano imediato, a primeira bomba.^[246]

Arquivista no Departamento do Estado-Maior da 10.ª Divisão Militar, com sede nesta cidade. Nasceu na capital do Minho, na rua da Cónega, sendo baptizado na Sé, em 11 de Janeiro de 1804. Trata-se do pai de Teófilo Braga, verificando-se no seu assento que o apelido *Braga* não é de família, mas adoptado, sim, como era antigo uso, quando se emigrava (Livro 6, fls. 146 v., 1790-1810, da Sé). Teófilo Braga, pois, deste modo se chamou, por ser filho de um bracarense.

245. Elementos extraídos das actas camarárias.

246. Comprada em Londres, por 67 libras, 8 xelins e 3 pences – 390\$92 e 3/6 réis insulanos – além dos direitos alfandegários de 82\$403 réis (acta de 11 de Fevereiro de 1852).

que se inaugurou em 3 de Fevereiro de 1853, na extinção do fogo manifestado na casa n.º 14, da Rua da Rosa.^[247]

~ Entrou em vigor no Concelho em 1 de março de 1860 o sistema das medidas lineares.^[248]

~ Em 1863 resolveu a Câmara criar um Corpo de Guardas Rurais.

~ É proibido fabricar pão de farinha com mistura de farinha de milho ou de qualquer outro género, para vender ao público, devendo o fermento unicamente ser de trigo ou de cerveja. O infractor desta portaria pagará a multa de 12\$000 réis. Acta de 29 de Fevereiro de 1864: §1. Na mesma pena incorrerá o vendedor se não tiver o estabelecimento com o devido asseio e limpeza. §2. Ao infractor poderá ser cassada a licença, além de pagar a sobredita multa.

~ Fica inteiramente proibido a divagação de galinhas pelas ruas, praças ou largos da cidade. As que deste modo se encontrarem serão pelos vereadores da Câmara entregues aos asilos da mesma cidade para seu uso (Sessão de 27 de Setembro de 1865. A lápis, se indica que o edital de 4 de Novembro de 1865 se refere a este assunto).

~ No intento de satisfazer os fins de uma polícia civil, de necessidade evidente, fundou a Câmara a 3 de Junho de 1872 o Corpo de Zeladores Municipais, constituído por um Subchefe, subordinado ao Presidente; dois zeladores de primeira classe e quinze de segunda auferindo o salário anual, respectivamente, de 216\$000, 180\$000 e 150\$000 réis.^[249] Como, porém, jamais houvesse alcançado o objectivo em vista, por contrariar as disposições legais, sendo assim inútil, - tanto mais que em perspectiva estava uma organização de polícia cívica que também exerceria funções municipais - resolveu sete anos volvidos este organismo administrativo, por sugestão do seu Presidente, diminuir o efectivo dos zeladores «*não preenchendo as vagas que se dessem, passando o Subchefe a prestar serviço na Secretaria, como amanuense*».^[250]

~ Das esplendorosas celebrações em Angra do meio milénio natalício do Príncipe Henrique, o Navegador, desde 4 a 6 de Março de 1894 levadas a efeito, salienta-se o sarau literário no Salão Nobre «*rica e deslumbrantemente ornado*», ilustrado ainda pela presença das autoridades e figuras locais mais representativas. Depois da abertura pelo Deão da Catedral, dr. José da Fonseca Abreu Castelo-Branco, Presidente da comissão de imprensa promotora das luzidas comemorações, exaltaram o perfil e a obra do homenageado Teotónio Paim d'Ornelas Bruges, o artista Aires de Paula Bastos, o desembargador da Relação dos Açores, dr. Alexandre Meireles de Távora, e José Rodrigues. Alternando com os discursos, fizeram-se aplaudir em trechos de piano D. Maria Ferreira Drummond, D. Stella Gil, D. Inocência e D. Beatriz Barbosa,

247. Acta de 9 de Fevereiro de 1853. - Actual *Rua Conselheiro Jacinto Cândido*, que outrora se designou *rua que vai para as Dadas* e, depois, *Rua do Vanegas*.

248. Acta de 15 de Fevereiro de 1860.

249. Idem daquela data.

250. Idem de 23 de Janeiro de 1878.

D. Maria Ferreira, D. Luna Benarus, D. Carlota Pinto Campos e D. Beatriz Adelaide Barbosa. O menino Luís Pamplona, de oito anos, filho de Joaquim Meireles Pamplona, brindou o vasto auditório com o *Miserere* da ópera *Il Trovatore*, em violino. O advogado João António das Neves e Gabriel das Neves distinguiram-se nos acompanhamentos. A Câmara ainda se integrou no espectacular cortejo cívico, formado por seis vistosos carros alegóricos (dois dos quais se apresentam em *estampas*) e pelas *forças vivas* terceirenses – «*número*» de encerramento que percorreu a cidade, desde o *Cruzeiro* a *S. Pedro*, até ao Paço do Concelho, onde se lavrou o auto final, subscrito pelo bispo D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito e outras entidades oficiais.

Outras nótulas

«A requerimento de várias pessoas, como se manifesta do acórdão da Câmara da cidade em 27 de Abril (de 1818), se suscitaram os editais de 3 de Janeiro e 19 de Fevereiro de 1816 para que se assassinassem os cães, e os homens do mato nenhuns levassem consigo, e só os pastores os pudessem levar ajoujados e açaimados, pelo estrago que faziam nos currais de gado ovelhum, e em outros animais. (...) A experiência mostra que não é necessário o número de cães para fazer um grande estrago de gado. Haverá quatro anos que um lavrador da Vila de S. Sebastião, meu vizinho, foi obrigado a pagar 85 cabras que o seu cão da raça de lobo acabava de degolar em um curral ou furna do mato, junto do pico da Cruz, que são 2 boas léguas distantes, e isto em uma só noute; não há muitos exemplos destes; mas sabe-se que em noutes de inverno se ajuntam multidão de rafeiros, e se convidam por certos sinais para estas sanguinárias expedições; e quase sempre é no fim do verão às primeiras tempestades. A polícia tem relaxado o seu officio nesta parte» (Anais, vol. III, p. 313). Pelo vereador Parreira foi dito «que é espantoso o estrago que estão fazendo os cães diariamente nos rebanhos de ovelhas, cabras, e crias vacuns, havendo dias em que aparecem mortos quarenta e mais dos ditos animais pelos cães, que deixam de noite as casas de seus donos, e vão fazer a indicada mortandade, sem que sejam pressentidos pelos pastores. Que em consequência proponho se fizesse uma portaria para que todos os cães trouxessem uma coleira com um guiso ou pequeno chocalho, a fim de que possam ser pressentidos em seus actos devastadores.» – A Câmara dando a devida atenção a este objecto, e achando conveniente e acertada a medida proposta fez ao dito respeito a seguinte postura: «Sendo urgente tomar-se as medidas tendentes a obstar de modo possível que os cães vão de noite devorar os rebanhos de ovelhas e tenras crias, em detrimento grave dos criadores e do público, deliberou a Câmara o seguinte: Ninguém pode ter cão, tanto na cidade como no campo, sem que esse animal traga uma coleira com um guiso ou pequeno chocalho, a fim de ser pressentido. O dono do cão que aparecer sem coleira e guiso pagará a multa de 1\$200 rs. § único – Não aparecendo dono ao cão encontrado sem coleira ou guiso, fica livre a qualquer pessoa, ou matá-lo sendo fora do povoado, ou trazê-lo vivo para o curral do concelho, e neste último caso receberá \$240 réis pelo Cofre do Município» (Acórdão de 13 de Dezembro de 1848).

~ Eram os próprios proprietários das casas citadinas quem mandavam fazer os ladrilhos fronteiros aos seus prédios. A Câmara impunha-lhes isso, como se constata pela acta municipal de 9 de Setembro de 1836, que diz: «*Acordou-se igualmente se officie ao Administrador do Concelho, em aditamento ao que já se recomendou sobre o conserto das ruas da cidade, para obrigar os donos das casas a fazer nas suas testadas os ladrilhos novos que forem necessários*».

~ A acta municipal de 8 de Fevereiro de 1837 reza: «*Acordou-se que se mande demolir o portão de S. Bento, segundo o estado da ruína que o mesmo está ameaçando; e igualmente o muro que faz face ao mesmo Portão para ficar a estrada regular até S. Bento, ficando encarregado desta obra o Vereador António Martins Coelho, e que o mesmo se praticasse ao Portão de S. Pedro, ficando encarregado desta obra o Vereador José Monteiro de Castro*». Dezassete dias adiante, acórdão de 25 do aludido mês, aparece uma nota de despesa no montante de 8\$640 réis, respeitante ao *demolimento do Portão de S. Bento*. – Presidia à Edilidade Alexandre Martins Pamplona.

~ No acórdão de 13 de Novembro de 1838, a Câmara fixou o horário para no Matadouro arrolar gado bovino e suíno para abate: «*A fim de por esta maneira se evitar quanto possível, o extravio não só de direitos pertencentes a esta Câmara, como igualmente os da Fazenda Pública*». O horário fixado foi das sete da manhã ao meio dia e das catorze às dezassete (no inverno) e às dezanove (no verão).

~ O Senado de Angra pensou construir o *campo santo* da paróquia da Sé, de harmonia com o decreto de 21 de Setembro de 1835, nos terrenos abaixo do Castelo de S. João Baptista, contíguo ao cemitério dos Ingleses,^[251] «*por ter as proporções necessárias*». Em princípio Sua Majestade acedeu (acta de 26 de Outubro de 1839), mas que o pedido dependia da aprovação das Cortes. Efectivamente, como se acha lavrado no acórdão de 12 de Maio de 1841, a pretensão foi indeferida.

~ O fiscal do Mercado Duque de Bragança iniciou o seu cargo em 1 de Janeiro de 1840.

~ Em sessão de 8 de Janeiro de 1845, a Edilidade resolveu colocar dois candeeiros no Mercado Duque de Bragança, a fim de este poder estar aberto de noite, até às nove horas.

~ Em 14 de Maio deste mesmo ano de 1845, comprou na Inglaterra, por 112\$680 réis, 50 ¼ de libras de torcida para os lampeões da iluminação pública.

~ Na acta de 16 de Fevereiro de 1848 aparece uma nota de despesa sobre as «*obras em andamento do novo adro da igreja do Colégio, para aformosear aquele sítio e melhorar a servidão pública*».

~ «*Fica proibido a qualquer indivíduo, que não seja arrematante da limpeza da cidade, o levantar estrume na mesma cidade até à hora do meio-dia, sob pena de pagar a*

251. Pedro de Merlim, em *As 18 Paróquias de Angra*, p. 651.

multa de mil e duzentos réis por cada vez, e por qualquer porção» – conforme Edital constante do acórdão de 23 do dito mês de Fevereiro de 1848. Condição esta ditada pelo contrato da Câmara pagando quatro mil réis mensais ao arrematante por limpar a zona de Angra compreendida «*no círculo desde a nova cadeia, rua de Santo Cristo, ladeira de S. Francisco, detrás do Colégio, rua do Rego, largo das Covas, estrada, rua da Boa Nova, rocha ao Cais, rua de Santo Espírito, rua do Galo e rua da Conceição até à nova cadeia*». As actas de 16 de Janeiro e 18 de Junho de 1844 aludem à existência de bois, naturalmente tirando os carros da limpeza.

~ Porque eram desnecessários dois guarda-barreiras, Domingos Dias da Cunha e José Francisco, apenas ficou José Hipólito, que foi desviado para outro serviço.

~ Em acórdão de 24 de Dezembro de 1858: «*Sendo necessário que conste haver a Câmara deliberado, por conveniência pública, se fizesse de novo a óleo com tinta branca sobre fundo negro, assim a numeração das casas como a designação das travessas e ruas da cidade, e que o arrematante deste trabalho fora o pintor José Maria Ribeiro, a fim de que não seja obstado a efectuá-lo, acordou-se que tudo isto se publique por edital, e nos periódicos, para conhecimento público*». Não conseguimos situar a primeira vez que o Município mandou pôr os «*números de polícia*» na cidade, mas não terá sido muito antes. Sabendo-se que tanto seria imposto pelos Correios, como indispensável aos endereços dos destinatários, e de que estes estabeleceram nos Açores por Alvará de 20 de Janeiro de 1798, facilmente se ajuíza que somente o pode ter sido posteriormente.

~ «*Todo o lavrador, quinteiro, pomareiro, vinhateiro, caseiro, ou qualquer outro cultivador, sendo cabeça de casal, será obrigado a apresentar, na Secretaria da Câmara, até ao mês de Junho de cada ano, vinte e cinco cabeças de pássaros daninhos, que são melros, tentilhões, canários e estorninhos, e bem assim cinco rabos de ratos. O infractor desta postura pagará a multa de dois mil e quatrocentos réis*» (Acta de 7 de Agosto de 1850).

~ A Câmara da muito nobre, leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo achando justo que a finta ou derrama autorizada pela portaria de 9 de Janeiro de 1850, para se levar a efeito o melhoramento das estradas ao oeste desta cidade, compreende todos os paroquianos das três freguesias mais imediatamente interessadas nesse melhoramento, e que o detalhe de faxinas seja devidamente regulado para produzir o devido efeito e se tornar efectiva a contribuição sobre todos os indicados paroquianos sem excepção alguma, deliberou o seguinte: «*Artigo 1.º - As juntas de paróquia de S. Pedro, de S. Mateus-da-Calheta, e de Belém, são autorizadas a lançar sobre os seus paroquianos, para coadjuvação dos consertos necessários das estradas e caminhos públicos das mesmas paróquias, uma finta ou derrama de dois dias de trabalho a cada jornaleiro ou trabalhador, um dia de trabalho a cada lavrador com seu carro de bois para a condução de materiais precisos, e o serviço pessoal de dois dias de trabalho cada um dos outros paroquianos, sem excepção, ou o dinheiro de contado correspondente a dois jornais. § único: O paroquiano que a isso se negar, sendo competentemente avisado, pagará por cada falta, sendo jornaleiro, duzentos e quarenta réis, que serão aplicados*

àquele que o substituir no trabalho» (Ofício n.º 98, do Governo Civil, de 4 de Janeiro, transcrito na acta de 8 de Janeiro de 1851).

Propôs o Vereador José Maria do Amaral se pedisse a Sua Majestade el-Rei, a mercê de permitir que o traje antigo de que usa esta Câmara Municipal quando sai em corporação, nas ocasiões festivas, seja substituído por outro de calça e farda apropriada, porque, tendo o progresso das luzes e de civilização do presente século feito mudar em geral quase todos os costumes e trajes dos séculos precedentes, parece não estar em harmonia com esse progresso o traje de calção e capa de seda, de que usa, característico de antiquíssimos tempos, o que se torna objecto de reparo e estranheza quando tudo radicalmente há sofrido mudança pelo influxo da ilustração progressiva. A Câmara aprovou a proposta, e redigiu-se a representação neste sentido, que foi assinada nesta sessão (Acórdão de 10 de Fevereiro de 1864).

No Salão Nobre desta Câmara, que já recebeu quatro Chefes de Estado (El-Rei D. Carlos e os Presidentes Carmona, Craveiro Lopes e Américo Thomaz), em 5 de Julho de 1924 realizaram-se os primeiros Jogos Florais da Cidade, promovidos pela Liga de Educação Física, à semelhança do Norte de Espanha e Sul de França. Ambiente de gala e distinção, em que também se depara pela primeira vez com *Sua Majestade Graciosa*, a Rainha dos ditos jogos, sem o ser das Festas. Empunhou então o ceptro D. Mariana de Sampaio Dart de Castro Parreira Coelho, ladeada por suas damas – D. Maria Margarida Borges da Costa (leitora), D. Maria do Carmo Mendonça Machado, D. Maria Manuela Sieuve de Meneses, D. Maria de Lurdes Mesquita, D. Matilde Fernanda de Gusmão Rodrigues, D. Maria e D. Emília Belo de Castro, D. Maria José Parreira e D. Maria Madalena Forjaz de Lacerda. O Dr. Luís Ribeiro e Vitorino Nemésio proferiram brilhantes conferências: «*Se os interesses é que governam os povos, são os ideais que os norteiam. Sem ideal não há civilização, não há progresso, nem estímulos sociais, nem vida colectiva capaz de se aperfeiçoar*» – afirmou o primeiro. «*É para mim um soberano gosto o falar, nesta festa do espírito, em coisas que, servindo-o, serviram a nossa terra; porque o espírito da terra é o que me prende e preocupa. Nado e criado aqui à lei de Cristo, informaram-me a alma os ares destas paragens, cada dia brumoso foi um alento a mais nos meus alentos, e se ao meu ser o sinto misterioso, é que ele se fez e gravou entre os mistérios, deram-lhes vulto as lavas esfriadas, e o mar, sempre de roda derramado e vivo, ensinou ao meu espírito a lei do movimento, que é da percepção!*» – sublinhou o segundo. Armando Corte-Rodrigues – que com o Dr. Lino e Gervásio Lima constituíram o júri –, um dos do grupo “Jericó”, ao selecto auditório com eloquência anunciou o programa em versos de dez sílabas, estilo século XVIII:

“
A hélica montanha dos Açores
Os fervorosos vates
Acorrem esta noite pressurosos

“
...”

E a ode do laureado poeta, deste modo terminou:

*“E assim, mais uma vez, a nobilíssima
Angra, cidade nossa,
Revive a tradição do seu passado.”*

Lidas por D. Isabel de Oliveira, D. Amélia Corte-Real e D. Albertina Pimentel, sete poesias foram premiadas. Com igual título, *Hino à Terra*, o faialense Manuel Joaquim Dias e o terceirense Joaquim Machado Freitas, ganharam os lugares cimeiros:

*“É volta pela sombra mistério
Segue a terra o destino que a conduz
Em larga volta ao sol no espaço etéreo
Fascinada, talvez, por essa luz.*

*Dardeja Julho, a prumo. Os segadores
Dormem a sesta em leitos de folhagem,
Trinam as aves, repicando amores,*

Nos ramos que, de leve, embala a aragem.”

E nas cantigas, D. Adelaide Sodré, também foi distinguida:

*“Cantigas leva-as o vento
Cantigas não valem nada!
Se elas riem num lamento
E choram numa risada...”*

*Os teus olhos, meu amor,
São continhas de rezar,
Eu rezo a nosso Senhor
Bem dentro do teu olhar.”*

Tomou a Câmara em 1576 conta da água da fonte da telha no sentido de a aproveitar para consumo público. E não demorou a fazê-lo. Já doze chafarizes existiam na cidade no tempo de Frutuoso e Maldonado, reportando-se a 1693, alude a 25: dez na freguesia da Sé, oito na da Conceição, três na de Santa Luzia, e dois cada em São Pedro e São Bento. Félix José da Costa, por si, no *Angra do Heroísmo*, relaciona 22: Alto das Covas; Rua Corte-Real; Portinho Novo; Duque de Bragança; Peixe; Boa Nova ou chafariz de el-Rei, vulgo Tanque do Azeite; São Pedro; Rua do Meio; São João de Deus; Pereira; chafariz Velho; Santa Luzia; Boa Vista; Porto de Pipas; Santo Cristo; Remédios; Guarita; Desterro (na rua e no largo); São Bento; Melancólicos e Corpo Santo (p. 54, 1867).

n^o 4***Os festejos na praça e votos da Câmara***

A fora as tradicionais e luzidas *toiradas*, *cavalhadas* e *camisadas* do programa Asanjoanino da cidade, entre os espectáculos realizados na Praça deixaram memória, pelo invulgar esplendor e aparato de que se revestiam:

As jubilosas celebrações em 1622 pela canonização de *S. Francisco Xavier e Santo Inácio de Loiola*. Eis a última parte do programa, então anunciado pelos Jesuítas e reportada aos dias 3 a 5 de Agosto: «*Não ficarão as tardes da terça até quinta feira carecendo de outras festas particulares, porque a Camara da Cidade com particular zelo, e cuidado as tomou á sua conta, e apremiou algumas danças e chacotas, tam boas, que por sy bastarão para os dias ficarem bem festejados; e muito mais com os touros, que por duas vezes deu, correndo-se huma dellas em o terreiro da praça, incitando aos toureiros com bons premios, á vista dos quaes fizeram algumas boas sortes, e os touros tambem nelles: porém sem nenhum perigo, e com muita festa, e aplauso o mesmo causarão no outro dia, que se correrão de corda pela Cidade, varios em numero, a que não faltarão mascarados,^[252] e outra muita gente, que os soube festejar.*»^[253]

No ano de 1746, integrado no cartaz festivo da trasladação da imagem do *Senhor Santo Cristo* do templo da Sé para o da Misericórdia.^[254] Pena coeva e anónima, em prosa cintilante, do aprazível sucesso pincelou mimosa aguarela: «*depois de fortalecida a praça com tronqueiras (corro que a nobreza ha muito destinou para cavalaria), cercada de vários palanques, guarnecidos de preciosos tapetes, e o particular de muitos camarotes com cortinados mostrou ser do gosto e aplauso, pela nobreza, e mais o povo, que os*

252. Traziam, à laia de uniforme, calças brancas, alvas camisas avivadas de encarnado e bonés de copa baixa, apenas diferentes dos que usam vulgarmente os cozinheiros por terem também *bibes* daquela cor. – A viseira que lhes ocultava a metade superior do rosto é que originou a designação de mascarados de corda.

253. «*Relacam Geral das festas que fez a Religião da Companhia de Iesus da Provincia de Portugal, na canonização dos gloriosos Sancto Ignacio de Loyola seu fundador, & de S. Francisco Xavier Apostolo da India Oriental no anno de 1622*» Lisboa, 1622, pp. 212-223 (Archivo dos Açores, vol. VIII, p. 463).

254. A escultura do *Senhor Santo Cristo*, obra-prima que jogamos seja de um Bastião Vieira e, de um filho seu, Pero Jácome, residentes em Santa Bárbara no século XVI, achava-se na Catedral desde 1728, ano em que o anterior templo da Misericórdia foi demolido para começar a edificação do actual, que é o terceiro desta Instituição local, benzido em 4 de Julho de 1746.

guarnecia». ^{[255][256]}

Assinalando o regozijo pelo malogro do atentado contra a vida de D. José, em 1759, vinte e três fidalgos da cidade decidiram promover festejos públicos, quando a quadra o permitisse, depois da Quaresma. ^[257] Por ocasião da Páscoa, com efeito, começaram os jubilosos divertimentos de máscaras, «*em que os estudantes ocuparam o espaço de trinta dias*». Ajuntaram-se os cavaleiros em que sempre se distinguiram os fidalgos de Angra, para na praça a mais lustrosa função, que *nunca se viu na ilha*, ^[258] determinando para ela o dia 11 de Junho.

Aplaudida e festejada por três dias – com repiques de sinos, destacamentos militares, salvas de artilharia, luminárias, e fogos-de-artifício, nos três concelhos de ilha –, «*como poucas ou nenhuma vez a outro se fizera*», a chegada a Angra, em 6 de Novembro de 1799, de D. Lourenço, Conde de Almada. Nas Colegiadas e na Sé ainda houve *Té Deum Laudamus*. E «*porque não o permitia a estação do ano, reservaram-se as destas públicas da praça, para o mês de Junho, na forma dos estatutos da antiga e nobre Irmandade de S. João Baptista*». ^[259]

255. Em consequência de repetidas calamidades de inundações e de sismos, sempre foi invocada esta imagem e, por voto lavrado em 24 de Maio de 1707, para valer aos angrenses nos momentos de tribulação, a Câmara elegeu o Senhor Santo Cristo padroeiro da cidade, estabelecendo em seu louvor a festa anual na segunda oitava da Páscoa. O ensejo, já agora se oferece, para outro similar acontecimento evocar, bastando, para isso, reproduzir o tombado na acta de 8 de Março de 1854: «*Representando o venerando vigário da paróquia da Conceição, desta cidade, José Machado Evangelho, a necessidade de que a Câmara faça a festa anual do mártir S. Sebastião, como costumava até o ano de 1832, em cumprimento do voto solene que fizera no ano de 1601, por ocasião de uma temível epidemia que assolou este país começada no ano de 1599, expondo que só cessara essa prática quando naquele ano de 1832, se suprimira o Convento das Capuchas, onde se celebrava a dita festa, a qual hoje se faz, com esmolos particulares, na referida paróquia da Conceição, para onde fora transportada a imagem do glorioso mártir. – A Câmara, atendendo ao exposto, cuja veracidade é notória, posto que se achasse nos livros existentes no seu arquivo o acórdão de 20 de Janeiro de 1602, de onde consta que já nesse tempo efectivamente fazia esta municipalidade a indicada festa. – Atendendo igualmente a ter sido determinado por alvará de 21 de Outubro de 1679, que esta corporação municipal concorre anualmente com trinta mil réis para as festas daquele Convento das Capuchas, um das quais era certamente a do referido mártir S. Sebastião; – por todas estas considerações, deliberou a Câmara se contribua anualmente para a dita festa com a quantia de vinte mil réis que deverá entrar regularmente no orçamento municipal de cada ano; e que isto se participe ao sobredito vigário. – Até à queda da Monarquia mandou a Edilidade celebrar a festa com o tradicional esplendor. Vinte mil réis, ao tempo, significava muito dinheiro. Nos últimos anos, o Município reatou o cumprimento desse voto secular, promovendo o religioso acto em louvor do santo mártir que foi centurião romano, mas que, outra vez, parece esquecido no presente. A imagem de S. Sebastião, que pertenceu a esta ermida, acha-se na igreja da Conceição. Da ermida de S. Sebastião, no sítio da actual praceta, já Frutuoso nos fala. A epidemia referida, importada da Índia, dizimou sete mil vidas entre 15 de Abril de 1599 e 20 de Janeiro de 1600.*

256. *Toiros e Toiradas na Ilha Terceira*, pp. 53-54, de Pedro de Merlim.

257. «*Seguiram-se os três dias – 4.º, 5.º e 6.º feira – cujas tardes foram animadas por corridas de toiros, na praça que se achava cercada de trincheiras e janelas ornadas de preciosas alfaias, que os países mais alongados do mundo têm liberalizado, como tributos devidos à nação portuguesa. Outras muitas invenções apareceram, e que foram maravilhosamente desempenhadas ao som de melodiosos instrumentos. Houve, finalmente danças, entremezes, companhias, e manejos militares, ao som de instrumentos bélicos*» (Drumond, *Anais*, vol. II, pp. 282-283). – «*O anfiteatro era majestoso e os palanques achavam-se cheios de espectadores*». – Os toiros foram corridos a cavalo por João Pereira de Lacerda, sargento-mor da cidade, e seu irmão Francisco Pereira de Lacerda, capitão de infantaria. Vestia o primeiro de branco e verde, com ricas bordaduras, o segundo de branco e encarnado. Montavam cavalos ajzezados a primor. Era cada um acompanhado de dezasseis capinhas e numerosos criados de estribeira («*Júbilos festivos, epanáphora angrése*», na colecção *Opúsculo vários*, existente na Biblioteca do Convento de Mafra.

258. O sublinhado é nosso.

259. Drummond, *Anais*, vol. III, p. 105.

Em alegria pela debandada das tropas francesas e sua definitiva saída de Almeida^[260] os nobres da cidade, nomeadamente D. Inácio Castil-Blanco,^[261] em 1809, promoveram na praça e «na forma do antigo compromisso», o cartaz festivo de danças, cavalladas e touradas.

No S. João de 1852 não faltaram contradanças, cavalladas e grandes touradas, durante quatro dias, exprimindo o regozijo pela publicação do decreto de 17 de Setembro de 1824, diploma em que Sua Majestade desaprova o movimento da *Abrilada*. Mas a tranquilidade, infelizmente, mui pouco durou. Logo após o falecimento do rei, desencadeou-se a efervescência política que levaria a Ilha Terceira à guerra civil.

A 28 de Novembro de 1862, as celebrações em honra do casamento do D. Luís com D. Maria Pia de Sabóia, afluindo à praça cerca de sete mil pessoas.^[262] *«No improvisado redondel apareciam ao sinal dado pelas trombetas os melhores cavaleiros e os primeiros fidalgos da ilha, com suas roupagens luxuosas, confecções artísticas de veludo e seda onde fulgiam bordaduras extravagantes de ouro e pedrarias, resplandecendo ao sol, nos maneios gentis dos cavaleiros e pajens empunhando espadas ou lanças e sobraçando escudos em que as armas e brasões da família, algumas ganhas nas ardentes plagas africanas em combate com o infieis, sobressaíam vivas no colorido próprio, ricas de confecção, eloquentes no significado, seguras com elegância e denodo, ao mesmo tempo que no ar se agitavam os penachos e as fitas, variegadas a capricho e gosto, nos corpos aprumados dos cavaleiros montados com a donairoza galhardia de fidalgos, com a altivez primorosa de combatentes. Os cavalos, adestrados nas lides próprias, nas evoluções combinadas, nos jogos e torneios, apareciam ricamente ajaezados, calcando prata, mastigando dourados, segurando chalbraques de luxo, lindos xairéis de veludo matizados de ouro bordados de filigrana, artisticamente dispostos, assentando-se os cavaleiros sobre os mais valiosos talizes de brocado, enfiada a bota de alto cano, lustrosa e luzidia, no estribo artístico de precioso metal, sob o tremular das plumas e o brilho dos galhões. Após as cortesias de estilo, em que os cavaleiros se dobravam na mesura rigorosa às damas gentis, se dava começo às corridas e às escaramuças, às alcânzias e justas tão usadas*

260. Dos vários reconstrutos militares luso-franceses em Portugal, nos primeiros anos do século XIX, reparamos que apenas ALMEIDA consta da extensa lista de actos bélicos que Napoleão mandou gravar no seu Arco do *Triunfo* em Paris. – Observamos ainda que num salão do Escorial, a 49 quilómetros de Madrid, se reproduzem, pintadas a fresco, as mais famosas batalhas ganhas pelos exércitos espanhóis e em cujas testeiras, assim, o pincel de Niccolò Granello somente evocou duas das expedições da Armada de Filipe II aos Açores – a S. Miguel e Terceira (*Baia das Mós*). Derrota, quem as glorifica?

261. D. Inácio Castil-Blanco de Canto Melo e Sampaio, marechal de campo, descende em linha directa de Francisco do Canto, filho natural de Pedro Anes do Canto e fidalgo de el-Rei por seus feitos em África. Este quem, como adjunto do governador Tomé de Sousa, sobremodo o auxiliou na fundação da cidade da Baía, em 1549. Atribui-se-lhe, até, a denominação de S. *Salvador* à primitiva capital brasileira por tal Orago ter a Sé de Angra Vide Maldonado, *Fénix*; Drumond, *Anais*, I, 116; José Joaquim Pinheiro, *Épocas*, I, 140; e Gervásio Lima, *Serões Açorianos*, 139). – Francisco do Canto, cavaleiro da Ordem de Cristo, e sua mulher, D. Luzia da Câmara, faleceram em 24 de Janeiro de 1573 e 19 de Julho de 1591, respectivamente (Sé – Livros 4 e 5, fls- 242 e 181). – D. Inácio Castil-Blanco, casado com D. Maria Monteiro Castil-Blanco, morreu também na Sé, em 14 de Junho de 1856, com 78 anos de idade.

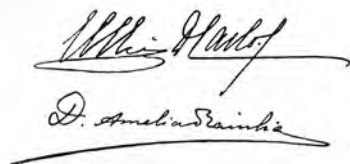
262. D. Luís nupciou em 6 de Outubro de 1862 com D. Maria Pia de Sabóia, nascida em Turim em 16 de Outubro de 1847. Seu pai, o rei Victor Emanuel II da Itália, era então príncipe de Piemonte. Foi sua mãe Maria Adelaide, rainha da Sardenha e arquiduquesa da Áustria. Era afilhada do Papa Pio IX. – Às três horas da tarde daquele dia começou a igreja de S. Domingos de Lisboa a missa *pro sponsor*, seguida de *Te-Deum* composto expressamente por Manuel Inocêncio dos Santos, executado por 131 músicos. Deitou a bênção aos régios consortes o Cardeal Patriarca.

naqueles tempos como proveitosa escola de combate. Ao som e alarido das músicas e das exclamações entusiásticas, de aplausos e regozijo público, salvas contínuas de morteiros atroavam o espaço repercutindo longe com estrugidos fortes e compassados».^[263]

263. Gervásio Lima, in *As festas de S. João*, 13-18.

n^o 5***Auto do lançamento da primeira pedra do monumento comemorativo da visita régia***

6 No anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e um, aos dois dias do mez de Julho n'esta cidade de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, e na praça da Restauração, procedeu Sua Majestade El-Rei de Portugal D. Carlos 1.º, com a assistência de Sua Majestade a Rainha D. Amélia, á collocação da primeira pedra do Monumento comemorativo da Visita de Suas Majestades a esta ilha, pedra que previamente tinha sido benzida por Sua Excellencia Reverendíssima, o Senhor D. Francisco José, Bispo d'esta Diocese de Angra. E para que de futuro se conheça este facto tão memorável em que os filhos e habitantes do distrito de Angra pretendem perpetuar tão faustoso acontecimento, se lavrou o presente auto, do qual se extrahiram duas copias authenticas, uma para ser depositada a guardada no archivo Nacional da Torre do Tombo, e outra no archivo da Camara Municipal d'esta cidade.



D. Maria Francisca de Meneses
Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro

(Seguem-se as assinaturas de entidades locais.)

D. Maria Francisca de Meneses, Camareira da Rainha
Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, Presidente do Conselho
António Teixeira de Sousa
Conde de Tarouca
Conde da Ribeira Grande
Guilherme Brito Capelo

n^o 6***Pelourinho***

O pelourinho foi o padrão distintivo da autonomia administrativa dos concelhos, vilas e cidades, com poder local e território delimitado. O foral era, como diríamos hoje, a constituição política do seu concelho, fosse original ou adaptada, sempre todavia atribuído nominalmente a cada um. Concedia-o o senhor legal da terra onde o concelho fosse criado: rei, bispo, ordem religiosa, ou casa nobre. Na sede ou vila municipal estavam os três elementos fundamentais e representativos dessa alforria: a Câmara Municipal (a sede legítima), a Cadeia, e o Pelourinho. O foral atribuía poderes administrativos, judiciais e penais no concelho.

No Pelourinho expunham-se os criminosos e ali se lhes infligiam as penas impostas pelas autoridades locais. Estas, porém, não podiam sentenciar à pena capital, pois esta competia à autoridade superior do poder central do Reino no distrito jurisdicional a que pertencia o território municipal. Se na história penal portuguesa houve exceções, não cabem responsabilidades ao municipalismo português. As execuções eram nas *forças*, todas elas, e por todo o nosso território fora das vilas.

O poder judicial do concelho estava figurado no Pelourinho. O elemento principal do padrão era a coluna, erecta na praça fronteira à Casa da Câmara. Assentava sobre os degraus necessários para dominar a praça a ficar horizontal o patamar de que subia a coluna. Esta ia das formas mais singelas até às caneladas, torsas ou não, globosas, direitas ou enroladas, ao longo dos tempos e dos estilos, desde o românico ao neoclássico. O remate superior acompanhava a ordem corrente da erecção primeira ou sua substituta. A gaiola medieval pousava no capitel, a que sucederam o prisma (gaiola maciça), a pirâmide ou cone cimeiros, coordenados ao estilo da coluna. As faces do prisma tinham a representação heráldica, nacional e do doador do foral.^[264]

Sobre o Pelourinho de Angra as notícias são escassas, muito raras mesmo, ou desconhecidas, já que a despeito das insistentes buscas que fizemos, quase nada

264. Enciclopédia *Verbo*.

topamos; mas obtendo a certeza da sua existência, no lugar próprio assinalado, na carta de João Hugo Linschoten, elaborada em 1589, que a primeira estampa mostra. Não dizemos que as não haja. Só que as não achamos. É quase certo que existem.

Este facto do cartógrafo holandês, quando aqui arribou vindo da Índia, e a sumária referência de Drummond, de que em «*certo dia de Janeiro de 1619 se tirara o pelouro em presença da Câmara e diante do povo sem contradição alguma*»,^[265] são os únicos elementos concretos que descortinamos, acrescido ainda da informação de que se mudara para o Alto das Covas. A data da sua demolição deste último sítio não topamos, são sendo no entanto difícil atribuí-la a origem liberal, no século passado, à semelhança do que sucedeu com os congéneres disseminados pelo Reino.^[266]

Dr. Luís da Silva Ribeiro, que morreu secretário aposentado da Câmara, descendente de nobres famílias (o Ribeiro lhe proveio de João da Rocha Ribeiro, de Braga), intelectual de singular dimensão,^[267] limitou-se a anotar em 1941, em *O Patrono dos Emigrantes – Beato João Baptista Machado*, que «*se erguia, elegante na simplicidade das suas linhas, a coluna do Pelourinho, símbolo da jurisdição municipal*».^[268] Isto nos leva a crer que nenhuma outra referência haja encontrado a respeito além da carta de Linschoten e ainda sem conhecimento da informação de Drummond.^{[269]*}

265. Do Pelourinho da Praia sabe-se algo mais. Que em 1819 ainda existia junto da Câmara e foi nesse ano demolido, ao que parece devido ao seu estado de ruína, quando o capitão-general António Francisco Araújo, decidiu transformar a praça. E em 1450 aquele monumento (ignora-se se seria o mesmo), marcou presença nas Barrocas, local do primitivo Paço do Concelho.

266. Nem todos desapareceram. Há os que, por sua beleza, se mantêm no respectivo lugar e hoje constituem modelos histórico-etnográficos. – Os açoutes foram abolidos pela Carta Constitucional.

267. Vide Pedro de Merlim, in *As 18 Paróquias de Angra*, p. 737.

268. Afora as indicações do dr. Luís Ribeiro e a carta de Linschoten, nenhuma outra se lê em *Pelourinhos do Ultramar Português*, de Luís Chaves, em que este admite ser o primitivo e que se deveria assemelhar aos pelourinhos rurais do Continente.

269. Investigador profundo e meticoloso que foi das coisas terceirenses, como se avalia pelas suas obras de raro valimento e tantas são, se algo mais soubesse sobre o Pelourinho não deixaria de o reportar. – «*O das Velas, em frente do edifício municipal, foi demolido por ocasião do alargamento da actual praça em 1836, e entregue o pedestal ao grande patriota jorgense, João Soares de Albergaria, em preço de 4\$800 réis, o qual voluntariamente cedera uma propriedade para a abertura da dita praça. O liberal, cujas convicções políticas o levaram às prisões de Elvas e de Almeida, quis assim abater na sua terra o monumento do poder absoluto, que tanto o perseguira*» (Ilha de S. Jorge, por Silveira Avelar). – O da Calheta foi demolido em 1834, como em quase todos os concelhos do País, com o estabelecimento do regime liberal. «*Atestando a existência do concelho, consistia num monumento de pedra, colocado na praça principal da vila, formado por um suporte quadrado com dois outros degraus, levantando-se no meio de uma coluna encimada por uma esfera*», o pelouro das vereações significava «*A independência dos direitos e regalias do município*». «*Os pelourinhos eram sempre fronteiros aos Paços Municipais. O nosso ficava no meio do pequeno largo ao nascente da casa da Câmara*». Em Março de 1668 um grande temporal derrubou o pelourinho, que a Edilidade mandou reparar (Notas Históricas, do padre Manuel Azevedo e Cunha). – Marcelino Lima, em *Anais do Município da Horta*, diz que o pelourinho daquela cidade «*nada tinha de notável: um tosco pilar de pedra da ilha, assentando numa peanha de três degraus. O Constitucionalismo, considerando-o instrumento vergonhoso da Justiça, no exercício da sua ira, eliminou-o. Erguia-se sob as janelas e a pouca distância da casa da Câmara, que era, como se sabe, na esquina sul, ao fim (quem desce) da calçada do Advogado Graça. Certo dia (20 de Março de 1790) a vereação entendeu que tal monumento se situava ilegal e indecentemente naquele lugar, convindo arreddá-lo pra mais longe: e qual o pensou, assim o fez. Pegou nele e colocou-o no ponto de cruzamento da dita calçada com a rua da Praça (hoje rua do Barão de Roches). Mas em breve veio o vendaval do espírito novo... Estava condenado*».

*Nota do editor - Sobre o pelourinho de Angra ver: Rev. Walter Colton (1797-1851), *Ship and shore*, in *Madeira, Lisbon, and the Mediterranean*. New York, 1860. Transcrito no Boletim do Insitituto Histórico da Ilha Terceira, vol. LXIX-LXX, 2011-2012. pp. 89-99.

n^o 7***Transportes***

Nas Posturas Municipais de 1655 estava estabelecido que toda a besta andasse de chocalho dentro dos muros de Angra. E os que infringissem a lei, pagariam a multa de quatrocentos réis.

O Regulamento camarário de 1788 inclui a tabela dos condutores de cadeirinhas e aluguer de cavalos, dentro e fora da cidade. O significado de *cadeirinha* mais característico é o de uma espécie de liteira destinada a ser transportada por dois homens. Revestia, vulgarmente, aspectos muito artísticos. Teve a sua utilização máxima nos séculos XVII e XVIII, mas acabou por desaparecer com a evolução e o progresso dos transportes. No Museu dos Coches em Belém e no Palácio Ducal em Vila Viçosa, alguns destes exemplares se preservam.

No último quartel do século XVIII, as disposições do Senado angrense atribuíam a cada homem – a *cadeirinha* precisava de dois condutores – tanto como cento e vinte réis, pelo maior percurso dentro da cidade. Metade da distância, desde o centro do burgo, custava oitenta réis por cada serviçal no transporte. E saindo os muros da urbe, cada légua, era paga a duzentos réis, individualmente aos condutores, ida e volta, claro.

O aluguer de uma besta cavalgar, por o tempo de um dia, comendo esta e quem a acompanhar por conta do seu dono, era de quatrocentos réis. Pelo serviço de meio-dia, pagava-se duzentos réis. E uma besta asnal, igualmente acompanhada de moço, nas mesmas condições de alimentação, a taxa por um dia cifrava-se em duzentos réis e metade do preço por meio-dia.

Os carretos de carros, por toda a ilha, das várias freguesias para a cidade, por um moio de trigo ou pipa de vinho, na época de verão, cobravam as taxas:

- ~ Dos Biscoitos, Altares, Raminho e Quatro Ribeiras: 1\$200 rs. No inverno: 1\$600 rs.
- ~ Da Agualva, Vila Nova, Lajes, Fontinhas, Praia, Porto Martim: \$900 e 1\$200 rs, respetivamente.
- ~ Da Fonte do Bastardo: \$700 e \$900 rs.
- ~ De S. Sebastião e Porto Judeu: \$600 e \$800 rs.
- ~ Da Feteira: \$400 e \$500 rs.
- ~ Da Ribeirinha, de verão e de inverno \$300 rs.
- ~ De Vale Linhares: \$250 rs.
- ~ Da Serreta: \$8000 rs.
- ~ De Doze Ribeiras: \$600 rs.
- ~ De Santa Bárbara: \$500 rs.
- ~ De S. Bartolomeu: \$300 rs.
- ~ De S. Mateus: \$200 rs.

Pelo transporte de uma carrada de lenha:

- ~ Do Azevinhal: 1\$200 rs.
- ~ Da Serreta: 1\$000 rs.
- ~ Da Matela. No verão: \$500 rs. No Inverno: \$600 rs.
- ~ Dos Boins: \$600 rs.
- ~ Do Pico do Loural e Ladeira Ruiva: \$600 rs.
- ~ Da Ladeira do Asno, Canada dos Pomares e Fonte Faneca: \$500 rs.
- ~ Da Terra-Chã e Pedregal: \$400 rs.
- ~ Das Roças (Posto Santo): \$500 rs.

Por uma pipa de vinho:

- ~ Do Pico das Urzes: \$160 rs.
- ~ Da Canada da Cruz Dourada, pelo caminho do meio: \$260 rs.

Dentro da Cidade e a partir do Porto:

- ~ Para a Alfândega: \$040 rs.
- ~ Para as Ruas Direita, de Santo Espírito e de S. João: \$050 rs.
- ~ Para o Castelo e S. Pedro: \$120 rs.
- ~ Para a rua da Boa Nova: \$100 rs. E desta para baixo à proporção.
- ~ Para o lugar da Pedreira: \$130 rs. As outras ruas à proporção.
- ~ Para o Portão de S. Bento (e outras ruas para baixo); \$130 rs.
- ~ Para o Desterro e Corpo Santo: \$100 rs.

Por uma carreta de lenha:

- ~ Da Caldeira: \$550 rs.
- ~ Do Cartão: \$800 rs.
- ~ Do Sanguinal: \$800 rs.
- ~ Do Pé da Rocha: 1\$100 rs.
- ~ Da Chama: \$900 rs.
- ~ Do Lombo-Alto e Borra: 1\$200 rs.
- ~ Da Fajã Redonda e Pedra Lisa: \$700 rs.

Da mesma forma se entendem os ditos carretos desde os lugares aludidos até à Cidade.

- ~ Por uma sebe de barro de qualquer dos barreiros para o mais distante da Cidade: \$180 rs. E para outras distâncias à proporção.

Diversos

Entre outras, dizem as posturas de 1655:

- ~ Nenhuma pessoa tenha cão sorrateiro e quem o tiver mate logo, e pela primeira vez pagará cem réis e pela segunda duzentos réis.
- ~ Nenhum porco ou besta ande nos adros, e que o contrário fizer pague de coima quatrocentos réis.

nº 8

Águas

O curso de água assinalado na carta de 1503, e pelos mais antigos historiadores, nasce sob o outeiro de Santa Ana, em S. Sebastião. Esta água, ou seja a *Ribeira de Frei João*, a usaram os primeiros povoadores na alimentação e na moagem de cereais. Em Setembro de 1704, Inácio Ferreira da Costa descobriu outro veio, num pequeno cerrado, ao fim da Rua das Flores, de caudal tamanho que movia as azenhas do Arrabalde. Data de 1844 o encanamento da água da furna do Pico da Cruz.^[270]

A fonte do Posto Santo, denominada por Fonte da Telha, achou-se em 1575-1576, melhor dizendo quando se procedia à tubagem.^[271]

O *cano real*, da Nasce Água para a Cidade, a mais copiosa de todas, provém de 1603.^[272]

Além de vinte e cinco chafarizes no século XVI, alimentava este *cano real* as Casas monásticas de Angra. Já doze chafarizes existiam na cidade no tempo de Frutuoso. E Maldonado, reportando-se a 1693, alude a *vinte e cinco*: dez na freguesia da Sé, oito na da Conceição, três na de Santa Luzia e dois cada em S. Pedro e S. Bento. Félix José da Costa, por si, no *Angra do Heroísmo*, relaciona vinte e dois: *Alto das Covas, Rua Corte-Real, Portinho Novo, Duque de Bragança, Peixe, Boa Nova, ou Chafariz d'El rei*, vulgo *Tânque do Azeite, S. Pedro, Rua do Meio, São João de Deus, Pereira, Chafariz Velho, Santa Luzia, Boavista, Porto das Pipas, Santo Cristo, Remédios, Guarita, Desterro*, (na Rua e no Largo), *S. Bento, Melancólicos e Corpo Santo*.^[273]

As «*Posturas e Regulamentos da Câmara Municipal de Angra*», de 1861, sobre as Arquinhas, determinaram: «*Artigo 15.º: - A pessoa que arrombar ou abrir arquinhas sem licença do inspector das águas; - que quebrar o encanamento dos chafarizes públicos ou particulares; - que alterar ou tapar de algum modo dos registos das águas, incorrerá, por qualquer dos ditos factos, na pena de trinta dias de cadeia ou 12\$000 réis de multa. - § 1.º: Na mesma pena incorrerá toda a pessoa que, ou seja para regas ou para outros*

270. Pedro de Merelim, in *As 18 Paróquias de Angra*, pp. 440-441.

271. Alfredo Sampaio, in *Memória sobre a Ilha Terceira*, p. 329.

272. Félix José da Costa, in *Angra do Heroísmo*, 1867, p. 5.

273. Pedro de Merelim, in *Serviços Municipalizados de Angra*, pp. 143-146.

objectos, tirar proveito de água extraviada em consequência de arrombamento de canos. – § 2.º: A pessoa que plantar árvores sobre algum cano de água ou junto dele, pagará a multa de 1\$200 rs., pelo dano que causam as raízes aos aquedutos, e, além disso, será a árvore arrancada». A doutrina dos artigos 17.º a 20.º respeita aos preceitos a observar com as arquinhãs e demais aspectos sobre as águas pelo público.

Do número de fontes espalhadas pela ilha nos dá conta Sampaio nas suas *Memórias* no mapa constante nas pp. 328–329. Nos livros aludidos nas três anotações tomará o leitor interessado larga informação.

Mas no capítulo da higiene, as carências eram muitas. Afora o que frequentemente encontramos nos acórdãos municipais, desde há longos anos, através dos tempos, eis o que o Dr. Alfredo Sampaio nos diz: *«A água potável da Terceira distingue-se pela sua limpidez, frescura e leveza, tornando agradabilíssima ao paladar. – Destituída, quase por completo, de sais calcários, devido a natureza vulcânica dos Açores, e às camadas do terreno permeável que atravessa, apresenta poucos sais, aproximando-se mais da água destilada do que da verdadeira água potável, necessária para a alimentação. – É de todas as ilhas dos Açores, a mais rica em água, e pena é que não seja aproveitada convenientemente em benefício das poucas indústrias que possui a ilha Terceira. O meio acanhado em que vive a sociedade terceirense, associado ao desdém dos nossos dirigentes políticos, por tudo quanto possa engrandecer uma terra e elevar um povo são factores únicos do nosso atraso material. É por isso que, a cada passo, encontramos desperdício de água, podendo ser facilmente, e sem muito dispêndio, aproveitada como motor nas indústrias, na iluminação (...). Arreigados aos velhos costumes de nossos avós, sem pretenderem possuir uns leves conhecimentos de higiene, consentem e determinam que os encanamentos de água potável continuem a ser feitos nos clássicos canos de barro da indústria local! E, no fim de anos, pela humidade da terra e da corrente constante de água no interior daqueles encanamentos, tornam-se as suas paredes completamente permeáveis, e muitas vezes perfurados pelas raízes das árvores que lhes ficam próximas, deixando passar para o seu interior tudo o que possa estar em solução nos líquidos da terra. Em muitos pontos, passa o encanamento à superfície da terra, até chegar à cidade,*

onde penetra nas arquinhãs,^[274] verdadeiros focos de imundície, para dali ser distribuída a água para outros encanamentos de chumbo ou barro, para as diferentes casas particulares. Estas arquinhãs, resguardadas do exterior por um pequeno tampo de madeira ou ferro, existem, em muitas ruas, à superfície dos passeios, e por cima delas passam, em dias de muita chuva, as enxurradas, levando consigo tudo o que possa existir nas ruas. E no interior da cidade, nessas pequenas ruas tortuosas e estreitas, lá passa o encanamento de água potável ao lado do esgoto e às vezes em plano inferior. Mas contra isto nada se tem dito, nem se tenta fazer, na actualidade, porque as nossas autoridades atendem mais aos desvarios políticos do que à higiene pública!»^[275]

O tempo decorreu e o problema cada vez mais se agudizava, se tornava «*uma das nossas maiores necessidades*», Bastará referir que a água, «*pura nas nascentes*», chegava «*à fonte do Pátio de Alfândega com mais de um milhão de bactérias por centímetro cúbico*». Por ocasião do primeiro empréstimo concedido para fins da municipalização dos serviços eléctricos, não fatou quem antes advogasse o uso desse montante na obra da nova canalização de água queurgia.

Questão, afinal, a ser resolvida três decénios adiante pela Câmara presidida pelo Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, cometimento que o notabilizou e creditou de lugar predominante na história municipal angrense. «*Tão importante quanto utilíssima obra – a de maior volume até hoje empreendida pelo Município*», que marca fase alta da dinâmica autárquica, abonando toda a Edilidade. Na reunião de 12 de Maio de 1951 deliberou a Câmara outorgar a obra à Firma Silva & Ferreira.^[276]

274. Arquinhãs de Angra: Recipientes que se incorporavam nos antigos aquedutos da cidade de Angra do Heroísmo (Açores), ao longo do seu percurso, para distribuição da água aos chafarizes de determinadas casas. Em 1852 ainda existiam naquela cidade algumas *arquinhãs*, terminando o seu uso com a construção da actual rede de canalizações camarárias (Victor Hugo Forjaz, na *Enciclopédia Verbo*, Vol. 2, Col. 1249). – Recordamos ainda a existência destas arquinhãs em Angra. Em nenhuma outra publicação achamos a definição destas arquinhãs. – Na Enciclopédia Luso-Brasileira e no Dicionário da Língua Portuguesa, por António Morais e Silva, editado em 1889, p. 234, 1.º Vol., encontramos referência à «*arquinha só como pequena arca, menor que arquete, lugar onde vai assentado o cocheiro quando não vai montado, género de conchas bivalves de moluscos acéfalos de que há várias espécies*». – No *Dicionário Larousse* e no *Dicionário* de Cândido de Figueiredo, nada vimos.

275. Sampaio, *ob. Cit.*, p. 326.

276. Apurando-se, no curso dos anos, os inconvenientes de toda a ordem de funcionamento, sistema e deficiências do encanamento, que afecta a pureza da água, ameaçando a saúde pública, reconheceu a Câmara de 1905 «*a inadiável necessidade de reformar, a péssima disposição das respectivas arquinhãs, que concorriam para a inquinação deste elemento indispensável à vida*». A proposta do vereador Elias da Cunha Pinto, todavia, não foi por diante (*Serviços Municipalizados de Angra*, p. 147).

n^o 9***A capela dos pretos***

Pero Anes do Canto, falecido em 1556, mandou erigir a ermida de Nossa Senhora da *Natividade*, no outro lado da rua. Dizem os historiadores, desde Frutuoso, que esta ermida era dos *pretos*, imediata a Roma, por Bula Apostólica. Situava-se na «*Casa do Colégio junto à portaria dos carros*» e registava duas Confrarias: a de *S. Lourenço*, integrada na sua maioria por eclesiásticos, e que «*nenhuma outra festividade se celebrava com mais empenho porque no dia do Santo se fazia comédia em que entravam os sujeitos de mais pendão admitidos por irmão*»; e a de Nossa Senhora da *Natividade*, «*em que eram confrades todos os negros e negras da cidade e nela tinham seu jazigo*» os que morriam em clausura. E a *Fénix* mais alude que «*por ficar esta ermida contígua*» à dita casa do Colégio, não medeando «*espaço que considerável fosse*» no ano em que prosseguiram as obras dos Claustros, as quais findaram em 1676, o bispo D. Fr. Lourenço de Castro a mandou demolir. «*E por nela terem origem os Cantos da Natividade deu D. Serafina da Silveira, tia materna de Inácio do Canto da Silveira, um sítio da sua cerca em que de novo se fez a ermida que hoje existe*».

Por dilatado tempo, os *pretos nativos* realizaram a festividade do *Espírito Santo*. «*Nô cruzamento das ruas, onde o declive da ladeira começa e acentuar-se, sobre quatro pedras circulares assentavam as pilastras que sustinham o improvisado império. E no domingo de Pentecostes era festiva e religiosamente adorado o símbolo do Espírito Santo, engastando no arco de uma coroa feita à semelhança da portuguesa e abençoada pela Igreja*».

Este império da maior concorrência no-lo diz José Joaquim Pinheiro –, derivada da muita devoção dos terceirenses «*tinha sido erecto no final do século XVII, pelos escravos pretos de toda a ilha, nesse tempo em crescido número, a quem seus senhores davam liberdade ampla no sábado e domingo de Pentecostes, para se juntarem em Angra no pequeno templo da Nossa Senhora da Natividade dos Pretos Cativos, contíguo ao local do festejo, e propriedade sua, trazendo no sábado, em enramados carros, o pão cozido, proveniente das esmolas e ofertas, por eles alcançadas durante o ano, por suas respectivas freguesias. – Era neste dia que os infelizes escravos de ambos os sexos vinham depor nas mãos do seu Rei, por eles eleito, o produto das suas caritativas solicitações de um ano, para*

ser distribuído pelos pobres. Com quando prazer se juntavam estas criaturas, condenadas a uma perpétua escravidão, para em comunidade, e só por algumas horas, poderem adorar livremente o seu Criador. Amanhecia o domingo, e era vista entre grande número de luzes, engraçados enfeites, a coroa do Espírito Santo sobre um elevado trono, no altar do império, tendo por guarda de honra toda a corte, com o seu rei africano.»

Algumas horas depois, finda a missa na ermida própria, a cerimónia da coroação efectivava-se e o presbítero oficiante abençoava o pão de trigo. E logo que o imperador entrasse no império, na cabeça a coroa ostentando, o bodo se iniciava. E a coroa, a seguir, volvia ao trono, para ser adorada até à noite, regressando finalmente ao templo, em procissão. E o estrado do império desmontava-se. Ao amanhecer de segunda-feira, os escravos tornavam para casa dos seus amos – a quem obrigados estavam durante a vida inteira.

Semelhante devoção durou até fins do século XVIII, auxiliada por alguns particulares da cidade, por já então a gente de cor oferecer número diminuto. Há cento e poucos anos, afiançava-se que a *pomba* da haste da bandeira, desta Irmandade, fora vendida por dez mil réis para o império da Feteira.^[277]

Sobre os cativos de cor, que nesta ilha marcaram considerável presença, e que nos registos paroquiais encontramos amiúde, as posturas da Câmara de 1655 se ocuparam: «3 – *Nenhuma pessoa jogue com escravos cativos jogo algum, e quem o contrário fizer pagará de pena duzentos réis; (...) 124 – Nenhum nosso nem escravo jogue nos adros, e quem o contrário fizer pagará de coima e de cadeia duzentos réis; (...) 144 – Os negros da Guiné se alojarão dos muros para fora e alojando-se dentro (da cidade) pagará o dono dos negros quatro mil réis de coima».* Mas já as de 1788 só proibiam «*que nenhum Vendeiro ou Vendeira consentisse na sua venda, escravos ou vadios, em conversações, ajuntamentos e jogos*», sob a multa de mil réis.

Coube ao *Setembrismo*, pelo marquês de Sá da Bandeira, promulgar a extinção da escravatura nos domínios portugueses, pelo decreto de 10 de Dezembro de 1836, não sem violentas reacções de Angola e Moçambique.

Os negros, idos de África para o Brasil e os Estados Unidos, proliferaram e sobreviveram, formando hoje comunidades numerosas naqueles países.

O último escravo português, da ilha da Boa Vista, Arquipélago de Cabo Verde, contando 125 anos de idade, vivia ainda em 1929 na Ponte de Penso, concelho de S. Pedro do Sul. Aos 70 anos fez-se cristão. El-Rei D. Carlos serviu-lhe de padrinho no baptizado, passando a chamar-se Francisco António de Araújo Lima.^[278]

277. Pedro de Merelim, in *As 18 Paróquias de Angra*, 602.

278. *A União*, de 28 de Janeiro de 1929.

n^o 10

Procissões

Raros foram os cortejos religiosos da cidade em que a Câmara não haja participado. De alguns deles damos fé, com referência nas suas actas, em termos semelhantes e se reportam à obrigação da Edilidade de dirigir os «*convites á quem levar as varas do pália e as lanternas*» respectivas «*na forma do costume*».

Nos anais litúrgicos de Angra, *pequena Roma desta pequena cristandade que os mares rodeiam* no dizer de Armando Narciso, fulgiam procissões que, pelo seu halo espiritual e religioso, ainda pelo advento histórico que assinalaram, o esplendor de que se revestiram, ganharam aura imarcescível na memória do tempo.

Nas posturas camarárias de 1788, uma há que reza assim: «*Que todos os moradores de ruas por onde passar Procissão, varrerão as suas testadas até o meyo da rua, tirando della toda a qualquer imundice das respectivas frentes de suas cazas; com pena de quinhentos réis*».

Nas dobras do calendário, porém, alterou-se a feição da vida e a concepção das gentes. E como reflexo dos ventos do mundo, cada dia mais confuso, a tradição se vai esfarelando. Embora isolada pelo mar e a natureza atávica dos seus filhos, esse ambiente deletério – a duas horas de avião de Lisboa e a quatro da América – afectado tem igualmente a ilha do Bom Jesus, como outrora também se chamou a Ilha Terceira.

Das luzidas procissões que nesta urbe se efectivaram, contava-se, entre outras:

~ **Proclamação ou restauração** ~ Durante dois séculos e meio, inspirou-a o advento da Restauração e data de 1895 a última alusão ao nosso alcance. Celebrava a proclamação da Independência. No *Resumo Cronológico das Leis Úteis* (Tomo II, de 1600 a 1820, p. 404) lê-se: «*Côrtes do Senhor D. João IV. Pt. I. Assuntos Eclesiásticos – P. Cap. I: Procissão pela restauração do Reino. Pedimos que, em reconhecimento da mercê que este Reino recebeu da poderosa mão de Deus no primeiro de Dezembro de 1640 em o livrar do cativeiro em que estava, se sirva V. Majestade mandar que no aniversário do dito dia se faça anualmente em todos os lugares do reino uma procissão solene como as mais que são obrigação das Câmaras*». Resposta: «*Assim o tenho mandado fazer nos lugares onde convém, e vos agradeço esta lembrança*». Ignoramos se esta festividade nacional

em todas as catedrais do reino se realizou. Apenas damos fé que o tenha sido nas de Lisboa e Angra.

~ **Da Ressurreição** ~ Na acta da Câmara Municipal de 16 de Abril de 1824 lhe achamos alusão. A notícia mais remota da sua realização data do Domingo de Páscoa de 1641 (31 de Março).

~ **Corpo de Deus** ~ Já aparece nas *Constituições do Bispoado d'Angra* de 1560, de D. Frei Jorge de Santiago, a par de outras procissões que então a efeito se levavam nesta cidade. Do seu luzimento e solenidade a meados do século passado nos deixou testemunho escrito o Dr. António Moniz Barreto Corte-Real.¹²⁷⁹

~ **Senhor Morto** ~ Uma das romagens de piedade, recolhimento e amor, cintilante, de preto e de fé, da mais vincada tradição e esplendor. Saía do Castelo do Monte

279. Inserta a reportagem no *Anunciador da Terceira*, jornal que viu a luz do dia em Angra, nos anos de 1842-1843, e Gervásio de Lima a reproduziu nos *Serões Açorianos*. – Além dos bailes do Espírito Santo e das tocatas e cantares dos festejos do Menino Jesus da Praia, e danças do entruído, nenhuma referência concreta achámos directamente sobre a folia que outrora integrava esta procissão. – Cortejo sobremodo antigo, instituído por Urbano IV, em 1261, na primeira quinta-feira depois da Trindade, a fim de solenizar o culto particular do Santíssimo Sacramento, confirmado e ampliado por muitos Papas, fora sempre feito em Portugal com fausto e invenções notáveis, nas principais terras. – O grotesco acompanhamento que seguia na Meia-Idade e ainda no século XVI, tornava-o ao mesmo tempo um acto religioso e um espectáculo profano. A imaginação popular de nada se esquecia para que ele fosse único e singular pela extravagância das figuras e riqueza ostentada pelas corporações mecânicas, em consequência de rivalidades mútuas. As *naus* e *galés* dos carpinteiros e calafates da Ribeira das Naus, os *anjões* e *gigantes* dos mercenários e boticários, a *torre* e a *serpe* dos alfaiates, *sagitário* dos armeiros, uma nuvem de *demoníons* de todos os feitios e mil outras representações entrechadas de coreografia e folias, entre músicas desvaivadas e instrumentos mais opostos – gaitas de foles, tambores, pandeiros, violas, coros de donzela -, por exemplo, se compunha o cortejo, gastando quase o dia todo nas ruas de Lisboa apinhadas de povo e alegradas de alecrim e manjericos. – A velha Mourisca, dança conhecida e divulgada através do Reino, já em 1531 se exibia em Braga, onde a «*Câmara, considerando quão aprazível e deleitosa cousa he uma mourisca bem ordenada para honra e companhia da procissão e festa do Corpo de Deus e d'outras festas do anno e para contentamento e alegria das gentes e ennobrecimento da cidade*» legislou sobre isso, em que vinte pessoas a compunham «*entre Rey, mouriscos, tamborileiro e atabaqueiro*», obrigando-os a ter, a expensas próprias, «*vestidos e atavios louçans e gallantes*», sendo multados em mil réis sempre que faltassem, afora outras disposições (José Machado, in *Diário do Minho*, de 13 de Maio de 1921). – Alexandre Herculano, in *O Monge de Cister*, Vol. I, Cap. IV, p. 59, insere alargada informação sobre a *Festa da Maia* e a de *Corpus Christi*, no tempo do Mestre de Avis, sem olvidar os diabos e a serpe. – D. João V modificou o plano e acessórios da famosa procissão, suprimindo as chacotas, o *baile das espadas*, a folia dos moleiros, por entre as viagens dos diabos sarapintados e os uivos e bramidos das feras de papelão, etc., (*Ilha Terceira*, mensário ilustrado, n.º 43, de 1 de Julho de 1982). – Que nesta cidade houve as aludidas danças não suscita qualquer dúvida como se constata nas festas da canonização dos santos espanhóis Inácio de Loiola e Francisco Xavier (*Festas e danças na Terceira em 1622*. Separata do *Diário dos Açores*, de 3 a 5 de Janeiro de 1934, de Manuel de Sousa Pinto). A *Dança dos Ferreiros*, a *Dança dos Pretos* e outros números anotados por Carlos Enes em *Danças de Entruído* e por nós apontado em textos anteriores. – José Cândido da Silveira Avelar, na *Ilha de S. Jorge*, p. 70, refere que as procissões de el-rei não as fazia o Município por ostentação ou vaidade, mas por lhe ter sido superiormente determinado. – José Joaquim Pinheiro, no quinto volume, p. 21, das *Épocas Memoráveis da Ilha Terceira*, alude: «*O estio deste ano corrente nesta ilha como o dos anos antecedentes, repleto de pomposos testemunhos públicos, comemorativos da feliz aclamação de el-rei D. João IV, constando de danças populares, tocatas, cavallhadas e toureiro, para cujos actos destinavam as Câmaras subsídios pecuniários, retirados dos seus rendimentos, que ainda hoje tão apreciados são dos terceirenses. Também nas procissões de Corpus Christi, e de Santa Isabel admitia a Câmara muitas figuras profanas, assim como o acompanhamento de oficiais mecânicos, com suas insígnias e castelos, não se dispensando as danças, e também a cantoria dos foliões ao som do psaltery e com estréptos do tambor, pandeiros e adufes, segundo o uso do reino, desde tempos mui antigos*». – Os convites camarários duraram enquanto o regime monárquico e dirigiam-se ainda às restantes autoridades, funcionalismo público, corpo consular, associações e imprensa, etc. (*O Dia*, de 21 de Junho de 1905). – Na democracia autêntica o povo mandava – como alude Urbano de Mendonça Dias – através dos *Mecânicos* ou *Mesteres*, seus procuradores nas Câmaras, que eram ouvidos nas respectivas sessões. Tinham lá assento e lugares próprios nas procissões. Esta usança prevaleceu até ao século findo. Representavam a sua classe, levando varas vermelhas a indicar poder, mais os *Castelos* – paus torneados, com ramalhetes – como também as insígnias das suas profissões, com os da Câmara atrás de si. «*Pois quando começou a invadir-nos a doença pela conquista de maiores direitos, da liberdade, da igualdade e da fraternidade, desapareceram das Vereações dos Municípios os de Menor Condição, os Mecânicos, dispensados, já se vê, de colaborar no Governo da Terra*». E, do mesmo autor, ainda: «*São assim as democracias, quanto mais pugnam os políticos, aparentemente, pelo povo, mais direitos lhe vão tirando, como se eles representassem um encargo*».

Brasil. Vestindo o primeiro uniforme, indumentária de gala, com brandões acesos, extensos cordões de círios. Impressionante cenário. A imagem de Jesus, em dourado esquiife como a da *Virgem da Soledade*, ambas do mosteiro de S. Gonçalo, iam a coberto da noite de *Quarta-feira de Trevas*, para os templos da histórica fortaleza de S. João Baptista. E, como penhor ou reféns, a autoridade nas mãos da madre Abadessa depunha as chaves do Castelo.

n^o 11

A história repete-se...

Progresso significa retrocesso, nalguns casos. Se não estamos em erro, o conceito foi expandido por Arthur Schopenhauer. Trazemos ora aqui o pensamento do célebre filósofo alemão – contido em *As Dores do Mundo* – quando nossos olhos, já cansados, pousaram numa acta municipal que nos impressionou, a ponto desse texto trazer a lume, comparando determinados aspectos, senão todos, com a actualidade. Ao fim e ao cabo, embora sob formas diferentes, a história repete-se...

Aestorvar os transeuntes da cidade, dantes eram os hipós... transformados hoje em Anos autos, carros e motoretas, em maior expressão, poluindo ainda o ambiente em larga dimensão. No pretérito, ainda recente, as rameiras matriculadas, que iam semanalmente à revista sanitária... agora a prostituição extinguiu-se, tornou-se livre para todas as idades, desavergonhadamente, quanta dela encharcada em droga... O pão que comemos, não tem sido tantas vezes acusado de ter peso inferior ao estabelecido? Sobre os cães, não ocorre o mesmo, ou quase, nos meios rurais, com os lavradores em defesa dos seus rebanhos, como outros acórdãos aludem e Drumond anota nos *Anais*. E por aí adiante. Vejamos a acta. É do século findo, mais concretamente de 26 de Abril de 1848.

O vereador Manuel Mendes Correia apresentou por escrito a seguinte proposta: -

«Se a qualquer cidadão é permitido pugnar pela execução das posturas do seu concelho, muito mais o deve ser a qualquer dos membros do corpo colectivo que têm por vigorosa obrigação, que a lei lhe impôs e ele aceitou, de requerer a execução delas. Dignos de louvor são na verdade todos aqueles que organizaram as belas teorias que estão consignadas nas posturas deste Município, e da maior censura todos os que o devem fazer executar e disso não cuidam. Eu, que aceitei o juramento de bem servir este Município, entendo fazer-lhe muito mau serviço se for indiferente ao abandono repreensível em que está quase toda a polícia municipal, porquanto, o pão está-se vendendo ao público sem o peso legal e com demasiada mistura de milho. Do asseio das fábricas se poderá fazer ideia mui aproximada à realidade pela grande porção de ratazanas que uma delas matou (dizem) com veneno. Ainda aparecem porcos a divagar pelas ruas da cidade. Não se executa coisa alguma relativa aos cães, continuando a andar desaçaimados e alguns bem temíveis. As bestas não andam, a maior parte, pela trela. Algumas das pessoas que transitam a cavalo pelas ruas da cidade fazem-no a galope, com desprezo do cómodo e segurança dos que transitam a pé. Ainda publicamente se trabalha ao domingo. Ainda se vendem algumas hortaliças, em diversos pontos proibidos da cidade. Nem uma só besta que costuma estar presa às portas de seus donos, deixa de estar atravessada nos ladrilhos ou passeios.

Já se tratou em outros tempos, com bastante solicitude, de obstar que de noite divaguem pelas ruas mulheres prostitutas; hoje não só andam com todo o desafogo de noite, mas também de dia, trazendo em sua companhia pequenas crianças do mesmo sexo que já se empregam em acções torpes, e palavras que ofendem a lei divina e decência pública.

Para tudo pois peço a atenção desta Câmara, mas com especialidades para o divagamento de tais crianças que, entregues a si mesmas, por aí andam a principiar o caminho da prostituição e do crime. É certo que são precisos meios que não estão ao alcance desta Municipalidade, mas faça-se alguma coisa em favor daquelas infelizes que, desviadas daquela vida cheia de torpezas,

podem ser úteis à sociedade.

Requeiro também que a Câmara atenda a denúncia que agora lhe vou fazendo aqui, e é, que não temos nenhuma polícia médica, o que conheço pelo grande número de doentes dos dois sexos, e de todas idades, cheias de venéreo, como tenho observado no hospital da Misericórdia desta mesma cidade quando o visito na qualidade de visitador da cidade, de ordem da Mesa da Santa Casa.

Requeiro que esta Câmara faça chegar devidamente ao conhecimento da autoridade competente a existência de tão grande corrupção. Peço que esta minha indicação seja lançada em acta da sessão de hoje desta Câmara, e logo em seguida a resolução que em consequência a mesma Câmara houver por bem adoptar.» – Angra em vereação de Abril de mil oitocentos quarenta e oito. O Vereador Mendes-Correia.

«Entrando em discussão esta indicação ou proposta, deliberou a Câmara, depois de sérias reflexões, que, quanto à primeira parte, respectiva à infracção das posturas, se officie circunstanciadamente, na sua conformidade, ao Administrador do Concelho para se fazer pontualmente executar, recomendando-lhe que ocupe nisso os oficiais de diligências da sua repartição, desde de manhã até que se abra a respectiva Secretaria, e desde manhã até que se feche até à noite, e nos domingos e dias santos desde manhã até à noite sucessivamente.

Quanto à segunda e terceira partes, que versam sobre a divagação de prostitutas com crianças e a necessidade de polícia médica, deliberou-se se levem esses ponderosos objectos ao conhecimento do Governo Civil, pedindo-lhe providências adequadas que atalhe os males existentes e a sua danosa propagação.»

Termina aqui a transcrição.

Como se conclui, as posturas camarárias eram, ao tempo, letra morta, nalguns casos. O citado Mendes Correia corajosamente atacou os problemas que conspurcavam a comunidade.

O leitor, por certo, reparou no tratamento dado aos oficiais de diligências da Administração do Concelho. Nem aos domingos e dias santos em que era rigorosamente proibido trabalhar...

n^o 12

O lazareto

Ameados do século passado foi de sério embaraço no capítulo entradas na Baía de Angra – navios e passageiros – devido à *cólera morbus e febre-amarela* que grassavam em portos da Europa e das Américas. Em Londres, a primeira das epidemias, atingiu a intensidade de ser designada por *cólera morbus asiática* ou inglesa.^[280]

Na sessão de 6 de Dezembro de 1848 considerou-se um officio do delegado da saúde pública, Dr. Nicolau Caetano Bettencourt Pita, sobre a necessidade extrema de se adoptarem providências adequadas ao objectivo de prevenirem contra essas epidemias que aparecem *«naquelas cidades marítimas onde menos se cuida na hygiene pública e que a causa deste flagelo se julga ser transmitido na atmosfera, desenvolvendo-se com maior intensidade nos sítios onde existem focos de infecção, passando-se destes para as grandes povoações»*, o Conselho de Saúde Pública do Reino determinou se informasse as autoridades administrativas nesse sentido, minutando até, articulado em seis artigos, o conjunto de medidas a tomar: a limpeza e o asseio da cidade em todo os aspectos, lembrando a conveniência de obrigar os cidadãos a varrer suas testadas todas as manhãs e que houvesse homens pagos pela Câmara incumbidos de conduzir para fora da urbe o carro com o lixo; proibir os padeiros de criar porcos nas lojas, nem os ter dentro das fábricas, assim como divagarem pelas ruas; não permitir em Angra actividades de curtumes e pelames, nem atirar para a rua com águas sujas, animais mortos e entranhas de peixe; e além das visitas aos hospitais, *«onde existe o maior asseio, sejam banidos os toques fúnebres dos sinos»*, renovando-se as disposições da postura de 6 de Agosto de 1833. Breve surgiu a reacção dos padeiros, por ver interdita a criação dos suínos na cidade, atenuando-se-lhes essa resolução.

Ao mesmo tempo que se escolhia o cais da *Figueirinha* para se construir o Lazareto,^[281] acabando-se por o fazer no *Castelinho* – onde já antes teria existido um edifício com essa função,^[282] face a Câmara ter recebido ordem que *«deve proceder-*

280. O *Angrense*, de 28 de Agosto de 1848, e seguintes, publicou os numerosos portos nessas condições.

281. O Comando Militar opôs-se que fosse construído na Figueirinha, dada a proximidade com o *Castelo*.

282. Acta de 18 de Agosto de 1849.

se aos concertos de que carece o Lazareto desta cidade»^[283] – só eram «admitidos neste porto, em cumprimento do artigo terceiro da citada portaria do Ministério do Reino, os navios procedentes dos portos de Inglaterra, e bem assim de todos os demais declarados infeccionados e suspeitos de cólera morbus, e febre-amarela. Que o mesmo procedimento houvesse, relativamente às embarcações provenientes dos dois distritos de S. Miguel, e o Faial, por isso que é constado pelas notícias chegadas destas ilhas, que nos seus portos são admitidos os navios de Inglaterra, imposto que debaixo de quarentena de observação».^[284]

Entre os portos infeccionados contavam-se os de Pernambuco e da Baía. Felizmente que as horríveis epidemias não chegaram aos Açores. Ainda nos anos noventa este Lazareto funcionou.

283. Idem de 8 de Maio de 1850.

284. O Angrense, de 23 de Abril de 1848.

n^o 13

Pregaria alta nos rodados dos carros de bois

Desde 1817 que a Câmara interditara o uso de *pregaria alta* no rodado dos carros de bois, que em muito danificava as estradas. Mas parece ter sido *letra morta* no transcurso de muitos anos. Na sessão de 3 de Janeiro de 1849 para acabar com «*tanto dano, tanto escárneo, tanto escândalo*» overeador Mendes Correia apresentou a proposta que se segue: «Desde o 1.º de Maio do corrente ano de mil oitocentos e quarenta e nove, não poderão mais cursar a estrada da Praia chamada militar –, situada neste concelho, nem entrar por outra qualquer via nesta cidade, carros cujos rodeiros não estejam construídos e ferrados com as chapas de ferro da largura de duas polegadas e três quartos e pregos embutidos nas mesmas chapas, como as posturas e a lei expressamente têm ordenado, e que por tantas vezes tem sido publicado e ordenado. Todo o carro que desde aquele dia for encontrado com a reprovada e condenada ferragem e pregadura dentro dos marcos que hão-de marcar a parte da dita estrada pertencente a este concelho, e dentro desta cidade, pagará para o cofre do mesmo concelho uma multa de doze mil réis por cada vez que este preceito infringir. Para segurança da multa será o carro incurso na pena apreendido logo, no mesmo lugar em que for encontrado, e conduzido pelo próprio carreiro, sob a guarda e segurança dos oficiais que praticarem a apreensão, a um depósito que for designado, e aí ficará, até que pelo juiz-eleito respectivo seja julgada a infracção e ordenado por mandato o levantamento do carro, procedendo-se neste caso como a lei prescreve para as infracções das posturas em geral. Nesta apreensão não se compreendem quaisquer acessórios do carro: – os bois e tudo o mais ficará à disposição do carreiro para o levar aonde quiser, podendo o mesmo, no trânsito para o lugar de depósito, ir lançar a carga que trouxe aonde a conduzia, indo sempre acompanhado para não se evadir e ir entrar logo no depósito. O carreiro que conduzir o carro achado em infracção e que, sendo intimado pelos oficiais para a condução ao depósito, recusar fazê-lo, incorrerá na pena de desobediência aos mandatos da autoridade administrativa, cominada no Código Administrativo, e será logo dada parte ao juiz-eleito na localidade para fazer o depósito legal de tudo e proceder como for de direito, salvas as acções criminais se o carreiro cometer algum acto criminoso. Fica para este fim somente entendido por cidade todo o espaço que se encerra dentro dos pontos geralmente conhecidos por – Portão de São Pedro, Chafariz Velho, Caminho fundo, Treato de São João de Deus, portão de São Bento, e ermida do Desterro».

Esta proposta que, na sessão imediata, se converteu em postura, era contra as chapas de rodas de carro estreitas com pregos pontiagudos, de cinco e mais centímetros de altura e tanto dano originava «*que não pode a Câmara ter rendas suficientes para reparar os estragos diários que os rodeiros causavam às estradas deste concelho, e às ruas desta cidade*». Era convicção do proponente que duas vezes aplicada a sanção prescrita o abuso acabaria forçosamente.

Parece, no entanto, que esta postura não teria sido considerada de início, a despeito dos seus termos enérgicos. Pelo menos é a ilação que se extrai do ofício n.º 26, do Governo Civil, de 1 de Agosto de 1851, enviado à Câmara (acta de 6 deste mês), em que insiste no sentido de se pôr cobro ao abuso, já que os proprietários dos carros continuam a usar a *pregaria alta*, com o prejuízo das estradas, dado que até então não tinham sido incomodados com o preceituado nas medidas anteriores.

n^o 14

Cemitérios

~ **Do Livramento** ~ «No ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos quarenta e nove, no dia dois do mês de Novembro, nesta cidade de Angra do Heroísmo, dia esse designado pela Câmara Municipal desta cidade, de acordo com as autoridades eclesiásticas, para receber a bênção da Igreja o Cemitério do Livramento que a mesma Câmara mandou construir em parte da cerca que fora do extinto Convento dos Capuchos, e que para isso lhe fora concedida por Sua Majestade, a Rainha, em Portaria do Ministério do Reino de oito de Abril de mil oitocentos quarenta e oito, se reuniram, no lugar do mesmo Cemitério, a Câmara Municipal e as autoridades civis, militares, judiciais e eclesiásticas, abaixo conspícuos, convidados todos para assistirem a tão religioso acto e o tornarem mais venerando e solene, e logo pelo reverendo arcediogo, ouvidor eclesiástico, Manuel Correia de Ávila, coadjuvado pelos reverendos cônegos membros do corpo capitular, e mais eclesiásticos presentes, se procedeu efectivamente à bênção do referido Cemitério com grande edificação pública, praticando-se todas as cerimónias dos ritos religioso e ortodoxo, adoptados pela Igreja. E para que isto conste, se mandou lavrar este auto, que assinam as referidas autoridades e membros da Câmara presentes, perante mim José Augusto Cabral de Melo, secretário da Câmara, que o escreveu.

– O Secretário-geral, servindo de governador civil José Inácio de Almeida Monjardino. – O Administrador do Concelho, Francisco Lúcio Duarte Reis. – O Juiz de direito da Comarca, Francisco Jerónimo Coelho e Sousa. – O ouvidor Eclesiástico, Manuel Correia de Ávila. – O Presidente da Câmara, Manuel José Pereira Bettencourt. – Joaquim José Marques Guimarães, vereador, Tomé de Castro, vereador, António da Silva Baptista, vereador, Estulano Inácio Pereira, vereador.^[285]

No interior do Cemitério postou-se uma guarda de honra, acompanhada da Banda do Regimento 5.^[286] O gradão de ferro, executado na casa Serzedelos, para o pórtico ser fechado, importou em 411\$670 réis, moeda insulana, todas as despesas incluídas, pagas por intermédio do seu correspondente em Lisboa, Jacinto Cândido da Silva.^[287] O primeiro guarda, para vigilância do Cemitério, ganhava a mensalidade de 7\$200 réis^[288].

285. Acórdão de 10 de Novembro de 1849.

286. O Angrense.

287. Idem, de 14 de Novembro de 1849.

288. Idem, de 29 de Junho de 1849.

~ *De.Nossa Senhora da Conceição* ~ A cidade cresceu e um único cemitério tornou-se insuficiente. O sítio inicialmente indicado era na Carreirinha, assunto que se tornou polémico nos jornais. Mas, ao fim e ao resto, foram os terrenos onde hoje se situa o da *Conceição* o escolhido. Não havia casas ao pé, ficava distante do povoado. O local era ideal para o efeito. Cinco contos de réis custou a sua área de 116,16 ares, comportando duas mil e quinhentas campas. A primeira referência camarária consta da acta de 14 de Dezembro de 1888. A sua construção encetou-se no primeiro de Janeiro imediato. A inauguração realizou-se em 25 de Novembro de 1889, datando do dia imediato o seu primeiro enterramento, por sinal um indivíduo da *Conceição*^[289].

289. Acta de 29 de Novembro de 1889 e registo paroquial n.º 106, de 26 de Novembro de 1889.

n^o 15*Teatro Angrense*

Onde ora se ergue o *Teatro Angrense*,^[290] na *Rua da Esperança*, existiu um *pardieiro*,^[291] que era pertença de António Tomé da Fonseca. A iniciativa da sua edificação proveio do Município e apareceu na sessão de 28 de Dezembro de 1850, pela voz de Tomás José da Silva: «*Sendo de necessidade e conveniência públicas, como a Câmara reconhece, o haver nesta cidade um Teatro, onde possam os cidadãos ter decente divertimento e simultaneamente presenciar exemplos de heroicidade (sic) e de virtudes, como acontece nas cidades mais policiadas e de maior civilização, onde há tais estabelecimentos, que os governos eficazmente promovem e auxiliam*», deliberou a Câmara se aforasse por trinta mil réis anuais o dito *pardieiro* e seu quintal.

Só mais adiante, um lustro decorrido, a ideia vingou, com o início da construção da nossa primeira sala de espectáculos, a 2 de Outubro de 1855.^[292] Inaugurada em 22 de Novembro^[293] de 1860, por uma companhia lisbonense, sob a direcção do actor Porfírio Martins e integrada por Lino Mesquita, António Mendes Leal, Joaquim Silva, Nunes da Silva Cordeiro, Maria da Assunção e Brito e Maria do Carmo.^[294] A banda de Infantaria 8 abrilhantou o acontecimento. Um soneto de José Augusto Cabral de Melo,^[295] e João Marcelino Mesquita Pimentel quatro quadras alusivas a Santa Cecília^[296] recitaram.

290. O primeiro *Teatro Angrense* da iniciativa (ao que parece), de Manuel Gonçalves Fagundes (referido a p. 102), devotado amador dramático, da *Travessa da Saúde*, inaugurado a 31 de Janeiro de 1842, com mais de trezentos lugares, mas «*defeituosíssimo para os grandes ajuntamentos: muito baixo, acanhado e falta de ar, só com duas janelas que ventilavam a plateia e a varanda das senhoras, de modo que era sumamente incómodo e até perigoso em dias de representações*».

291. Diz a história (ou a tradição) ter sido deste edifício que em 1599, ao tempo armazém das coisas vindas da Índia, se emanou o vírus da peste que grassou e tantas mortes causou. Apontado como lugar sinistro, foi votado ao ostracismo e ninguém o pretendeu jamais para ali construir fosse o que fosse. Por isso, duzentos e cinquenta anos passados, ainda estava devoluto.

292. «*No passado, o teatro era quase exclusivamente frequentado por homens. Pelo menos, senhora que se prezasse não punha lá os pés! Só depois de 1830, as respeitáveis famílias burguesas começaram a ir ao teatro. - alguma razão havia para esse retraimento da parte das senhoras: às plateias dos fins do século XVIII, faltava aquela compostura que era de desejar. Tanto assim que, em 1793, o Intendente da Polícia resolveu mandar para os teatros das ruas dos Condes e do Salitre tropas que mantivessem a ordem e acabassem com conversas e ruídos ou quaisquer desordens*» - lê-se em reportagem de *O Século*, de 9 de Novembro de 1976, firmada por Rolin de Macedo.

293. Dia de Santa Cecília. - Acto incluído no programa festivo da aclamação de D. Pedro V.

294. *As 18 Paróquias de Angra*, p. 668, do autor.

295. Pessoa douda, de notável cultura humanística, poeta ao gosto clássico, «*tão infeliz como probo e ilustre*», no dizer do Dr. Luís Ribeiro. Nasceu em 1793 e faleceu em 1871. Por último foi secretário camarário, vendo-se vários livros de acórdãos escritos por si.

296. Foi marido da poetisa Maria Guilhermina Mesquita e pais do diplomata, escritor e jornalista Alfredo de Mesquita. - Esta produção está inserida no jornal *Os Pobres*, de 27 de Novembro de 1860.

Empreendimento levado a cabo por um núcleo de accionistas, constituído por João Pereira Forjaz de Lacerda, Jacinto Cândido da Silva, Gabriel de Sousa Pereira, Álvaro Borges Fournier, António Sieuve de Seguíer, João António Nogueira, José da Silva, Francisco Lemos e Teotónio Pita.

Disponha este Teatro do cenário indispensável para funcionar. Pelos preços regulares rendia, em 1908, em cada espectáculo 250\$000 réis, moeda insulana, mas os bilhetes eram por vezes aumentados em 25-30%. A despesa aproximava-se dos 50\$000 réis, também dinheiro *fraco*, incluindo o aluguer da casa, iluminação, música, etc. Tinha 45 camarotes em três ordens, 63 cadeiras, 152 lugares de plateia e 120 de galeria. Aqui actuavam todas as companhias que visitavam os Açores, entre as quais uma lírica, as do Teatro de D. Amélia, Ginásio, Príncipe Real e Sousa Bastos, de Lisboa, e algumas do Porto, várias de zarzuela, etc. Grandes figuras da cena portuguesa nele trabalharam, como Taborda, Emília Adelaide, Ribeiro, Lucinda Simões, Palmira Bastos, Alfredo de Carvalho, etc.^[297] Condenado em 1917, sua obra de restauro começou no ano seguinte.

Actriz Maria Matos e o actor Nascimento Fernandes^[298] o reinauguraram em 19 de Março de 1926, após a sua construção, segundo o lápis do coronel Eduardo Gomes da Silva. Hoje, carecido de grandes reparações, é uma sombra quase *morta* do que foi.

297. *Diccionario do Teatro Português*, de Sousa Bastos, 1908. – Sampaio refere: «50 camarotes em três ordens, 152 lugares de plateia, 63 cadeiras, um salão no andar nobre, e de um bar no rés-do-chão. Comporta 14 camarins de exígua dimensão».

298. Com as peças *O mundo é assim* e *Os espectros* de Paulino Dias, além de um acto de versos recitados pelos *leader's* da companhia e Maria Helena, Maria das Neves, João Lopes, António Palma, Pereira Arriaga, etc. – Miguel Forjaz, em *A Arte de Talma Terceirense*, 1950 – refere que o Teatro Angrense da primeira anotação era também chamado *Teatro dos Artífices*. – Em 1830 representou-se a tragédia *Alzira* de Voltaire. Aonde? Talvez no mesmo palco em que foi posto em cena, em 31 de Julho imediato, o *Rei da Corte* e *Nova Castro*, a que assistiram os membros da Regência, no Castelo de S. João Baptista, ou seja no 4 de Abril, aniversário de D. Maria II, depois se chamou D. Pedro V? No Castelo aparecem-nos várias designações, alusivas ao mesmo teatro em épocas diferentes. *Teatro Filarmónica Angrense*, onde se situou? No Alto das Covas? Ou terá sido o *Teatro Circo?* (*A União*, de 4, 6 e 16 de Abril de 1918) «Com referência à *Arte de Talma na Ilha Terceira*, isto é, de representações teatrais, está isso, envolvido, num denso nevoeiro que não conseguimos dissipar, conquanto rebuscássemos, aturadamente, nos arquivos os elementos desejados. Do nosso trabalho, concluímos que o gosto pela *Arte de Talma*, deve, talvez, ter tido início, nas representações em palcos improvisados dos salões das nossas casas solarengas, onde predominava o entusiasmo pela cultura da poesia» – como, à guisa de prefácio, Miguel Forjaz abre o seu livro já reportado.

n^o 16

O relógio da Sé

Refere Maldonado que «*por alvará de 20 de Agosto de 1602*» foi concedido o ordenado do relojoeiro de dois moios de trigo, a requerimento do bispo D. Jerónimo Teixeira.

No termo de óbito de uma Maria da Rocha, finada em 26 de Julho de 1643, diz ser mulher de António Gonçalves, o *relojoeiro*. A expressão «o» *relojoeiro* define-o, afigura-se-nos, como sendo o contratado pela Sé para seu serviço ou o único deste mester aqui residente. Anota-se, por outro lado, no primeiro quartel do século XVII, a existência do relojoeiro Fernandes, fornecedor do relógio aludido nos acórdãos municipais de Vila do Porto, de 6 a 20 de Outubro de 1612.

O padre António Cordeiro, na *História Insulana*, que escreveu em 1714, reportando-se à paróquia da Sé, escreve: «*A segunda Freguesia (se assim podemos chamar-lhe) é a do Castelo Grande, que pelo grande relógio da Sé é que se governa, dando lá as horas com a mão uma sentinela do sino do Castelo, e no mais lá se governam, e provém, pelo seu capelão-mor, no Eclesiástico*».

Na reforma de 1832, o relojoeiro aparece integrado no quadro da Sé ainda com a mesma paga.

O relógio actual, que se via no frontispício da igreja-mãe dos Açores, construído por Paulo França, data de 1782, como a própria máquina indica. Era de pedra o mostrador primitivo e só de um ponteiro grande, alusivo às horas. Nas contas da Sé de 1857, achamos despesa de 80\$000 réis «*Com obra na casa do relógio e vidraça na respectiva casa*». Até há três anos atrás, foi este controlador do tempo assistido pelos artífices da antiga *Relojoaria Fernandes*, a S. Pedro – desde Aires Soto-Maior a Fernando Pereira.

Não apuramos, contudo, a data em que o relógio se tornou acessório camarário. O jornal *A Semana*, de 31 de Agosto de 1902, diz: «*O relógio da Sé, sobre cujas engrenagens passou mais de um século, cada vez se recusa mais a cumprir a útil missão. Têm-se alegado, sempre que se fala em consertar ou substituir aquela máquina, a falta de recursos pecuniários do Cabido da Catedral. Talvez a Câmara pudesse concorrer com alguma verga para melhorar este serviço.*»

Atento o antecedente e o facto de outrora a nomeação do assistente e o certificado do seu nível profissional depender da autoridade diocesana, habilitam a conclusões. Em 16 de Abril de 1910, João Fernandes requer atestado de competência ao engenheiro-director das Obras Públicas do Distrito, deste modo admitindo a hipótese de que então seria aquela entidade a superintender no assunto. A mais antiga referência que nos livros camarários logramos sobre o relógio da Sé reporta-se a 19 de Abril de 1916.

Mandadas executar em 14 de Janeiro de 1926, numa oficina de Sacavém, as amplas beneficiações que recebeu, inclusive o mostrador luminoso e os dois ponteiros, o relógio da Catedral voltou a funcionar a 13 de Abril de 1927.

Deixou de trabalhar, devido ao sismo de oitenta. O mostrador perdeu-se com o desmoronamento da Sé, em 5 de Julho de 1983. O relógio havia sido retirado, estando ao cuidado de Fernando Pereira, para um dia ser repostado.

n^o 17

A intervenção da edilidade na vida dos correios

Nas actas municipais de 1843 há referências à participação da Câmara na admissão de pessoal do Correio de Angra.

Na de 20 de Outubro se reporta *«um ofício do sub-inspector geral do Correio João de Sousa Pinto de Magalhães, datado de 28 de Setembro próximo passado, pedindo se informe um requerimento de Joaquim Mendes de Brito, que requer o lugar de correio assistente desta cidade, expondo-se o conceito de que o requerente goza, abonação que tem, e mais parte que o possam habilitar para exercer o dito lugar, indicando-se conjuntamente qual tem sido o serviço do actual administrador do Correio José Bernardo Lopes – ao que se mandou satisfazer abonando-se a conduta e serviços dos ditos sujeitos»*.

A de 20 de Dezembro reza que *«um requerimento do escrivão do Correio Teotónio Francisco Correia da Silva, que pede o lugar de correio assistente desta mesma cidade; e pedindo à Câmara informe sobre as qualidades e aptidão do requerente. Sobre o que se acorda que se informe esta pretensão favoravelmente, abonando-se a capacidade e serviço do mesmo requerente, acrescentando que José Bernardo Lopes, que exerce o dito emprego, se acha encarregado do arquivo das repartições extintas, de que percebe o ordenado de quatrocentos mil réis, recebendo conjuntamente cem mil réis como administrador do correio, contra a lei que não permite a acumulação de emprego»*.

Estes escrúpulos estão riscados do vocabulário dos partidos políticos que ultrapassam essa lei justa (de não permitir acumulação de encargos) e assim favorecem os seus militantes e filiados.

n^o 18

Galeria de honra

A além das dádivas ao Município, reportadas através do texto, nomeadamente as existentes no Salão Nobre, damos fé das seguintes:

~ A 2 de Junho de 1849 (sessão de 5), João Read, vice-cônsul inglês em Angra, ofereceu à Câmara “uma série de mapas das ilhas dos Açores, resultado de trabalho e investigação” do navio Styx de Sua Majestade britânica, enviados para esse fim pelo Almirantado britânico. A Edilidade agradeceu «*tão precioso mimo*».

~ O Dr. Francisco Jerónimo da Silva fez presente à Câmara dos seus livros, que foram os primeiros da Biblioteca Municipal de Angra, dando lugar à sua fundação. Nasceu nesta cidade em 30 de Dezembro de 1807 e finou-se em Lisboa em 2 de Novembro de 1871. Professor da história universal em Braga e juiz de fora em Ponte de Lima, ainda exercendo advocacia no Porto e na capital. Poeta também de fino quilate, da sua autoria é o soneto alusivo à lenda de um espanhol e de uma freira que, apaixonados e escorraçados do mundo, se refugiaram na solidão agreste da serra, tendo vivido, segundo se crê, mais ou menos no lugar do Zanganho, Gerês, onde se lê o dito soneto, para ali transferida a lápide que o insere nos últimos anos sessenta e que estava exposta junto do templo do Bom Jesus do Monte, em Braga.

~ Homenageado pela Câmara de Angra, descerrando-lhes o retrato, em 25 de Setembro de 1902, Francisco Joaquim Moniz Bettencourt, em sinal de agradecimento por lhe ter oferecido a sua biblioteca privada, constituída por três mil volumes. Nasceu na Praia da Vitória em 8 de Dezembro de 1847 e faleceu em Évora em 9 de Setembro de 1905. Jornalista, poeta e escritor, usava o pseudónimo de *Mendo Bem*.

Medalha de ouro da cidade com colar

Distinção até agora conferida:

~ Ao engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas de 1954 a 1967, em 7 de Novembro de 1963.^[299] Morreu em Lisboa, a 11 de Agosto de 1982.

~ Ao tenente-coronel José Agostinho, cientista terceirense, em 29 de Abril de 1961. Faleceu em Angra, a 17 de Agosto de 1978.^[300]

~ A Tulare, *Cidade Irmã* na Califórnia, em 13 de Abril de 1963.

Medalha de prata

~ À Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra, em 12 de Maio de 1983.

Medalha municipal

~ A D. Ana Sieuve Rocha Alves, na sessão de 24 de Novembro de 1983, pelos relevantes serviços prestados à sociedade angrense.

Cidadãos honorários

~ Coronel Fernando dos Santos Costa, Ministro da Guerra, a 7 de Janeiro de 1948. Falecido.

~ D. José Vieira Alvernaz, Patriarca das Índias, nado no Pico, em 6 de Junho de 1957.*

~ Capitão Piedade Vaz, maestro e compositor musical, natural de Bragança. Desembarcou em Angra em 1919. Nomeado em 1 de Outubro de 1970. Faleceu em 21 de julho de 1972.

~ Viriato da Costa Garrett, médico-cirurgião. Oriundo de Mafra. Chegou a Angra em Outubro de 1941. Na sessão de 19 de Agosto de 1974.

299. Ainda lhe foi outorgado o título de *cidadão honorário* de Angra. - No vazio pela demolição da antiga cadeia e desaparecimento do Mercado de S. Sebastião, nasceu a elegante *Praceta*, que em 7 de Dezembro de 1969 se inaugurou, tendo Arantes e Oliveira por patrono. Mas em 1 de Agosto de 1974, aquele logradouro passou a designar-se *Praça Doutor Sousa Júnior*. Dias antes, indivíduos sem responsabilidade tiraram o busto daquele estadista, que se via no centro da Praça, ora se achando no Museu de Angra. Só resta, no lugar próprio, o respectivo plinto.

300. A Câmara Municipal deu também o nome de *José Agostinho* à artéria que ostentava o nome de *Avenida Frederico Ulrich*, em 25 de Fevereiro de 1977.

~ Manuel de Sousa Mancebo. Industrial em Tulare, Califórnia. Nasceu em S. Jorge. Emigrou em 1922. Em reunião de 28 de Maio de 1981.

~ Henrique Rodrigues da Rocha, Monsenhor. Nado na Graciosa e residente em Bristol, Estados Unidos. Aposentado. Emigrou em 1937. Em 28 de Maio de 1981.

~ Hélio Cardoso Flores Brasil, Médico-Cirurgião. Angrense. Em 25 de Junho de 1981.**

~ Cândido Pamplona Forjaz. Angrense. Professor liceal aposentado. Em 25 de Junho de 1981.^{[301]**}

~ José Gabriel Mendonça Correia da Cunha. Agrónomo. Vive em Lisboa. Na mesma sessão de 25 de Junho de 1981.^[302]

~ Joaquim Gomes da Cunha, jornalista (Pedro de Merelim). Natural de Braga. Desembarcou na Terceira em 28 de Maio de 1941, como militar expedicionário. Em sessão camarária de 2 de Julho de 1981.****

301. Não nos pareceu apropriado. Se a Edilidade os queria distinguir, sim senhor, mas com outra espécie de homenagem. Porque são Angrenses.

302. Idem.

Notas de editor:

*Faleceu em Angra do Heroísmo a 13 de março de 1986;

** Faleceu em Angra do Heroísmo a 17 de março de 2003.

*** Faleceu em Angra do Heroísmo a 14 de novembro de 1987.

**** Autor desta obra, faleceu a 27 de novembro de 2001.

n^o 19

Depois do «25 de Abril»

O povo trabalhador – que apenas pretende viver em paz, sem paixões de *esquerda* nem de *direita*, e até os moderados ideologicamente – foi com certo optimismo que recebeu a queda do regime instaurado em 28 de maio de 1926 tão cansado estava dele, mas não tardou muito a reconhecer que a democracia traz somente proveito a *alguns*, em prejuízo de quase todos. Os pobres e os remediados são os únicos a *apertar o cinto*... A classe média ainda tem sobre si a obrigatoriedade de pagar os impostos fiscais, porque os ricos acautelam no estrangeiro seus dinheiros...

O «25 de Abril» de 1974 trouxe profunda mudança na gerência da Municipalidade. O Dr. Francisco Moniz de Oliveira, logo se demitiu do cargo de Presidente, permanecendo a Vereação contudo no seu lugar, até se formar uma Comissão Administrativa que assumisse o poder. Assim continuaram exercendo funções: Luís Portugal Magalhães Brandão, subindo para a Presidência; Francisco Soares Laranjeira, Dr. Henrique Vieira de Areia, Rui Manuel Ferraz Ornelas, Francisco de Freitas Martins e José Fernandes da Costa Louro.

A Comissão Administrativa só veio a estabelecer-se em 19 de Setembro de 1974, sendo presidida por Emanuel Félix Borges da Silva e a Vereação constituída por Fernando Neto Cristóvão, Henrique de Sousa Barcelos, Homero Martins Figo, João António de Sousa Dias, José Joaquim, Luís Carlos de Noronha Bretão e Maximino Amâncio Borges, das várias cores políticas.

Data de 3 de Janeiro de 1977 a tomada de posse da primeira Vereação eleita, constitucional portanto, contando quatro PSD e três do PS, a saber: Leopoldino da Rocha Tavares, Presidente; António Armando da Costa Machado, Adelino Paim de Lima Andrade, Manuel da Rocha Coelho e Melo, Ildefonso Manuel Pereira da Silva, Manuel Henrique Coelho Gil e Paulina Sanches da Conceição Santos Sodré.

O actual mandato* está a cargo, desde 1 de Janeiro de 1983, de: Leopoldino da Rocha Tavares (Presidente), do PSD; Luís Carlos de Noronha Bretão, independente, proposto pelo PS; António dos Santos Caiado (PSD), Manuel Fernando da Silva (PS), Duarte Mendes (PSD), Pedro Lima (PSD) e José Manuel Bettencourt (PS).

*Nota de editor: Texto publicado em 1984.

n^o 20

Quebra dos escudos

Desde tempos imemoriais que em Portugal prestavam honras fúnebres originais aos reis quando morriam. Diz a tradição que o uso já fora transmitido pelas hostes que combateram em Ourique e venceram cinco reis mouros como a história aponta, ali mesmo aclamado Afonso Henriques primeiro rei português (Drummond, *An.*, II, p. 259, nota 34). Embora não falte quem recuse veracidade a tal batalha, de qualquer forma o facto, mito ou realidade, serve para aferir quão antiquíssima era a sua prática.

Miguel de Moura, na crónica do Cardeal-Rei, alude a estas exéquias por D. Sebastião. De invulgar pompa fúnebre ter-se-iam revestido as solenidades levadas a efeito pela Câmara de Angra, em honra de D. José, como deixa subentender o acórdão de 27 de Março de 1782, em que o procurador do Concelho, José Cristóvão Soares, recebeu para as despesas 3.194\$169 réis – aluguer de fazendas, compras, etc.

De D. João IV, perecido em 6 de Novembro de 1657, só chegou notícia a Angra a 11 de Janeiro seguinte. Nos livros do Município também pouco consta da *quebra dos escudos*. Maldonado refere que circunstanciado e eloquente relatório do Dr. Lopo Moreno Dias refere o acontecimento. O capelão-mor da igreja do Castelo de S. João Baptista ocupa-se da parte religiosa: «*Cantou-se o ofício de dois coros de música celebrando missa o Dr. Francisco Loureiro, deão da Sé. Pregou o padre Manuel Fernandes, visitador dos colégios, que por suas raras virtudes e ciência faleceu confessor de D. Pedro no ano de 1693. O mesmo se fez depois no Castelo alguns dias depois, e com os irmãos da Misericórdia se fez Procissão. À noite houve encamisada pelas ruas da cidade*». O doc. HH dos *Anais*, vol. II, p. 347, transcreve o *Edital da aclamação de Afonso VI em Angra*).

Coube ao escrivão Vicente Pereira de Matos a primazia de nos livros dos acórdãos municipais arquivar em que consistia a *quebra dos escudos* nesta cidade, à semelhança do Continente. Antes dele ninguém se dera ao trabalho de o fazer. E, no texto adiante, é patente a sua discrição, tal o pormenor, em falar para a história.

Homenagens fúnebres por morte de D. Maria I

Faleceu na corte do Rio de Janeiro, a rainha D. Maria I, a 20 de Março de 1816. E embora desde 29 de Julho já em Angra se soubesse a infausta nova (particularmente), a

notícia oficial só chegou a 20 de Outubro, à noite, apenas as salvas fúnebres dos dois Castelos hajam rompido às seis horas da manhã do dia seguinte, que prosseguiram de quarto em quarto de hora até à meia-noite. E às três horas da tarde principiou o dobre de sinos de todas as igrejas da cidade até às vinte, e depois da madrugada até ao terceiro dia. E conforme Edital (que Drumond arquivou nos *Anais*, no Documento RRR, vol. III, p. 118, o escrivão da Edilidade, Vicente Pereira Martins, prontificou os lutos e todo o necessário para a acção do pranto, que era devido a uma soberana.

Oluto foi tão rigoroso na casa da Câmara – lê-se o acórdão – que se cobriu a mesa com treze côvados de pano preto; cobriram-se os arquibancos de baeta preta, e debaixo deles em lugar da alcatifa era tafetá preto. Fizeram-se três tabernáculos de três degraus, que o pavimento tinha cinco palmos em quadro; fizeram-se três escudos, e doze varas, que tudo se tingiu de preto com as armas reais. Preparado tudo, *«mandei eu escrivão armar a sala da câmara toda de fazendas pretas, para o que o senado nada despendeu, porque eu as pedi emprestadas ao negociante Thomé de Castro, e Luís de Castro, e ao tesoureiro da câmara Silvestre Pereira d’Amaral. Forrou-se com todas as fazendas toda a sala d’ante os capitéis; pôs-se um cortinado de damasco preto que pedi na Sé, no oratório da câmara um pontifical preto no altar, e seis círios acesos; as janelas e portas da câmara por dentro com cortinados de durante preto; e pela parte de fora na guinda do canto que deita para a praça se pôs um grande cortinado de lila, e uma baeta pela grade abaixo das ditas janelas, o que demonstrava a acção mais fúnebre e majestosa. Na véspera à noite, depois das Ave-Marias, mandei tocar o sino da cadeia uma hora, e na madrugada principiou a tocar às quatro horas e a dobrar; e assim continuou alternativamente tocando uma hora, e descansando outra hora, até se efetuar a acção.»*

No dia destinado, *«logo às seis da manhã, atiraram os castelos uma peça cada um, e assim continuaram de 4.º em 4.º de hora até o meio dia que se acabou a acção. Puseram-se os três tabernáculos nos seus lugares logo às seis horas da manhã, um na rua da Sé defronte da rua da Esperança entre as ruas coberto com quatro côvados de baeta preta bem larga, e uma sentinela ao pé, pôs-se outro tabernáculo no largo do palácio do governo, e outro também, com outra tanta baeta, e outra sentinela ao pé, e pôs-se o último tabernáculo na praça coberto da mesma baeta com outra sentinela. Este dia fez-se mais solene e aparatoso, apesar de infundir tristeza, por ser solenizado por outro e edital dos almotacés que se não abrissem tendas, nem lojas de fazendas, nem finalmente apareceriam na cidade pessoas algumas empregadas em ofícios mecânicos, o que fez guardar o dia, desde a manhã até à noite com grande majestade. Preparado assim tudo, como tenho declarado, saiu o senado da câmara às dez horas e três quartos da manhã sobredita em uma processão, precedida de duas alas, pela maneira seguinte. Saiu o alferes do estandarte Francisco de Meneses Lemos e Carvalho^[303] da casa da câmara, vestido de pesado luto, capa e abeta preta, chapéu desabado, fumo largo caído até aos pés, com a bandeira na mão pela escada da câmara abaixo, e no topo dela estava um cavalo coberto com cinco côvados de baeta preta bem larga, que o cobria desde o rabicho até às orelhas, e chegando ao pé dele lhe pegou na haste da bandeira o pajem que lha costumava levar, e ele se montou*

303. Francisco de Meneses Melo e Carvalho casou com D. Maria Amália, irmã de Garrett.

no dito cavalo, e logo tomou a bandeira, e a deitou sobre o ombro, de sorte que ia a rasto pelas ruas; a bandeira era grande, porque foi feita com cinco côvados de baeta preta, levando as armas reais de uma parte, e a cruz de Cristo na outra; porém estas cobertas com um fumo. Montado assim a cavalo, e referido alferes saiu adiante das duas alas que se formaram na praça, a saber por ambos os lados todos os juizes e escrivães de ofícios mecânicos, e no fim os mestres, dois em cada ala; seguiam-se depois os oficiais de justiça, e escrivães do geral, e correição, todos de capa de baeta preta, chapéus desabados, e fumos grandes de um e outro lado, e atrás destes de um lado o alcaide geral de vara branca na mão, capa preta e chapéu desabado, o fumo comprido, e noutro lado o escrivão das armas com o mesmo luto, e uma saca preta no braço; depois seguia-se a nobreza por um e outro lado, e alguns da governança de capas pretas atrás daqueles, e logo depois destes os dois almotacés actuais de capas pretas, chapéus desabados, e fumos com varas pretas nas mãos; e também o guarda-mor da saúde com o mesmo luto, vara preta na mão também de um lado, e fechava esta procissão a câmara, levando os três vereadores cada qual seu escudo no braço; saiu assim esta acção pela rua do colégio, e foi ter ao largo do palácio, no qual fizeram as duas alas uma praça vazia, estando o tabernáculo no meio desta praça fizeram uma pequena pausa até ficar tudo em sossego, quando eu saí com o vereador mais velho até ao tabernáculo, e ao pé dele tiramos os chapéus, e fizemos vénia, e subido o dito vereador ao tabernáculo, e chegando acima tirou o chapéu, fez continência ao general que estava na janela, e depois ao senado, e mais povo, e entregou o chapéu, e vara ao alcaide que estava ao pé do tabernáculo.^[304] E mais não escreveu. Talvez por esquecimento. Mas entende-se que, como era da praxe, por certo não faltaram as palavras, usadas em semelhantes ocasiões: «*Chorai povo, chorai nobres, chorai todos a morte da nossa mãe rainha*». Noutro dia, tiveram lugar os ofícios religiosos, com música a dois coros. Fr. Tomás do Rosário recitou a oração fúnebre.

Preito à memória de D. Maria II

Quando a rainha D. Maria II faleceu, de parto, em 15 de Novembro de 1853, cerca de mil pessoas participaram na *Quebra dos Escudos* em Angra, a 3 de Dezembro. O *Angrense* de 8 de Dezembro e «*números*» seguintes insere copiosa reportagem do acontecimento, assinalado por Portugal Ribeiro.

Era o préstito formado por duas alas, conforme o programa, da maneira seguinte: Na frente iam dois oficiais de diligências da Câmara, e entre eles, um empregado do município com uma saca preta para receber os fragmentos dos escudos; iam depois os juizes eleitos, juizes de paz e regedores da paróquia, logo após os advogados públicos e em seguimento os proprietários e mais cidadãos convidados, sem distinção de classes, o reitor e lentes do liceu e professores de primeiras letras, os chefes das repartições públicas com os seus empregados respectivos, os vice-cônsules de diversas nações estrangeiras; os reverendos eclesiásticos; seguia-se a Câmara

304. Fls. 60, "cópia do aviso régio", acta municipal, L.º 1799-1819.

Municipal composta de Frederico Ferreira Campos, comendador Aniceto António dos Santos, visconde de Bruges, Dr. José Augusto Nogueira Sampaio, António José Vieira Rodrigues Fartura Júnior e António da Silva Baptista, o qual levava de rojo uma bandeira preta com as armas do Município cobertas de crepes faltando o Presidente João Toste Parreira por doente; depois o governador civil e seu secretário; o barão de Bastos, general comandante da 10.^a Divisão, com o seu ajudante de ordens e chefe do estado-maior; o juiz de Direito, juiz ordinário, delegado do procurador régio e subdelegado da Praia da Vitória, o administrador do Concelho com seu escrivão; o ouvidor eclesiástico; o deão Presidente do Cabido; os oficiais do estado-maior e mais oficialidade militar, fechando o préstito o primeiro batalhão do regimento 5.^o de Infantaria, seguido de grande número de concorrentes.

O préstito dirigiu-se primeiramente ao Largo 22 de Junho em frente do palácio do governo civil, onde o vereador António José Vieira Rodrigues Fartura Júnior, subindo ao tablado, quebrou o primeiro escudo, alçando a voz e pronunciando estas tristes palavras: «*Chorai, portugueses, a morte da nossa rainha a Sr.^a D. Maria II!*» Depois seguiu, pela rua do Rego, ao Largo das Covas, onde foi quebrado do mesmo modo o segundo escudo pelo vereador José Augusto Nogueira Sampaio repetindo aquelas mesmas palavras, caminhando ultimamente pela Rua da Sé em direcção à Praça da Restauração onde o vereador Aniceto António dos Santos quebrou igualmente o terceiro escudo, proferindo as mesmas palavras.

Após isto, a Câmara Municipal, assim como as diversas autoridades, tomaram Alugar na mesma praça, e logo, metendo em linha o primeiro batalhão do regimento 5.^o de Infantaria, comandado pelo brigadeiro Francisco de Paula Cárceres, deu as três descargas do costume. Durante toda a esta solenidade os sinos de todos os campanários da cidade, como o da Câmara, estiveram a dobrar, e do Castelo de S. João Baptista se deram tiros de artilharia, de quarto em quarto de hora.

As bandeiras das fortalezas, casas consulares e navios surtos no porto, Aconservavam em funeral, bem como uma que se fez colocar para esse fim na Praça D. Pedro IV onde se está erigindo o monumento ao imortal duque de Bragança e a da Câmara esteve todo o dia em uma das janelas dos Paços do Concelho, excepto na ocasião do préstito. Todas as lojas e estabelecimentos públicos da cidade estiveram fechados neste dia, desde as nove horas da manhã, cumprindo assim exactamente o determinado no edital da Câmara, de 26 de Novembro. D. Maria II, a segunda rainha reinante, nasceu no palácio de Cristóvão, no Rio de Janeiro.

Trajes

Chapéu de abas largas coberto de merino preto. Gravata preta de merino, de pontas. Bacalhaus de escomilha muito anilada. Colete de casimira preta. Calções de merino preto com fivela preta. Capa de lila preta ou merino, comprida. Fumo no chapéu, caído do lado esquerdo até a abaixo dos joelhos.

n^o 21***Subida ao trono de Sua Majestade El-Rei
D. Pedro V, cognominado de «Esperançoso»***

“No anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de mil oitocentos cincoenta e cinco, aos trinta dias do mez de Setembro, nos Paços do Concelho d'esta muito nobre leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo, reunida a Câmara municipal em sessão publica, presentes o excellentissimo Governador-Civil o Conselheiro Nicolau Anastácio Bettencourt, o excellentissimo Barão de Bastos, Bridageiro comandante da 10.^a Divisão militar, o Doutor Juiz de Direito Verissimo Ferreira Chaves, o reverendo Ouvidor eclesiástico o Arcediago Manoel Corrêa d'Avila, o Administrador do Concelho João Augusto de Bettencourt Pita, o Governador do Castello de São-João-Baptista o Brigadeiro Francisco de Paula Caceres, Officiaes militares, funcionarios, empregados publicos, e muitos cidadãos de varias classes, todos abaixo assignados, para ter logar o auto solemne da Acclamação de Sua Majestade El-Rei o Senhor Dom Pedro Quinto, foi pelo Presidente da Câmara o excellentissimo Visconde de Bruges, mandado lêr pelo respectivo escrivão o Decreto de Sua Majestade El-Rei Regente de vinte e nove de Agosto ultimo e Alvará do Govêrno-Civil de vinte e um do corrente mez que designou este dia para a referida solemnidade: - depois do que o mesmo Presidente, como orgam da Câmara, pronunciou em alta voz: «A Câmara municipal da muito nobre leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo acclama a Sua Majestade o Senhor Dom Pedro Quinto Rei de Portugal e seus dominios!» - o que foi aplaudido por todas as auctoridades e mais pessoas presentes; e, chegando à janela principal e movendo a Bandeira d'este municipio, repetiu as mesmas palavras expressadas, ante o povo e tropa que se achava em frente dos Paços do Concelho, levantando tres vivas à excelsa Pessoa do Rei, que por todos foram correspondidos com o mais vivo prazer e enthusiasmo geral; ficando assim solemneamente acclamado o mesmo augusto Senhor e inaugurado o seu esperançoso reinado n'esta cidade e respectivo Concelho. Do que para constar se lavrou este auto, que todos os Vereadores, auctoridades publicas, funcionarios, e mais pessoas presentes, assignam. Eu José Augusto Cabral de Mello, escrivão da Câmara, o escrevi e também assigno.”

Visconde de Bruges
D. Henrique de Brito do Rio
Joaquim José Marques Guimarães

Vereadores
Agostinho da Costa Monteiro
António Sieuve de Seguiet Camello Borges
Eustáquio Francisco d'Andrade
João Toste Parreira

O Governador Civil Nicolau Anastácio de Bettencourt
Barão de Bastos, brigadeiro C. da 10.^a Divisão
Verissimo Ferreira Chaves, Juiz de Direito

Seguem-se mais de duzentas assinaturas.

Honras fúnebres por D. Pedro V

O malogrado D. Pedro V, que num curto reinado se evidenciou, morreu em Lisboa em 11 de Novembro de 1861, aos vinte e quatro anos de idade. A cerimónia do *quebra escudos* foi anunciada pelo *Bando* no dia 11 de Dezembro e realizada no dia 13. Extraída do periódico *A Terceira*, n.º 156.

Saiu o préstito dos Paços do Concelho em duas alas, pelas 11 horas da manhã, e dirigindo-se ao Largo 22 de Junho, em frente do palácio do Governo Civil, foi ali quebrado o primeiro escudo pelo vice-Presidente da Câmara Luís António Parreira. Seguiu depois pela Rua do Palácio pra a Rua do Rego, e parando no Largo Onze de Agosto foi quebrado o segundo escudo pelo vereador da Câmara Francisco Bettencourt Pereira e Melo. Desceu depois pela Rua da Sé até à Praça da Restauração, onde foi quebrado o terceiro escudo pelo vereador da Câmara Frederico Ferreira de Campos. Seguiu finalmente pela rua Direita em direcção ao Largo Prior do Crato, continuou pela Rua da Esperança até se recolher nos Paços do Concelho.

Na frente do préstito iam dois zeladores da Câmara, e entre eles um empregado do Município com a saca preta que serviu para arrecadar os fragmentos dos escudos quebrados, e seguidamente:

Os Escrivões dos diferentes juizes e Tabeliães públicos.
 – *Juizes eleitos, Juizes de Paz e Regedores de Paróquia.*
 – *Advogados públicos da Comarca. Proprietários e mais cidadãos convidados.* – *Reitor e Lentes do Liceu e Professores de primeiras letras.* – *Chefes das Repartições Públicas, com os empregados respectivos.* – *Vice-Cônsules de Nações Estrangeiras.* – *O Clero.* – *Conselho de Distrito, e Conselho Municipal.* *Devia seguir-se o Bispo da Diocese o qual não compareceu* – *Secretário-geral, servindo de Governador Civil* – *Juizes substitutos de Direito* – *Delegado do Procurador Régio* – *Administrador do Concelho com sua Escrivão* – *Associação Comercial* – *Deão e mais dignidades da Cathedral.* *A Câmara Municipal, indo adiante a cavalo*

o vereador António Sieuve de Seguiet Camelo Borges, com a Bandeira do Município coberta de crepes. O general Comandante da 10.^a Divisão Militar, Estado-Maior, e mais oficialidade. A tropa de linha em disponibilidade. O Administrador do Concelho foi encarregado pela Câmara de dirigir e regular o préstito, sendo coadjuvado neste trabalho pelo Regedor de Santa Luzia o Dr. Major Joaquim Maria Pamplona. Os Paços do Concelho achavam-se forrados do mais pesado luto. A Câmara com capas, chapéus desabados e fumos caídos empunhavam varas pretas.

Outras demonstrações de sentimento: no dia 10, o Par do Reino Visconde de Bruges, mandou dizer pelo Capelão uma Missa na igreja de Santo António dos Capuchos. E nesse dia ofereceu a cada uma das 24 asiladas, um vestido preto em memória dos 24 anos de idade com que o Rei faleceu, além de um abundante jantar a todos os asilados.

Com o templo cheio pelas autoridades civis e militares, judiciais e fiscais e empregados públicos das diversas repartições, celebrou-se Missa de *Requiem* na Misericórdia. O dia das exéquias solenes na Sé foi em 20.

Entre os Apontamentos de *El-Rei o Senhor D. Pedro V* acharam o de uma mesada de cinquenta libras que estava mandando dar a seu Augusto tio o Sr. D. Miguel de Bragança.

nº 22

***Auto de aclamação de Sua Majestade
El-Rei o Senhor D. Luiz I***

No anno do nascimento de nosso Senhor Jesus-Christo de mil oitocentos sessenta e dois, aos vinte e nove dias do mez de Janeiro, nos Paços do Concelho d'esta muito nobre leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo, reunida a Câmara municipal em sessão publica e solemne, presentes o excellentissimo e reverendissimo Bispo d'esta Diocese Dom Frei Estevam de Jesus Maria, o excellentissimo Governador-Civil Jacome de Bruges, o Juiz de Direito substituto Manoel Augusto Coelho Borges, não comparecendo o excellentissimo Barão de Bastos marechal commandante da 10.^a Divisão militar por doente, como participou, presentes tambem os membros do Conselho do Districto, o Secretário Gerla, o Administrador do Concelho, os vogaes do Conselho municipal, o Delegado do Procurador Regio, o Delegado do Thesouro, o Governador do Castello de São-João-Baptista, o Director das Obras-Publicas, os Professores do Lyceo, o Deão e mais Dignidades e Conegos da Sé Cathedral, e outros muitos reverendos ecclesiasticos, officiaes militares, funcionarios, para se realizar o acto solemne da aclamação de Sua Majestade El-Rei o Senhor Dom Luiz Primeiro, estando tambem presentes, por convite da Câmara, os vice-consules de nações estrangeiras, foi pelo Presidente da Câmara, o excellentissimo Visconde de Bruges, mandado ler pelo respectivo escrivão o Decreto de Sua Majestade de seis de Dezembro ultimo, e o Alvará do Governo-Civil d'este Districto de dezasseis do corrente mez, que designou este dia, declarado de grande gala, para a referida solemnidade nacional, depois do que o mesmo Presidente, como organ da Câmara, pronunciou em alta voz: «A Câmara municipal da muito nobre leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo aclama Rei de Portugal ao Muito Alto, Muito poderoso e Fidelissimo Senhor Dom Luiz Primeiro;» – o que foi applaudido por todas as auctoridades e mais pessoas presentes, e, desenrolando a Bandeira do Municipio e chegando à janella principal, repetiu aquellas mesmas solemnes palavras ante o povo e a tropa que se achava em frente dos Paços do Concelho, levantando tres vivas à Excelsa Pessoa do Rei, que por todos foram correspondidos com o mais vivo prazer e enthusiasmo, ficando assim solemneamente aclamado o mesmo augusto Senhor e inaugurado o seu esperançoso reinado n'esta cidade e respectivo Concelho. – Do que para constar se lavrou este auto, que todos os vereadores, auctoridades, funcionarios, e mais cidadãos presentes, de várias classes, assignam, perante mim José Augusto Cabral de Mello, escrivão da Câmara, que escrevi a tambem assigno.

Visconde de Bruges – Presidente
João Antonio Nogueira – Vice-Presidente

Vereadores

José Maria Parreira
Francisco Luiz Frões
Francisco d'Azevedo Cabral
Manuel de Barcelos Machado Carvalhal

Francisco Monteiro de Castro
José Augusto Cabral de Mello, Escrivão
Estevão Bispo d'Angra
Governador Civil, Jacome de Bruges

n^o 23

Auto de aclamação de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Carlos I

“No anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitentos e noventa, aos dezoito dias do mez de janeiro, nos Paços do Concelho da muito nobre, leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo, se reuniu a Câmara Municipal em sessão publica e solemne, com as ex.mas autoridades, corporações, corpo consular, funcionarios publicos, officiaes militares e cidadãos abaixo assignados, o fim de se proceder ao acto solemne da aclamação de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Carlos 1.^o

Aberta a sessão, mandou o Presidente da Câmara, ex.ma Vital de Bettencourt Vasconcelos e Lemos, ler o Decreto de 11 de dezembro do anno findo, e alvará do Governo Civil d'este districto de 27 do mez referido, que designa o dia de hoje, considerado de grande gala, para ter lugar e referida solemnidade; depois do que o mesmo Sr. Presidente, como organ da Câmara, pronunciou em voz alta: «A Câmara municipal da muito nobre, leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo aclama Rei de Portugal ao muito alto muito poderoso e fidelissimo senhor D. Carlos 1.^o;» o que foi aplaudido por todos os circunstantes; e chegando a uma das janellas do Salão Nobre, desfraldando a bandeira do município, repetiu as mesmas solemnes palavras, levantando tres vivas à excelsa pessoa do Rei, que foram correspondidas pelo povo e tropa que se achavam frente dos Paços do Concelho; ficando assim solemnemente aclamado o mesmo Augusto Senhor e inaugurado o seu esperançoso reinado n'este concelho.

De que para constar se lavrou este auto que todos os vereadores, autoridades, funcionarios e mais cidadãos presentes assignam perante mim e comigo José Sebastião de Castro do Canto, secretário da Câmara, que o escreveu.

Vital de Bett. Vasconcellos e Lemos
Pedro de Meneses Parreira
António Casimiro Mourato
António Martins Pamplona de Miranda
Heitor Homem da Costa Noronha
António Borges Leal Corte Real
Sebastião Cardoso Pamplona
O Governador Civil Visconde de N. S. das Mercês
Miguel Coelho
Conde Sieuve de Meneses

Seguem-se mais de trezentas assinaturas.

n^o 24***Auto de aclamação de Sua Majestade
El-Rei o Senhor D. Manuel II***

66

No anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e oito, aos treze dias do mez de maio; nos Paços do Concelho da muito nobre, leal e sempre constante cidade d'Angra do Heroísmo se reuniu a Câmara Municipal em sessão pública, sob a presidência do Exmo. Dr. Pedro Alvares da Câmara Paim de Bruges, vice-Presidente em exercício, com assistencia das ex.mas autoridades, corpo consular, funcionarios publicos e cidadãos que abaixo vão assignar, para o fim de se proceder ao acto solemne da aclamação de Sua Magestade El-Rei o Senhor d. Manoel II.

Aberta a sessão mandou o Snr. Presidente ler o officio do ex.mo Governador Civil, datado de 6 do corrente, em que designa o dia de hoje para ter lugar n'este districto a solemnidade referida, depois do que o mesmo Snr. Presidente pronunciou em voz alta:

«A Câmara municipal da Muito nobre, leal e sempre constante cidade d'Angra do Heroísmo aclama Rei de Portugal ao muito alto, poderoso e fidelissimo Senhor D. Manoel II» levantando tres vivas à excelsa pessoa de Sua Magestade, que foram entusiasticamente correspondidas por todos os circunstantes, ficando assim solemneamente aclamado o mesmo Augusto Senhor, e inaugurado o seu esperançoso reinado n'este concelho.

Do que para constar se lavrou o presente auto que todos assignam perante mim e comigo José Sebastião de Canto do Castro, secretário da Câmara que o subscrevi e assigno.

*Pedro Alvares da Câmara Paim de Bruges
Cândido de Meneses Pacheco de Mello Forjaz de Lacerda
Francisco José da Costa Vidal
Emílio Borges d'Avila
Francisco Pamplona Corte Real
José Joaquim de Oliveira Braz
João Carlos da Silva Nogueira – Governador Civil
Bettencourt Barcelos Machado – Administrador do Concelho
Elias José Ribeiro – General Comandante Militar dos Açores
José Martiniano Dias Silveira – Juiz de Direito”*

Seguem-se mais de quinhentas assinaturas.

nº 25

Auto de proclamação da República Portuguesa

“Aos desesseis dias do mez d’outubro do anno de mil novecentos e dez, nos Paços do Concelho da muito nobre, leal e sempre constante cidade d’Angra do Heroísmo, se reuniu em sessão publica e solemne a Comissão administrativa Municipal, nomeada em nome do Governo Provisório da Republica Portuguesa, sob a presidência do cidadão Álvaro António de Bulhão Pato, com assistência do cidadão Governador Civil, autoridade, funcionarios públicos e cidadãos, que abaixo se assignam, para o fim de se proceder ao acto da proclamação da mencionada Republica, cujo regimen foi implantado no memorável dia 5 d’este mez.

Aberta a sessão, mandou o cidadão Presidente ler o officio do Chefe do districto, em que designa o dia d’hoje para se realizar a referida solemnidade.

Em seguida uzou a palavra o cidadão Governador Civil, referindo-se com phrases eloquentes e de elevado civismo ao acto de que se tractara, a proclamação da Republica, cujo regimen fora conquistado em Portugal pelo esforço valoroso do povo, do exercito e da armada; affirmando estar convicto de que as novas instituições, regimen de paz e justiça farão e felicidade do povo portuguez.

Dicursou igualmente o cidadão Presidente da Comissão Municipal, saudando os municipes e em especial a mocidade portugueza, por estar a esta confiado o futuro da patria; assegurando que a Republica é um regimen de harmonia onde cabem todas as ideias e todas as dedicações.

Depois do que pronunciou em voz alta; «A Câmara Municipal da muito nobre, leal e sempre constante cidade d’Angra do Heroísmo proclama a Republica Portuguesa», levantando uma viva à Republica, que foi entusiasticamente correspondido por todos os assistentes; e dirigindo-se a uma das janelas do paço Municipal, desfraldando a bandeira republicana, repetiu as mesmas palavras, levantando vivas patrioticos que foram calorosamente acompanhados pelas circunstancias, ficando assim solemne e publicamente proclamada a mesma Republica e inaugurado n’este concelho o seu regimen.

Do que para constar se lavrou o presente auto que eu José Sebastião de Castro do Canto escrevi, como secretário da Câmara Municipal.”

*Alvaro Antonio de Bulhão Pato
João Manuel Monteiro
Amadeu Monjardino
Manoel Francisco dos Reis e Almeida
Oscar Corrêa Cardoso*

*João Carvalhal do Canto Brum
António Moniz Lourenço de Canto
Francisco Lucio Fagundes Junior
Henrique Braz
Manoel de Mesquita*

Seguem-se quatrocentas e noventa assinaturas.

nº 26

O corpo de municipais durou vinte anos

A 17 de Abril de 1901, em razão da hostilidade popular, reflexo do célebre «*caso Calmon*»³⁰⁵ foram expulsos os padres jesuítas Francisco Pereira e Justino de Araújo da casa da Graça, que por escritura de 13 de julho de 1895 a tinham adquirido, a fim de «*estabelecer um colégio para alunos internos, semi-internos e externos*».

No primeiro aniversário da ocorrência, 17 de Abril de 1902, uma quinta-feira, a polícia interditou o acesso às proximidades da dita casa da Graça, no sentido de evitar qualquer manifestação. Nem todos, porém, aceitaram a prevenção da autoridade, havendo os que reagiram com foguetes e vivas. Nas seis prisões efectuadas, contou-se a de Francisco Cardoso Gaspar, que treze dias antes regressara do Rio de Janeiro.

Francisco Cardoso Gaspar, comandante dos Bombeiros, sofreu detenção por pretender realizar exercícios com os seus homens na zona proibida.

No seu *Evocando Figuras Terceirenses*, o Dr. Valadão Júnior, relata assim o acontecimento: «*houve vivório e morrório, por algumas pessoas mais exaltadas, na rua da Sé. Jesuítas e Irmãs de Caridade! Vão-se juntando espectadores curiosos. Os boatos fervilhavam, inquietantes! Nisto o carro dos Bombeiros puxado a muares atravessou a rua da Sé, a toda a brida. Vai no carro o Comandante, olhando em frente, erecto, com o seu capacete e machado ao lado. Ele era o organizador competente da Corporação dos Bombeiros, e tinha alcançado, justamente, um diploma de louvor, firmado pela rainha D. Amélia, como prémio pelos serviços relevantes de salvação, no naufrágio do navio 'Príncipe da Beira'. Saiu, - disse ao pessoal, para exercício de apagar fogo. Como é notoriamente 'liberal' - logo se propalou que não ia apagar fogo, mas atear fogo... nas cabeças! O ajuntamento do povolêu crescera. Os políticos, em agitação, cercam o Governador Civil, pessoa calma, prudente e extremamente cortês e esgotados os meios suasórios da polícia foi requisitada a tropa. Carregam os soldados à baioneta, cautelosamente - mas carregam e dá-se então a dispersão precipitada dos manifestantes e dos espectadores, em alarido. Ficou ferido um criado do Dr. Pedro Paim. Assistimos, 'gravoche' em barricada, ao espectáculo, à esquina da Rua Direita, perto da Farmácia do Sr. Pedrinho de Lemos - e*

305. Pedro de Merelim, in *Notas sobre os Conventos da Ilha Terceira*, 1.º Vol., p.25.

ouvimos pessoa açodada a transmitir ao Comissário de Polícia, - a ordem de detenção do Comandante dos Bombeiros. Este é valente e decidido mas o Comissário não o é menos, e é Autoridade. Houve troca violenta de palavras - e a prisão efectuou-se. No dia seguinte foi, porém, solto, porque os políticos se mexeram. Vivíamos na mesma casa em que residia o Comandante de Bombeiros, meu parente, e sempre o ouvimos negar que tivesse saído do quartel com fins subversivos. Da fama, no entanto, é que não se livrou.»

Os componentes da prestante Associação, em sinal de protesto contra a prisão do seu Comandante, por unanimidade resolveram apresentar a sua demissão colectiva ao chefe do Distrito. E, assim, se extinguiu o *Real Corpo de Bombeiros Voluntários*, fundado vinte anos antes.

Três meses após, a Câmara suprimiria a lacuna, fundando o seu Corpo de Municipais. O seu Regulamento, datado de 23 de Julho de 1902, compunha-se de setenta artigos, rezando o primeiro: «*O Corpo Municipal de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo tem por fim, além de quaisquer obrigações que lhe sejam incumbidas por lei, prestar socorros aos habitantes da cidade de Angra do Heroísmo e subúrbios, por ocasião de alguma calamidade pública, como inundações, desabamentos, terramotos, e, em especial, nos casos de incêndio ou suas consequências.*»

Considerando oficial para todos os efeitos legais esse Corpo era formado «*no seu número, de quarenta homens*», incluindo o pessoal superior. Segundo a cópia do referido Regulamento, que no então Governo Civil compulsamos, a Câmara nomeara «*dentro o pessoal alistado, um chefe com a graduação de comandante; um subchefe com a graduação de ajudante; dois primeiros patrões e quatro segundos patrões*». A nomeação dos patrões seria feita sob proposta do Comandante.

Dividia-se o efectivo em duas Brigadas e quatro Secções, que tinha a seu cargo todo o serviço estabelecido por este Regulamento. Tornava-se mensalmente obrigatório a realização de um exercício e três classes de uniformes se adoptaram: de serviço, *pequena gala* e *grande gala*.

Um médico convidado pela Edilidade tinha a seu cargo o serviço da saúde do Corpo, nas ocasiões de sinistro e suas consequências. Nenhum bombeiro seria reconhecido como tal sem que estivesse uniformizado, ou trouxesse patente o seu distintivo no braço esquerdo, acima do cotovelo.

Sobre concessões e louvores ocupava-se o artigo 53.º do Regulamento em questão. Cabido se nos afigura reproduzir o texto dos artigos 64.º e 65.º. Diz o primeiro: «*Com os donativos que o Corpo Municipal de Bombeiros Voluntários receber da Caixa Económica, das Companhias de Seguros ou de quaisquer outras Corporações, se organizará um fundo de reserva ou Montepio destinado a garantir a subsistência dos Bombeiros que se inutilizarem no serviço.*». Lê-se no segundo: «*Se a inutilização for temporária a subsídio diário a cada Bombeiro que dele careça ser: 1.º Patrão - 600 réis; 2.º Patrão - 550 réis; Bombeiro - 500 réis.*»

O clarim dos Bombeiros, ao tempo, pelas nove horas da noite, executava o toque a recolher. E quando isso acontecia, se viam «*os mais retardatários apressados, recolhendo, a penates*».

O Dia de 24 de Abril de 1906 consta anúncio da Câmara, a pedir dois bombeiros-cocheiros, sendo de presumir, assim, que na Corporação existia esse número de viaturas hipó. O salário mensal oferecido era de 12\$000 réis.

Substituindo o *Corpo Municipal de Bombeiros Voluntários*, que também como a precedente organização tivera a existência de vinte anos, no 1.º de Março de 1922 se fundou a actual *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários*, inaugurou-se o seu quartel em 25 de Junho, na Praça da Restauração, com o antigo material, que se oferecia reparado e em boa ordem.^[306]

306. *Serviços de Incêndios de Angra*, de Pedro de Merelim.

nº 27

*Inauguração da estátua
de Álvaro Martins Homem*

Integrada nas celebrações henriquinas e sob a presidência do ministro da Marinha, contra-Almirante Quintanilha de Mendonça Dias, em nome do poder central, inaugurou-se em 14 de Julho de 1960, frente à Câmara, a estátua a Álvaro Martins Homem.

Antiga Praça de S. Cosme e Damião, carregada de história, desdobrou pergaminhos do fundador da cidade, projectando-se os estandartes dos Municípios Terceirenses, ornamentos heráldicos de legítima ufania. Abrindo alas os pendões da Mocidade Portuguesa, de castelos bordados. Em redor, emoldurando a placa central, numeroso público. A *Filarmónica Recreio dos Artistas*, no seu uniforme branco, executou o hino da *Maria da Fonte*. Cenário de tintas sóbrias mas sugestivas, aguarela de comovida expressão, a lembrar um poema capaz de inspirar um autor de musas – musa heróica, vertida em estrofes de vitória e de fulgurante evocativa de um passado cinco vezes secular. O Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior proferiu um vibrante discurso.^[307]



307. Acabou esta estátua também por ser transferida para a *Praceta dos Descobrimientos*, na *Av. Álvaro Martins Homem* (ex-1.º de Maio, onde existiu a velha *Pedreira*, cenário que foi de touradas à corda que fizeram história, deixando outra vez limpa a *Praça Velha* e desafrontado o imponente alçado dos Paços do Concelho. O monumento situar-se-á voltado para a *Carreirinha*, futura entrada oriental de Angra (Deliberação de 12 de Janeiro de 1984).

n^o 28

Sismo de oitenta

Desde o seu povoamento, ao longo dos quinhentos e trinta anos da sua história, diversos sismos a Terceira de Nosso Senhor Jesus Cristo suportou, nomeadamente em 26 de Setembro de 1588, de 26 de Julho de 1591, 9 de Abril a 21 de Maio de 1614, 9 de Maio de 1647, 5 de Abril de 1690, 13 de Novembro de 1698, 9 de Julho de 1757, 14 de Abril de 1761, 24 de Junho de 1800, 26 de Janeiro de 1801, 15 de Junho de 1841 e 1950. Estes os que apuramos. De admitir, contudo, a existência de outros.

O de 1 de Janeiro de 1980 terá sido o maior.

Uns escassos onze segundos bastaram aos cavalos do Apocalipse para semear a ruína, a dor e o luto por três ilhas açorianas: Terceira, Graciosa e S. Jorge. A tragédia que nos avassalou, pelo efeito cruento e profundo da sua extensão, fendendo a vida dos seus moradores, constituiu efeméride dolorosa, tarjada de negro, nos anais das parcelas mártires, sobretudo na Terceira, a mais esfacelada.^[308] Toda esta acusa *feridas* de dimensão sem precedentes no seu conjunto. Umas zonas mais *castigadas* do que outras, jamais o berço de João Baptista Machado sofreu tremenda derrocada.

Na tão fria como eloquente expressão dos números se pode avaliar o todo da catástrofe, já que nenhum poder descritivo, por mais rico e penetrante, capaz seria de oferecer a ideia da trágica realidade. As estampas melhor ilustram a intensidade e os extremos destruidores do abalo horroroso, mormente nesta cidade, nas Cinco e Doze Ribeiras, além do resto da Ilha. A «*mordedura*» infernal do choque horrendo e traumatizante apavorou a população. E quantos Terceirenses, fora da ilha, como o autor destas linhas, experimentaram em toda a sua angústia a pungente ansiedade de notícias, já que os circuitos telefónicos avariaram, interditando a ligação e contacto com familiares.

Foram, de resto, as estações de amadores que primeiramente começaram a esboçar um sistema de emergência via rádio de auxílio às vítimas, o que provou, uma vez mais, a sua utilidade pública, a mobilidade do equipamento para estas situações e, o que é importante, a aptidão operacional dos seus titulares. A própria Presidência da República necessitou destes amadores para fazer chegar mensagens aos Açores que

308. Apenas nos reportamos à área do Concelho.

de outro modo não conseguiria. Cerca de cem postos intervieram em tão histórica operação.^[309]

O ciclónico desabar de casas, das igrejas e monumentos, como se minaretés de cartas fossem, atulhando as ruas e soterrando as vítimas. Drama que talvez divida a existência de Angra em duas idades – *antes e depois* do sismo. Só o futuro o dirá. E há que tomar providências e medidas enérgicas para evitar os males que, de contrário, se vislumbram.

De uma Angra pujante, senhoril e donairoso, de ímpar articulado urbano, jóia arquitectónica,^[310] restaram monturos de destroços, amontoados lúgubres, um burgo *despedaçado*, um *espectro*, um *esqueleto*, uma *cidade fantasma* – em debandada, qual êxodo, cada um buscando precário refúgio, em que *ninguém sabia de ninguém!*...

Quarenta e cinco mortos e um desaparecido, além de oitenta e nove feridos, eis o balanço trágico pessoal daqueles instantes fatais.

Antensidade do abalo, à escala Mercali, acusou: VIII-IX Doze Ribeiras; VIII, Chão da Cruz (S. Sebastião); VII-VIII, Cidade, Cinco Ribeiras, Santa Bárbara; VII, Terra do Pão, Cruz das Cinco, Serreta e Altares; VI, S. Mateus e S. Sebastião; V-VI, S. Carlos; V, Fonte de Bastardo.

O recenseamento de 1970 aponta às cinco freguesias urbanas 4.607 fogos e 20.294 habitantes. Destes, 4.612 ficaram desalojados e 1.814 casas arruinadas ou destruídas. Das treze paróquias rurais, com o total de 5.613 lares e 21.437 almas, ficaram sem abrigo 8.312 pessoas e 2.158 fogos em ruína. As igrejas e ermidas, com raras excepções, também não escaparam, tornando-se sem funcionalidade de culto.^[311]

*

309. «Depois de antes de tudo, o presidente da Câmara percorreu a cidade e a restante área do Concelho, colhendo uma visão rápida da tragédia, cenário tão horroroso como inolvidável, mal ainda nem duas horas teriam decorridos sobre o abalo já se ordenavam as primeiras directivas concretas do conjunto – formado por si, pelo Ministro da República, Secretários Regionais sedeados em Angra e eng.º Marcelo Bettencourt, Director das Obras Públicas – que de pronto se agrupou no Comando da PSP, constituindo-se, assim, o embrião do órgão coordenador. E como imediatas prioridades se consideraram o restabelecimento das comunicações (dado que estávamos isolados), a desobstrução das vias públicas e o socorro aos feridos de mais urgente tratamento. – A ideia inicialmente obtida, ainda imprecisa, base daquelas actuações, não demorou a ser ampliada, melhor esclarecida, à medida que as informações em 'catadupa' iam chegando, transmitidas por rádio-amadores que, logo espalhados pelas zonas rurais assoladas, de prestimoso serviço se creditaram, inteirando o Grupo Coordenador de toda a extensão da tragédia» – de uma entrevista do autor a Rui Mesquita, publicada em *A União*, de 14 de Janeiro de 1980.

310. Angra ingressou na lista classificativa (*World Heritage List*) da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) do Património Mundial, sediada em Paris, com outras urbes, em Novembro de 1983, face ao seu traçado quincentista que importa preservar, da primeira cidade e mais rica em história no Arquipélago açoriano.

311. Os interessados em mais detalhes poderão consultar o mensário *Ilha Terceira*, de Fevereiro-Março do ano do sismo.

Não vamos aqui reproduzir, ou sequer transcrever largos trechos, os relatórios da gestão camarária de 1980 e 1981 feitos pelo Presidente, Dr. Rui Mesquita.³¹² Respigamos, sim, as passagens de maior interesse das *«Medidas Municipais Relacionadas com o Sismo»* do mesmo autor, extraídas dos relatórios aludidos, destinadas à *«Semana de Estudo sobre a problemática da Reconstrução»*, originado pelo citado abalo: *«Será, com efeito, um trabalho interessante, para quem o queira fazer, num futuro – passados mais uns anos sobre o dia 1 de Janeiro de 1980 – relato circunstanciado de todas as atitudes e medidas municipais tomadas em tão difícil época! (...) A actual Vereação da Câmara de Angra, instalada horas antes do terramoto, desde logo considerou, em primeiro lugar, o aspecto social, seguido do económico e do cultural.»* Depois de citar o padre Manuel Antunes, acentua que a *«Câmara de Angra tentou actuar segundo a resultante de várias forças, que vão desde o oportunismo desenfreado, às sofisticadas técnicas de construção, desde a ignorância mais atrevida, ao radicalismo mais pedante, em termos de recuperação dos imóveis destruídos, desde a mais baixa situação humana, sem amparo e sem condições de vida, até ao mais ridículo dos pedidos, feitos por quem não precisa, da incompreensão de quem devia compreender, até ao limite de ajudar quem mais pediu»*, sendo evidente que o Município *«não estava preparado para enfrentar um crise destas»*.

Ea seguir: *«De tal modo foi a destruição – não falando nas pessoas que encontraram a morte em tais circunstâncias – que, hoje mesmo, ainda existe uma certa dúvida se não teria sido mais conveniente, atendendo à situação excepcional então existente, ter-se encontrado, logo a seguir ao sismo e por um período previamente estudado, uma forma mais adequada de vivência, que permitisse um maior apoio nacional e internacional e, quiçá, maior celeridade na solução dos problemas imediatos, salvaguardando-se sempre a livre e normal existência das Instituições. Não sei, ainda, de tal seria possível, mas aqui deixo a questão. (...) Desde o início do mandato, ficou assente, e disso foi dada informação pública, que esta Câmara gostaria de ver preservada a traça e a urbanização secular da cidade, (...) embora seguindo rigorosamente normas anti-sísmicas, a melhor qualidade arquitectónica»*, lendo-se mais adiante: *«na zona rural, por outro lado, os critérios a adoptar foram semelhantes pois estava em jogo a manutenção das características tão peculiares»* às áreas rústicas terceirenses.

Da ordem dos cento e vinte mil contos a estimativa dos danos no património municipal, sem contar com possíveis investimentos camarários, como, aliás, se verificou com a aquisição dos terrenos para implantação do bairro de Santa Luzia, cujos custos ultrapassaram os vinte milhões de escudos, porque a *«galopante subida de preços de materiais e de mão-de-obra»* esfarelaram aquele orçamento.

Nunca chegou a concretizar-se o *Fundo Municipal de Reconstrução* que a Edilidade se proponha criar para fazer encargos com o plano, emergente da situação de calamidade, pelo que houve a primeira alteração orçamental – projecto *«repartido*

312. Constituíam a Vereação, além do Presidente, dr. Rui Manuel Miranda de Mesquita, Adalberto Hélio de Sousa Martins, Manuel Fernando da Silva, Ildefonso Manuel Pereira da Silva, Manuel da Rocha Coelho de Melo, dr. Pedro dos Reis Pedroso de Lima e Paulina Sanches da Conceição Santos Sodré.

por fases de financiamento anual de 75.000 contos cada uma». O Executivo Regional concedeu um subsídio de 30.000 contos. As obras encentaram-se pelas zonas destruídas mais urgentes – escolas, cemitérios e estradas –, «se bem que, qualquer delas, ainda estivesse longe da sua conclusão».

A Câmara integrou técnicos e demais pessoal em brigadas coordenadas pelo Gabinete de Apoio à Reconstrução (GAR). A ténpera da população foi a mola mestra do arranque que, em boa hora, se verificou na reconstrução, sem ter havido grande alteração na sua actividade principal, a da agropecuária. Surgem os Editais que sujeitam a licenciamento municipal todas as obras de construção civil e traduzem a preocupação sobre a qualidade dos materiais usados.

De Janeiro de 1980 a Agosto de 1982, a Edilidade apreciou 4.000 projectos e requerimentos, tendo sido estudados 213 loteamentos. A quantidade de brita fornecida gratuitamente aos munícipes, mais ou menos em igual período, foi de 4.550 m³, o que corresponde a 3.420 contos. No apoio dado pela Câmara, na recolha e transporte de entulhos, areia e brita traduz-se em 110 mil km percorridos em igual tempo, correspondente a 16.500 contos, actuando ainda três pás-carregadoras e dois *dumper's* milhares de horas.

Os Serviços de Águas e Saneamento procederam à *«reparação de umas largas dezenas de avarias na rede de pressão; de uma dezena de bocas de rega; de mais de uma centena de ramais domiciliários»*, normalizando o abastecimento público *«com excepção de Santa Bárbara e Cinco Ribeiras»*, além da *«execução das redes de águas e esgotos no aldeamento do Bailão, como a montagem de instalações sanitárias, balneários, fontenários, (...)»* As obrigações de electricidade correram por conta da EDA satisfatoriamente.

O Presidente Rui Mesquita em declarações que nos prestou,^[313] disse-nos que *«ao Comando da PSP, oferecendo-se para tudo que preciso fosse, acorreram elementos das forças vivas locais – Sindicatos, EVT, Lacticínios, Unicol, unidades de Panificação, um representante da Câmara do Comércio, etc. Edgard Silveira, um dos que afluiu, recebeu a incumbência de pôr o Rádio Clube a trabalhar, missão que a bom termo levou, para o efeito montando no posto da Ladeira Branca em gerador emprestado por uma entidade privada e que um piquete de doze praças do Castelo removeu da área dos Cinco Picos-S. Sebastião»*. De forma que, antes das cinco da madrugada do dia 2, Rui Mesquita, através da *Voz da Terceira* anunciava que Angra parecia *«uma cidade bombardeada»* – designativo, aliás, que iria titular ou subtítular as reportagens dos grandes jornais do Continente e não só. Estava deste modo assegurado o meio de ligação e contacto entre o poder oficial e o povo.

O GAR, coordenado pelo Eng.º Correia da Cunha, no qual a Câmara se integrava na pessoa do seu Presidente, consistiu num grupo de técnicos responsáveis pela acção de catorze brigadas. O debelamento desta calamidade, tamanha a sua extensão,

313. Entrevista aludida na anotação 309.

«ultrapassa a capacidade autárquica, como a da Região, até a do Poder Central, tendo de se recorrer à solidariedade internacional. (...) Valiosíssimas as ajudas do Destacamento Americano nas Lajes, do Regimento de Infantaria de Angra e da Base Aérea 4. De salientar a acção da Cruz Vermelha Portuguesa e da Caritas arranjando habitação e roupas para as vítimas. Prestimoso o contributo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários. Uma palavra de apreço também para o Hospital desta cidade por ter sabido responder ao momento trágico que se viveu. À Rádio Lajes e aos CTT cabe também aqui o reconhecimento da Câmara – este Município que se encontrou no edifício da PSP, onde com as outras autoridades, por largas horas, ou dias, ocupou uma das salas, possibilitando, assim, conjugar esforços com vista a ser dada resposta imediata, mais adequada à situação».

O Chefe do Estado, general Ramalho Eanes, além de membros do Governo Central, visitaram Angra nas primeiras horas, como elementos do Executivo Regional aqui não residentes, incluindo o seu Chefe, Dr. Mota Amaral.

Estadistas, embaixadores, cônsules, técnicos nacionais e estrangeiros e outras personalidades de relevo também vieram a esta Ilha após o sismo, deixando no *Livro de Ouro* depoimentos sensibilizantes. Enalteceram uns a traça da cidade *quinhentista*, outros a sua história sem par nos Açores, ainda outros a coragem do seu povo face à adversidade que o tolheu e esmagou. Todos votos fizeram pela reconstrução tão breve quanto possível.

*

Se a anterior Vereação aparou de chofre o sismo e seus efeitos, alterando-lhe os planos que porventura tivesse afagado, nem lhe dando tempo para respirar como sôi dizer-se a actual não teve muito melhor sorte, ombreando com responsabilidades na sequênciã da herança recebida, além de outros problemas que ao Município compete concretizar, até porque alguns deles havia urgência levar por diante.

A mais velha cidade açoriana mostra ainda demasiadas brechas do abalo que Abastante tempo precisará para tapar, impondo-se alguns anos mais, sem a menor dúvida, para regressar à normalidade. E, assim mesmo, terá de tomar medidas enérgicas e providências que não poderão tardar, indo-as atrás buscar. No terramoto de 1614, que afectou a Praia, lavrou-se um despacho que, pelo visto, terá de ressuscitar: *«Toda a pessoa que quizer reedificar, e alevantar as suas, próprias casas que caíram o poderá fazer, e alevantar dentro de três anos, e não tendo cabedal para o fazer podem vender o sítio delas a quem assim as nossas reedificar, e não o fazendo dentro do dito tempo de três anos ficarão os sítios e chão devolutos ao Concelho da Praia».*

Enessa altura não havia as facilidades de hoje: as linhas de créditos, com juros bonificados. Dizem as estatísticas que sessenta por cento está reconstruído, graças à coragem da população e quanta dela pobre incluída, endividando-se por

trinta anos, por de outra forma o não fazer e não se manifestam positivamente, aguardando o quê? *Os três anos de 1614 já se ultrapassaram...*

Nestes seis meses de actividade do seu mandato fez-se o possível – *«vimos para servir, e aqui estamos animados de boa vontade e do nosso esforço para imprimir ao concelho a dinâmica necessária a promover os problemas das populações, proporcionando-lhes assim melhores perspectivas de qualidade de vida»*, afirmou o Presidente Leopoldino Tavares.

Algumas ruas oferecem já o aspecto de antes do sismo, cujo estado chegara a *Adegradar-se* – mais pelos abusos cometidos em as tapar à entrada, consoante as conveniências de cada um, do que pelas necessidades vividas. O tomo das obras e empreendimentos em curso – o de maior relevo, orçado em um milhão de contos, o abastecimento de água à Ribeirinha-Cabo da Praia, que arrancou no mandato antecedente, mas que estava já definido no penúltimo, como o bairro de Santa Luzia.

Reposição de asfaltos nos arruamentos urbanos e rurais e pavimentação nos ladrilhos das artérias citadinas; remoção de entulhos na via pública; conservação e manutenção de edifícios escolares; arranjo e embelezamento de praças e jardins, cemitérios e zonas balneárias; prosseguimento da restauração dos Paços do Concelho; melhorias no Mercado Duque de Bragança, não apenas no sector social e humano, como no de vendas ao consumidor, além da limpeza da urbe que voltou a ser diária. Os vários aspectos *insignificantes* à priori, que no seu todo creditam e definem uma Vereação, assumiram a primeira linha da prática camarária com bons auspícios, tendendo à normalidade. *«É ao apreender a realidade no seu movimento dinâmico da evolução, ao apresentar criticamente o seu passado, ao descobrir o seu presente, e ao perspectivar o seu futuro, que o homem alcança a razão da sua existência num dado momento histórico, encontrando conseqüentemente a sua posição concreta que deverá assumir na construção da sociedade futura»* – lê-se no *Plano Experiência-83* do Pelouro de Educação, Desporto e Cultura, a cargo do Vereador Luís Bretão. A Câmara está dando o apoio que lhe é possível *«às manifestações culturais representativas das nossas raízes históricas sem descuidar o presente e o que neste domínio nele se faz»*. Sempre com larga concorrência ou lotações esgotadas tem a Edilidade promovido espectáculos infantis e para a terceira idade, como festivais desportivos. Aos domingos, neste Verão de 83 em que escrevemos, proporcionou ao público angréense concertos musicais, realizados por filarmónicas das sociedades terceirenses. Trouxe a esta cidade o artista António Vitorino de Almeida, figura consagrada na Música, deliciando o auditório, que ocorreu em número como há muito tempo entre nós se não observava.

Para cúmulo de tantas desgraças, em 5 de Julho de 1983, às três e meia da madrugada, ao fim de três anos e meio sobre o sismo, quando entregue à Empresa da Construções EDIMAR, que a estava restaurando, ruiu parcialmente a Sé de Angra. A Edilidade pediu inquérito, correspondendo à vontade do Povo, para apuramento de culpas, se as houver, face à grandeza histórica, moral e material que a sua perda significa para o património da cidade, afora o conseqüente atraso da obra em curso.

A Câmara não esquece que tem vinculada a si a iniciativa da sua construção, Aremontando a 9 de Abril de 1557 quando expôs a D. João III que a antiga igreja de S. Salvador «*por muito acanhada, e imprópria de uma cidade que abunda em homens distintos, e frequentada de estrangeiros*», a mandasse fazer maior, porque além de lhes ser determinado na Bula da criação deste Bispado, como senhor dos dízimos, devia aliviar este povo de tal cargo e trabalho, que lhe tocava, se houvera de fazer a sítia Sé; certificando ao mesmo tempo o impetrante que o povo estava pobre e que as colheitas por seus pecados, acudiram tão mal, e as terras eram tão fracas que até os mais poderosos viviam com muito trabalho. E no acto formal do lançamento da pedra fundamental do templo, em 18 de Novembro de 1570, estiveram presentes os vereadores Sebastião Álvares^[314] e Artur Azevedo, com o escrivão Francisco Poderoso que exarou o termo que os três subscreveram.

Como uma desgraça nunca vem só, foi a Sé vítima de fogo posto, na noite de 25 de Setembro do mesmo ano, convertendo-se em escombros o que era património sem preço.

314. Falam velhos manuscritos que Sebastião Álvares, abastado negociante angrense, e sua consorte, Grácia Fernandes, formularam promessa votiva de levantar uma ermida a Nossa Senhora de Belém, onde ora se acha a paroquial da Terra-Chã, com o mesmo orago. O seu testamento, de 16 e 18 de Março de 1590, assim o afirma, ao primitivo templo anexando *um casal de terra lavrada* e um pomar, como Drumond alude. Morreram os piedosos doadores: ele a 3 de Setembro do dito ano de 1590. Sepultado na igreja de S. Francisco, capela de Santo António, pertença da família do genro Guilherme Moniz (filho de Bastião Moniz e neto de Joana Corte-Real), casado com sua filha Simoa da Silva. Parte do testamento de Sebastião Álvares consta do Livro de Tombo de S. Francisco, fls. 35. Ela, a 6 de Março de 1593; - Em hora de aflitivo transe resolveram erguer a capela à Virgem de Belém, em acção de graças do sucesso alcançado e que de um escrito anónimo de 1611 consta: quando nesta ilha as tropas francesas estiveram destacadas, aboletando-se «*nas casas a da praça e imediações enquanto a tropa portuguesa fazia o seu quartel no adro da Sé*», a favor do Prior do Crato, desmandos e graves delitos se cometeram, em consequência da indisciplina imperante. - Uma vintena desses soldados gauleses, certa noite, saíram armados e tentarem saquear - e o mais que lhe aprobevesse... - a morada do citado Sebastião Álvares, já ancião, com sua consorte, um filho, duas filhas donzelas e três escravos. Arremeteram contra portas e janelas, às quais treparam, intimando os ocupantes a escancarar-lhe a habitação - de contrário incendiá-la-iam. - Coragem e valentia no sangue fluindo, o filho, mais afoito, subiu ao telhado arremessando uma panela de *pólvora inflamada* sobre os salteadores. Surtiu efeito a ideia. Estabeleceu-se a confusão entre os gandulos, em razão da eficiência e surpresa do ataque. Queimados pela labareda da pólvora, sem atinarem onde estavam, foram alvos fáceis dos enérgicos defensores. Argutos e decididos estes, sem demora, apercebendo-se do pânico reinante entre os vândalos, acometeram, sobre eles o filho e os escravos saindo para a rua com alguns cães de fila rechaçando-os! Infligiram-lhes mestra sova. Apenas dois dos assaltantes escaparam, regressando ilesos à cidade. Os demais ficaram mortos, feridos ou maltratados. E mesmo aqueles dois arguidos do nefando crime, foram mandados enforcar pelo seu mestre de campo. - O primeiro contingente francês, cerca de 800 homens, sob o comando de M. M. Charles e Baptistin, desembarcaram em Angra em 1582. Os segundos reforços, enviados por Henrique III, a bordo de oito navios bem artilhados, chegaram aqui a 11 de Junho de 1583, chefiados por Aymar de Clermont de Chaste. O episódio evocado somente poderia ter ocorrido em 1582-1583.



A igreja da Sé após o incêndio que a destruiu (Igreja Açores).

nº 29

Angra era vila - tornou-se cidade

“**Dom Joham por Graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa Senhor de Guiné, e da conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India &c.** Aquantos esta minha carta virem faço saber que vemdo eu como na Ilha Terceyra de noso Senhor Jesu Christo a villa d'Amgra he agora tam acrescentada em povoaçam, e asy nobrecyda, noso Senhor seja louvado, homde bem merese ser cydade: avemdo a yso respeito e asy aos muytos serviços que dos moradores da dita villa tenho recebydos, asy nos socorrose provimentos que dam a minhas armadas e naos da India, quando ao porto da dita villa vam ter, como em outros serviços em que me sempre servem quanto delles he necessaryo como bons e leaes vasalos que sam; e temdo por muy certo que sendo feita cydade e tendo os privilegios e liberdades que tem as outras cydades de meus Regnos, ainda muito mays nobrecherà per onde eu receberey dos moradores della muytos mais; e querendo a acrescentar asy por os ditos serviços que deles tenho recebydo como pelos que ao diante espero receber, e por lhe fazer graça e merce eu de meu proprio moto, certa cyemcia, poder reall e absoluto, sem elles mo requererem nem outrem por elles, ey por bem de a fazer e per esta faço a dita villa d'Amgra cydade e quero e me praz que daquy em diamte seja cydade e se chame a cydade d'Amgra e lhe dou e concedo todos os privilegios, lyberdades e e premynencias que tem e sam dadas e outorgadas ás outras semelhantes cydades de meus Regnos e os cydadãos della gazaram delles asy e tam inteiramente como tem e gozam os outros mais cydadaos das ditas semelhantes cydades. E porem mamdo aos corregedores que ora sam e aos diante forem das minhas Ilhas dos Açores e a quaesquer outras justiças, officiaes e pesoas a que esta mynha carta for mostrada e o conhecimento della pertemcer, que hajam a dita villa d'Amgra daquy em diante por cydade e asy a nomeem e lhe guardem e façam inteiramente comprir e guardar todos os privilegios, liberdades, premynencias que sam dadas e outorgadas ás outras semelhantes cydades, por quanto por esta minha carta a faço cydade como dito he, a qual pera mays firmeza lhe mandey dar asynada por mi e asellada do meu sello de chumbo pera a terem por sua guarda.

Fernam da Costa a fez em a cydade d'Evora a XXI dias do mes d'agosto, anno do nacymento de noso Senhor Jesu Christo de myll Bc XXXVIII annos.

A.N.T.T., Carta Régia de 21 de agosto de 1534, Chancelaria de D. João III, Liv. 7, pág. 235v.

nº 30

Criação da Diocese dos Açores bula do papa Paulo III

Paulus episcopus servus servorum Dei ad perpetuam rei memoriam:

Equum reputamus et rationi consonum ut ea, quae de Roman Pontificis provisione processerunt, licet ejus supervenient obitu litterae apostolicae super illis confectae non fuerint, suum sortuantur effectum. Dudum siquidem postquam felicitis recordationis Leo Papa decimus, predecessor noster, procurante clarae memoriae Emmanuele Portugaliae et Algarbiorum Rege, qui tunc in humanis agens multas terras provincias et insulas a Capitibus de Bojador usque ad Indos possidebat, in quibus nullus episcopus, qui ea quae erant ordinis episcopalis exerceret, habebatux, excepto vicario pro tempore existenti oppidi de Thomar nullius diocesis, qui frater militiae Jesu Christi cistertiensis ordinis exercebat jurisdictionem episcopalem in dictis terris, provinciis et insulis ex privilegio apostolico olim sibi concesso habebat, vicatium de Thomar hujusmodi de consensu bonae memoriae Didaci Pinheiro, tunc dicti opidi vicarii, apostolica auctoritate suppresserat et extinxerat; ac tunc parochialem ecclesiam beatae Mariae per eundem Emannuelem Regem in civitate de Funchal in insula de Madeira in mari Oceano sita consistente fundatam, in qua unus vicarius frater dictae militiae et nonnulli beneficiati presbiteri saeculares beneficia ecclesiastica, portiones nuncupatas, obtinentes existebant in Cathedrali ecclesiam cum sede etiam episcopati ac capitulari mensa aliisque cathedralibus insigniis honoribus praeminentiis, ac in ea unum decanatum majorem ac certas alias non majores post pontificalem dignitates, nec non etiam certos tunc expressos canonicatus et totidem praebendas pro certos tunc expresso personarum numero, erexerat et instituerat, illique omnia et singula, fructus redditus, proventus et emolumenta, quae vicarius de Thomar pro tempore existens ex jurisdictione et vicararia suppressa hujusmodi percipiebat nec non annuos redditus quingentorum ducatorum auri de camara ex annuis redditibus as ipsum Emmanuelem Regem in ipsa insula de Madeira spectantibus, de ipsius Emmanuellis Regis consensu nec non pro dignitatibus ac canonicatibus et praebendarum dote, certa tunc expressa bona perpetuo applicaverat et appropriaverat; ac civitatem praedictam pro civitate, nec non illius districtum seu territorium cum praedicta insula de Madeira, ac omnibus illius insulis, terris, provinciis et locis quibuscumque dicto vicario subjectis, et quae de jure, privilegio vel indulto apostolico subijci debebant, ac castris et villis in dictis insulis, terris, provinciis et locis consistentibus pro dioceso, nec non omnes et singulos clericos et quorum vis ordinum religiosos pro clero, incolasque et habitatore ipsarum civitatis et diocesis funchalensis pro populo concesserater assignaverat; nec non jus patronatus et praesentandi Romano Pontifici pro tempore existenti personam idoneam ad eandem ecclesiam funchalensem quoties pro tempore contingeret, praefato Emanuelo et pro tempore

Paulo, bispo, servo dos servos de Deus, para perpétua memória:

Consideramos justo e consentâneo à razão que as coisas que procederam de provisão do Pontífice Romano, sobrevindo embora o óbito dele, e não tendo sido terminadas as letras apostólicas redigidas sobre essas coisas, surtam seus efeitos. — Assim, recentemente, depois que o Papa Leão X, de feliz recordação e nosso predecessor, a instâncias de Manuel, de ilustre memória, Rei de Portugal e dos Algarves, o qual, exercendo autoridade temporal, possuía então muitas terras, províncias e ilhas, desde o Cabo Bojador até às Índias, nas quais nenhum Bispo exercia as funções que são próprias da ordem episcopal, excepto o vigário então existente, de nenhuma diocese, da cidade de Tomar, freire da milícia de Jesus Cristo, da Ordem de Cister, o qual tinha jurisdição episcopal sobre as referidas terras, províncias e ilhas por privilégio apostólico a ele outrora concedido, suprimira, por autoridade apostólica, a vigararia desta cidade de Tomar, com assentimento de Diogo Pinheiro, de boa memória, então vigário da dita Cidade, — e erigira e instituíra, a pedido do mesmo Rei Manuel, a então igreja paroquial da Bemaventurada Maria da cidade do Funchal, fundada na ilha da Madeira, sita no mar oceano, na qual igreja existiam vigário freire da referida milícia, e alguns beneficiados presbíteros seculares usufruindo alguns benefícios eclesiásticos denominados porções — em igreja catedral, também com sede episcopal, mesa capitular, e outras insígnies honras preeminentes próprias das catedrais, e nela instituiu um deado — a maior dignidade — e outras, todas inferiores à dignidade pontifical, e erigira também certos canonicatos então indicados para outras tantas prebendas, segundo o número de pessoas definidamente expresso — e a essa igreja concedera e apropriara para sempre todas e cada coisa: — frutos, rendimentos, proventos e emolumentos que o vigário de Tomar então existente recebia da jurisdição e vigararia suprimida, e ainda aplicara perpetuamente e apropriara o rendimento de quinhentos ducados de ouro da câmara, de rendas anuais que na mesma ilha da Madeira pertenciam ao mesmo Rei Manuel, com assentimento do mesmo Rei Manuel, — não só a favor e em dote das dignidades, dos canonicatos e prebendas; — concedera e designara a dita cidade e seu território, com a já referida ilha da Madeira, e todas as outras Ilhas, terras, províncias e quaisquer lugares sujeitos ao dito vigário, e, que por direito, privilégio ou indulto apostólico, etc., deviam estar sujeitos; aldeias e vilas existentes nas ditas ilhas, terras, províncias ou lugares, — como cidade e diocese, bem como concedera para clero, todos e cada um, os clérigos e religiosos de quaisquer ordens, e para novo os naturais e os habitantes das mesmas, e os da cidade e da diocese do Funchal; e ainda concedeu ao referido Manuel, Rei de Portugal e dos Algarves então existente, para todo o efeito, o direito de padroado, e de apresentar ao

existenti Portugaliae et Algarbiorum Regi, ad effectum ut eidem ecclesiae de persona per regem nominanda hujusmodi et non alias provideri deberet; at dignitates vero ac canonicatus et prebendas hujusmodi pro tempore existenti magistro dicatae militiae, ad quem jus patronatus, institutionem audem eidem episcopo funchalensi pro tempore existenti perpetuo reservaverat; ac eidem ecclesiae sic erectae ab aju primaeva erectione hujusmodi tunc vacanti de persona praefati Didaci dicta auctoritate procederat, praeficiendo illi ipsum in episcopum et pastorem; aliasque et alia fecerat et ordinaverat, prout in litteris ipsius Leonis predecessoris nostri confectis plenius continetur. Cum dicto Didaco episcopo postmo dum vita functo pia memoriae Clemens Papa septimus, etiam predecessor noster, procurante carissimo in Christo filio nostro Joanne moderno Portugalliae et Algarbiorum rege illustri, praefati Emmanuelis nato et successore, dictam ecclesiam funchalensem per obitum Didaci episcopi hujusmodi tunc vocantem inmetropolitanam, ac Indiarum omniumque et singularum alias per illius tunc, ut permittitur, ex parochiali in cathedralem erectae diocesis assignaturum et caeterarum temporalis ditionis praefati regis insularum et terrarum novarum, tunc ac postmodum repletarum, et in posterum referendarum, cum archiepiscopali et primatiali dignitate, praeminentia, jurisdictione, superioritate et auctoritate, crucis delatione, ac aliis metropolitanis et primatialibus insigniis de fratrum illorum de quorum numero tunc eramus, consilio, similiter apostolica auctoritate erexisset et instituisset; et inter alias insulas eidem ecclesiae funchalensi pro ejus diocesi assignatas insula Sancti Michaelis nuncupata, et in eodem mari oceano sita caeteris de Acores nuncupatis, illi adiacentibus insulis, major et notabilior, ac magno christianorum populo referta et munita, existeret, et in illius parte, quae Angra nuncupatur, inter alias una insignis parochialis ecclesia sub invocatione Sancti Salvatoris dicata, in qua unus rector frater dictae militiae et nonnulli clerici forsitan saeculares ibidem perpetui beneficiant, portionati nuncupati, fore noscebantur existeret; et praefatus Joannes rex in ipsa insula Sancti Michaelis divinum cultum efflorere et animatum salutem propagare pio effecta desideraret, praefatus Clemens praedecessor de dicta ecclesia funchalensi, aliter per eum nondum tunc disposito, sub data videlicet pridie calendas februarii, pontificatus sui ano decimo, habita super his cum eisdem fratribus deliberatione matura et de illorum consilio, eadem Auctoritate, praefato Joanne rege super eo eidem Clementi predecessori humiliter supplicante, ad omnipotentis Dei laudem et gloriam, ac beatae Mariae ejus gloriosae genitricis, totiusque curiae caelestis honorem, oppidum seu pagum, in quo ipsa Sancti Salvatoris ecclesia existeret in civitatem, quae Sancti Salvatoris nuncuparentur, ac ecclesiam ipsam Sancti Salvatoris in cathedralem ecclesiam sub invocatione Sancti Salvatoris, pro uno episcopo Sancti Salvatoris nuncupando, qui eidem ecclesiae Sancti Salvatoris praesidet, ac in ea illiusque civitate et diocesi spiritualia, prout pro divini cultus augmento et animarum salute expedire cognosceret conferret et seminaret. Nec non episcopalem jurisdictionem, auctoritatem et potestatem exerceret, ac omnia et singula aliaque, quae alii episcopi in suis ecclesiis, civitatibus et diocesisibus de jure vel consuetudine seu alias facere poterant, facere libere et licite posset et deberet, ac pro tempore existenti archiepiscopo funchalensi jure metropolitico et primatiali subesset cum sede et episcopali ac capitulari mensa, aliisque

Pontífice Romano, que ao tempo existisse, a pessoa idónea para a mesma igreja funchalense, todas as vezes que acontecesse que devesse prover a mesma igreja de pessoa que houvesse de ser nomeada pelo Rei, e não de outro modo. Todavia reservou as dignidades, os canonicatos e prebendas para o Mestre da referida milícia que existisse na ocasião, e concedeu-lhe para sempre o direito de padroado, mas reservava para o mesmo Bispo funchalense a colação. E relativamente à mesma igreja, assim vaga desde a sua primeira erecção, com a pessoa do referido Diogo, colocou-o à frente desta como Bispo e Pastor. — Fizera e ordenara (Leão X) ainda outras coisas, segundo se contém plenamente nas letras do predecessor Leão. Ora, como, falecido o dito Bispo Fiogo, o Papa Clemente VII, de pia memória também nosso predecessor, a rogo do nosso caríssimo filho, em Cristo, João, actualmente ilustre Rei de Portugal e dos Algarves, filho e sucessor do referido Manuel tivesse erigido e instituído, igualmente por autoridade apostólica, a dita igreja funchalense, então vaga por óbito do dito Bispo Diogo, em metropolitana, e, de paroquial em catedral, daquela diocese, como é permitido, bem como de todas as Índias, de todas e de cada uma das outras designadas, e ainda de outras sujeitas ao poder temporal do dito Rei, e das novas terras e ilhas então e recentemente descobertas, e das que de futuro fossem descobertas, com dignidade arquiépiscopal e primacial, com preeminência, jurisdição, superioridade e autoridade, ostentação da Cruz, e outras metropolitanas e primaciais, insígnia, por conselho daqueles freires, de cujo número éramos então, — existia, entre outras ilhas da mesma igreja funchalense, designadas para diocese desta, — a ilha chamada de São Miguel, situada no mesmo mar oceano, maior e mais notável do que as outras ilhas a ela próximas, chamadas dos Açores, ocupada e defendida por grande população de cristãos: e numa parte dela que se chama Angra³¹⁶, havia, entre outras, uma insigne igreja paroquial dedicada sob a invocação do Santo Salvador, na qual se sabia existirem um reitor, freire da sobredita milícia e alguns clérigos, talvez seculares, perpetuamente nela beneficiados, chamados porcionistas. Como o sobredito Rei João desejasse, com piedoso afecto, que na mesma ilha de São Miguel florescesse o culto divino e se propagasse a salvação das almas, o sobredito predecessor Clemente, separando da dita igreja funchalense — não de outra forma disposto ainda por ele — na data do dia antecedente às calendas de Fevereiro (31 de Janeiro) do décimo ano do seu pontificado, tomada sobre isto madura deliberação, com os mesmos freires, e a conselho destes, a humildes súplicas, acerca disto, do sobredito Rei João ao nosso predecessor Clemente, para louvor e glória de Deus Omnipotente e honra da Bemaventurada Maria, sua gloriosa Mãe, e de toda a corte celeste, erigiu e instituiu a cidade ou vila em que existia a mesma igreja do Santo Salvador, em cidade que se chamaria do Santo Salvador, e erigiu a mesma igreja de Santo Salvador em igreja catedral, sob a invocação do Santo Salvador, para um Bispo que se chamaria do Santo Salvador, Bispo que presidisse à mesma igreja do Santo Salvador, e nela na cidade e diocese dela velasse, governasse e semeasse (pregasse) conforme conviesse ao aumento do culto divino e salvação das almas; também para que exercesse jurisdição autoridade e poder episcopal; que esse devesse livre e licitamente fazer todas e cada uma

316. Há manifesta confusão neste documento entre a ilha de São Miguel e a ilha Terceira (Nota dos editores).

insigniis (dois) et jurisdictionibus episcopalibus ac privilegiis, immunitatibus, facultatibus ac gratiis, quibus aliae praesules in eodem regno et dominiis Portugaliae existentes similiter de jure vel consuetudine, out alias quomodolibet utebantur, potiebantur et gaudebant, ac uti potiri et gaudere possent, quomodolibet in futurum uti, potiri et gaudere posset; nec non in ea unum decanatum, post-pontificem maiorem, pro uno decano qui haberet hic curam capituli et ad quem cura animarum prout ad rectorem ipsius ecclesiae Sancti Salvatoris pertinebat, pertineret, et unam archidiaconatum pro uno archidiacono, ac unam thesaurariam pro uno thesaurario, nec non unam scholastriam non majores post pontificalem inibi dignitates pro uno scholastico, ac duodecim canonicatus et totidem praebendas pro duodecim canonicis, qui simul cum decano, archidiacono, cantore, thesaurario ac scholastico praefatis capitulum ipsius ecclesiae facerent et instituerent ita quod tunc rector ipsius ecclesiae Sancti Salvatoris decanus et unus archidiaconus, ac alias cantor, nec non alius thesaurarius ac alius ex praedictis clericis in eadem ecclesia Sancti Salvatoris perpetuus beneficiatus, portionariis nuncupatis, magis idoneis per primum futurum episcopum Sancti Salvatoris ad hoc examinandis scholasticis, et duodecim alii ex eisdem beneficiatis, si tot fuerint, alioquum alii clerici saeculares per ipsum regem nominadi, canonici ejusdem erectae ecclesiae existerent, ac decanatum, archidiaconatum, cantoriam, thesaurariam, scholastriam, nec non canonicatus et praebendas erectos praedictos respective litterarum de super conficiendarum vigore, absque alia provisione de aliis sibi facienda, obtinere posset, perpetuo erexit et instituit. Nec non ex insulis, terris et provinciis dicatae ecclesiae funchalensi alias pro ejus diocesi assignais hujusmodi totam Sancti Michaelis praefatan ac illi adjacentes, nec non Tertiam, Sancti Georgii, ac Graciosa, Pico et das Flores, nec non a do Corvo nuncupatas insulas, quae antea diocese funchalensis erant, com omnibus et singulis illaruum castris villis et locis ac districtibus, quorum omnium denominatione dictus Clements praedecessor noster pro expressis haberi voluit, nec non clero et populo, personis, ecclesiis, monasteriis, hospitalibus et aliis locis ac beneficiis ecclesiasticis, cum cura et sine cura, saecula ribus, ac quorumvis ordinum regularibus a praedicta ecclesia et diocesi funchalensi etiam perpetuo dismembraverat et separaverant; nec non eidem ecclesiae Sancti Salvatoris locum seu pagum sic in civitatem erectum pro civitate, ac insulas dismembratas hujusmodi com omnibus juribus et pertinentiis suis pro ilius districtu, diocesi et territorii in spiritualibus et temporalibus, prout ad dictam ecclesiam funchalensem antea pertinebat seu pertinere poterant, illarumque incolas et habitatores pro clero et populo perpetuo concessit et assignavit, clerumque et populum civitatis et diocesis Sancti Salvatoris hujusmodi jure et jurisdictione ipsius episcopi Sancti Salvatoris per tempore existentis, quo ad legem diocesanam et jurisdictionem, eitam perpetuo subjecit. Ac eidem erectae ecclesiae pro illius dole omnia et singula jura et emolumenta episcopalia, seu quae episcopus funchalensis ex insulis separatis hujusmodi antea percipiebat seu percipere poterat; nec non redditus annuos quingentarum ducatorum auri in auro largorum, cruciatorum nuncupatorum, ad valorem ducentorum milium regalium monetae illarum partium ascendentium ex annuis redditibus ad dictum Joannem regem, ut dictae militiae Jesu Cristi perpetuum administratorem in spiritualibus et temporalibus per sedem apostolicam

das funções que os outros Bispos podem exercer nas suas igrejas, cidades e dioceses, por direito ou costume ou outras causas, estivesse subordinado ao arcebispo funchalense por direito do metropolitano e primaz, com sede e mesa capitular e outras insígnias e jurisdições episcopais; que pudesse possuir e gozar dos privilégios, imunidades, faculdades e graças que, igualmente, por direito ou costume, ou outros motivos, usam, possuem e gozam, ou possam, de qualquer forma usar, possuir e gozar, para o futuro, as outras igrejas catedrais e seus Prelados existentes no mesmo reino e domínios de Portugal e dos Algarves; - instituiu e erigiu para sempre nessa igreja, um deão, - a maior dignidade depois da pontifical - a favor de de um deão que tivesse a seu cargo o cuidado do Cabido, e a quem pertencesse a cura de almas, como pertencia ao reitor (pároco) da mesma igreja do Santo Salvador; - um arquideaconado para um arcediogo, - um chanfrado, para um chanfre - e uma tesouraria para um tesoureiro, e ainda um magistério para um mestre-escola, - dignidade não maiores, ali, do que a pontifical; - e doze canonicatos e outras tantas prebendas para doze cónegos, que, juntamente como o deão, ardiago, chanfre, tesoureiro e mestre-escola, sobreditos, fizessem e constituíssem o Cabido da mesma igreja do Santo Salvador. - Que o deão e arcediogo e outro chanfre e ainda um tesoureiro e outro perpétuo beneficiado de entre os mais idóneos e sobreditos clérigos chamados percionistas, na mesma igreja do Santo Salvador, os quis não-de ser examinados para isso pelo primeiro futuro bispo - e outro beneficiado vitalício na mesma igreja do Santo Salvador, dentre os mais idóneos mestres, que, para o serem, não os doze outros clérigos, que não-de ser nomeados pelo mesmo Rei, ficassem sendo cónegos da mesma igreja erecta, e pudessem obter o deão, arquiidiaconato, chantrado, tesoureiro, os ditos canonicatos e prebendas respectivamente instituídas, pelo vigor das letras que estavam para concluir, sem qualquer outra provisão a favor dele houvesse de ser feita. - O nosso dito predecessor desmembrara e separara para sempre, das ilhas terras e províncias, designadas à dita igreja funchalense para sua diocese, toda a referida ilha de São Miguel e as que ficam próximas, chamadas Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico, Faial Flores e Corvo, que anteriormente era da diocese funchalense, com todas as aldeias, vilas, lugares e territórios, cujos nomes quis ter por expressos, com o clero, povo, pessoas, igrejas, mosteiros, hospitais e outros pios lugares e benefícios eclesiásticos com ou sem cura de almas, seculares e regulares de quaisquer Ordens. - Concedeu e designou, para sempre, à mesma igreja do Santo Salvador o lugar ou povoado para cidade erecta, as ilhas assim desmembradas, com todos os seus direitos e atribuições, para seu território e diocese em assuntos espirituais e temporais, como antes pertenciam ou podiam pertencer à dita igreja funchalense. - Também concedeu e designou, para sempre, os naturais e habitantes delas para clero e povo; sujeitou perpetuamente o clero e o povo da cidade e da diocese do Santo Salvador ao direito e jurisdição do mesmo Bispo do Santo Salvador que ao tempo existia, quanto a leis e jurisdição diocesana. - E à mesma erecta igreja, para dote dela, aplicou e apropriou para sempre, todos de cada um dos direitos e emolumentos episcopais, ou os que o Bispo di Funchal recebia ou poderia receber; e ainda os rendimentos anuais de duzentos ducados de ouro - do ouro dos chamados largos e cruzados, no valor de duzentos mil réis da moeda

deputatum in dicta insula Sancti Michaelis spectantibus, ipsius Joannis regis et administratoris ad hoc exppresso accedente consensu, nec non decanatu omnes et singulos fructus ipsius ecclesiae Sancti Salvatoris, quos illius rector pro tempore existens antea percipiebat, valorem centum ducatorum similium secundum communem existimationem annuam non excedentes, nec non ex eisdem redditibus ad ipsum Joannem regem et administratorem in eadem insula Sancti Michaelis pertinentibus, singulis aliis quatuor dignitatibus quadraginta qui sedecim milium, sigularis autem canonicatibus et praebendis hujusmodi similiter pro eorum dote triginta ducatorum auri similium, qui duodecim milium regelium similium valorem constituebant, redditus annuos, computatis tamen seu inclusis quod alias quatuor dignitates, ac canonicatus et praebendas hujusmodi provenibus, quos dicti beneficiat ex eorum, in dicta ecclesia beneficiis seu illorum ratione percipiebant illis videlicet, qui ex dictis redditibus ipsius Joannis regis administratoris persolvebantur dum taxat, ejusdem Joannis regis et administratoris etiam ad id accedent consensu, perpetuo applicavit et appropriavit, ita quod, si contingent fructus, quos dicta ecclesia Sancti Salvatoris rector antea percipiebat ad praedictorum centum ducatorum valorem non ascendere, tunc id quod ex dicto valore centum ducatorum deesset ex ipsius Joannis regis et administratoris redditibus in dicta insula integraliter compleri seu perfici deferret, et ipse Joannes rex et pro tempore existens administrator seu magister, ad id teneretur et adstrictus foret, ac quod fructus, redditus et proventus pro singulorum dignitatum ac canonicatum et praebendarum dote hujusmodi aplicati et alii quos ratione eorundem dignitatum ac canonicatum et praebendarum canonicatum et praebendarum percipiebant, seu in futurum perciperent, in quotidianas distributiones ac inter praesentes et in divinis interessentes et non alias distribuenter et dividerentur. Et insuper dictus Clemens praedecessor jus patronatus et praesentandi infra annum, propter loci distantiam eidem praedecessori et pro tempore existenti romano Pontifici personam idoneam ad ipsam ecclesiam Sancti Salvatoris, tam ea prima vice quam alias quotiens illius vacatio occurreret per eundem Clementem praedecessorem et pro tempore existetem romanum Pontificem in ejusdem ecclesiae Sancti Salvatoris episcopum et pastorem ad praesentationem hujusmodi et non alias perficiendam eidem Joanni et pro tempore existenti regi Portugaliae regi, cui antea jus patronatus et praesentandi ad dictam ecclesiam funchalensem dicta auctoritate reservatum fuerat, ipsi vero Joanni et pro tempore existenti regi, etiam jus patronatus et praesentandi praefacto episcopo Sancti Salvatoris, vel ejus vicario in spiritualibus generali, similiter pro tempore existenti, de ipsius episcopi Sancti Salvatoris speciali commissione, aut personis ad id eo deputandis, persinas saeculares et idoneas, tam ad majorem post pontificalem, quam etiam ad alias quatuor dignitates, ac duodecim canonicatus et totidem praebendas praedictos, quoties eos similiter, ea prima vice excepta; nec non ad omnia et singula alia civitatis et diocesis Sancti Salvatoris hujusmodi beneficia quaecumque, ad quae antea dictae militiae administrator seu magister pro tempore existens regularem persinam praesentare consueverat, quoties illa ex tunc de caetero quibusvis modis et ex quorumcumque personis, etiam apud sedem et eande, vacare contingeret, per ipsum episcopum Sancti Salvatoris seu ejus vicarium, aut personas deputandas hujusmodi ad praesentationem

corrente naquelas terras, dos rendimentos anuais pertencentes ao referido Rei João, bem como dos que pertenciam na ilha de São Miguel ao administrador perpétuo da dita Milícia, delegado pela Santa Sé Apostólica no espiritual e temporal, com assentimento para isso, do mesmo Rei João e do administrador. – Também ao deado aplicou e atribuiu todos e cada um dos frutos da mesma igreja do Santo Salvador os quais o reitor dela anteriormente recebia, no valor de cem ducados semelhantes, não excedendo o valor dos cem ducados, segundo a avaliação anual. – Também, dos mesmos réditos pertencentes ao mesmo Rei João e ao administrador, na mesma ilha de São Miguel, atribuiu e aplicou perpetuamente a cada um das outras quatro dignidades, quarenta; os quais perfazem dezasseis mil réis; a cada um dos outros canonicatos e prebendas, semelhantemente para dote deles, trita ducados, perfazendo a quantia de dezasseis mil réis de rendimento anual, contados, porém, ou incluídos – quanto às outras quatro dignidades, canonicatos e prebendas – nos proventos que os ditos beneficiados recebiam dos seus benefícios na referida igreja, ou em razão dos mesmos benefícios; – naqueles proventos, é claro, que eram pagos dos rendimentos do mesmo Rei João e do administrador, concedido também para isso o consentimento destes. – Também determinou que, se acontecer que os frutos que a referida igreja de Santo Salvador antes recebia directamente não atingissem o valor dos cem ducados, então que faltasse devia ser integralmente suprido pelos réditos do mesmo Rei João e do administrador, concedido também para isso o consentimento destes. – Também determinou que, se acontecer que os frutos que a referida igreja do Santo Salvador antes recebia directamente não atingissem o valor dos cem ducados, então que faltasse devia ser integralmente suprido pelos réditos do mesmo Rei João e do administrador ou mestre, na dita ilha de São Miguel, ou então o próprio Rei João ou o administrador ou mestre então existente seriam a isso obrigados e adstritos; – e que os frutos, réditos e proventos para dote de cada uma das dignidades, canonicatos e prebendas desta forma aplicados, e ainda outros que, em razão das mesmas dignidades, canonicatos e prebendas recebiam, ou recebessem de futuro, fossem distribuídos e divididos por entregas diárias, e não de outro modo, aos presentes ou intervenientes ao serviço divino. – Além disso, o mesmo referido predecessor Clemente reservou e concedeu perpetuamente o direito de padroado e de apresentar, dentro de um ano, em vista da distância do lugar, no mesmo nosso predecessor, ou ao Pontífice Romano que então existisse, a pessoa idónea para Bispo e Pastor da mesma igreja do Santo Salvador, apresentação que deve ser feita deste modo e não de outro, pelo mesmo João, ou pelo Rei de Portugal que então existir, ao qual fora reservado anteriormente, pela mesma autoridade, o direito de padroado e de apresentar, para a referida igreja funchalense. – Na verdade ao mesmo Rei João e ao Rei que então o fosse também reservou e concedeu, para sempre, e do mesmo modo, o direito de padroado e de apresentar – ao referido Bispo do Santo Salvador – ou ao que então for, por especial concessão do mesmo Bispo do Santo Salvador, vigário geral deste, nas cousas espirituais – ou às pessoas para isso designadas por ele as pessoas seculares idóneas – tanto para a maior dignidade depois da pontifical, como também para as outras quatro dignidades e para os referidos doze canonicatos e outras tantas prebendas, todas as vezes, exceptuando a primeira; e ainda apresentar, de então em diante, perante a Sé, ainda que

eandem instituendas, sic quod episcopus seu vicarius aut personae deputandae hujusmodi praesentationem praedictus, etiam extra dictam diocesim Sancti Salvatoris constitutus admittere et ad ilas instituere possent et ad dictum decanatum praesentatus et in eo constitutus pro tempore infra annum a die illius assecutionis compudandum novam provisionem a dita sede impetrare et jura camerae apostolicae rotione illius vacationis debita persolvere, teneretur alioquin dicto anno elapso praesentatio et institutio hujusmodi nullius esset roboris vel momenti, ipseque decanatus vacare conseretur eo ipso; ac idem Joannes et pro tempore existens Portugalie et Algarbiorum rex ex tunc de caetero perpetuis futuris temporibus ad eundem decanatum, et ad alias quattuor dignitates, nec non canonicatus et praebendas, omniaque et singula alia erecta, ad quae magister dictae militiae antea regulares praesentare consueverat ac in posterum erigenda, ad quae praesentare debuerat ecclesia civitatis, ac diocesis Sancti Salvatoris hujusmodi beneficia ecclesiastica, cum curaet sine cura, saeculares omnino ac mullatebus regulares personas praesentare deberet, similiter perpetuo reservavit et concessit. Et insuper voluit, statuit et ordinavit et decrevit quod etiam ex tunc de caetero idem Joannes rex et pro tempore existens dictae militiae administrator seu magister, ipsius ecclesiae Sancti Salvatoris aedificia ampliare et ad formam cathedralis ecclesiae in omnibus et per omnia reduci facere, illamque ac omnes et singulas alias ecclesias, capellas, templa, monasteria et pia loca earundem civitatis et diocesis. Sancti Salvatoris in eorum aedificiis manutenere, conservare et reparare facere; nec non mithra, baculo pastorali, vestimentis, paramentis, ornamentis, calicibus, patenis, thuribulis, vasis, libris luminaribus, organis, campanis et aliis tam ipsi ecclesiae Sancti Salvatoris et illius praesuli, nec non dignitates obtinentibus et canonicis ac personis, quam aliis ecclesiis, capellis, templis, monasteriis et piis locis praedictis, ac illorum beneficiatis et ministris ad divinum inibi necessariis decenter fulcire; nec non pro tempore existenti dictae ecclesiae Sancti Salvatoris praesuli dignitates obtinentibus ac canonicatus de praemissis illis perpetuo concessio et assignatis dotibus ex ipsius Joannis regis et administratoris in dicta insula redditibus, nec non in dicta ecclesia Sancti Salvatoris ac per ipsius civitatem et diocesim existentibus ecclesiarum parochialium, vicariarum, capellarum, templorum, et piorum locorum hujusmodi rectoribus, vicariis, capellanis, officialibus, praesbiteris, clericis et aliis personis in divinis deservientibus solita et congrua, redditus, et salaria annua impendere; nec non alia nova parochiales ecclesias, vicariarias, capellas, templa ac pia loca in civitate et diocesi Sancti Salvatoris praedictis, ubi et quoties juxta temporum et locorum qualitatem et exigentiam opporret, et alias prout inter ipsos administratorem seu magistrum et episcopum conventum foret, construi et eregi facere, ac rectores vicarios, capellanos, beneficiatos, officiales et personas in illis cultui divino et animarum curae necessarios in congruo numero deputare et debite sustentare et necessaria eis ministrare, prout ratione dictone militiae de jure vel consuetudine seu alias tenebatur et obligabatur, penitus et omnino teneretur et adstrictus foret – Quodque prioratus, praepositurae, parochiales ecclesiae, vicariae, capellae, ac alia quaecumque cum cura et sine cura beneficia et officia ecclesiastica, quorum qualitates, denominationes et nuncupationes idem Clemens praedecessor pro expressis haberi voluit, in ecclesia, civitate et diocesi Sancti Salvatoris praedictis,

aconteça estar vaga, para todos e cada um dos benefícios, quaisquer que eles sejam, e seja cada um qual for, ou de qualquer qualidade, – para os quais, anteriormente o administrador ou mestre da referida Milícia ao tempo existente costumava apresentar a pessoa idónea todas as vezes que acontecia estarem tais benefícios vagos de seus titulares por quaisquer motivos – as pessoas referidas, e estas deviam ser, para essa apresentação, indicadas pelo mesmo Bispo do Santo Salvador ou pelo vigário deste, ou pessoas para tal designadas, mesmo ausente ou ausentes da referida diocese do Santo Salvador, poderiam provê-las; – que o representado para o deado ou nele então provido seja obrigado a requerer à dita Sé nova provisão, dentro de um ano a contar do dia da entrada no cargo, e a pagar à Câmara Abastólica os direitos em razão daquela vagatura; de outra forma, acabado o dito ano, a apresentação e a colação seriam de nenhum valor e importância, e por esse facto, o deado seria considerado vago. – E da mesma forma reservou e concedeu para sempre que: – desde então para o futuro, o mesmo João ou o Rei de Portugal e dos Algarves existente na ocasião devesse apresentar, para o mesmo deado e para as outras quatro dignidades, canonicatos e prebendas, e para todos e cada um dos outros benefícios instituídos ou a instituir no futuro, – para os quais o mestre da dita Milícia costumava anteriormente apresentar – à igreja do Santo Salvador, para os benefícios eclesiásticos deste género, com ou sem cura de almas, somente pessoas seculares, e de modo algum pessoas regulares. – Além de tudo quis, estabeleceu e decretou que também, desde então para o futuro, o mesmo Rei João e ao tempo existente administrador ou mestre da referida Milícia ampliassem os edifícios da mesma igreja do Santo Salvador e o fizessem tomar, em tudo e por tudo, a forma de igreja catedral; que fizessem manter, conservar e reparar todas e cada uma das outras igrejas, capelas, templos, mosteiros, e piedosos lugares, em seus edifícios, da mesma cidade e diocese do Santo Salvador; – que estaria gravemente obrigado a prover, tanto a igreja do Santo Salvador de mitra, báculo pastoral, vestes, paramentos, ornamentos, cálices, patenas, turíbulo, vasos, livros, candelabros, órgãos, sinos e outros objectos, a mesma igreja do Santo Salvador, e o seu prelado, os providos nas dignidades, os cônegos e outras pessoas, como as outras ditas igrejas, capelas, mosteiros e piedosos lugares e seus beneficiados e ministros prover do necessário para nelas se manter decentemente o culto divino; – que também seria estritamente obrigado a pagar ao prelado, a qualquer tempo existente, da igreja de Santo Salvador, aos titulares das dignidades e canonicatos os dotes e eles perpetuamente concedidos e estipulados, dos rendimentos do mesmo Rei João e do administrador da sobredita Milícia, bem como a pagar a costumada cõgrua, réditos ou salários anuais, reitores, vigários, capelães, empregados, presbíteros, clérigos e outras pessoas que se ocupem no serviço das igrejas paroquiais, vigararias, capelas, templos e semelhantes lugares pios que existem na dita igreja do Santo Salvador, na cidade e diocese da mesma igreja; – obrigado também a fazer, construir e erigir nas referidas cidade e diocese do Santo Salvador novas coisas: – igrejas paroquiais, vigararias, capelas, templos e lugares piedosos, onde e quantas vezes for oportuno, segundo a qualidade e necessidade dos tempos e dos lugares, e outras, segundo for pactuado entre os próprios administrador ou mestre e Bispo; – a nomear e devidamente sustentar, em número conveniente, os párocos, vigários, capelães, beneficiados, empregados e pessoas necessárias, nesses

procurantibus dicto Joanne rege ac illius praedecessoribus administratoribus seu magistris dicatae militiae, vel alia quomodolibet erecta, instituta, et ordinata, ac illorum rectoribus, vicarus, capellanis, sacerdotibus, clericis, beneficiatis, officialibus, clericis, beneficiatis, officialibus et personis in illis deservicentibus deputata reditus et salaria; nec non donaciones et concessionones quaecumque ecclesiis, vicariis, capellis et locis praedictis, nunc factae et quae in futurum fierent, nisi, de ipsius episcopi Sancti Salvatoris pro tempore existentis permissione et consensu, ac alias prout de jure foret, nullatenus supprimi et casari, immutari, revocari, extingui aut invalidari, seu numerus rectorum, vicariorum, praesbiterorum, capellanorum, clericorum, beneficiatorum, officialium et personarum hujusmodi pro tempore institutus imminui aut reditus et salaria hujusmodi ad minores summas, quam erant ordinata, a quoquam etiam apostolica praedicta, vel quavis alia auctoritate fungente, reduci nullatenus possent, sed inconcussa, illesa, et intacta permanerent similiter consilio et auctoritate perpetuo statuit et ordinavit: ac easdem donaciones, concessionones, ordinationes et deputationes, caeteraque praemissa, ac prout illa concernebant omnia et singula in instrumentis seu publicis documentis desuper forsan confectis contenta, et quae in futurum fierent, etiam ex tunc prout ab ea die et contra approbavit et confirmavit, supplens omnes et singulos, siqui in eis intervenissem, tam juro quam facti defectus, – Praeterea praefatus Clemens praedecessor voluit et ordinavit dignitates obtinentes, canonicatus, beneficiatos, praesbiteros, clericos, officiales et personas ecclesiae, civitatis et diocesis Sanctis Salvatoris hujusmodi pro tempore existentes, quo ad correctiones, praecedentias, reformationes, etiam personales, caerimonias, ritus, mores et consuetudines, ac divinorum officiorum recitationem et celebrationem, ac alia omnia et singula dignitates, obtinentibus, canonicis, beneficiastis, praesbiteris, clericis, officialibus et personis dictae ecclesiae et diocesis funchalensis conformari debere, ac episcopum Sancti Salvatoris pro tempore existentem ad hoc per dignitates obtinentes, canonicos, beneficiatos, praesbiteros, clericos, officiales et personas praefatas observari faciendum per dictum metropolitanum et primatem pro tempore existentem cogi et compelli posse. Et nihilo minus eidem episcopo Sancti Salvatoris pro tempore existenti sub ingressu ecclesiae, nec non mille ducatorum auri camerae apostolicae eo ipso incurrenda et applicanda poena, districtius praecipiendo mandavit quatenus praemissa omnia et singula, ac alia quae dictae militiae administratori seu magistro, as quibusvis illorum officialibus et alias personis ratione dictae militiae seu alias quomodolibet concernebant per se, vel alium seu alios, irremissibiliter ad impleri faceret; eidemque episcopo Sancti Salvatoris ad omnia et singula praemissa, nec non contradictores quoslibet et rebelles per consuras, ac pecuniarias et alias formirabiliores eo ipso incurrendas poenas ecclesiasticas, sublato appellationis et suffragii obstaculo, compescendi, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii saecularis, praeter ordinariam apostolicam auctoritatem et facultatem concessit. Ac quod episcopus Sancti Salvatoris pro tempore existens praemissa omnia et singula, ut praemittitur, nec non quamcumque jurisdictionem ordinariam in diocesanos suos exercere, ac per viam simplicis querellae ordiri possit, etiam extra dictam ejus diocesim Sancti Salvatoris, perinde ac si in ea constitutus esset, concessit, decernens irritum et inane quidquid secus super iis a

lugares, ao culto deívino e cuidado das almas, bem como ministrar-lhes tudo o que necessário fosse, conforme e em razão da sobredita Milícia, por direito ou costume estava obrigado. – Do mesmo modo, por conselho e autoridade, estabeleceu e ordenou: – que, de forma alguma se poderiam suprimir, acabar, mudar, revogar, extinguir ou invalidar: – os priorados, prelazias, igrejas paroquiais, vigararias, capelas e outros quaisquer benefícios ou ofícios, com ou sem cura de almas, (cujas qualidades, denominações e invocações o mesmo nosso predecessor Clemente quis ter por expressas) nas ditas igreja, cidade e diocese do Santo Salvador, nem outras, de qualquer modo erectas, instituídas ou ordenadas; isto a solicitação do mesmo Rei João e de seus predecessores e dos administradores ou mestres da referida Milícia; – os designados salários e réditos dos párocos, vigários, capelães, sacerdotes, clérigos, beneficiados, empregados e pessoas que nelas servissem; – quaisquer doações e concessões feitas as igrejas, vigararias, capelas e referidos lugares, tanto as já feitas como as que de futuro houvesse, de ser feitas, a não ser com permissão e consentimento do mesmo Bispo, que o for, ao tempo, do Santo Salvador, conforme fosse de direito; – o número determinado dos párocos, vigários, presbíteros, capelães, clérigos, beneficiados, empregados e pessoas assim existentes no correr do tempo; – estipêndios e rendimentos, da mesma forma, não poderiam ser reduzidos a menor soma do que aquela em que forma ordenados, por ninguém, nem mesmo pela dita autoridades apostólica, ou qualquer outra, mas permaneceriam intangíveis, ilesos e intactos. – Desde esse dia, aprovou e confirmou todas as mesmas doações, concessões, ornações e delegações e todas as outras proposições (propostas), todas e cada uma, conforme a quem respeitassem, contidas em instrumentos ou documentos públicos, quanto possível resumidos acima; e as que de futuro houvessem de ser feitas; suprimindo todos os defeitos, e cada um, se, por acaso, algum incidiu, tanto de direito como de facto. – Além de tudo, o sobredito nosso predecessor Clemente quis e ordenou: – que os titulares das dignidades, os cónegos, beneficiados, presbíteros, clérigos, oficiais e pessoas da igreja, cidade e diocese do Santo Salvador existentes no decorrer dos tempos, quanto a correcções, precedências, reformações, – mesmo as pessoais – cerimónias, ritos, costumes e hábitos, recitação dos ofícios divinos, celebração, todas e cada uma das outras coisas, devessem conformar-se com os titulares das dignidades, cónegos, beneficiados, presbíteros, clérigos, oficiais e pessoas da sobredita igreja funchalense; – que o Bispo do Santo Salvador, os titulares das dignidades, os cónegos, beneficiados, presbíteros, clérigos, empregados e pessoas acima referidas, no decorrer do tempo, poderiam ser coagidos e compelidos a que tudo isso se cumprisse pelo dito Metropolita e Primaz que na ocasião existisse. – Do mesmo modo mandou, sob preceito, ao mesmo Bispo do Santo Salvador; – que logo que entrasse na sua igreja, e por isso mesmo, fizesse cumprir, irremissivelmente, e quanto possível, por si ou por outro ou por outros, todos e cada um daqueles mandados, e outros, que diziam respeito ao administrador ou mestre da supradita Milícia ou a qualquer dos seus oficiais ou outras pessoas dependentes da dita Milícia; – isso sob pena de incorrer na multa, que lhe seria aplicada, de mil cruzados de outro para a Câmara Apostólica. – Ao mesmo Bispo do Santo Salvador, além da autoridade ordinária, concedeu autoridade apostólica para reprimir quaisquer contraditores ou rebeldes contra todos ou cada um dos mandados expostos, por

quoquam quavis auctoritate scienter vel ignotanter contingeret attentari. Non obstantibus ipsius Clementis praedecessoris constitutione, per quam inter alia voluerat quod semper in unionibus commissio constitutione, per quam inter alia voluerat quod semper in unionibus commissio fieret ad partes, vocatis quorum interesset et aliis apostolicis constitutionibus, ac dicetae ecclesiae funchalensis, nec non militiae et ordinis praedictorum, juramento, confirmatione apostolica, vel gravi firmitate alia raboratis statutis et consuetudinibus, nec non privilegiis et indultis apostolicis eisdem militiae et ordini, ac ipsius militiae magistro seu administratori, nec non milibus et aliis fratribus, ac officialibus caeterisque personis in genere vel in specie, etiam super illorum exemptione, ab ordinariis locorum et alias sub quibuscumque tenoribus et formis, ac quibusvi etiam derogatoriis derogatoriis, aliisque efficacioribus et insolitis clausulis irritantibusque, et aliis decretis, etiam iteratis vicibus concessio approbatis et innovatis, quibus omnibus, etiam si de illis totis tenoribus specialis, specifica, individua et expressa; ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales etiam idem importantes, mentio, seu quaevis alia expressio habenda aut aliqua alia exquisita forma ad id servanda foret, tenore huiusmodi pro sufficienter expressis habens illis alias in suo robore permansuris, ea vice dum taxat, specialiter et expressen derogavit, caeterisque contrariis quibuscumque. Ne autem de erectione et institutione posterioribus, dismembratione, separatione, assignatione, seu subjectione, applicatione, approbatione, reservatione, voluntate, statuto, ordinatione, approbatione, confirmatione, suppletione, praecepto, mandato, concessionem, decreto ac derogatione praedictis, pro eo quod super illis dicti Clementis praedecessoris ejus superveniente obitu, litterae confectae non fuerint, valeat quomodolibet haesitari, ipseque Joannes rex et pro tempore existentes Portugaliae et Algarborum reges, ac episcopus Sancti Salvatoris illorum frustrentur effectu, volumus et similiter auctoritate apostolica decernimus, quod erectio, institutio, dismembratio, separatio, assignatio, subjectio, applicatio, appropriatio, reservatio, voluntas, statutum, ordinatio, approbatio, confirmatio, suppletio, praeceptum, mandatum, concessio, decretum et derogatio Clementis praedecessoris huiusmodi perinde a dicta die pridie Calendas Februarii suum sortiantur effectum, ac si super illis ipsius Clementis litterae sub ejusdem diei data confectae fuissent, prout superius enarratur; quodque praesentes litterae ad probandum plene erectionem, institutionem, dismembrationem, separationem, assignationem, subjectionem, applicationem, appropriationem, reservationem, voluntatem, statutum, ordinationem, approbationem, confirmationem, suppletionem, praeceptum, mandatum, concessionem, decretum et derogationem, Clementis praedecessoris huiusmodi, ubique sufficiant, nec ad id probationis, alterius adminicutum requiratur. Nulli ergo hominum requiratur. Nulli ergo hominum liceat hanc paginam nostrae voluntatis et decreti infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare praesumpserit indignationem omnipotentis Dei, ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum eius se noverit incursum. – Datum Romae, apud Sanctum Petrum, anno incarnationis dominicae millesimo quingentesimo trigesimo quarto, tertio nonas Novembris pontificatus nostri anno primo.^[315]

315. Martins do Carmo foi quem reviu a prova em Latim.

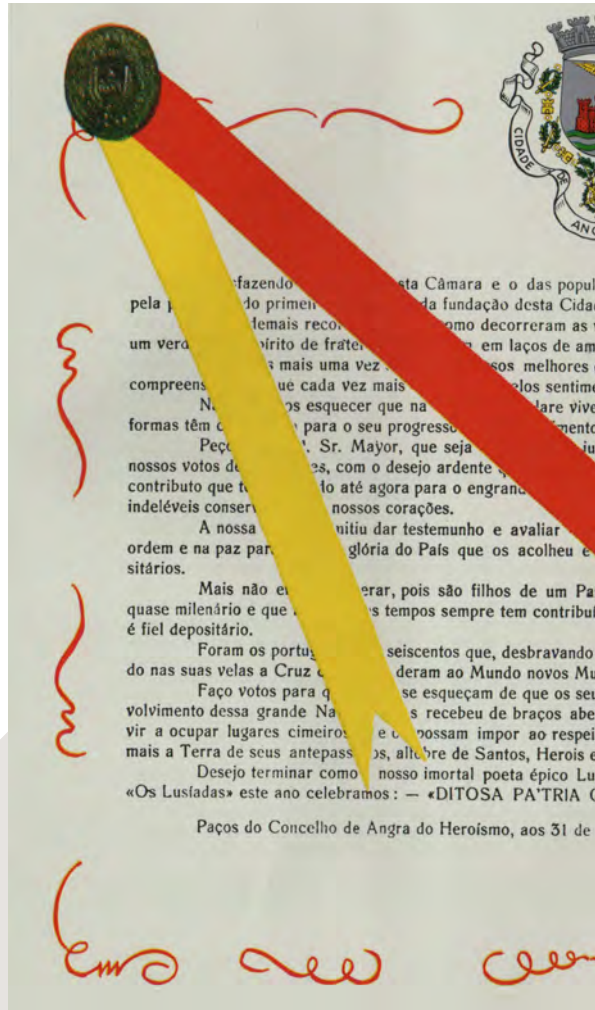
meio de censuras e outras penas pecuniárias e outras penas eclesiásticas, retirado o obstáculo da apelação ou pelo refúgio, solicitando até, para tanto, o auxílio do braço secular, se necessário for. — Concedeu ao mesmo Bispo do Santo Salvador, que ao tempo existisse, toda e qualquer jurisdição ordinária pra cumprir esses mandados, como é lícito, e para proceder contra os seus diocesanos por meio de simples quarela, ainda que esteja fora da sua dita diocese do Santo Salvador, como se nela estivesse residindo; decretando (o mesmo Clemente VII) que seria irrito e vãn tudo quanto contra essas concessões acontecesse que fosse tentado por qualquer autoridade cientemente ou por ignorância: não obstante a constituição do mesmo nosso predecessor Clemente, pela qual, entre outras disposições, ele queria que sempre, nas audiências, fosse feita intimação às partes, chamando-se aqueles a quem interessasse; nem obstante outras constituições apostólicas nem as da referida igreja funchalense, as da referida Milícia e Ordens, ainda que reforçadas com juramento, confirmação apostólica ou qualquer outra firmeza, nem estatutos, costumes, privilégios, indultos apostólicos concedidos pelos ordinários dos lugares à mesma Milícia e Ordem, a administrador ou mestre da mesma Milícia, militares e outros freires e funcionários ou a outras pessoas, quer em género quer em espécie, até mesmo acerca da isenção deles, nem ainda outros concedidos sob quaisquer teores e formas, nem quaisquer regatórias ou derogatórias ou outras coisas mais eficazes, valiosas ou insólitas cláusulas, nem outros decretos, mesmo reeptidas vezes concedidos, aprovados ou renovados — Todas estas coisas, tendo-as por suficientemente expressas, ainda mesmo que delas todas houvesse de ser feita ou observada especial, específica, individual e expressa menção ou qualquer outra expressão ou alguma particular forma, ou tivessem de ser mencionadas palavra por palavra e não por cláusulas gerais, ainda que assim importasse, pelo teor das presentes letras, especial e expressamente as derogou todas devendo elas, aliás, permanecer em seu vigor) apenas por essa vez, e a quaisquer outras coisas em contrário. — Ora, para que, a respeito das sobreditas posteriores erecção, instituição, desmembração, separação, assignação, subjunção, aplicação, apropriação, reservação, vontade, estatuto, ordenação, aprovação, confirmação, suprimimento, preceito, mandado, concessão, decreto e delegação se não possa de qualquer forma duvidar, por isso que, a respeito delas, não foram acabadas as letras do dito nosso predecessor Clemente, por ter sobrevindo o seu óbito, para que o mesmo Rei João ou Rei de Portugal e dos Algarves que ao mesmo tempo for, e o Bispo do Santo Salvador não fiquem privados do efeito dessas letras, do mesmo modo, por autoridade apostólica, decretamos que a erecção, instituição, desmembração, separação, assignação, sujeição, aplicação, apropriação, reservação, vontade, estatuto e ordenação, posse, confirmação, suprimimento, preceito mandado, concessão, decreto e derrogação de Clemente, predecessor nosso, desde esse dia 31 de Janeiro surtam seus efeitos, como se as letras do mesmo Clemente tivessem sido acabadas na data do mesmo dia, como acima se narra; e que as presentes letras, do mesmo modo, bastem para em toda a parte provar plenamente a erecção, instituição, desmembração, separação, assignação, sujeição, aplicação, apropriação, reservação, vontade, estatuto, ordenação, aprovação, confirmação, suprimimento, preceito, mandato, concessão, decreto e derrogação do mesmo predecessor Clemente; nem se exija para isso o apoio de outra aprovação. — A nenhum homem, portanto, seja permitido infringir esta página da nossa vontade e decreto, ou por temerária ousadiar contra ela. — Mas, se alguém isso intentar, advirta que se reconhecerá incurso na indignação de Deus Omnipotente e na dos bemaaventurados apóstolos, Pedro e Paulo. — Dado em Roma, em São Pedro, no ano da encarnação do Senhor mil quinhentos e trinta e quatro ou terceiro dia antes das nonas de Novembro (3 de Novembro) primeiro ano do nosso pontificado^[37]

317. Frei Agostinho de Montalverne.

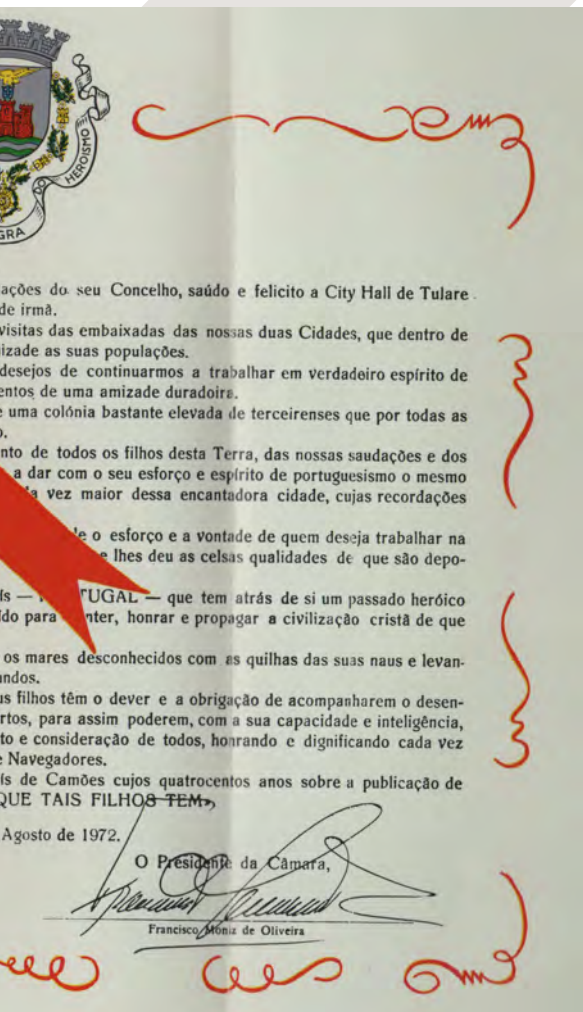
n^o 31*Aliança fraternal Angra-Tulare*

Correspondendo gostosamente ao desejo expresso no ofício do *City Council* de Tulare, de 20 de Janeiro de 1966,^[318] deliberou a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo em 10 de Março seguinte, «participar, em representação da população local, com Tulare no programa das 'Cidades Irmãs' e promover o intercâmbio e relações estreitas de amizade» entre as duas Municipalidades, de forma a obter-se um melhor conhecimento e a manter o portuguêsismo da Comunidade Lusa daquela urbe do Vale de S. Joaquim, Califórnia, Estados Unidos, conforme o expandido no ofício n.º 365, de 1 do dito mês de Março, firmado pelo Governador Machado Pires, e aprovação do Ministro do Interior (despacho de 10 de Agosto de 1965).

«A maior parte da população de Tulare (cerca de vinte mil habitantes, como Angra do Heroísmo) é constituída por portugueses, luso-americanos e luso-descendentes, quase todos originários dos Açores, sobretudo desta Ilha Terceira, que para lá transplantaram, e têm mantido, suas tradições e costumes, umas e outros alimentados por programas radiofónicos e



318. Iniciativa do Mayor de Tulare, dentro do programa *People to People*, fundado pelo próprio Presidente dos Estados Unidos da América do Norte e que visa estabelecer e cimentar maior amizade e entendimento entre as populações dos Estados Unidos e de outros países, através do contacto pessoal directo.



por jornais de língua portuguesa». ^[319]

De 1 a 3 de Maio de 1967, Angra hospedou a primeira delegação de Tulare, integrada do Mayor Melvin Houch; Richard Keef, da Junta de Superintendência; Joaquim Correia e Enos Santos, pela Rádio; Manuel Faria Júnior, Delegado dos Vendedores de Leite; Manuel Mancebo, representando a Indústria; Dr. Joseph Soares, comerciante e Presidente do Comité das Cidades Irmãs ^[320].

Do esmerado programa levado a efeito, que a Imprensa regista em detalhe, anota-se a sessão solene, no Salão Nobre, presidida pelo Chefe do Distrito, na ocasião da chegada, durante a qual o Mayor Houch recebeu do Presidente da Edilidade Angrense, Dr. Francisco Moniz de Oliveira, a Medalha de Ouro da Cidade, com Colar, uma reprodução da Carta de Joanes Hugonius Lisnchoten e um álbum de fotos com aspectos terceirenses.

Na primeira quinzena de Julho do ano imediato, ambiente festivo e homenageante distinguiu Miss Tulare 1968 – Maurine Abramson.

319. Do citado ofício 365 do Governo Civil de Angra.

320. Os primeiros três e o quinto vieram acompanhados das esposas.

Em amistosa retribuição, uma «*embaixada*» de vinte entidades e presidida pelo primeiro magistrado camarário, de 17 a 22 de Setembro de 1968 assistiu às celebrações do aniversário de Tulare. Alvo de sumas gentilezas, a representação angrense ainda incluiu os Vereadores Dr. Francisco Mendes Pereira, José Fernandes de Sousa Louro, Edgardo da Silveira e Manuel da Rocha Lopes.

Nas jubilosas comemorações do primeiro centenário de Tulare, de 13 a 19 de Setembro de 1972, marcou outra vez a cidade de Angra relevante presença com um escol de individualidades particulares, sendo o engenheiro José Manuel Duarte Paulo Dias, Director-Delegado dos Serviços Municipalizados, portador da Mensagem que segue.*

Além da *Chave de Tulare*, exposta no Salão Nobre, que recorda o «*convívio*» de 1968, outros símbolos desta *Irmandade* existem no gabinete do Presidente, como:

~ Taça, com a legenda: «ANGRA-TULARE / SISTER CITY VISIT/9.13.68»

~ Emblema da City of Tulare, com a inscrição: «ANGRA SISTER CITY / PRESENTED TO / CITY OF ANGRA / IN TULARE, CALIFORNIA / SEPTEMBER 13.1968»

~ Placa de metal polido, assim legendada: «À CÂMARA MUNICIPAL / DE ANGRA / RECORDANDO A VISITA DA / DELEGAÇÃO – EM SETEMBRO 1968 / - SAUDAÇÃO – DO – PROGRAMA PORTUGAL - / A FAMILIA SANTOS / TULARE, CALIFORNIA»

~ Placa, em cobre, com o esboço topográfico do Estado da Califórnia e os dizeres: «ANGRA DO HEROISMO / TULARE CENTENNIAL / DELEGATION / SEPTEMBER 14.1972» e, sobre a medalha, «TULARE / CENTENNIAL / OUR / 100 YEARS (1872-1972)».

MENSAGEM

Reprodução da Mensagem do Município de Angra do Heroísmo à Cidade-irmã Tulare e entregue em ambiente solene em 14 de Setembro de 1972 pelo Eng.º José Manuel Duarte Paulo Dias no grande hall do «Tulare Divino Espírito Santo» (T.D.E.S.).

Satisfazendo os desejos desta Câmara e o das populações do seu Concelho, saúdo e felicito a City Hall de Tulare pela passagem do primeiro Centenário da fundação desta Cidade irmã.

Não é demais recordar a forma como decorreram as visitas das embaixadas das nossas duas Cidades, que dentro de um verdadeiro espírito de fraternidade ligaram em laços de amizade as suas populações.

Queremos mais uma vez afirmar os nossos melhores desejos de continuarmos a trabalhar em verdadeiro espírito de compreensão para

que cada vez mais nos unamos pelos sentimentos de uma amizade duradoira.

Não podemos esquecer que na Cidade de Tulare vive uma colónia bastante elevada de terceirenses que por todas as formas têm contribuído para o seu progresso e desenvolvimento.

Peço a V. Ex.^a, Sr. Mayor, que seja o porta-voz, junto de todos os filhos desta Terra, das nossas saudações e dos nossos votos de felicidades, com o desejo ardente que continuem a dar com o seu esforço e espírito de portuguesismo o mesmo contributo que têm prestado até agora para o engrandecimento cada vez maior dessa encantadora cidade, cujas recordações indeléveis conservamos em nossos corações.

A nossa visita permitiu dar testemunho e avaliar de quanto vale o esforço e a vontade de quem deseja trabalhar na ordem e na paz para honra e glória do País que os acolheu e da Nação que lhes deu as excelsas qualidades de que são depositários.

Mais não era de esperar, pois são filhos de um País – PORTUGAL – que tem atrás de si um passado heróico quase milenário e que através dos tempos sempre tem contribuído para manter, honrar e propagar a civilização cristã de que é fiel depositário.

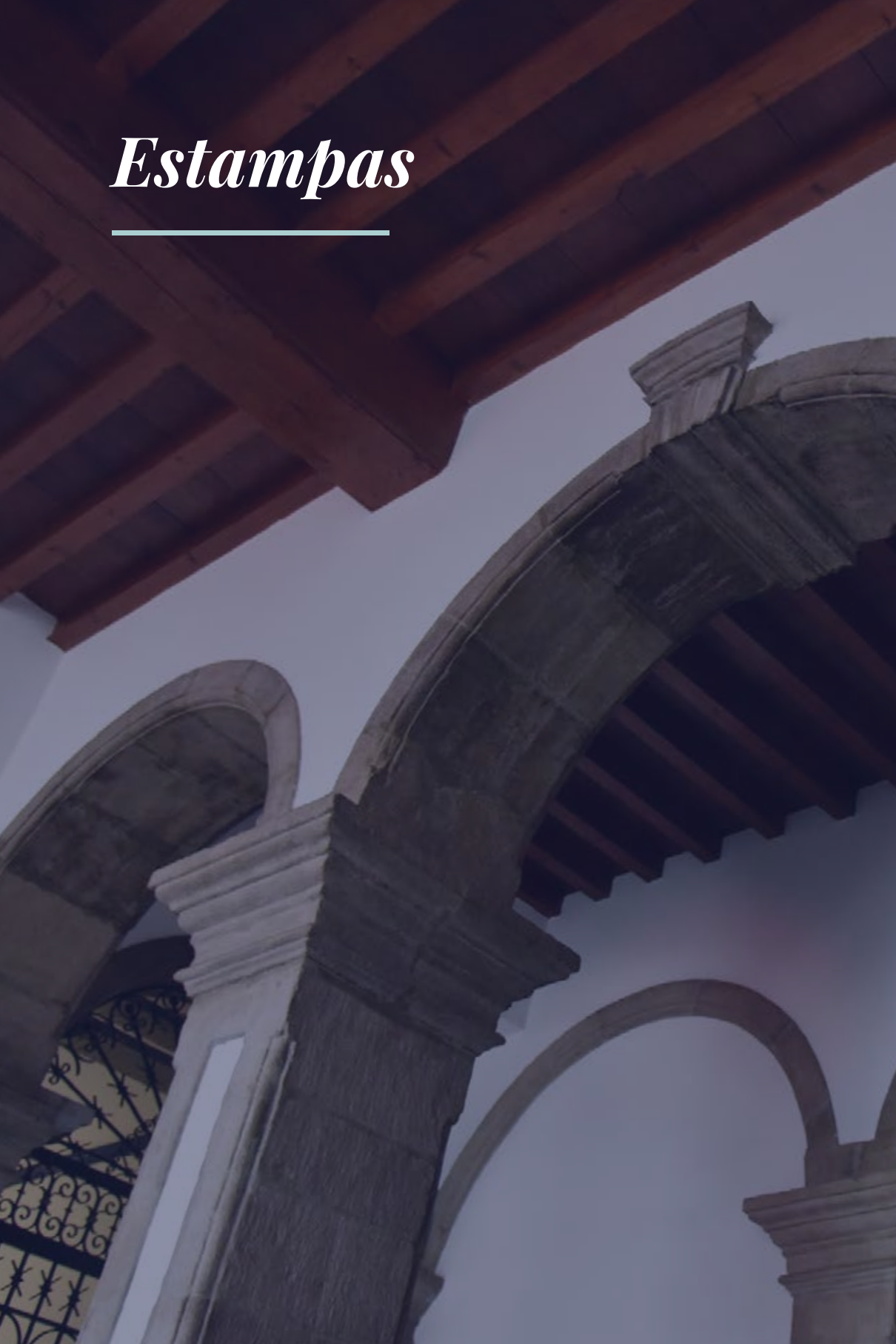
Foram os portugueses de seiscentos que, desbravando os mares desconhecidos com as quilhas das suas naus e levando nas suas velas a Cruz de Cristo, deram ao Mundo novos Mundos.

Faço votos para que nunca se esqueçam de que os seus filhos têm o dever e a obrigação de acompanharem o desenvolvimento dessa grande Nação que os recebeu de braços abertos, para assim poderem, com a sua capacidade e inteligência, vir a ocupar lugares cimeiros que os possam impor ao respeito e consideração de todos, honrando e dignificando cada vez mais a Terra de seus antepassados, alfobre de Santos, Heróis e Navegadores.

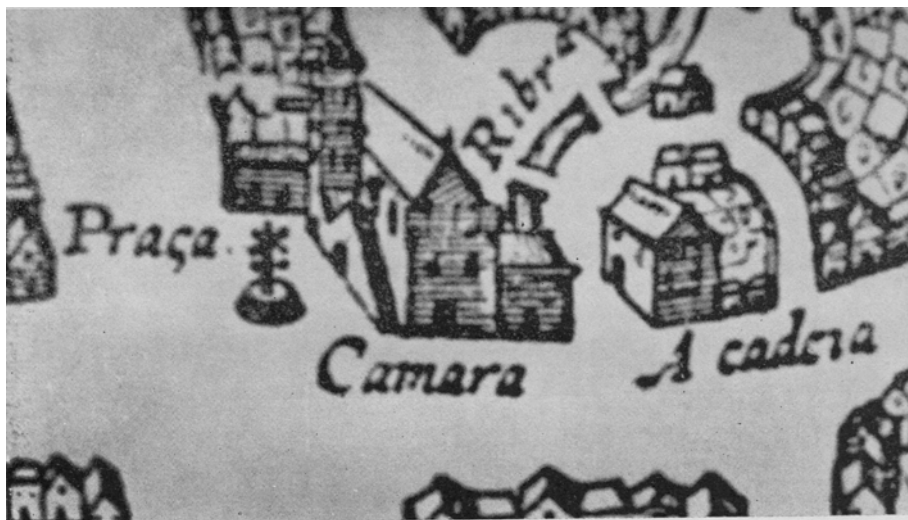
Desejo terminar como o nosso imortal poeta épico Luís de Camões cujos quatrocentos anos sobre a publicação de «Os Lusíadas» este ano celebramos: - «DITOSA PÁTRIA QUE TAIS FILHOS TEM».

Paços do concelho de Angra do Heroísmo, 21 de Agosto de 1972

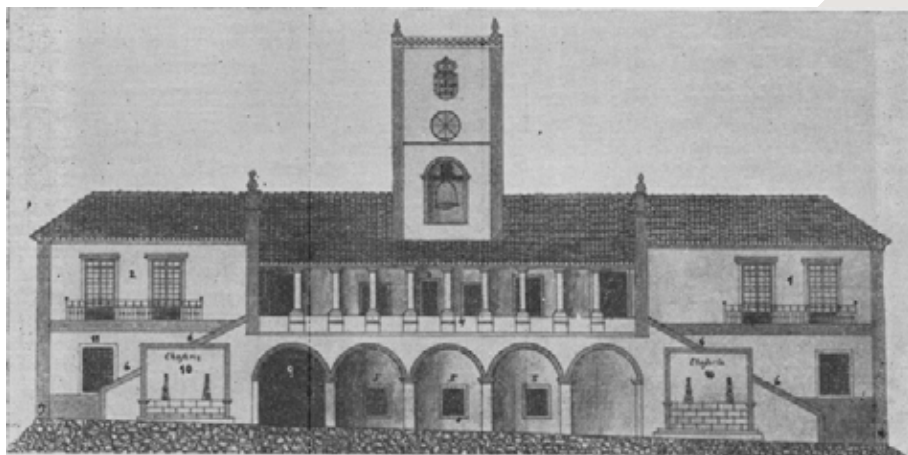
Estampas







Aspecto da Praça, Câmara e Cadeia primitivas de Angra (carta de Jan Huygen van Linschoten, 1589).



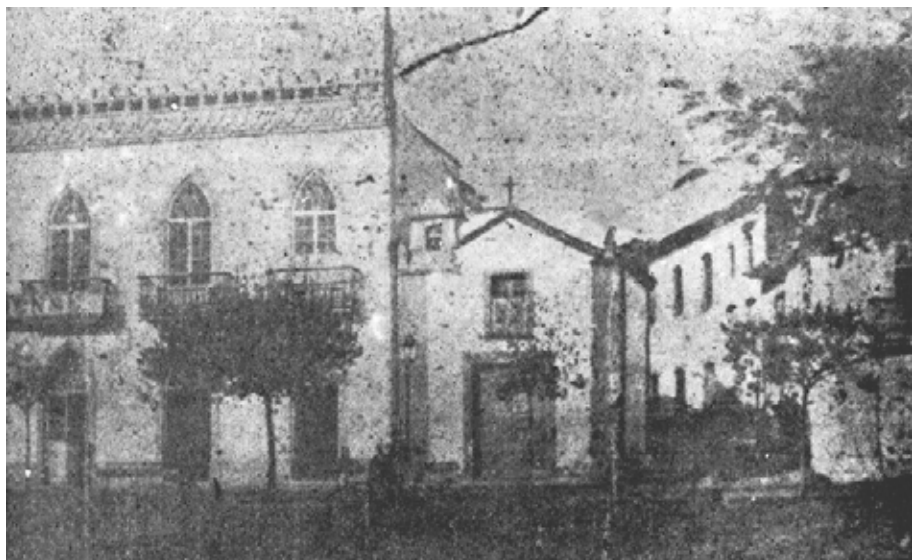
Perspectiva da anterior Câmara de Angra. Desenho feito em 1847 por Francisco Maria Cordeiro e fotopiado por José Sebastião de Castro do Canto. O original, único exemplar, era pertença do capitão Teotónio Octávio de Ornelas Bruges. 1 - Sala de Sessões; 2 - Secretaria; 3 - Porta de entrada para a cadeia (instalada esta nos dois pavimentos. No rés-do-chão, constituída por quartos térreos, sem qualquer outra ventilação além das janelas. Muito húmida, por assentar no sopé da colina em que existe a paroquial da Conceição. Sombria por as arcadas de cantaria que sustentavam a larga varanda prejudicarem a entrada da luz e a vista para a praça. O acesso a tais enxovias lesivas à saúde processava-se por buracos feitos no sobrado das prisões superiores. Ofereciam-se estas algo melhores, por serem assolhadas, mas com igual número de janelas e as mesmas desvantagens. 4 - Varanda; 5 - Enxovias; 6 - Parapeito; 7 - Princípio da ladeira de S. Francisco; 8 - Idem da rua do Galo; 9 - Casa do guarda da cadeia; 10 - Chafariz; 11 - Prisão das mulheres.



Praça da Restauração, no último quartel do século passado.
Atente-se, à direita, no antigo solar do morgado Diogo Pereira. O pórtico de traça nobre que sobressai, à entrada, foi demolido depois que José Joaquim de Oliveira Brás adquiriu este imóvel em 15 de Junho de 1884.



Aspecto da praça municipal por volta de 1901, com o coreto onde, nos dias festivos, durante cinquenta anos, a banda regimental realizou os seus concertos.



As duas fotos medeiam pelo menos cerca de 90 anos entre se e fixam o mesmo ângulo da Praça da Restauração – documentando pela imagem o aformoseamento urbano operado.

No primeiro cliché vê-se:

~ A primitiva ermida de N. S. da Saúde, demolida em 1880. A actual começou a erguer-se em Janeiro do ano imediato e foi benzida em 9 de Novembro de 1884, pelo bispo D. João Maria Pereira do Amaral e Pimentel. Enquanto durou a edificação do novo templo, damos fé que a festividade em honra do orago se realizou na paroquial de Santa Luzia (1881) e na capela da Natividade (1882). – Diz a tradição que neste mesmo sítio antes houve a ermida dos Santos Cosme e Damião. A carta de Linschoten, elaborada em 1595, assinala todavia aquele templo onde se levanta o de Santo Inácio, afigurando-se-nos, assim, inconsistente tal versão.

~ A extinta Travessa de Saúde. Embora fechada, mas com acesso privado, nela funcionou, com entrada pelo lado do Jardim, o Salão de Variedades, explorando cinema e outros géneros de espectáculo, inaugurado em 12 de Outubro de 1913 e que um incêndio destruiu em 29 de Outubro de 1914. – O primeiro animógrafo em Angra inaugurou-se em 31 de Agosto de 1897. A quase totalidade do vazio deixado pela Travessa acha-se ocupado por uma arrecadação dos Serviços Municipais.

~ Um aspecto do imóvel que fazia canto. Foi de Manuel Gonçalves Fagundes e a história indica ter servido de casa da pólvora da cidade. Inscrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 2.124 e designado de casa nobre e graneis. Ali funcionou o primeiro Teatro Angrense, aberto em 23 de Janeiro de 1842 (ao tempo ainda havia as organizações teatrais da Recreio dos Artífices e do 4 de Abril, alusivo ao aniversário da rainha D. Maria II). Armazenou os materiais de construção destinados ao Paço do Concelho. – Legado por testamento a José Maria da Silva Leal, nado e falecido em Lisboa, escritor e jornalista, governador civil de Angra desde 22 de Maio de 1859 a 20 de Janeiro de 1861 e a quem se deve a fundação do Asilo de Mendicidade. – A parte que a foto mostra arrecadou cereais e foi devastada pelo fogo. Na área residencial, com fachada para a ladeira de S. Francisco, existiram: a escola e morada dos pais do Dr. Henrique Henriques Flores; secção de aferimento de pesos e medidas da Câmara; primeira sede do Grupo de Escuteiros de Portugal; quartel da G.N.R. e repartição de Finanças. – Parcelarmente desmantelada cerca de 1932 para se implantar a estação dos Bombeiros Voluntários, instituídos em 1 de Março de 1922. – O restante de edifício desfez-se nos fins de 1937, sendo já do nosso tempo o vão público que do facto resultou e só depois de alguns anos o Município vedou e integrou na zona da Bombaria – instalações que, por seu turno, para dar lugar ao hotel em construção, desapareceram em fins de Fevereiro de 1964.

A segunda chapa, que está debaixo do 1º cliché, apresenta, em montagem fotográfica, a ermida, um dos cantos do Paço do Concelho e a perspectiva do Hotel.



Antigas casas nobres que na primeira metade do século passado o brasileiro Manuel Gonçalves Fagundes comprou. A acreditar na história, uma delas, ou outra que neste lugar houvesse existido, a Câmara a adquiriu em 1550 «para se livrar de aposentadorias dos corregedores com que muito vexava o povo». O corregedor José Joaquim Cordeiro aqui morava no tempo de Stockler. Ainda serviu de paiol da cidade. Cerca de vinte e nove meses, desde Abril de 1864 a Agosto de 1866, aqui funcionaram os Serviços da Câmara, como instalada esteve a escola e residência dos pais do Dr. Henrique Henriques Flores; a secção de aferimento de pesos e medidas; a primeira sede do Grupo dos Escuteiros de Portugal; o quartel da G. N. R.; a Bombaria e a Repartição de Finanças. – Parcelarmente demolidas cerca de 1932, para se implantar a nova estação dos Bombeiros Voluntários (instituída em 1 de Março de 1922). A última parte deste conjunto urbano desfez-se nos fins de 1937, sendo já no nosso tempo o vão público que do facto resultou e só depois de alguns anos o Município vedou e incluiu na sede dos Serviços de Incêndio – instalações que, por aí, desapareceram em Fevereiro de 1964, para dar lugar ao Hotel.

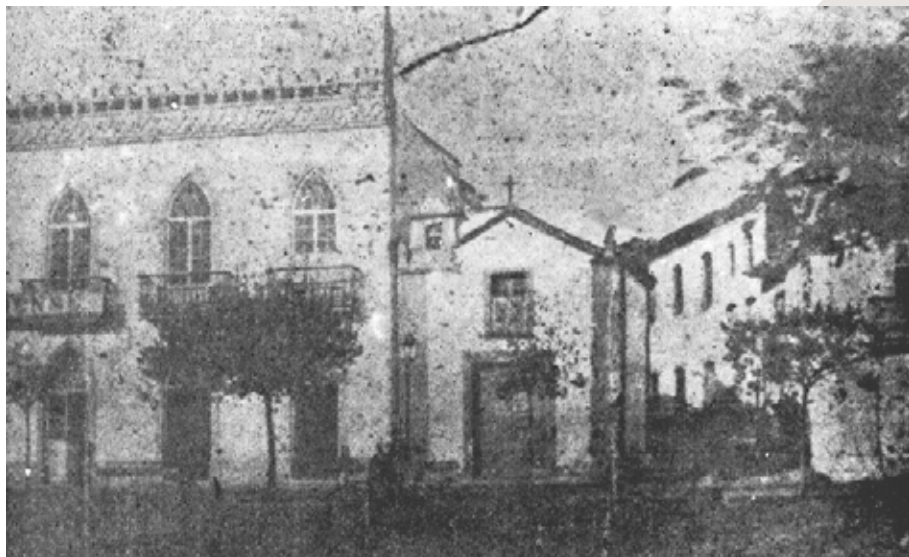


Hotel de Angra, aberto em 1 de Junho de 1970.





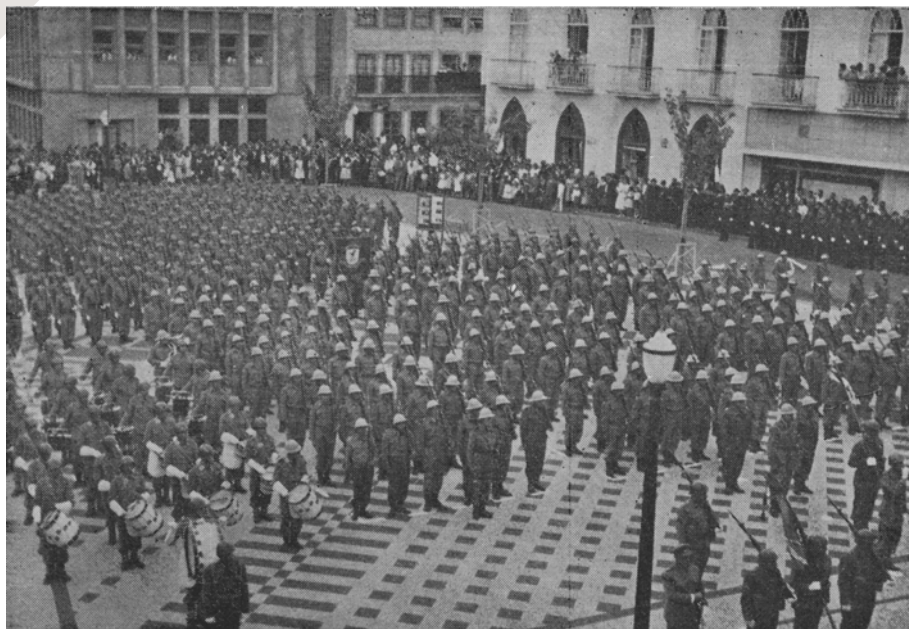
Uma das antigas casas nobres do Fagundes, na Praça da Restauração, já reportada na legenda anterior. Além dos estabelecimentos oficiais que alojou no transcurso dos séculos, foi a Casa do Corregedor. Cerca de vinte e nove meses, desde Abril de 1856 a Agosto de 1866, nela funcionaram ainda os serviços da Câmara. Situava-se onde se ergue o Hotel. Demolida em 1937.



A primitiva ermida da Saúde demolida em 1880, da qual, em anexo, se apresenta sinopse histórica. Na travessa do mesmo nome, que a foto mostra, embora fechada, mas com acesso pelo lado do Jardim, funcionou o Salão Variedades, fundado por Gervásio Lima e outros entusiastas, com cinema e diversos géneros de espectáculos, inaugurado em 12 de Outubro de 1913, e que um incêndio destruiu em 29 de Outubro de 1914. – O primeiro animatógrafo de Angra abriu em 31 de Agosto de 1897. – A quase totalidade do vazio deixado pela Travessa está ocupado por uma arrecadação dos Serviços Municipalizados. – Ainda se vêem os granéis da casa Fagundes, parte também devastada por um incêndio.



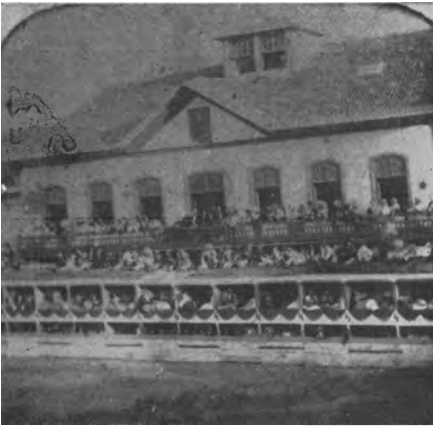
Aspecto no último quartel do século XIX. Atente-se na varanda da casa da esquina sul, com frente para as ruas Lisboa e da Sé.



Julgamos provir deste Município o uso da entrega formal do Guião a contingentes militares destinados ao Ultramar. A primeira cerimónia pública e festiva do género, de que em nossos dias damos fé, data de 22 de Outubro de 1957, quando para o Estado Português da Índia embarcou a Companhia de Caçadores dos Açores. A foto mostra efectivos do B. I. 17 e da B. A. 4, nessa ocasião, frente aos Paços do Concelho.



Aspecto da praça municipal por volta de 1901, com o coreto, onde os dias festivos, durante cinquenta anos, a banda regimental realizou os seus concertos.



Aspectos parciais de um espectáculo de toiros na Praça Velha, em meados do século XIX.



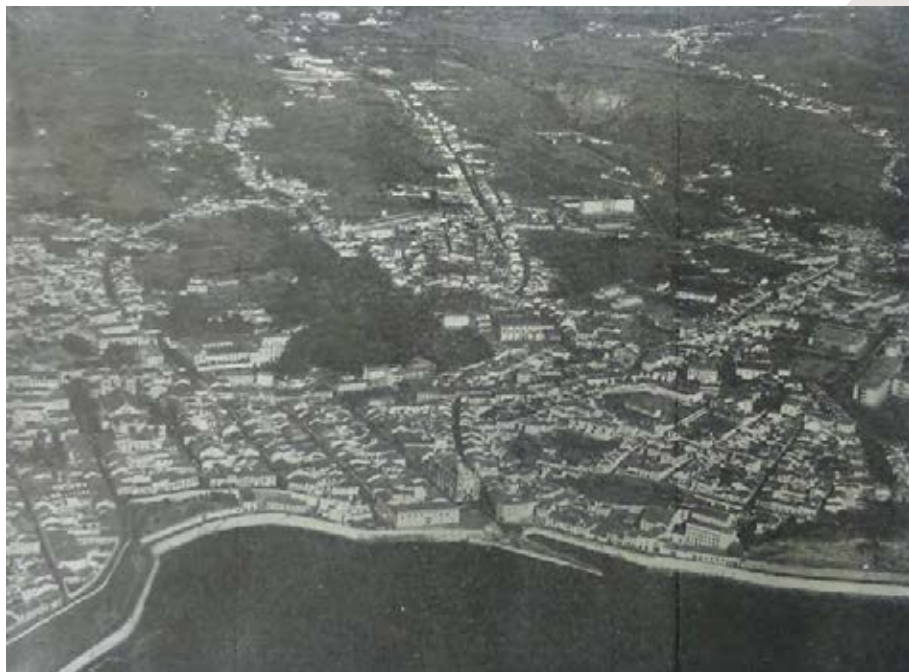
Cortejo henriquino de 1894. A CARAVELA, representando a classe marítima. Último carro e o mais aplaudido. Uma reprodução fiel da antiga caravela, até ao detalhe do lampeão à ré. Labor primoroso do patrão-mor José Teles Pamplona, auxiliado por artífices em trabalhos que a escassez do tempo o impossibilitou de executar. O aparelhamento e tudo o mais debaixo da sua orientação se realizou. Feito de camadas de papel, mas em grossura que oferecia a consistência da madeira. Inocêncio Lima a pintou. - Atrás deste figurado, ia a representação camarária.



Quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique (1894). Carro alusivo à Instrução, o primeiro do cortejo cívico realizado em 6 de Março. Envolvida a coluna por mapas geográficos, enquanto em redor se viam livros científicos e literários, esferas, bustos de vultos célebres, etc. A bandeira, no topo, simbolizava o Ensino. Tirada por parêlha de cavalos, adornados por malhas de grado preço e guiados, à mão, por boleeiros de libré.



Angra no século XIX. Vêm-se na baía alguns dos barcos que da Europa e da América vinham carregar laranja terceirense.



Panorâmica de Angra do Heroísmo.



Edifício que durante 114 anos serviu de cadeia pública e onde existiu o mosteiro de S. Sebastião.



Do vazio formado pela demolição da antiga cadeia, obteve a Câmara Municipal esta elegante e moderna Praceta, vendo-se em frente o Quartel dos Bombeiros Voluntários, aberto em 7 de Setembro de 1969. Com as instalações da P. S. P., ocupadas em 7 de Setembro de 1974, e da Residencial Cruzeiro, inaugurada em 31 de Março de 1973, oferece airosa moldura urbana.



Praça Craveiro Lopes, sala de visitas da parte alta da cidade, inaugurada em Junho de 1971. Salientam-se os modernos edifícios do Palácio da Justiça, cada dos Magistrados e Liceu. Centrada pelo espelho de água, com fontenário de sessenta bicas e para cima de oitenta focos de luz matizada. Empreendimento da ordem dos quatrocentos contos.



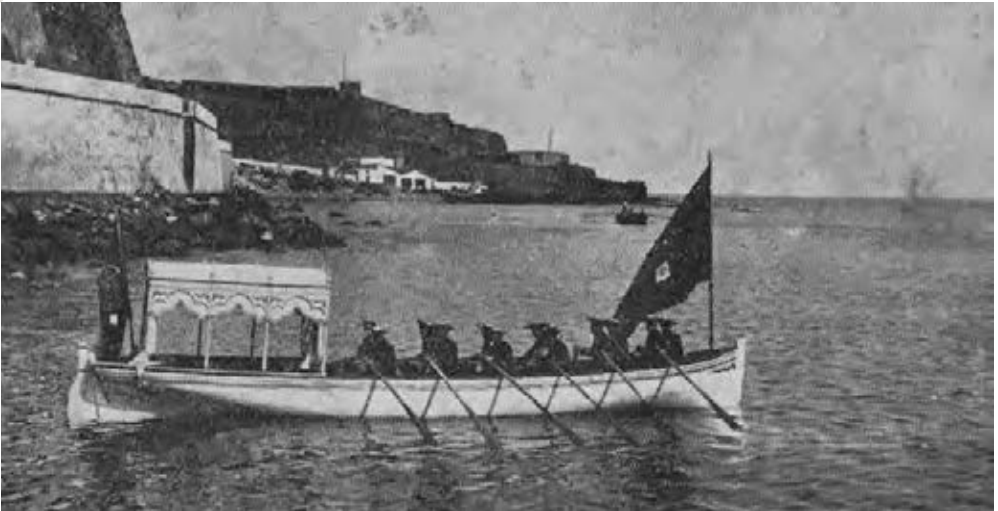
Aspecto do Mercado Duque de Bragança, depois das remodelações da ordem dos três mil e duzentos contos, mandadas efectuar pela Câmara actual. Em baixo, primeiro plano, à esquerda, o recinto destinado a aves e peças de caça. Ao fundo, ainda no rés-do-chão, a Peixaria. As duas alas do segundo piso estão fixadas para a Zona de Expansão.



Visita régia, de D. Carlos e D. Amélia a quatro de Julho de 1901. Revista Pecuária do Paul. Eram três Pavilhões. – No primeiro lateral, de que se enxerga uma parte, foi onde se serviu o almoço, havendo um passagem interior para o central, destinado a Suas Majestades e comitiva, que a estampa mostra. No terceiro tomaram lugar os titulares, imprensa e convidados. – Circundava-os uma baixa rocha artificial, de cujas pequenas cavidades, brotavam bonitas plantas de adorno, pés de milho e outras produções agrícolas. As cúpulas, formando três corpos, eram revestidas a palha de centeio, com as respectivas espigas.



Aspecto ornamental da rua da Sé, em 1901, por ocasião da visita régia.



Bergantim real: - Antigo «scaler» dos capitães-gerais, construído no limiar do século XIX. Dez metros de comprimento, um de calado e dois e meio de arqueação. Pode armar seis remos e deslocar duas toneladas. Tripulação de catorze homens. – Nele desembarcou D. Pedro IV em 3 de Março de 1832 e D. Luís, em 1853, quando Infante. Mais tarde foi armado «bergantim» ou «galeota real» para ser utilizado no desembarque dos últimos monarcas que em 1901 visitaram a ilha – D. Carlos de Bragança e D. Amélia de Orleans. Ainda em Julho de 1941, do «Carvalho Araújo» para o cais da cidade transportou o marechal Fragoso Carmona, quando até nós veio como primeiro magistrado da Nação. – Acha-se exposto no Museu de Angra.



Aspecto parcial do Jardim Público e Largo Prior do Crato, com o edifício começado a erguer em 1678 e demolido em 1928, onde outrora funcionaram as classes de estudos dos Jesuítas, depois Academia Militar, Terreiro Público e Tribunal.



No Jardim Duque da Terceira: busto do Dr. Manuel António Lino.



Glorieta a Almeida Garrett.



À esquerda: Antiga frontaria da igreja da Sé, que na noite de 25 de Setembro de 1983 mãos criminosas incendiaram e converteram num montão de ferros calcinados. E, por isso, aqui o registamos. Como será a futura Catedral, já que todo o barroco se perdeu? Talvez volte a estilo primitivo, século XVI, só predominando a pedra denuda, talqualmente como no seu alvor.

À direita: A imagem de S. Sebastião, da antiga Ermida do mesmo nome, que está na igreja da Conceição.



A Praça do Alto das Covas assumiu a actual fisionomia em 1937, depois dos trabalhos de ampliação ali levados a efeito. A estampa mostra um aspecto da inauguração, vendo-se as forças vivas e as instituições da cidade. – Na anterior predominava a vendo-se as forças vivas e as instituições da cidade. – Na anterior predominava a época conventual da Graça.



Labor meritório de cinzel esmerado, reproduzindo o perfil que orna o cabo da campainha de prata dourada, que João VI ofereceu ao Município e se encontra sobre a secretária do seu Salão Nobre. Formosa escultura em mármore, que encima e centra o nobre traçado dos Paços do Concelho, foi apeada em 4 de Janeiro de 1980 e só ao seu lugar voltará quando terminada a obra de reconstrução que o edifício está recebendo, em consequência do sismo de oitenta.



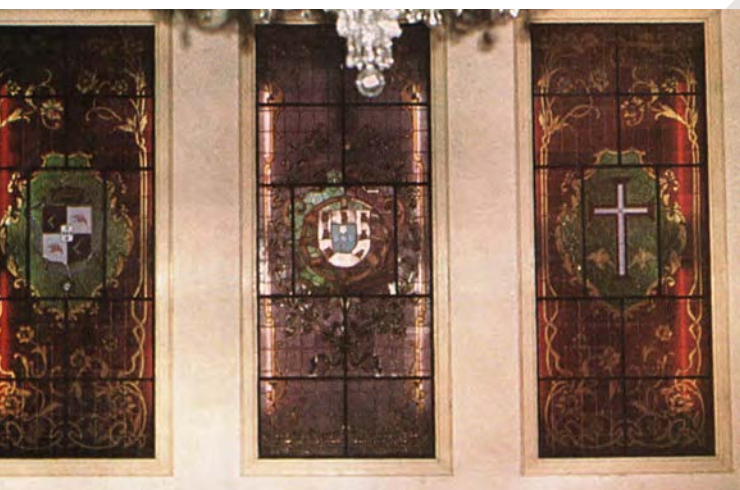
Armas da cidade no teto do Salão Nobre.



Pormenor do Gabinete do Presidente, vendo-se, à direita, as quatro chaves douradas que dizem ser dos antigos portais da cidade ou do Castelo de S. João Baptista.

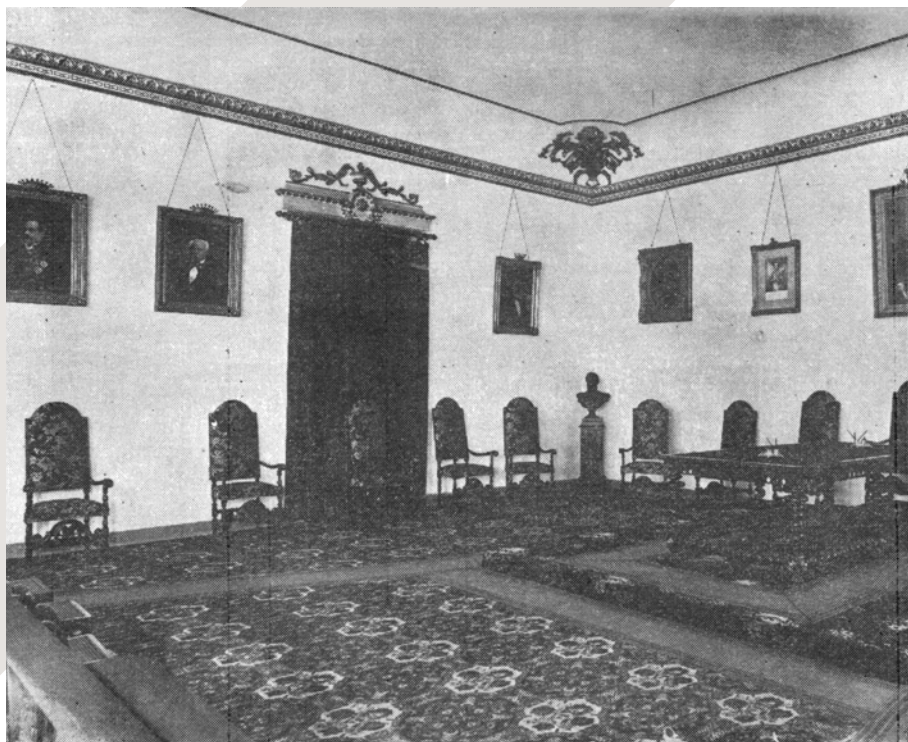


Gabinete do Presidente e Sala de Sessões provisórias no edifício da Rua 25 de Abril, n.º 192.



Vitrais da escadaria, vistos do hall superior. Inserem: os laterais, duas traças do brasão da cidade – o primitivo e o adoptado por decreto de 12 de Janeiro de 1837. Situa-se, a meio, o emblema nacional. Risco do Hebraico Abraham Abohbot. Esmerado labor de artista continental. Datam do tempo da presidência de Amadeu Monjardino.

Salão Nobre
há oitenta
anos (c. 1890).



Salão Nobre
actual (1972).





O Presidente Moniz de Oliveira, no seu Gabinete, mostra a Miss Tulare 1968 os álbuns da Câmara. Ao lado, a Srª D. Dolly Faria, de origem terceirense.



O Presidente da Edilidade Angrense e o Mayor de Tulare, Willar Glass, numa das ruas daquela cidade durante a parada celebrativa de aniversário, em Setembro de 1968 (Vide Aliança fraternal Angra-Tulare – Anexo nº 31).



MEDALHA DE OURO DA CIDADE, com COLAR, criada em 4 de Junho de 1959. Obra requintada da ourivesaria portuguesa. Exibe, no anverso, o braço de armas de Angra; e no reverso, a efigie de Minerva, simbolizando a Cidade, reproduzida do cabo da campainha oferecida à Câmara por D. João VI. Formado o colar por miniaturas dos antigos emblemas heráldicos de Angra, nos seus esmaltes e cores próprias.



O Mayor de Tulare admira a Medalha de Ouro da Cidade de Angra, com Colar que o Presidente da Câmara lhe entregou na sessão solene de 1 de Maio de 1967. Vê-se ainda, em primeiro plano, o Governador Machado Pires (Vide Anexo n.º 31).

Sismo de oitenta



Casa que foi moradia do Dr. Joaquim Corte-Real e Amaral e hoje é propriedade de Os Montanheiros, sociedade de exploração espeleológica, destinada à sua sede.



Rua de Santo Espírito.



Sede da Recreio dos Artistas.



Rua dos Canos Verdes.



Enquanto duraram as obras de reconstrução dos Paços de Concelho, arruinados pelo sismo de oitenta, a Câmara mudou os seus Serviços para o palacete dos Carvalhais, na Rua 25 de Abril, desde 11 de Agosto de 1983.





O terramoto de 1980, provação, renovação e continuidade

Os dias que antecederam o terramoto foram dias iguais a tantos outros. Nada fazia prever a fatalidade prestes a acontecer. O terramoto de 1 de janeiro de 1980 iria mudar a face da ilha, as mentalidades e, porventura, o modo de estar das populações...

O jornal vespertino A União, de 31 de dezembro de 1979, publicava na primeira página a mensagem do Papa João Paulo II sob o título «A Verdadeira Força da Paz». No mesmo jornal também se publicavam as mensagens do Ano Novo do Ministro da República para os Açores. Davam-se conta dos 100 anos da estátua de José Silvestre Ribeiro e do empate entre o Angrense e o Vilanovense e, a nível internacional, abria-se espaço para um novo record mundial na patinagem na nova marca dos 100 metros nas provas de preparação olímpica da equipa dos E.U.A. A programação da RTP Açores era também evidenciada no ecrã de uma televisão de marca Salora e informava da abertura da emissão às 18h30 com espaço dedicado aos mais novos, seguindo-se a telenovela *Dancing Days*, o Telejornal e, a programação da noite, encerrava com

a Mensagem de Ano Novo do Bispo de Angra.

O *Diário Insular*, o matutino que preparava a sua edição de véspera, no jornal de 1 de janeiro de 1980 não noticiara, como é óbvio, o terramoto que viria a acontecer da parte da tarde. Publica em caixa de letra de primeira página, a tomada de posse do novo Presidente da Câmara Rui Mesquita: «Realizou-se ontem a cerimónia da instalação da nova edilidade angrense, presidida pelo Dr. Rui Mesquita. Nos Paços do Concelho estiveram presentes os Secretários Regionais sediados em Angra, a vereação cessante, funcionários da Câmara e Serviços Municipalizados e amigos dos novos empossados. Abriu a sessão a Sra. D. Maria Teresa Monjardino, Presidente da Assembleia Municipal que começou por recordar os serviços prestados ao concelho pela edilidade cessante, da presidência do prof. Leopoldino Tavares, bem como das relações mantidas entre a Câmara e a Assembleia»³²¹.

321. Notícia sobre a instalação da nova Câmara Municipal que tomara posse a 31 de dezembro de 1979. *Diário Insular*.

INSTALADA A NOVA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRÁ

Realizou-se ontem a cerimónia da instalação da nova edilidade angrense, presidida pelo dr. Rui Mesquita.

Nos Paços do Concelho estiveram presentes os Secretários Regionais sediados em Angra, a vereação cessante, funcionários da Câmara e Serviços Municipalizados e amigos dos novos empossados.

Abriu a sessão a sr.^a D. Maria Teresa Monjardino, presidente da Assembleia Municipal que começou por recordar os serviços prestados ao concelho pela edilidade cessante, da presidência do prof. Leopoldino Tavares, bem como das relações mantidas entre a Câmara e a Assembleia. Falando em seu nome e no dos restantes membros de equipa, o prof. Leopoldino Tavares agradeceu as referências e sumariou as actividades desenvolvidas, ao mesmo tempo que desejava à nova vereação as maio-

res felicidades no trabalho que a espera.

De novo no uso da palavra a sr.^a D. Maria Teresa Monjardino aludiu pessoa a pessoa à edilidade agora instalada, referindo-se às esperanças que se depositam na capacidade de traba-

S. R. dos Assuntos Sociais

Recebemos na Redacção deste jornal, da parte da sr.^a prof.^a D. Fátima Oliveira, Secretária Regional dos Assuntos Sociais, em seu nome e nos de todos quantos trabalham naquele órgão do Governo, amáveis cumprimentos de Bons Festas e Próspero Ano Novo.

«Diário Insular» e todas as suas secções agradecem a deferência, formulando idênticos votos àquele membro do Governo Regional e aos que trabalham naquela Secretaria.

lho já demonstrada, nos seus sectores específicos, por todos quantos a partir desta data assumem o encargo de gerir os interesses do concelho.

A finalizar, o dr. Rui Mesquita traçou as linhas mestras do que se propõe realizar, referindo-se nomeadamente ao problema da Lei das Finanças Locais, ao saneamento básico, à questão da ambiguidade da competência das autarquias e à protecção que é devida à cidade secular.

No final foram muito cumprimentados por todos os presentes.

«Diário Insular» deseja as maiores felicidades pessoais ao prof. Leopoldino Tavares, nesta hora de despedida, e para o dr. Rui Mesquita, amigo deste jornal e dos que o fazem, envia um caloroso abraço de felicitações e desejos de um profícuo trabalho ao serviço da cidade e seu concelho.

Notícia sobre a instalação da nova Câmara Municipal que tomara posse a 31 de dezembro de 1979. *Diário Insular*, 1 de janeiro de 1980

É, portanto, neste quadro de aparente normalidade, que se festejou a despedida do ano de 1979 e se deram as boas vindas ao ano novo de 1980. Pura fatalidade, ou coincidência, começaria da pior maneira:

O terramoto de 1 de janeiro de 1980 surgiu numa tarde de ressaca festiva, longe de qualquer suspeita. Nem mesmo o mais sábio dos Homens conseguiu ler no ar fresco e ousado daquela terça-feira de sol o prenúncio da desgraça que se aproximava. 15h42 foi a hora que o relógio da Sé fixou nos quatro anos que se seguiram até à data da sua reinauguração. 7.2^[322] Na escala de Richter, diziam os entendidos, enquanto que os outros apenas sabiam que o terramoto tinha sacudido durante dezanove segundos a ilha. Dezanove segundos bem contados e confirmados por muitos que, esgazeados, pediam a todos os santos e às coroas de prata – antes nos altares, agora nas mãos do povo – que fizessem parar aquele tremor, pelas alminhas do purgatório. Tinha cinco anos e recordo como se fosse hoje: a parede fez uma barriga e pariu tudo o que lá tinha dentro. Vi-a vir contra mim, mas escapei ilesa. Dormir no carro era uma alegria, até que virou enfado, faltar à escola, ir à missa na Sociedade com os santos em palco, tudo estranho... Rapidamente tudo se acatou. O abalo povoou muitas fotografias dos álbuns de família. O esgar da ruína e da parede rachada eram já, para muitos da minha geração, um elemento decorativo. Por força das circunstâncias os dados adquiridos deixaram de o ser. O serviço Vista Alegre escapou com uma ou duas baixas, mas lá está. A racha tornou-se a tapar, se bem que naquela parede há sempre mais humidade. Mas, como as catástrofes trazem sempre a desgraça, os entes queridos foram, sem dúvida, a pior das calamidades. 71 Mortos,^[323] 400 feridos, 21 296 desalojados, segundo os números do relatório do mês seguinte à tragédia. Mota Amaral fazia ecoar a frase «Enxuguem as lágrimas e arregacem as mangas», tal como o Marquês de Pombal o fizera séculos antes: «Enterrem os mortos, fechem os portos e cuidem dos vivos». Refeitos do luto, em conformidade sem sabermos que, no ano seguinte, um grupo de homens magicava

322. Outras fontes apontam 7.0 ou 7.5. na escala de Richter, IX na escala de Mercalli, o epicentro situou-se no mar, cerca de 35 km a SSW de Angra do Heroísmo.

323. 51 Na Terceira e 20 em São Jorge.



Relógio da Sé (Fotografia de Pe. Adão Teixeira, Museu de Angra do Heroísmo, 1980).



a uma mesa um sonho para muitos, impossível de alcançar... Um «grupo de loucos»^[324], ou «homens noutra frequência», como se referiu Joel Neto^[325].

No instinto básico de sobrevivência, colocar a casa de pé a todo o custo era uma prioridade. A falta de sensibilidade para as questões do património, na maioria da população, era uma certeza, contrariada, a muito custo, pelo Gabinete de Apoio à Reconstrução de Monumentos e Igrejas. «O terramoto que nesse dia abalou os Açores atuaria como um despertador para os seus moradores e responsáveis políticos».^[326]

Das três ilhas atingidas,^[327] a ilha Terceira foi, claramente, a mais fustigada. «Reerguer Angra foi como que as nossas esporas de ouro».^[328] Mas, ao mesmo tempo que se lidava com o património, lidava-se com a urgência das populações. Mas o património não se queixava, não dizia o que lhe doía... O Presidente da Câmara Rui Mesquita, que tomara posse no dia anterior, sabia bem as súplicas que ouvia da população. Chegou a referir, na altura dos acontecimentos, quais as prioridades: água, eletricidade e a Rádio Clube^[329] a funcionar. De facto, estas eram as prioridades, mas no meio do entulho havia quem procurasse resgatar o vaso da China perdido, a tela rasgada, a têmpera empoeirada, o marfim e o móvel de jacarandá entalhado, o azulejo e o talher de prata esquecido. Tudo o que até nós chegou passou por essa provação, por esse crivo de quem, no meio da busca do garraão de água para passar a noite, lá foi dar uma espreitadela, na senda do «Santo Graal» do património.^[330]

324. O Dr. Álvaro Monjardino prefere que lhes chamem «um grupo de homens civilizados que estavam atentos ao que se passava».

325. Artigo publicado no *Jornal de Notícias* de 20 de dezembro de 2009.

326. Álvaro Monjardino, *Angra Cidade Transatlântica*. 1ª ed. [Praia da Vitória]: Blu, 2005. P. 15.

327. Terceira, São Jorge e Graciosa.

328. Dr. Mota Amaral.

329. A Rádio Clube de Angra teve um papel fundamental durante os tempos que se seguiram ao terramoto, de apoio às populações, comunicados e informação relacionada com a proteção civil.

330. Excerto do livro de Assunção Melo, *Angra do Heroísmo Património Mundial – o Processo*, pp. 13-14.

Na 3ª edição do livro de Pedro de Merelim, foi incluso um capítulo dedicado ao *Sismo de Oitenta*^[331] e descreve este acontecimento como sendo um dos mais violentos da história da ilha. Sobre esse assunto o autor menciona os diversos sismos aí ocorridos, «nomeadamente em 26 de setembro de 1588, 26 de julho de 1591, 9 de abril a 21 de maio de 1614, 9 de maio de 1647, 5 de abril de 1690, 13 de novembro de 1698, 9 de julho de 1757, 14 de abril de 1761, 24 junho de 1800, 26 de janeiro de 1801, 15 de junho de 1841 e 1950. Estes os que apuramos. De admitir a existência de outros».^[332] Efetivamente, Pedro de Merelim relata os acontecimentos trágicos desse fatídico dia; enfatiza a importância dos radioamadores e divide a história de Angra em duas idades: «O ciclónico desabar de casas, das igrejas e monumentos, como se de minaretes de cartas fossem, atulhando as ruas e soterrando as vítimas. Drama que talvez divida a existência de Angra em duas idades – antes e depois do sismo. (...) De uma Angra pujante, senhoril, e donairoso, de ímpar articulado urbano, joia arquitectónica, restaram monturos de um espectro, um esqueleto, uma cidade fantasma – em debandada, qual êxodo, cada um buscando precário refúgio, em que ninguém sabia de ninguém».^[333]

Este cenário relatado é bem o sentimento que Elastrava entre as populações que, em certos casos de desespero, até invejaram a morte dos que partiram daquele cenário de suposta guerra. No entanto, o tempo de arregaçar as mangas urgia e os apelos multiplicavam-se na necessidade de alentar o ânimo. «A *têmpera da população foi a mola mestra do arranque que, em boa hora, se verificou na reconstrução, sem ter havido grande alteração na sua atividade principal, a da agropecuária*».^[334] É deste sentimento de esperança e de renovação que «desde o início do mandato, ficou assente, e disso foi dada informação pública, que esta Câmara gostaria de ver preservada a traça e a urbanização secular

“A vida continua,”

“A hora é de esperança,”

“Todo o trabalho é pouco,”

“Acabe-se com o turismo de apatia,”

“Construir com Técnica é norma indispensável,”

“Mais do que sinistrados somos todos irmãos e amigos,”

“Abaixo a exploração inconsciente,”

331. Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, 3ª edição de 1984, pp.203-213.

332. Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, 3ª edição de 1984, p. 203.

333. Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, 3ª edição de 1984, p. 205.

334. Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, 3ª edição de 1984, p. 207.

da cidade». [335]

O hiato de tempo que a imprensa local necessitou para se recompor e tornar a dar notícias foi, para o caso de *A União*, de dez dias e, para o caso do *Diário Insular*, de trinta e quatro dias, mais precisamente a 3 de fevereiro do malogrado ano. Nos escaparates onde aparecera, timidamente, o jornal centenário, o cenário de desolação era evidente mas, também havia que fomentar a esperança. «*A vida continua – A hora é de esperança*», era um título que nada se fizera esperar nas mensagens de bom ano do último dia de 1979. Frases de incentivo eram consideradas mais necessárias do que propriamente as notícias do horror.

“Cada braço é
alavanca do
futuro.”

“Povo e
autoridades: uma
só região.*”

335. Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, 3.ª edição de 1984, p. 207.



Fotografia da destruição provocada pelo terramoto de 1 de janeiro de 1980 (*A União*).

*Primeiras notícias sobre o terramoto de 1 de janeiro de 1980 - Jornal *A União* de 10 de janeiro de 1980.

“*Todos temos
que erguer
de novo
as ilhas
atingidas:
Terceira,
São Forge,
Graciosa.*”^[336]

336. Jornal *A União* de 10 de janeiro de 1980.

Uma fotografia de Angra arrasada, em contraste com uma notícia dando conta das novas siglas criadas para alento das populações: FAR (*Fundo de Apoio à Reconstrução*) e GAR (*Gabinete de Apoio à Reconstrução*). Legendava-se que Angra andara nos jornais do mundo, anunciando o seu inesperado *bombardeamento*, que é, como efetivamente se parecia. Pedras amontoadas pelo chão, automóveis

esmagados, intimidades dos lares à vista de todos e, a população desolada, presenciava o castigo ao deambular pelas ruas.

No dia 12 de janeiro, *A União* dava conta do apeamento da estátua que encimava o frontão do edifício da Edilidade Angrense.^[337] Aparentemente, não sofrera quaisquer danos, mas, à cautela das réplicas que se seguiram por mais alguns dias, foi considerado prudente coloca-la, provisoriamente, em plena praça da Restauração, junto ao parque automóvel de emergência e, mais tarde, no *hall* do edifício camarário. «*Angra do Heroísmo*» é o seu nome, mármore alvo de Carrara, não sei. Só sei que deixou de nos olhar com sobrançeria do seu alto. Como nós, a figura da «*Atena*» empunhado o escudo e o açor, parece fazer parte da empresa de se reerguer a ela mesma. No mesmo dia, o recém-empossado Presidente da Câmara Rui Mesquita, em conferência de imprensa afirmava que a «*Praça Velha será restaurada pedra por pedra*». Neste artigo criticava-se o facto da colocação de módulos no coração da cidade, com o intuito de «*ultrapassar a grave crise que atravessa o comércio cidadão*».^[338]

A 22 de janeiro o jornal *A União* anunciava a regularidade bissemanal das reuniões do GAR, sendo que, dois dias depois, anunciava-se a suspensão das festas Sanjoaninas e, a 18 de fevereiro, também era anunciada a suspensão do carnaval da ilha Terceira. Esta notícia parece não ter causado protestos de maior. As populações ainda não estavam

337. A estátua voltaria ao seu local original, no cimo do frontão triangular, após as obras de restauro do edifício camarário a 13 de junho de 1984.

338. *A União* de 12 de janeiro de 1980.



Notícia do apeamento da estátua «Angra do Heroísmo». *A União*

refeitas do abalo e do luto. As casas caídas pelo chão não davam motivos para celebrar o entrudo, não havia dinheiro para gastar em futilidades: «*Este ano não queremos o carnaval. Mas para o ano queremos. Pois a gente não vai estar toda a vida de luto. Nem queremos que a nossa terra tanto alegre, fique agora sempre triste. (...) Agora é para trabalhar tudo quanto se possa. Mas quando as nossas casas estiverem prontas mais a nossa igreja nós vamos todos para a sociedade ver danças. E havemos de comer filhoses e beber licor. E havemos de fazer as nossas mascaradas sem fazer mal a ninguém. Não*

vamos agora acabar de morrer tristes. Era o que faltava»^[339]...

Entretanto, a 3 de fevereiro o jornal *Diário Insular* retomava a sua edição depois de mais de um mês de mudez. A 9 do mesmo mês, dava notícia da chegada, no dia anterior, dos primeiros pré-fabricados, num total de 201 na primeira tranche que «*faziam lembrar uma roulotte*», mas que eram de fácil instalação, sem necessitarem de alicerces. Estariam previstos mais 83 muito brevemente. Para março chegariam mais 110 módulos. Estes módulos povoaram por alguns anos o parque habitacional da ilha Terceira. Quem não se lembra de os ver no Cerrado do Bailão e por outros recantos das freguesias rurais?

A 5 de março, a reunião entre as duas Câmaras da ilha era notícia no *Diário Insular*, sendo que no dia 22 do mesmo mês o jornal vespertino dava conta do Curso de Defesa do Património Cultural e Artístico, de iniciativa do *Instituto Açoriano de Cultura* e da Direção Regional dos Assuntos culturais e que viria a ser ministrado por Rui Rasquilho (Restauro de Monumentos), Pedro Camarro (Urbanismo), Luís Teixeira (História da Arte) e Hélder Pacheco (Arte Popular). As conclusões deste curso são descritas no jornal *A União* de 29 de março, com destaque para o seguinte excerto «*A cidade de Angra, como memória do seu povo, deve ser defendida e conservada globalmente*».

A União de 2 de julho informava da criação do Centro de Restauro de Obras de Arte e que seria o primeiro

339. Jornal *A União* de 18 de fevereiro de 1980.

do género a ser criado nos Açores e que estaria anexo ao Museu de Angra do Heroísmo. Em declarações ao mesmo jornal, Emanuel Félix, o responsável técnico do organismo a ser criado e idealizado em 1977, seria dotado das mais avançadas técnicas de restauro e tratamento de obras de arte e que uma estrutura desse tipo só teria analogia com o Instituto José Figueiredo.

A 24 de julho o *Diário Insular* noticiava a vinda do Presidente da República Ramalho Eanes aos Açores. Na Terceira, a visita às populações mais atingidas pelo terramoto, fazia parte da agenda.

Nesta pequena mostra, relativa às notícias que os órgãos de comunicação social deram conta, podemos perceber o papel importante

que estes tiveram, no sentido de uma mobilização conjunta das populações, para a reconstrução comum de uma ilha arrasada. Os valores, o contexto histórico e a mobilização eram dados a conhecer, incentivando, mais do que a reconstrução, o restauro; mais do que o erguer, o conservar e seriam estes itens que iriam estar na base da classificação da cidade de Angra na Lista de Património Mundial pela UNESCO a 6 de dezembro de 1983, como a primeira cidade portuguesa a receber tal distinção.

Chegaram ontem os primeiros módulos pré-fabricados

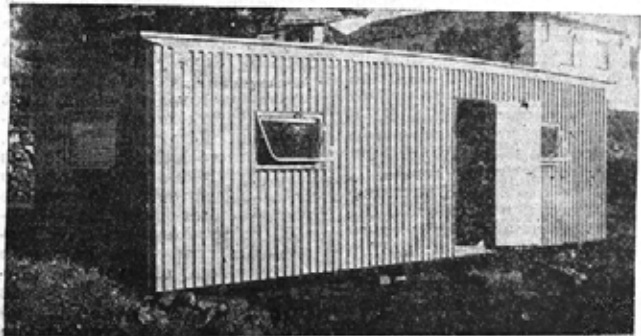
Foram desembarcados, ontem de manhã, os primeiros oito módulos metálicos destinados ao alojamento em condições mais favoráveis, das pessoas que ficaram sem casa com os acontecimentos de 1 de Janeiro.

Aquelas oito unidades fazem parte de uma encomenda feita pelo Gabinete de Apoio e Reconstrução, num total de 201 módulos que irão ser transportados progressivamente para Angra.

Assim, no próximo dia 14 serão embarcados em Lisboa mais 33 daquelas habitações e no dia 28, mais 50 iniciarão a viagem com destino a Angra.

As restantes unidades deverão ser embarcadas em Março, a 14 (50 módulos) e a 29 (60 módulos).

Estes módulos com uma con-



Os módulos agora chegados à Terceira fazem lembrar uma «roulotte», como pode observar-se na gravura

figuração semelhante a uma roulotte, têm a vantagem de poderem ser muito facilmente ins-

taladas, pois não necessitam de alicerces nem a chamada «capata» dos pré-fabricados.

Notícia da chegada dos primeiros módulos pré-fabricados.
Diário Insular

*“Contemos
connosco e
poupemos as
ajudas açorianas,
portuguesas e
estrangeiras.”*

*“Cada telha
recuperável, é um
tecto garantido.”*

Os danos nos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo

Quanto ao edifício dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, este, manteve-se estoicamente de pé. Não passou totalmente incólume pelo acontecimento mas aguentou com a manutenção dos serviços, até serem efetuadas obras de restauro, estruturais e superficiais. Os quatro meses que se estimaram para a conclusão das obras arrastaram-se por quatro anos. Efetivamente, o facto de ter ficado de pé, não foi sinónimo de poucos problemas. Constam do relatório datado de 5 de julho de 1980, efetuado pelo *Gabinete de Estudos e Projectos de Engenharia* do engenheiro Medeiros Barbosa, notas sobre os danos causados pelo sismo no edifício camarário e, dessas notas, é dado conta que necessitavam de mais tempo para executarem um estudo mais elaborado, por forma a evitar-se o uso de cabos, que obrigavam à execução de roços nas cantarias e à sua indispensável substituição. De facto, foi na procura de soluções que não danificassem as cantarias do edifício e, ao mesmo tempo, que oferecessem segurança antissísmica que, a solução encontrada, mais tarde, iria ser inovadora. Paulo Mendonça descreve que o sistema consistiu na utilização de módulos que se interligavam entre si pela passagem

de cabos de aço, que apertariam e serviriam de cinta. No texto introdutório do referido relatório, é descrito que o



Câmara de Angra do Heroísmo em reconstrução.

edifício sofrera danos consideráveis e que haveria que se arranjar soluções que não comprometessem a segurança, a traça original e a inclusão de novos

materiais. Na análise dos danos estruturais é descrita a configuração do próprio edifício e é relatado que



este sofrera danos que se resumiam, de uma forma geral, a uma abertura para o exterior das paredes da fachada, nos topos. Essa rotura dera-se nos quatro

cunhais da fachada (fendas verticais) e nas paredes interiores em vários locais e também nas paredes de ligação com a fachada. Ao nível da cobertura, esta sofrera a deformação correspondente aos deslocamentos da parede acima descritos, sendo que os pavimentos foram abalados, principalmente, junto aos apoios nas paredes.

As reparações propostas por este Agabinete, ao nível da estrutura secundária, prenderam-se, sobretudo, com a cobertura que teria de ser alvo de grandes reparações e também algumas modificações ao nível dos tirantes na zona das empenas; no apoio das madres nas paredes transversais e coroamento destas, além de que teria de ser reforçado, principalmente, nas extremidades das peças que apoiavam as alvenarias. É também referenciado que, para evitar o levantamento da cobertura em grandes troços, dever-se-ia substituir a construção dos lintéis, por tirantes colocados exteriormente à alvenaria. Quanto às estruturas dos pavimentos e tetos de madeira, estas teriam de ser reforçadas nos apoios das alvenarias, bem como na inclusão de vigas de grande vão, que garantiriam a segurança sobre as cargas que se pretendiam aumentar.

Invoca o relatório especial atenção para o teto do Salão Nobre, que apresentava algumas deficiências mais graves, dada a carga dos estuques e dos lustres, sendo que as vigas teriam de ser, igualmente, reforçadas com elementos metálicos e cabos de post-esforço.

Ao nível da estrutura principal do edifício, o relatório aponta para os danos mais significativos nas paredes exteriores e transversais, pelo que estas deverão merecer atenção especial. São elencadas as intervenções que se julgavam necessárias para a consolidação estrutural, tais como: recuperação de paredes com o mínimo de demolição possível; conferir a resistência necessária para absorção, sem danos dos esforços causados pelo sismo; execução destes trabalhos sem alteração da fachada. Para a prossecução destes objetivos foi estudado um processo que consistia em dotar o edifício de elementos horizontais que conferiam a resistência de tração necessária às paredes de alvenaria, com reforço da estrutura interna, ligando-as rigidamente entre si nos cunhais e cruzamentos existentes. Nesse estudo pretendia-se um *monolitismo* do conjunto da construção que permitia a sua resistência aos esforços horizontais gerados pelas próprias paredes que lhes eram transmitidos pela cobertura, pelo teto e pelo pavimento.

Dos trabalhos a efetuar estavam calculados 15 itens, a saber: montagem de andaimes; montagem de escoramentos; reparações das estruturas de madeira com peças metálicas e reforços especiais; limpeza de fendas; demolição de rebocos; execução de furação para passagem de

cabos e respetivo reforço das zonas a furar; execução de ensaios de resistência de alvenaria; trabalhos de serralharia especiais, de acordo com as furações conseguidas; trabalho de reforço das zonas a atirantar, de acordo com a resistência que apresentavam, com recurso a injeções de cimento e resinas; post-reforço dos tirantes acompanhado de trabalhos de adaptação das estruturas dos pavimentos e da cobertura; execução das ligações do pavimento e cobertura às paredes, betonagens de lintéis, apoios e encontros; reparação e reposição dos elementos de impermeabilização, caleiras, algerozes e tubos de queda; rebocos e reparação da cantaria da fachada; aplicação de resinas epoxy; execução de acabamentos de superfícies, estuques, canalizações elétricas de comunicações, de águas, etc.; pinturas.

O estudo contém cálculos relacionados com os pesos das diferentes áreas do edifício, a resistência, as forças e tensões, bem como uma previsão de orçamento inicialmente estimado em 7 440 000\$00, com indicação a lápis do valor de 12 000 000\$00. Finaliza-se o dossiê com desenhos e plantas relativos ao projeto.





Câmara de Angra do Heroísmo em reconstrução.

Restauro dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo (1980-2015)

Esclarecimento prévio

O processo de restauro e consolidação do edifício dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo foi um trabalho metuculoso e moroso descrito, sobretudo, nas atas que precedem a sua reinauguração, ou seja de 23 de janeiro 1980, a 5 de dezembro de 1985, data em que foi lavrado o auto de receção definitiva da empreitada de consolidação e restauração do referido edifício. Daí em diante, até ao ano de 2015, foram escassas as fontes documentais diretas e indiretas que relatam pequenos melhoramentos, com exceção para a introdução de novas tecnologias e novas decorações nos gabinetes de atendimento ao público mais adequados às exigências atuais. Para a investigação, que pretendeu dar seguimento aos escritos de Pedro de Merelim, foi fundamental a consulta dos periódicos locais, se bem que com menos informação pormenorizada do processo de consolidação e restauro, mas mais relacionado com os eventos de cariz público e cultural de maior significado e que tiveram lugar, sobretudo no Salão Nobre. Foram lidos os 63 livros de atas existentes na Câmara de 1980 a 2013, sendo de consulta em .pdf os documentos relativos aos anos de 2014 e 2015.



Consolidação e restauro

Empossada a nova Câmara, precisamente na véspera do terramoto, constituída pelo Presidente Rui Manuel Miranda de Mesquita, os vereadores Adalberto Hélio de Sousa Martins, Ildefonso Manuel Pereira da Silva, Manuel da Rocha Coelho de Melo, Doutor Pedro dos Reis Pedroso de Lima e Paulina Sanches da Conceição Santos Sodré, secretariados pelo chefe daquele departamento Fernando Machado de Sousa, reuniram no dia vinte e três de janeiro de 1980 na Sala de Sessões do Município, no edifício dos Paços do Concelho, ordinariamente, os presentes, cuja segunda sessão daquele ano realizara-se pelas 10h00, com a falta assinalada do vereador Manuel Fernando da Silva. Este cabeçalho iria prolongar-se por algum tempo, mudando, é claro o dia e o número da ata. Importa referir que, mesmo após o terramoto, as reuniões mantiveram-se no edifício da Praça Velha, sendo de 2 de abril de 1980^[340] o primeiro ponto a ser lavrado, relativo ao restauro do edifício, em que se sugeria a consideração do Doutor Baptista de Lima e do professor Emanuel Félix para o acompanhamento do restauro. Efetivamente, o engenheiro principal, João Miranda teria prestado, através de uma informação^[341] escrita, que viria a ser conhecida no dia 18 de abril na reunião de Câmara, de que era de opinião que se tivesse em conta

a carta do GAPRES,^[342] uma vez que a proposta apresentada, por esse gabinete era aceitável. A Câmara deliberou por unanimidade adjudicar o projeto não só do edifício dos Paços do Concelho, mas também da Central (Velha) e do edifício dos Serviços Municipalizados.

A 30 de outubro^[343] o Presidente informa os presentes de que o restauro da parte decorativa ficaria a cargo da Fundação Ricardo Espírito Santo,^[344] sobretudo do Salão Nobre, com o patrocínio da Direção Regional dos Assuntos Culturais, deliberação que, mais tarde, não viria a ser concretizada por factores de ordem financeira.

Pouco mais passado de um ano do terramoto, a 15 de janeiro de 1981,^[345] a Câmara deliberou, por unanimidade, e mediante escrutínio secreto, nomear como arquiteto municipal o arquiteto Miguel dos Reis Pedroso Lima. É do mesmo assunto, a referência da tomada de conhecimento dos ofícios do GAPRES, com a proposta de elaboração do projeto da aludida recuperação do edifício dos Paços do Concelho. É também concedido ao Presidente os poderes de assinar a respetiva escritura do contrato a celebrar. No mês seguinte deslocam-

342. Gabinete de Projetos Estruturais Lda. Rua Filipe Folque, Lisboa.

343. Ata n.º 43 de 30 de outubro de 1980.

344. Facto que, mais tarde, não se chegou a verificar, devido ao orçamento elevado apresentado pela Fundação Ricardo Espírito Santo, em comparação com o da firma Aldecor, à qual foi adjudicada a intervenção decorativa.

345. Ata n.º 2 de 15 de janeiro de 1981.

340. Ata n.º 12 de 4 de abril de 1980.

341. A informação data de 9 de abril de 1980.

se à ilha Terceira os engenheiros Artur Ravara e Manuel Cachadinha,^[346] a fim de tratar da elaboração do projeto aludido anteriormente, sendo o valor dos honorários de 96.000\$00.^[347] A 7 de maio, é autorizado o pagamento à mesma firma o valor de 288.000\$.^[348] Ultrapassado este procedimento, a Câmara, a 23 de abril considerou-se em condições de aprovar o respetivo programa do concurso e o caderno de encargos, bem como abrir o concurso público para a obra de arranjo dos Paços do Concelho com a base de licitação de seis milhões e cem mil escudos, sendo a caução provisória de cento e cinquenta e dois mil escudos. As propostas deveriam ser abertas na próxima reunião de Câmara, findo o prazo dos trinta dias, a contar do dia seguinte ao da publicação em *Diário da República*^[349] e também no *Jornal Oficial da Região*. A falta de concorrentes preocupou a edilidade. A 16 de julho^[350] é solicitado o parecer dos Serviços Técnicos de Obras, uma vez que tudo faria prever a abertura de um novo concurso em moldes mais favoráveis.



Pormenor da destruição do interior do Salão Nobre.

Na ata seguinte, o engenheiro principal deixa transcrito que «*Tendo ficado deserto o concurso público em causa, o que constitui uma justa preocupação de V. Exa. venho informar que ignoro quais as firmas que reúnem boas condições para executar os trabalhos previstos, mas creio que o autor do projeto poderá indicar a V. Exa. quais sejam elas e assim a Câmara* poderá abrir um concurso limitado, convidando para o mesmo as firmas que se saiba terem capacidade para concorrer. *Fulgo ser este um concurso em moldes mais favoráveis*».^[351] Foi a Câmara da mesma opinião e deliberou atuar de acordo com o proposto. Assim sendo, a 10 de setembro,^[352] nos termos do disposto Decreto-Lei n.º 48 871, de 19 de fevereiro de 1969^[353] a Câmara decidiu convidar

os empreiteiros das seguintes firmas: Soares da Costa, EDIMAR, Sociedade de Construções Amadeo Gaudêncio e a Sociedade Técnica de Aplicações de Pré-Fabricados, Lda. Depois deste procedimento, ficou lavrado em ata que a primeira e a última empresa em referência se mostraram impossibilitadas de satisfazer o solicitado, restando, para o efeito a firma EDIMAR, que

346. Ata n.º 5 de 5 de fevereiro de 1981.

347. Ata n.º 6 de 11 de fevereiro de 1981.

348. Ata n.º 20 de 7 de maio de 1981.

349. Viria a ser publicado na 3ª série de 18 de maio, terminando o prazo a 18 do mês de junho.

350. Ata n.º 33 de 17 de julho de 1981.

351. Ata n.º 34 de 23 de julho de 1981.

352. Ata n.º 41 de 10 de setembro de 1981.

353. De 19 de fevereiro de 1979.

informava, estar interessada, no entanto indisponível, de momento, uma vez que estava responsável pelas recuperações estruturais dos edifícios classificados da ilha, sugerindo, igualmente, que deveriam contactar as Secretarias Regionais de Educação e Cultura e do Equipamento Social, sugestão, aliás que a Câmara concordou.^[354] Foi já em fevereiro de 1982^[355] que, na necessidade absoluta de recuperação do edifício dos Paços do Concelho, que se ia degradando cada vez mais, que o Presidente adjudica à empresa de construção EDIMAR a reparação constante no caderno de encargos, com a condição de que seria o engenheiro Medeiros Barbosa a dirigir os trabalhos. Não ficou, no entanto percebido quando se iria dar início aos trabalhos, uma vez que esta firma tinha também a seu cargo importantes obras como era o caso do Palácio dos Capitães Gerais e da Sé de Angra do Heroísmo.

Entretanto, na demora logística e burocrática de adjudicação da firma responsável pela recuperação dos Paços do Concelho, no dia 30 de julho de 1981,^[356] a Câmara toma conhecimento de «um importante relatório» enviado pelo Presidente do Assembleia Regional, o Dr. Álvaro Monjardino, dando conta dos recentes contatos efetuados na UNESCO, em que haveria a possibilidade de inscrever o núcleo central da cidade de Angra do Heroísmo como um dos conjuntos portugueses de maior interesse histórico e urbanístico. Os presentes viram nesta informação uma possibilidade muito vantajosa de cooperação na recuperação

do património cultural perdido no terramoto de 1 de janeiro do ano findo. Foi deliberado nesta mesma ata de 30 de julho que, o referido relatório deveria ser enviado aos Serviços Técnicos de Obras, para que estes também tomassem conhecimento do mesmo.

A 25 de fevereiro de 1982^[357] o Presidente Adá conta de um *telex* a enviar ao Secretário Regional do Equipamento Social informando o seguinte: «na sequência do parecer favorável da Secretaria Regional de Educação e Cultura relativamente à recuperação do edifício dos Paços do Concelho, nos mesmos moldes do contrato estabelecido entre a EDIMAR e o Governo Regional para a intervenção dos edifícios de interesse público, queira V. Exa. informar do modo como deverá ser elaborado o respetivo contrato, a fim de esta Câmara poder deliberar sobre a matéria em causa o mais rapidamente possível, porquanto o referido parecer na prática aponta para a adjudicação à EDIMAR, sendo o responsável técnico pela sua obra o engenheiro Medeiros Barbosa. De notar que o projeto de reparação foi elaborado pelo GAPRES». Em resposta a Secretaria Regional de Educação e Cultura^[358] aceitava as condições propostas pela EDIMAR, referindo, igualmente, os termos e condições a constar no contrato, estimando-se o valor de onze mil contos para o custo de execução da obra, tendo em conta a taxa de inflação da ordem dos 20% ao ano.^[359] É também referida a complexidade de que se revestia a obra de recuperação dos imóveis de interesse público da cidade, incluído está o edifício dos Paços do

354. Ata n.º 50 de 12 de novembro de 1981.

355. Ata n.º 8 de 18 de fevereiro de 1982.

356. Ata n.º 35 de 30J de julho de 1981.

357. Ata n.º 9 25 de fevereiro de 1982.

358. Ofício n.º 895 de 18 de fevereiro 1982.

359. Ata n.º 10 de 4 de março de 1982.

Concelho, pelo que a Câmara deliberou igualmente convidar o engenheiro Rui Andrade, da Secretaria Regional de Educação e Cultura, para prestação de assistência técnica à obra e fiscalizar a mesma, mediante avença a combinar. A resposta favorável deste, veio por ofício, lavrado em ata,^[360] informando que a avença deveria ser mensal, calculada de acordo com as tabelas em vigor, aprovadas pela Ordem dos Engenheiros.

Posto isto, tornava-se necessário tomar as devidas providências para que se iniciasse a empreitada. Foi a 25 de março de 1982^[361] que o engenheiro Técnico Principal dos Serviços de obras Municipais, João Miranda, sugeriu três pontos, que a Câmara tomou conhecimento e concordou com o teor da informação, sugerindo que se atuasse o mais celeremente. Os pontos apresentados foram os seguintes: «a) *proceder à retirada do arquivo existente no sótão; b) inventariar o material e peças antigas (globos, jarros, candeeiros, etc.) existentes no sótão e armazená-los em condições de segurança, dada a sua natureza de fabrico; c) embora se admita a possibilidade dos serviços da Câmara, poderem continuar a funcionar durante o período das obras em causa, com algumas mudanças temporárias, poderá também tornar-se necessário a retirada do edifício de determinados serviços por algumas semanas*». Foi também nesse sentido que o engenheiro João Miranda foi de opinião que deviam voltar para os serviços da Câmara os espaços cobertos cedidos aos Serviços Municipalizados há cerca de dois anos, incluindo os

gabinetes do edifício da Rua Serpa Pinto. Estas diligências permitiram nomeá-lo como o representante da obra, dando conhecimento à edilidade acerca do desenrolar dos trabalhos.^[362]

Com efeito, a resposta dos Serviços Municipalizados não se fizera esperar.^[363] De imediato ofereceram alternativas para a instalação provisória dos serviços administrativos em face das obras de recuperação do edifício dos Paços do Concelho, em vez da proposta do engenheiro Principal, acima descrita.

Passados, sensivelmente, dois anos do primeiro estudo,^[364] a 20 de abril de 1982, o mesmo gabinete de estudos e projetos de engenharia Medeiros Barbosa, emite novo plano de trabalhos mais detalhado, dando conta de alguns constrangimentos que estariam a comprometer o plano inicial, nomeadamente o facto da não interrupção dos serviços que se mantinham a laborar na Câmara e que só seriam mudados em agosto de 1983 para o edifício dos Carvalhais sito na Rua de São Pedro. Era também dado conta da lentidão do processo de abertura de roços, e das dificuldades sentidas na montagem de andaimes, devido ao deslocamento de paredes. Neste relatório são apresentados novos desenhos de secção e de plantas elencando os factores que poderiam atrasar os trabalhos.

As obras ainda mal tinham começado, datadas de maio de 1982, mas já recaíam os custos inerentes. Deviam-se

360. Ata n.º 16 de 8 de abril de 1982.

361. Ata n.º 14 25 de março de 1982.

362. Ata n.º 18 de 22 de abril de 1982.

363. Ofício 481, de 29 de abril 1982 – ATA n.º 19 de 29 de abril de 1982.

364. Datado de 7 de julho de 1980 e que é referido no final do capítulo anterior.

quantias que rogavam serem saldadas ao engenheiro José Pereira de Medeiros Barbosa^[365] e à firma EDIMAR no valor de 162 252\$50, bem como muitas outras faturas que entretanto chegavam^[366] a que se dava ordem de pagamento imediato. Foram também deliberadas a aquisição de ferramentas para as oficinas que também estariam a trabalhar na obra.^[367] Em setembro^[368] foi adjudicada à firma responsável pela obra da edilidade angrense o restauro do Monumento da *Memória*. Entretanto, no final do ano,^[369] a Câmara tomava conhecimento do pedido de rescisão do contrato com o engenheiro Medeiros Barbosa e do respetivo gabinete para o qual trabalhava de Estudos e Projetos de Engenharia, sendo que as razões supostas pelo engenheiro João Miranda prendiam-se com o ritmo lento das obras, por falta de elementos do projetista que agora pedia rescisão. A Câmara fazia-se valer mediante pareceres da própria Secretaria Regional de Educação e Cultura que, através do engenheiro Rui Andrade, também era de igual opinião, pelo que, juridicamente, deveriam ser reunidos todos os documentos que apoiassem a justa causa para o caso de pedidos de indemnizações.^[370] Com efeito, o parecer do advogado Dr. Álvaro Monjardino não se fizera esperar^[371] e, no final de fevereiro de 1983, era de parecer que, tendo as obras iniciado em maio transato, teriam um período de duração de quatro meses e com um custo estimado de cerca de 7 200 contos,

tendo-se até ao momento despendido 4 800 contos, correspondendo a dois terços do custo estimado e, passados nove meses do início dos trabalhos, sem se vislumbrar um fim à vista. O advogado alertava ainda para o facto do aluguer mensal de equipamento por parte da Câmara no valor de 30 contos mensais, pelo que o sobrecurso imputado à obra era razão mais que suficiente para a rescisão do contrato da firma do engenheiro Medeiros Barbosa, advertindo que, juridicamente, essas faturas deveriam ser imputadas à firma, resultante dos prejuízos inerentes. Mediante este parecer técnico, a Câmara deliberou agir em concordância. Foi assim que, o ritmo lento dos trabalhos marcou, desde o início, o andamento das obras, não obstante a urgência imprimida. Para ultrapassar os constrangimentos, foi deliberado designar o engenheiro Técnico Principal João Alberto de Melo, como elemento de ligação e da Comissão de apreciação das propostas apresentadas pelas seguintes firmas: GAPRES – Gabinete de Projetos de Escrituras Ldas. GRID – Consulta, estudos e projetos de engenharia e PT – Projetos Técnicos Lda., todas com sede em Lisboa,^[372] com exceção para esta última, que viria a ser a firma a adjudicar o serviço, com sede em Setúbal.^[373]

Por forma a ultrapassar os constrangimentos descritos anteriormente, no dia 22 de março de 1983^[374] foi realizada uma reunião no Salão Nobre dos Paços do Concelho,

365. Ata n.º 21 de 12 de maio de 1982.

366. Ata n.º 33 de 2 de agosto de 1982.

367. Ata n.º 26 de 17 de julho de 1982.

368. Ata n.º 39 de 9 de setembro de 1982.

369. Ata n.º 53 de 16 de dezembro de 1982.

370. Ata n.º 60 de 3 de fevereiro de 1983.

371. Ata n.º 64 de 24 de fevereiro de 1983.

372. Ata n.º 60 de 3 de fevereiro de 1983.

373. Ata n.º 66 de 10 de março de 1983.

374. Ata n.º 68 de 24 de março de 1983.

com vários engenheiros^[375] e entidades^[376] envolvidas nas obras, por forma a definir novas metodologias a seguir, tendo em consideração o mínimo de perturbação, dos vários serviços que ainda se encontravam no edifício. A PT – Projectos Técnicos Lda., informava que já possuía alguns elementos por forma a retomar os trabalhos, no entanto, o projeto definitivo só poderia ser entregue no prazo de três meses. A EDIMAR levantava o problema, a ser solucionado dentro de dez dias, e que se prendia com a suspensão dos trabalhadores a prazo, devido à paralisação das obras, mas que iriam dar início a uma nova fase de recrutamento de pessoal. Adiantavam ainda que iria haver trabalho por turnos das 7h00 às 10h00 ou das 17h00 às 20h00, sobretudo na abertura de roços de paredes e outros trabalhos de maior ruído. Finda a reunião, os presentes efetuaram uma visita ao rés-do-chão, para acertarem, na prática, alguns procedimentos a adotar. Assim, a 12 de maio^[377] foi solicitado ao engenheiro Rui Andrade uma fiscalização das obras. A 7 de abril de 1983^[378] a Câmara deliberou contatar o autor da *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, o jornalista e escritor Pedro Merelim para compilar e acrescentar os capítulos necessários de forma a complementar a história do edifício de 1972^[379] até ao presente. A

resposta de Joaquim Gomes da Cunha, de pseudónimo Pedro de Merelim veio a 22 de junho^[380] do corrente, informando as condições para a elaboração da nova edição do livro, ou seja da 3.^a, sendo que, para tal, o autor informava a necessidade de este ser impresso numa tipografia do continente, dadas as fotos presentes na 2.^a edição já não existirem. Informa que necessita de dez meses para concluir a obra, informando do valor a cobrar à página, referente aos novos textos a inserir e do valor referente à revisão de provas e assistência na edição. Informa, igualmente, da necessidade de uma viagem ao continente, por forma a acompanhar os trabalhos na tipografia. A 3 de novembro de 1983^[381] o senhor Presidente informa que recebera o orçamento da Firma Barbosa e Xavier Lda., através do Senhor Joaquim Gomes da Cunha, referente à 3.^a edição do livro, numa previsão para 2000 exemplares pela quantia de 732 600\$00. No mês seguinte^[382] o trabalho estaria em condições de ser apreciado por esta Câmara, que também se disponibilizou para a sua verificação. A 26 de janeiro de 1984 o Presidente informa que a nova edição deveria estar concluída no dia 1 de abril^[383]. O livro chegou no dia 10 de maio, sendo que, em reunião de Câmara, foi oferecido um exemplar aos vereadores,^[384] tendo-se fixado o preço de venda ao público no valor de 750\$00.^[385] A Câmara faria uma homenagem ao jornalista escritor Joaquim Gomes da Cunha, conhecido por Pedro de Merelim

375. Eng. António Caiado, também ele vereador, o Eng. Alberto Ourique, Eng. João Miranda, Eng. Rui Andrade, também na qualidade de fiscal de obras.

376. Técnicos da PT – Projectos Técnicos Lda. Nas pessoas dos arquitetos Domingos António Vaz, José Luís Oliveira e o Eng. Alberto Marcelino Alves. Os representantes da EDIMAR, representados pelos administradores Luís Pires e Luís Filipe Fernandes.

377. Ata n.º 7 de 12 de maio de 1983.

378. Ata n.º 2 de 7 de abril de 1983.

379. Data da segunda edição.

380. Ata n.º 15 de 30 de junho de 1983.

381. Ata n.º 35 de 3 de novembro de 1983.

382. Ata n.º 39 de 2 de dezembro de 1983.

383. Ata n.º 4 de 26 de janeiro de 1984.

384. Ata n.º 20 de 10 de maio de 1984.

385. Ata n.º 46 de 8 de novembro de 1984.

a 17 de julho de 1986,^[386] em virtude de se despedir da cidade de Angra do Heroísmo, depois de ter vivido nela quarenta anos e da qual é cidadão honorário.

Entretanto, e longe dos procedimentos de edição do livro, os serviços da Câmara estariam a chegar a um ponto de saturação tal, queurgia uma mudança provisória^[387] para uma casa a arrendar^[388] na rua de São Pedro, pertencente ao Senhor Carvalhal. A 21 de julho,^[389] o Presidente em exercício, informa da necessidade de instalação telefónica, bem como das respetivas adaptações ao edifício, em conformidade com as necessidades dos serviços. Mais informava que, a mudança estaria prevista dentro de oito dias, sensivelmente. Com a evacuação do edifício, ficou lavrado em ata^[390] que se deveria proceder à limpeza, em lavandaria, dos reposteiros, dadas as obras que estavam previstas para o primeiro piso. Efetivamente, a reunião de Câmara de 11 de agosto^[391] já foi efetuada no «edifício dos Carvalhais», sito na Rua 25 de Abril, freguesia de São Pedro. O Presidente declarou no período, antes da ordem dos trabalhos o seguinte: «*Não é sem mágoa que aqui nos encontramos*



Casa dos Carvalhais, onde provisoriamente funcionou a Câmara Municipal (Pedro de Merelim, 1984).

e julgamos que a história registará este facto como ímpar na vida da cidade de Angra. É também com esperança, que tudo faremos para que possamos voltar aos históricos Paços do Concelho à Praça da Restauração e, assim, devolver à cidade e às suas populações a sua Sede Municipal tão condigna e fiel quanto possível aos pergaminhos que a honram na história da Terceira e da Pátria».^[392] No final da leitura do comunicado feito pelo Presidente, todos os vereadores se congratularam com o facto de proporcionarem aos funcionários e munícipes boas condições de trabalho e de serviço. Foi também assente de que seria necessário colocar uma placa indicativa do funcionamento provisório dos serviços camarários, no edifício conhecido como *Casa dos Carvalhais*.

No entanto, das atas consultadas, grande parte, continuava a dar conta do progresso lento dos trabalhos, não obstante as mudanças contratuais e despejo dos serviços. Efetivamente, no dia

386. Ata n.º 29 de 17 de julho de 1987.

387. Ata n.º 17 de 17 de julho de 1983.

388. Quantia mensal de 100 000\$00.

389. Ata n.º 18 de 21 de julho de 1983.

390. Ata n.º 22 de 4 de agosto de 1983.

391. Ata n.º 23 de 11 de agosto de 1983 (note-se que 11 de agosto é também a data da fundação do edifício dos Paços do Concelho 134 anos antes).

392. Ata n.º 23 de 11 de agosto de 1983.

18 de agosto,^[393] o Presidente mostrava apreensão acerca do andamento lento da obra de reparação do edifício. Informou que, no dia seguinte, teria uma reunião com os responsáveis das obras, a que deu conhecimento do seu conteúdo aos vereadores no dia 25 do corrente mês,^[394] solicitando um aceleramento à firma EDIMAR e à PT. Foi nessa ata que o Presidente colocou à deliberação mandar restaurar a bandeira azul e branca bordada pela princesa Maria da Glória,^[395] oferecida, a este município pela mesma, já detentora do título de D. Maria II, à Fundação José Figueiredo. Nesse sentido, foi solicitada à Direção Regional dos Assuntos Culturais que intermediasse o processo. No dia 13 de setembro,^[396] a Direção Regional aludida, remete cópia do ofício dirigido ao Presidente do Instituto Português do Património Cultural, a fim de se proceder ao restauro, que só ficaria concluído a 31 de outubro de 1985^[397] e que se sugeriu o seu levantamento pelo vereador José Henrique Franco,^[398] mas que não foi concretizado pelo facto das dimensões não permitirem o transporte normal, pelo que se propôs que fosse contactada a agência STAR, encarregando-a de fazer a entrega da bandeira a esta Câmara.^[399]

A 15 de dezembro^[400] o Presidente apresentou as plantas aos vereadores sobre a distribuição dos

espaços do edifício, cuja primeira fase da obra estaria prestes a ser concluída. Pelo que se pode perceber, a distribuição estaria em consonância com as chefias e encarregados de serviços. O Presidente solicitava ainda que seria de toda a conveniência pensar-se, desde já, no modo de execução da segunda fase da obra. A este respeito, o vereador Filipe Franco lamentou que a distribuição dos espaços não pudesse aguardar o resultado do estudo da reorganização dos serviços, que iria muito brevemente ser reiniciado, sendo de opinião de que a parte burocrática deveria ficar num piso e que a parte técnica, noutro. Na mesma ordem do dia, o engenheiro Caiado propôs que fossem, desde já, convidados os técnicos para a elaboração dos projetos de instalação elétrica, telefones e intercomunicadores, estabelecendo-se, em simultâneo, contato com a firma Ricardo Espírito Santo com vista à decoração do edifício. A Câmara concordou com o proposto. É também desta ata o voto de louvor do vereador Filipe Franco pelo facto de Angra ter entrado para a Lista de Património Mundial da Unesco, no dia 6 de dezembro.

Na primeira ata de 1984^[401] dá-se referência que o senhor Presidente solicitara ao arquiteto Álvaro Pedro para estar presente na reunião, tendo sido requerido a apresentação do estudo por ele elaborado sobre a instalação dos serviços no edifício dos Paços do Concelho. Mediante a apresentação e depois de verificarem alterações nos dois pisos, a Câmara concordou. Assim,

393. Ata n.º 24 de 18 de agosto de 1983.

394. Ata n.º 25 de 25 de agosto de 1983.

395. Maria da Glória Joana Carlota Leopoldina da Cruz Francisca Xavier de Paula Isidora Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança.

396. Ofício n.º 1510 de 13 de setembro. Ata n.º 31 de 6 de outubro de 1983.

397. Ofício 2375 de 31 de outubro; Ata n.º 46 de 14 de novembro de 1985.

398. Ata n.º 49 de 5 de dezembro de 1985.

399. Ata n.º 49 de 5 de dezembro de 1985.

400. Ata n.º 41 de 15 de dezembro de 1983.

401. Ata n.º 1 de 5 de janeiro de 1984.

no primeiro^[402] piso, continuariam as secções de contabilidade, impostos e tesouraria, onde anteriormente estavam, ficando a seção de pessoal na sala onde antes se instalara as Juntas de Freguesia da cidade, bem como a secção de reprografia e parte do arquivo, com as devidas divisões. No primeiro piso, manter-se-iam as únicas alterações no gabinete do chefe de secretaria, que passaria a ficar integrado na secção de expediente e que, por esse motivo, seria alargada, para a anterior secção de pessoal e na sala onde funcionara a secção de arquivo e documentação seria dividida, para instalar uma sala de reuniões de trabalho.^[403]

Entretanto, as propostas para a instalação elétrica do edifício dos Paços do Concelho já tinham chegado, sendo que a Câmara deliberara adjudicar o serviço à firma António Victor Mendonça,^[404] tendo em conta o prazo para a sua execução de 45 dias em contraponto com os 60 dias de Denis Preston Braz, o de 50 dias de Leonildo Garcia Vargas e o de 55 dias de Mila/Pérciles Ortins. No dia 26 de janeiro de 1984, o Presidente tornava a dar conta de que as obras de reparação se encontram paradas^[405] e que seriam retomadas na próxima semana. As razões para este novo impasse não são invocadas. Por outro lado, foi tomado conhecimento de que no dia 10 de fevereiro^[406] a Câmara seria contactada por um representante da Fundação Ricardo Espírito Santo que

permaneceria até ao dia 14^[407] com vista aos trabalhos de restauro e de decoração do edifício dos Paços do Concelho.^[408] Os técnicos que estiveram presentes inventariaram todos os imóveis, havendo uma referência, não muito clara, em ata, aos cortinados do Salão Nobre.^[409] Em março,^[410] o Presidente, aproveitando uma deslocação ao continente, dirigiu-se à Fundação Ricardo Espírito Santo por forma a se inteirar da proposta por estes efetuada para o restauro do Salão Nobre. Faz-se acompanhar de um ofício datado de 12 do mesmo mês^[411] indicando a estimativa de preços apresentando duas opções à escolha balizadas entre 16 169 150\$00 e 17 191 781\$00. Foi deliberado pedir parecer aos serviços técnicos, qual a opção mais vantajosa.



Túnel descoberto sob o edifício municipal.

Mas os problemas foram-se sucedendo, havia ainda trabalhos de pormenor que tinham de ser tratados

402. Julgo ser um lapso de escrita, querendo o redator referir-se ao rés-do-chão.

403. Ata n.º 2 de 12 de janeiro de 1984.

404. Ata n.º 3 de 19 de janeiro de 1984.

405. Ata n.º 4 de 26 de janeiro de 1984.

406. Ofício datado de 10 de janeiro de 1984.

407. Ata n.º 6 de 9 de fevereiro de 1984.

408. Ata n.º 4 de 26 de janeiro de 1984.

409. Ata n.º 8 de 16 de fevereiro de 1984.

410. Ata n.º 13 de 22 de março de 1984.

411. Ata n.º 13 de 22 de março de 1984.

com cuidado. Pelo contacto que teve o Presidente com o senhor Victor Alves, havia a necessidade de escorar um canto do Salão Nobre, dado o risco eminente de queda. Era também dado a conhecer de que o hall teria que ser todo picado e revestido. Entretanto, os trabalhos de eletrificação começavam a decorrer.^[412] A 1 de março^[413] na reunião de Câmara, o Presidente mostra aos vereadores fotografias do recém-descoberto túnel existente por baixo do edifício e que fora encontrado no decurso das obras.

No dia 9 de fevereiro de 1984^[414] o Presidente determinou o dia da reinauguração do edifício dos Paços do Concelho. Nesse ano, Angra celebrava os 450 anos de elevação a cidade. Para tal, haveria que se criar uma comissão Executiva das Comemorações, constituída por um sócio do Instituto Histórico da Ilha Terceira, na pessoa do Dr. Maduro-Dias; por um sócio do Instituto Açoriano de Cultura, na pessoa do Sr. Jácome de Bruges Bettencourt; pelo Regimento de Infantaria de Angra, representado pelo Major Almeida; por um indigitado da Secretaria Regional de Educação e Cultura, representada pelo Dr. Bento Barcelos e finalmente pela comunicação social, na pessoa do Sr. Rafael Cota. A comissão nomeada teria como finalidade preparar um programa de comemorações que tivessem início a 21 de agosto e terminassem no mesmo dia do ano seguinte, com a reinauguração, então do edifício dos Paços do Concelho. No programa deveriam constar palestras, concertos, exposições, concursos, etc. que coincidissem com datas históricas

marcantes para o concelho e para a cidade. A verba destinada a esse propósito foi de 500 000\$00.^[415]

Definida a data para a instalação da edibilidade no edifício camarário e ultrapassados os constrangimentos relacionados com a paragem das obras, o resto do ano de 1984 irá ficar marcado pela referência, em ata, às obras do edifício, se bem que a um ritmo lento. Este facto foi assim mencionado sumariamente através do engenheiro António dos Santos Caiado e remetem-se para nota de rodapé, dada a sua extensão.^[416] A 29 de março,^[417] este engenheiro, no seguimento de um périplo nas obras em curso no concelho, dá conta que o edifício dos Paços do Concelho se encontrava, de momento, na fase final de consolidação da estrutura e, a 19 de abril,^[418] o Presidente informava que já tinham sido retirados os taipais do edifício, de modo que as obras referentes à estabilidade da estrutura se encontravam concluídas. Proceder-se-iam à abertura dos roços para a instalação elétrica e telefónica, mas que estes trabalhos seriam pagos à hora, pelo que estava em curso um

415. Ata n.º 36 de 30 de agosto de 1984.

416. Ata n.º 20 de 10 de maio de 1984; Ata n.º 34 de 16 de agosto de 1984; Ata n.º 35 de 23 de agosto de 1984; Ata n.º 36 de 30 de agosto de 1984; Ata n.º 38 de 13 de setembro de 1984; Ata n.º 39 de 20 de setembro de 1984; Ata n.º 40 de 27 de setembro de 1984; Ata n.º 41 de 4 de outubro de 1984; Ata n.º 42 de 11 de outubro de 1984; Ata n.º 43 de 18 de outubro de 1984; Ata n.º 44 de 25 de outubro de 1984; Ata n.º 47 de 15 de novembro de 1984; Ata n.º 49 de 29 de novembro de 1984; Ata n.º 50 de 6 de dezembro de 1984; Ata n.º 51 de 13 de dezembro de 1984; Ata n.º 1 de 3 de janeiro de 1985; Ata n.º 4 de 24 de janeiro de 1985; Ata n.º 9 de 28 de fevereiro de 1985; Ata n.º 10 de 7 de março de 1985; Ata n.º 19 de 9 de maio de 1985; Ata n.º 20 de 16 de maio de 1985; Ata n.º 21 de 23 de maio de 1985; Ata n.º 23 de 7 de junho de 1985; Ata n.º 24 de 13 de junho de 1985; Ata n.º 27 de 4 de julho de 1985; Ata n.º 28 de 11 de julho de 1985; Ata n.º 30 de 25 de julho de 1985; Ata n.º 35 de 16 de agosto de 1985.

417. Ata n.º 14 de 29 de março de 1984.

418. Ata n.º 17 de 19 de abril de 1984.

412. Ata n.º 6 de 9 de fevereiro de 1984.

413. Ata n.º 10 de 1 de março de 1984.

414. Ata n.º 6 de 9 de fevereiro de 1984.

procedimento de consulta prévia a vários empreiteiros locais,^[420] que viriam a ser conhecidos na ata seguinte.^[420] Apresentaram-se a concurso três empresas,^[421] para a abertura dos roços e apenas uma para a instalação elétrica,^[422] que se comprometia no prazo de 75 dias para conclusão da empreitada e que faria o serviço, em conjunto com a Construtora Ideal da Terceira Lda.^[423] Quanto à instalação de uma central telefónica, a comissão de apreciação de propostas para esse fim, escolheu a firma ARTIFEL, com sede em Ponta Delgada pela quantia de 1 480 223\$00.^[424] A aquisição dos quadros elétricos ficou fora da proposta, pelo que a Câmara teve de adquirir quatro,^[425] conforme a informação do engenheiro técnico principal.^[426]

As obras pareciam agora decorrer a um bom ritmo. Estimara-se o dia para a recolocação da estátua «*Angra do Heroísmo*» no cimo do frontão para o dia 1 de junho,^[427] passados quatro anos e meio do seu apeamento,^[428] esta seria uma data marcante para os angrenses que viam devolvida à cidade um dos seus maiores símbolos, além do vislumbre da conclusão do imóvel municipal. Mas como não há bela sem senão, a 5 de julho^[429] surge um novo problema no edifício e que se prendia com a necessidade de se

ter de demolir a esteira do Salão Nobre e da Sala de Sessões, aguardando-se decisão do engenheiro Rui Andrade que, entretanto, se encontrava fora da ilha. No entanto, o Presidente estaria convicto de que se arranjariam outras soluções, pelo que retificou em ata do dia 19 de julho,^[430] que em vez de se ler «*já estava assente não se demolirem os estuques*» deve ler-se «*estava assente não ser retirado o tecto*», por via de não ter a certeza de que os estuques resistiriam. Nessa mesma ata, o Presidente dá conta da impressão dos convites para as comemorações dos 450 anos de cidade e que tinha sido mandado imprimir um cartaz alusivo, cuja imagem seria a estátua «*representando a Constituição dando liberdade a um açor*»,^[431] no entanto, como já se aludiu anteriormente, a estátua é uma alegoria a «*Angra do Heroísmo*», se bem que muito semelhante à que o Presidente aludira na sua explicação. Apresentou, igualmente, fotografias das medalhas comemorativas que se mandaram cunhar. Entretanto o professor e vereador Duarte Mendes chamaria a atenção para a necessidade de em agosto, pelo menos, a fachada do edifício estar concluída, uma vez que o

430. Ata n.º 30 de 19 de julho de 1984.

431. Ata n.º 30 de 19 de julho de 1984.

419. Ata n.º 20 de 10 de maio de 1984

420. Ata n.º 21 de 17 de maio de 1984.

421. António Valdemar Fraga Costa & Filhos, MOUCELI e Construtora Ideal da Terceira Lda.

422. Firma J.M.Parreira.

423. Ata n.º 22 de 24 de maio de 1984.

424. Ata n.º 25 de 20 de junho de 1984.

425. A firma vencedora foi Electro Silva, pelo valor de 168 609\$00, Ata n.º 32 de 2 de agosto de 1984.

426. Ata n.º 29 de 12 de julho de 1984.

427. Ata n.º 23 de 31 de maio de 1984

428. A estátua fora apeada a 12 de janeiro de 1980, consequência do terramoto.

429. Ata n.º 28 de 5 de julho de 1984.



Medalha comemorativa dos 450 anos da cidade de Angra do Heroísmo, da autoria de Cabral Antunes, agosto de 1984.

interior ainda não apresentava condições para a realização das conferências, que se realizariam no Salão Nobre da Secretaria Regional da Administração Pública.^[432]

É do mês de agosto de 1984 que se diligenciaram os primeiros contactos com os proprietários do Teatro Angrense, no sentido de ser a edilidade a efetuar a compra. A Câmara aguardaria pela proposta.^[433] Entretanto o dia 21 de agosto seria comemorado com toda a pompa e circunstância. O Presidente deixara lavrado em ata^[434] a sua manifesta satisfação e um voto de congratulação sobre a forma como estava a decorrer a primeira semana «*com brilhantismo e dignidade, o que se deve ao esforço da Comissão nomeada para o efeito*». Deixou também um voto de congratulação pela presença do Mayor de Tulare e respetiva comitiva, apresentou ainda um agradecimento a todas as entidades civis e militares, assim como aos funcionários e trabalhadores desta Câmara que muito contribuíram para o prestígio das referidas comemorações.

No mês de setembro, o engenheiro Caiado dava notícia que as obras no edifício dos Paços do Concelho continuavam a um bom ritmo, estando o Salão Nobre revestido, sendo que os

andaimos passariam para o gabinete do Presidente^[435]. No mês seguinte, constrangimentos financeiros relacionados com a obra de restauro



Aspecto do Salão Nobre depois das obras de reconstrução, após o sismo de 1980.

do edifício camarário, estimado inicialmente em 20 mil contos, faziam com se esperasse um apoio do GAR^[436] para a sua conclusão^[437]. Em novembro^[438] o Presidente tivera uma reunião com a firma construtora com a finalidade de acentuar a necessidade de a obra ficar concluída em maio do próximo ano, dado encerramento das comemorações em agosto. O empreiteiro renovou o seu compromisso, o que foi depois transmitido em reunião camarária.^[439]

432. Ata n.º 30 de 19 de julho de 1984.
433. Ata n.º 32 de 2 de julho de 1984.
434. Ata n.º 36 de 30 de julho de 1980.

435. Ata n.º 37 de 6 de setembro de 1984.
436. Gabinete de Apoio à Reconstrução.
437. Ata n.º 43 de 18 de outubro de 1984.
438. Ata n.º 45 de 2 de novembro de 1984.
439. Ata n.º 51 de 12 de dezembro de 1984

Decoração

O período que se segue de embelezamento do edifício começa por ser um indício importante da conclusão da obra. A 22 de novembro,^[440] a ata informa dos contatos mantidos com a decoradora, a senhora Alda Cardoso Pereira Gomes, para elaboração de um estudo para a decoração da Sala das Sessões, do Salão Nobre e do Gabinete da Presidência do edifício dos Paços do Concelho. A 29 do mesmo mês, o engenheiro Caiado sugere a iluminação exterior da fachada.^[441] No mês de dezembro^[442] o Presidente apresenta aos vereadores amostras dos tecidos de forrar paredes, estofos e reposteiros, que a Câmara verificou numa prévia apreciação.^[443] Na mesma reunião, propôs a colocação de uma placa assinalando a reconstrução do edifício no átrio dos Paços do Concelho, a ser descerrada no encerramento das comemorações dos 450 anos da cidade, no dia 21 de agosto de 1985. A Câmara concordou, por unanimidade, com a proposta. No dia 10 de janeiro de 1985,^[444] o Presidente interveio, dando conta da necessidade de reparação da

estrutura dos painéis dos três vitrais^[445] com o brasão adotado por decreto de 12 de janeiro de 1837, o escudo e a cruz de Cristo, configurada em cruz latina. A Câmara deliberou que deveria deslocar-se um técnico da Firma Ricardo Espírito Santo para averiguar o teor do trabalho a realizar. Efetivamente, a 7 de fevereiro^[446] chegava o técnico responsável, o senhor Álvaro Pinto Francisco,^[447] pelo levantamento dos problemas dos vitrais, sendo que, em maio^[448] desse ano, seriam intervencionados pela quantia de 170 000\$00.^[449] Foi também solicitado àquele técnico a reparação das molduras da Sala de Sessões, mediante o pagamento de 150 000\$00. Entretanto, a 14 de fevereiro^[450] o Presidente informa que o professor Emanuel Félix,^[451] responsável pelo restauro do quadro de D. Maria II, já o havia concluído e que teria intenção de publicar um trabalho^[452] sobre as diversas fases intervencionadas na referida tela, a que a Câmara concordou. A 30 de abril^[453] a edilidade recebe um ofício da *Aldecor* – Atelier de decoração,

440. Ata n.º 48 de 22 de novembro de 1984.

441. Ata n.º 49 de 29 de novembro de 1984.

442. Ata n.º 52 de 20 de dezembro de 1984.

443. A 14 de março de 1985 ficaria decidido que o Gabinete da Presidência ficaria com uma cor diferente da anterior, a Sala de Sessões manter-se-ia igual ao que estava antes do terramoto, estando o Salão Nobre ainda em fase de estudo. Ata n.º 11 de 14 de março de 1985.

444. Ata n.º 2 de 10 de janeiro de 1985.

445. Conjunto de três vitrais que se encontram ao cimo do primeiro lance da escadaria e cujo desenho é de autoria de Abraham Abobbot do primeiro quartel do século XX.

446. Ata n.º 6 de 7 de fevereiro de 1985.

447. Teve como ajudante o Sr. Luís Teodoro. Ata n.º 19 de 9 de maio de 1985.

448. Ata n.º 19 de 9 de maio de 1985.

449. Ata n.º 15 de 11 de abril de 1985.

450. Ata n.º 7 de 14 de fevereiro de 1985.

451. Técnico Chefe do Centro de Estudo, Conservação e Restauro de Obras de Arte dos Açores.

452. Este texto está reproduzindo inventário relativo ao quadro em questão.

453. Ata n.º 22 de 30 de maio de 1985.

de Alda Cardoso Pereira Gomes, com sede em Mem Martins, acompanhado de proposta^[454] para fornecimento e colocação de material de decoração. Os técnicos que analisaram a proposta informaram que, dada a impossibilidade de se encontrar no mercado local, matéria-prima necessária à decoração, consideraram esta proposta mais antajosa e significativamente mais baixa em relação à proposta apresentada pela Fundação Ricardo Espírito Santo, pelo que, deveria ser aceite para a execução de trabalhos nas sancas, guarnições, alizares e outros ornatos no valor de 8 298 880\$00.^[455] A 23 de maio^[456] estava aberto concurso para aquisição de 800m² de alcatifa^[457] para as zonas de serviço do edifício a que concorreram as firmas *Movelcar e Adalberto Martins & Filhos*, tendo sido à primeira firma a adjudicação do fornecimento, pelo valor de 1 088 000\$00.^[458] A 18 de julho, o Presidente falou da necessidade de se adquirir quatro portas de vidro^[459] para os serviços de contabilidade, impostos e pessoal, pelo valor de 924

432\$00.^[460] Foram também adquiridas cadeiras e mobiliário para o gabinete da presidência,^[461] bem como mobiliário para os gabinetes dos vereadores a tempo inteiro.^[462] O mobiliário da tesouraria da Câmara foi adquirido após a reinauguração,^[463] e os cortinados das janelas exteriores do piso que ainda não as possuíssem, só seriam adquiridos em outubro de 1987.^[464] É também nesse ano que serão adquiridas as passadeiras para a escadaria principal, primeiro patamar e para todo o corredor do primeiro andar.^[465]

Note-se que se mantiveram os pavimentos cerâmicos originais de risto e autoria de Germano Pereira Sarmiento, o responsável pelos desenhos e pela decoração interior do edifício oitocentista.

Deve-se também a este artista o desenho da ramagem do frontão exterior do edifício.

A 7 de março de 1985,^[466] em reunião de Câmara é discutida uma proposta, datada de 4 do mesmo mês, e assinada por um grupo de trabalho, constituído pelo vereador José Henrique Franco, Lúcia Pereira, Fátima Brito, Jesuína

454. Na sequência de contatos havidos anteriormente por parte da Firma Construtora Ideal da Terceira.

455. Ficam excluídos deste valor as bases de latão para o Salão Nobre no valor de 56 000\$00, bem como o veludo, no valor de 124 800\$00. Ata n.º 22 de 30 de maio de 1985.

456. Ata n.º 21 de 23 de maio de 1985.

457. A solicitação de aquisição de um aspirador pelo encarregado de limpeza do edifício é datada de 22 de agosto de 1985, imediatamente no dia a seguir à reinauguração. Ata n.º 34 22 de agosto de 1985.

458. Ata n.º 25 de 20 de junho de 1985.

459. Ata n.º 29 de 18 de julho de 1985.

460. Ata n.º 31 de 1 de agosto de 1985.

461. Ata n.º 30 de 25 de julho de 1985.

462. Ata n.º 33 de 16 de agosto de 1985.

463. Ata n.º 44 de 31 de outubro de 1985.

464. Ata n.º 43 de 29 de outubro de 1987.

465. Ata n.º 4 de 29 de janeiro de 1987.

466. Ata n.º 10 de 7 de março de 1985.

Costa, Maria do Carmo, Fátima Lourenço e Bélia Cota, solicitando a mudança de alguns serviços, tendo em vista a redução de circuitos, em benefício dos trabalhadores e dos utentes. Sugeria-se um espaço maior para o setor de contabilidade e impostos, propondo a construção de um piso intermédio naquele local. Entretanto, o engenheiro Técnico Principal a 4 de abril^[467] dava conta da necessidade de se recorrer a mão-de-obra especializada, para além da fornecida pela firma *Construtora Ideal da Terceira*, por falta de resposta desta em algumas unidades de trabalho. Passados alguns dias,^[468] a empresa responsável pela obra, envia um ofício, dando conta de que se agravaram os custos com a mão-de-obra, não só pela contratação coletiva, mas também por força do aumento do salário mínimo nacional no início do ano, o que faria aumentar os valores, inicialmente, contratualizados.

A 14 de março^[469] o Presidente fez referência a um contacto havido com a Comissão Executiva dos 450 anos de elevação a cidade, no sentido de se promover um concurso para elaboração do hino da cidade de Angra do Heroísmo. Providenciados os devidos passos para o concurso, este foi ganho a nível musical pelo professor do conservatório Gustaaf van Manen,^[470] com a letra de Paulino Tavares que, abaixo se reproduz.

467. Ata n.º 14 de 4 de abril de 1985.

468. Ata 16 de 18 de abril de 1985.

469. Ata n.º 11 de 14 de março de 1985.

470. Gustaaf Van Manen entregaria a partitura da música do Hino da Cidade de Angra ao Presidente no dia 29 de agosto, conforme a ata n.º 35 de 29 de agosto de 1985.



Partitura do Hino Angrense composto por Gustaaf van Manen e Paulino Tavares, 1985. Cedido por Gustaaf van Manen.

Hino Angrense

*Terra Terceira, manhã de esperança
Raiz e fruto, Angra cidade
Fogo vermelho, verde lembrança
Mar, resistência e liberdade*

*Levantemos nossa voz em cada hora
Do fruto és rainha, és senhora
Angra-História, Angra-Memória
E lealdade*

*Nobre e constante, cidade amada
Do teu presente nasce a outra idade
Manteremos lida e gravada
Tua glória, tua vontade*

Levantemos...

*Império santo, trova e cantiga
Caminho novo, luz, claridade
Trigo passado, muralha antiga
Monte Brasil, pátria amizade*

Levantemos...



Este hino foi executado na Praça Velha no dia da reinauguração do edifício dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, pelo grupo Coral da Terra Chã, dirigido por Tibério Franco.

A 8 de agosto, o Presidente informa, que logo que estejam alcatifadas as áreas de serviço, estariam a postos para se fazer a mudança, com exceção dos serviços técnicos de obras dado o atraso nas obras dos gabinetes de pessoal técnico. Assim, estaria convicto que a 21 de agosto estaria tudo operacional para a inauguração oficial do edifício e, por conseguinte, o encerramento das comemorações dos 450 anos de elevação a cidade.^[471] Nesse dia também ficou assente um esboço do programa previsto e apresentado Professor Duarte Mendes, que viria mais tarde a sofrer melhoramentos e que foi publicado no *Diário Insular*^[472]:

<i>Dia 21</i>	<i>Actividades</i>
<i>08h00</i>	<i>Alvorada festiva e içar da bandeira nos Paços do Concelho</i>
<i>16h00</i>	<i>Cerimónia de abertura das celebrações</i>
	<i>Leitura do Foral que concede a Angra a categoria de cidade</i>
	<i>Proclamação à cidade pelo Presidente da Câmara</i>
	<i>Desfile Militar</i>
<i>18h00</i>	<i>Sessão solene e apresentação da medalha comemorativa no Salão Nobre da Secretaria Regional da Administração Pública, orador Professor Doutor Machado Pires</i>
<i>21h30</i>	<i>Encerramento do 1º festival Internacional de Folclore na Praça de Tóiros (Organização do COFTT)</i>

A reunião de 16 de agosto de 1985^[473] seria a última a ser realizada no edifício do Carvalhais, dado que estavam praticamente concluídos os trabalhos. Foi com sentido de registo que o Presidente Leopoldino Tavares, antes da ordem do dia, se referiu que «*não queria deixar de assinalar que no espaço de dois anos serviu este imóvel de instalações provisórias à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, de agosto de 1983 a agosto de 1985, uma vez que na história da cidade e da vida desta edilidade terá no futuro que ser recordado o tempo em que aqui se trabalhou, facto este motivado pelo sismo de 80*».

471. Ata n.º 32 de 8 de agosto de 1985.

472. *Diário Insular* de 21 de agosto de 1985.

473. Ata n.º 33 de 16 de agosto de 1985.



Discurso do encerramento das comemorações dos 450 anos da cidade de Angra do Heroísmo. *Diário Insular* de 22 de agosto de 1985

A imprensa registava o encerramento das comemorações com a reinauguração do edifício. Efetivamente foi cumprido o programa apresentado em epígrafe mas, sobretudo, era do edifício que os angrenses e os terceirenses em geral estavam orgulhosos. Um ano de comemorações contrastava com a desolação sentida quatro anos antes. Os títulos de imprensa o demonstravam: «*Angra orgulha-se do seu património e dos seus pergaminhos*»^[474]; «*A nossa juventude tem procurado valorizar o restauro cultural*»^[475]; «*A condestável dos Açores*»^[476]; «*Angra do Heroísmo, interesse histórico e patrimonial*»^[477]; «*Sismo de 1 de janeiro deu a Angra uma oportunidade de desenvolvimento*»^[478]; «*Aniversário de Angra assinalado nas comunidades Angra é vossa e nossa*»^[479]; «*Angra tem no seu património fontes de criatividade para uma nova era*»^[480]; «*Património Municipal de Angra está todo reconstruído*»^[481]; «*Projectar Angra aos nossos olhos e aos de*

quem nos visita»^[482]; «*O Hino de Angra vai ser gravado*»^[483]; «*A inauguração dos Paços do Concelho e um cortejo etnográfico marcam o encerramento das comemorações*»^[484]; «*Turismo cultural é o único viável nos Açores*»^[485]; «*Álvaro Monjardino apelou aos angrenses para que conheçam a sua Angra*»^[486]; entre outros títulos que enobreciam e faziam sentir de que se vivia numa nova era, diria numa outra cidade: moderna e confiante.

A reunião de 16 de agosto de 1985^[487] seria a última a ser realizada no edifício dos Carvalhais, dado que estavam praticamente concluídos os trabalhos. Foi com sentido de registo que o Presidente Leopoldino Tavares, antes da ordem do dia, se

474. *Diário Insular* 22 agosto 1984.

475. *Diário Insular* de 21 de agosto de 1984.

476. *Ibidem*.

477. *Ibidem*.

478. *Diário Insular* de 23 agosto 1984.

479. *Ibidem*.

480. *Diário Insular* de 2 de setembro de 1984.

481. *Diário Insular* de 22 agosto de 1985.

482. *Diário Insular* de 23 agosto de 1985.

483. *Ibidem*.

484. *A União* de 13 agosto de 1985.

485. *A União* de 16 agosto de 1985.

486. *A União* de 22 agosto 1985.

487. Ata n.º 33 de 16 de agosto de 1985.

referiu que «*não queria deixar de assinalar que nos espaço de dois anos serviu este imóvel de instalações provisórias à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, de Agosto de 1983 a Agosto de 1985, uma vez que na história da cidade e da vida desta edilidade terá no futuro que ser recordado o tempo em que aqui se trabalhou, facto este motivado pelo sismo de 80*».^[488]

A reunião de Câmara realizou-se de 22 de agosto^[489] no recém-inaugurado imóvel: «*É com justificado orgulho que nos reunimos novamente no edifício dos Paços do Concelho, reedificado após o sismo de 80, na nossa primeira reunião de trabalho efetuada nesta sala das sessões. Assim, pela satisfação de termos devolvido à cidade este majestoso edifício, de podermos ter encerrado condignamente as comemorações dos 450 anos da elevação de Angra a cidade, registamos com pleno agrado tais facto e agradecemos a colaboração prestada ao longo desta reconstrução pelo Governo Regional, pelas firmas: Gabinete de Projectos Técnicos (PT), EDIMAR, na fase difícil de consolidação, à Construtura Ideal da Terceira, de um modo muito especial ao engenheiro Fernando Henrique Ávila, cuja ajuda foi imprescindível, bem como à firma ALDECOR da D. Alda Gomes, que num tempo record tornou possível a decoração da parte nobre do edifício. Às firmas André Toste J.M. Parreira, Santos & Matos, Artifel, Carpintaria Cirne, à Empresa de Eletricidade dos Açores e Correios, Telégrafo e Telefone, bem como àqueles que tornaram possível esta obra. (...) Agradece-se também aos funcionários da Câmara Municipal, que trabalharam entre prumos e ruínas, que se adaptaram às instalações provisórias de São Pedro e que se esforçaram para que passemos a funcionar aqui em pleno*». Por último, propôs igualmente que ficasse lavrado em ata um voto de louvor à Comissão Executiva das Comemorações dos 450º aniversário da elevação de Angra a Cidade, pelo empenho, brilhantismo e dignidade que puseram na realização daquelas comemorações. Na ata seguinte,^[490] foi dado destaque aos funcionários que colaboraram na reorganização dos serviços, que foram do agrado da edilidade e dos trabalhadores.

A 17 outubro de 1985^[491] é entregue uma proposta da firma EPC – Equipamentos e Projectos de Segurança Lda., para fornecimento de um sistema de deteção automático de incêndios, a colocar no edifício camarário. O Presidente considerou que dado o elevado custo da proposta, sendo que esta deveria ser posta à consideração do novo executivo, que no início do ano de 1986 tomaria posse. A 5 de dezembro^[492] do corrente ano é que o executivo camarário receberá o auto de receção definitiva do edifício dos Paços do Concelho, tendo a comissão de receção da empreitada em causa procedido aos exames de todos os trabalhos e verificando de que não havia deficiências, razão pela qual consideraram ter condições para a receção definitiva.

Empossado o novo executivo camarário, presidido pelo Dr. Joaquim Ponte, uma das primeiras deliberações do ano de 1986 foi o de se proceder à aquisição de

488. Ata n.º 33 de 16 de agosto de 1985.

489. Ata n.º 34 de 22 de agosto de 1985.

490. Ata n.º 35 de 29 de agosto de 1985.

491. Ata n.º 41 de 17 de outubro de 1985.

492. Ata n.º 49 de 5 de dezembro de 1985.

fardamento destinado ao porteiro, pessoal de contínuo e motorista da presidência.^[493] Foi também do mês de janeiro^[494] que o Presidente propôs promover no Salão Nobre a realização de pequenas palestras, abertas ao público sobre a classificação de Angra como Património Mundial, ao que todos os vereadores concordaram. De 16 a 18 abril de 1988,^[495] foram realizadas em Angra do Heroísmo as jornadas do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS),^[496] sendo que em novembro do mesmo ano se realizariam em Angra o Encontro de Cidades com Centro Histórico.

493. Ata n.º 1 de 6 de janeiro de 1986.

494. Ata n.º 3 de 16 de janeiro de 1986.

495. Ata n.º 16 de 21 de abril de 1988.

496. *International Council on Monuments and Sites*.



Evento público no Salão Nobre depois do restauro.

Novas tecnologias

No início de 1986,^[497] foram adquiridas novas máquinas de escrever eletrónicas, sendo que o processo de informatização dos serviços camarários só teria início no final do ano de 1987.^[498] Efetivamente, sob proposta do vereador Guilherme Carvalho, seria adquirido à firma RIMA com sede no Porto, um terminal de computador, destinado ao serviço de obras. A existência de outros dois terminais nos serviços de contabilidade era manifestamente insuficiente, para as novas exigências de expediente. A previsão de que algo de revolucionário estaria para acontecer ao nível dos serviços fizeram com que, em finais de 1986, dois funcionários desta Câmara se tivessem deslocado à cidade do Porto para um curso de formação informática, que seriam mais frequentes, sobretudo no ano de 1989. É de 4 de julho de 1991^[499] que aparece em ata uma proposta de simplificação administrativa de circulação de impressos e redução de circuitos. Para tal, a aquisição de equipamento informático e eletrónico foi uma realidade. A 11 de setembro de 1992^[500] é assinado o contrato de informatização dos serviços camarários com a firma NCR Portugal. A aquisição de máquinas de fotocópias,^[501] alargamento das instalações de redes telefónicas

a espaços externos ao edifício, como é o caso das oficinas também foi uma prioridade.^[502]

A partir da reinauguração do edifício Camarário, as referências a intervenções de obras e melhoramentos, aquisições de património móvel, etc., nas atas e na comunicação social começam a ser mais esparsas. A título de exemplo, os três livros do ano de 1991, cada um com mais de 500 folhas apenas foi encontrada uma situação, que informava acerca de um ofício^[503] da Assembleia Municipal a solicitar que fosse incluído no orçamento de 1992 a aquisição de material honorífico^[504] tais como chaves simbólicas da cidade; cunhagem de medalhas de mérito em bronze e em prata; estojos de veludo com as cores da cidade destinados às referidas chaves e medalhas. Os assuntos acessórios considerados de algum interesse estavam relacionados com a descrição em ata^[505] da existência de alguns prédios em ruína na cidade; o Segundo Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico a realizar na cidade de Tomar de 31 de outubro a 3 de novembro,^[506] sendo também de meados do ano de 1991 que se informa da consolidação da primeira fase de restauro do Teatro Angrense estar concluída e adjudicada

497. Ata n.º 12 de 20 de março de 1986.

498. Ata n.º 51 de 23 de dezembro de 1987.

499. Ata n.º 27 de 4 de julho de 1991

500. Ata n.º 19 de 2 de setembro de 1993.

501. Ata n.º 3 de 16J de janeiro de 1992.

502. Ata n.º 12 de 19 de março de 1992.

503. Ofício 416 de 19 de junho de 1991.

504. Ata n.º 26 de 27 de junho de 1991.

505. Ata n.º 4 de 24 de junho de 1991.

506. Ata n.º 27 de 4 de junho de 1991.

à empresa de construção Mouceli.^[507] A segunda fase veio lavrada em ata de 13 de fevereiro de 1992^[508] e seguintes do mesmo ano. No entanto, foram encontrados nas facturas, requisições e autos de vistoria ou receção provisória, elementos úteis para a pesquisa em causa.

A 29 de abril de 1992^[509] o Sr. Jácome Ade Bruges Bettencourt assina uma informação, dando conhecimento da existência no Museu de Angra do Heroísmo de, pelo menos, duas pedras com heráldica deste município. O autor da informação sugeria que se solicitasse à direção daquele Museu a devolução das mesmas. A informação viria a ser discutida novamente em reunião de Câmara 3 de maio de 1996^[510]. Os autos de devolução por parte do Museu de Angra são datados de 18 de outubro^[511] e juntamente com as pedras aludidas em epígrafe, do tempo de D. Maria II^[512] foi entregue uma caixa de pesos de bronze em forma de tronco de cone, tendo em relevo uma cruz de cristo e um açor, datadas do século XVI e uma antiga medida de capacidade (quarta) de bronze, em forma cúbica, tendo num dos lados uma cruz de cristo e no outro lado

um açor^[513].

A 11 de outubro de 1993 é apresentado em reunião de Câmara^[514] a proposta de reformulação do arquivo de obras pelo chefe de divisão de obras e urbanismo o arquiteto Pires dos Santos, dando conhecimento da falta de condições de funcionamento do serviço. É ainda do final deste ano^[515] que é deliberado por proposta do engenheiro Paulo Raimundo a criação de um local de estacionamento reservado a deficientes em frente à Câmara. Por diversas vezes foi encontrado em ata a aquisição de material elétrico e de pintura por parte da Câmara, mas como não informava a que se destinava, não se poderá concluir obviamente que seriam para beneficiação do próprio edifício, por isso não é feita referência, quando as deliberações são gerais.

A 1 de abril de 1993^[516] é definida a uma comissão organizadora da inauguração do Teatro Angrense prevista para outubro próximo. Os nomes apontados foram vários, sobretudo ligados à cultura, para promoção do programa referente ao ciclo de reabertura do teatro.^[517] É também deste

507. Ata n.º 41 de 10 de outubro de 1991.

508. Ata n.º 7 de 12 de fevereiro de 1992.

509. Ata n.º 19 de 7 de maio de 1992.

510. Ata n.º 10 de 9 de maio de 1996.

511. Ata n.º 23 de 24 de outubro de 1996.

512. Lavrada à cerca de 140 anos e que pertencia ao antigo Mercado Duque de Bragança.

513. Atualmente estes dois últimos exemplares encontram-se à guarda do Museu de Angra do Heroísmo e fizeram parte da exposição «O Mundo do Bronze» patente na sala de oportunidades de 23 de outubro de 2009 a 28 de fevereiro de 2010.

514. Ata n.º 22 de 14 de outubro de 1993.

515. Ata n.º 26 de 9 de dezembro de 1993.

516. Ata n.º 8 de 1 de abril de 1993.

517. Orquestra Metropolitana de Lisboa, Mário

ano, através de uma comunicação feita pelo senhor Valdemar Mota que era intenção do Dr. Frederico Vasconcelos, recentemente falecido, a doação de um piano de meia cauda, legada em testamento à Câmara Municipal.^[518] A 7 de fevereiro de 1994,^[519] a Câmara recebe um ofício do advogado Dr. Cota Moniz, na qualidade de testamenteiro da Família Frederico Vasconcelos, solicitando que seja colocada uma placa no piano com os dizeres «*Legado da Família Frederico Vasconcelos – 1993*» e que fora entregue a esta Câmara. Por outro lado, em outubro de 1994,^[520] é rececionada nesta Câmara uma carta de agradecimento pela oferta de um piano à Escola Secundária Padre Jerónimo Emiliano de Andrade.

É de 11 de maio de 1995^[521] que é apresentado o projeto de obras para a recuperação do edifício municipal da Ladeira de São Francisco, contíguo aos Paços do Concelho, destinado inicialmente a espaço de artesanato. A 5 de setembro de 1997^[522] é que se encontraram nos livros de atas do município a primeira referência a obras no edifício, depois dos trabalhos inaugurados em agosto de 1985. Nessa referência consta uma informação do engenheiro Rui Gonçalves, propondo que fosse aprovada a lista anexa^[523] de trabalhos a mais efetuados pelo empreiteiro da obra de beneficiação da Câmara Municipal. A 6 de novembro de

1997^[524] é mencionado em ata o auto de receção provisória da empreitada de beneficiação e conservação do edifício da Câmara Municipal, adjudicada à firma *A Memória – Sociedade de Construção Civil e Obras Públicas*, tendo o referido auto sido aceite por se considerarem em condições de ser recebida provisoriamente.

A 1 de janeiro de 1998, toma posse Ana Câmara o Dr. Sérgio Ávila. No Carnaval desse mesmo ano, por proposta da vereação da cultura, o Teatro Angrense viria a assumir-se como o novo palco das danças e bailinhos. Em outubro desse mesmo ano, viria a falecer um dos maiores defensores desta manifestação de teatro popular, o Dr. José Orlando Bretão, conforme é do conhecimento no voto de pesar^[525] datado de 29 do mesmo mês. Em setembro^[526] iniciam-se as reuniões camarárias realizadas fora do edifício dos Paços do Concelho, sendo a freguesia dos Altares a primeira escolhida. Esta medida, na opinião da edilidade, constituía uma oportunidade para a população participar nas reuniões do executivo camarário, sendo que, por sua vez, o executivo camarário poderia aperceber-se de uma forma mais direta dos problemas reais das freguesias. É do final desse ano a proposta para a elaboração do projeto do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo.^[527]

Como se tem vindo a perceber, na leitura da documentação, bem poucas tem sido as intervenções no edifício dos Paços do Concelho que nos

Laginha, CENDREV, Maria João Pires, Coro da Universidade de Caracas, ciclo de cinema, etc.

518. Ata n.º 27 de 23 de dezembro de 1993.

519. Ata n.º 5 de 4 de março de 1994.

520. Ata n.º 23 de 10 de novembro de 1994.

521. Ata n.º 10 de 11 de maio de 1995. A obra ficaria a cargo da Ediçor pelo valor de 26 441 557\$00.

522. Ata n.º 20 de 11 de setembro de 1997.

523. Na ata consultada não foi encontrada a referida lista.

524. Ata n.º 25 de 6 de novembro de 1997.

525. Ata n.º 27 de 29 de outubro de 1998.

526. Ata n.º 23 de 17 de setembro de 1998.

527. Ata n.º 32 de 23 de dezembro de 1998.

mereçam atenção. Efetivamente, na consulta dos livros de atas há a assinalar que anos houve em que não remeto a qualquer ata, como é o caso de 1999, de 2001, 2002, 2005, 2007, 2008, 2010 e 2012, sendo que, nos restantes anos, assinalo alguns episódios relacionados com o local das reuniões, como é o caso do relatado em janeiro do ano 2000^[528], em que o vereador engenheiro Rui Andrade manifestou o seu desagrado, pelo facto da reunião de Câmara se ter realizado no Salão Nobre e não na Sala das Sessões, local próprio para as reuniões, como aliás ficara registado *ipsis verbis*. A 19 de janeiro^[529] o vice-Presidente da Câmara, o vereador José Pedro Cardoso, abre a sessão, esclarecendo ao público presente que esta seria a primeira reunião camarária a realizar-se em período noturno e que a medida fora tomada no final do ano passado pelo facto das pessoas se queixarem que não conseguiam participar nas reuniões devido ao seu horário de trabalho. Relaciono também o facto de não ter encontrado matéria relativa ao assunto do livro em questão devido a duas razões: a primeira devido ao facto de não ter havido no edifício dos Paços do Concelho obras de monta significativa dignas de registo; a segunda, por via das atas se verificarem mais sucintas nos assuntos, chegando mesmo a ser suprimidos o ponto «*Antes da Ordem do Dia*», sendo mais tarde retomado. Este último aspeto foi evidenciado em fevereiro de 2006,^[530] quando a vereadora Dra. Carla Bretão solicitava que as atas das reuniões deveriam ser um pouco

mais descritivas, como aliás se passou novamente a verificar.

A partir de 2003,^[531] o site da Câmara Municipal começou a disponibilizar o teor das atas *online*. É também do início desse ano que irá ser contratualizada uma empreitada de conservação no edifício da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a realizar no prazo de sessenta dias, no valor de 35 054, 86€, à firma EDIFER. Os trabalhos realizados e constantes no caderno de encargos referem-se a intervenções realizadas nas redes de água, de esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações dos Paços do Concelho. No referido caderno de encargos constam também a execução de obras de conservação nas fachadas, vãos exteriores, cantarias, guardas metálicas e brasões. Há também referência à remoção de vegetação e arranque de árvores e à sua substituição, que se presume que sejam no local da Praça Velha. O prazo para a execução dos trabalhos é de vinte e dois dias, a partir da data da consignação.

Em maio de 2004,^[532] os vereadores da oposição manifestavam o seu desagrado pela utilização do Salão Nobre em eventos que consideravam não se adequarem àquele local. Davam a título de exemplo a realização de bailes promovidos por alunos.

Em 2006, foi encomendada à empresa ECIC – Comércio e Indústria de Caixilharia de Alumínio Lda. Uma porta de alumínio com duas folhas e bandeirola redonda, no valor de 1 119,00€. Em 2007, foi encontrada uma participação

528. Ata n.º 1 de 6 de janeiro de 2000.

529. Ata n.º 2 de 19 de janeiro de 2000.

530. Ata n.º 4 de 2 de fevereiro de 2006.

531. Ata n.º 10 de 19 de abril de 2003.

532. Ata n.º 13 de 18 de maio de 2004.

de sinistro, referente a uma apólice de seguros da Fidelidade Mundial, referente a danos na central telefónica, em consequência de trovoadas ocorridas a 16 de setembro e que danificaram a fonte de alimentação e a placa base da referida central, conforme relatório da firma Telaco.

Em 2009 foi montada uma porta corta-fogo para o controlo de acesso à sala dos servidores à empresa FACIL – *Fornecedores Açorianos do Comércio e Indústria Lda.*, no valor de 1 510.50€. No mesmo ano foi colocado o para-vento em vidro temperado incolor na entrada principal do edifício camarário. A empresa responsável pela execução

e colocação do para-vento foi a Vidros Terceira, pelo valor de 4 627.77€.

Em 2010, conforme facturas da Construtora Ideal da Terceira (CITEL), os pátios interiores dos Paços do Concelho foram cobertos, através da montagem de uma estrutura metálica de perfil “C” revestida a placas de fibrocimento, telha cerâmica, roofmate, teto de pladur e pintura do teto, incluindo caleiras e tubos de quedas pluviais. Desta empreitada também fez parte a remoção do material existente, incluindo o transporte do vazadouro, bem como a colocação e fornecimento de mosaico antiderrapante e respetivas canalizações para o escoamento de águas, no valor total de 18 956.60€. É também do ano de 2010, que foi adjudicada à empresa supra citada a reparação de janelas e pinturas diversas nos Paços do Concelho, nomeadamente lixagem, aplicação de massas, subcapas e pinturas; fornecimento de portas novas e reparação/substituição de vidros, no valor de 9 558.00€. É ainda contratada a empresa CITEL para execução da empreitada de remodelação das instalações sanitárias e refeitório dos Paços do Concelho, incluindo todos os materiais de colocação, obras e pinturas necessários a esta remodelação, num valor de 23 247.35€. Neste ano foi também substituído o pavimento da tesouraria, reprografia e secção de obras da Câmara, numa adjudicação à firma EDIFER.

A 20 de janeiro de 2011,^[533] com a perda de alguns poderes por parte da Presidente Dra. Andreia Cardoso, as atas tornam-se mais extensas relativamente ao assuntos a deliberar, como também se



Porta de entrada da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e para-vento (Fotografia de Paulo Mendonça).

533. Ata n.º 3 de 20 de janeiro de 2011.



Projeto de esplanada e mobiliário urbano na Praça Velha (*Diário Insular*).

verificou a reintrodução do ponto «*Antes da Ordem do Dia*». Este facto permitiu igualmente reuniões semanais, sendo os assuntos mais escrutinados. No dia 7 de fevereiro^[534] em «*Período Pré Ordem do Dia*» registam-se que teriam início as transmissões on line das reuniões camarárias, através do site da Câmara Municipal. Deste modo, os munícipes poderiam ter acesso ao teor do debate. A criação da página de *Facebook*^[535] é discutida e deliberada por unanimidade no mês seguinte. São também desse ano os polémicos projetos de mobiliário urbano desenhados para a Praça Velha e que muita tinta fez correr na imprensa. A Praça Velha, seria agora uma Nova Praça Velha, remodelada, aliás como o foi sendo sempre ao longo dos anos.

Neste ano é adjudicada à COTAÇOR e à CITEL a empreitada de remodelação do serviço de atendimento ao público da Câmara e adaptação do edifício à nova orgânica com a execução de divisórias de alumínio e todos os trabalhos respeitantes ao novo gabinete de expediente, sala de reuniões, sala do diretor de departamento, sala de apoio social, GAV e hall de entrada, com a colocação de um balcão circular em MDF hidrófugo, lacado a branco e cinza escuro. Foi ainda em dezembro de 2011, que foi adjudicado a Adalberto Manuel Ferreira Brasil, os trabalhos de recuperação do soalho de madeira de flandres dos Paços do Concelho, num total de 612, 80 m2, nomeadamente lixamento e acabamento com cinco demãos de cera acrílica, num valor total 8 481.96€.

534. Ata n.º 6 de 7 de fevereiro de 2011.

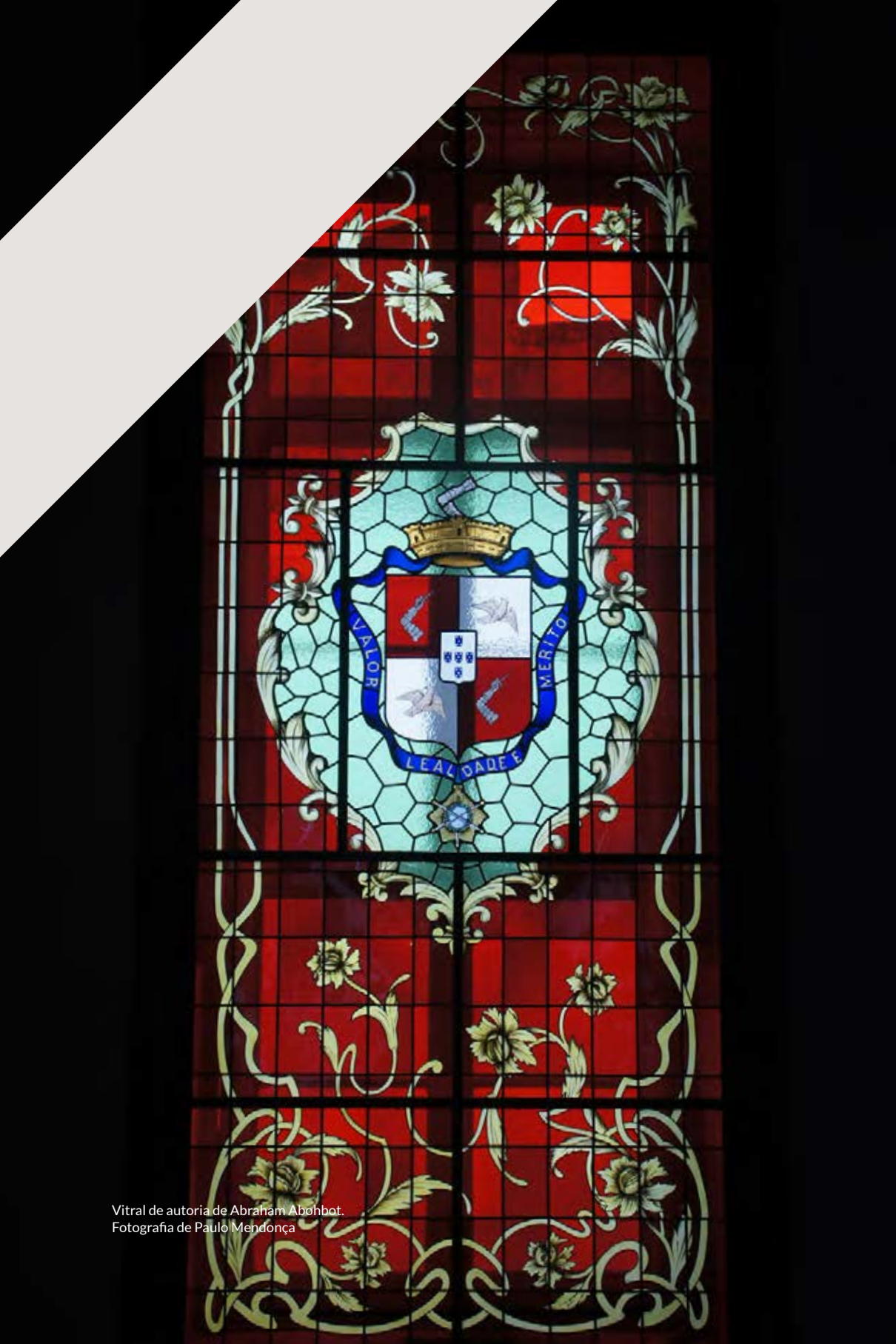
535. Ata n.º 13 de 21 de março de 2011.

Em 2012 a técnica de conservação e restauro de vitrais Clarisse da Silva efetuou, a pedido da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo uma intervenção de conservação e restauro aos três vitrais do cimo da escadaria principal, de autoria de Abraham Abohbot, devido ao facto destes apresentarem abaulamentos provocados pelo seu peso, pelo desenho reticular e pelo facto de não possuírem barras de fixação como apoio. No relatório final apresentado por esta técnica, foi referido que não foram, no entanto, apresentadas fraturas significativas ou lacunas no vidro ou nas calhas de chumbo. Para a prossecução desta intervenção, foram apeados os três vitrais e devidamente acondicionados para transporte até às instalações provisórias para a realização dos trabalhos necessários de conservação e restauro. É descrito no relatório os passos da intervenção: foram registados fotograficamente, limpos com produtos e materiais adequados, sendo que os abaulamentos foram regularizados com soldagem de resinas sintéticas para o caso de fraturas simples e desmontagem parcial/ total, conforme o necessário. Foram respeitadas as técnicas de pintura original, foram repostas ou substituídas as calhas de chumbo com perfis e dimensões semelhantes às originais; foram remontados e soldados os painéis e verificados a nível de calafetagem. A terceira fase deste processo foi a recolocação dos três vitrais nos locais de origem, com recurso a barras de fixação e amarração, tendo sido efetuada uma limpeza final. O tempo de execução deste trabalho foi cerca de dois meses, tendo sido efetuado de acordo com as normas do *Corpus Vitrerarum*.

Em março de 2013^[536] no processo de luta contra as térmitas do concelho é dada a informação de que o edifício camarário estaria também ele infestado há já vários anos e que foram efetuados tratamentos de combate. No final desse ano a autarquia negociou a contratação de uma empresa local para aplicação de um tratamento contra as térmitas nos edifícios municipais.^[537]

536. Ata n.º 7 de 25 de março de 2013.

537. Ata n.º 28 de 8 de novembro de 2013.



Vitral de autoria de Abraham Abohbot.
Fotografia de Paulo Mendonça

Intervenção de conservação e restauro

Efetivamente, será com o executivo camarário de Álamo Meneses eleito em Outubro 2013, que se irá iniciar o processo de restauro e recuperação de algum do património móvel e integrado do edifício dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo. A adjudicação das obras para lixar e decapar o pavimento cerâmico numa área de 331,15 m² e respetiva aplicação de cera, ficaram a cargo de Adalberto Manuel Ferreira Brasil. A utilização de um novo logótipo mais informal, a par com o brasão antigo foi também uma novidade. Em junho de 2014^[538] é encomendado o bordado a Maria Fátima Lima, de doze colgaduras para as varandas e são contratados no início do ano de 2015 os serviços de conservação e restauro dos elementos decorativos da Sala de Sessões e do Salão Nobre à empresa Rocaille – Restauro de Património e Bens comuns, propriedade de António Manuel Tavares Hilário, sendo o técnico responsável o Dr. Paulo Brasil. A data da proposta de orçamento é de 12 de janeiro de 2015, sendo que o objetivo das intervenções a realizar nos elementos decorativos das duas salas acima mencionadas em termos de conservação e restauro, para além da substituição dos tecidos que revestiam as paredes dos dois espaços, serão descritos separadamente.

538. Ata n.º 13 de 6 de junho de 2014.

Salão Nobre

Sanca, nove elementos decorativos aplicados no teto, treze galerias e vinte e seis frisos, que contornam a fenestração, em madeira dourada e policromada. A metodologia seguida na intervenção dos elementos decorativos em madeira dourada prendeu-se com a limpeza superficial; fixação pontual; remoção de intervenções anteriores; limpeza química da douragem; desgorduramento das áreas lacunares; aplicação de massas de preenchimento; reintegração pictórica e proteção final. Quanto à metodologia seguida na douragem dos frisos existentes nas molduras que contornam as fenestrações, prendeu-se com a limpeza superficial; preparação da superfície para douragem; uniformização das superfícies e aplicação da folha de ouro. A título de curiosidade, foram adquiridos à firma Francisco Costa & Irmão, 545 livros de folhas de ouro de 22 kts de 25 folhas cada, ao preço unitário de 17.00€, num total de 11 395.95€.

Sala de Sessões

Sanca e sete galerias em madeira dourada. A metodologia seguida da intervenção foi limpeza superficial; preparação da superfície para douragem; uniformização das superfícies e aplicação da folha de ouro.

Em ambas as salas foram removidos os tecidos e alcatifas existentes nas paredes, remoção das réguas que contornavam as sancas, rodapés e fenestrações que depois foram substituídos por uma nova aplicação de placas de poliuretano ou alcatifa, para posterior aplicação do novo tecido e respetivo cordão. Segundo o cronograma da intervenção, foi previsto um tempo estimado de três meses (fevereiro, março e abril) para as obras nos dois espaços, embora com cronogramas distintos, mas que se iriam prolongar por mais dois meses.

A 19 de junho de 2015⁵³⁹ o Presidente dá conta que as obras de restauro do Salão Nobre e da Sala de Sessões se encontravam na fase final, faltando apenas concluir a ornamentação. Durante as Sanjoaninas desse ano, as sessões de apresentação e de lançamento de livros foram realizadas na principal sala de visitas de Angra do Heroísmo, com o agrado dos munícipes e visitantes. Tornando-a mais clara e vibrante a sala parece ter ganho mais espaço.

539. Ata n.º 12 de 19 de junho de 2014.



Obras de conservação e restauro no Salão Nobre (fotografia de Paulo Mendonça).



Colocação de sanefas no Salão Nobre (fotografia de Paulo Mendonça).



Obras de conservação e restauro no Salão Nobre (fotografia de Paulo Mendonça).



Obras de conservação e restauro no Salão Nobre (fotografia de Paulo Mendonça).



Colocação de filtros solares transparentes nos vidros do Salão Nobre (fotografia de Paulo Mendonça).



Aspecto do Salão Nobre restaurado e piano 2015 (fotografia de Paulo Mendonça).



Aspecto do Salão Nobre restaurado 2015 (fotografia de Paulo Mendonça).



*Fotobiografia de
eventos solenes nos
Paços do Concelho de
Angra do Heroísmo*



Introdução

O Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo foi e é ainda a principal sala de visitas da ilha Terceira. O seu amplo espaço no coração da cidade é um convite permanente a quem nos visita e não só. Alvos de diversas intervenções decorativas, alguns objetos permanecem desde a sua inauguração, até aos dias de hoje, se bem que outros elementos mais perecíveis tiveram de ser substituídos, tais como os tecidos damasco das paredes ou os cortinados. Este capítulo pretende mostrar os aspetos desta sala de visitas privilegiada ao longo dos anos através dos seus mais ilustres visitantes.

Desde os preparativos festivos, em que se engalaram as ruas da cidade, para a visita régia de D. Carlos e D. Amélia a Angra do Heroísmo em julho de 1901, passando inclusive por uma remodelação do Salão Nobre para esse efeito, até à visita de Óscar Carmona em 1941, ou de Craveiro Lopes, em 1957, onde se dará a segunda grande remodelação decorativa do referido salão. Em 1961 Américo Thomaz visita a ilha e também é recebido nos Paços do Concelho. Dez anos depois estão registadas as visitas do último Presidente do Conselho do Estado Novo, Marcello Caetano. Em 2005 Jorge Sampaio, acompanhado pelos Reis de Espanha, entre outros. Em 2015, Deu-se uma nova remodelação, que se descreveu no capítulo anterior.



Salão Nobre em finais do século XIX.

Visita régia, 1901

A visita régia aos Açores que ocorreu no verão de 1901, representou um momento único na história do arquipélago, não só pelo significado e simbolismo, mas também pelo modo como foi vivenciada pelas populações: entusiasmadas saíram à rua cerca de vinte mil pessoas para verem e aclamarem o seu rei e a sua rainha.

Na ilha Terceira, onde permaneceram de 2 a 4 de julho, desembarcaram no Cais da Alfândega. Foi a filha do Governador Civil que entregou ao monarca as chaves da cidade e à rainha, em nome das crianças do Asilo de Infância Desvalida, um *bouquet*, ao que se seguiu uma alocução ao Presidente da Câmara, José Pimentel Homem de Noronha. Seguiu-se um cortejo pela Rua Direita, entre vivas e palmas. *«De todas as janelas pendiam ricas colchas, e sobre os soberanos caíam uma chuva de flores, acenando as damas com os seus lenços, saudando com palmas e vivas a que a Rainha Senhora D. Maria Amélia correspondia com cumprimentos de agradecimento dizendo adeus para toda a parte, e El Rei cumprimentava. O cortejo era luzidíssimo, e ia imponente por debaixo dos muitos arcos que foram feitos em toda a extensão das ruas do percurso. (...) As filarmónicas Flamenguense, União Velense, Recreio dos Artistas e do Sagrado Coração de Jesus dos Altares, que misturando os sons com o troar dos canhões do castelo e dos navios da esquadra, e o estalar das numerosas girandolas de foguetes davam impressão do extraordinário acontecimento que se celebrava. (...) Em todas as noites houve iluminação geral da cidade, tocando as filarmónicas em diferentes pontos, fazendo-se ouvir também de dia, percorrendo as ruas. Na noite de quarta-feira veio tocar a um dos coretos da Praça da Restauração a charanga de bordo do cruzador D. Carlos».*^[540]



Retratos régios de D. Carlos e D. Amélia (Álbum Açoriano).

540. Jornal A União de 5 de julho de 1901.

No jornal *A União* de 1 de julho de 1901, segunda-feira, o diretor, proprietário e editor, Manuel Vieira Mendes da Silva, assinando como uma página inteira como Vieira Meneses, intitula esta edição, grandemente dedicada à visita real, com um título «*Viva El-Rei D. Carlos 1.º!*» e aproveita, não só, para saudar o rei, como também para relembrar os feitos heroicos da ilha Terceira, mas também das necessidades, em forma

de queixa, que urgia construir, nomeadamente, um «*porto d'abrigo*», perante a atualidade de um porto que não oferecia condições como os de São Miguel e Faial, o que fazia com que não permitisse uma «*expansibilidade comercial*». Esta era a maior aspiração da Ilha de Jesus e, não seria, certamente, pela falta de dinheiro. Vieira Mendes relembra a verba resultante da venda dos conventos na ilha, no valor de 600 contos de réis, pelo que considerava o relator, que «*temos portanto nos cofres da nação, dinheiro mais que suficiente para a construção ambicionada do porto d'abrigo em Angra*». Antes desta exposição/pedido, a saudação calorosa ao rei, reflete o entusiasmo da população: «*Esta saudação de entusiasmo com que o povo terceirense recebe neste momento faustoso o seu monarca, não pode ser mais franca, mais sincera, nem mais leal. Sabe El-Rei pela história dos Açores, que nenhuma terra poderá dar mais nem maiores provas de dedicação, arrostando decididamente contra todos os despotismos de uma usurpação, sem amor por vidas e fazenda, para alto levantar pregão a favor de uma legitimidade representada hoje pela*

Sua Augusta Pessoa, como a Ilha Terceira. (...) Praticar heroísmo de tanta abnegação é tocar os limites da lealdade, é ser-se inexcedível em amor ao Rei. Senhor; a Vossa visita à ilha Terceira, representando um acto de reconhecimento por esta terra que vosso Augusto avô o Rei-soldado classificou de - terra clássica da liberdade portuguesa, berço ilustre da regeneração da mãe pátria, ao mesmo tempo que nos enche de grande alegria, conforta-nos a ideia de que não foram esquecidos os sacrifícios dos açoreanos, pela Monarchia Constitucional».





Postal da cidade de Angra comemorativo da visita régia de D. Carlos e D. Amélia.



Desembarque de D. Carlos e D. Amélia no Cais da Alfândega (fotografia de António José Leite).



Alçada da Câmara Municipal (Álbum Açoriano, 1901).



Multidão no cais da Alfândega para o desembarque de D. Carlos e D. Amélia (fotografia de António José Leite).

No dia seguinte, o mesmo jornal dedica semelhante página à rainha D. Amélia, com o título «*Salve! Augusta Rainha!*». Nesta edição, o diretor evoca a afeição que os terceirenses nutrem pela sua rainha, exaltando as suas qualidades de beleza e de bondade: «*Sois dotada por Deus de todas as virtudes que Elle podia conceder a um só dos entes da mais perfeita criação*». Assim está dado o tom lisonjeiro do artigo, que, só mais abaixo, tal como foi efetuado no texto dedicado ao rei, é solicitado que não seja esquecida uma época de progresso para esta terra, reforçando a aspiração, anteriormente mencionada, do porto, bem como de um sanatório nos Açores para tuberculosos, sugerindo, para tal, a ilha do Pico, como a detentora das melhores condições climáticas indispensáveis.



Postal com a decoração da Rua Direita por ocasião da visita régia de D. Carlos e D. Amélia.



D. Carlos e D. Amélia assistem a tourada à corda em São João de Deus (Fotografia de António José Leite).

Agenda contou também com uma visita ao *Hospital de Santo Espírito, Asilo de Mendicidade, Asilo da Infância Desvalida*. Assistiram, no dia 3 de julho a uma tourada à corda em São João de Deus na tribuna real desenhada por Abraham Abohbot, com touros do ganadero José Francisco Aurora,⁵⁴¹ passearam pelas ruas engalanadas da cidade, ofertaram-lhes as suas melhores iguarias, entre as quais os bolinhos D. Amélia, antes conhecidos como *indianos* e batizados assim, por essa ocasião e ao que consta, foram muito apreciados pela soberana. Ficaram hospedados no Palácio do Governo Civil e foram recebidos no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo: «*O palácio do Governo Civil, onde se hospedaram os monarcas com a sua comitiva, foi ricamente decorado, sendo a mobília dos principais aposentos toda antiga e algumas peças de grande valor. O edifício da Câmara que é bello estava também ricamente mobilado,*

541. Referências às peripécias desta tourada estão relatadas no jornal *A União* de 9 e 10 de julho de 1901.

era deslumbrante o Salão Nobre. Suas Majestades ficaram surprehendidos por virem encontrar em terra tão pequena, um edificio daquela ordem e mui principalmente pelo bello aspecto da nossa cidade». [542]

A visita aos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo é relatada no jornal A União de 8 de julho de 1901. É então descrito que no dia 2, da parte da manhã, Suas majestades visitariam os edificios públicos da cidade, nomeadamente a Câmara Municipal, rigorosamente ornamentada para esse efeito. Recebidos pelo Presidente e pelos vereadores a honrosa visita e respetivo séquito ao átrio e Salão Nobre, foi muito do agrado de Suas Majestades. Seguiu-se uma visita ao Seminário e Sé Catedral. Às duas horas da tarde houve uma receção oficial nos Paços do Concelho e que «foi concorridíssima, durando uma hora o beija-mão, a que foram admitidas, primeiro, as senhoras em seguida a Câmara Municipal, que pelo seu Presidente dirigiu uma alocução a Suas Majestades e a que El-Rei respondeu. Esses dois documentos serão archivados no nosso jornal, assim que nos sejam facultados. Depois da Câmara, foram recebidos o almirante dos navios de guerra inglezes e o seu estado-maior, os officiaes da esquadra portuguesa, etc.» [543]

O discurso do Presidente da Câmara, Dr. José Pimentel Homem de Noronha, encontra-se reproduzido na íntegra no livro de Alfredo Luíz Campos *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira*, publicado pela imprensa municipal em 1903: «Senhores: - permitam-me Vossas Magestades, na ocasião em que

se dignam entrar nesta casa, que eu, em nome da Câmara Municipal e de todos os seus munícipes, agradeça com o mais profundo acatamento as elevadas distincções que Vossas Magestades se têm dignado conceder a esta cidade de Angra do Heroísmo. Neste mesmo lugar se inaugurou no 1º dia de janeiro de 1831, a primeira Câmara Municipal eleita em todo o paiz, consoante os preceitos da Carta Constitucional da Monarchia. Foi dia de festa esse, em que julgou ganha definitivamente a causa constitucional, posta nesse momento sob a protecção do município liberal, porque em todos os momentos o município tem sido em Portugal o paladio das liberdades pátrias, o laço de amor entre o Rei e o Povo. Vossas Magestades, honrando com a sua visita estes Paços do Concelho, dignam-se a dar a esta cidade uma prova de consideração, que mais estreita aquelle laço, mais obriga a nossa lealdades e acresce em honra muitos títulos de nobreza com que a munificência régia tem distinguido esta ilha. Para que fique perdurável memória de facto tão honroso para esta Câmara Municipal e para os povos que ella directamente representa, em nome d'ella imploro de



Postal da Praça da Restauração e da Câmara Municipal, por ocasião da visita régia.

542. Jornal A União de 5 de julho de 1901.

543. Jornal A União de 8 de julho de 1901.



Multidão junto à Praça da Restauração por ocasião da visita régia (fotografia de António José Leite).

Vossas Magestades a graça de assignarem auto d'esta sua generosa visita, que fique sendo não somente padrão de tão memorável successo, mas também novo protesto de lealdade e respeito para com os Augustos Reis de Portugal, da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo».^[544]

Depois deste discurso, seguiram-se as assinaturas dos Reis e restante séquito no auto, tendo de seguida visitado o edifício «*cujo aspecto grandioso faz juz com justiça considerar o primeiro entre as Câmaras do país, excepção feita à de Lisboa*».^[545]

No livro de honra de 1901, aberto e assinado precisamente pelos Reis, D. Carlos e D. Amélia, de capa de couro vermelho com brasão de prata, pode ler-se no auto de abertura do referido livro o seguinte:

544. Alfredo Luíz Campos, *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira*, 1903, pp. 618-619.

545. Alfredo Luíz Campos, *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira*, 1903, pp. 619-620.

Auto da honrosa visita de Suas Magestades El- Rei o Senhor D. Carlos e a Rainha a Senhora D. Maria Amélia

No dia dois de julho de anno de mil novecentos e um n'esta muito nobre, leal e sempre constante cidade d'Angra do Heroísmo, achando-se reunido nos Paços do Concelho os Excelentíssimos Presidentes e vereadores da Câmara Municipal, para o fim de receberem a honrosa visita que Suas Magestades El Rei o Senhor D. Carlos e a Rainha Senhora D. Maria Amélia se dignaram fazer a este Paço Municipal, se dirigiu a mesma Câmara ao átrio e entrada do edifício onde teve a honra de receber Suas Magestades, que se encaminharam ao Salão Nobre acompanhados das pessoas do seu séquito, onde o excelentíssimo Presidente da Câmara, obtida venia, dirigiu a Suas Magestades uma alocução de agradecimento pelas elevadas distincções que Suas Magestades se teem dignado conceder a esta cidade, pedindo aos mesmos Augustos Senhores a Graça de assignarem termo d'esta sua visita, que fique sendo não somente padrão de tão memorável successo, mas também novo protesto d'amor e de lealdade, para com os Augustos Soberanos do país, da parte d'esta municipalidade e dos povos que ella representa. Suas Magestades dignaram-se a aceder com a maior benignidade a assignar este auto que eu José Sebastião do Castro do Canto, secretário da Câmara fiz escrever e subscrevi.

Seguem-se as assinaturas.



Brasão da capa do álbum de assinaturas régias de D. Carlos e D. Amélia.

Acto da honrosa visita de Suas Magesta-
des El-Rei e Senhor D. Carlos I. e a Rainha a
Senhora D. Maria Amélia.

No dia dois de julho de anno de mil novecentos
e um se esta muito sobre, heal e sempre constante
cidade de Laguna de Hermosura, achando-se presente
nas facções de concelho e excolectivissimo proceden-
te e vereadores da Camara municipal, para o fim
de receberem a honrosa visita que Suas Magesta-
des El-Rei e Senhor D. Carlos I. e a Rainha Se-
nhora D. Maria Amélia se dignaram fazer a este
paço municipal, se dirigia da mesma Camara
as atras e cortada de Edifício onde tem a honra de
receber a Suas Magestades, que se encaminha-
ram ao salão sobre acubitrachados dos pees-
as de seu sequito, com o excolectivissimo proceden-
te da Camara, obediencia, dirigio a Suas
Magestades uma abençoada de agradecimento pe-
las elevadas distincções que Suas Magestades se
lhes dignaram conceder a esta cidade, pedindo aos
membros Augustos Senhores a Rainha de assigna-
rem termo a esta sua visita, que fique sobre, com
seuente padrão de tão memoravel successo, suas
tambem seus protestos d'amor e de lealdade, para
com os Augustos Soberanos de pair, da parte d'es-
ta municipalidade e dos povos que ella represen-
ta. Suas Magestades dignaram-se accider
com a maior benignidade a assignar este acto que
cujo Secretario de Chero de Chero de Chero,
Secretario da Camara foy e em

e subscritos

M. M. M. M.

D. Amélia de Azevedo

D. Maria Francisca de Azevedo

Ernesto Rodolpho Christy de Azevedo

Antônio Tavares de Azevedo

Antônio de Azevedo

Luís de Azevedo

Guilherme de Azevedo

Luís de Azevedo

Fernando de Azevedo

Fernando de Azevedo

Fernando de Azevedo

Auto de honra
da visita de
D. Carlos e
D. Amélia
assinado
na Câmara
Municipal
de Angra do
Heroísmo.

Pelas cinco horas da tarde desse dia 2 de julho foi inaugurado, na Praça da Restauração o monumento comemorativo desta visita que se pretendeu erigir a El-Rei, com o lançamento da primeira pedra: «*O povo apinhava-se no vasto espaço. Tõmando os soberanos logar no pavilhão com o seu séquito, procedeu-se à cerimõnia da bênção da pedra, acto que procedeu o prelado diocesano, com assistẽncia do clero, corpo seminarístico e todas as pessoas de distincção. Eram repetidos os vivas e palmas, que o povo com extraordinário entusiasmo soltava. Lido pelo Senhor Presidente da Câmara o auto, cujo texto havemos publicar, foi elle encerrado em um cofre onde foram lançadas moedas, e esse cofre metido na pedra fundamental do monumento. Descendo Suas Majestades, El-Rei com uma colher de pedreiro botou cimento na tampa da abertura da pedra, e a Rainha com um martelo bateu-a. Términada a cerimõnia no meio do estrondear de foguetes, de palmas e vivas, Suas Majestades seguiram a visitar o Castello de São João Baptista d'Angra*».

O jantar servido pelas 20h00 teve o seguinte menu: O almoço servido teve o seguinte menu: «*Creme de volaille à la Reine; Poisson bouilli; sauce anglaise; Filet de boeuf à la barigeule; Escalopes de dindon aux truffles; Foie Gras en belle-vue; Punch glacé à l'impériale; Becasses tõtées aux crõtès; Salade Panachée, Asperges à l'Hollandaise; Pouding de Saxon; Coupe à la chantilly; Glacée. Vins: Madeira, Sauterne, Johannisberg, Bordeaux, Champagne, Porto e Moscatel – café et liqueurs*». [546] Sua Majestade dignou-se no fim do jantar de brindar à ilha Terceira e

à cidade de Angra do Heroísmo.

Nos dias que se seguiram à visita, o Governador Civil e o Presidente da Câmara, permitiram, com as devidas reservas que fossem visitados os espaços onde foram hospedados os monarcas, bem como o edifício dos Paços do Concelho, antes de se proceder à desornamentação. No dia 6 de julho, o jornal *A União* publicava um edital do Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, dando notícia do telegrama que recebera de sua majestade, quando este já se encontrava na cidade de Pontal Delgada: «*Ponta Delgada, 5 de julho, - Urgente – Presidente da Câmara Municipal d'Angra do Heroísmo – Ao chegarmos aqui depois de uma excelente viagem quero mais uma vez, em meu nome e da Rainha, agradecer a esse bom e leal povo a captivante recepção que nos fizeram e assegurar-lhe que ella ficará como uma das mais gratas recordações da nossa vida. – El-Rei*».

Em resposta a este telegrama, o Presidente da Câmara, José Pimentel Homem de Noronha, reponde: «*Paços do Concelho em Angra do Heroísmo, 6 de julho de 1901 – Em signal de regozijo por vermos que as nossas tão espontâneas e francas manifestações foram tanto do agrado de Suas Majestades, após a publicação do edital foi tocar em frente da Câmara e Governo Civil a filarmónica Flamenguense, subindo ao ar muitos foguetes. A Câmara hasteou o seu estandarte*». [547]

A partir da sexta-feira, dia 5 de julho de 1901, o jornal centenário dedica uma série 7 artigos publicados diariamente dando conta dos ecos da visita.

546. Jornal *A União* de 9 de julho de 1901.

547. Jornal *A União* de 7 de julho de 1901.

A visita régia do rei D. Carlos e da rainha D. Amélia aos Açores, em 1901, proporcionou momentos de grande entusiasmo popular até então inusitados e que, provavelmente, não foram ultrapassados por outras visitas de primeiras figuras do Estado (...). Na mesma altura foi também recuperado todo o Salão Nobre da Câmara Municipal, que levou cortinados, papel de parede e outros adereços que ainda hoje lá estão em exposição.^[548]

548. Luís Filipe Franco, Carlos Filipe Nunes Fontes e Francisco Miguel Nogueira, *História dos Açores* (projeto).



D. Carlos e D. Amélia numa carruagem na Rua da Sé (fotografia de António José Leite).

A receção no Salão Nobre do Rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia é datada de 2 de julho, integrado no evento da colocação da primeira pedra do monumento comemorativo da visita destes soberanos, na Praça da Restauração, mais popularmente conhecida como Praça Velha, tendo sido a mesma benzida pelo Bispo da diocese de Angra, D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito. Por essa ocasião, dá-se a conclusão da decoração do Salão Nobre: são colocados os reposteiros de borrete de seda ouro velho e as sanefas do mesmo estofa e pelúcia de seda granada, eram do mais puro gosto. Mobília estofada a seda carmesim com ramos de ouro velho, tendo o sofá e as cadeiras

guarnições de pelúcia da cor dos reposteiros Sobre o estrado, duas belas cadeiras antigas, de pau-santo, forradas a pelúcia de seda granada, usadas pelos Reis. Primorosa mesa antiga de igual madeira, com fechos de prata, sobre a qual se assinou o auto da visita régia, em livro especial ricamente encadernado em chagrim com cantos e brasões de armas da cidade em prata oxidada e cujo texto se apresenta em anexo. – Iluminado por dezoito placas e quatro lustres de metal dourado e cristal. Conta com sete janelas para a rua D. Amélia e três para a Praça da Restauração.⁵⁴⁹ Note-se que

549. Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, pp. 63-64.



Decoração do Salão Nobre por ocasião da visita régia de D. Carlos e D. Amélia (*Loja do Buraco*).

esta iluminação do Salão Nobre, lustres e apliques, era a petróleo, sendo que apenas os lustres foram eletrificados posteriormente, mantendo-se os apliques de parede intocados, na sua forma original. Os quatro lustres de teto mantêm ainda o sistema de roldanas no sótão por cima do Salão, para os baixar, permitindo assim uma maior facilidade para os acender e também para os reabastecer.

Na apólice de seguro contra fogo da Câmara Municipal, datada de 10 de dezembro de 1919, constam da lista inventariada, relativa ao Salão Nobre, os seguintes bens móveis segurados:

- 48 Cadeiras de madeira de mogno estofadas a damasco de seda
 - 1 Sofá estofado a damasco de seda
 - 2 Fauteuils a damasco de seda
- 11 Cadeiras de espaldar de jacarandá, estofadas a damasco de seda
 - 2 Cadeiras de espaldar de jacarandá estofadas a veludo
 - 1 Mesa de jacarandá com seis pés
 - 1 Coluna de madeira com um busto em bronze de D. Pedro IV
 - 1 Coluna de madeira com o busto da *República* em gesso
 - 1 Retrato com moldura dourada do Primeiro Presidente da República D. Manuel de Arriaga
 - 4 Retratos, sendo três a óleo com moldura dourada.
 - 4 Lustres de metal dourado com seis candeeiros a petróleo cada
 - 18 Candeeiros de metal dourado, montados em braços do mesmo metal
 - 3 Reposteiros com sanefas de pelúcia de seda
 - 10 Pares de cortinas com sanefas de pelúcia de seda, galerias, florões, braçadeiras, etc.
 - 1 Tapete e outros três mais pequenos nas janelas
 - 1 Alcatifa de chão de 200 metros



Decoração do Salão Nobre por ocasião da visita régia de D. Carlos e D. Amélia (*Loja do Buraco*).

Jogos Florais



Padre Coelho de Sousa a recitar nos Jogos Florais (BPARAH - Espólio de Francisco Lourenço Valadão Júnior, s.d.).



Jogos Florais (BPARAH - Espólio de Francisco Lourenço Valadão Júnior, 1960).



Séquito Real na Praça Velha (BPARAH - Espólio de Francisco Lourenço Valadão Júnior, 1969).



Cortejo de abertura das festas da cidade (BPARAH - Espólio de Francisco Lourenço Valadão Júnior, 1963).



Séquito real dos Jogos Florais (*Jornal de Angra*, 1937).

Desde 1924 que os Jogos Florais passaram a fazer parte dos eventos culturais de Angra do Heroísmo, promovidos pela Liga de Educação Física, à semelhança do que se fazia no norte de Espanha e no sul de França. A partir daí estava dado o mote para a continuidade do evento, mesmo que em diferentes moldes. Nos verões de cada ano o Salão Nobre do Paços do Concelho a brilhantava-se para receber o séquito festivo das festas, culminando na presença da rainha, devidamente acompanhada pelo chefe do protocolo, Dr. Henrique da Costa Braz, damas e pajens. É este modelo que ainda vigora nas afamadas festas Sanjoaninas. A

rainha das festas sentada num trono com baldaquino digno da realeza, rodeada pelo seu numeroso séquito, anunciava o programa, depois do Presidente do Município dr. Elmiro Mendes proferir uma alocução de abertura. Só depois, a ilustre rainha, D. Izabel de Oliveira Lima, daria a saudação em verso. De seguida, Ramiro Valadão, estudante, falaria de poesia, beleza e de amor. As damas e pajens, cuidadosamente selecionados para o evento, assistiam compenetrados a tão solene evento cultural.

Os jogos florais foram um evento muito acarinhado pela população, sendo que em algumas cidades portuguesas continuam com esta



Séquito real dos Jogos Florais de 1959 (BPARAH, Espólio de Francisco Lourenço Valadão Júnior).

designação, como é o caso de Murtosa e Monforte.

Numa calorosa alocução, o Presidente da Câmara Dr. Elmiro Mendes, dirige-se à rainha dos Jogos Florais nos seguintes termos: «*Senhora, Rainha pela beleza, pelos encantos e pela graça, que do alto do vosso trono presidis a este serão à maneira antiga; senhora e senhores: perdoai a dissonância da minha voz na harmonia da festa. É apenas dever de ofício de que eu quisesa escusar-me se dado fosse nessa hora de arte, deixar vaguear o espírito, docemente levado ao sabor da música e no encantamento dos versos que vão ler-se*». ^[550] O discurso é muito extenso e o serão iria ser certamente longo... Este era um serão literário e artístico, bem ao gosto dos saraus que se faziam à época e que tinham grande

550. *Jornal de Angra*, verão de 1937.



Retrato do Presidente do Município, Dr. Elmiro Mendes (*Jornal de Angra*, 1937).

aceitação por parte das elites.

A tradição dos jogos Florais e os discursos no Salão Nobre mantêm-se até aos dias de hoje. São as festas Sanjoaninas, muito acarinhadas por todos, as responsáveis pela manutenção de uma figura feminina de destaque e todo o seu séquito. Como se pode ver por estas duas fotografias anteriores a 1971, ^[551] os discursos e sessão solene, fazem já parte de uma tradição com sentido e com razão de ser e que marcam o início das festividades do verão, acabando por regular uma festa, inicialmente religiosa de carácter altamente profano.

551. É possível ver o retrato de Américo Thomaz e o busto do Infante D. Henrique, mudado para o patamar da escadaria, onde ainda hoje se encontra, a 29 de junho de 1972.



Séquito real dos Jogos Florais de 1970.



Séquito real dos Jogos Florais de 1958 (BPARAH, Espólio de Francisco Lourenço Valadão Júnior).



Séquito real dos Jogos Florais de 1970.

Óscar Carmona, 1941



Retrato de Óscar Carmona (A União).

A visita presidencial de Óscar Carmona aos Açores começou a ser noticiada na imprensa nacional dias antes. O acontecimento assim o exigia. Esta visita marcou social e politicamente a ilha Terceira. A 23 de julho os pormenores da agenda são publicados no jornal *A União*, dando conta, nesse dia, do embarque, com direito a guarda de honra e banda de música, e de que Carmona, e a sua esposa, viajariam no paquete *Carvalho Araújo*, do Cais de Alcântara, até aos Açores. A viagem duraria aproximadamente 7 dias e foi digna de um grande acontecimento. No dia anterior a este embarque o General Carmona recebera os diretores da Casa dos Açores que foram apresentar cumprimentos de despedida e entregar uma mensagem.

Antes de iniciar a viagem o General despede-se do povo: «*Parto de Portugal para Portugal; sei que vou encontrar nas terras portuguesas do Atlântico o mesmo vigoroso sentimento do amor da Pátria, decidido e firme, que no Continente em todos os pontos do Império tem dominado as gerações através dos séculos*». ^[552]

Entre vivas, o Governador Dr. Pestana da Silva dirige, «*com visível comoção*», uma palavra aos terceirenses que recebiam notícias do embarque: «*Terceirenses: - há poucos dias disse ao microfone que me orgulhava de ser o Governador do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo e hoje afirmo sê-lo não só com orgulho mas com reconhecimento. Há poucas horas ainda, deixou a Capital do Império com rumo a estas terras portuguesas, a figura venerada do Exmo. Sr. General Carmona, acompanhado de sua luzidia comitiva e já a vossa alegria e contentamento exterioriza-se nesta manifestação espontânea e carinhosa junto do vosso Governador, que em rádio dirigido aos Chefe de Estado para bordo do Carvalho Araújo, dela lhe dará conhecimento. (...) Viva o Senhor General Carmona / Viva o Governo da Nação / Viva Portugal*». ^[553]

Nos dias que medeiam a chegada do General, os jornais vão publicando os telegramas enviados pelo Presidente da Junta Geral e outras entidades para

552. Jornal *A União* de 24 de julho de 1941.

553. Jornal *A União* de 24 de julho de 1941.

paquete presidencial, dando conta da expectativa que se fazia sentir na ilha, bem como desejando continuação de uma boa viagem.

Entretanto os preparativos da chegada a Angra do Heroísmo eram conhecidos: após o desembarque do Chefe de Estado, este, iria em cortejo até aos Paços do Concelho e só depois dava entrada no Palácio do Governo, que seria a residência provisória. As ruas e locais, por onde passaria, deveriam estar engalanada e decoradas com grandes arcos monumentais, mastros com bandeiras nacionais, com cruces de cristo e com as cores do concelho. Além disso, na Rua Direita, até à Rua do Palácio, deveriam dispor-se datas em sequência cronológica relatando os momentos mais marcantes da história terceirense de 1432 a 1941.⁵⁵⁴

Do programa oficial também estavam previstos acontecimentos de absoluto significado, tais como a admissão do Presidente como sócio n.º 1 do Grémio da Lavoura da Terceira e Graciosa; uma tourada à corda em São João de Deus, no dia 31 com touros da conceituada ganadaria de Manuel Corvelo Cardoso. No dia 1 de agosto seria oferecido um banquete pelo Presidente da República ao som da distinta orquestra de música regional de Henrique Vieira; rapsódias de cantos populares terceirenses de autoria de João Carlos da Costa Moniz e alguns trechos das operetas «Água Corrente» e «Glória ao Divino», originais do escritor terceirense Capitão Frederico Lopes e música do

maestro Henrique Vieira da Silva. Para acompanhamento do Presidente nas sessões oficiais, os jornais publicavam nas vésperas da chegada, a lista de *dress code*: «Para a sessão de boas vindas na Câmara Municipal: Fraque e chapéu alto ou de côco; jaquetão preto e calça de fantasia ou fato escuro. Para o Garden Party: - traje de passeio (de preferência escuro). Para a cerimónia no Palácio: - de preferência traje de cerimónia».⁵⁵⁵

555. Jornal A União de 28 de julho de 1941.



Óscar Carmona com a Direção da Casa dos Açores (A União).



Recorte de jornal noticiando a visita presidencial de Óscar Carmona aos Açores (A União).

554. Jornal A União de 24 de julho de 1941.

A 29 de julho, véspera da chegada à ilha Terceira, o jornal *A União* publicita o programa definitivo:

30 de julho, quarta-feira

- 17h00** *Chegada a Angra do Heroísmo*
18h00 *Sessão de boas vindas na Câmara Municipal*
22h00 *Côro falado na Praça do Castelo de S. João Baptista*

31 de julho, quinta-feira

- 13h00** *Almoço nos Cinco Picos, seguido de Parada Pecuária e tourada*
22h00 *Garden Party no jardim do Palácio, oferecido pelo Governador*

1 de agosto, sexta-feira

- 10h30** *Conferência de Sua Ex^a o Ministro do Interior no Salão Têatro da Cozinha Económica*
10h30 *Visita particular do Chefe de Estado ao Campo das Lages com regresso pela Praia da Vitória*
16h00 *Parada Militar*
19h00 *Banquete no Palácio oferecido por sua Ex^a o Chefe de Estado*

A 30 de julho, com honras de primeira página, o retrato oficial do General Carmona estava em destaque, logo abaixo, a verde e vermelho, uma saudação muito especial. O Bispo de Angra, D. Guilherme Augusto Inácio de Cunha Guimarães e o Governador do Distrito de Angra, António Pestana da Silva, assinavam o edital, em jeito de saudação. Outras pessoas anónimas, também escreveram a dar conta do acontecimento, na linguagem própria de época. Também o retrato de perfil de Salazar não foi esquecido, sonetos e poemas exaltavam as honras do acontecimento e o Sindicato dos Jornalistas, em Lisboa, na pessoa de Luís Teixeira, enviava aos colegas insulares saudações que são publicadas em todos os jornais da Região.

A multidão que se juntou para presenciar o raro acontecimento utilizou todos os meios de transporte ao seu alcance. Onze filarmónicas de toda a ilha cunharam a data festiva desfilando com alegres marchas, depois de feitos os devidos cumprimentos. Em todos os edifícios públicos, consulares, estabelecimentos de crédito, grémios, sindicatos, associações recreativas, de beneficência e muitos particulares hasteavam-

se as bandeiras e dependuravam-se as mais garridas colchas à varanda. Nos passeios, a multidão ansiosa vira a chegada do *Carvalho Araújo* e respetiva escolta da marinha de guerra. Mais de cem barcos de pesca também se engalanaram. As filhas dos pescadores, vestidas com trajes regionais, entoavam cânticos e acenavam à multidão que se apinhara no cais da Alfândega, tal como 40 anos antes o fizeram para a receção real. As senhoras aguardavam ver a primeira-dama, D. Maria do Carmo de Fragoso Carmona e a sua filha, D. Cesaltina Carmona da Silva e Costa. São-lhes ofertadas «*mimosas flores*» e dirigem-se com outras senhoras da ilustre sociedade angrense à varanda do edifício da alfândega para presenciarem o cortejo presidencial. Por fim, o desembarque aguardado: O general Carmona é transportado no bergantim real que transportara D. Carlos I, que tinha sido, recentemente, mandado restaurar pelo Capitão do Porto, primeiro-tenente Cabral Mitene. Três aviões de caça portugueses sobrevoam o paquete e a cidade, saudando a população com difíceis manobras aeronáuticas. A P.S.P. e os legionários formaram um cordão humano ao longo do percurso. No tocar do pé do esperado General em solo terceirense foguetões estrondam nos ares, artilharia troveja, os sinos repicam e todos batem palmas e gritam «*Viva o Senhor General Carmona! Viva o Senhor General Carmona! Viva Portugal! Viva Salazar! Segue-se o desembarque da restante comitiva: o Ministro da Marinha e do Interior e seus dois ajudantes, General Amílcar Mota, Chefe da Casa Militar, Comandante Silva Monteiro, Major Silva e Costa, o Capitão Carvalho Nunes, ajudantes de campo, o secretário particular do Presidente, o chefe de Protocolo, Dr. João Mendonça e o médico, Dr. Cassiano Neves, entre outros. A recebê-los, o Bispo de Angra D. Guilherme Augusto e restantes entidades. O General Carmona passa pelos rapazes da Mocidade Portuguesa com Padre José de Ávila à frente. Segue-se a revista à guarda de honra, constituída por um contingente da Marinha postada no cais. O cortejo presidencial segue em carro aberto e marcha lenta pela Rua Direita. Das varandas, a multidão efusiva lança hortências, até à Praça da Restauração e para mesmo defronte ao edifício da Câmara Municipal. No centro da Praça, vêem-se os representantes dos sindicatos e das casas dos povo, empunhando estandartes com frases patrióticas. Ao longe ouvem-se as bandas de música e todos vibram com este grandioso e raro espetáculo; todos vivem esta hora alta e inesquecível da nossa História*». ^[556]

O General Carmona, que entretanto dera entrada nos Paços do Concelho, sobe a escadaria principal e dirige-se à janela para saudar a multidão e agradecer tão calorosa receção. De seguida dá entrada no Salão Nobre dos Paços do Concelho e, na mesa principal, ladeado pelos Ministros



Recorte de jornal noticiando a visita presidencial de Óscar Carmona aos Açores (*A União*).

556. Jornal *A União* de 1 de agosto de 1941.

do Interior e da Marinha, pelo Governador do Distrito e pelo Presidente da Câmara, dr. Côrte-Real e Amaral, tendo ainda à sua direita as autoridades civis e a casa militar da Presidência, bem como a vereação. Na frente, inúmeros sacerdotes e «todas as pessoas de maior representação» e profere o seguinte discurso:

66 *Como chefe da Nação encontro-me ente vós em visita de saudade e em missão de paz, e faço votos por que ela não seja alterada na terra portuguesa. Mas se viesse a sê-lo não desejo fugir a dizê-lo nesta terra sagrada por tão nobres e heróicas tradições – e se os mesmos sacrifícios fossem de novo necessários, todos os portugueses do Continente ou dos Açores os fariam com a mesma abnegação e a mesma intrepidez de seus maiores e esta nobre e leal cidade saberia manter e sobrepujar os títulos que constituem o seu timbre e a sua glória.*^[57]

O discurso do Presidente da Câmara não foi menos efusivo:

557. Jornal A União de 2 de agosto de 1941.

Que poucas terras como esta falarão de duros e desinteressados sacrifícios, de heroicidade e de acrisolado amor à Pátria que em todas as vicissitudes soube dedicadamente acompanhar, quer nas horas altas de glória quer nos momentos cruéis de angústia.^[558]

Encerrada a sessão pelo Ministro, em nome do Presidente da República, este passou à Sala de Sessões, onde tornou a receber cumprimentos de entidades ligadas ao clero, Marinha, Exército e Legião Portuguesa.

Journalista, perante tais palavras, descreve a emoção sentida: *«tais foram os Terceirenses, as nobres, patrióticas e justiceiras palavras que reboaram solenes e graves no magnífico Salão Nobre da nossa Câmara Municipal, nobilitado agora com a visita de quem as pronunciou do venerando e cada vez mais venerado Chefe de Estado, Sr. General Carmona. Toda a assistência as ouviu comovidamente, sem descabido orgulho pelo que elas trazem de honroso para o nosso passado, em também sem pusilanimidade que envergonhe, pelo que nos impõe no presente ou no tão enigmático e incerto futuro»*.^[559]

À saída da Câmara Municipal, o General Carmona provoca uma nova manifestação de alegria na multidão, havendo, por vezes acontecimentos marcantes que extravazam o protocolo, como é o caso de uma mulher que irrompe pela multidão, atravessa a fila de soldados e aproxima-se do Presidente e aperta efusiva e comovidamente as suas mãos. A multidão emocionada perante tal episódio, redobra as aclamações, ao Estado, à Pátria e a Salazar, seguindo o cortejo em marcha pela Rua da Sé, tornando a chover flores sobre o carro presidencial.

No almoço, no dia seguinte, no lugar de Cinco Picos, o Presidente foi saudado com cantoria, manifestação que muito apreciou, pelo repentismo dos cantadores e da qual se publicam as quadras do Tenrinho, do Charrua e do Ferreirinha das Bicas:^[560]

558. Jornal *A União* de 2 de agosto de 1941.

559. Jornal *A União* de 2 de agosto de 1941.

560. Jornal *A União* de 3 de agosto de 1941.



Tenrinho

*Nem eu próprio acredito
Em gozar tantas vantagens
Aos vossos pés deposito
As minhas pobres homenagens*

Charrua

*A vinda do Presidente
A esta ilha querida
Ficará eternamente
Na nossa mente esculpida*

Ferreirinha das Bicas

*Benvido, Benvida seja
A visita presidencial
P'ra o português que deseja
Ver erguido Portugal*

Tenrinho

*Aceitai o que vos dou
Beijo a vossa branca luva
Também Jesus aceitou
Os cinco réis da viúva*

Charrua

*Nesta hora jubilosa
P'ra Portugal Insular
A vossa visita honrosa
Alto valor veio dar*

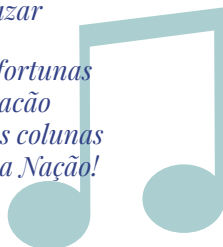
Ferreirinha das Bicas

*Esta digna recepção
Merece um viva geral
Viva o chefe da Nação
Viva, viva Portugal*

Tenrinho

*Ainda vou dizer mais esta
Não temos que recear
Enquanto tivermos à testa
Carmona e Salazar*

*Podem voar as fortunas
No sopro do furacão
Cá estão as duas colunas
Que sustentam a Nação!*



Craveiro Lopes, 1957



Retrato de Craveiro Lopes (A União).

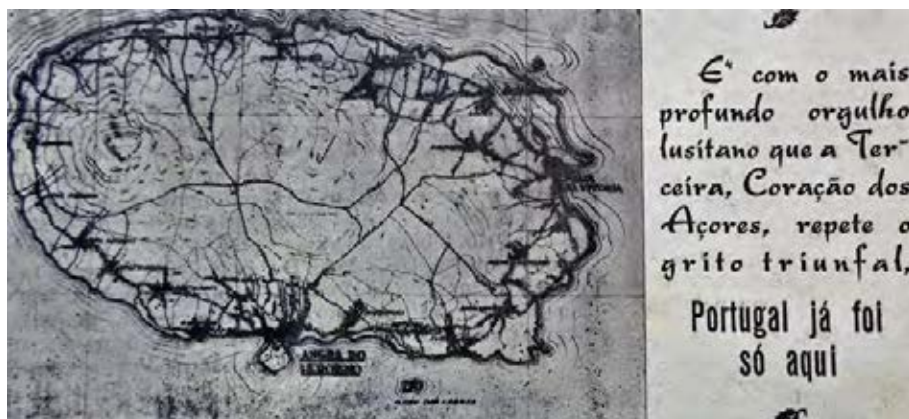
A visita presidencial do General Craveiro Lopes à ilha Terceira de 27 a 29 de julho de 1957, depois de ter passado por Ponta Delgada e Horta, é considerada mais um momento histórico e é o reflexo da política diplomática e de proximidade com as populações mais distantes. O jornal *A União* destaca com honras de primeira página uma fotografia do Presidente, ilustrada com uma caravela e um padrão de descobrimentos e

com heráldica da cidade. No verso da página, sob o título de *Pórtico*, são elencados as dezoito personalidades que colaboraram no número comemorativo do jornal. O Governador do distrito engenheiro José Luís Abecassis, destaca a atuação do General Craveiro Lopes, nomeadamente, o engrandecimento e união da comunidade portuguesa, quer no plano nacional, quer no plano internacional, sendo que as visitas às diferentes regiões de Portugal, são a assinatura do seu mandato. O Presidente da Junta Geral, destaca no mesmo número que, passados dezasseis anos da visita do General Carmona, a deslocação do Primeiro Magistrado da Nação, não poderá passar incólume, sendo reflexo disso mesmo, o contentamento e alegria demonstrada pela população, afirmando que a «*História dos Açores não regista nenhum período tão progressivo como o que atravessamos. Saibamos pois manifestar ao ilustre Presidente da República que se orgulham de ter ascendentes açorianos, o nosso peito de gratidão à homenagem fraterna dos Açores de Portugal*».^[561]

As ruas tornam-se a engalanar da Câmara Municipal à Sé, do Palácio, à rua da República e ao Largo Prior do Crato, estão prontos para receberem as pisadas do chefe de Estado.

O *Diário Insular* destaca a ornamentação geral da cidade concebida pelo artista Maduro Dias e

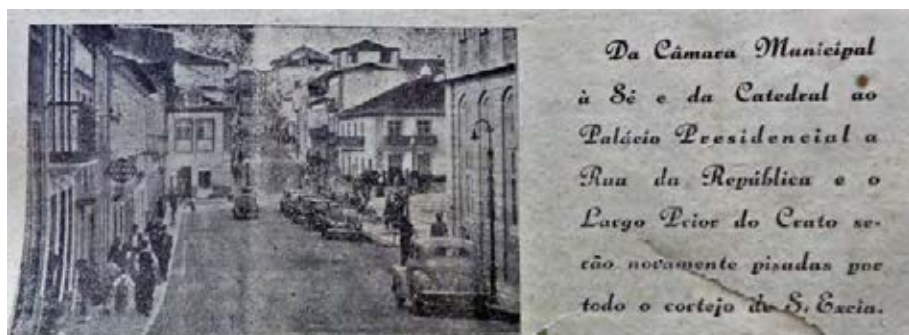
561. Jornal *A União* de 26 de julho de 1957.



Mapa da ilha Terceira na altura da visita presidencial de Craveiro Lopes (A União).



Postal da visita presidencial de Craveiro Lopes aos Açores (Produções Diti).



Mapa da ilha Terceira na altura da visita presidencial de Craveiro Lopes (A União).



cuja execução ficou a cargo das oficinas da Junta Geral e dos Serviços da Câmara Municipal: «dois altivos pilares verdes marcarão as portas de Angra e dos quais se desenrolarão pendões, vai suceder-se uma série de mastros, especialmente feitos, e que marcando pela sua altura, terão a assinalá-los, nos topos, bandeiras de quatro panos com a Cruz de Cristo. A bandeira nacional será nota dominante, mas aqui e além, diversas bandeiras de nacionalidade flutuarão. A ornamentação da Rua da Sé será de efeito único, e, muito principalmente á noite, obterá ela, aspecto feérico. A Praça da Restauração receberá decoração muito sóbria, um tanto ao sabor das que são próprias dos Largos dos Municípios».^[562]

A chegada a Angra do Heroísmo, depois de uma passagem, nesse mesmo dia pela Graciosa e por São

Jorge, estava prevista pelas 17h30. No cais da cidade foi postada uma guarda de honra que, passada em revista e após o desfile, o Presidente da Câmara entregou as «chaves da cidade», estando presentes todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas. De seguida, o Presidente da República percorreu a pé as ruas, desde o cais da Alfândega até aos Paços do Concelho, onde se efetuou a sessão de boas vindas, pelas 18h15, sendo saudado pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente da Junta Geral. Na Praça da Restauração o povo concentrou-se para aclamar em vivas tão ilustre figura. Tal como acontecera em situações anteriores, todos os edifícios públicos e alguns particulares hastearam a bandeira nacional em sinal de regozijo. Pelas 21h00, depois da celebração solene na Sé do *Tê Deum*, seguiu-se o jantar de gala oferecido pelo Município angrense, onde esteve presente a primeira-dama,

562. Jornal *Diário Insular* de 13 de julho de 1957.



Retrato da Primeira-dama D. Berta Craveiro Lopes (A União).

O MUNICIPIO ANGRENSE E A VISITA PRESIDENCIAL

— **Breves informações fornecidas ao RÁDIO CLUBE DE ANGRA pelo eng.^o Rodrigues Miranda**

— Senhor Presidente, pode dizer-nos qual o contributo do Município Angrense na Visita Presidencial que se aproxima ?

— *A Câmara procurará dar o maior relevo, não só à cerimónia da sessão de*

impressões e oficiou a diversas entidades do Concelho.

— E ficará algo a assinalar no Município Angrense esta Visita do mais alto interesse nacional ?

— *Não possuía esta Câmara um «livro de ouro»; pusemo-nos em contacto com a Imprensa Nacional, onde o Ex.^{mo} Sr. dr. Higinio Borges de Menezes orientou a execução de um livro. Pretende-se solicitar a S.^a Ex.^a o Senhor Presidente da República, se digne*
(Conclui na pág. 4)



O ENG.^o RODRIGUES MIRANDA
Presidente do Município

boas-vindas que se realizará no edifício dos Paços do Concelho, como também a todos os actos que se relacionem com aquela Visita. Nesse sentido já trocou

UM ARTIGO

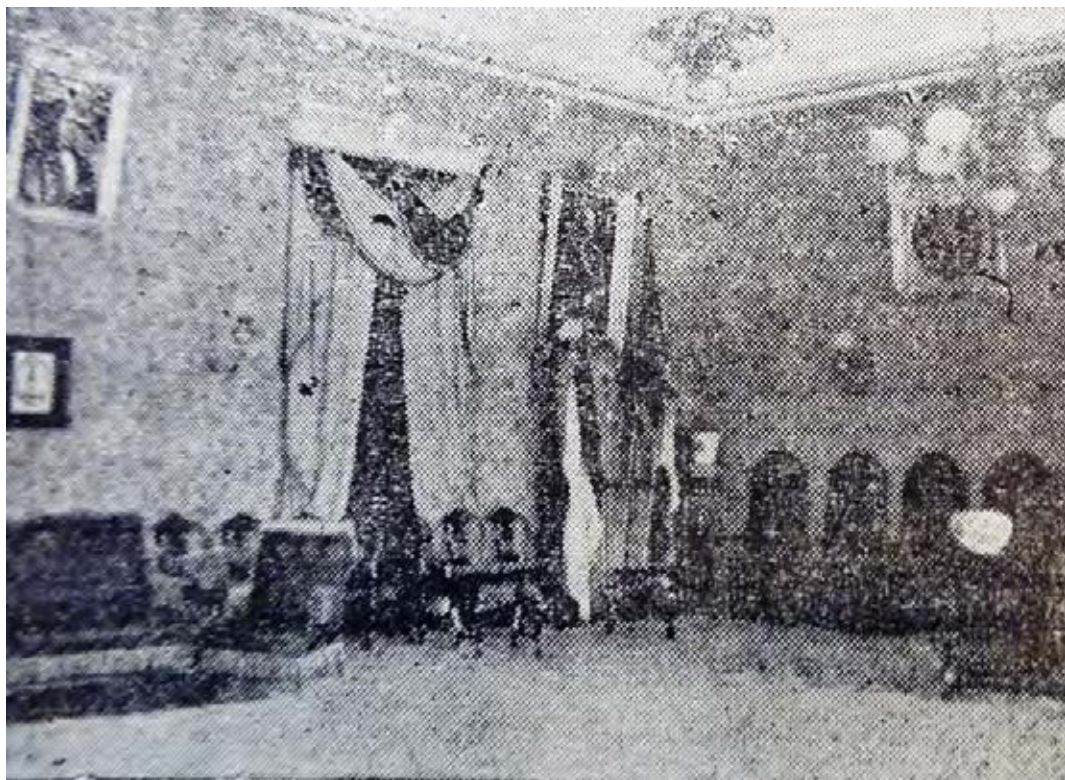
de Gilberto Freire

sobre Portugal

e o seu regime

RIO, 18 de Julho — «Portugal tem à sua frente um homem autenticamente de bem, como é o General Craveiro Lopes; e como Presi-
(Conclui na pág. 4)

Recortes de jornal sobre a visita presidencial de Craveiro Lopes (Diário Insular).



Aspecto do Salão Nobre na altura da remodelação efetuada em 1957 (A União).

D. Berta Craveiro Lopes, noticiada no jornal A União como «a mais insigne representante da mulher portuguesa».^[563]

Fizeram parte desta comitiva, além da esposa do General Craveiro Lopes, o Ministro do Interior, Dr. Trigo de Negreiros e a respetiva esposa, o chefe da casa militar da Presidência da República, o Coronel Pinto de Oliveira, o Comandante Geral da P.S.P., dois ajudantes deste, o Chefe de Gabinete, o Chefe de Protocolo, um médico e um capelão.

No discurso proferido na Câmara Municipal, o Chefe de Estado destacou:

Os terceirenses pela sua história – porque esta é a ilha Heróica – provaram sempre carinho e amor a Portugal e estamos seguros que os seus olhos não vêem, nem verão nunca outro estandarte senão a bandeira sagrada e gloriosa das quinas.^[564]

Por seu turno, o Presidente da edilidade dirigiu-se nos seguintes termos:

563. Jornal A União de 27 de julho de 1957.

564. Jornal A União de 29 de julho de 1957.

*Em nome da Câmara Municipal e da população do Concelho de Angra do Heroísmo cumpro o grato e honoríssimo dever de apresentar a Vossa Excelência os mais respeitosos cumprimentos de boas-vindas. Dignou-se Vossa Excelência visitar estas nove parcelas de Portugal Atlântico, nove faróis da civilização ocidental e outros tantos gigantescos padrões do génio lusitano, vindo até junto dos açorianos para lhes mostrar em quanta estima são tidos os bons portugueses destas terras. Aquelas mesmas palavras ditas pelo Senhor Marechal Carmona na visita presidencial que fez aos Açores em 1941. Mas essas palavras não foram dirigidas aos açorianos, foram ditas para que todo mundo soubesse que nestas terras, descobertas, povoadas e defendidas por portugueses, não há lugar para mais ninguém que não seja verdadeiramente português (a assistência irrompe numa ovação extraordinária, com vivas a Portugal). Está ainda bem vivo no nosso pensamento esse mesmo grito levantado, lá longe no Oriente, quando territórios portugueses de Goa se viram ameaçados pela violência e pela força. (...) Os terceirenses honram a sua história – porque esta é a ilha heróica. Provaram sempre carinho e amor a Portugal e estamos seguros que os seus olhos não vêem, nem verão nunca outro estandarte senão a bandeira das quinas (...).*¹⁵⁶⁵

565. Jornal A União de 29 de julho de 1957.

Depois dos discursos, o chefe de Estado aparece à varanda do Palácio Municipal e «um vasto oceano de gente que se comprimia na Praça irrompe numa ovação delirante, um clamor indizível! Homenagem de atmosfera galvanizante e insuperável. É tal a emoção e o fervor patriótico do instante magnífico que sua Excelência não pode deixar de, indo ao encontro da multidão electrizada, levantar vivas a Portugal!»⁵⁶⁶

O mesmo entusiasmo também se presenciou na visita ao concelho da Praia da Vitória, com constantes quebras de protocolo e muita emoção.

Por ocasião desta visita, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo é alvo de uma segunda grande remodelação em termos decorativos, sendo, para tal, contratada a firma J. Pires de Matos para fornecimento de diversos materiais, num total de 267 661\$00, pago em parcelas. Foram adjudicadas a esta firma compra de móveis, carpetes, estofos, cortinados, reposteiros, sanefas, lustres, lanternas, sobretudo para a decoração do Salão Nobre, *hall* superior e gabinete do Presidente, conforme se podem comprovar pelas faturas:

566. Jornal *A União* de 29 de julho de 1957.



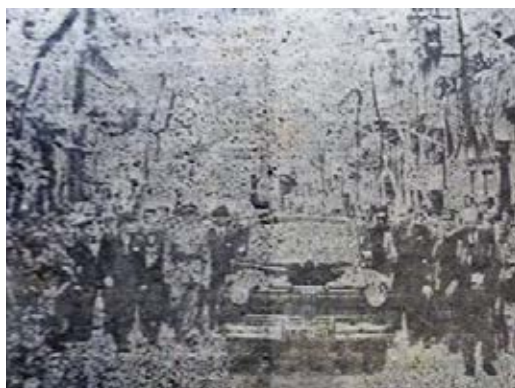
Discurso do Presidente da República Craveiro Lopes na janela do Município angrése (*A União*).

- Cortinados e reposteiros para 10 janelas e 3 portas do Salão Nobre
- 2 Lanternas de metal
- 18 Globos de vidro lapidado
- 2 Jarros lapidados
- Lâmpadas de 40w
- 3 Colunas em *bissilon*
- 6 Cordões para as colunas
- 1 Moldura para a fotografia a cores do Presidente da República
- 22 Rolos de papel de veludo beije
- 4 Tapetes para o sofá
- 1 Lanterna de bronze
- 6 m de tecido duplin para sofá
- Trabalho de estofador
- 1 Lustre de cristal de 18 lumes
- 1 Lustre de cristal de 20 lumes
- 1 Lustre de cristal de 24 lumes
- 4 Apliques de 6 luzes em cristal
- 1 Carpete
- Substituição de reposteiros do gabinete do Presidente
- Guarnições do átrio, 3 janelas e duas portas

Foi, basicamente, esta decoração do Salão Nobre que vigorou até ao sismo de 1980, com exceção para a disposição dos quadros nas paredes e das esculturas no Salão que mudaram de localização, nomeadamente a substituição do busto da República Portuguesa pelo busto do Infante D. Henrique (conforme se podem verificar pelas fotografias da visita presidencial de Américo Thomaz em 1962).



Multidão na Praça do Município saudada pelo Presidente Craveiro Lopes (*A União*).



Presidente Craveiro Lopes nas ruas da cidade de Angra do Heroísmo (*A União*).



Sala do Presidente remodelada.



Remodelação do átrio superior dos Paços do Concelho.



Presidente Craveiro Lopes na escadaria dos Paços do Concelho.

Francisco Augusto Craveiro Lopes
1957

Assinatura do Presidente no Livro de Honra da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.



Discurso do Presidente Craveiro Lopes no Salão Nobre.



Discurso do Presidente Craveiro Lopes no Salão Nobre.

Américo Thomaz, 1962



Retrato de Américo Thomaz na imprensa terceirense (*Diário Insular*).

A 15 de junho de 1962, o jornal *Diário Insular* noticiava que o Presidente Américo Thomaz visitaria os Açores de 6 a 14 de julho, permanecendo de 8 a 11 em Angra do Heroísmo. Chegaram a bordo do paquete oceânico *Pêro Escobar*, da Marinha de Guerra Portuguesa. No dia 1 de julho, é publicado no mesmo jornal o programa da permanência na ilha. A comitiva do Chefe de Estado, contra-almirante Américo Thomaz e esposa, é composta pelo chefe da casa militar, General Humberto Pais e sua esposa, ajudante de campo, capitão-de-fragata Reis Thomaz e esposa, ajudante, Major Freitas do Amaral, chefe do protocolo da Presidência, Ministro Lencastre da Veiga, Ministro da Marinha, contra-almirante Fernando Quintanilha de Mendonça Dias e esposa, seu ajudante de campo 1.º tenente João Carlos de Macedo Alvarenga, Ministro das Obras Públicas, engenheiro Eduardo Arantes e

Oliveira e esposa, secretário do Ministro engenheiro Durão e esposa, secretário do Ministro do Interior capitão José da Rosa Carvalho e esposa e representante do SNI, Dr. Ramiro Valadão, Diretor dos Serviços de Informação.

Os jornais dão destaque de primeira página ao ilustre visitante. Num artigo publicado no *Diário Insular* sob o título de *Palácio de Angra Para o Presidente* e refere-se aos Paços do Concelho, Palácio dos Capitães Gerais e Paço da Junta Geral. — «O primeiro palácio, o que o Presidente Américo Thomaz se acolheu hoje é o dos Paços do Concelho. A casa da senhora Câmara — como a gente do campo ainda diz — é um edifício de um século, elegante e bem proporcionado, cujo alçado se inspirou na Câmara Municipal do Porto. O edifício nobre pode ser classificado, depois de uma digna decoração, como se demonstra pelas relíquias de interesse histórico, entre as quais sobressai o retrato a óleo de D. Maria II, enviado de Inglaterra pela rainha e bandeira que a soberana bordou e ofereceu à cidade. A este salão, decorado aquando da visita régia de 1901, segue-se, pela austera aparência da Sala de Sessões, obra da atual edilidade, a que preside o Dr. Manuel Baptista de Lima».^[567]

567. Jornal *Diário Insular*, 8 de julho de 1962.



Desembarque do Presidente Américo Thomaz no Cais da Alfândega.



Desembarque do Presidente Américo Thomaz no Cais da Alfândega (BPARAH, Espólio Dr. Valadão)



Entrega das chaves da cidade de Angra do Heroísmo ao Presidente no cais da Alfândega (*A União*).



Primeira-dama, D. Gertrudes Rodrigues Thomaz, com outras senhoras do séquito (*Diário Insular*).

8 de julho

16h00 Chegada a Angra do Heroísmo, desembarque e guarda de honra.

Entrega das Chaves da Cidade, seguida de sessão de boas-vindas nos Paços do Concelho, com cumprimentos às autoridades civis, militares e eclesiásticas, seguida de missa vespertina *te-deum*. Pelas 21h30, jantar de gala oferecido pelos munícipes de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

9 de julho

10h30 Breve visita ao Hospital Regional, à Intendência de Pecuária e à Estação Agrária, seguido de visita oficial à Vila da Praia da Vitória

13h00 Almoço volante nos Paços do Concelho da Praia

15h00 Visita ao aeródromo das Lajes – BA4

17h00 Tourada à corda no areal da Praia da Vitória

21h00 Jantar de gala no Lawn Tennis Club

10 de julho

10h30 Visita à exposição de artesanato no Salão Nobre do Paço da Junta Geral e à exposição histórico-bibliográfica na Biblioteca Pública, Arquivo Distrital e Museu Regional, seguido de passeio ao Monte Brasil

13h00 Almoço no Palácio do Governo de Distrito, seguindo-se um passeio até à Mata da Serreta

21h00 Jantar de gala no Palácio do Governo de Distrito



Discursos no Salão Nobre por ocasião da visita presidencial de Américo Thomaz.



Presidente Américo Thomaz saudado na Rua da Sé.



Multidão na escadaria da Sé para receção ao Presidente Américo Thomaz (BPARAH, Espólio Francisco Lourenço Valadão Júnior).



Banda filarmónica na Praça Velha na receção do Presidente Américo Thomaz (BPARAH, Espólio Francisco Lourenço Valadão Júnior).

O Presidente da Câmara profere o seguinte discurso nos Paços do Concelho a 8 de Julho de 1962:

Senhor Presidente da República, Excelência, em nome da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, cabe-me a subida honra de, mui respeitosamente, saudar Vossa Excelência e apresentar-lhe os nossos mais atenciosos cumprimentos de boas vindas. Rejubila hoje o município Angrense por poder receber na sua Domus Municipalis a pessoa veneranda de Vossa Excelência em visita tão honrosa a esta ilha Terceira de antigas e nobres tradições. É-me extremamente grato testemunhar a Vossa Excelência a grande alegria, satisfação e vivo reconhecimento que os povos do Concelho de Angra do Heroísmo sentem pela presença de Vossa Excelência nesta parcela tão portuguesa do território nacional, onde as excelsas virtudes da raça lusitana se têm conservado com a maior pureza. Desde os primórdios do povoamento que o povo da Ilha Terceira se tem revelado da melhor gente das terras de Santa Maria. Do seu persistente e infatigável esforço no aproveitamento desta terra, até então desabitada e bravía, nasceram, ainda no século XV, além de numerosas paróquias, as vilas de Angra e da Praia, a que nos albores do século XVI, se juntaria a Vila de São Sebastião.

Em 1534 era Angra elevada à dignidade de cidade e nela erecta a Catedral de São Salvador, passando, desde então, a ser a sede do poder civil, militar e religioso de todo o Arquipélago.

E não foi exagerada, nem a honra conferida, nem a confiança depositada pelo Governo Central no valor, lealdade e altas virtudes cívicas destes povos, pois é já lugar-comum dizer-se que nenhum acontecimento notável ocorreu no Continente Português que não fosse de igual modo vivido ou sentido nesta patriótica terra lusitana, cuja alma tem sempre vibrado em uníssono com a mãe pátria, quer nas horas gloriosas, quer nos momentos difíceis da nossa vida multi secular.

Ía Vasco da Gama ao regressar da sua gloriosa viagem em que ligou o Ocidente ao Oriente, pelo mar, aqui aportou antes de se dirigir a Lisboa e aqui deixou sepultado, no mosteiro de São Francisco desta cidade o seu irmão, o Capitão Paulo da Gama.

A partir de então e até meados do século XVIII todas as armadas que, das Índias ou do Novo Mundo regressavam ao Reino, faziam escala pelo porto de Angra e aqui a provisionados pela Provedoria

das Armadas, cuja pequena frota de guerra lhes fornecia muitas vezes comboio e proteção entre os Açores e Lisboa.

Mas foi porventura na hora trágica de 1580 que a Ilha Terceira melhor revelou o seu alto espírito patriótico e o seu heroísmo, repelindo com altivez promessas sedutoras e defendendo sozinha com as suas armas e com o seu sangue o Rei Português a quem jurara fidelidade. Durante três anos foi esta a única parcela do território nacional onde flutuou a bandeira das cinco quinas. Durante três anos foi este o derradeiro baluarte da Independência Nacional. Durante três anos Portugal foi só aqui.

Tão glorioso gesto teve, como não podia deixar de ser, a sua repercussão nos gloriosos acontecimentos da Restauração. Uma vez mais a indómita lealdade e o patriotismo do povo terceirense foram postos à prova, quando as Companhias de Ordenanças desta ilha compostas por camponeses, oficiais mecânicos, venceram após duro e prolongado assédio, a valorosa guarnição inimiga do Castelo de São João Baptista, constituída por mais de mil homens, dispondo de trezentas peças de artilharia.

O acentuado patriotismo deste povo, a sua importante colaboração na Empresa dos Descobrimentos, onde avultam os nomes dum João Fernandes Lavrador, dum Pêro de Barcelos, dum Diogo de Têive e dos Côrte-Reais, a sua abnegada obra na expansão da fé, onde havia um Frei João Estaço e um Beato Baptista Machado, o próprio aspecto da cidade de Angra, cujo traçado geométrico das suas ruas, constitui um raro e notável exemplo de urbanização do século XVI e, finalmente, a posição central desta ilha em relação ao Arquipélago, devem ter sido factores que influíram na decisão do Governo Pombalino ao instituir nesta cidade, de harmonia com as ideias centralizadoras, na época, a sede da Capitania Geral das Ilhas dos Açores, formando governo que se manteve até ao ano de 1832.

A relativa desorientação política verificada no século XIX em nada alterou os sentimentos nobres e generosos do bom povo terceirense, sempre pronto aos maiores e mais abnegados sacrifícios, quando se encontra em causa a dignidade ou o prestígio nacional.

E quando por ocasião da Segunda Guerra Mundial a ilha Terceira foi chamada por imperativos da defesa nacional, a dar o seu contributo para que fossem honrados compromissos.

Em resposta ao Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, Dr. Baptista de Lima, o Chefe de Estado proferiu o seguinte discurso:

Escutei com a maior atenção as palavras de V. Exa. E gostei de as ouvir. V. Exa. exprimiu bem o espírito da gente da Terceira e, ao fazer a síntese da sua longa história, mostrou ser ela ciosa dos seus pergaminhos. E é natural que assim aconteça. A história desta ilha começou logo com o seu povoamento. Desde então, todos os principais eventos nacionais tiveram aqui a sua repercussão. Esta terra, além de mais, é bem portuguesa, porque sempre manifestou o seu portuguesismo em todas as situações, mesmo naquelas mais difíceis. E é nas horas difíceis que os portugueses se conhecem, que os portugueses desta ilha mostraram do que são capazes.

Senhor Presidente:

Vim a esta ilha Terceira, que foi descoberta, também em terceiro lugar. Simples coincidência mas a mostrar que o roteiro das ilhas segue o caminho que os descobridores portugueses seguiram. Fui aqui recebido com o maior entusiasmo devido ao Chefe da Nação de todos os portugueses. E essa acolhida magnífica eu agradeço do coração e podem crer que não mais a esquecerei. (...) Aqui é Portugal – disse em tempos o saudoso Marechal Carmona. Aqui é Portugal – disse o Presidente da Câmara. Pois que aqui seja sempre Portugal quaisquer que sejam ou forem as circunstâncias que no futuro nos possam advir. Aqui será sempre Portugal porque a vontade dos habitantes desta ilha quer e essa vontade não pode ser vencida.^[568]


568. Jornal Diário Insular de 10 de julho de 1962.

No mês de julho de 1962, o jornal *A União* dedica duas páginas interiores, sob o título de «*Obras e melhoramentos levados a cabo pela Câmara Municipal de Angra nos últimos anos*», com destaque para a remodelação na Praça Velha, com a colocação da estátua de Álvaro Martins Homem na zona central; remodelação do Salão Nobre, como exemplo de estilo de *Fin de siècle*, a Avenida Infante Dom Henrique, o arruamento de Desterro - Memória; os arruamentos circundantes ao Palácio da Justiça; o arranjo do Mercado Duque de Bragança; a urbanização do Bairro da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo; a escola Infante Dom Henrique e a remodelação recente, levada a cabo, um ano antes da visita de Américo Thomaz, da Sala das Sessões, legendada de «*estilo de traça portuguesa renascentista*». No ano antes fora encomendado aos Armazéns Nascimento, no Porto, o lustre de metal dourado e cristal de 16 lumes, os bancos de três lugares estofados, forrados a carneira patinada, a bancada brasonada em forma de «U» em madeira de pau-preto e as respetivas cadeiras de couro gravado com os brasões do município.

Além do arranjo da Sala de Sessões, o mesmo jornal dá conta do arranjo do edifício dos Paços do Concelho: «*Esta importante obra actualmente na sua última fase constou com o arranjo do rés-do-chão de todo o edifício dos Paços do Concelho e a sua conveniente adaptação para a instalação de diversos serviços municipais que até então se encontravam instalados nas mais deficientes condições. Os trabalhos já efectuados, permitiram*

instalar condignamente a Repartição de Obras que compreende gabinetes do eng. Director, eng. Adjunto e arq. Consultor, sala de espera, serviço de expediente, sala de estudo, gabinete de chefes de conservação e arquivo, delegação de saúde, central telefónica, casa-forte, cabine eléctrica, tesouraria, contabilidade, serviço de contribuições e impostos, estudando-se também a possibilidade de valorização das respetivas paredes com um apainelamento de azulejos. Procedeu-se, entretanto, ao condigno arranjo da Sala de Sessões cuja decoração em mobiliário inspirado no estilo português de meados do século XVII, imprimem acentuada dignidade aquele aposento ainda que dentro de um grande espírito de sobriedade. É, sem dúvida nenhuma, um benefício de alto nível prestado ao mais rico e belo município açoriano e um dos melhores do País, cuja efetivação se fica devendo ao esforço e compreensão do seu actual Presidente».^[569]

569. Jornal *A União* de 7 de julho de 1962.



Américo Thomaz
8 de julho de 1962.

Assinatura de Américo Thomaz no Livro de Honra do Município angréense.



Américo Thomaz assinando o Livro de Honra do Município angrense.



Discursos no Salão Nobre por ocasião da visita presidencial de Américo Thomaz.



Américo Thomaz e séquito à saída dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

Marcello Caetano, 1971

A visita de Marcello Caetano aos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo dá-se no âmbito da cimeira Nixon/Pompidou. Com a chegada prevista ao aeroporto das Lajes do *Concorde* e do *Air Force One* a 12 de dezembro de 1971, o encontro na ilha Terceira, escolhida por se considerar um «lugar cómodo», é descrito como «sensacional» e confrontaria, em plena Guerra Fria, os dois líderes mundiais em negociações relacionadas com a atualidade, o domínio da luta contra o tráfico de estupefacientes, e questões económicas. A *Cimeira Atlântica* visou a apresentação de uma atitude europeia comum, na coordenação de posições em relação à crise monetária internacional, e à possibilidade de Pompidou se comprometer com Nixon que as principais nações europeias estariam dispostas a fixar as suas moedas, na eventualidade de uma desvalorização do dólar. Este evento, de grande cobertura na comunicação social, contou com 300 jornalistas americanos, 120 jornalistas franceses, sendo que a presença da *United Press Internacional*, distribuiu, por si só, o seu serviço noticioso por mais de 7500 agências, jornais e outras publicações. Os jornalistas estrangeiros admirados com o preço do café, a dois escudos, aproveitaram também para conhecer a ilha e escreveram sobre a simpatia dos locais. As negociações teriam lugar nos Paços da Junta Geral nos dias 13 e 14 de



Cumprimento entre Nixon e Pompidou nos Paços da Junta Geral (*Diário Insular*).



Recorte de jornal dando notícia da cimeira de 1971 (*Diário Insular*).

dezembro, sendo a recém-inaugurada Estalagem da Serreta,⁵⁷⁰ o local escolhido para a receção dos convidados e estadia do Presidente Francês.

Marcello Caetano, acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Patrício e demais comitiva abria, assim, as portas às negociações, previstas realizarem-se nos Paços da Junta Geral, com desfile dos Presidentes pelas ruas de Angra do Heroísmo, nos respetivos carros, com grande número de seguranças. Como não esteve presente nas reuniões dos dois estadistas, teve oportunidade de ser recebido pelo Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo no edifício dos Paços do Concelho, Dr. Moniz Oliveira, com direito a homenagem e assinatura no Livro de Honra. Após esta visita, Marcello Caetano, acompanhado pelo Presidente e restante comitiva, passeou-se pelas ruas de Angra, interessando-se por obras em curso na cidade, terminando a visita até ao ponto mais alto da ilha – o miradouro *Marcello Caetano*, na Serra de Santa Bárbara, onde se chega por estrada, asfaltada recentemente pelos Serviços Florestais.

No discurso que o Presidente do Conselho fez na presença dos dois Estadistas é ressaltado que *«nos tempos correntes, tão cheios de preocupações em que se traduz a angústia da gestação num mundo novo, é bom que, de tempos a tempos, os dirigentes dos povos procurem uma pequena ilha. As pequenas ilhas estão rodeadas de um encanto mítico. São um refúgio – não para esquecer, mas para meditar»*.⁵⁷¹

570. A Estalagem da Serreta foi inaugurada a 9 de setembro de 1969. Edifício de autoria de João Correia Rebelo. Hospedou o Presidente da França George Pompidou de 12 a 14 de dezembro de 1971. Em 2007 foi classificado imóvel de interesse público pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

571. Jornal *Diário Insular* de 16 de dezembro de 1971.





Marcello Caetano no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo (*A União*).



Marcello Caetano no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo (*Pedro de Merelim, 1984*).



Marcello Caetano assina o Livro de Honra do município angrense (Pedro de Merelim, 1984).

13. dey. 1971

Marcello Caetano

Assinatura de Marcello Caetano no Livro de Honra do município angrense.

Ramalho Eanes, 1980

Depois do 25 de abril de 1974, as visitas presidenciais são mais comuns e menos rodeadas de cerimónia. A utilização dos transportes aéreos foi um dos factores que contribuiu para essa mudança, a par com o novo sistema político, presidencial, democrático e, de certo modo, mais informal, fazia chegar os Presidentes aos Açores com mais frequência. Os meios de comunicação social, apesar de darem conta da notícia da chegada do Presidente Ramalho Eanes, são mais contidos na adjetivação e na extensão dos seus artigos, pelo que, a informação pesquisada nessas fontes, torna-se mais escassa.

A visita de Ramalho Eanes e da sua esposa Manuela Eanes à ilha Terceira nos finais de julho de 1980, a terceira visita oficial de quatro dias aos Açores, foi no âmbito do terramoto ocorrido no primeiro dia daquele ano, em que ele próprio decretara três dias de luto nacional. No dia 2 de janeiro, o Presidente também esteve presente para avaliação dos danos da catástrofe. Contudo, a visita aqui descrita e mais demorada é a de julho desse mesmo ano. O jornal *Diário Insular*, em honras de primeira página, saudava o Presidente no dia 26 de julho, dando conta do carinhoso respeito que lhe é devido num ano tão sensível para os terceirenses. A promulgação na cidade da Horta do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores foi também um dos pontos altos da visita. Da agenda também fez parte a cerimónia ocorrida na Praça de Armas do Castelo de São João Baptista, onde foi imposta a Medalha de Ouro, por motivo da atuação dos militares dos três ramos da Forças Armadas no socorro prestado aos sinistrados do sismo dos Serviços Distintos à Base Aérea das Lajes, ao Regimento de Infantaria de Angra do Heroísmo e à Corveta *Jacinto Cândido*. Aliás, fez parte ainda da agenda programada para a ilha Terceira, a visita às zonas mais atingidas pelo terramoto, nomeadamente Quatro Ribeiras, Doze Ribeiras, São Mateus, São Sebastião, Praia da Vitória e Lajes, por forma a se dar conta do andamento das obras de reconstrução e alentar as populações. Acompanhado pelo Ministro da República, almirante Silva Horta e do Presidente do Executivo Açoriano, Mota Amaral, Ramalho Eanes ouviu uma exposição do engenheiro Correia da Cunha sobre os trabalhos de reconstrução em curso, seguindo-se uma breve visita ao Gabinete de Apoio e Reconstrução, onde estava patente uma exposição. Na sua breve passagem pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, teve oportunidade de assinar o Livro de Honra. Aos órgãos de comunicação social disse: «*venho aos Açores por dois motivos: partilhar o regozijo dos açorianos pelo estatuto da sua autonomia e contactar com as populações sinistradas, cujos anseios e problemas desejo ver solucionados*».^[572]

572. Jornal *A União* de 24 de julho de 1980.



Ramalho Enes
25.7.10

Assinatura de Ramalho Enes no Livro de Honra do Município angrense.

Ramalho Enes assina o Livro de Honra do Município angrense.



Cumprimentos ao Presidente Ramalho Enes.



Presidente Ramalho Enes à saída dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo. «Angra» ainda estava apeada na sequência do sismo de 1980.



Ramalho Enes na escadaria do Município angrense.

Reinauguração dos Paços do Concelho, 1985

Com o edifício dos Paços do Concelho já remodelado depois dos estragos do terremoto de 1 de janeiro de 1980 e reinaugurado em 1985, o Salão Nobre apresentava-se restabelecido: a firma adjudicada, para fornecimento e colocação de material de decoração foi o ateliê de decoração Aldecor, de Alda Cardoso Pereira Gomes, com sede em Mem Martins. Os técnicos que analisaram a proposta informaram que, dada a impossibilidade de se encontrar no mercado local, matéria-prima necessária à decoração, consideraram esta proposta mais vantajosa e significativamente mais baixa em relação à proposta apresentada pela Fundação Ricardo Espírito Santo, pelo que deveria ser aceite para a execução de trabalhos nas sancas, guarnições, alizares e outros ornatos no valor de 8 298 880\$00.^[573] A 23 de maio^[574] estava aberto concurso para aquisição de 800 m2 de alcatifa^[575] para as zonas de serviço do edifício, a que concorreram as fimas Movelcar e Adalberto Martins & Filhos, tendo sido à primeira firma a adjudicação do fornecimento em causa pelo valor de 1 088 000\$00.^[576] Em julho de 1985 serão adquiridas as passadeiras para a escadaria principal, primeiro patamar e para todo o corredor do primeiro andar.^[577] Deste modo, o Salão estaria pronto a ser novamente a principal sala de visitas da ilha. Estava de novo de portas abertas para receber as mais altas entidades do Estado.

573. Ficam excluídos deste valor as bases de latão para o Salão Nobre no valor de 56 000\$00, bem como o veludo, no valor de 124 800\$00. Ata n.º 22 de 30 de maio de 1985.

574. n.º 21 de 23 de maio de 1985.

575. A solicitação de aquisição de um aspirador pelo encarregado de limpeza do edifício é datada de 22 de agosto de 1985, imediatamente no dia a seguir à reinauguração. Ata n.º 34 22 de agosto de 1985.

576. Ata n.º 25 de 20 de junho de 1985.

577. Ata n.º 4 de 29 de janeiro de 1987.



Fotografia do Salão Nobre depois da remodelação de 1985 (Fotografia de RC Fotos).

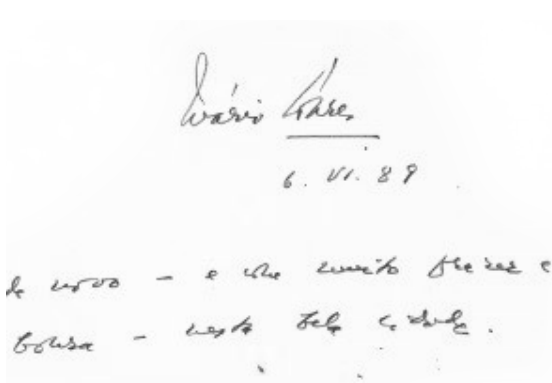
Mário Soares, 1989

A visita de Mário Soares à ilha Terceira em 1989, embora já tivesse ocorrido no ano de 1987, prendeu-se no âmbito da iniciativa, na altura, muito louvada, das *Presidências Abertas*. Um dos objetivos principais deste programa, que visou um périplo alargado pelo país, foi e segundo as letras garrafaís de um jornal local, «*ultrapassar as incompreensões*». Mário Soares referia-se, sobretudo, às incompreensões sentidas entre continentais e insulares. Afirmava o mesmo jornal que «*as Presidências Abertas têm tido um claro êxito e são feitas não para suscitar querelas ou levantar divisões entre forças políticas, mas para ultrapassar dificuldades e criar ambientes de concórdia*». Neste âmbito, percorrer as nove ilhas do arquipélago em 14 dias, feito nunca antes constatado numa só visita presidencial. Unir os Açorianos, um dever. Os custos da insularidade eram referidos pelas populações e pelos órgãos de comunicação social que não davam tréguas. A esse respeito, o Presidente dizia que o objetivo desta visita era ultrapassar dificuldades e dar consciência a todos os portugueses da importância dos Açores.

Do programa, faziam parte as devidas homenagens a ilustres Açorianos: Antero de Quental, Teófilo Braga, Vitorino Nemésio, Manuel de Arriaga, cardeal Humberto de Medeiros, Francisco Lacerda e aos irmãos navegadores Corte-Real.



Presidente Ramalho Eanes com o presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral (Diário Insular).



Assinatura de Mário Soares no Livro de Honra do Município anorense.

Outra das preocupações e que fizeram parte desta agenda foi a de fomentar o convívio entre jovens das várias ilhas, até, porque afirmou o Presidente, na altura, que «*a insularidade não existe só em relação ao continente*». Da comitiva, também fizeram parte personalidades ilustres que viajaram até aos Açores, para que todos os portugueses tivessem possibilidade de os conhecer de perto: Rosa Mota, Carlos Lopes, Joel Serrão, Natália Correia, João de Melo, o grupo *Trovante*, Luís Bettencourt, Fernando Tordo, Paulo de Carvalho, Carlos Mendes e Glenn Medeiros, fizeram também parte da efeméride.^[578] A ilha escolhida no dia 1 de junho para proferir uma mensagem ao país fora a longínqua ilha do Corvo.

Um Mário Soares «*sem gravata*» escandalizava um cronista, mas era, sem dúvida, uma figura marcante entre as demais visitas. O sentido de humor foi também uma constante deste programa. Em São Jorge, quando obsequiado com uma rosca «*gigante*», deixou-se fotografar emoldurado por ela.

578. Em Angra do Heroísmo o espetáculo realizou-se no adro e escadaria da Sé Catedral de Angra. Os espetáculo oferecido pelo Presidente da República contou com a presença do terceirense Luís Bettencourt e a sua convidada Susana Coelho, terminando com a atuação do homem das imitações: Fernando Pereira.



Mário Soares na ilha de São Jorge (*Diário Insular*).

Não foi parco em palavras quando apelou à necessidade de entendimento e de diálogo, não se coibira em proferir a palavra solidariedade em vários momentos. No seu primeiro discurso feito aos açorianos afirmou: «*O que pretendo (...) é trazer-vos uma manifestação concreta de solidariedade e insistir com o meu próprio exemplo, na necessidade de diálogo permanente, que é o único caminho para dissipar incompreensões hoje sem qualquer razão de ser e para resolver globalmente os problemas que o passado*

nos legou».^[579] Relativamente à história da Terceira e do seu papel fundamental nas lutas liberais, Mário Soares recordou os feitos do passado: «*A generosidade dos bravos da Terceira, a sua elevada consciência cívica, o entendimento que tinham da necessidade de aperfeiçoar constantemente as instituições e de pôr termo a todas as formas de opressão e dominação, integram-se no percurso democrático que constitui património comum que hoje todos reivindicamos».*^[580] Invocou ainda, a esse respeito, figuras tutelares da democracia e do apego à liberdade, tais como: D. Pedro IV, Mouzinho da Silveira, Palmela, Vila Flor, Saldanha, Silva Carvalho, os Irmãos Passos, Garrett ou Herculano que viveram e sonharam um futuro melhor para Portugal. Foi neste

579. Jornal *Diário Insular* de 28 de maio de 1989.

580. Jornal *Diário Insular* de 28 de maio de 1989.



Mário Soares deposita uma coroa de flores no monumento da *Memória* (*Diário Insular*).



Mário Soares com o dr. Álvaro Monjardino em visita a uma exposição organizada pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira *Os Açores no século XV* (*Diário Insular*).

âmbito de homenagem ao arquipélago, que colocou, uma coroa de flores no monumento da *Memória*.

Na mesma ilha e, apesar de uma agenda «apertada», Mário Soares ainda teve tempo inaugurar a Casa-Museu de Francisco Ernesto de Oliveira Martins, de visitar uma exposição organizada pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira e realizada pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais, intitulada *Os Açores no Século XV*,^[581] de assistir a uma tradicional tourada à corda em São Sebastião, com um primeiro touro manso «*sem raça*», para decepção dos milhares de aficionados, seguido de um segundo touro que «*salvara as honras da casa*». No dia 5 de junho esteve também prevista uma visita ao Castelo de São João Baptista. No dia seguinte visitaria o Concelho da Praia da Vitória, onde foi recebido efusivamente pela população e onde foi prestada uma homenagem a Vitorino Nemésio, com o descerramento de uma placa na *Casa das Tias*, onde estiveram presentes duas parentes do escritor, a oradora da tarde, Natália Correia, bem como autoridades e populares.

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo também não foi esquecida. Teve a possibilidade de proferir um discurso no Salão Nobre, ao lado de autoridades políticas e civis, além de ter assinado o Livro de Honra.



Mário Soares é saudado nas ruas de Angra do Heroísmo (*Diário Insular*).



Mário Soares na Casa das Tias de Vitorino Nemésio na Praia da Vitória (*Diário Insular*).

581. Esta exposição realizou-se no antigo Hospital da Boa Nova.



Mário Soares e autoridades do governo e do município na escadaria dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.



Mário Soares discursa no Salão Nobre de Angra do Heroísmo.

Jorge Sampaio, 2003 e 2005



Jorge Sampaio e Primeira-Dama com os Reis de Espanha na Rua da Palha (Diário Insular).



Maria José Ritta e a Rainha de Espanha. (Diário Insular).

A visita de Jorge Sampaio e da sua esposa Maria José Ritta aos Açores, em particular à ilha Terceira, dá-se no âmbito da visita dos Reis de Espanha «*ao único pedaço português onde por ainda não haviam passado*».^[582]

«*Os Reis de Espanha encontram-se desde ontem nos Açores para uma visita de carácter privado de três dias, a convite do Presidente da República. O Rei Juan Carlos e a Rainha Sofia, que chegaram à ilha Terceira num avião da Força Aérea espanhola, foram recebidos por Jorge Sampaio e Maria José Ritta, que tinham aterrado na base militar cerca de meia hora antes. A visita privada dos Reis de Espanha ao arquipélago surge na sequência do convite formulado pelo Presidente da República, que vai acompanhar os monarcas durante a deslocação a quatro das nove ilhas da região. Depois do almoço privado no Solar da Madre de Deus, em Angra do Heroísmo, o Rei Juan Carlos e a Rainha Sofia visitaram o centro da cidade Património Mundial, estando prevista para o fim da tarde uma tourada à corda. Hoje, os monarcas deslocam-se à ilha do Faial, seguindo de barco para o Pico, estando a noite reservada para um jantar em sua honra oferecido pelo Presidente do Governo Regional dos Açores*».^[583]

A imprensa local também não ficou alheia a este acontecimento histórico. Depois do almoço privado no Solar da Madre de Deus, visitaram

582. Jornal A União de 27 de julho de 2005.

583. Diário de Notícias, 28 de julho de 2005.

o centro da cidade Património Mundial e assistiram, ao final da tarde, a uma tourada à corda em São Bento. O casal real e o presidencial, descontraídos, deixaram-se fotografar passeando pelas ruas da cidade, apesar das críticas feitas à segurança dos monarcas, como prejudicial, face à natureza pacífica dos terceirenses

Na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, houve ainda tempo para que o Presidente Jorge Sampaio recebesse as chaves da cidade, pelas mãos do Presidente da edilidade, Sérgio Ávila. Nos discursos proferidos aquando esta visita, Jorge Sampaio destacou o papel das autonomias como um contributo importante da democracia e do desenvolvimento e agradeceu a hospitalidade dos açorianos, adiantando que esta viagem resultou de «*um sonho antigo*» dos monarcas Espanhóis e constituiu «*mais um dado de aproximação entre os dois chefes de Estado e das relações luso-espanholas*». ^[584] Foi ainda salientado que estes compromissos devem solidificar a paz e que a Europa consiga partilhas estratégicas, convivendo com a diferença. Por seu lado, o rei Juan Carlos, considerou-se sempre um «*amigo de Portugal*», tendo registado com muito agrado a sua popularidade nas ilhas, tendo sido esta uma visita com um significado emotivo, dadas os lugares de beleza incomparável.



Jorge Sampaio e Primeira-Dama, Reis de Espanha e Presidente do Governo Regional dos Açores e respetiva esposa a assistirem a uma tourada à corda (Diário Insular).



O Presidente do município angrese entrega as chaves da cidade ao Presidente Jorge Sampaio.

584. Jornal A União de 30 de julho de 2005.



Presidente Jorge Sampaio e demais entidades num palco defronte à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, comemorações do 10 de junho em 2003.



Jorge Sampaio e acompanhantes no pátio da Alfândega (junho de 2003).

Cavaco Silva, 2011

A visita de Cavaco Silva à ilha Terceira, em janeiro de 2011 foi uma visita relâmpago com pouco destaque na comunicação social da ilha, possivelmente por se ter tratado de uma visita de campanha eleitoral.

Por ocasião da participação num almoço, em Angra do Heroísmo, Cavaco Silva lembrava a 5 de janeiro que era um defensor das autonomias, ao contrário da ideia que se pretendia fazer passar. No discurso, perante cerca de duas centenas de pessoas, recordou que, quando exerceu funções de primeiro-ministro é que o estatuto de regiões ultraperiféricas dos Açores e Madeira foi reconhecido numa cimeira da União Europeia, realizada na Grécia. Referiu-se ainda às especificidades das Regiões Autónomas Portuguesas e aos financiamentos generosos do POSEIMA^[585] e das potencialidades do mar que advinham da extensa Zona Económica Exclusiva e da futura Plataforma Continental que visava o aproveitamento do mar em áreas de pesca, construção naval, energia e turismo de cruzeiros e que a ONU deveria aprovar até 2015.



Presidente Cavaco Silva em visita à ilha Terceira, no LAMTEC (*Diário Insular*).

Visitou também o Laboratório do Ambiente Marinho e Tecnologia (LAMTEC), da Universidade dos Açores, instalado na Praia da Vitória. Durante essa visita, Cavaco Silva mostrou-se impressionado com o trabalho desenvolvido na área das energias renováveis.

Na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, foi recebido pelas entidades oficiais. Com direito a Guarda de Honra, foi recebido no Salão Nobre pelo Presidente da Câmara João Pedro Cardoso, pelo Presidente do Governo Regional e pelo Ministro da República para os Açores. Houve ainda tempo para visitar no Museu de Angra do Heroísmo uma exposição onde esteve presente a bandeira bicolor da Monarquia Constitucional bordada pela Rainha D. Maria II, património da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

585. Programa de Opções Específicas Para o Afastamento e Insularidade da Madeira e Açores.



Cavaco Silva no Museu de Angra do Heroísmo a observar a bandeira de D. Maria II.



Presidente Cavaco Silva é recebido pelo Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, João Pedro Cardoso.




Guarda de Honra em frente à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.



Fotografia de grupo com o Presidente Cavaco Silva no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.



Presidente Cavaco Silva e entidades oficiais no Salão Nobre.



Património móvel e integrado de interesse público: desvendar tesouros

Para o presente inventário foram consultadas as seguintes fontes: Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, de Pedro de Merelim, livros de registo dos bens patrimoniais do ano de 1959, inventário de 1999 elaborado pela Dra. Maria Manuel Velasquez, bibliografia geral e específica relacionada com os estilos e com as técnicas artísticas, documentos técnicos de facturas. Foram efetuadas medições e observações diretas no bem. Também foram consultados os documentos / listagens de resumo dos bens móveis do município (466 pp), foi consultado o Arquivo Municipal da Câmara do Porto, O Arquivo da Escola de Belas Artes do Porto e todas as atas do município de Angra do Heroísmo referentes aos anos de 1980-2015. Foram também consultados cadernos de encargos e fotografias à época. Note-se que também foram encontradas nestas pesquisas informação contraditória e menos precisa, pelo que todas as descrições que constam neste inventário foram as mais fidedignas que se conseguiram e que se apuraram como mais próximas da verdade. Este inventário foi elaborado em agosto de 2015 por Assunção Melo.

As páginas que se seguem são dedicadas ao inventário de bens móveis e integrados de interesse artístico e de simbólica autárquica pertencentes à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Teve-se em linha de conta, para esta seleção de 33 fichas, o valor histórico, cultural, artístico e documental do bem. Com o intuito de dar a conhecer, ao público em geral, este património do Município de Angra do Heroísmo, pretende-se também reforçar o contexto histórico e a importância da cidade, no palco dos principais acontecimentos do País. Esta seleção prendeu-se com os critérios de grau excepcional do bem ou do contexto em que foram produzidos e pretende valorizar a sua exclusividade, unicidade, antiguidade, história ou documento. O inventário do município composto por milhares de objetos listados em centenas de páginas, fazem com que, nessa mescla, não se conseguisse distinguir esse valor excepcional, de um objeto banal de uso quotidiano. Promover o conhecimento do património, valorizá-lo, faz com que tenhamos uma consciência mais atenta para a sua proteção e conservação. No atual mundo globalizado, o poder transformador da cultura e das suas particularidades concitadores de uma identidade comum é fundamental.

O património constitui uma fonte de coesão para as comunidades e um elemento diferenciador para quem nos visita.

Reconhecer essas particularidades é um dever que só termina quando temos consciência da sua importância e são a base de uma sociedade do conhecimento que se pretende inovadora e próspera. A UNESCO considera que «o desenvolvimento não poderá ser sustentável sem uma forte componente cultural», efetivamente só uma abordagem baseada nas particularidades do legado do passado, poderá torna-se mais humanizada e mais desenvolvida. A sensibilização em torno destas questões do reconhecimento e da salvaguarda do património é fundamental. Dá-lo a conhecer é certamente o primeiro passo. Uma cidade classificada Património Mundial, como é o caso de Angra do Heroísmo, terá responsabilidades maiores, nesse sentido, quando até mesmo alguns sítios classificados se encontram atualmente em perigo de desaparecimento,^[586] como é o do recente caso da antiga cidade de Palmira^[587]

586. Em 2015 a UNESCO lista 48 sítios listados como Património Mundial, em perigo de desaparecimento.

587. Palmira foi um dos primeiros locais a receber a distinção de Património da Humanidade pela UNESCO, em 1980, pelas ruínas de estruturas que

destruída pelo autoproclamado Estado Islâmico e fazem-nos pensar que alguns dados que tomamos como adquiridos, não estão assim tanto protegidos. O legado do património é também um sintoma da tolerância entre os povos e uma referência para os autóctones. A título de exemplo, as ofertas diplomáticas, ou as aquisições que se fazem no sentido de um investimento identitário, mais do que económico: não é por acaso que o candelabro de prata que a rainha D. Adelaide de Saxe-Meiningen, rainha consorte, viúva de Guilherme IV do Reino Unido, ofereceu ao Governador Civil do Distrito do Funchal, Conselheiro José Silvestre Ribeiro, se encontra no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, ou que um óleo sobre tela de William Fowler, retratista oficial da rainha Victória de Inglaterra, ocupa lugar de destaque nas paredes do mesmo salão com o retrato da ainda jovem rainha D. Maria II, provavelmente um dos primeiros desta soberana, ou que a escultura de D. Pedro IV de autoria de Marc Ferrez, conhecido escultor francês radicado no Brasil, foi uma oferta de um cidadão terceirense emigrado naquele país no ano de 1874.

Nesta seleção optou-se também integrar, além dos bens de valor artístico, móvel ou integrado, bens de valor histórico, de artes decorativas, ou de simbólica autárquica, a título de exemplo, o conjunto de pesos padrão do século XVI, do tempo de D. Sebastião, a campainha de prata dourada oferecida ao Município por D. João IV e que viria a inspirar a estátua que encima o frontão do edifício, uma alegoria a «Angra do

datam de há mais de dois mil anos.


Heroísmo», ou o conjunto de varas dos antigos Procuradores e do Juiz Ordinário de autoria de Alexandre Joaquim de Oliveira e datadas de 1837, ou a bandeira de seda bordada pelas mãos da rainha D. Maria II, entre muitos outros objetos surpreendentes e emocionantes...

São 33 tesouros que proponho desvendarmos e que irão ocupar, certamente, o nosso imaginário coletivo por muitos mais séculos. É este o legado riquíssimo que é nosso e que temos obrigação de preservar, estudar e divulgar, sob pena de um dia não sabermos quem somos.



Sala do Presidente do Município angrense.

Artes plásticas

- 
- ~ *Retrato de D. Maria II*
 - ~ *Retrato de D. Pedro V*
 - ~ *Retrato de D. Carlos I*
 - ~ *Retrato de Teotónio de Ornelas Bruges*
 - ~ *Retrato de Jácome de Ornelas Bruges*
 - ~ *Retrato do 1.º conde Sieuve de Meneses*
 - ~ *Busto de D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal*
 - ~ *Busto do Infante D. Henrique*
 - ~ *Busto da «República Portuguesa»*
 - ~ *Escultura «Angra do Heroísmo»*



título ***Retrato de D. Maria II***

autor ***William Fowler***

data ***1829***

área artística Pintura

técnica Óleo s/ tela

dimensões 106 x 93cm
tela: 76 x 64cm

n.º inv. cmah 2008

n.º inventário CMAH 001-1

descritivo Este retrato foi uma oferta da rainha D. Maria II à Câmara Municipal de Angra e foi trazido de Londres e entregue à Câmara Municipal pelo conde de Vila Flor e por Teotónio Bruges a 12 de outubro de 1829. A futura rainha, ainda muito jovem nesta pintura, com cerca de dez anos de idade, ostenta as insígnias e simbólica reais tais como a capa de arminho, os medalhões e a faixa que lhe cruza sobre o peito. Ostenta um colar de pérolas. Este pintor é também o autor dos retratos da Rainha Victoria de Inglaterra.

intervenções anteriores Intervenção amadora de repintes e vernizes sicativos nos anos de 1940, conforme informação que consta no relatório do Prof. Emanuel Félix nas páginas que se seguem. O Sr. Jácome Bruges Bettencourt informou que esta primeira intervenção de restauro é do tempo do primeiro mandato do Dr. Joaquim Moniz Sá Corte-Real e Amaral e que a autoria dessa intervenção é de Ernesto Teixeira, mais conhecido por Ernesto Fogueira, e que era guarda do antigo Mercado do Peixe, um curioso com «*geito*» para a pintura. Intervenção de conservação e restauro nas oficinas do Centro de Estudo, Conservação e Restauro de Obras de Arte dos Açores em 1980, pelo professor Emanuel Félix (conforme relatório anexo nas páginas seguintes).

Em 2015 foi intervencionado a nível de restauro na Fundação Ricardo Espírito Santo. No relatório referente ao estado geral de conservação é mencionado que «*A obra apresenta-se em péssimo estado de conservação, tendo sofrido profundas intervenções anteriores. A tela original foi cortada*

*intervenções
anteriores
(cont.)*

cortada ao tamanho da pintura, tendo depois sido reentelada numa outra a quente, aparentemente com a utilização de cera-resina, o que provocou um achatamento da rede de micro fissuras e a alteração da textura do estrato cromático. Esta operação é irreversível. A generalidade do estrato cromático foi totalmente repintado, tendo sido o desenho e traço original da pintura alterados por completo e em definitivo. O repinte encontra-se sobre o original e por vezes aplicado sobre o suporte, uma vez que as lacunas não foram preenchidas e niveladas, sendo também visível na margem da tela de reentelagem. Estes repintes são espessos no que diz respeito aos materiais utilizados (ligante e carga), alteram a leitura estética da obra uma vez que o traçado original não foi respeitado. Além de se encontrarem envelhecidos e alterados, a paleta cromática e técnica utilizada nos referidos repintes revela-se totalmente desadequada em relação à respectiva época de execução o que determinou a total perda de autenticidade da obra. Dada a profundidade e a espessura dos mesmos, esta operação é irreversível e a responsabilidade desta intervenção deve ser assacada aos anteriores responsáveis pelo restauro da pintura. Verifica-se a existência de lacunas de policromia e preparação, às quais estão aliadas destacamentos eminentes desses mesmos estratos, com maior expressão na área superior, ao centro. Observa-se a elevada deposição de detritos no verso da obra, com especial incidência na travessa inferior da grade e no espaço existente entre esta e a tela de suporte. É de assinalar a presença de dois elementos metálicos inseridos no espaço entre a travessa inferior da grade e a tela, nos cantos inferiores, o que está a provocar deformações acentuadas nessas áreas. Deve referir-se que, estes elementos apresentam já oxidação superficial, o que vai conduzir não só à sua expansão em volume, como também à absorção dos produtos de oxidação pelas fibras têxteis do suporte, pondo assim em risco a conservação dos materiais constituintes da obra. As taramelas existentes apresentam fissuras e fracturas, uma vez que o material lenhoso se encontra envelhecido e ressequido. Verifica-se ainda a presença de elementos metálicos que foram inseridos na grade, aparentemente para servirem de travão às mesmas. A grade, no verso, apresenta duas marcações. Uma no topo da travessa vertical do lado esquerdo que referencia o autor da obra e data de execução e uma outra na extremidade do lado direito da travessa inferior onde está assinalado o número de inventariação do proprietário. A obra apresenta falta de tensionamento na grade; O verniz protector final foi aplicado em camada espessa, alterando a textura e brilho típicos da pintura a óleo da época». A proposta de intervenção foi a seguinte:

*intervenções
anteriores
(cont.)*

- Consolidação da policromia em destacamento eminente;
Limpeza dos detritos e poeiras depositados nas superfícies;
- Consolidação de áreas em destacamento e de rede de micro fissuras que apresentem falta de adesão ao suporte;
- Remoção dos elementos metálicos erradamente aplicados;
- Execução e aplicação de novas taramelas;
- Limpeza do estrato pictórico com atenuação do verniz envelhecido sobre os repintes mais graves que alteram o original na sua textura e/ou gama cromática;
- Preenchimento das lacunas da camada cromática e nivelamento das massas aplicadas;
- Reintegração pontual dos repintes existentes, por forma a atenuar as diferenças cromáticas e estilísticas existentes e harmonizar a leitura estética da peça;
- Aplicação de verniz protector final;
- Execução de Ficha Técnica do tratamento efectuado.

Nota¹: Dada a alteração irreversível dos estratos constituintes da pintura, salientamos o facto de a superfície pictórica da obra poder ficar com as deformações já existentes, mesmo após a intervenção realizada.

Nota²: Dada a profusão, extensão e espessura dos repintes gerais da pintura, consideramos que estes só sejam removidos muito pontualmente, pois não há indícios seguros da existência de policromia original sob os mesmos.^[588]

observações

Moldura de madeira dourada de formato retangular de interior ovalado. Incrições na grade: Painted by W. Fowler, 1829. Arranjo e restauro da moldura por Manuel Gregório. Em 2015, pela Fundação Ricardo Espírito Santo. Segundo Pedro de Merelim, este terá sido o primeiro retrato da rainha D. Maria II. Este retrato encontrava-se em 1904 na Sala de Sessões.

localização

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

588. Relatório da Fundação Ricardo Espírito Santo, datado de agosto de 2015.

Sobre o restauro do retrato de D. Maria II pertencente à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

por Emanuel Félix*

O retrato a óleo de D. Maria II, da autoria de William Fowler, datado de 1829 e trazido de Londres pelo Conde de Vila Flor, que «*em acto adequado o entregou*» (à Câmara Municipal de Angra) a 12 de Outubro do mesmo ano, *Aniversário de D. Pedro IV.*^[589] Foi após o sismo de 1980 e por interesse do então Presidente da referida Câmara, Dr. Rui Mesquita, entregue para tratamento ao Centro de Estudo, Conservação e Restauro de Obras de Arte dos Açores, ao tempo ainda anexo ao Museu de Angra do Heroísmo. O estado do referido retrato era, nessa altura, de quase completa degradação em virtude não só de aspectos relacionados com a geral dificuldade de conservação de pinturas da época vitoriana (sobretudo num meio físico como o nosso) mas em consequência de outras vicissitudes por que passou.

Por exemplo, foi este quadro, segundo testemunho de pessoas ainda vivas, lúcidas e idóneas – entregue nos últimos anos da década de quarenta, a pessoas sem a mínima preparação.

Embora habilidoso, não possuía, efectivamente, a referida pessoa a mínima formação em matéria de restauro de obras de arte, pelo que não só procedeu ao «*repinte*» quase total do quadro, já provavelmente em suficiente mau estado, mas também à sua «*protecção*» (passe a ironia) com a utilização de vernizes industriais extremamente sicativos. Este facto, bem como alguns acidentes posteriores, facilmente detectados pelo tipo de craquelures (designadamente em *escargot*) que aparecem, no laboratório, à luz rasante ou tangencial, dificultaram profundamente uma melhor recuperação da obra em causa, já de si extremamente frágil e a que, com efeito, pouco restava, então, do que tinha sido um retrato inglês, da época vitoriana, como se disse, sempre muito susceptível, do ponto de vista material, a qualquer espécie de intervenção.

Por outro lado, como toda a gente sabe, um restaurador que se preza não «*repinta*»: «*retoca*», que é diferente. E este quadro, noutras mãos talvez pudesse ter sido novamente «*repintado*». Mas a nossa preocupação constante, o nosso propósito foi o de exactamente não alterar nada do que, quer do ponto de vista anatómico, quer do ponto de vista iconográfico, restasse, porventura, como referência original.

589. In Boletim Municipal, Angra do Heroísmo, Ano VII, Segunda série, n.º 7 2º 1º Trimestre de 1992.

*Emanuel Félix Borges da Silva (1936-2004) foi um poeta, professor, ensaísta e técnico de restauro artístico, que se afirmou como um dos mais notáveis escritores açorianos da segunda metade do séc. XX.

Explicando melhor e apenas como exemplo: de uma forma a que a Senhora Dona Maria, no retrato, uma menina com mais ou menos doze anos de idade, não ficasse depois com uma cara diferente da que tinha no pouco que restava do original de William Fowler e nos chegou às mãos. Qualquer restauro que se pretendesse supostamente «*mais esmerado*» poderia conduzir a isso. O restauro tem a sua filosofia própria, os restauradores as suas opções, a sua ética. Há, também, aqui, regras deontológicas a respeitar escrupulosamente.

O mesmo critério, de resto, foi utilizado em todas as zonas do quadro, onde nada mais se tornou possível fazer do que, pela limpeza adequada e, posteriormente, pelo *mastic* e pelo retoque pontual, preencher lacunas existentes já nos próprios «*repintes*» irreversíveis, feitos pelo «*habilitoso*» a que inicialmente nos referimos.

Assim, não se tornou possível, por exemplo, beneficiar carnações nem formas anatômicas. Foi o critério de intervenção que adoptamos, com vista a respeitar escrupulosamente, o que ainda eventualmente restasse da matéria primitiva.

Se quisermos uma prova de que este quadro, quando chegou às nossas mãos, se encontrava totalmente «*repintado*» (restando da matéria original, antes de uma limpeza extremamente cuidadosa, quase só os olhos e a boca) aí temos a faixa de várias (em lugar de apenas três) cores que a retratada ostenta sobre o peito, transversalmente, a partir do ombro direito. Qualquer simples estudioso ou conhecedor de heráldica perceberá que uma banda, com todas aquelas cores, não pode ser senão uma delirante fantasia do nosso «*colega*» restaurador. Todavia, deixam-lhas como estavam. Não «*repintámos*». Seguimos o critério a que eticamente nos havíamos obrigado.

Foi este, com efeito, o restauro possível do Retrato de D. Maria II, pertencente à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, da autoria de William Fowler, um pintor, segundo Emmanuel Bénézit, quase desconhecido, mas cujo tratamento nem por isso deixou de merecer o nosso melhor esforço. Para vencer as dificuldades que a sua recuperação apresentava, não hesitámos sequer, por ocasião de uma das nossas deslocações a Londres, em nos dirigirmos aos serviços científicos da *National Gallery*, onde, com um competentíssimo restaurador e excelente amigo, estudámos atentamente (e tanto quanto nos permitiu a ausência material do quadro), todos os elementos do dossier de restauro do Retrato de D. Maria II. Tal como para «*remediar*» a «*linda coisa*» que resultara do anterior «*restauro*», não hesitámos, igualmente, em utilizar para o efeito, os processos de intervenção mais actualizados em matéria de «*refixação*» nem a tecnologia mais adequada de que dispúnhamos, conforme demonstra a documentação gráfica junta.

Não queríamos, porém, terminar esta espécie de compte rendu, sem uma observação que reclamamos da mais elementar justiça. É que é verdade que este quadro esperou

vários anos para ser restaurado. Mas também é certo – e absolutamente urgente que se saiba – que ele deu entrada no Centro de Estudo Conservação e Restauro de Obras de Arte anexo ao Museu de Angra do Heroísmo, logo após o sismo de 1980. No momento, portanto, em que se recolhiam e se proporcionavam condições materiais de conservação (até ao momento do respetivo restauro) a várias centenas de espécies de, infinitamente maior valor artístico, pertencentes a diversos templos, monumentos e instituições (não apenas da ilha Terceira) afectadas pela infelizmente e inesquecível catástrofe? O retrato de D. Maria II nunca foi, por isso (nem poderá ter sido, embora seja muito importante para a Câmara de Angra) considerado nas prioridades anuais estabelecidas pelas entidades que superentendiam ou tutelavam aquele Centro de Restauro.

O que aconteceu foi que, perante a zelosa insistência de alguns autarcas (para os quais, como é óbvio, o Retrato de D. Maria II era a coisa mais importante a fazer) chegou mesmo a ponderar-se a sua devolução, exactamente no mesmo estado de *«petição de miséria»* em que nos havia sido entregue. E não só foi devolvido pelo facto de o autor destas linha se ter oferecido para, absolutamente de graça, mas também sem exigências de prazo, pessoal e particularmente (por sinal com a preciosa ajuda de um amigo e técnico competentíssimo...) se encarregar do seu tratamento. O que fez com sacrifício, não só pelo amor que devota às coisas e às causas da sua terra, mas também, (como no presente caso, infelizmente há quem o force a constatar)... pela mais nua e santa das ingenuidades. Paciência. Seja tudo para desconto dos nossos muitos pecados.



Retrato de Emanuel Félix (fotografia de Marcolino Candeias).



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva.

PROPOSTA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

**Pintura a óleo sobre tela
“Retrato de D. Maria II”**



Largo das Portas do Sol, 2, 1100 - 411 LISBOA Telefone: 21 881 46 00
Fax: 21 881 46 37
E-mail: gra@fms.pt



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva.

Designação: “ Retrato de D. Maria II”

Pintura a óleo sobre tela.

Assinada e datada ao centro da margem direita “W. Fowler. Ti... 1829”

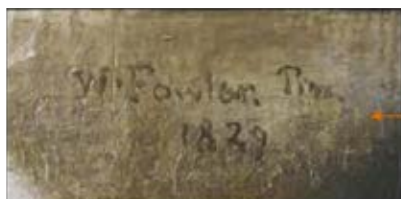
N.º total de peças: 1

Dimensões máximas aproximadas em centímetros:

Altura: 76 cm

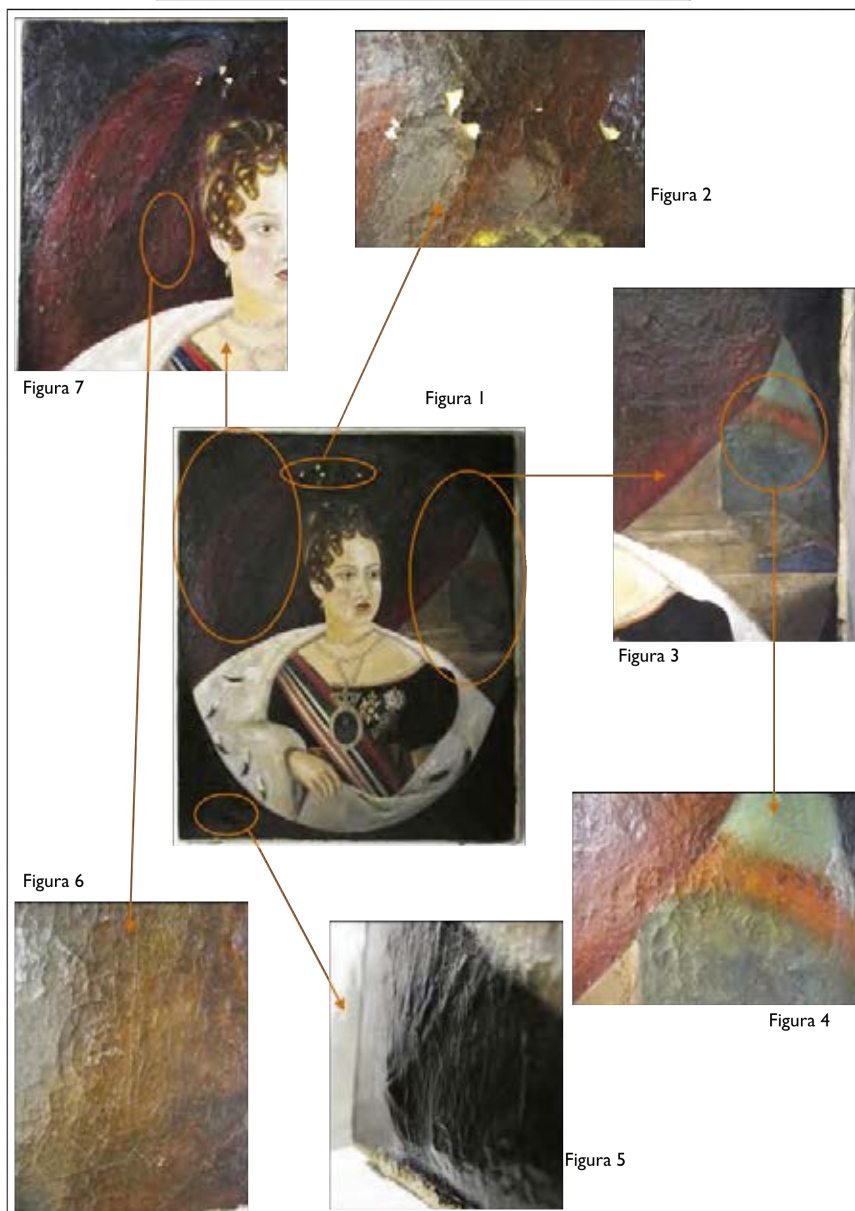
Comprimento: 64 cm

Profundidade: 2,2 cm



Largo das Portas do Sol, 2, 1100 - 411 LISBOA Telefone: 21 881 46 00
Fax: 21 881 46 37
E-mail: gms@fms.pt

3



Largo das Portas do Sol, 2, 1100 - 411 LISBOA Telefone: 21 881 46 00
Fax: 21 881 46 37
E-mail: geral@fesa.pt



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva



Figura 14



Figura 9



Figura 13



Figura 8



Figura 10



Figura 12



Figura 11

Largo das Portas do Sol, 2, 1100 - 411 LISBOA Telefones: 21 881 46 00
Fax: 21 881 46 37
E-mail: gna@fms.pt



Figura 20



Figura 16



Figura 19



Figura 15



Figura 18



Figura 17



FUNDAÇÃO
Ricardo do Espírito Santo Silva.



Figura 25



Figura 22

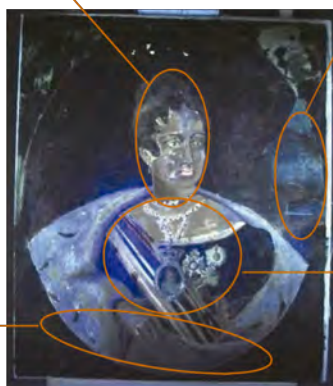


Figura 21



Figura 24



Figura 23

Largo das Portas do Sol, 2, 1100 - 411 LISBOA Telefone: 21 881 46 00
Fax: 21 881 46 37
E-mail: geral@fresc.pt



<i>título</i>	<i>Retrato de D. Pedro V</i>
<i>autor</i>	<i>Alexandre de Michellis</i>
<i>data</i>	<i>1855</i>
<i>área artística</i>	Pintura
<i>técnica</i>	Óleo s/ tela
<i>dimensões</i>	88 x 72cm
<i>n.º inv. cmah</i>	2005
<i>n.º inventário</i>	CMAH 002-1
<i>descritivo</i>	Este retrato do filho mais velho de D. Maria II, aqui representado com a idade de 18 anos, ostenta traje oficial de gala e insígnias reais.
<i>intervenções anteriores</i>	Intervenção de conservação e restauro ao nível da integração pictórica e camadas de proteção. Não há indicação de onde e de quem (informação consta do relatório efetuado em 2014 pelo Dr. Raúl Gregório). No inventário de 1999 é referenciado que a tela necessita de uma nova grade.
<i>localização</i>	Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.
<i>observações</i>	Moldura de madeira e gesso dourada de formato retangular.



<i>título</i>	<i>Retrato de D. Carlos I</i>
<i>autor</i>	<i>Desconhecido</i>
<i>data</i>	<i>1885-1890</i>
<i>área artística</i>	Pintura
<i>técnica</i>	Óleo s/ tela
<i>dimensões</i>	64 x 106cm
<i>n.º inv. cmah</i>	2006
<i>n.º inventário</i>	CMAH 003-1
<i>descritivo</i>	Este retrato de D. Carlos I foi adquirido em 1896 pelo Presidente da Câmara António M. da Silva Sarmiento, é muito semelhante em termos de pose e figura a outros retratos do mesmo monarca retratado em 1886. Ostenta traje oficial de gala e simbólica real, tais como as insígnias e a faixa que lhe atravessa o peito. Na mão direita segura a luva branca enquanto que na mão esquerda, enluvada, segura um sabre.
<i>intervenções anteriores</i>	Intervenção de conservação e restauro ao nível da integração pictórica e camadas de proteção. Foram observados uma camada de verniz aplicada posteriormente que apresenta alguns escorrimentos (informação consta do relatório efetuado em 2014 pelo Dr. Raúl Gregório).
<i>localização</i>	Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.
<i>observações</i>	Moldura de madeira e gesso dourada de formato retangular encimada por escudo e coroa real.



título ***Retrato de Teotónio de Ornelas Bruges, 1.º conde da Praia da Vitória***

autor ***Giorgio Marini***

data ***1850-1860***

área artística Pintura

técnica Óleo s/ tela

dimensões 112 x 80cm

n.º inv. cmah 2009

n.º inventário CMAH 004-1

descritivo Este retrato de Teotónio de Ornelas Bruges, visconde de Bruges e 1.º conde da Praia da Vitória, representa o homem que teve um papel determinante no sucesso da causa liberal nos Açores. Entre os vários cargos governativos que ocupou, destaca-se o de Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, sendo nessa função o primeiro Presidente de Câmara eleito no país e administrador geral do Distrito de Angra. Foi também uma figura destacada da maçonaria. Neste retrato oficial é possível perceber a pose de seriedade, ostentando um fato simples com camisa branca e laço negro. Note-se que este mesmo pintor italiano, radicado em São Miguel, é também o autor de um retrato de D. Frei Estêvão de Jesus Maria, bispo de Angra.

Há indicações no livro de Pedro de Merelim *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, de que este retrato foi inaugurado a 1 de janeiro de 1874 e que custara 24\$000 rs, estando este facto relatado em ata de 22 de dezembro de 1873.

Giorgio Marini (1836-1905) um pintor italiano, nascido em Florença eviveu na ilha de São Miguel e na ilha Terceira, deixando um espólio considerável de retrato nas ilhas por que passou, bem como no resto do continente português, onde faleceu, na cidade de Castelo Branco.

localização Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações Moldura de madeira e gesso dourada de formato retangular, encimada por uma coroa de conde de nove pontas e decorada nos quatro cantos com festões e flores em madeira e gesso dourado.



título ***Retrato de
Jácome de Ornelas Bruges***

autor ***Salvador Escolá Arimany (Escolá)***

data ***1885-1889***

área artística Pintura

técnica Óleo s/ tela

dimensões 112 x 80cm

n.º inv. cmah 2010

n.º inventário CMAH 005-1

descritivo Este retrato de Jácome de Ornelas Bruges de Ávila Paim da Câmara, 2.º visconde de Bruges e 2.º conde da Vila da Praia da Vitória, filho primogénito de Teotónio de Ornelas Bruges, foi, tal como seu pai um reconhecido partidário da causa liberal. O retratado enverga casaca com condecorações no peito e faixa vermelha. Escolá foi um consagrado pintor espanhol (1854-1905) formado na Academia de Belas Artes de Barcelona, tendo residido no Uruguai e no Brasil, onde expôs os seus primeiros quadros e ganhou fama como retratista. Fugido da epidemia de cólera de 1885, emigrou para Portugal e recebeu encomendas da corte de Luís I e Carlos I, para além de outras personalidades destacadas da vida política e cultural de Portugal.

intervenções anteriores Intervenção de conservação e restauro nas oficinas do Centro de Estudo, Conservação e Restauro de Obras de Arte dos Açores a nível de integração pictórica (informação consta do relatório efetuado em 2014 pelo Dr. Raúl Gregório).

localização Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações Moldura de madeira e gesso dourada de formato retangular, encimada por uma coroa de conde de nove pontas, decorada nos quatro cantos com festões e motivos geométricos.



título ***Retrato de
José Maria Sieuve de Meneses,
1.º conde de Sieuve de Meneses***

autor ***Salvador Escolá Arimany (Escolá)***

data ***1885-1889***

área artística Pintura

técnica Óleo s/ tela

dimensões 114 x 81cm

n.º inv. cmah 2007

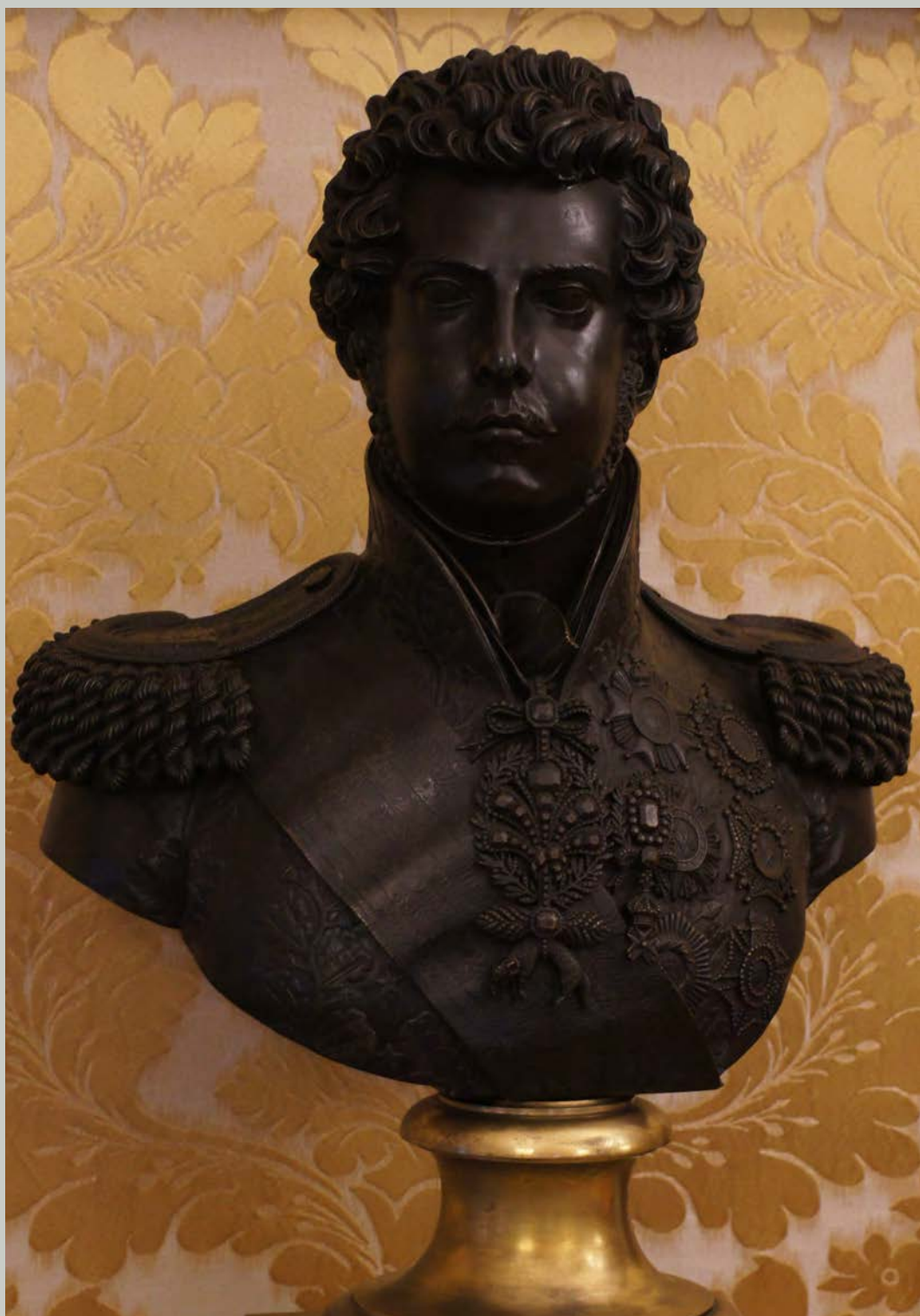
n.º inventário CMAH 006-1

descritivo Retrato do 1.º conde de Sieuve de Meneses, título concedido por D. Carlos I, a 16 de novembro de 1893, a José Maria Sieuve de Meneses, um influente político da ilha Terceira, bacharel em direito, par do reino e vice-presidente da Câmara dos Deputados. Liderou o Partido Regenerador no distrito de Angra do Heroísmo. Entre 1874 e 1875, exerceu a função de Presidente da Câmara. Escolá foi um consagrado pintor espanhol (1854-1905) formado na Academia de Belas Artes de Barcelona, tendo residido no Uruguai e no Brasil, onde expôs os seus primeiros quadros e ganhou fama como retratista. Fugido da epidemia de cólera de 1885, emigrou para Portugal e recebeu encomendas da corte de Luís I e Carlos I, para além de outras personalidades destacadas da vida política e cultural de Portugal.

localização Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações Moldura em madeira e gesso dourada de formato retangular, encimada por uma coroa de conde de nove pontas.

Feito Visconde de Sieuve de Meneses a 4 de março de 1873 pelo Rei D. Luís I de Portugal.



título ***Busto de D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal***

autor ***Marc Ferrez (escultura) e Oficina Fontaine (fundição)***

data ***1826***

área artística Escultura

técnica Bronze fundido (cera perdida)

dimensões 55 x 50 x 178cm

n.º inv. cmah 2001

n.º inventário CMAH 007-1

descritivo Esta escultura de um conhecido escultor franco-brasileiro, fundida pelas oficinas Fontaine em Paris. Foi oferecida em nome dos colonos terceirenses no Brasil por João Illion e Silva, nascido na freguesia da Sé a 2 de novembro de 1816, que embarcou para o Brasil no patacho *Amélia* a 24 de agosto de 1837, aportando na metrópole carioca a 15 de outubro, depois de cinquenta e um dias de viagem. Esta escultura foi enviada do Rio de Janeiro para a ilha Terceira no ano de 1874. O busto do imperador, Pedro I do Brasil, ostentando dragonas com as armas daquele Império e condecorações diversas, encontra-se sobre um plinto de madeira de nogueira ricamente decorado com aplicações em bronze dourado. Na parte da frente do pedestal encontram-se as armas do Império do Brasil, com a coroa imperial e a esfera armilar laureada, e nas laterais as siglas PI – aludindo a Pedro I do Brasil. Está inscrito na base do busto o seguinte: «*Dom Pedro /Sculpté à Rio Janeiro en 1826 / par Marc Ferrez et exécuté en Bronze a Paris / par Fontaine*». No auto de oferta, está mencionado que esta escultura encontraria o seu lugar na Sala de Sessões do município angrénsis.

localização Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações Na carta de oferta deste busto, reproduzida na página 140, João Illion e Silva epístola o seguinte: «*Rio de Janeiro, 14 de abril de 1874 – Aos Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores Presidente e membros da Excelentíssima Câmara Municipal da Cidade de Angra do Heroísmo da ilha Terceira (...)*». O Senhor Jácome de Bruges Bettencourt informou ter visto no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, em outubro de 2004, uma cópia reduzida deste original, em biscuit.



Marca de autoria na base do busto do Imperador Pedro I do Brasil.



Armas do Império do Brasil na fase do plinto que suporta o busto do Imperador Pedro I do Brasil.



O busto do Imperador Pedro I do Brasil sobre o seu plinto no Salão Nobre (2016).



A 10 de junho de 2016, atitude semelhante foi concretizada, na Cidade de Angra do Heroísmo, com a oferta da estátua de Vasco da Gama, em tamanho natural, colocada no Pátio da Alfândega, por Victor Baptista, emigrante luso-americano, natural da freguesia de São Pedro (ilha Terceira). Este trabalho é da autoria do pintor e escultor norte-americano Duker Bower.



título ***Busto do Infante D. Henrique***

autor ***Numídico Bessone***

data ***1960***

área artística Escultura

técnica Bronze fundido (cera perdida)

dimensões 56 x 75 160 cm

n.º inv. cmah 2179

n.º inventário CMAH 008-1

descritivo Esta escultura do Infante D. Henrique, com um chapéu e lenço que sai deste, caído pelos ombros, foi inaugurada no Salão Nobre dos Paços do Concelho em 1960, por ocasião das celebrações do V Centenário da morte do Príncipe Navegador. É composta por um busto de bronze e por um pedestal de mármore gravado com a inscrição «*Infante D. Henrique*». Numídico Bessone Borges de Medeiros Amorim nasceu na Lagoa, ilha de São Miguel, em 1913 e faleceu em Lisboa em 1985. Foi um escultor e medalhista de renome e autor de uma vasta obra. Estudou escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa e, depois, como bolseiro, pintura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e em Itália. Das principais obras destacam-se o «*São Miguel Arcanjo*», patente na Praça do Município de Ponta Delgada, e os monumentos ao «*Duque d'Ávila e Bolama*» e «*Manuel de Arriaga*», na cidade da Horta.

localização Patamar da escadaria principal.

observações Por aprovação unânime na sessão de 29 de junho de 1972, este busto foi mudado para o patamar da escadaria principal.



título ***Busto da «República Portuguesa»***

autor ***Simões de Almeida (sobrinho)***

data ***1908 de execução original
1912 data da réplica***

área artística Escultura

técnica Modelagem a gesso

dimensões 71 x 53 29cm

n.º inv. cmah 2094

n.º inventário CMAH 009-1

descritivo Réplica em gesso do busto da República, assinado e datado. Efégie da República iconograficamente representada através de uma figura feminina, à semelhança do que ocorrera em França, ostentando um barrete frígio, tendo como inspiração a imagem da «*A Liberdade Guiando o Povo*», pintada em 1830 por Eugène Delacroix. Esta imagem foi adotada como símbolo da República Portuguesa, na sequência da sua implantação a 5 de outubro de 1910. A partir de 1912, o busto esculpido em 1908 por Simões de Almeida (sobrinho), tornou-se padrão oficial, sendo usado como efégie nas moedas de escudo e de centavo e colocado nas repartições públicas. Nas fotografias do Salão Nobre, encontradas na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, nos álbuns de Francisco Lourenço Valadão Júnior, este busto em 1956 estava ainda no gesso original, ou seja branco, tendo sido pintado posteriormente com a coloração atual.

localização Sala do Presidente da Assembleia do Município de Angra do Heroísmo.

observações O busto original da República foi modelado em 1908, anterior à implantação do regime de 5 de outubro de 1910. É possível visualizar o ano no próprio busto.



A mudança de cor do busto da «*República Portuguesa*». À esquerda, ainda branco, nas comemorações de 28 de maio de 1928. À direita, já escurecido, em 12 de junho de 1932, durante uma visita da oficialidade do NRP Sagres.



título ***Escultura «Angra do Heroísmo»***

autor ***Desconhecido***

data ***c. 1865***

área artística Escultura

técnica Mármore cinzelado

dimensões 250 x 60 x 60cm

n.º inv. cmah s/ nº

n.º inventário CMAH 010-1

descritivo Escultura de uma figura feminina, em alegoria à cidade de Angra do Heroísmo na forma de Atena. Teve como modelo base a campainha em prata dourada pertencente ao município, oferecida por D. João VI. Numa mão segura o açor e na outra, um escudo com as armas nacionais.

intervenções anteriores Após o terramoto de 1 janeiro de 1980, por questões de segurança, a 12 de janeiro de 1980, a estátua foi apeada, ficando exposta na Praça Velha, por alguns dias, antes de recolher ao átrio da Câmara, onde permaneceu até à data da conclusão da recuperação estrutural dos Paços do Concelho. Voltou ao seu lugar original a 13 de junho de 1984.

localização Remate sobre o frontão exterior dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações Foi inspirada na escultura alusiva à cidade do Porto, do mesmo título e que também encimava o frontão exterior dos Paços do Concelho daquela cidade, entretanto demolido nos inícios do século XX. A alegoria ao «Porto» foi esculpida por João de Sousa Alão e João da Silva.

Artes decorativas e mobiliário

- ~ Campanha em prata dourada*
- ~ Candelabro de prata de 4 lumes*
- ~ Pote de faiança brasonado*
- ~ Mesa de pau-santo*
- ~ Mesa bufete de pau-santo*
- ~ Mesa bufete*
- ~ Piano de cauda*
- ~ Plano de relevo da ilha Terceira*
- ~ Conjunto de três vitrais brasonados*
- ~ Candeeiro de escada de quatro lumes*
- ~ Lustres do Salão Nobre*
- ~ Brasão do teto do Salão Nobre*
- ~ Lustre de cristal de 16 lumes*
- ~ Cadeira de pau-santo e couro gravado*
- ~ Bancada brasonada com estrado em pau-santo*





título ***Campainha
em prata dourada***

autor ***Desconhecido***

data ***Finais do século XVIII, 1º quartel século XIX***

área artística Artes decorativas

técnica Prata dourada

dimensões 12 x 7,5cm

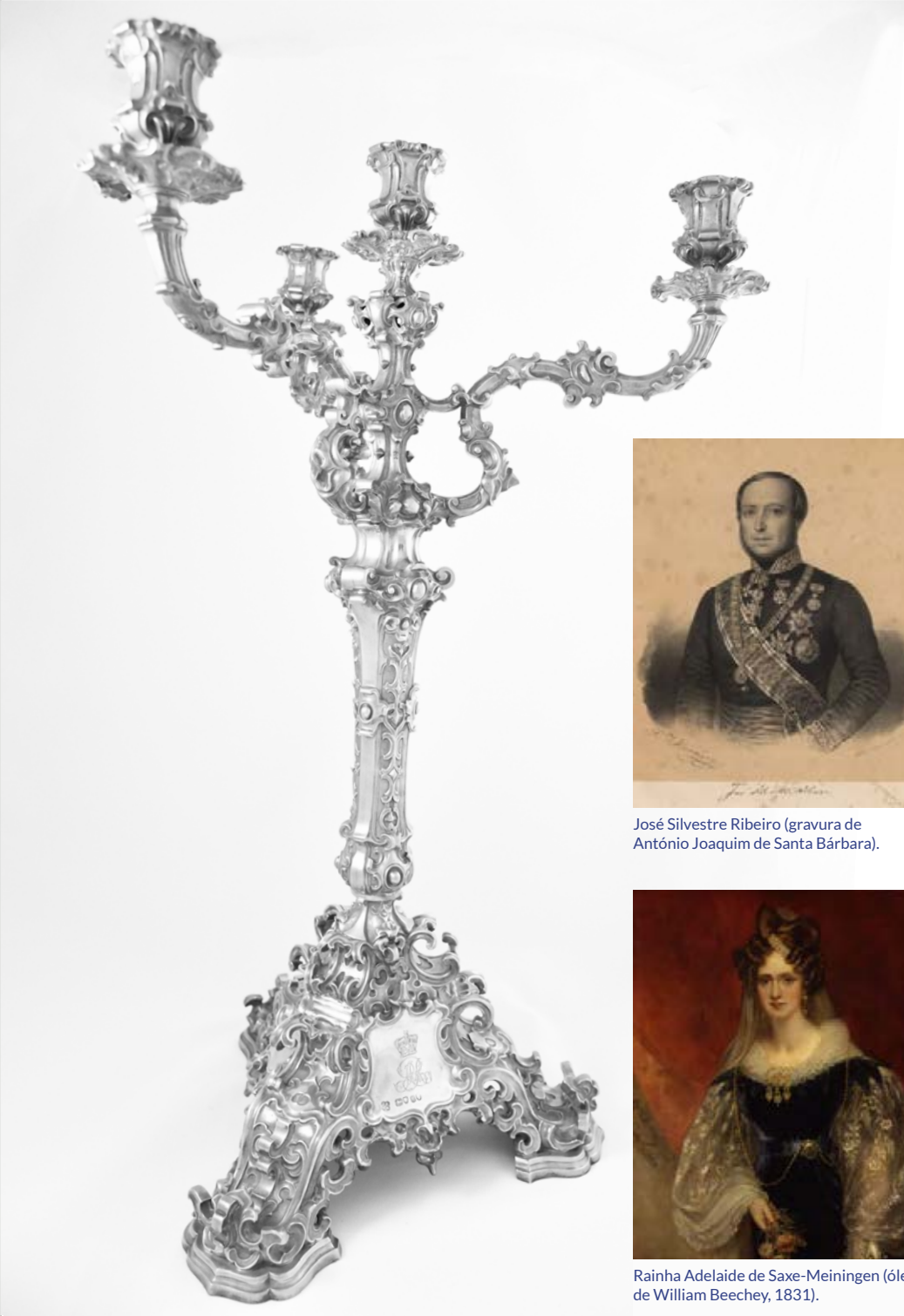
n.º inv. cmah 2695

n.º inventário CMAH 011-2

descritivo Esta campainha encimada por uma figura feminina, terá sido oferecida ao município de Angra pelo rei D. João VI. Foi também posteriormente interpretada como a «*representação da Constituição dando liberdade a um açor*». Esta campainha está descrita como fazendo parte do inventário de 1919, da primitiva Sala de Sessões, em conjunto com dois tinteiros de prata, entretanto desaparecidos.

localização Vitrina localizada no patamar da escadaria principal.

observações A figura feminina constante da mão desta campainha serviu de modelo à estátua «*Angra do Heroísmo*» que se encontra sobre o frontão exterior do edifício municipal.



José Silvestre Ribeiro (gravura de António Joaquim de Santa Bárbara).



Rainha Adelaide de Saxe-Meiningen (óleo de William Beechey, 1831).

título ***Candelabro de prata
de quatro lumes***

autor ***Joseph Angell & Joseph Angell Jr. (Londres)***

data ***1849***

área artística Artes decorativas

técnica Prata lavrada (esterlina 0,925)

dimensões 64 x 40cm aprox.

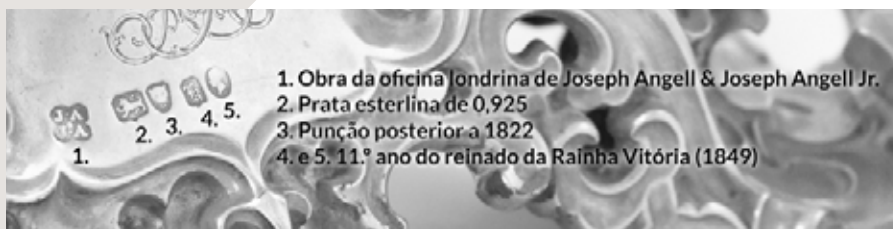
n.º inv. cmah 2395

n.º inventário CMAH 012-2

descritivo Candelabro de prata lavrada oferecida por rainha D. Adelaide de Saxe-Meiningen, viúva de Guilherme IV do Reino Unido, oferecida ao Conselheiro José Silvestre Ribeiro, quando este foi governador civil do Funchal (1846 a 1852). José Silvestre Ribeiro é considerado como reedificador da Vila da Praia da Vitória, arrasada pelo terramoto de 15 de julho de 1841. Legou em testamento o candelabro ao Município de Angra do Heroísmo como lembrança do seu afeto pela cidade, tendo este sido recebido no município, e exarado em ata, no dia 17 de junho de 1891. O candelabro é composto por três pés e quatro braços e contém inscrições nos três lados, bem como sinalização de contraste, coroa e monograma real. Nele lê-se: *Presented to his excellency Senhor José Silvestre Ribeiro HMF Majesty's Counsellor and Civil Governor of the Province of the Province of Madeira / In grateful recollection of his civility and kind attention during her residence in Madeira, by* (monograma). Este candelabro aparece invariavelmente como um bem móvel pertencente ao Salão Nobre e está presente nas descrições de inventário consultadas, bem como em múltiplas fotografias.

localização Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações É possível observar-se marcas de contraste da peça, indicativas de metal precioso, abaixo explicadas:



Sessão de 17 de junho de 1891

No dia dezassete de junho de mil oitocentos e noventa e um se reuniu a Câmara Municipal d'Angra do Heroísmo na sala das suas respectivas sessões.

Presidência do Exmo. Sr. Alves Bettencourt

Vereadores presentes os Srs. Lino Meyrelles Vasconcellos e Moniz d'Oliveira.

Lida em minuta a acta da sessão anterior foi aprovada.

Deu conhecimentos à Câmara o Sr. Presidente de se haver já recebido a serpentina de prata que fora legada pelo falecido conselheiro o Exmo. José Silvestre Ribeiro e que apresentava para a Câmara examinar. Disse o mesmo Sr. Presidente que uma obra d'aquellas preciosa como é, não só pelo seu valor intrínseco e trabalho artístico, como por traduzir a lembrança de um cidadão benemérito que tão bons serviços prestou a esta terra e para quem aquelle objecto já devia ser de alto apreço pela sua régia providência merecia estar exposto em logar distincto e para isso lembrava-se mandar fazer uma columnata para colocar a serpentina semelhante àquella que sustenta o busto do imortal D. Pedro IV e se collocasse na sala das vereações que havendo também no archivo da câmara umas chaves de metal dourado que serviram para a formalidade de apresentação das chaves da cidade feito pelo senado angrense quando em 2 de março de 1832 desembarcou n'esta cidade como se vê no acórdam da câmara exarado a fls 181 do livro respectivo (1828-1832), o mesmo Augusto D. Pedro IV, entende que se deviam colocar n'um quadro para estarem também expostas na sala nobre deste Paço Municipal.

Approvou a Câmara a louvável ideia do Sr. Presidente autorizando a mandar proceder aos trabalhos precisos para o fim proposto.



título ***Pote de faiança brasonado***

autor ***Fábrica de Loiça de Sacavém, Gilman & Cta.***

data ***1932***

área artística Artes decorativas

técnica Faiança policromada e dourada

dimensões 36 cm diâmetro, 23 cm altura

n.º inv. cmah 1953

n.º inventário CMAH 013-2

descritivo Conjunto de potes brasonados, policromados e dourados em faiança.

localização Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações Conjunto de potes iguais. A datação foi obtida através de informações prestadas pelo Sr. Jácome de Bruges Bettencourt. Estes potes estão presentes numa fotografia no Salão Nobre, numa fotografia datada de 1937. Gerência de Raul Gilman e Herbert Gilbert. Segundo informações prestadas pelo senhor Jácome de Bruges Bettencourt, há anos existiu no antigo gabinete da presidência um pote com as armas do município a azul em fundo branco produzido pela Fábrica de Cerâmica da Terceira, que se deve ter partido, sendo semelhante a um exemplar reproduzido na obra «*Cerâmica Terceirense*» de autoria de Jácome de Bruges Bettencourt.



título ***Mesa de pau-santo***

autor ***Desconhecido***

data ***Finais do séc. XVIII***

área artística Mobiliário

técnica Mobiliário

dimensões 273 x 137 x 85cm

n.º inv. cmah 2394

n.º inventário CMAH 014-2

descritivo Mesa de seis pés em pau-santo, com tampo liso com cercadura torneada com motivo de corda, havendo na parte inferior um remate com bordadura ovalada, com cunhais em pontas de diamante, com pés e travessas em torsade.

localização Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações No inventário de 1959 está identificada como «*mesa de jacarandá de pés torcidos*». Esta mesa é a principal do Salão Nobre, sendo utilizada para a presidência das sessões solenes.



título ***Mesa bufete de pau-santo***

autor ***Desconhecido***

data ***Finais do séc. XIX***

área artística Mobiliário

técnica Mobiliário

dimensões 163 x 87 x 80cm

n.º inv. cmah 2316

n.º inventário CMAH 015-2

descritivo Mesa bufete de seis pés de pau-santo, composta por 8 gavetas em toda a sua volta e por quatro gavetas falsas nos topos. Destaque para as ferragens e para os pés de bola e travessas em torsade. Esta mesa foi adquirida entre 1986 e 1989, no mandato de Joaquim Vasconcelos da Ponte, na loja de *bric-à-brac* de Manuel Transação, situada na Rua do Galo, nas lojas da moradia do Dr. Viriato Garrett. Custou 200 contos, tendo sido paga em três prestações, dados os constrangimentos de aquisição desta peça de mobiliário, numa época de contenção.

intervenções anteriores Restauro efetuado entre 1986-1989 pelo mestre Carlos Pinheiro, antigo técnico da Fundação Ricardo Espírito Santo, e técnico de restauro do Centro de Conservação e Restauro dos Açores. As ferragens em falta ou muito danificadas foram restauradas e preenchidas.

localização Átrio superior.

observações As informações constantes no «*descritivo*» e nas «*intervenções anteriores*» foram obtidas através do Sr. Jácome Bruges Bettencourt que acompanhou o processo de aquisição e restauro desta mesa e corroboradas pelo Dr. Jorge Forjaz.



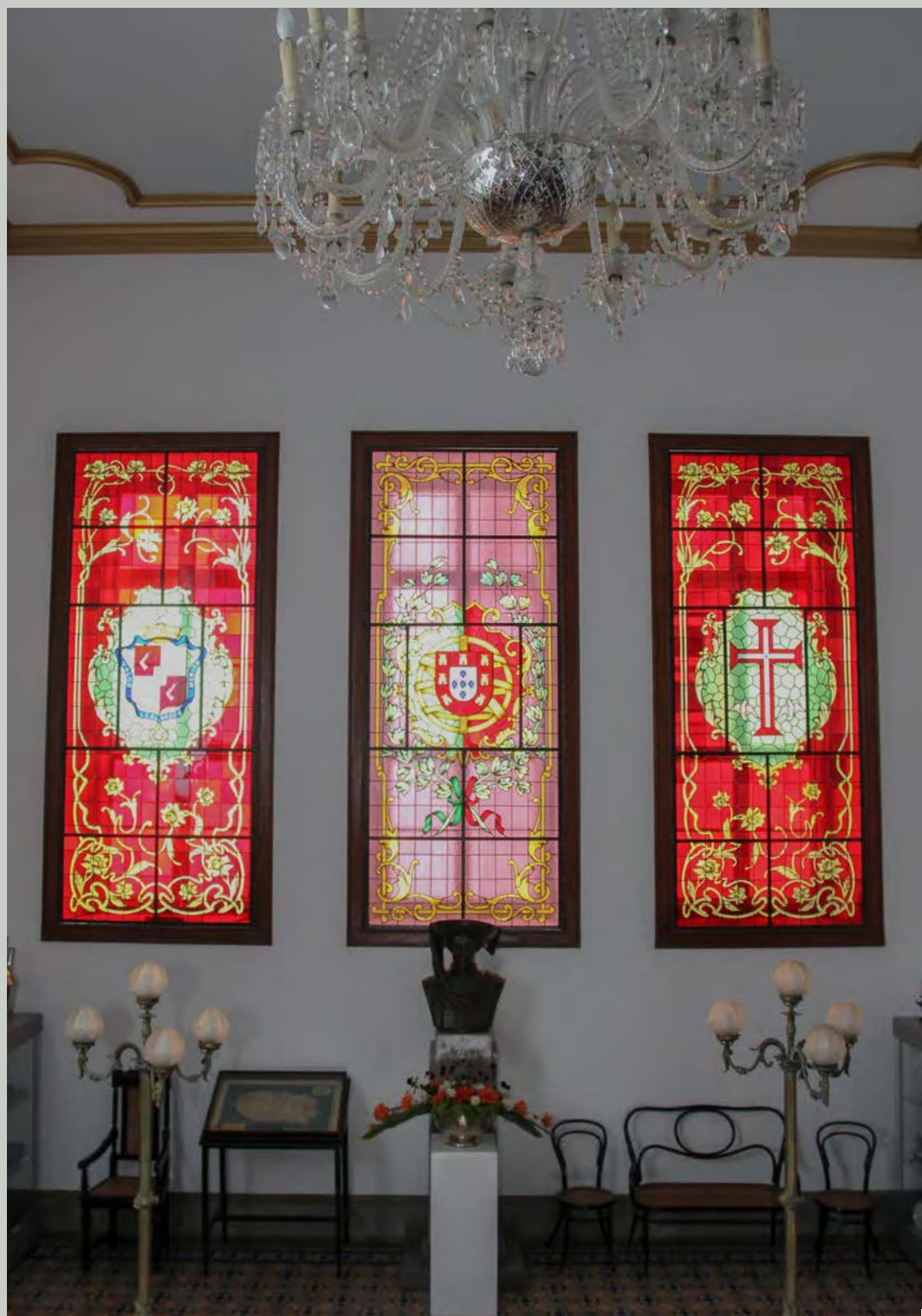
<i>título</i>	<i>Mesa bufete</i>
<i>autor</i>	<i>Desconhecido</i>
<i>data</i>	<i>Finais do séc. XIX</i>
<i>área artística</i>	Mobiliário
<i>técnica</i>	Mobiliário
<i>dimensões</i>	130 x 70 x 80cm
<i>n.º inv. cmah</i>	2355
<i>n.º inventário</i>	CMAH 016-2
<i>descritivo</i>	Mesa com cantos e aplicações de bronze, ferragens em bronze, pés e travessas em torsade, gavetas falsas.
<i>localização</i>	Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.



<i>título</i>	<i>Piano de cauda</i>
<i>autor</i>	<i>C. Bechstein</i>
<i>data</i>	<i>1896</i>
<i>área artística</i>	Música
<i>técnica</i>	Instrumentos musicais
<i>dimensões</i>	200 X 151 X 100cm
<i>n.º inv. cmah</i>	2392
<i>n.º inventário</i>	CMAH 017-2
<i>descritivo</i>	Piano de cauda com pedais, da casa C. Bechstein, conhecido fabricante desde 1853. Este piano oferecido à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo em 1993 pela família Frederico Vasconcelos, por legado do diplomata Dr. Frederico João de Freitas Vasconcelos. Na placa de prata estão gravadas as seguintes inscrições: « <i>Legado da Família Frederico Vasconcelos à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo 4-12-93</i> ». Sabe-se que o piano foi transportado de Lisboa para a ilha Terceira. Os pés do piano terminam em rodas, sendo que, atualmente, estas se encontram encaixadas em suportes de vidro.
<i>intervenções anteriores</i>	Em dezembro de 2010 o piano foi intervencionado pelo ateliê de reparação e afinação de pianos Márcio Vargas. Na fatura e requisição do serviço está indicada uma « <i>grande reparação</i> ».
<i>localização</i>	Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.
<i>observações</i>	Faz conjunto com o banco que apresenta um número de inventário 2393.



<i>título</i>	<i>Plano de relevo da ilha Terceira</i>
<i>autor</i>	<i>Agostinho Alves Martins</i>
<i>data</i>	<i>1918</i>
<i>área artística</i>	Maquete
<i>técnica</i>	Mista, com utilização de variados materiais (madeira, vidro e gesso)
<i>dimensões</i>	88 x 66cm
<i>n.º inv. cmah</i>	2254
<i>n.º inventário</i>	CMAH 021-2
<i>descritivo</i>	Vitrina de tampo inclinado de madeira pintada de preto e vidro com o plano de relevo da ilha Terceira, modelado sobre a carta corográfica levantada pela Direção-Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, executado pelo gravador da mesma Direção-Geral, Agostinho Alves Martins. O modelo do relevo da ilha Terceira é feito em gesso envernizado, à escala horizontal de 1/30000 e vertical de 1/25000. Contém as seguintes inscrições: « <i>Açôres / Ilha Terceira / Plano relevo / modelado sobre carta corográfica / levantada / pela Direcção dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos / Executado pelo gravador da mesma Direcção / Agostinho Alves Martins / em 1918</i> ».
<i>localização</i>	Patamar da escadaria principal do edifício dos Paços do Concelho. Esteve durante alguns anos no átrio do edifício.
<i>observações</i>	A planta de relevo da ilha Terceira encontra-se numa vitrina inclinada de pés e caixilho de madeira. Este móvel foi concebido para esse efeito.



título **Conjunto de três vitrais
brasonados**

autor **Abraham Davis Abohbot,
executado nos ateliês de A Renascença Lda.**

data **1912 (data do desenho)**

área artística Vitral

técnica Vidro colorido, cozido e chumbo

dimensões 345 x 140cm (cada)

n.º inv. cmah 16444, 16445 e 16446

n.º inventário CMAH 023-2

descritivo Conjunto de três vitrais brasonados com as armas do município, o escudo e a Cruz de Cristo que assume a forma de cruz latina emoldurados por motivos vegetalistas. Datam do primeiro mandato de Amadeu Monjardino, que os mandou executar, e estão localizados nas janelas que iluminam e ornamentam a escadaria principal do edifício camarário. O desenho é de autoria de Abraham Davis Abohbot, conforme se pode ver na página seguinte, sendo que estariam previstos outros dois vitrais para dois pequenos vãos que iluminam as escadas laterais. O desenho do alçado, assinado por Abraham Abohbot, é colorido e está a uma escala de 1/25. Os vitrais foram executados pela oficina lisboeta *A Renascença Lda*. Conforme o relatório da técnica de conservação e restauro de vitrais Clarisse da Silva, estes vitrais foram fabricados com vidros soprados manufaturados e industrializados, de várias cores e tons, por vezes com gravação a ácido para delinear o desenho. Há também recurso a vidros texturados e pintura a grisalha. Foram montados em estruturas de calhas de chumbo de perfil em «H», com larguras de abas que variam dos 5 aos 8 mm. Estão protegidos no reverso por janelas voltadas para o exterior.

intervenções anteriores Em maio de 1985 foram intervencionados ao nível da estrutura e rachas nos vidros pelo técnico Álvaro Pinto Francisco, da Fundação Ricardo Espírito Santo. Em 2012, a técnica de conservação e restauro de vitrais, Clarisse da Silva efetuou uma intervenção de conservação e restauro, por apresentarem abaulamentos, provocados pelo seu peso, pelo desenho reticular e por não terem barras de fixação como apoio. Não foram detetadas fraturas significativas ou lacunas no vidro ou nas calhas de chumbo. Na intervenção de 2012, os três vitrais foram apeados e acondicionados para transporte até às instalações provisórias para a realização dos trabalhos de conservação e restauro. Foram registados

*intervenções
anteriores
(cont.)*

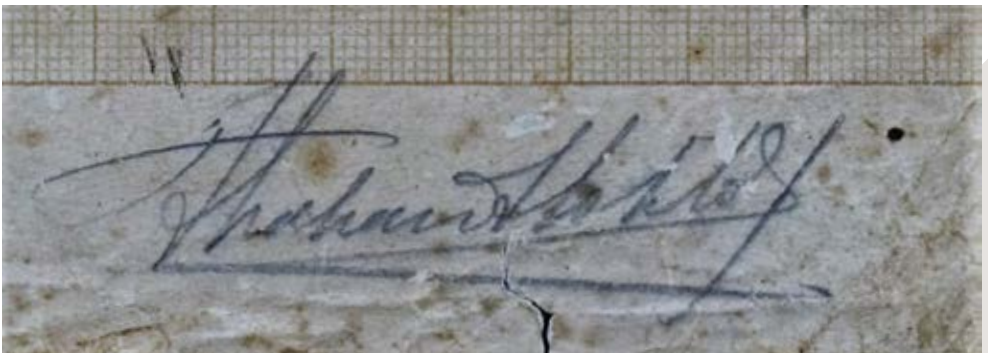
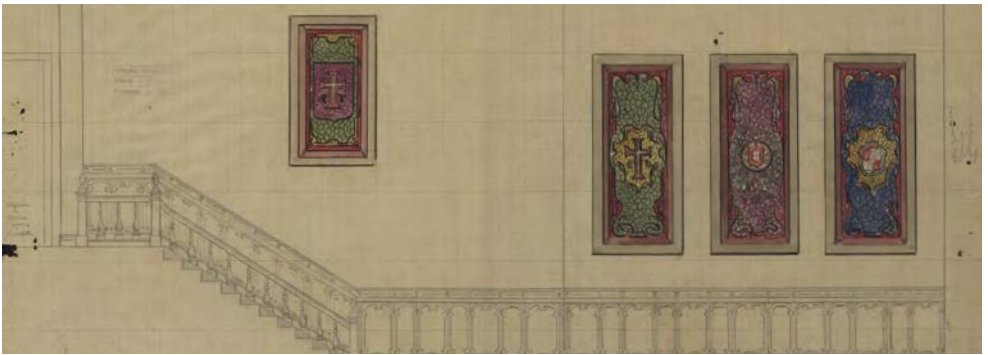
fotograficamente, limpos com produtos e materiais adequados, sendo que os abaulamentos foram regularizados com soldagem de fraturas simples com resinas sintéticas e desmontagem parcial ou total, conforme necessário. Foram respeitadas as técnicas de pintura original, foram repostas ou substituídas as calhas de chumbo com perfis e dimensões semelhantes aos originais; foram remontados e soldados os painéis; verificados a nível de calafetagem. A terceira fase deste processo foi a recolocação dos três vitrais nos locais originais com colocação de barras de fixação e amarração, tendo sido efetuada uma limpeza final. O tempo de execução deste trabalho foi cerca de dois meses e a intervenção foi efetuada de acordo com as normas do *Corpus Vitrearum International*.

localização

Parede da escadaria principal.

observações

A data do desenho anterior à da execução, sendo que há informação do Sr. Jácome de Bruges Bettencourt, que a data da execução é de 1930 (sem confirmação).



Vitral ou pintura sobre vidro?

Muitas vezes a técnica do vitral tem sido confundida com pintura sobre vidro. Mas diferenças são tão evidentes quer na técnica, no estilo e na durabilidade que se considerou necessário um esclarecimento.

O vitral é uma técnica artística antiga que remonta ao século X no Oriente, e foi amplamente difundida na Idade Média, sobretudo com o advento do estilo gótico nas catedrais europeias. O rompimento das paredes de pedra para dar lugar a paredes de luz foi algo de inovador, numa época apelidada, erradamente, como *idade das trevas*, quando, efetivamente se deram os primeiros passos na difusão da luz. Assim, a complexidade e fragilidade desta técnica, que chegou aos dias de hoje, passando pelo crivo de inúmeras catástrofes e guerras, é de ter em conta. A técnica, de extrema complexidade, consta em moldar, a balão de ar, achatar e cortar pequenos pedaços de vidro, posteriormente impregnados com cor proveniente de substâncias como o bismuto, o cádmio, o cobalto, o ouro, e cobre, a que depois se juntava o desenho e outras cores para a composição pictórica das figuras. Esses pedaços de vidro eram literalmente chumbados em formatos de U ou H a finos filetes de chumbo, depois engradados numa estrutura mais resistente e marginal e que se seriam posteriormente cozidos em forno de lenha. Muitas vezes se estragaram vitrais no processo de cozedura. Pela complexidade técnica de impregnação dos pigmentos no próprio vidro, a cor não se esvai com o passar dos anos. Note-se que na idade média a dificuldade de dar ao vermelho a translucidez do vitral, fazia com que esta placa de vidro devesse ser muito mais fina do que as restantes, pelo que se tinha de fazer um suporte adicional em vidro transparente, para que o filete de chumbo pudesse acoplar os dois pedaços. Geralmente o vitral é trabalhado em oficinas especializadas, composta por equipas que dominam os vários processos, até ao resultado final.

Contrariamente, a pintura sobre vidro consiste numa placa única de vidro, apenas como suporte à qual são impregnadas tintas industriais translúcidas. De baixo custo e execução relativamente simples, esta técnica apresenta baixa longevidade, pelo que não é usual considerar uma técnica artística, no sentido restrito da palavra.



título ***Candeeiro de escada
de quatro lumes***

autor ***Desconhecido***

data ***1º quartel séc. XX***

área artística Artes Decorativas

técnica Metal e vidro

dimensões 148cm de altura

n.º inv. cmah 1986

n.º inventário CMAH 024-2

descritivo Conjunto de quatro candeeiros colocados a meio e no cimo da escadaria principal, em metal amarelo, com três braços em volutas e um ao centro, terminando em globos de vidro fosco. Estilisticamente *Art déco* ou *Arte nova*.

localização Escadaria principal do edifício dos Paços do Concelho.

observações Optou-se por assinalar apenas um número de inventário, embora o conjunto seja composto de quatro candeeiros. Os candeeiros do topo da escadaria apresentam os 3 lumes com os globos virados para baixo.



título ***Lustres do Salão Nobre***

autor ***Desconhecido***

data ***1901***

área artística Artes Decorativas

técnica Latão e cristal

dimensões 150 x 110cm

n.º inv. cmah 1993, 1994, 1995 e 1996

n.º inventário CMAH 025-2

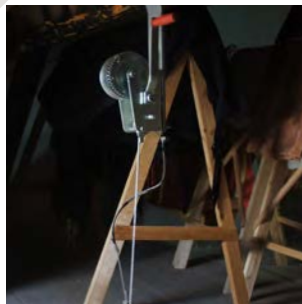
descritivo Quatro lustres de latão cromado rendilhado com três braços de dois lumes cada, terminando em globo de cristal. Estes lustres têm depósito de petróleo e mantêm o sistema de fios e roldanas no sótão do Salão Nobre para poderem ser baixados para o acendimento e abastecimento. Foram adaptados e eletrificados mantendo, no essencial, a traça original. Sabe-se que em 1957 foram encomendados 18 globos de vidro lapidados e lâmpadas de 40W à firma Armazéns Nascimento do Porto, pelo que se julga que seriam para substituir os danificados. Não se sabe ao certo a data da sua eletrificação, se bem que em 1957, já estavam adaptados para esse fim. A 6 de janeiro de 1908 é data da inauguração da rede elétrica na cidade.

localização Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações Estes 4 lustres fazem conjunto com os 18 apliques de parede em latão dourado e cristal, com depósito de petróleo, sendo que estes últimos não foram eletrificados, mantendo o seu estado original.



Aplique de parede.



Sistema de roldanas no sótão dos Paços do Concelho para descida e subida dos lustres.



título ***Brasão do teto do Salão Nobre***

autor ***Desconhecido***

data ***1900***

área artística Artes decorativas

técnica Gesso policromado e dourado

dimensões 150 x 110cm

n.º inv. cmah s/ nº

n.º inventário CMAH 026-2

descritivo Brasão e sancas em gesso policromado estanhado e dourado, que se encontram nos cantos do teto do Salão Nobre. Destaque para os medalhões no teto, de onde saem os quatro lustres, bem como para o medalhão oval e central representando as armas da cidade.

localização Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.





título ***Lustre de cristal de 16 lumes***

autor ***Desconhecido***

data ***1961***

área artística Artes Decorativas

técnica Metal amarelo e cristal

dimensões 110cm de diâmetro

n.º inv. cmah 1985

n.º inventário CMAH 027-2

descritivo Lustre de metal dourado de 16 lumes com pingentes e lantejoilas de cristal, adquirido em 1961 à firma Grandes Armazéns Nascimento do Porto, pelo valor de 35 561\$20.

localização Sala de Sessões dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações Nesta mesma data, foram adquiridos 6 bancos estofados, forrados a carneira patinada em madeira de pau-preto de 3 lugares para a Sala de Sessões aos Armazéns Nascimento pelo valor de 40 400\$00. N.º de inventário 1977-1982.



título ***Cadeira de pau-santo
e couro gravado***

autor ***Desconhecido***

data ***1961***

área artística Mobiliário

técnica Madeira e couro gravado, rematado com botões dourados

dimensões 145 x 60cm

n.º inv. cmah 1984

n.º inventário CMAH 018-2

descritivo 14 cadeiras para o Presidente e vereadores em pau-santo e couro gravado com o brasão da cidade de Angra do Heroísmo, adquiridas aos Grandes Armazéns Nascimento do Porto em 1961 pelo valor de 2 650\$00 cada.

localização Sala de Sessões dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações Optou-se por colocar apenas um número de inventário, sendo que este é um conjunto de 14 cadeiras. Fazem parte deste mobiliário da Sala de Sessões cinco bancos-tamborettes adquiridos no mesmo ano e à mesma firma pelo valor total de 9 400\$00.



título ***Bancada brasonada com estrado em pau-santo***

autor ***Desconhecido***

data ***1961***

área artística Artes decorativas

técnica Madeira talhada

dimensões 66 x 1040 x 66cm

n.º inv. cmaH 1956

n.º inventário CMAH 018-2

descritivo Bancada com estrado em madeira de pau-santo em formato de U, com tampo liso, rebordo arredondado e almofadas emolduradas encimadas por motivo em forma de concha. Ao centro, encontram-se gravados três brasões da cidade de Angra do Heroísmo. Esta bancada foi adquirida à firma Armazéns Nascimento do Porto, pelo valor de 59 400\$00.

localização Sala de Sessões dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.



Grandes Armazéns Nascimento (fotografia de Teófilo Rêgo, 1953).

«Os Armazéns Nascimento eram uma importante firma de mobiliário que, no início do século XX e seguindo as lógicas da produção industrial, abasteciam a cidade do Porto e a região Norte do país com peças que ocupavam progressivamente o lugar da antiga produção artesanal. Em 1914, após uma viagem conjunta com António Nascimento à Europa central, Marques da Silva iniciou o projeto do edifício, que ganhou uma forma referida diretamente às experiências dos grandes armazéns de Paris: a espacialidade interior explora transparências e perspetivas visuais capazes de cenografar os objetos de consumo. A localização do edifício, no ângulo das ruas Passos Manuel com Santa Catarina, oferecia ao edifício uma posição urbana privilegiada para expor a ordem monumental de um grande arco, solução que Marques da Silva já tinha ensaiado em vários projetos anteriores. Trata-se de uma estratégia de projeto que procura, em edifícios construídos na ordem contínua de um plano de fachadas de rua, provocar o sobressalto de uma monumentalidade original. A duplicação do arco, contudo, não deixa de provocar uma grande ambiguidade formal, como se fosse possível tornar banal a monumentalidade. Outro aspecto significativo do edifício é a utilização da ossatura de betão armado como sistema construtivo de base, sistema cuja sofisticação estrutural abre caminho aos dispositivos espaciais interiores e ao apuramento dos recursos formais exteriores. Abandonar as estruturas construtivas mistas em pedra e madeira ou pedra e ferro permitiu, com eficácia, ampliar a gama de espessuras dos pilares e vigas, oferecendo ao arquiteto os recursos necessários para explorar a expressividade das formas. Entre o programa funcional reflexo de uma nova era de trocas comerciais massificadas, a adoção de um sistema construtivo em franca ascensão e o compromisso entre as novidades e as práticas de desenho e projeto da tradição académica, os Armazéns Nascimento ensaiam uma síntese impossível e constituíram-se como uma obra estruturante da história da arquitetura portuguesa. Com o declínio da firma Nascimento a partir dos anos 40, a instalação do café Palladium nos anos 70, e profunda alteração que destruiu a integridade do edifício no início dos anos 90, o que hoje se observa no lugar difere substancialmente daquilo que foi o edifício original.» Texto da Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS).

A primitiva Sala de Sessões

Não foram muitos os registos encontrados acerca da primitiva Sala de Sessões do Município Angrense, no entanto através dos escritos de Alfredo da Silva Sampaio é possível obter a seguinte descrição: «*ao canto o gabinete do secretário e contíguo a Sala de Sessões com uma parte reservada para os camaristas, separada, de resto, por um gradeamento de madeira*». ^[590] Esta teia é também descrita por Alfredo Luiz Campos, ^[591] em 1903, como sendo de «*mogno, finamente rendilhada*». O mesmo autor descreve ainda que esta sala se encontrava alcatifada, sendo os reposteiros de reps cardinal, e as cadeiras antigas de pau-santo, estofadas a seda, iguais às do Salão Nobre. Sabe-se que na Sala de Sessões primitiva encontravam-se os retratos a óleo de D. Pedro V, D. Maria II e de D. João VI, bem como o busto de bronze de D. Pedro IV (I do Brasil), a serpentina de prata oferecida pelo Conselheiro José Silvestre Ribeiro e a carta régia de 12 de janeiro de 1837, o quadro com as quatro chaves douradas, correspondendo aos quatro portões da cidade e estando dispostas do seguinte modo: São Pedro, São Bento, rampa do cais e prainha. No entanto, Alfredo da Silva Sampaio, ressalva de que estas chaves, segundo o «*distincto escriptor João José de Aguiar*» ^[592] pertenceram às portas do Castelo de São João Baptista e não às da cidade.

Através de uma apólice de seguros efetuada em 1919 junto da *Companhia de Seguros Douro*, conseguimos obter uma relação do mobiliário existente de *fin de siècle* e que abaixo se discriminam e que viriam a desaparecer depois da total remodelação efetuada em 1961:

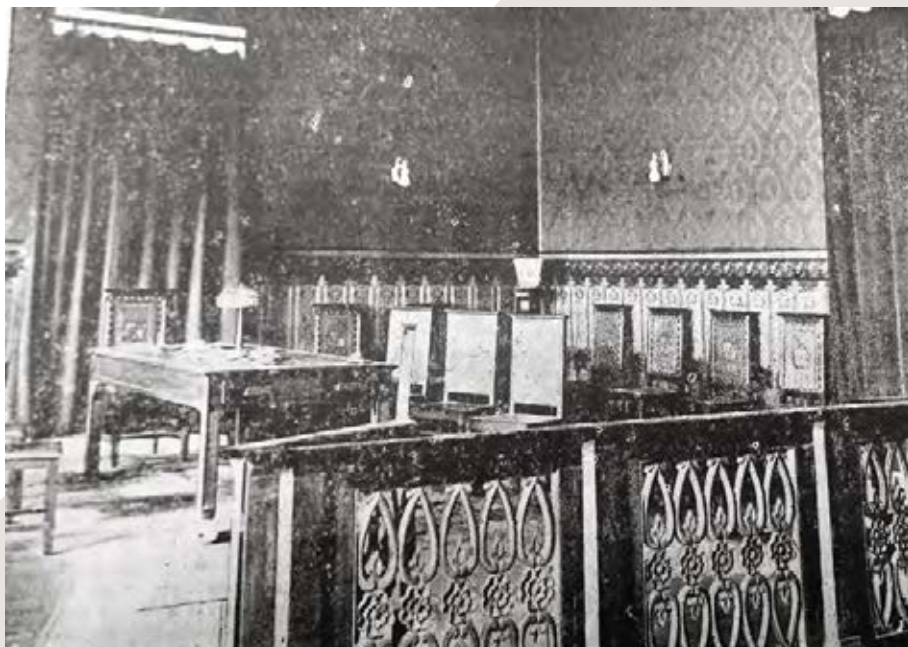
- 3 reposteiros com competentes galerias no valor de 120\$000
- 2 quadros grandes, sendo um com a planta da cidade de Angra e o outro com a da ilha Terceira, no valor de 30\$000
- 4 cadeiras de braços com assentos de palhinha, no valor de 20\$000
- 12 cadeiras de braços com assentos de palhinha no valor de 60\$000
- 1 mesa de (...) no valor de 50\$000
- 30 cadeiras com assento de palhinha no valor de 90\$000
- 2 tinteiros de prata no valor de 40\$000
- 1 campainha de mão no valor de 2\$500
- 3 escarradores de louça no valor de 6\$000
- 3 galerias douradas nas janelas no valor de 10\$000
- 1 grade (teia) em madeira de nogão no valor de 100\$000
- alcatifas no valor de 40\$000

590. Alfredo da Silva Sampaio, *Memória sobre a Ilha Terceira*, 1904. P.193.

591. Alfredo Luiz Campos, *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira*, 1903. P.622.

592. Alfredo da Silva Sampaio, *Memória sobre a Ilha Terceira*, 1904.

Também há registos de uma fotografia publicada na *Monografia Histórica dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, em 1937, de autoria de Luís da Silva Ribeiro, em que é possível observar algumas modificações, nomeadamente o chão de sobrado, em vez do chão alcatifado, bem como as cadeiras de espaldar aparentemente de couro. Fotografia que abaixo se insere:



Sala de Sessões no ano de 1937 (*Jornal de Angra*).

A atual Sala de Sessões

A Sala de Sessões atualmente, também foi alvo de melhoramentos de restauro, nomeadamente ao nível das sancas e das galerias em madeira dourada. A metodologia seguida da intervenção foi: limpeza superficial; preparação da superfície para douragem; uniformização das superfícies e aplicação da folha de ouro. Foram removidos os tecidos e alcatifas existentes nas paredes, remoção das réguas que contornavam as sancas, rodapés e fenestrações que depois foram substituídos por nova aplicação de placas de poliuretano ou alcatifa, para posterior aplicação do novo tecido e respetivo cordão.



Sala de Sessões após a remodelação de 1961.



Sala de Sessões após a remodelação de 2015.



Douragem do friso da Sala de Sessões com folha de ouro (fotografia de Paulo Mendonça).



Pormenor do tecido de parede, dos cordões e dos frisos da Sala de Sessões (fotografia de Paulo Mendonça).



Colocação dos tecidos na parede da Sala de Sessões (fotografia de Paulo Mendonça).



Sala de Sessões em obras de remodelação (fotografia de Paulo Mendonça).

Pesos e medidas de capacidade

- ~ Coleção de pesos padrão de bronze*
- ~ Medida de capacidade padrão*







Fotografia de Guedes da Silva, DRAC.

<i>título</i>	<i>Coleção de pesos padrão de bronze</i>
<i>autor</i>	<i>Desconhecido</i>
<i>data</i>	<i>séc. XVI</i>
<i>área artística</i>	Pesos e medidas
<i>técnica</i>	Bronze fundido
<i>dimensões</i>	31 x 26cm (+- 10kg)
<i>n.º inv. cmah</i>	2442
<i>n.º inventário</i>	CMAH 019-2
<i>descritivo</i>	Peça mãe de um conjunto de pesos padrão constituído por 15 unidades. O seu conjunto é composto por um vaso oco de bronze com paredes muito grossas, com tampa articulada através de dobradiça maciça, reforçado na base. A tampa é decorada com uma Cruz de Cristo e um açor, possuindo uma pega articulada por um simples encaixe encimada por um pináculo. Esta peça pertenceu a uma dependência da Câmara – a <i>Repartição dos Pesos e Medidas</i> , situada no rés-do-chão da casa que serviu de habitação a particulares, onde hoje se localiza o Hotel Angra Garden e que era contígua à ermida de Nossa Senhora da Saúde.
<i>localização</i>	Em depósito no Museu de Angra do Heroísmo. Nota: no inventário de 1999 esta medida de capacidade encontrava-se numa vitrina no corredor superior dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.
<i>observações</i>	A 29 de abril de 1992 ^[593] o Sr. Jácome de Bruges Bettencourt assina uma informação, dando conhecimento da existência no Museu de Angra do Heroísmo de, pelo menos, duas pedras com heráldica deste município. O autor da informação sugeria que se solicitasse à direção do Museu a devolução das mesmas. A informação viria a ser discutida novamente em reunião de Câmara a 3 de maio de 1996. ^[594] Os autos de devolução por parte do Museu de Angra são datados de 18 de outubro ^[595] e juntamente com a pedra aludida em epígrafe, do tempo de D. Maria II ^[596] foi entregue uma caixa de pesos de bronze em forma de tronco de cone, tendo em relevo uma cruz de Cristo e um açor, datadas do século XVI e uma antiga medida de capacidade (<i>quarta</i>) de bronze, em forma cúbica, tendo também num dos lados uma Cruz de Cristo e no outro lado um açor. ^[597]

593. Ata n.º 19 de 7 de maio de 1992.

594. Ata n.º 10 de 9 de maio de 1996.

595. Ata n.º 23 de 24 de outubro de 1996.

596. Lavrada há cerca de 140 anos. Pertencia ao antigo Mercado Duque de Bragança.

597. Atualmente estes dois últimos exemplares encontram-se à guarda do Museu de Angra do Heroísmo e fizeram parte da exposição *O Mundo do Bronze* patente na sala de oportunidades de 23 de outubro de 2009 a 28 de fevereiro de 2010.



Fotografia de Guedes da Silva, DRAC.

título ***Medida de capacidade padrão***

autor ***Desconhecido***

data ***séc. XVI***

área artística Pesos e medidas

técnica Bronze fundido

dimensões 19 x 20,5 x 21cm

n.º inv. cmah 2215

n.º inventário CMAH 020-2

descritivo Medida de capacidade padrão em forma de cubo, em bronze fundido, com duas pegas de cada lado, sendo que nos outros lados é possível observar uma Cruz de Cristo e uma ave, possivelmente um açor. Geralmente estas medidas de capacidades, conhecidas como rasoiras, serviam para medir quantidades de cereais. Esta peça pertenceu a uma dependência da Câmara – a *Repartição dos Pezos e Medidas*, situada nos baixos da casa que serviu de habitação a particulares, onde hoje se localiza o Hotel Angra Garden e que era contígua à Ermida de Nossa Senhora da Saúde.

localização Em depósito no Museu de Angra do Heroísmo. Nota: no inventário de 1999 esta medida de capacidade encontrava-se numa vitrina no corredor superior dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações A 29 de abril de 1992^[598] o Sr. Jácome de Bruges Bettencourt assina uma informação, dando conhecimento da existência no Museu de Angra do Heroísmo de, pelo menos, duas pedras com heráldica deste município. O autor da informação sugeria que se solicitasse à Direção do Museu a devolução das mesmas. A informação viria a ser discutida novamente em reunião de Câmara 3 de maio de 1996^[599]. Os autos de devolução por parte do Museu de Angra são datados de 18 de outubro^[600] e juntamente com a pedra aludida em epígrafe, do tempo de D. Maria II^[601] foi entregue uma caixa de pesos de bronze em forma de tronco de cone, tendo em relevo uma Cruz de Cristo e um Açor, datadas do século XVI e uma antiga medida de capacidade (quarta) de bronze, em forma cúbica, tendo também num dos lados uma Cruz de Cristo e no outro lado um açor.^[602]

598. Ata n.º 19 de 7 de maio de 1992.

599. Ata n.º 10 de 9 de maio de 1996.

600. Ata n.º 23 de 24 de outubro de 1996.

601. Lavrada há cerca de 140 anos e que pertencia ao antigo Mercado Duque de Bragança.

602. Atualmente estes dois últimos exemplares encontram-se à guarda do Museu de Angra do Heroísmo e fizeram parte da exposição *O Mundo do Bronze* patente na sala de oportunidades de 23 de outubro de 2009 a 28 de fevereiro de 2010.

Simbólica autárquica

~ *Pedra de Armas*

~ *Carta Régia*

~ *Chaves douradas*

~ *Estandarte liberal*

~ *Bandeira do Município*

~ *Conjunto de varas do Juiz Ordinário e dos Procuradores*







título ***Pedra de Armas***

autor ***Desconhecido***

data ***1855***

área artística Escultura

técnica Alto-relevo

dimensões 138 x 84cm

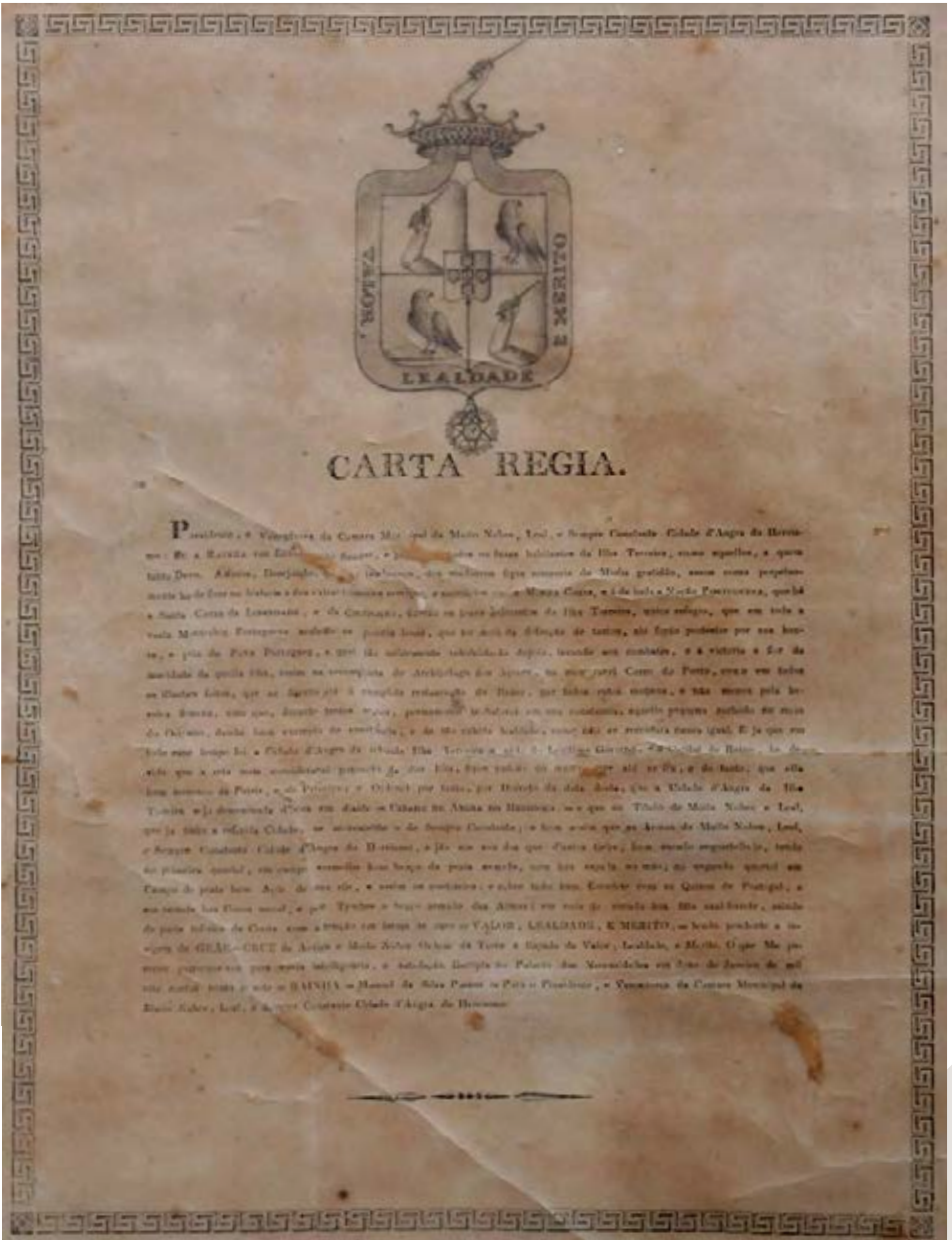
n.º inv. cmah 2257

n.º inventário CMAH 022-2

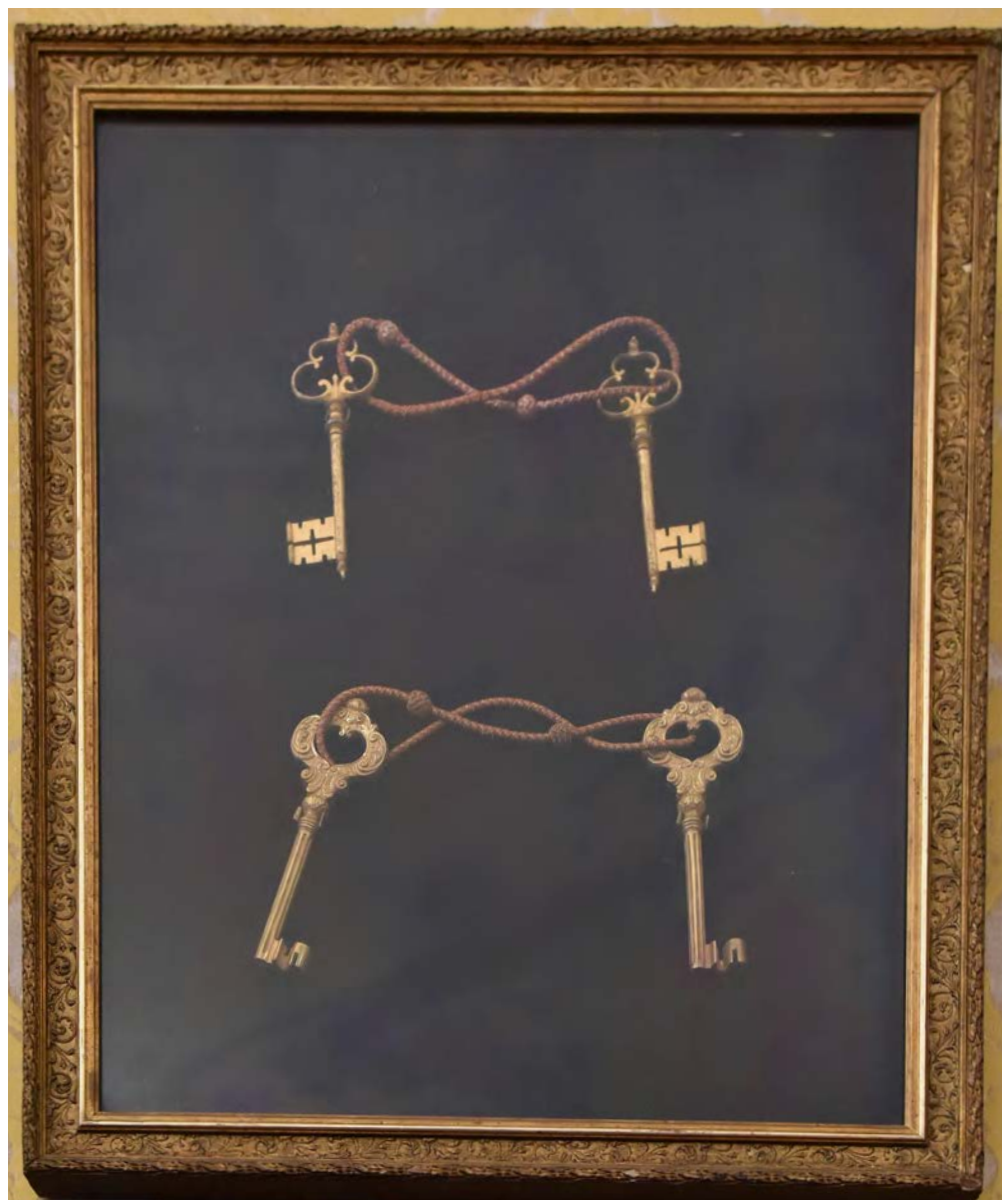
descritivo Pedra de Armas de formato retangular em cantaria ostentando um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel um braço armado com uma espada na mão e no segundo quartel um açor. Nos dois quartéis inferiores os seus contrários. Ao centro está esculpido um escudete com as quinas de Portugal. No remate superior, uma coroa de cinco pontas de onde sai uma faixa que envolve o conjunto com a frase «*Valor Lealdade e Mérito*». Na parte inferior é possível observar a insígnia da grã-cruz da Torre e Espada. Inicialmente instalada no antigo Mercado Duque de Bragança no ano de 1855 (anterior à inauguração dos Paços do Concelho) de onde foi retirada em 1966, tendo sido transportada para o Museu de Angra do Heroísmo, por indicação do Dr. Baptista de Lima.

localização Átrio de entrada dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações Esta pedra de armas regressou ao edifício dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo no ano de 1996 através de uma informação produzida pelo Sr. Jácome de Bruges Bettencourt, tendo sido lavrada em ata a data do pedido e do auto de entrega dirigido ao Museu de Angra do Heroísmo.



<i>título</i>	<i>Carta Régia</i>
<i>autor</i>	<i>D. Maria II</i>
<i>data</i>	<i>1837</i>
<i>área artística</i>	Simbólica autárquica
<i>técnica</i>	Papel impresso graficamente
<i>dimensões</i>	53 x 41cm
<i>n.º inv. cmah</i>	2003
<i>n.º inventário</i>	CMAH 030-2
<i>descritivo</i>	Exemplar impresso da Carta Régia de 12 de janeiro de 1837, em que a Rainha D. Maria II ordena por decreto que ao nome de Angra seja acrescentado «do Heroísmo» e que ao título de « <i>Mui Nobre e Leal</i> », que já tinha, seja acrescentado o de « <i>Sempre Constante</i> ». O mesmo diploma concede à cidade a grã-cruz da Ordem da Torre e Espada e determina que as armas passem a ser um escudo esquartelado com um braço armado com espada e um açor.
<i>localização</i>	Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.
<i>observações</i>	Moldura de madeira dourada. Descrito no inventário de 1959 e de 1999. Neste inventário de 1999 é recomendado que se deverá guardar o documento original e expor uma cópia deste documento.



título ***Chaves douradas
do Castelo de São João Baptista***

autor ***Desconhecido***

data ***Desconhecida***

área artística Simbólica autárquica

técnica Metal dourado

dimensões 87,5 x 66,5cm

n.º inv. cmah 2004

n.º inventário CMAH 031-3

descritivo Quatro chaves de metal dourado agrupadas em dois pares e entrelaçadas por dois galões. Oferta do Governador do Castelo de São João Baptista, José António da Silva Torres, ao rei D. Pedro IV, aquando do seu desembarque na ilha Terceira no dia 3 de março de 1832, e confiadas à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo por deliberação de 17 de junho de 1891. Esta tese é descrita por José João de Aguiar Há também informações, se bem que menos fundadas, e que apontam para que estas sejam as chaves dos antigos portões da cidade localizados em São Pedro, São Bento, Alfândega e Prainha.

localização Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

observações Moldura de madeira dourada. Descrito no inventário de 1999. No livro de Pedro de Merelim, 3.^a edição de 1984 é referido que estas chaves estavam no gabinete do Presidente da Câmara.



título ***Estandarte liberal***

autor ***D. Maria II***

data ***1829***

área artística Simbólica autárquica e nacional

técnica Seda azul e branca bordada a fio de prata, com aplicações de veludo, fita prateada e metal

dimensões 140 x 202,5cm

n.º inv. cmah 2150

n.º inventário CMAH 032-3

descritivo Estandarte oferecida pela Rainha D. Maria II, de que o Marquês de Palmela foi portador, ao comandante do Batalhão de Caçadores n.º 5, conforme o documento que se transcreve na página seguinte. Bandeira de seda, de um dos lados, partida de branco e azul, tendo ao centro o escudo português, de forma circular, em aplicação de veludo vermelho, com os sete castelos bordados a fio de prata. No meio, as cinco quinas em veludo em tom de vermelho mais escuro. O escudo é encimado por uma coroa fechada. Na outra face, partida de azul e branco, ao centro a Cruz de Cristo em veludo vermelho, sendo que nos quartéis inferiores, estão duas aves em veludo castanho, bordadas a fio de prata. A bandeira é orlada com rendilhado em fio metálico e suspensa por passador à altura da bandeira. Este estandarte serviu de modelo para a bandeira bipartida de azul e branco, que foi o pavilhão nacional de 1830 a 1910, conforme o Decreto da Regência de Angra de 18 de outubro de 1830. Por essa via, serviu de base à bandeira dos Açores. Em tempos supôs-se, erradamente, que esta bandeira tinha servido na revolução de 22 de junho de 1828.

localização Reservas.

intervenções anteriores Em 1984 foi mandada restaurar no Instituto José de Figueiredo. Restauro, que só ficaria concluído a 31 de outubro de 1985,^[603] e que se sugeriu que seria levantada pessoalmente pelo vereador José Henrique Franco,^[604] mas que não foi concretizada pelo facto das dimensões não permitirem o transporte normal, pelo que coube à agência STAR-Transportes Internacionais, fazer a entrega da bandeira à Câmara.^[605]

observações A bandeira é orlada com rendilhado em fio metálico e suspensa por passador à altura da mesma.

603. Ofício 2375 de 31 outubro; Ata n.º 46 de 14 de novembro de 1985.

604. Ata n.º 49 de 5 de dezembro de 1985

605. Ata n.º 49 de 5 de dezembro de 1985.

O Marquês de Palmela enviou ao comandante do Batalhão de Caçadores n.º 5, o seguinte ofício, acompanhando a bandeira que a rainha oferecera:

*Sua Majestade a Rainha, minha senhora, tendo na mais alta consideração os importantes serviços que há feito o Batalhão de Caçadores n.º 5, de que V. Mercê é digno comandante, portando-se com o brio e denodo, que desde longo tempo o caracterizam e dando o mais nobre exemplo de fidelidade à legítima soberana, quando desgraçadamente uma parte da força armada seguiu o partido da rebelião: Foi servida dar ao dito corpo o mais raro testemunho do grande apreço que faz de tão assinalados serviços enviando-lhe uma bandeira, em cuja bordadura trabalhou com suas próprias e régias mãos: Dom singularíssimo e nunca feito até agora. Sua Majestade espera que V. Mercê faça conhecer ao valente Batalhão de Caçadores n.º 5 que a mesma Augusta Senhora lhe faz a maior honra que pode fazer-se, e que esta bandeira, monumento da Régia Munificência, e do mérito sobre que ela se empregou, deve servir de incentivo para continuar em seu digno porte, seguindo, como até agora, a vereda da honra e do dever. O que de ordem de Sua Majestade comunico a V. Mercê para sua inteligência e satisfação e para que seja pública aos oficiais, oficiais inferiores, cabos, anspeçadas e soldados do Batalhão de Caçadores n.º 5. — Deus guarde V. Mercê. — Londres, em 24 de Abril de 1829. — Assinado: Marquês de Palmela.**

* Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, vol. IV, documento BB.





título ***Bandeira do Município***

autor ***Oficina Portuense***

data ***1847***

área artística Simbólica autárquica

técnica Tecido bordado

n.º inv. cmah 2004

n.º inventário CMAH 033-3

descritivo Bandeira com as armas do município angrense. Esquartelado: I e III de vermelho, um braço de prata armado com uma espada na mão; II e IV, de prata, um aço de sua cor. sobre o todo, um escudo de prata, com cinco escudetes de azul, postos em cruz, carregados de cinco besantes de prata postos em aspa. A coroa é um misto entre a coroa dural, em uso pelo Município antes de 1837, e a coroa mural, prescrita na Carta Régia de 12 de janeiro de 1837.

observações Esta bandeira custou 68\$118 réis insulanos e está identificada nos inventários como «*Bandeira Lusitana*».



<i>título</i>	<i>Conjunto de varas do Juiz Ordinário (Presidente da Câmara) e dos Procuradores (Vereadores)</i>
<i>autor</i>	<i>Alexandre Joaquim de Oliveira</i>
<i>data</i>	<i>1837</i>
<i>área artística</i>	Simbólica autárquica
<i>técnica</i>	Madeira dourada e policromada
<i>dimensões</i>	1 vara de 1,92 cm com secção circular de 2,5 cm 8 varas 1,68 cm com secção circular de 2,5cm
<i>n.º inv. cmah</i>	2412-2420
<i>n.º inventário</i>	CMAH 034-3
<i>descritivo</i>	Conjunto de nove varas de madeira dourada e policromada. Oito das varas mais pequenas pertenciam aos Procuradores, sendo que a vara maior pertencia ao Juiz Ordinário, e eram utilizadas em cerimónias oficiais. Na cronologia do início do livro há referência à utilização das varas, não só nas cerimónias oficiais, mas também em cerimónias religiosas: em 1651 a Câmara notabilizou-se na organização da procissão de Corpus Christi. Este era o ano da mudança dos Padres Jesuítas para o Colégio Novo. O cortejo presidido pelo Juiz de Fora que « <i>alçando vara, tinha o majestático poder de fazer andar as danças que constituíam a parte profana do cortejo</i> ». ^[606] A última vez que as varas foram utilizadas pela vereação foi em 1996, pela entrada em funções do Bispo D. António de Sousa Braga. A 26 de junho de 2016, o Presidente e Vereadores retomaram o uso destas varas, integrando a procissão da coroação organizada nas Sanjoaninas.
<i>localização</i>	Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.
<i>observações</i>	As nove varas encontram-se num suporte de madeira, ladeadas por duas bandeiras. O suporte apresenta o n.º de inventário 2421 e foi mandado executar à firma Martins Lda., no ano de 1961.

606. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol XXIII-XXIV, 1965-1966.



Na fotografia: Dr. Anselmo de Bettencourt e Silveira, Presidente de Câmara. No canto superior direito vê-se o retrato de Francisco Jerônimo de Silva, cujo legado constituiu o núcleo inicial da Biblioteca Municipal.



JOÃO AFONSO

A BIBLIOTECA MUNICIPAL
DE
ANGRA DO HEROÍSMO

APONTAMENTOS HISTÓRICOS DOS SEUS 75 ANOS

REBUSCOS SOBRE OUTRAS BIBLIOTECAS



ANGRA DO HEROÍSMO
ILHA TERCEIRA — AÇORES
1 9 5 4

1007

As páginas que se seguem são da autoria de João Afonso, sob o título de «A Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo, Apontamentos históricos dos seus 75 anos rebuscos sobre outras Bibliotecas». Aqui se compila a edição de 1954, que saiu como uma separata do Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo. Procurou-se a integridade do texto, sem desvirtuar o original. Sempre que se verificaram gralhas ou erros, estes foram corrigidos. As imagens constantes nestas páginas foram colocadas nesta edição por iniciativa da coordenadora. Foi criado um índice e uma numeração que não existia no texto original, de modo a facilitar a pesquisa. O português utilizado é pré-acordo ortográfico.

João Dias Afonso foi nomeado a 24 de janeiro de 1946 bibliotecário interino da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, função que exerceu até transitar para a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo em 1956. Interessado pela cultura e bibliografia açoriana, publicou vários artigos em jornais da imprensa local, bem como vários livros, com destaque para a «Bibliografia Geral dos Açores», no ano de 1985. João Afonso é também conhecido por ter comissariado várias exposições e eventos, nomeadamente, a visita do Papa João Paulo II à ilha Terceira no ano de 1991, tendo sido galardoado com a medalha de honra do município angréense no ano de 2004.

Assunção Melo



A fundação da Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo resultou do legado que à Câmara Municipal fez o Dr. Francisco Jerónimo da Silva, compreendendo a importante livraria deste ilustre terceirense, «um dos mais notáveis advogados portugueses da 1.ª metade do século XIX».^[607]

Com efeito, em 1871, por morte do Dr. Francisco Jerónimo da Silva, o Município Angrense via enriquecido o património público, pois, na verdade, a livraria legada compunha-se de preciosidades bibliacas que bem podem ser consideradas cimélios e de alguns milhares de outras obras também valiosas, num total de 3.730 volumes.

Já anteriormente àquela data, a Edilidade apoiara o desenvolvimento da biblioteca do Liceu Nacional, pela concessão de um subsídio anual de 100\$000 rs., quantia assaz avultada para a época (2.º decénio do 3.º quartel do século XIX).

607. "O Advogado Francisco Jerónimo da Silva" - Luiz da Silva Ribeiro - Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.



Pormenor da estante oferecida por Almeida Garrett à Biblioteca Municipal Angrense, atualmente no Palácio Bettencourt (BPARAH).

Sobre bibliotecas criadas após a extinção dos conventos

A criação de muitas bibliotecas públicas no país, especialmente as das capitais de distrito, está directamente relacionada com a necessidade do aproveitamento dos extensos e ricos núcleos das livrarias dos conventos extintos por decreto de 28 de Maio de 1834. Já por decreto de 9 de Julho de 1833 fora fundada a Real Bibliotheca da Cidade do Porto. É também de 28 de Maio de 1834, o Alvará que mandou depositar na Bibliotheca Pública da Corte, um exemplar de qualquer estampa ou mapa que se gravasse ou litografasse. De 18 e 19 de Agosto do mesmo ano, são as portarias relativas à entrega de bens nas bibliotecas e à venda dos valores existentes nos conventos, exceto livros e objetos de apreço especial (incluindo os destinados ao culto religioso).

Em 7 de Janeiro de 1835, por decreto, foi criada a Bibliotheca do Arsenal Real da Marinha, nos termos seguintes: *«Sendo da Minha Intenção difundir entre os Meus leaes Subditos de todas as classes as luzes da Instrução, e os conhecimentos das Sciencias e Litteratura, como instrumentos próprios para promover a prosperidade pública: E tendo ora particular atenção à Classe da Marinha do Estado, que muito desejo melhorar, preparado aos seus alumnos os meios de conseguir tão*

importante fim, pela applicação aos estudos próprios ou subsidiários da sua nobre profissão: Hei por bem mandar crear no Arsenal Real da Marinha, uma Bibliotheca, cujo primeiro fundo será formado dos Livros, Estampas, Instrumentos e Modelos que se lhe poderem aplicar do Deposito das Corporações, e cuja ulterior conservação, aumento, uso e direcção será regulada pelas Instrucções que para esse fim Tenho mandado formalisar, depois de obterem a minha Real Approvação».

Outro diploma, de 5 de Maio de 1835, trata das habilitações dos futuros serventuários da Bibliotheca Pública (Lisboa), dispondo que o preenchimento dos lugares que nela vagassem fosse feito por concurso.

Possui interesse especial de reprodução o texto da portaria de 25 de Agosto de 1836: *«Manda Sua Majestade Fidelíssima a Rainha remetter ao Doutor António Nunes de Carvalho, Encarregado do Deposito das Livrarias dos extintos Conventos, a inclusa copia authentica da Circular expedida hoje aos Governadores Cívicos do Reino, a Ilhas adjacentes para que ele por sua parte informe, com brevidade sobre os meios de levar logo a effeito, com a maior vantagem publica, a fundação de uma Bibliotheca nas Capitaes dos*

Districtos administrativos, bem como a de outros estabelecimentos scientificos de que trata a mesma Portaria». Eis o texto da circular, acima mencionada: «Sua Magestade Fidelissima a Rainha, Tomando em consideração a necessidade não só de pôr em segurança e ordem as Livrarias, Manuscriptos, Pinturas, e quaesquer preciosidades litterarias, e scientificas que pertenciam aos Conventos das extintas Ordens Regulares, mas também de empregar, com proveito Nacional, todos esses poderosos meios de diffundir a instrução, e de excitar e gosto pelas letras e belas artes, estabelecendo, em cada uma das Capitaes dos Districtos Administrativos destes Reinos, e Ilhas adjacentes, uma Bibliotheca Publica, - um Gabinete de raridades, de qualquer especie, e outro de Pinturas: Ha por bem Determinar que o Governador Civil de ... informe sem perda de tempo, por esta Secretaria d'Estado, qual é o Edificio mais proprio naquella Cidade para os referidos estabelecimentos; e tome desde já as medidas convenientes para que elles sejam formados com a maior promptidão, e regularidade possível; orçando a despeza, e remetendo conjuntamente ao Governo todos os esclarecimentos que poderem contribuir para se realizarem, com a maior utilidade, e vantagem públicas, as beneficas intenções da Sua Magestade».

Com estas transcrições podem-se fixar e compreender quais os desígnios governamentais a favor do estabelecimento de bibliotecas e institutos complementares e afins, bem como museus.

Sucessivamente foram publicadas diversas providências legislativas e regulamentares.

Em 1836, criou-se a Biblioteca das Cortes (decreto de Passos Manuel). Em 1837 – portaria de 28 de Abril – dá-se conta de haver sido estabelecido, na CIDADE DE ANGRA, o GABINETE DE LEITURA. Seguiram-se, por ordem cronológica, as bibliotecas de Vila Real (1839), Ponta Delgada (1841 – seu estabelecimento definitivo, mas não a respectiva inauguração), Braga (1841), Castelo Branco (1846), Vizeu (1960), etc. A da Horta (1843) não passou de simples armazém de livros, à mercê de tudo, conforme se depreende de notas de Marcelino Lima.⁶⁰⁸

608. «Anais do Município da Horta» – Marcelino Lima – Vila Nova de Famalicão, Oficinas Gráficas Minerva, 1943.

Do Gabinete de leitura (1837) à Biblioteca Municipal (1871)

Foi o 1.º Visconde de Bruges, como Administrador Geral do Distrito, cargo que ocupou de 22 de Dezembro de 1836 a 12 de Janeiro de 1838, quem criou o GABINETE DE LEITURA, em Angra do Heroísmo.

Com efeito, poucos meses passados sobre a portaria de 15 de Agosto de 1836 (bibliotecas nas capitais de distrito), D. Maria II, fazia expedir no «*Diário do Governo*» (n.º 102 de 2 de Maio de 1837) portaria, deste teor: «*Sendo presente a Sua Majestade a Rainha o Officio n.º 120, em que o Administrador Geral d'Angra dá parte de ter creado naquella Cidade um Gabinete de Leitura, destinado para fundo deste Estabelecimento os Livros mais excellentes de entre os das Livrarias dos extinctos conventos, e ben assim para a collocação delle, uma das Salas dos edificios da antiga Junta da Fazenda: Há a mesma Augusta Senhora por bem Aprovar as medidas, que a este respeito foram adoptadas pelo dito Administrador Geral, e apreciando o zelo com que elle se dedica a promover a illustração dos Povos, assim lho manda participar para sua intellegencia, e satisfação. Palácio das Necessidades, em 28 de Abril de 1837 – Manuel da Silva Passos*».

Não progrediu esta instituição. De resto, o edifício destinado às respectivas instalações, onde esteve a Junta da Fazenda, foi demolido, dando lugar ao da Alfândega, sendo este de 1855.

Entretanto, procedia-se, em Ponta Delgada, às primeiras tentativas de organização duma biblioteca pública oficial. Passaram 9 anos sobre a portaria de 3 de Janeiro de 1834, em que foi determinada a criação dum estabelecimento da especialidade naquela capital de Distrito, até que em 1843, como refere Francisco Maria Supico,^[609] se «*realizou este pensamento, por iniciativa do snr. Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo, governador civil, e do seu secretário-geral o Sr. Conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt*». Instalou-se com cerca de 5.000 volumes.

Por carta de lei de 12 de Março de 1845 se legalizou a sua existência, incumbindo-se à Câmara Municipal a administração e despezas do pessoal.

609. *Almanack do Archipelago dos Açores – Estatístico, histórico, recreativo e noticioso, para 1865* – Ponta Delgada, Typographia da Persuasão, 1864.

Foi contemplada com 5.029 volumes de depósito geral dos livros das livrarias dos extintos conventos do reino, oferta pouco valiosa, por constar principalmente de obras teológicas em que abundava já.^[610]

Mais adiante, o mesmo autor informa que a Câmara contribuía com a verba Manual de 50\$000 rs. para aquisição de livros. Um bibliotecário e um contínuo formavam o respectivo quadro de pessoal, aquele nomeado pelo governo e com o ordenado anual de 300\$000 rs., e este pela Câmara, vencendo 72\$000 rs. Eram ambos pagos pelo erário concelhio.

Só em 1851 foi a biblioteca patenteada ao público, acusando a média mensal de frequência de 100 leitores, a maior parte estudantes.

No 1.º de Outubro de 1860 procedeu-se à inauguração solene da BIBLIOTECA DO LICEU NACIONAL DE ANGRA DO HEROÍSMO, organizada nos moldes prescritos pelos decretos de 17 de Novembro de 1836 e 10 de Abril de 1860, legislação esta concernente aos liceus. Tomou o encargo de promover a sua organização e funcionamento o governador civil José Maria da Silva Leal, a quem fora garantida a concessão dum subsídio anual de 100\$000 rs. por parte da Câmara de Angra. À iniciativa andou ligado, pelas funções que desempenhava e entusiasmo de educador, o Dr. António Moniz Barreto Corte-Real, Comissário de Estudos, Reitor e professor do Liceu, figura prestigiosa do meio açoreano. Coube-lhe proferir o discurso inaugural da biblioteca, tendo-se dirigido em termos elucidativos às autoridades civis, militares e religiosas bem como e sobretudo aos estudantes.^[611]

Começou a funcionar em 1862^[612] com uma existência de 3.495 volumes.^[613] Passados 2 anos acresciam-lhe mais 479 volumes, dos quais 151 volumes comprados e os outros adquiridos por oferta, avultando duas remessas de livros do terceirense João da Rocha Garcia, residente no Rio de Janeiro.^[614] Até 1874, o acréscimo atingiu 1.467 volumes, 935 por conta do Conselho do Liceu e 533 oferecidos por particulares. O movimento nos primeiros 10 anos compreendeu 11.201 leitores e 12.105 obras requisitadas.^[615]

“Dos restos das livrarias dos extintos conventos desta ilha se formou o núcleo da Bibliotheca. As despesas de estantes e melhoramentos da sala, no edifício do extinto convento dos Gracianos onde se acha colocada, fizeram-se por subscrições particulares.”

610. *Almanack do Archipelago dos Açores, etc., para 1866*, idem, idem, 1865.

611. António Moniz Barreto Corte-Real, *Collecção de Discursos Escolares e outros Artigos de Litteratura*, Angra do Heroísmo, 1861.

612. *Archivo dos Açores*, vol. III, Ponta Delgada, 1881.

613. Almanaque referido no número (4).

614. Almanaque referido no número (4).

615. *Almanack Insulano para 1875*, Angra do Heroísmo, 1874.

Em ofício de 17 de Abril de 1869 ao Presidente do Município – então o Conde da Praia da Vitória – escrevia o bibliotecário do Liceu, Francisco Lúcio Ferraz:

Tenho a honra de levar às mãos de V. Ex.^a para ser presente à Exma. Câmara a que prezide, a inclusa relação dos livros adquiridos por esta bibliotheca com o subsidio, que desde 1862 lhe tem dispensado, e que se eleva já à quantia de 700\$000 rs.

E se me é permittido, em nome da mocidade estudiosa, que frequenta este Lycêu, endereçar um voto de agradecimento às administrações, que durante este tempo tem gerido os negócios do Município, asseguro a V. Ex.^a que tem sido das verbas mais bem applicadas, esta com que se proporciona ao filho do povo, falto de meios, uma escolhida colecção de bons livros, onde vai encontrar ou o desenvolvimento das disciplinas que estuda nas aulas, ou leitura amena e instructiva, que desanuviando-lhe o espirito lhe forma o coração. Era uma necessidade para esta terra. E honra ao Município que auxilia tão útil instituição!

Resta porem muito fazer. Os livros obtidos são ainda muito poucos, e esta cauza não tem recursos alguns para os alcançar a não ser a dotação da Câmara. Trabalhamos pelo presente e pelo futuro. Continue a Exma. Câmara e com os annos poderá esta cidade possuir uma bibliotheca, senão rica, sufficiente para a sua população.

Na relação referida do ofício e que compulsámos, nota-se o escrupuloso critério posto na escolha das obras – a maior parte dos quais de estudo, para consulta permanente.

Ofício de Francisco Lúcio Ferraz demonstra a noção exacta do papel que a biblioteca liceal podia desempenhar, não só em relação aos estudantes como também no meio angrense.

Em 1871 (Junho e Dezembro) sucederam-se, na sua inauguração, duas bibliotecas particulares (mas também para serviço público) – o GABINETE DE LEITURA TERCEIRENSE e a BIBLIOTECA POPULAR ANGRENSE, no clube do mesmo nome.

O «Gabinete» tinha por fim a venda e o empréstimo de publicações nacionais e estrangeiras. Contava em 1874, cerca de 4.000 volumes e o seu movimento aproximava-se de 3.000 leitores por ano.^[616]

Em anúncio, num jornal da época^[617] lê-se: «Gabinete de Leitura Têrceirense em Angra do Heroísmo / 4.000 volumes / Director e Proprietário A. Gil / Aluga, vende e compra de livros. Recebe de qualquer livraria do continente commissões de livros e musicas

616. Idem, idem.

617. O 11 d'Agosto de 1829 – n.º 164 – Praia da Vitória, 8 de Junho de 1871.

para venda. Encarrega-se de arranjar assignaturas para quasquer empresas litterarias, incumbindo-se da respectiva cobrança. Correspondência franca».

Abriu no dia 3 de Junho de 1871, na rua Infante D. Henrique n.º 10. Funcionava todos os dias não santificadas das 10 horas da manhã à uma da tarde. As assinaturas mensais eram de 500 rs. Sem assinatura pagavam-se 20 rs, diários por volume.^[618]

Por seu turno, a BIBLIOTECA POPULAR ANGRENSE surgiu de entusiástico movimento associativo. Foi a primeira biblioteca do género que existia nos Açores^[619]. O seu organizador, Mateus Augusto, reuniu em poucos meses do verão e outono de 1871 cerca de 400 volumes, 358 cedidos pelo governo de El-Rei D. Luiz I.^[620] Poucos meses após a inauguração, efectuada no dia 1.º de Dezembro daquele ano^[621] comportava já 2.000 volumes,^[622] resultado feliz do apelo de 4 de Agosto que correu em folha avulsa entre os sócios do clube e da população. Este prospecto ilustra bem as ideias que presidiam ao movimento nacional a favor da criação e desenvolvimento das bibliotecas populares.^[623] Até 31 de Dezembro de 1873 forneceu leitura, na associação, a 2.289 requisitantes. O número de obras emprestadas para leitura domiciliária foi de 4.235 (5.150 volumes) também até àquela data.^[624]

ABIBLIOTECA DO GRÉMIO LITERÁRIO era considerada, em 1874, uma das primeiras associações particulares da Ilha Terceira e contava riquíssimas obras em todo o género de ciências, letras e artes, incluindo uma excelente enciclopédia oferecida pelo visconde da Praia.^[625]

ABIBLIOTECA DO SEMINÁRIO compunha-se de cerca de 1.200 volumes, duplicados das obras teológicas existentes na biblioteca do Liceu. Em 1869, o terceirense António Joaquim da Fonseca ofereceu-lhe 400 tomos que preenchiam as estantes do deão da Sé Catedral de Angra, Pe. Narciso António da Fonseca.^[626] Actualmente, esta biblioteca comporta 4.000 volumes, aproximadamente, conforme informação colhida do Rev.º Pe. Dr. José Enes.

618. Idem, idem.

619. Gervásio Lima, *Breviário Açoriano*, Angra do Heroísmo, 1934.

620. M. Augusto, *A todos os terceirenses e aos sócios do Club Popular Angrense*, Angra do Heroísmo, 1871 (prospecto impresso na Tipografia do Governo Civil).

621. *Breviário Açoriano*, citado no n.º 619.

622. *Breviário Açoriano*, citado no n.º 619.

623. Entre velhos papéis da Biblioteca Municipal foi achado um exemplar do prospecto referido no número 620..

624. *Almanack Insulano* para 1874, Angra do Heroísmo, 1873.

625. *Almanack Insulano* para 1875, Angra do Heroísmo, 1874.

626. Idem, idem.

Da fundação até à inauguração da Biblioteca Municipal

Desde 1860, o Município Angrense vinha subsidiando – pelo menos durante 7 anos – a biblioteca pública do Liceu local, com vista à compra de livros. Pode, portanto, asseverar-se que a Câmara interessou-se, de longa data, em proporcionar aos angrenses os benefícios dum serviço público de leitura de obras variadas.

Com a morte, em Lisboa, do Dr. Francisco Jerónimo da Silva, ocorrida a 2 de Novembro de 1871, a Câmara tomou conhecimento de que o notável jurista lhe legara a sua livraria.

A Biblioteca pode considerar-se fundada a 15 de Novembro daquele ano, com o facto de, nesta data, a Câmara ter autorizado o respectivo Presidente «a constituir procurador em Lisboa para receber o legado» e deliberado «que se confeccionasse o orçamento suplementar para as despesas a fazer com a aceitação delle».^[627]

O Presidente substituto «participou à Câmara que sabia por via do Presidente ausente desta Câmara, o senhor Barão de Ramalho, ter falecido em Lisboa, no dia dous do corrente mez de Novembro, o bacharel Francisco Jerónimo da Silva, e haver legado a esta Câmara a sua importante livraria».

A Câmara ouviu com profundo sentimento a triste noticia da morte dum cidadão, filho desta heroica terra, que pelo seu estudo e pela sua probidade honrou a pátria e o foro portuguez, do qual foi um dos primeiros ornamentos, e no meio da expressão da sua dor bem diz a memoria do cidadão honrado e amante da sua terra natal que ao seu município legou os seus livros auxiliares da manifestação do seu brilhante talento, se não foram ao mesmo tempo os melhores amigos que conheceu, abrindo seguro caminho para a instrução publica e alevantando à sua memória solido monumento que attestará para sempre a sua illustração e amor patrio.^[628]

627. Acta da sessão da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (Livro de Acordão, fl. 98 v.º).

628. Idem, idem.

Num *extracto* da acta da sessão camarária de 22 do mesmo mês e que está assinado por Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges, escrivão da Câmara, lê-se:

Deliberou a Câmara que autorizava o senhor vice-Presidente António Sieuve de Aguiar Camello Borges a constituir procurador d'ella em Lisboa, para o fim de arrecadar o legado e seus acessorios deixado no testamento com que falleceu, o bacharel Francisco Jerónimo da Silva – ao excellentissimo Barão de Ramalho e no seu impedimento ao Douctor Theotónio d'Ornellas Bruges, ambos residentes me Lisboa, dando-lhes poderes para manterem os direitos d'esta Câmara na recepção d'aquelle legado.

Em face da deliberação, foi pelo mesmo vice-Presidente enviado ao Barão de Ramalho um officio datado de 24, nos termos seguintes:

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a que na auzencia de V. Ex.^a presido, encarrega-me de constituir a V. Ex.^a seu procurador n'essa Côrte, para arrecadar a importante livraria e seus acessórios a ella legada pelo bacharel Francisco Jerónimo da Silva, fallecido no dia 2 do corrente, n'essa cidade, para o fim de que incluso tenho a honra de remetter a V. Ex.^a o respectivo alvará de procuração.

Deliberou mais a Câmara nomear em segundo logar seu procurador, para o mesmo fim, ao Dr. Theotónio d'Ornellas Bruges, prevenindo assim qualquer impedimento de V. Ex.^a, e a quem, n'este caso, V. Ex.^a se servirá entregar este officio, a procuração e mais papeis aqui juntos.

Aqui encontrará V. Ex.^a um conhecimento da remessa da quantia de cento e vinte mil reis fortes, para occorrer às despesas da arrecadação do legado, servindo-se V. Ex.^a sacar sobre esta Câmara a quantia que por ventura necessária fôr para a completa satisfação das mesmas despesas.

Ouso lembrar a V. Ex.^a que as estantes em que estavam os livros são acessórios da livraria, que como tal foi legada, e as quais tem, no parecer da Câmara de os seguir, como, em regra de direito, o acessório segue sempre o principal, e julga a Câmara que esta era a intenção do testador, máxime se são verídicas as palavras a elle atribuidas pela “Correspondência de Portugal” de 15 do corrente, quando agradeceu a offerta de algumas das mesmas estantes por si e pela Câmara da sua terra.

A Câmara confia plenamente na probidade e não menos patriotismo do Sr. João Maria da Silva, digno irmão e herdeiro do finado, para que duvide um só instante de que inteira justiça lhe seja feita, e não confia menos na illustração e reconhecida prudência de V. Ex.^a para convencer-se que os seus direitos serão seguramente mantidos.

Lembra a Câmara à solitudine de V. Ex.^a a possibilidade de obter do governo a permissão de fazer conduzir a livraria legada, no vapor da carreira, como objecto do estado, gozando do benefício que o mesmo Estado tem para a condução das suas cousas.

Em tudo o mais que eu, no uso da autorização da Câmara, não posso prevenir, V. Ex.^a se dignará obrar como julgar justo e como lhe indicarem os seus reconhecidos sentimentos de patriotismo e de ardente desejo pela prosperidade e engrandecimento d’esta nossa terra.

O legado compunha-se de «3728 volumes muitos delles de grande valor bibliográfico, e que no seu conjunto foi judicialmente avaliado em Lisboa em 648\$690 réis».^[629] Aliás eram 3.730 volumes, conforme a «Certidão estrahida do Catalogo, e avaliação da livraria do fallecido Dr. Francisco Jeronymo da Silva» cujo original foi entregue na Biblioteca Municipal em Dezembro de 1952, pelo Dr. António Augusto Osório de Carvalho, em funções de Presidente do Município, acompanhado de parte dos elementos concernentes à livraria do ilustre terceirense. A avaliação judicial foi, na verdade, de 671\$190 réis, em face da mesma certidão.

629. Luiz da Silva Ribeiro, *O Advogado Francisco Jerónimo da Silva*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

Obras dos séculos XVI (a mais antiga é de 1526) e seguintes, sobre jurisprudência, legislação, literatura e história, nas línguas Portuguesa, Espanhola, Francesa, Alemã, Latina, Grega, Hebraica, etc., ricamente encadernadas e, por certo, bem conservadas, conferiam ao legado aquele alto preço e muita estima. Falarão elas como as de que foi autor (obras jurídicas), do homem culto que as reuniu para estudo e por vezes as anotou, magistralmente, Francisco Jerónimo da Silva foi, também, a nosso ver, um bibliófilo. Não tinha uma livraria só para uso profissional, estudo das línguas clássicas e modernas ou cultura do seu espírito privilegiado. Reunia preciosidades. Era um amante dos livros, também.

Desde a aceitação do legado até à sua plena transferência para a Câmara, sucederam-se as dificuldades, em parte devidas ao herdeiro João Maria da Silva. A cobrança da valiosa dádiva foi, com efeito, acidentada. O Município constituiu procurador em Lisboa, por decisão de 15 de Novembro de 1871. Em 8 de Janeiro seguinte, tomou conhecimento de que o mesmo «*não tinha em si procuração para subestabelecer os poderes que lhe foram conferidos, o que se tornava necessário visto que na forma do testamento a entrega do legado devia ser feita com formalidades que podiam demandar intervenção judicial*». O procurador pediu «*à Câmara nova autorização em ratificação de que por acordão da Câmara cessante havia sido dada ao senhor Presidente respectivo*».^[630] Pouco depois, a 24 de Janeiro, a Câmara tomou conhecimento que o herdeiro e administrador da massa dos haveres da herança, João Maria da Silva, irmão do Dr. Francisco Jerónimo, «*se negava a entregar as estantes da livraria negando que elas fossem parte integrante da biblioteca legada*».^[631] Segura, porém, do seu direito, a edilidade que conhecia a opinião favorável de um dos primeiros advogados da Capital, deliberou que, por todos os meios, se cobrassem as estantes como acessório da coisa legada e que para tanto se sustentasse, quando fosse necessário, pleito em juízo.^[632] Para isso foi impetrada licença do Conselho do Distrito e o procurador subestabelecido em Lisboa, Manuel Maria Correa Seabra, preparou a citação do herdeiro João Maria da Silva para ser intentada a acção relativa às estantes,^[633] as quais só passados mais de 15 meses, ou seja em Maio de 1873, forma entregues, por oferta do mesmo herdeiro.^[634] O libelo e requerimento para a acção já em 14 de Fevereiro de 1872 se achava elaborado pelo advogado António Maria Ribeiro da Costa Holtreman. Mas João Maria da Silva embarcava em Lisboa para a Terceira e a 21 de Fevereiro a Câmara tomou conhecimento duma carta por ele enviada, participando «*achar-se de há muito nos armazéns da Alfândega desta cidade a livraria legada*» e querer «*fazer entrega como deve*» da mesma.^[635] Declarava ainda, nessa carta, que haviam corrido por sua conta as despesas de condução e satisfação de impostos à fazenda pública. Em vista de tal procedimento foi tomada a seguinte atitude, expressa nos termos vigorosos de: «*A Câmara ficou surprehendida de ver transportada para aqui a livraria legada, quando*

630. Livro de Acordãos, fl. 106.

631. Livro de Acordãos, fl. 110 v.º.

632. Livro de Acordãos, fl. 110 v.º.

633. Livro de Acordãos, fl. 113 v.º.

634. Livro de Acordãos, fl. 163 v.º.

635. Livro de Acordãos, fl. 113 v.º.

havia constituído seu procurador em Lisboa para a receber e ali era obrigação ser entregue segundo o disposto no artigo 1845.º do código civil e não menos surpreendida ficou a Câmara de ver fazer despesas de condução e satisfação de impostos, quando espera ser por lei especial absolvida destes, e esperava obter que o governo fizesse conduzir os livros no vapor da carreira como objecto do estado, acrescendo que a Câmara ignorava que os livros estivessem de há muito nos armazéns da alfandega aonde por certo se estão deteriorando, por que aliás teria já tomado as providencias para que fosse tratado com mais zelo e consideração o importante legado de que se trata».^[636] Em face de semelhante ordem de factos «deliberou que neste sentido se respondesse ao dito João Maria da Silva, fazendo-lhe sentir a sua responsabilidade pela deterioração de cousa legada no caso de não mudar de depósito».^[637] Eis, pois, como a edilidade se compenetrou dos seus deveres de defender os interesses patrimoniais do concelho.

Em 29 de Maio do mesmo ano de 1872, foi-lhe presente a certidão do catálogo da livraria legada, tendo ficado resolvido que se oficiasse ao testamenteiro, declarando-se a Câmara habilitada a receber o legado. Poucas semanas contadas, o importante núcleo foi-lhe entregue, - do dia 18 de Junho a 9 de Julho - tendo-se encarregado da respectiva recepção João Francisco de Oliveira Bastos que, dentro de dois anos, viria a ser nomeado bibliotecário municipal.

Com João Francisco de Oliveira Bastos assinaram os 6 autos de sucessiva entrega parcelar: Júlio Maria Silvano, general de brigada, reformado e Presidente da Câmara, João Carlos Rodrigues da Costa, tenente de artilharia, como procurador do herdeiro, Theotónio Simão Paim de Ornelas Bruges, escrivão da Câmara, João José de Aguiar e José Sebastião de Castro, amanuenses da mesma Câmara, e ainda (no último) Januário Mendes Franco, também amanuense.

Pelo seu trabalho recebeu a remuneração de trinta mil reis, da verba votada para a recepção da herança. A Câmara atribuiu-a por verificar que Oliveira Bastos «*nesta comissão se tinha havido com a inteligência que todos lhe conheciam e a inteireza de caracter que lhe é própria*».^[638]

A «certidão extrahida do Catálogo e avaliação» contém 414 páginas em papel selado e está assinada por João Bernardino da Silva Borges, escrivão do Juízo de Direito da segunda Vara da Comarca Judicial de Lisboa, e foi passada em 13 de Maio de 1872, tendo custado 40\$675 réis.

Da leitura da certidão verifica-se que o Dr. Francisco Jerónimo fora, no ano em que morreu, interdito, a súplica da D. Clara Olímpia da Silva Saúde, sua irmã.

636. Livro de Acordãos, fl. 113 v.º.

637. Idem, idem.

638. Livro de Acordãos, fl. 134.

A instalação e organização da Biblioteca Municipal

Em 1873, começou o Município a interessar-se propriamente pela arrumação dos livros, primeiro passo no sentido da instalação conveniente da Biblioteca. A 12 de Março, deliberou proceder à arrematação pública da construção das estantes, mandando afixar editais para o efeito,^[639] tendo em 26 de Novembro do ano anterior sido consignados 200\$000 réis «*para estantes e conservação da bibliotheca*».^[640]

Data de 1874 a criação do lugar de bibliotecário ou «*encarregado da biblioteca*» conforme a designação utilizada do livro do «*Registo de Orçamentos*». O vereador (Manuel Basílio) Coelho da Rocha propôs, com efeito, a criação do lugar, apresentado as seguintes considerações: «*A necessidade de conservar aquele importante legado entregando-o ao cuidado de funcionário especial e inteligente e regularizar o pagamento da gratificação que imprerivelmente a Câmara há-de dar a quem conserca e trata dos livros*».^[641]

O livro de «*Registo de Orçamento*» (o mais antigo dos que vimos no Tombo Municipal, cujo termo de abertura é de 2 de Dezembro de 1873) refere no capítulo «*desenvolvimento do orçamento*» do ano

económico de 1874-1875: «*Foi creado este logar por ser urgente abrir e expôr ao publico a biblioteca municipal conforme a vontade do seu illustre testador*».

A Câmara não perdia tempo... e o ordenado de bibliotecário foi fixado em 144\$000 réis anuais, quantia pequena em relação à dos ordenados dos outros funcionários. Na verdade, o escrivão municipal vencia 450\$000 réis e o amanuense encarregado da contabilidade 300\$000 réis ainda em categoria superior de ordenado estavam o escrivão do peso das carnes (180\$000 réis) e o fiscal de obras (216\$000 réis). O próprio contínuo da secretaria, apesar de sobrecarregado com o serviço de porteiro, lavador e varredor, ganhava mais 68\$000 réis do que o bibliotecário, «*simples*» responsável pela defesa e guarda de tantas preciosidades bibliográficas!... O que importa, todavia, é salientar o facto do interesse camarário pela biblioteca.

O primeiro bibliotecário foi, como atrás ficou referido, João Francisco de Oliveira Bastos «*que desde há muito tempo se acha servindo gratuitamente de conservador dos livros devendo por isso julgar-se em exercicio desde o primeiro dia do actual anno económico para todos os*

639. Livro de Acordãos, fl. 223 v.º.

640. Livro n.º 1 do «Registo de Orçamentos» fl. 2.

641. Livro de Acordãos fl. 229 v.º.

efeitos».^[642] Só em 15 de Novembro de 1876 foi Oliveira Bastos nomeado bibliotecário propriamente efectivo. Até então, como na sessão daquele dia disse o Presidente Manuel José Pereira de Bettencourt, era ele «*um indivíduo meramente gratificado, por isso propunha o logar de bibliothecario*».^[643]

642. Livro de Acordãos fl. 255 v.º.

643. Livro de Acordãos fl. 224 v.º.



A Biblioteca Municipal a 10 de maio de 1956.

Disposições regulamentares da Biblioteca Municipal

Tudo estava sendo preparado para que a biblioteca ficasse convenientemente instalada em sala própria, de maneira que todos os livros fossem arrumados em lugar definitivo. Ao mesmo tempo, pensou-se em homenagear a memória do doador Dr. Francisco Jerónimo da Silva. O vereador Coelho da Rocha prontificou-se a emprestar à Câmara uma fotografia do ilustre terceirense, tendo-se resolvido durante

a sessão de 30 de Setembro de 1874, «*encomendar ao acreditado pintor Giorgio Marini, um retrato a óleo d'aquelle cavalheiro para ser collocado na sala da bibliotheca*».^[644]

O retrato a óleo, de boa pintura, que se acha em lugar de destaque da ala principal das estantes, na sala grande da Biblioteca, não é, contudo, o que teria sido encomendado a Marini, artista italiano que pintou com mestria, diversos retratos de personalidades de relevo político e social do meio açoreano. Data de 1852 mas não traz assinatura. Constitui, sem dúvida, um trabalho meritório e pode dizer-se como Dr. Luiz Ribeiro que nele se assinala um «*rosto franco e expressivo sem aquelas rugas e côr terrena ou rubra que Taine se comprazia em notar na fisionomia das gentes de justiça, os olhos brilhando por detraz de uns óculos de aro de ouro, a elegância do vestuário e do porte, tudo indicando tratar-se de alguém que ocupou lugar distinto entre os homens do seu tempo*».^[645]

É-se levado a crer, em face daquela data, que este retrato, pertenceu ao próprio Dr. Francisco Jerónimo da Silva, pois veio para a Câmara, de casa de um seu sobrinho, por troca de outro que talvez fosse o pintado por Marini, em cópia daquele. Esta presumível cópia foi oferecida ao Museu Regional de Angra do Heroísmo, depois de ter sido submetida a restauro (por sinal deficientíssimo), e foi oferecida ao referido museu pelo Cap. João Pereira da Silva, sendo entregue pelos seus herdeiros.

Em 10 de Novembro de 1875, o vereador «*Sr. Silvano (o General da Brigada, reformado, Júlio Maria Silvano) propoz que se nomeasse uma comissão para confeccionar um regulamento*».^[646] A comissão foi constituída pelo proponente, pelo encarregado da biblioteca e pelo escrivão da Câmara, Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges. O projecto foi aprovado a 15 de Dezembro do mesmo ano,^[647] mas a 15 de Novembro do ano seguinte, o Presidente do Município, Manuel José Pereira da Bettencourt, introduziu-lhe algumas modificações. É este o regulamento que ainda hoje vigora, na parte não alterada por indicação superior. O original acha-se exposto na sala grande da Biblioteca e tem as assinaturas do referido Presidente e de Manuel Homem de Noronha, José Maria Gonçalves Branco, Fernando Rocha, Bento José de Matos e Gregório C. Sancho Franco.

Eis o seu texto:

644. Livro de Acordãos fl. 270 v.º.

645. Luiz da Silva Ribeiro, *O Advogado Francisco Jerónimo da Silva*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

646. Livro de Acordãos fl. 57 v.º.

647. Livro de Acordãos fl. 69 v.º.

Regulamento da Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo

Artigo 1.º

A Bibliotheca Municipal d'Angra do Heroísmo é composta dos livros legados pelo Dr. Francisco Jerónimo da Silva, e dos livros, jornaes, manuscriptos, moedas, pinturas, antiguidades, que a Câmara vier a adquirir, quer por compra, quer por offercimento.

Artigo 2.º

A Câmara Municipal, pela pessoa do seu Presidente, exerce n'este estabelecimento toda a fiscalização e superintendencia, como em todos os mais que são sustentados pelos municípioio.

Artigo 3.º

Haverá na bibliotheca um empregado nomeado pela Câmara e pago pela seu cofre, que se denominará Bibliothecario – e cujas funções são, em especial, receber em inventario todos os livros e mais monumentos que fizerem parte da bibliotheca, obrigar-se por elles, fazer o catalogo dos livros, jornaes, e manuscriptos ali existentes, velar pela conservação e boa ordem de todos estes objectos; e em geral cumprir tudo o mais que por este regulamento lhe for encarregado, e as ordens da Câmara que, com relação á mesma bibliotheca, lhe forem transmittidas pelo seu Presidente.

§ Unico. O inventário de que tracta este artigo, depois d'assignada a responsabilidade do Bibliothecario, será guardado no archivo da Câmara e ali conservado, como o devem estar todos os mais papeis e livros de maior importância.

Artigo 4.º

A Bibliotheca estará aberta desde as 9 horas da manhã até às 2 da tarde em todos os dias não sanctificados ou feriados, comprehendendo n'estes últimos os que a Câmara tiver como taes, e alem delles o dia – 2 de novembro de cada anno, em memória do doador, por ser aquelle em que faleceu o Dr. Francisco Jerónimo da Silva.

Artigo 5.º

Na bibliotheca estará sempre patente e para serviço da mesma o catalogo de que tracta o art.º 3.º e será prestado a todos os visitantes ou concorrentes que o quizerem consultar, bem como lhe serão prestados todos os quaesquer livros que queiram ler ou d'elles tomar nottas.

Artigo 6.º

O concorrente que deteriorar o objecto facultado, além de responder pelo prejuizo, ficará inhibido de poder pedir para ler, ou consultar, qualquer monumento existente na bibliotheca, e o bibliothecario de lho permitir.

§ Unico – Quando a deterioração proceder de concorrente Menor – será por ella responsável seu pai ou tutor, guardados os termos de direito.

Artigo 7.º

Haverá na biblioteca um livro rubricado pelo Presidente da Câmara, para registo das obras, livros e objectos adquiridos de novo por compra ou offerta, com declaração da sua proveniencia, e com todas as indicações que lhe forem relativas.

Artigo 8.º

O bibliothecario logo que na bibliotheca se receber qualquer obra ou objecto offerecido, alem da notta que deve tomar no livro respectivo e de que tracta o art.º antecedente, deve dar parte ao Presidente da Câmara para este agradecer por officio ao offerente o seu offerecimt.º, e no fim de cada trimestre fornecerá uma lista dos objectos offerecidos com o nome dos offerentes, p.ª ser publicada pela imprensa.

§ Unico. Um duplicado d'esta lista assignado pelo bibliothecario, e com a sua responsabilidade pelos objectos de nova entrados para a biblioth.ª, será entregue na Secret.ª da Câmara e ali archivada com o inventario de que tracta o art.º 3.º deste regulamento.

Artigo 9.º

Haverá um outro livro igualmente rubricado pelo Presidente, no qual todos os leitores serão obrigados a escrever seus nomes, e será riscado por tal modo que n'uma só linha se possa conhecer a obra consultada, o dia e a sua restituição.

Artigo 10.º

Nenhum livro poderá sair da bibliotheca senão para serviço da Secretaria Municipal, e essa saída só será permitida por ordem escripta do Presidente da Câmara ou do Secretario, seu immediato, e d'isso se tomará notta em um livro que para isso haverá também rubricado pelo Presidente da Câmara, com declaração do dia da saída, à ordem de quem, por quem assignada, e da sua restituição.

Artigo 11.º

É prohibido fumar dentro da bibliotheca, ler em voz alta ou conversar de modo que perturbe os leitores assim como tirar do seu lugar algum objecto, sem previa licença do bibliothecario.

Artigo 12.º

Ao Bibliothecario incumbe toda a escripturação de que tracta este regulamento, bem como a policia e boa ordem do estabelecimento.

Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, em sessão de 15 de Novembro de 1876. - Theot.º Paim Simão d'Ornelas Bruges, escrivão da Câmara municipal o subscrevi".

A inauguração da Biblioteca

No dia 1.º de Dezembro de 1876 procedeu-se à inauguração solene da Biblioteca Municipal.

Já a 29 de Dezembro de 1875, na sessão camarária, «*O senhor Coelho da Rocha propôs que a Câmara inaugurasse no 1.º de Janeiro próximo futuro o retrato do distinto jurisconsulto Francisco Jerónimo da Silva. A Câmara desejando inaugurar simultaneamente a bibliotheca legada por aquele cavalheiro com toda a solemnidade própria de um acto que nos fastos do município vai marcar uma data memorável para a instrução, e ouvindo o empregado encarregado da bibliotheca, o qual declarou ser humanamente impossível ter tudo na devida ordem para um dia tão próximo, resolveu não inaugurar o retrato pela impossibilidade de abrir ao publico a bibliotheca, sendo de opinião contraria o senhor Silvano*». ^[648]

Tardava já o trabalho de arrumação dos livros, e impunha-se a intensificação dos esforços nesse sentido, pois havia 3 anos e meio passados sobre a entrega da livraria.

Mas a data da inauguração foi finalmente marcada para o aludido dia 1.º de Dezembro de 1876. O Município fê-la, com toda a solenidade e aparato, bem o merecendo estabelecimento que começava com núcleos tão ricos e com largas perspectivas que 75 anos tem vindo a confirmar, ao serviço dos munícipes – obras de estudo, de recreio do espírito e de informação jornalística.

Transcreve-se, em seguida, integralmente, o texto da acta de inauguração, por cópia do traslado que se encontra exposto, devidamente encaixilhado, na Biblioteca:

648. Livro de Acordãos fl. 72.

*Cópia
da acta da sessão extraordinaria da inauguração
da bibliotheca Municipal
e collocação do retracto
do bacharel Franc.º Jeronimo da S.ª*

No anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos setenta e seis e no sempre memorável dia 1.º de Dezembro — em que se comemora uma das mais brilhantes paginas da nossa historia pátria, e heroica libertação do jugo estrangeiro, reunida em sessão extraordinaria e solemne, a Câmara Municipal da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade d'Angra do Heroísmo, na salla nobre das suas vereações e achando-se presentes — o Exmo. e R.mo Sr. D. João Maria de Amaral Pimentel — Bispo da Diocese, e principaes authoridades e funcionarios públicos abaixo assignados, e outros cavalheiros que todos haviam sido convidados para assistirem ao acto solemne que a Câmara, em prova de muita gratidão, hoje realiza a inauguração da valiosa bibliotheca doada a este município pelo benemérito Terceirense, ornamento e brilho do foro portuguez, o eminente jurisconsulto bacharel Francisco Jerónimo da Silva, a collocação do retracto do mesmo illustre testador, na salla da sua bibliotheca foi pelo senhor Presidente excellentissimo Manuel José Pereira de Bettencourt — aberta a sessão. Depois o mesmo excellentissimo Presidente, lendo uma allocação análoga, ennumerou em breves mas eruditas expressões, os merecimentos e qualificativos d'aquelle que legou á sua pátria o exemplo d'uma honrada e fecunda carreira e uma tão significativa prova do seu amor e generosidade para com seus conterrâneos. Em seguida a mesma Exma. Câmara acompanhada de S.ª Ex.ª R.ma e dos Ex.mos Srs. Governador Civil do Districto, General Commandante da Divisão, Secretario Geral, e demais authoridades e cavalheiros presentes, dirigio-se à sala da bibliotheca, onde a convite do senhor Presidente, o Exmo. João Maria da Silva rasgou a cortina que encobria o retracto do seu respeitável irmão, o dito bacharel Francisco Jerónimo da S.ª, que se achava collocado no centro da livraria. Voltando todos à sala nobre das vereações onde o senhor Presidente deu por finda a sessão de que se lavrou a presente acta que todos assignam perante mim, e comigo Theotónio Simão Paim d'Ornellas Bruges, escrevam da Câmara que o subscrevi e assigno.

Sobre tão assinalado acto escreveu o jornal *O Angrense*, folha do Partido Progressista Terceirense, em seu número 1658: «O dia 1.º de dezembro, por ser o anniversario da gloriosa restauração da autonomia da pátria, foi escolhido pela Câmara Municipal para a inauguração da preciosa bibliotheca legada ao município angrense, pelo illustre terceirense, ornamento do foro portuguez, o bacharel Francisco Jerónimo da Silva. Por essa ocasião, se inaugurou também na sala da bibliotheca o retrato o illustre testador. Para rodear estes actos de toda a consideração de que eram credores, a Câmara convidou todas as auctoridades tanto ecclesiasticas, como civil e militar, grande numero de cidadãos e família do generoso doador. Em sessão solemne da Câmara, presidida pelo seu Presidente o Sr. Manoel José Pereira de Bettencourt, leu este uma primorosa allocação analoga ao acto, e convidando os circunstantes a passarem à sala da bibliotheca, ali o mesmo sr. Presidente, convidou o Sr. João Maria da Silva, para descortinar o retrato de seu irmão, subindo por essa ocasião ao ar muitos foguetes e tocando no vestibulo do palacio municipal a banda de Caçadores 10, que à noute ali tornou a tocar». A notícia termina explicando que o acto representa a gratidão pelo doador e salienta o valor da biblioteca «que em si contem já 3.800 volumes, muitos dos quais verdadeiras preciosidades».

Por seu turno, o semanário *Ideia Nova* (n.º 18), refere-se com mais pormenores ao acto, desta maneira; «Teve logar no 1.º do corrente a inauguração da bibliotheca legada ao município pelo distincto jurisconsulto terceirense o Dr. Francisco Jeronimo da Silva.

Assistiram as auctoridades ecclesiastica, civil e militar, parentes do testador, chefes de repartições, alguns sacerdotes, vis-cônsules da Rússia, de Túnis e da república Argentina, cônsul do império da Allemanha e um grande concurso de pessoas de diferentes classes sociedade. O Exmo. Presidente da Câmara Sr. Manoel José Pereira de Bettencourt, leu uma allocação análoga ao acto, encarecendo as qualidades que distinguam o illustre testador e os proficuos resultados que se podem colher de tão útil estabelecimento, concluindo por pedir às autoridades e pessoas presentes de irem à sala da bibliotheca, onde a convite de s. Ex.^a o Sr. João Maria da Silva desvendou o retrato do seu irmão o dr. Francisco Jeronymo. Por essa ocasião, subiu ao ar uma girandola de foguetes, e a música do batalhão de caçadores 10, que se achava no vestibulo do paço, tocou o hymno da independência. Em seguida voltou a Exma. Câmara e convidados à salla das sessões para se assignar o respectivo auto. Na noite d'aquelle dia plausível esteve aberta a bibliotheca, que foi visitada por muitas pessoas, a ainda a referida música tocou algumas peças. Há na bibliotheca duas estantes que foram do visconde d'Almeida Garret, e que hoje sam para o município de subido valor porque a si tem ligada a grata recordação da estada em Angra, do distincto escriptor».

Auto da entrega da biblioteca ao bibliotecário respectivo

No dia dois do mez de Dezembro do anno de mil oitocentos e setenta e seis, nos Paços do Concelho d'Angra do Heroísmo e na salla da bibliotheca municipal legada a esta Câmara pelo benemérito terceirense, o bacharel Francisco Jerónimo da Silva, no dia de hontem inaugurada, sendo presentes o excelentíssimo Presidente d'esta Câmara o Sr. Manuel José Pereira de Bettencourt e o bibliothecario nomeado pela Câmara João Francisco d'Oliveira Bastos perante mim escrivão da Câmara, ahi e em vista do catalogo official dos livros legados, de que este auto fica fazendo parte, entregou o mesmo senhor Presidente ao predito bibliothecario João Francisco de Oliveira Bastos a mesma bibliotheca, contendo trez mil setecentos e trinta volumes, alem d'obras accrescidos desde a data da recepção, dando-as o mencionado bibliothecario por entregues na mesma bibliotheca que fica sob sua responsabilidade e guarda, archivando-se na secretaria o alludido catalogo com este auto que de tudo se lavrou, sendo testemunhas presentes João José d'Aguiar e José Sebastião de Castro do Canto, casados amanuenses da secretaria municipal que todos assignaram perante mim e comigo Theonio Simão Paim d'Ornellas Bruges escrivão da Câmara que o escrevi e assino.

Os primeiros leitores, obras consultadas, etc.

Num caderno de 20 páginas a 36 linhas cada, «*riscado por tal modo que n'uma só linha se possa conhecer a obra consultada, o dia e a sua restituição*»^[649] encontramos o movimento da biblioteca desde o dia 2 de Dezembro, seguinte à sua inauguração, até 24 de Abril de 1878. Nele se vê que o primeiro leitor foi Jerónimo Agostinho Gonçalves Ferraz da Fonseca Brandão que requisitou a obra «*Thesouro da paciência*» («*Tézoiro de Paciencia Nas Chagas de Jezu Cristo (...)*») por Doroteo de Almeida – Porto (...). 1765). Na classificação atribuída a este livro, para a coluna a tal destinada, o bibliotecário hesitou entre *História* e *Literatura sacra*. Fonseca Brandão, o General Júlio Maria Silvano, vereador da Câmara e António Joaquim Teixeira foram os únicos leitores registados naquele dia. Só a 5 voltou a haver movimento.

Até ao fim do mês, o número de leitores não excedeu a centena. Em todo o ano de 1877 mal atingiu os 400 (399), sendo quase todos funcionários públicos e párocos que pediram obras literárias e históricas, legislação e jornais.

Além deste caderno guarda-se na biblioteca um *livro* em papel almasso de 36 linhas, contendo 48 páginas rubricadas, cujo termo de abertura é assinado, com data de 2 de Dezembro de 1876 pelo Presidente da Câmara, o já referido Manoel José Pereira de Bettencourt. Nesse livro foram registados os livros e objectos acrescidos, cumprindo-se assim o disposto no art.º 7.º do *Regulamento* atrás transcrito. Através deste registo se verifica que de 4 de Outubro de 1872 a 31 de Março de 1881, isto é no espaço de cerca de 9 anos, foram recebidos por oferta ou compra 206 espécies, não contando jornais e revistas. Entre estas obras assinala-se, com especial relevo, a tradução do *Hamlet* de Shakespeare, por D. Luiz I. Foi recebido a 24 de Abril de 1878^[650] e entregue à Câmara, em sessão, pelo Conde da Praia da Vitória. Este exemplar que, segundo depoimentos, tinha um autógrafa de El-Rei em dedicatória à Câmara, desapareceu da Biblioteca, em data difícil de precisar, mas aí entre 1930 e 1934. Foram também recebidas autografadas, algumas das preciosas edições de Eugénio do Canto e as *Ordenações do reino*, edição de 1602, entregues estas pela Secretaria Municipal. Há ainda a registar a oferta simultânea de 14 volumes dos séculos XVII e XVIII, feita por João Maria da Silva. Estes livros pertenceram ao Dr. Francisco Jerónimo da Silva, tendo sido entregues em 1889. Em 1878, a Câmara pagou pelo «*seguro contra fogo*» da biblioteca 8\$000 réis.^[651]

649. Art.º 7.º do Regulamento da Biblioteca.

650. 1.º Livro de Inventário da Biblioteca.

651. Livro n.º 1 do *Registo de Orçamentos* fl. 40 v.º.

Em 1878-1879, foi aumentado o ordenado do bibliotecário para 240\$000 rs., único ajustamento nos vencimentos municipais. É também no orçamento de 1878-79 que se regista a primeira verba para «*utensílios e livros*», num total de 50\$000 rs. A primeira obra a ser comprada foi o *Novo Almanack de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1879*.

O jornal *O Imparcial* (n.º 91 de 25 de Julho de 1885), publicou uma elucidativa local, aliás sem título, sobre leitura nocturna na Biblioteca. Depois de algumas considerações de ordem geral acerca da instrução das massas populares, lê-se o seguinte: «*O município d'Angra possui uma bibliotheca que, segundo nos consta, está já enriquecida com muitas centenas de volumes, sendo a maior parte d'elles tratados de reconhecida utilidade scientifica: - Philosophia, Economia Política e Social, Sciencia Histórica e Política, Chronologia, Mathematica, Litteratura, Geographia, Jurisprudência, etc. - Mas esta bibliotheca só se encontra aberta a horas incompatíveis com os afazeres da maior parte dos indivíduos. Estas horas, que são das 9 da manhã às 3 da tarde, não podem ser aproveitadas para fins de consultas pelos empregados civis e militares, comerciantes ou artistas, que as passam ocupadas nos seus empregos ou negócios de que vivem. À Exma. Câmara competia pois remediar esta falta, mudando para de noite - para quando todos mais ou menos podem dispor d'algum tempo - as horas d'abertura d'aquelle estabelecimento, que tão útil se nos pode tornar, pois ninguém ignora que da falta de bibliothecas públicas, cujos livros possamos consultar a horas convenientes, resulta o vivermos na ignorância de muitas cousas que podíamos conhecer. Há algumas bibliothecas particulares pertencentes a sociedades; mas essas só podem ser consultadas pelos sócios e são na maior parte deficientes para o fim instructivo que se pretende, pois se compõem quasi exclusivamente de romances e outras obras de passa-tempo. A Exma. Câmara é composta de cavalheiros muitíssimo esclarecidos, que não ignoram as dificuldades com que luctam os menos abastados para adquirir os bons livros de instrucções, e até muitos indivíduos há que tendo um verdadeiro amor às letras não podem, à falta de recursos, passar alem de obrasitas de pouco custo, que sempre deixam muito a desejar. Pedindo, portanto, para que a bibliotheca passe a ser aberta à noite, estamos certos de que a Exma. Câmara não será indiferente a uma supplica que resume em si a vontade inteira de centenas de pessoas e uma medida de grande alcance para o adiantamento da instrução».*

Entre as bibliothecas das sociedades de que o jornal faz menção, contava-se, além das que já referimos, o Gabinete de Leitura. *O Direito do Povo* (n.º 6, de 20 de Janeiro de 1878) no seu noticiário insere a informação de que «*Gabinete de leitura. - Abriu no dia 12 do corrente a sociedade dramática litteraria 'Instrução e Recreio'; um gabinete de leitura na casa n.º 108 da rua D. Afonso VI. São dignos de louvor os esforços empregados, por esta tão digna sociedade na concepção d'um melhoramento tão útil, qual é a difusão da instrução por meio tão digno de louvavel*». Era Presidente da Direcção desta sociedade Francisco de Paula Moniz Barreto jr.

Biblioteca

«Silvestre Ribeiro»

na Praia da Victória

A primeira informação de relevo que encontramos acerca da biblioteca pública da Vila da Praia da Victória (biblioteca municipal), ao presente sem instalações por ter sido demolido o respectivo edifício da Praça *Francisco de Ornelas da Câmara*, consta da portaria que louva o conselheiro José Silvestre Ribeiro, pelo relevante serviço que em 1876 prestou «à instrução popular n'esta ilha fundando uma bibliotheca na vila da Praia da Victória» (*A Tercera*, n.º 933 – 3 de Fevereiro de 1877). Transcrevemos o texto desse diploma régio: «Direcção geral de instrução pública – 1.ª Repartição – Sendo presente a Sua Majestade El-Rei o officio do governador civil do distrito de Angra do Heroísmo, datado de 23 de novembro último, dando conta da fundação de uma bibliotheca publica nos Paços do Concelho da Praia da Victória, creada pelo conselheiro e ministro d'estado honorário, José Silvestre Ribeiro, denominada “Bibliotheca Silvestre Ribeiro”, em signal de respeitoso preito prestado ao nome do seu generoso fundador, que a tem enriquecido com importantes remessas de livros e mappas, subindo já a 1.081 o número de volumes offerecidos, que promete augmentar successivamente; não se limitando somente a isto os serviços prestados à instrução publica por este benemérito cidadão, porquanto a escola de instrução primaria, existente na mesma villa, tem sido também generosamente contemplada com varias offertas de livros, para núcleo da sua bibliotheca e para serem distribuídos pelos alumnos: –Manda Sua Majestade El-Rei louvar em seu nome o conselheiro José Silvestre Ribeiro pelos relevantes serviços que d'esta forma tem prestado, e promete continuar a prestar, á santa causa da instrução e educação popular, de que tem sido um dos devotados apóstolos, tornando-se por isso credor da consideração e reconhecimento do paiz que dedicadamente tem servido. Paço, em 12 de janeiro de 1877 = António Rodrigues Sampaio.»

Ao publicar a transcrição acima escreveu ainda *A Tercera*: «É com o maior prazer que registamos esse facto: só por si bastaria elle para vincular o nome benquisto do Sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro a um dos mais importantes melhoramentos n'esta ilha, se muitos outros não attestassem eloquentemente os beneficios por s. Ex.ª prestados a estes povos».

As bibliotecas angrenses cerca de 1890

No manuscrito «*Geographia, História e Estatística do archipelago dos Açores*» recentemente encontrado na Câmara, escrito cerca de 1889, e cujo autor não pudémos, com absoluta certeza, apurar, lê-se, a pgs. 125, sob título *Museum e bibliothecas*: «O único museu que há na ilha Terceira é o do Lyceu Nacional de Angra do Heroísmo, que é pobríssimo e que está mal conservado. O Sr. dr. José Augusto Nogueira Sampaio é que tem um particular, no mesmo género do Lyceu, e que está em melhores condições. Há as seguintes bibliothecas: a do Lyceu Nacional, a da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Biblioteca Popular Angrense, na mesma cidade, e do Seminário Episcopal, e a do Regimento de Caçadores n.º 10. A do Lyceu Nacional inaugurou-se em 1 de outubro de 1860, e abriu-se em igual dia de 1862. Tem uns 4.000 volumes, e é formada, em parte, de muitos volumes pertencentes às livrarias dos extinctos conventos do districto de Angra do Heroísmo. Sobressaem, entre os livros, que a compõem, algumas obras notáveis, antigas e modernas, e uma colecção de periódicos açoreanos, desde 1835, que não está completa, mas que é ainda assim apreciável. A da Câmara municipal de Angra do Heroísmo foi legada ao município pelo illustre terceirense, o Dr. Francisco Jeronymo da Silva. Compõe-se também duns 4.000 volumes onde se encontram obras importantes sobre todos os ramos das sciencias, letras, e artes. A bibliotheca popular angrense inaugurou-se em 1 de dezembro de 1871, por iniciativa da associação Club Popular Angrense. Tem cerca de 3.000 volumes, offerecidos pelo Sr. D. António da Costa, o illustre propognador da instrução popular, pelo fallecido Matheus Augusto, e por outros cavalheiros, e alguns pelo governo. Infelizmente esta bibliotheca, pode dizer-se, que hoje não funciona, e que a associação que tão loucavelmente a promoveu e sustentou se tem desviado completamente do fim para que foi creada. A bibliotheca do seminário episcopal tem uns 1.600 volumes, e serviu-lhe de núcleo os duplicados das obras theologicas existentes na bibliotheca do lyceu nacional. Depois augmentou-se com 400 volumes, que formavam a livraria do fallecido deão da Sé. Narciso António da Fonseca, e com alguns que foram offerecidos pelo conselheiro Bartholomeu dos Mártires Dias e Sousa, pelo conselheiro Adrião Pereira Forjaz de Sampaio e pelo actual bispo, o Sr. D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel. A bibliotheca regimental de caçadores n.º 10 inaugurou-se em 1880. Tem uns 300 volumes. É portanto muito pobre, e mui poucas são as obras de valor que possui. Esta falta é notável, e tanto mais para os officiaes que não teem livros, que vantajosamente possam consultar. Dá isto em resultado que a bibliotheca é pouco ou nada frequentada (aliás a situação é idêntica na actualidade, apesar de a biblioteca do B. I. I. 17, sua sucessora, possuir à volta de 1.500 volumes); apenas sai um ou outro livro para casa dalgum official. Ressente-a falta

de periódicos militares estrangeiros, e nem collecciona os periódicos da ilha que, estou disso convencido, lhe seriam generosamente offerecidos pelas redacções, se porventura houvesse alguém que os sollicitasse. Há também, na cidade de Angra do Heroísmo, um gabinete de leitura, propriedade do Dr. Alfredo Luiz Campos; e o Sr. José Augusto Nogueira Sampaio possui uma excelente livraria particular, onde existem notaveis obras modernas, sobre sciencias e litteratura».

O 1º bibliothecário: João Francisco de Oliveira Bastos

A 29 de Fevereiro de 1892,^[652] faleceu com 86 anos, João Francisco de Oliveira Bastos, o primeiro bibliotecário da Câmara, após quase 20 anos de cuidadoso contacto com a preciosa livraria que lhe fora confiada. Exemplar funcionário como o reconheceu a Câmara, em acta de 4 de Março seguinte à sua morte, era assíduo e de zelo inexcedível e um cidadão verdadeiramente prestante.

Nascera João Francisco de Oliveira Bastos em Lisboa, a 9 de Março de 1806. Tomou parte no movimento liberal, pelo que o consideravam uma «*reliquia veneranda*». Veio para a Terceira, contando 20 anos, em 1826, ficando escriturário da casa Teotónio de Ornelas e casou com D. Maria Amélia de Ornelas Bruges, filha daquele ilustre terceirense. Distinguiu-se em várias missões de importância militar, sendo muito estimado por quantos abraçaram a causa liberal. Foi capitão dos Voluntários da Rainha e obteve a medalha n.º 7 das «*Campanhas da Liberdade*». Jornalista distinto, coube-lhe a presidência da comissão promotora de auxílio aos «*veteranos da liberdade*».^[653]

São dignos de admiração os livros de registo da Biblioteca por ele escriturados. A sua acção profissional, seguindo esse livro, manteve-se até princípios de 1889. Em 21 de Dezembro do ano anterior, o Município nomeou um ajudante – José Teodósio Bettencourt Carvalho – que praticamente o substituiu em todas as funções.

652. Livro de Acordão – 1892 – fl. 89 v.º.

653. Alfredo Luiz Campos, *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1903.*

Uma oferta de Mendo Bem

Sem nota de especial relevo a assinalá-los, decorrem 10 anos sobre a nomeação de José Teodósio de Bettencourt Carvalho (16 de Novembro de 1892), se excepção fizermos ao legado do general João Carlos Rodrigues da Costa, composto de algumas preciosidades bibliacas açoreanas, nomeadamente jornais da nossa primeira imprensa (“A Chronica da Terceira”, p.e), os almanaques da época constitucional, etc. O General Rodrigues da Costa doou também ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Angra a livraria médica que fora de seu sogro, Dr. Luiz Augusto Pedro da Saude, composta de 400 volumes.

Em 1901, Suas Majestades o Rei Senhor D. Carlos e a Rainha Senhora Dona Amélia visitaram a Biblioteca, não havendo deste acontecimento qualquer registo especial. Foi em 1902, que Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt (Mendo Bem) ofereceu à Câmara uma volumosa colecção de espécies insulares, a maioria açorianas. Constitui ela a terceira oferta importante feita à Biblioteca. Em officio dirigido à Municipalidade e que acompanhou a sua colecção. Mendo Bem, que além de bibliófilo foi poeta e jornalista de certos méritos, escreveu o seguinte:

Ilmo. e Exmo. Sr. — Ao visitar, talvez em última instância, a minha terra muito amada, quiz, como se testamento intervivos, legar-lhe a melhor parte do meu coração, os affectuosos e bons companheiros de tantos anos da minha já longa existência. Rico que fora, outra herança material e mais profícuo viria entregar à illustre Municipalidade desta cidade nobre e heroica. Pobre, que sou, aqui vim trazer-lhe os meus haveres morais, esses livros e essas colleções insulanas que, mealha a mealha, fui arrecadando no meu espólio de lettras como um thesouro que avaramente se esconde de profanas vistas, para surgir um dia à luz das bibliothecas públicas, ao sol dos consulentes das variadas espécies de livraria.

Melhor depositaria não haveria, certo estou, do que

a Câmara Municipal d'Angra do Heroísmo. Os meus companheiros de longas horas de prazer e estudo, ficam bem ao lado de tantos outros que lhe legou um benemérito terceirense. Mais humildes, menor em número, tem, contudo, uma qualidade perfeitamente insular que os não deixa desmerecer d'aquelles que vão alliar-se em boa confraternidade litteraria. Oxalá os recebem urbanamente os camaradas e amigos.

V. Ex.^a e o illustre Município da sua digna presidência, me concederão a mercê de aceitar benevolmente a humilde oferta de 3.000 volumes, de que se compõe a bibliotheca de Mendo Bem, um modesto homem de lettras que só tem o merecimento proclamado pelo príncipe dos poetas portuguezes – Amar a sua terra e sua gente.



Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt (Mendo Bem).

Futuras remessas aumentarão o meu espólio de vivo. Com a mesma e antiga paixão de colleccionador irei, enquanto Deus me der vida, armazenando riquezas litterarias que possam fornecer um nucleo valioso de consultas para os que quizerem apoz mim, escrever sobre este formoso archipelago, que tanto merece o nosso amor e dedicação.

Será este o meu honesto fito até fitar saudoso, longe d'este solo querido, que me viu nascer, a luz do meu último dia d'existencia.

Deus guarde a V. Ex.^a – Angra do Heroísmo, 25 de setembro de 1902. – Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (a) F. J. Moniz de Bettencourt.

A edilidade transcreveu na acta da sessão de 25 de Setembro de 1902, o texto deste Aofício, cujo conteúdo revela o espírito carinhoso do autor para com a sua terra, patenteia a estima dispensada à colecção oferecida e denota plena consciência do valor que a mesma possuía.

A *Biblioteca Insulana*, como a denominava Mendo Bem e cujo título está gravado nas lombadas de algumas das obras que a forma, constitui, na verdade, um excelente contributo para a valorização da Biblioteca Municipal, dando-lhe relevo muito para salientar, no plano regionalista. Torna-se, com efeito, imprescindível, a qualquer estudo histórico sobre o século XIX na ilha Terceira e até nos Açores, a consulta dos numerosos folhetos, livros, filhas avulsas, jornais, etc., da colecção *Mendo Bem*. Como refere o biógrafo de Francisco J. Moniz de Bettencourt – o Sr. Dr. Corte Real e Amaral – grande parte das espécies compiladas por Mendo Bem são de *extrema raridade*.

A Câmara demonstrou pleno reconhecimento ao doador, fazendo lavrar na acta mencionada sessão de 25 de Setembro, uma deliberação do seguinte teor: «A Câmara sobremaneira reconhecida por tão preciosa dádiva, cujo valor quer intrínseco quer literário é grande, penhorada, pela forma por extremo gentil porque é feito o offercimento, e ainda pela promessa cabal de que novas remessas continuarão a vir enriquecer a sua bibliotheca, resolveu por proposta do seu Presidente (Visconde da Agualva) se consignasse um voto de louvor e profundo agradecimento ao illustre doador, Exmo. Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt, distincto filho d'esta terra, que d'elle muito se honra não só pelo seu alto merecimento litterario, como pelos manifestos sentimentos de amor pátrio que tanto o ennobrecem». E mais abaixo «e bem assim que o retrato do illustre offerente seja collocado na mesma sala, em lugar distincto e apropriado como padrão de generoso acto praticado e do elevado apreço d'esta collectividade. (...) Que se peça ao Exmo. Governador Civil para levar este meritório facto ao conhecimento do Governo da Sua Majestade, para que possa da Regia Munificência receber também o justo galardão. (...) Deliberou mais que d'esta acta se envie um extracto ao interessado».

A oferta de Mendo Bem recebeu o melhor acolhimento público. O jornal *A União* dedicou à figura do escritor e jornalista, a 30 de Setembro (n.º 2.603) toda a primeira página. *O Angrense*, a 2 de Outubro (n.º 2.928) também se fez eco do mesmo acolhimento, assinalando-o por forma iniludível, com o seguinte passo: «Esta importante e valiosa dádiva veio mais uma vez demonstrar os verdadeiros sentimentos philantropicos e o excessivo amor que o benemérito doador tributa à sua querida terra natal, cujo nome, tão laureado, ficará eternamente gravado no seio dos seus compatriotas.»

O Almanack Açores no seu 1.º ano (1904) igualmente publicou, com o retrato, uma homenagem a Mendo Bem, dando relevo à oferta. E assim, outras publicações.

A fotografia de Francisco Moniz de Bettencourt encontra-se na sala maior da Biblioteca Municipal, ao lado da do historiador terceirense José Joaquim Pinheiro. É uma das suas últimas fotografias.

Em 1945, foram enviados à Câmara, pelo General José Tristão de Bettencourt, sobrinho de Mendo Bem, 2 manuscritos com inéditos do escritor e poeta e uma curiosíssima colecção de desenhos, aguarelas, músicas, plantas, *fac-similes* de frontispícios e cabeçalhos de jornais açorianos, autógrafos, etc., que constituem

o *Álbum Mendo Bem*.⁶⁵⁴ As 146 folhas deste curioso álbum estiveram expostas na Biblioteca Municipal, por iniciativa da Presidência da Câmara, de 16 a 21 de Dezembro de 1948.

Na colecção existem alguns autógrafos de valor como os de Antero de Quental, Ernesto do Canto, José do Canto, Aníbal Bettencourt, Viana da Mota (com os compassos iniciais da 1.^a *Rapsódia Portuguesa*), Aristides Mota, Mont'Alverne Sequeira, etc., *fac-similes* de 33 jornais açoreanos e diversas curiosidades.

654. Relatório da Gerência de 1945 da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, s. d. *Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt (Mendo Bem)*, Corte Real e Amaral, Angra do Heroísmo, 1949.

Pela ampliação das instalações da Biblioteca

Desde a sua inauguração até à entrega da oferta de *Mendo Bem*, nenhum problema se levantou quanto à instalação da Biblioteca, que se encontrava na sala do extremo norte do corredor do 2.º pavimento da Casa da Câmara, Sala suficientemente iluminada por 4 janelas, 3 das quais dando para a actual Rua João de Deus (Ladeira de S. Francisco) e a outra para o pátio, tinha, na seguinte disposição, as estantes – Nos nembos centrais das 3 janelas voltadas ao norte, as suas estantes, *Almeida Garrett*⁶⁵⁵ no lado oposto, o corpo principal no centro do qual estava colocado o retrato do Dr. Francisco Jerónimo da Silva e dois pequenos quadros de moldura dourada com o *Regulamento da Biblioteca* e a cópia da acta da sessão inaugural, entre os quais um relógio. Nas outras paredes, mais 3 estantes.

Na sessão de 25 de Setembro de 1902, a Câmara fez tombar na acta respectiva a seguinte deliberação: «*Que visto a actual sala da sua bibliotheca não comportar*

655. Não tem sido indicada com clareza a procedência da notícia de que duas das estantes da livraria do Dr. Francisco Jerónimo pertenceram a Garrett. É a *Correspondência de Portugal* que vem esclarecer: «*Legou a sua rica livraria à municipalidade d'Angra. É um presente de muito valor e maior merecimento. Algumas das estantes pertenceram ao illustre visconde d'Almeida Garrett. Foi um dos antigos e dedicados amigos do sr. Francisco Jeronymo que lh'as offerecera. – Agradeço por mim e pela Câmara da minha terra, foi a resposta do distincto jurisconsulto. A sua intenção foi sempre deixar os livros que tanto estimava à sua ilha, por ter a certeza de que assim não seriam nunca desbaratados.*».

os livros ora offertados, se proceda à ampliação indispensável, a fim de que possam ter o devido cabimento».^[656]

Merece referência outro legado, embora pequeno, feito por João Thomaz Teixeira. A Baronesa de Ramalho, em ofício ao Presidente da Câmara, escreve: «*Tendo o meu falecido marido João Thomaz Teixeira, para mim de muito saudosa memoria, legado alguns livros de ciências e artes, a cujo estudo se entregava, resolvi pô-los à disposição da Exma. Municipalidade de V. Ex.^a, a fim de fazerem parte da Biblioteca pública. Aceitando V. Ex.^a esta minha insignificante oferta que tem por fim tornar lembrado o nome do meu saudoso marido, pode V. Ex.^a desde já dignar-se tomar conta deles e mandar proceder ao respectivo arrolamento.*»

Este ofício, datado de 23 de Outubro de 1900, tem a assinatura de Catarina Pamplona Corte Real Teixeira, a referida Baroneza de Ramalho.

Em 1911, a Junta Geral do Distrito concedeu um subsídio de 250\$000 réis. para mudança da biblioteca,^[657] mas foi esta quantia transitando de orçamento em orçamento, até ser empregada noutro fim.

Em 1913, a verba para livros e assinaturas triplicou, em relação aos anos anteriores – 150\$00. No ano seguinte aparece no orçamento a verba de 100\$00 para material e 248\$28 para gratificações do serviço nocturno, então iniciado.

656. Livro de Acórdãos fl. 21.

657. Livro n.º 7 do Registo de Orçamentos fl. 9 v.º.

Remodelação da Biblioteca

Sob os auspícios do vereador Sr. Álvaro de Castro Menezes iniciou-se, em 1914, a remodelação da Biblioteca, tanto quanto possível criteriosamente.

Com efeito, refere a acta da sessão de 18 de Fevereiro daquele ano que a Câmara «*mais deliberou: Pedir à Comissão executiva da Junta Geral, por proposta do Sr.*

Vereador Castro Menezes, para ser aplicado ao melhoramento da bibliotheca, material e qualquer outra despeza, o subsídio em tempo concedido para a mudança da mesma bibliotheca, afim de pô-la em condições de funcionar à noite. E se à mesma Junta fosse possível destinar alguma importância para reforçar aquela, grande serviço prestaria a esta Câmara em especial e em geral ao público, principal interessado no melhoramento a que se procede.”^[658]

No seu ofício n.º 46 de 19 de Fevereiro, dia seguinte ao da sessão acima mencionada^[659], a Câmara comunica ao Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral: «*Acordou-se ultimamente em que a bibliotheca continue na respectiva sala do paço municipal até que um dia vague a pavimento baixo onde está instalada a administração do concelho e ali possa mais desafogadamente ser instalada. Mandou-se proceder a nova catalogação, seleção e acomodação da livraria, pretende-se fazer a aquisição de alguns livros modernos, enfim melhora-la quanto possível, pondo-a em condições de melhor satisfazer ao seu utilitário fim abrindo-a a noite. Pretende a Comissão da minha presidência. (Elias da Cunha Pinto), e isso solicita, ser autorizada a aplicar a verba aludida aos melhoramentos em vista, mesmo em pessoal que para isso possa carecer (...)*».

A Junta Geral, em ofício do seu Presidente, datado de 4 de Março, informou: «*A Comissão Executivo em sua sessão de hoje, deliberou autorizar a aplicação do subsídio de 250 escudos, concedido a essa Câmara, a melhoramentos na bibliotheca municipal, pois era esse o fim a que essencialmente se destinava*».

A edilidade imediatamente tomou conhecimento do ofício e na sessão, também de 4 de Março, o Vereador Sr. Álvaro de Castro Menezes apresentou «*uma carta do Sr. Gervásio Lima, em que oferece gratuitamente os seus serviços para auxiliar a classificação e catalogação dos livros da bibliotheca municipal a que, soube a direção do dito Sr. Vereador se está procedendo. Resolve a Comissão agradecer o oferecimento*^[660] *aceitando o serviço auxiliar conveniente ao rápido acabamento da organização de que se trata. Entendendo, porém, que tal serviço merece remuneração, mas não tendo faculdade de a arbitrar, deliberou mais submeter à apreciação da Câmara este assunto, a fim de que ela resolva o quantitativo a dar àquele auxiliar até terminar o serviço a que se presta*».

É ainda o Sr. Alvaro de Castro Menezes que, em sessão de 3 de Março de 1915, firma a opinião de que: «*Sobre a reconstrução do prédio sito à Praça da Restauração, mostrou o Sr. Alvaro de Castro Menezes a impossibilidade em que a Câmara se acha para por em execução tão importante obra – Que a Caixa Económica d’Angra tem no seu estatuto a faculdade de subsidiar a construção d’escolas, como que se contava; mas isso não remediaria de pronto a dificuldade. Lembrava se lhe pedisse o encargo da construção do corpo do edifício destinado a escola e BIBLIOTHECA, sendo a amortização da importância despendida paga por meio do próprio subsídio para tal fim destinado (a*

658. Livro de Acórdãos fl. 123.

659. Livro de Registos de Correspondência fl 33.

660. Resposta a 6 de Março de 1914, Livro de Registo de Correspondência fl. 37.

reedificação do edifício fora votada em Dezembro de 1914)».

O bibliotecário JOSÉ TEODÓSIO DE BETTENCOURT CARVALHAL, após 26 anos de serviço, alquebrado ao peso dos anos, encontrava-se cansado e o trabalho de remodelação dum livraria, por mais simples e despreocupada que seja a orientação de semelhante cometimento exige importante esforço.

GERVÁSIO LIMA, no esplendor dum frutuosa carreira literária, tão bem acolhida mas ao mesmo tempo mal recompensada, entrava pois para a biblioteca, como ajudante, a 19 de Agosto de 1914.

Pela aposentação de José Teodósio, a 18 de Junho de 1917, era ele já, virtualmente, o bibliotecário. A respectiva nomeação tornou-se efectiva a 29 de Setembro de 1917, como concorrente único.

A remodelação consistiu principalmente na confecção dum novo inventário, cópia e actualização do anterior. Cotejando os registos, verificam-se acrescentamento e supressão de obras, pelo que conclui que a mencionada *selecção* dos valores da Biblioteca não foi em vão!... – Passe a ironia.

De 1914 a 1919, estabeleceu-se o serviço nocturno, ampliaram-se as dotações orçamentais quanto às gratificações do pessoal mas declinaram no que respeita a material e foi modificado o horário.^[661]

661. Quanto ao número de obras adquiridas, verificam-se o seguinte aumento e despesas:

1939 – Por compra (?) vols. no valor de 1.364\$50. Revistas e jornais 1.517\$05.

1940 – Por compra (?) vols. no valor de 642\$50. Revistas e jornais 1.498\$70.

1941 – Por compra (?) vols. no valor de 1.230\$80. Revistas e jornais 1.565\$35.

1942 – Por compra 276 vols. no valor de 5.363\$15. Por oferta 72 vols. Total: 348.

1943 – Por compra 168 vols. ao valor de 5.391\$40 (incluindo revistas e jornais). Por oferta 48 vols. Total: 216.

1944 – Por compra 440 vols. (11.466\$44 em livros, jornais, revistas e encadernações). Por oferta 167 vols. Total: 616.

1945 – Por compra 405 vols. (16.962\$40 – idem, idem). Por oferta 3. Total: 408.

1946 – Por compra 316 vols. (17.356\$00, idem, idem) Po oferta 69. Total: 383.

1947 – Por compra 305 vols. (15.461\$20, idem, idem). Por oferta 103. Total: 408.

1948 – Por compra 222 vols. (14.769\$55, idem, idem). Por oferta 126. Total: 348.

1949 – Por compra 110 vols. (8.395\$25). Revistas (2.541\$50). Por oferta 175. Total: 285.

1950 – Por compra 143 vols. (8.314\$60). Revistas (4.427\$00). Por oferta 352. Total: 405.

1951 – Por compra 161 vols. (6.821\$30). Revistas (5.199\$00). Por oferta 315. Total: 476.

Dispenderam-se, portanto, mais de 130.000 escudos na aquisição de livros, revistas e jornais, nos últimos 13 anos, tendo a partir de 1946 sido guardados convenientemente todos os jornais e revistas recebidos.

O número de volumes adquiridos desde então não é fácil de computar-se na totalidade porquanto até 1941, a documentação é manifestamente insuficiente.

Depois desta data, o número de obras entradas é de 3.953 vols., são sendo a avaliação perfeita, porquanto só de 1946 em diante se procede ao registo imediato das obras entradas.

Com aqueles números, apresenta-se o seguinte quadro:

Anos	Volumes adquiridos		
	Por compra	Por oferta	Total
1942	246	72	318
1943	168	48	216
1944	449	167	616
1945	405	3	408
1946	314	69	383
1947	305	103	408
1948	222	126	348
1949	110	175	285
1950	143	352	495
1951	161	315	476
Total	2533	1430	3953

As actuais instalações, além de muito acanhadas, pois não dispõem de lugar para novas estantes ou mesões, encontram-se situadas em local da cidade demasiado movimentado e barulhento. Acresce que passando muito próxima a «*ribeira dos moinhos*» não raramente, insectos se introduzem na sala grande, podendo causar, como já tem sucedido, prejuízos avultados.

A dotação de pessoal menor é manifestamente insuficiente para a limpeza e conservação dos livros e assim, nos últimos 6 anos, apenas 3 limpezas gerais foi possível levar a cabo.

Presentemente procede-se aos trabalhos preparatórios de:

1.º - Catálogo de espécies açoreanas (assuntos, edições, autores e prefaciadores – livros e revistas).

2.º - Relação de obras dos séculos XVI e XVII.

3.º - Extensão do catálogo com os títulos dos artigos insertos em publicações periódicas de alta cultura (iniciado com a *Biblos*).

4.º Preparação de velhos jornais terceirenses para serem encadernados.

Novas instalações

Com a extinção da Administração do Concelho, decretada pelo Governo da Ditadura Nacional, cuja repartição ocupava as duas salas do primeiro pavimento direito da Casa da Câmara fronteiras à Praça da Restauração, foram estas dependências destinadas a instalar, desafogadamente, a Biblioteca. A transferência foi feita em Julho de 1926, com a cautela possível. Encontra-se na acta da sessão de 1 de Julho de 1926, a decisão da Câmara, da presidência do Sr. Tomé de Castro, sob proposta do vereador Sr. Dr. Victor Manuel Braga Paixão: «*O vereador Sr. Dr. Paixão referiu-se ao antigo projecto de transferência da Biblioteca Municipal para o pavimento inferior do edifício municipal na parte ocupada pela Administração do Concelho que tanto melhora aquele serviço e à possibilidade de o realizar agora em vista de terem sido extintas as administrações do concelho nas sedes dos distritos, passando o pessoal como adido para*

o governo civil e propôs que a Comissão resolvesse efectuar já a mudança da biblioteca o que, para mais, trazia um pequeno aumento de despesa. Esta proposta foi aprovada, autorizando-se o Sr. Presidente a tomar as providências necessárias para a sua execução imediata». Era Presidente o Sr. Tomé de Castro.

Nomeada uma comissão administrativa municipal, o respectivo Presidente Sr. Major Manuel Mesquita procedeu à execução do plano.

Esta comissão, num projecto de empréstimo cujo montante seria de 900 contos, incluiu a verba de 120 contos para a construção duma na Praça da Restauração que servisse de sede das repartições municipais, incluindo a biblioteca.

Pouco tempo depois, em 1927, a Biblioteca enviou para a 1.^a *Exposição de Ex-Libris Nacionais e Estrangeiros* organizada em Lisboa, pela Imprensa Nacional, sob a presidência de Luiz Derouet, diversos exemplares que lhe valeram a concessão dum diploma.

A vereação presidida pelo Sr. Amadeu Monjardino dedicou também especial atenção a este estabelecimento conforme se lê no número único da revista *A Terceira* dedicado a comemorar o 5.^o centenário do descobrimento dos Açores ocorrido em 1932. O número de volumes era então 9.000 (monografia sobre os Paços do Concelho, pelo Sr. Dr. Luiz da Silva Ribeiro). Durante as festas daquele centenário realizou-se na Câmara uma exposição bibliográfica de espécies açoreanas, organizada pelo Bibliotecário Gervásio Lima, sob orientação do Chefe de Secretaria, Sr. Dr. Luiz da Silva Ribeiro e doutro ilustre terceirense o então Major José Agostinho. Neste certame figurou também o primeiro prélo que existiu nos Açores, vindo para Angra em 1829 e em que se imprimiu *A Chronica da Terceira*. Esta histórica peça foi, antes de 1946, transferida da Biblioteca para qualquer dependência dos baixos da Câmara e aí se perdeu, irremediavelmente, como se diz.

Em 1937, pelo Presidente Sr. Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes foram adquiridas umas duas centenas de obras de recente impressão, avultando exemplares da actual literatura brasileira e dos modernos escritores franceses bem como os números da revista universitária *Biblos*, até à data publicados.

Enriquecimento e ressurgimento

A partir de 1939, sob os auspícios e orientação do Presidente Sr. Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, a Biblioteca entrou no caminho da 3.^a fase da ampliação dos seus núcleos, desta vez, porém, contando-se especialmente com os desenvolvos orçamentos respeitantes a este departamento municipal, sob sólida orientação.

Uma contínua actualização dos diversos núcleos, numerosas exposições, aquisição de 4 grandes estantes e um mesão-estante com cerca de 115 metros de prateleiras, contacto com diversos institutos, compra de algum mobiliário, dum amplo móvel-ficheiro de ferro, de material para limpeza pelo sistema eléctrico, recuperação de muitas obras danificadas pelo tempo, organização e actualização do inventário e catálogos, manutenção da estatística e serviço particular de empréstimo domiciliário (a título experimental e provisório, sob directa responsabilidade do actual bibliotecário), ampliação com uma unidade efectiva do quadro de pessoal – eis a traços largos a evolução do desenvolvimento da Biblioteca nos últimos 12 anos, devendo assinalar-se que, pela primeira vez, a admissão do Bibliotecário foi feita por concurso documental e de provas classificadas, com mais dum concorrente.

Os primeiros trabalhos de remodelação haviam sido executados directamente pelo Bibliotecário Gervásio Lima, conquanto a precária saúde lhe não permitisse aturado esforço. Por isso mesmo, o Vereador Sr. Dr. Artur Moniz Silva Jr., coadjuvado pelo funcionário municipal Sr. Alfredo Mendes Aguiar, tomou a seu cargo grande parte desse serviço, enquanto Gervásio Lima se ocupava especialmente da cópia do anterior inventário e dos catálogos, introduzindo-lhes alguns acrescentamentos.

Em 24 de Fevereiro de 1945 faleceu Gervásio Lima, tendo o Município prestado à sua memória de homem de letras e de divulgador infatigável da história terceirense a homenagem convenientemente, ajustada ao valor da sua obra literária. Gervásio Lima, poucos meses antes de morrer, ofereceu à Biblioteca (a 30 de Junho de 1944), 147 volumes da sua pequena livraria particular, a maior parte ostentando dedicatórias honrosas dos respectivos autores.

Em 1928 (sessão de 25 de Outubro) e em 1934 (sessão de 14 de Novembro), a Câmara louvara-o pela sua acção literária e pela organização do *1.º Torneio Literário e Artístico Açoreano*. Foi ainda a Gervásio Lima atribuído, como galardão máximo, o grau de cavaleiro da Ordem de Santiago da Espada.

Compete-nos, agora, tão-somente, o registo do enriquecimento dos núcleos da Biblioteca, aproveitando a ocasião para emitir algumas considerações, aliás muito breves, acerca da premente necessidade duma condigna instalação deste estabelecimento, que pelo menos permita conveniente arrumação de muitas centenas de livros e numerosíssimos maços de jornais, revistas e outras publicações.

No relatório da gerência da Câmara referente a 1942, escreveu o Presidente Dr. Dr. Corte-Real e Amaral:

Ao actualizá-la teve-se em vista adquirir as obras que, pelo seu elevado custo, não podem facilmente ser adquiridas por particulares e sirvam ao trabalho dos estudiosos, ao mesmo tempo que enriquecê-la com obras literárias e históricas que forneçam boa e sã leitura aos muitos que a frequentam.

A existência da Biblioteca

É difícil precisar o número global de espécies existentes na Biblioteca, porquanto a inventariação definitiva está ainda em preparação, dado que se tem feito minuciosa busca em todos os tomos, muitos dos quais são constituídos por miscelâneas.

A secção dos jornais, por outro lado, tem permanecido, praticamente, fora do alcance do serviço.

Pode, todavia, computar-se a existência da biblioteca (excepto a hemeroteca) em 20.000 espécies.

Exposições bibliográficas e de arte

A partir de 1946, todos os anos se tem efectuado pequenas exposições bibliográficas algumas previamente anunciadas na imprensa e rádio e outras destinadas aos habituais leitores.

Aproveitaram-se acontecimentos notáveis para agrupar e expor livros relacionados com comemorações históricas, culturais, etc.

Addenda

A história dos primeiros anos da Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, desde a sua inauguração em Outubro de 1860 até 1871, vem relatada, com grande soma de informação, especialmente na parte de descrição das espécies mais valiosas, em vários números de *A Têrceira* (661, 662, 666 e 667).

O mesmo jornal (n.º 663) indica que o Dr. Francisco Jerónimo da Silva instituiu «um legado anual para pagar a um empregado que a exponha (a sua livraria) em certos dias ao público». Não sabemos qualquer documento que apoie o conteúdo desta notícia.

Serventuários da Biblioteca

- João Francisco de Oliveira Bastos*** Em 1872, encarregado do serviço da livraria do Dr. Francisco J. da Silva. Em 1874 (22 de Julho), nomeado Bibliotecário. Faleceu no cargo em 29 de Fevereiro de 1892.
- José Teodósio de Bettencourt Carvalhal*** Ajudante de bibliotecário em 21 de Dezembro de 1888. Bibliotecário em 16 de Novembro de 1892. Aposentado em sessão de 18 de Junho de 1917. O lugar de ajudante foi suprimido na sessão de 9 de Março de 1802.
- Luiz Maria Gonzaga*** Funcionário de Imprensa Municipal, adido à Biblioteca a 24 de Janeiro de 1894, por extinção daquela tipografia.
- Gervásio da Silva Lima*** Ajudante de biblioteca a 19 de Agosto de 1917. Nomeado Bibliotecário a 29 de Agosto de 1917. Faleceu a 24 de Fevereiro de 1945, afastado particularmente do cargo há meses.
- Henrique Vieira da Silva*** Ajudante de Biblioteca por deliberação de 10 de Outubro de 1917, mantendo-se nesta ocupação alguns meses.
- Vital Bettencourt da Silva Vaz*** Auxiliar da biblioteca, por deliberação de 29 de Agosto de 1934, até 20 de Março de 1935.
- Manuel Caetano Pereira da Terra*** Vigilante da biblioteca de 5 de Janeiro de 1945 a 31 de Dezembro de 1948. Funcionário único de 24 de Fevereiro de 1945 a 24 de Janeiro de 1946.
- João Dias Afonso*** Bibliotecário mediante concurso público. Nomeado a 24 de Janeiro de 1946. Afastado do serviço de 1 de Outubro de 1948 a 31 de Maio de 1949, por ter sido convidado a prestar serviço militar, no posto de Aspirante a Oficial do Exército e exercendo o cargo de Chefe de Contabilidade do B. I. I. 17. Actual bibliotecário.
- José Vieira da Costa*** Vigilante a partir de 7 de Janeiro de 1949, funções que continua desempenhando. Único funcionário em exercício de 7 de Janeiro de 1949 a 31 de Maio do mesmo ano.

Funcionários municipais que prestaram serviço eventual: - Casimiro Duarte de Sousa, em 1914 (serviço nocturno, remunerado), quando era amanuense da Secretaria. - Alfredo Mendes Aguiar, fiscal de Impostos, serviço não remunerado, por diversos períodos, anteriores a 24 de Janeiro de 1946.

Obras Consultadas

Advogado (O) Francisco Jerónimo da Silva – Dr. Luiz Ribeiro – Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932 (separata de *O Instituto*).

Almanak Insulano para Açores e Madeira para 1874 por A. Gil, Augusto Ribeiro e F. J. Moniz de Bettencourt – Angra do Heroísmo, 1873.

Idem par a1875 – por A. Gil e Augusto Ribeiro – Angra do Heroísmo, 1874.

Anais do Município da Horta, por Marcelino Lima – Famalicão, 1940.

Apontamentos históricos sobre Bibliotecas Portuguesas, coligidos e escritos por José Silvestre Ribeiro (Tomo XIX). Inédito da *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal* – Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914.

Breviário Açoriano – Gervásio Lima – Angra do Heroísmo, 1934.

Collecção de Leis e outros Documentos Oficiais – Lisboa, Imprensa Nacional – 1834 e anos segs.

Diccionario Bibliographico Português – de Inocêncio Francisco da Silva – Lisboa, 1858.

Um episódio da História Terceirense, narrado pelo Dr. Francisco Jerónimo da Silva, pelo Dr. Cândido Pamplona Forjaz – Angra do Heroísmo, 1952.

Diccionario Popular – Pinheiro Chagas – Lisboa, Lallemand Frères, Typ. – 1876.

Discurso proferido na inauguração da Bibliotheca Popular do Club Popular Angrense em 1 de Dezembro de 1871 – por João Carlos Rodrigues da Costa – Lisboa, Lallemand Frères, Typ.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira – Lisboa, s. d..

História de Portugal – de Barcelos, 1928.

Jornal *O Angrense* – Angra do Heroísmo, 1871-79.

Jornal *O Direito do Povo* – Angra do Heroísmo, 1878.

Jornal *A Terceira* – 1871-79.

Memória da Visita Régia à Ilha Terceira – Alfredo Luiz Campos – Angra do Heroísmo, 1903.

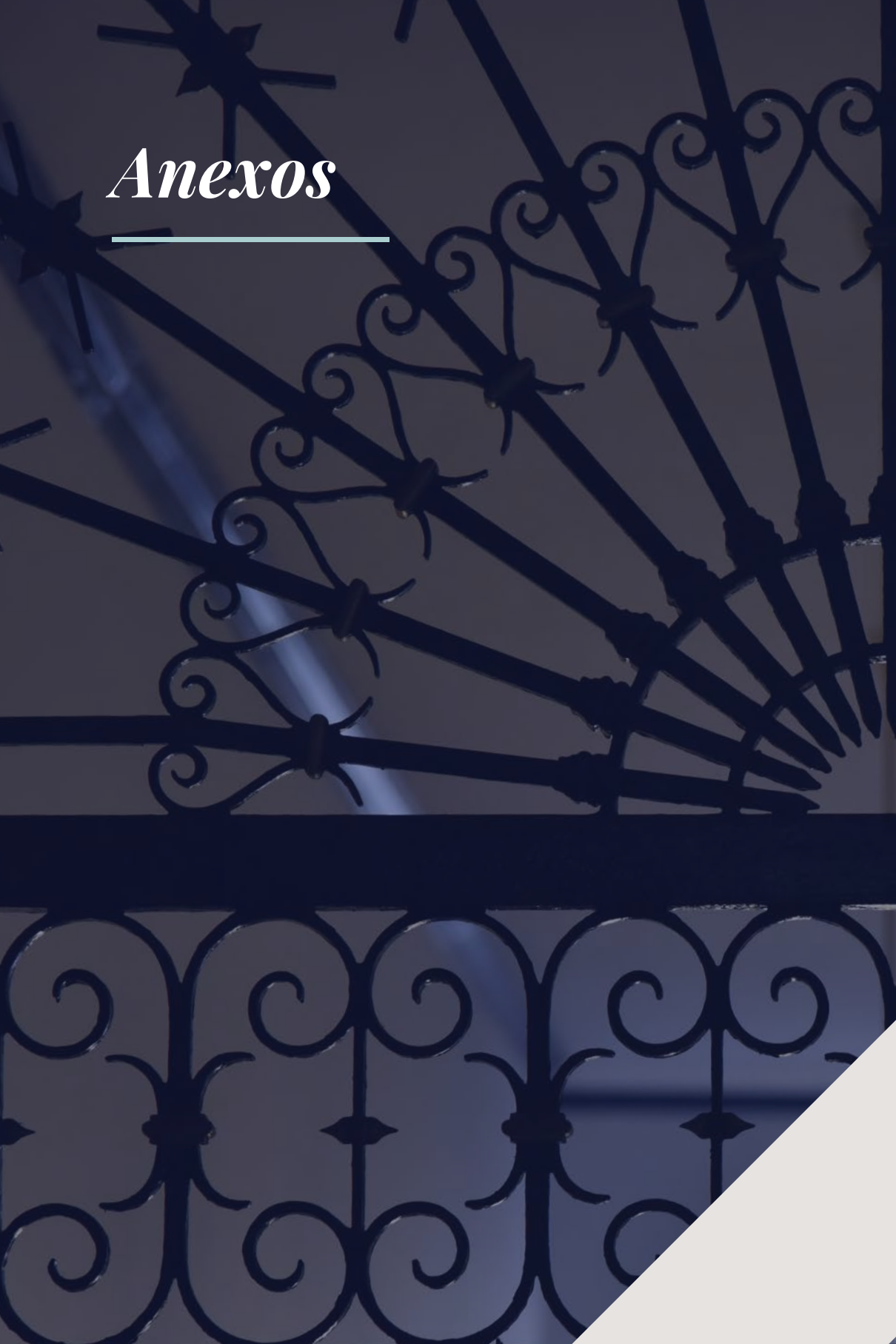
Memória descritiva da inauguração do retrato do fallecido Par do Reino Conde da Praia da Victoria – por João José de Aguiar – Ponta Delgada, 1874.

Memória sobre a Ilha Terceira – Alfredo Sampaio – Angra do Heroísmo, 1904.

«*Topografia da Ilha Terceira*» – Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade – 2.^a edição – Angra do Heroísmo, 1891 (anotações do Pe. José Alves da Silva).



Anexos





Presidentes da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

MONARQUIA CONSTITUCIONAL

Nome

Teotónio de Ornelas Bruges Ávila

Pedro Homem da Costa Noronha^[662]

Barão de Noronha^{[663]*}

Teotónio de Ornelas Bruges Ávila

Luis António da Silva Carvalho^{[664]*}

Teotónio de Ornelas Bruges Ávila

Alexandre Martins Pamplona^{[665]*}

Francisco de Meneses Lemos Carvalho^{[666]*}

Manuel José Pereira Bettencourt

António Teles Peixoto Gutierrez Palhinha^{[667]*}

Teotónio de Ornelas Bruges Ávila

Manuel José Pereira Bettencourt

Manuel Gomes de Sampaio^{[668]*}

João Toste Parreira^{[669]*}

Teotónio de Ornelas Bruges Ávila

...

Mandato

1 de janeiro de 1831 - 17 de agosto de 1832

18 de agosto de 1832 - 9 de julho de 1833

10 de julho de 1833 - 10 de fevereiro de 1835

11 de fevereiro de 1835 - 9 de fevereiro de 1836

10 de fevereiro de 1836 - 7 de outubro de 1836

8 de outubro de 1836 - 24 de março de 1837

25 de março de 1837 - 17 de janeiro de 1839

18 de janeiro de 1839 - 31 de dezembro de 1839

1 de janeiro de 1840 - 1 de janeiro de 1843

2 de janeiro de 1843 - 1 de janeiro de 1845

2 de janeiro de 1845 - 13 de janeiro de 1848

14 de agosto de 1848 - 1 de janeiro de 1850

2 de janeiro de 1850 - 1 de janeiro de 1852

2 de janeiro de 1852 - 1 de janeiro de 1854

2 de janeiro de 1854 - 1 de janeiro de 1870

...

662. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Noronha, § 1º, n.º 10.

663. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Noronha, § 1º, n.º 10.

664. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Carvalho, § 10º, n.º 4.

665. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Pamplona, § 1º, n.º 10.

666. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Menezes, § 1º, n.º 4.

667. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Palhinha, § 1º, n.º 4.

668. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Sampaio, § 2º, n.º 2.

669. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Toste, § 4º, n.º 6.

Nome	Mandato
Jacinto Carlos da Silva, Visconde da Agualva ^[670]	4 de junho de 1902 – 29 de dezembro de 1904
Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos do Carvalho ^[671]	2 de janeiro de 1905 – 5 de agosto de 1906
Pedro Álvares da Câmara Paim de Bruges ^[672]	22 de agosto de 1906 – 27 de dezembro de 1906
Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos do Carvalho ^[673]	3 de janeiro de 1907 – 31 de dezembro de 1907
José dos Reys Fisher ^[674]	2 de janeiro de 1908 – 18 de fevereiro de 1908
Pedro Álvares da Câmara Paim de Bruges ^[675]	11 de março de 1908 – 3 de fevereiro de 1910
Francisco José da Costa Vidal	14 de março de 1910 – 5 de outubro de 1910

PRIMEIRA REPÚBLICA

Nome	Mandato
Álvaro António de Bulhão Pato ^[676]	12 de outubro de 1910 – 3 de janeiro de 1911
Luís da Silva Ribeiro ^[677]	12 de janeiro de 1911 – 19 de outubro de 1911
José Pedro Soares ^[678]	20 de outubro de 1911 – 23 de novembro de 1911
António Amorim Pires Toste ^[679]	7 de dezembro de 1911 – 8 de maio de 1912
Amadeu Monjardino ^[680]	22 de maio de 1912 – 7 de junho de 1912
João de Mendonça Pacheco e Melo ^[681]	24 de junho de 1912 – 31 de dezembro de 1913
Elias da Cunha Pinto ^[682]	2 de janeiro de 1914 – 7 de abril de 1914
Fernando Torres	15 de abril de 1914 – 15 de junho de 1914
Álvaro de Castro Menezes ^[683]	22 de junho de 1914 – 13 de julho de 1917
...	...

670. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Silva, § 5º, n.º 9.

671. *Genealogias da Ilha Terceira* tit. de Bettencourt, § 1º, n.º 12.

672. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Paim, § 5º, n.º 13.

673. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Bettencourt, § 1º, n.º 12.

674. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Fisher, § 4º, n.º 10.

675. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Paim, § 5º, n.º 13.

676. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Bulhão Pato, § 1º, n.º 4.

677. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Ribeiro, § 2º, n.º 9.

678. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Soares, § 1º, n.º 5.

679. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Pires Toste, § 3º, n.º 8.

680. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Monjardino, § 2º, n.º 3.

681. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Furtado de Mendonça, § 1º, n.º 14.

682. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Pinto, § 2º, n.º 6.

683. *Genealogias da Ilha Terceira*, tit. de Castro, § 3º, n.º 4.

NomeFrancisco Lourenço Valadão Júnior^[684]Jácome de Ornelas Bruges^[685]Henrique Ferreira de Oliveira Braz^[686]Jacinto Carlos da Silva, Visconde da Agualva^[687]Henrique Ferreira de Oliveira Braz^[688]Amadeu Monjardino^[689]Manuel Borges de Ávila^[690]Henrique Ferreira de Oliveira Braz^[691]Tomé de Castro^[692]**Mandato**

11 de janeiro de 1918 – 7 de dezembro de 1918

27 de dezembro de 1918 – 3 de março de 1919

30 de março de 1919 – 1 de junho de 1919

16 de agosto de 1919 – 29 de dezembro de 1922

10 de janeiro de 1923 – 19 de dezembro de 1923

23 de janeiro de 1924 – 28 de abril de 1924

7 de maio de 1924 – 13 de agosto de 1924

28 de agosto de 1924 – dezembro de 1925

2 de janeiro de 1926 – 22 de julho de 1926

SEGUNDA REPÚBLICA**Nome**Manuel de Mesquita^[693]João Alpoim Borges do Canto^[694]

Guilherme Espínola de Melo

José Agostinho^[695]

Guilherme Espínola de Melo

Teotónio Machado Pires^[696]Amadeu Monjardino^[697]João Alpoim Borges do Canto^[698]**Mandato**

5 de agosto de 1926 – 24 de novembro de 1927

17 de dezembro de 1927 – 15 de março de 1928

27 de março de 1928 – 4 de outubro de 1928

12 de outubro de 1928 – 20 de novembro de 1928

22 de novembro de 1928 – 1 de agosto de 1929

8 de agosto de 1929 – 10 de outubro de 1929

28 de agosto de 1930 – 13 de agosto de 1931

684. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Valadão, § 5º, n.º 13.685. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Paim, § 2º, n.º 16.686. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Braz, § 3º, n.º 10.687. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Silva, § 5º, n.º 9.688. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Braz, § 3º, n.º 10.689. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Monjardino, § 2º, n.º 3.690. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Ávila, § 11º, n.º 3.691. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Braz, § 3º, n.º 10.692. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Castro, § 2º, n.º 5.693. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Mesquita, § 7º, n.º 12.694. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Borges, § 1º, n.º 18.695. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Agostinho, § 1º, n.º 3.696. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Pires, § 1º, n.º 9.697. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Monjardino, § 2º, n.º 3.698. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Borges, § 1º, n.º 18.

Nome	Mandato
Amadeu Monjardino ^[699]	12 de novembro de 1931 – 7 de janeiro de 1932
Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral ^[700]	15 de janeiro de 1932 – 29 de dezembro de 1932
Frederico Augusto Lopes da Silva Júnior ^[701]	4 de janeiro de 1933 – 29 de junho de 1933
Joaquim da Rocha Alves ^[702]	8 de julho de 1933 – 29 de setembro de 1933
Elmiro Borges da Costa Mendes ^[703]	19 de outubro de 1933 – 17 de janeiro de 1934
Isidro Augusto Alves da Costa ^[704]	24 de março de 1934 – 1 de agosto de 1934
Joaquim da Rocha Alves ^[705]	10 de agosto de 1934 – 6 de abril de 1936
Manuel de Mesquita ^[706]	20 de abril de 1936 – 30 de julho de 1936
Elmiro Borges da Costa Mendes ^[707]	6 de agosto de 1936 – 5 de novembro de 1936
Manuel de Mesquita ^[708]	19 de novembro de 1936 – 5 de janeiro de 1937
Elmiro Borges da Costa Mendes ^[709]	9 de janeiro de 1937 – 12 de fevereiro de 1938
Joaquim da Rocha Alves ^[710]	19 de fevereiro de 1938 – 4 de abril de 1939
Joaquim de Moniz de Sá Corte Real e Amaral ^[711]	13 de abril de 1939 – 17 de novembro de 1939
Eliseu Pereira Pato François ^[712]	22 de novembro de 1939 – 13 de março de 1940
Joaquim de Moniz de Sá Corte Real e Amaral ^[713]	25 de março de 1942 – 6 de novembro de 1952
António Augusto Osório de Carvalho	3 de novembro de 1952 – 9 de abril de 1953
Anselmo de Sousa Bettencourt e Silveira ^[714]	16 de abril de 1953 – 23 de agosto de 1956
Manuel Rodrigues de Miranda	30 de agosto de 1956 – 7 de novembro de 1957
Manuel Nunes Flores Brasil ^[715]	17 de novembro de 1957 – 28 de março de 1959

699. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Monjardino, § 2º, n.º 3.

700. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Amaral, § 1º, n.º 6.

701. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Lopes da Silva, § 1º, n.º 5.

702. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Alves, § 2º, n.º 7.

703. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Mendes, § 1º, n.º 11.

704. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Costa, § 12º, n.º 6.

705. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Alves, § 2º, n.º 7.

706. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Mesquita, § 7º, n.º 12.

707. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Mendes, § 1º, n.º 11.

708. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Mesquita, § 7º, n.º 12.

709. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Mendes, § 1º, n.º 11.

710. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Alves, § 2º, n.º 7.

711. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Amaral, § 1º, n.º 6.

712. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de François, § 1º, n.º 2.

713. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Amaral, § 1º, n.º 6.

714. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Bettencourt, § 14º, n.º 15.

715. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Brasil, § 4º, n.º 10.

Nome	Mandato
Rafael Lisboa Vaz ^[716]	2 de abril de 1959 – 29 de maio de 1959
Manuel Coelho Baptista de Lima ^[717]	29 de maio de 1959 – 31 de março de 1966
Francisco Moniz de Oliveira	21 de abril de 1966 – 12 de setembro de 1974

TERCEIRA REPÚBLICA

Nome	Mandato
Emanuel Félix Borges da Silva ^[718]	19 de setembro de 1974 – 30 de dezembro de 1976
Leopoldino da Rocha Tavares	1 de janeiro de 1977 – 31 de dezembro de 1979
Rui Manuel Miranda de Mesquita ^[719]	1 de janeiro de 1980 – 31 de dezembro de 1982
Leopoldino da Rocha Tavares	1 de janeiro de 1983 – 31 de dezembro de 1985
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte ^[720]	1 de janeiro de 1986 – 31 de março de 1996
António Rui de Mendonça Andrade ^[721]	1 de abril de 1996 – 31 de dezembro de 1997
Sérgio Humberto Rocha de Ávila ^[722]	1 de janeiro de 1998 – 16 de outubro de 2004
José Pedro Parreira Cardoso ^[723]	16 de outubro de 2004 – 10 de junho de 2008
Andreia Martins Cardoso Costa ^[724]	11 de junho de 2008 – 11 de dezembro de 2011
Sofia Machado do Couto Gonçalves ^[725]	12 de dezembro de 2011 – 23 de outubro de 2013
José Gabriel do Álamo de Meneses ^[726]	24 de outubro de 2013 –

*As remissões geneológicas referem-se à obra de António Ornelas Mendes e Jorge Forjaz, *Genealogias da Ilha Terceira*, Lisboa, Ed. Dislivro Histórica, 2007, 9 vols.

Nota: No decorrer da investigação para este trabalho, encontrei referências a diversos Presidentes da Câmara da Monarquia Liberal, que aqui publico como contributo para uma listagem completa dos elencos camarários do séc. XIX.**

** Algumas informações prestadas contaram com a ajuda do Dr. José Avelino Santos.

716. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Lisboa, § 2º, n.º 4.

717. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Lima, § 6º, n.º 10.

718. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Lisboa, § 2º, n.º 4.

719. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Lima, § 6º, n.º 10.

720. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Ponte, § 1º, n.º 5.

721. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Furtado de Mendonça, § 1º, n.º 17.

722. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Ávila, § 6º, n.º 8.

723. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Parreira, § 25º, n.º 15.

724. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Coelho, § 14º/A, n.º 12.

725. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Couto, § 8º, n.º 7.

726. *Genealogias da Ilha Terceira*, tít. de Rego, § 18º, n.º 15.

Auto de transferência dos presos dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo para o Convento das Capuchas - 20 de junho de 1847



Auto.

No anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos quarenta e sete, dos vinte dias do mez de Junho, e esta cidade de S. Thome da Freguesia, ilha Terceira, e na rua de Guadalupe, freguesia da Comissaria, em o edificio das novas arcadas de este concelho edificadas pelo auctor municipal da mesma cidade onde existia antigamente o convento de S.ã Sebastião das Espachas, que foy extinto, edificio que a camara pedira para este fim a Sua Magestade, que lhe concedeu por portaria de vinte de Dezembro de mil oitocentos quarenta e cinco expedida pelo ministerio do reino, e de que tenhãse feito em vinte e dois de Abril de anno passado, como consta de respectiva auto existente no archivo municipal, e hi se remetes os recordos actuos da camara os illustrissimos Sr. Luiz Borges Teixeira, presidente, e Antonio Louve de Souza Carmello Borges, José Borges, Luiz Corte-Real, Jacinto Candido da Silva, Thomaz José da Silva, Antonio Antonio Duarte Corte-Real, e Luiz José de Vasconcellos, conjuntamente com o excellentissimo Barão de Vercunha governador civil d'este districto, e os illustrissimos doutor Luiz de direito José Affonso Botelho, doutor delegado da promotoria regio José

Prudencio Telles, e administrador do concelho Antonio
Silveira, todos abixos assignados, ante mim José Au-
gusto Cabral de Mello, secretario da camara, e testemu-
nhas abixos nomeadas e assignadas, foi pelo illustrissimo
presidente da camara declarado, em nome da mesma, que,
achando-se combuidos as obras interiores das novas cadeias
feitas no ditto edificio pela camara a custa das rendas do
municipio, e estando as mesmas novas cadeias a termos de
podorem se para ellas transferidas as prisoes existentes nos
antigos prisoes que havião no edificio dos paços do con-
celho, por terem a preciso segurança, accommodação e mais
qualidade superior para receberem prisoes, como se recorre
em e declararam os peritos na historia a que previamente
a este acto foi procedido e sobredito doutor juiz de direito
da camara, na sua presença e do doutor delegado do pro-
curador-rei, de que se lavrou auto em separado pelo
competente officio do juiz de direito, elle presidente da
camara entregou ao mesmo doutor juiz de direito, como
officialmente entregue, as chaves das novas cadeias para
fazer verificar a transferencia dos indicados prisoes, ficando
as mesmas novas cadeias de ora em diante a cargo do juiz
de direito e do governo civil d'este districto do mesmo mo-
do que as antigas existiam, e desanexada a camara de
fazer si ellas mais despesas algumas além das anteriores a
que

que está procedendo, pois que todas as que do futuro foram
necessarias para conservacão e regularidade do edificio e
serviços correrão por conta da fazenda publica e serão or-
denadas pelo governo civil, na conformidade do artigo
duzentos e vinte sete, paragrafo quinto do codigo ad-
ministrativo. E tendo se reflectido juiz de direito accita-
do as ditas chaves, depois de haver feito proceder a re-
presada vitoria por feitos ajuramentados e se acharem os
serviços completamente capazes e seguros, como se tem de-
clarado, tomou conta e posse do edificio, com as formalida-
des do direito e do estylo, para o fim sobremencionado, fi-
cando a usufructuacão d'esse edificio da competencia do juiz
e o seu fundo sempre do municipio, declarando n'este acto
o mesmo doutor juiz de direito que, logo que se realisar
a transferencia dos precos destinada para o dia de amanhã
vinte e um de corrente suco, ficam livres e desembaraçadas
para a camara as casas do edificio dos precos do concelho
que serviam de cadeias publicas. — Do que tudo se ha-
vrou e presente auto, que vai por todas assignado com testemu-
nhas presentes José Atugusto Rodrico e José Ignacio da Cos-
ta e Silva, ambos d'esta cidade e empregados da camara,
o qual ficará depositado no archive municipal, dando-se
d'elle copias authenticas ás autoridades competentes para
seu necessario conhecimento. Eu José Atugusto Cabral

de Mulla, Pontice da camera, e aduana

Jose Luis de Rego Saiz
Antonio de S. Juan Canalle Escobar

Jose M. de L. de S. R.
Jaime Candido de S. R.

Thomas Jose de S. R.

Antonio Maria de S. R.

Luca Jose de S. R.

Jose de S. R.

Jose Maria de S. R.

Jose Pascual de S. R.

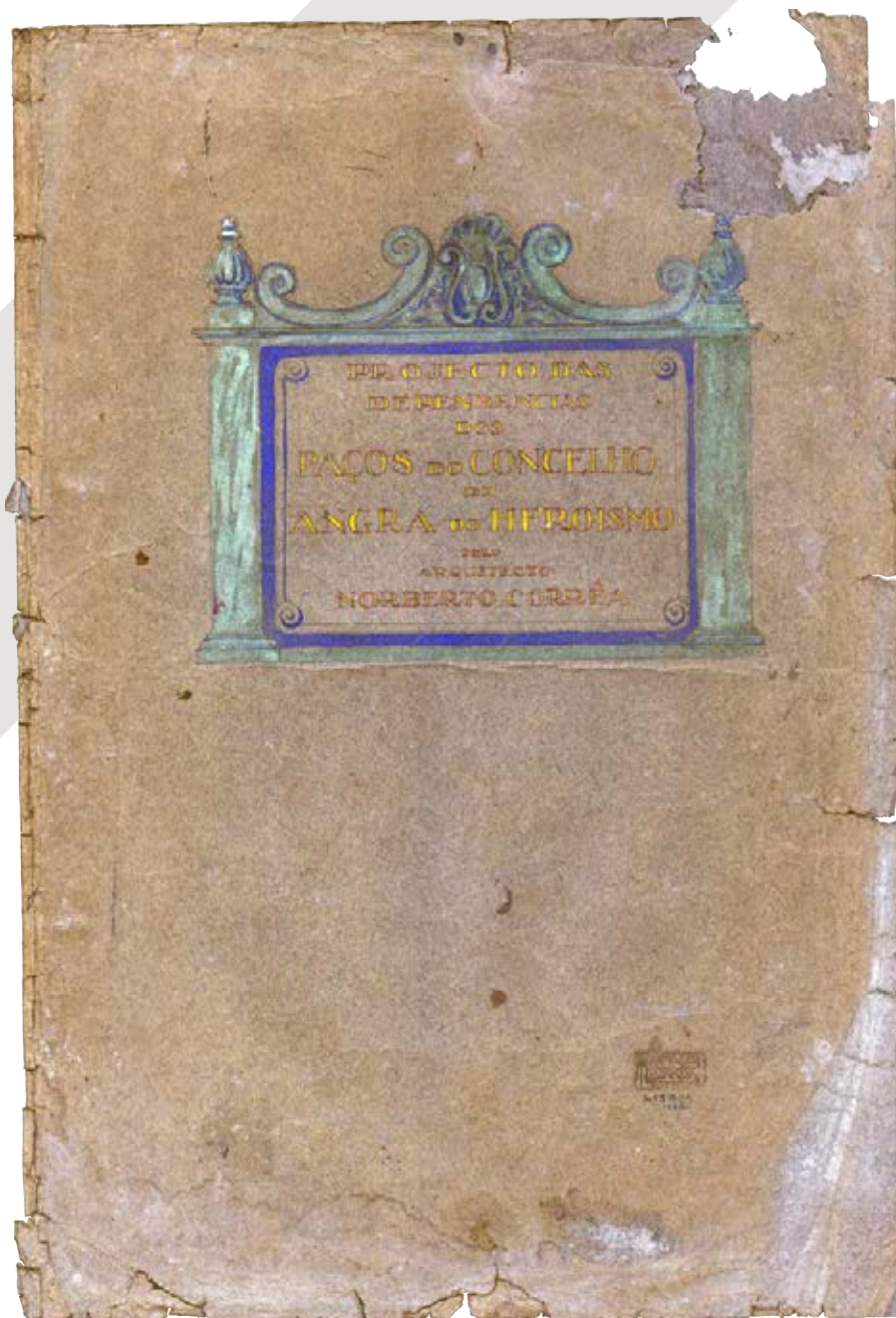
Antonio de S. R.

Jose Auguste de S. R.

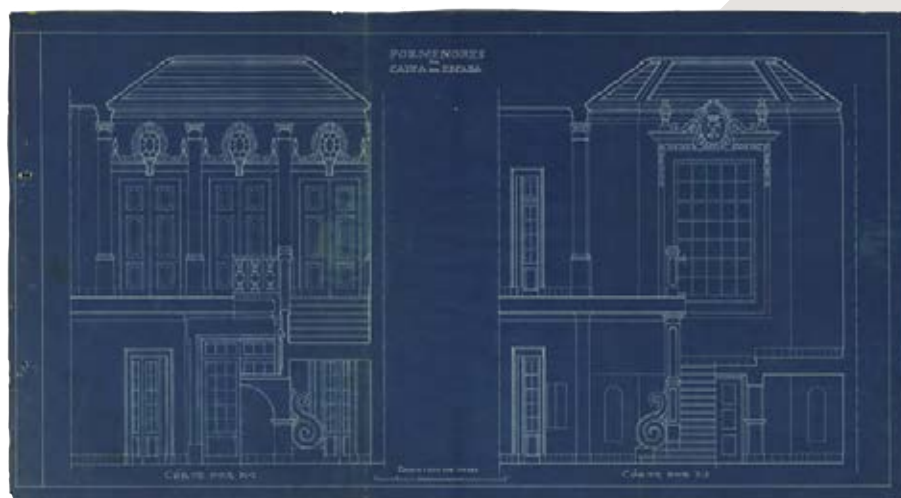
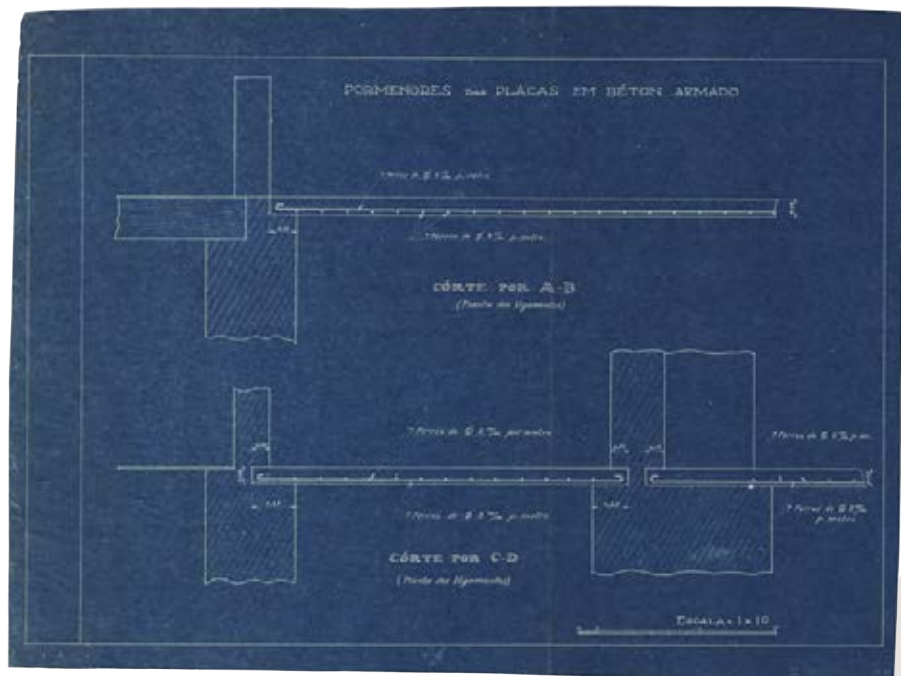
Jose Ignacio de S. R.

Projeto das dependências dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo pelo arquiteto Norberto Corrêa

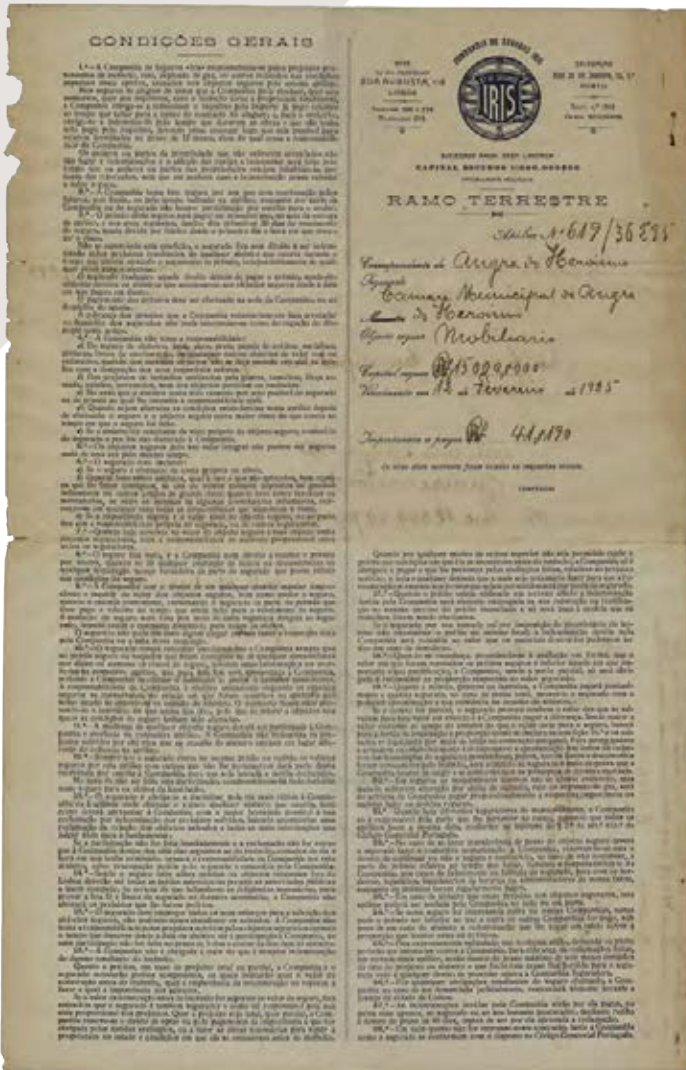








Apólice de seguro dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo de 1920



SEDE
RUA AUGUSTA, 118, 1.º
TELEF. 386 e 235 - TELER. IRIS
LISBOA

COMPANHIA DE SEGUROS IRIS

DELEGAÇÃO
RUA 31 DE JANEIRO, 15, 1.º
TELEF. 188 - TELER. SEGUROS
PORTO

SOCIOS ANÓNIMOS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CAPITAL ESCUDOS 1:000.000\$00
(MIL CONTOS DE RÉIS)

Banco Terrestre *Apólice N.º 267*

*A Companhia de Seguros Iris segando as condições desta apólice segura
na Ex.ª Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
Município
Na qualidade de
Telo tempo de um ano e seguintes*

A quantia de ~~cinco contos de reis anuais, correspondentes a Esc. 4.000.00,~~ parte de 30.000.000 reis. —

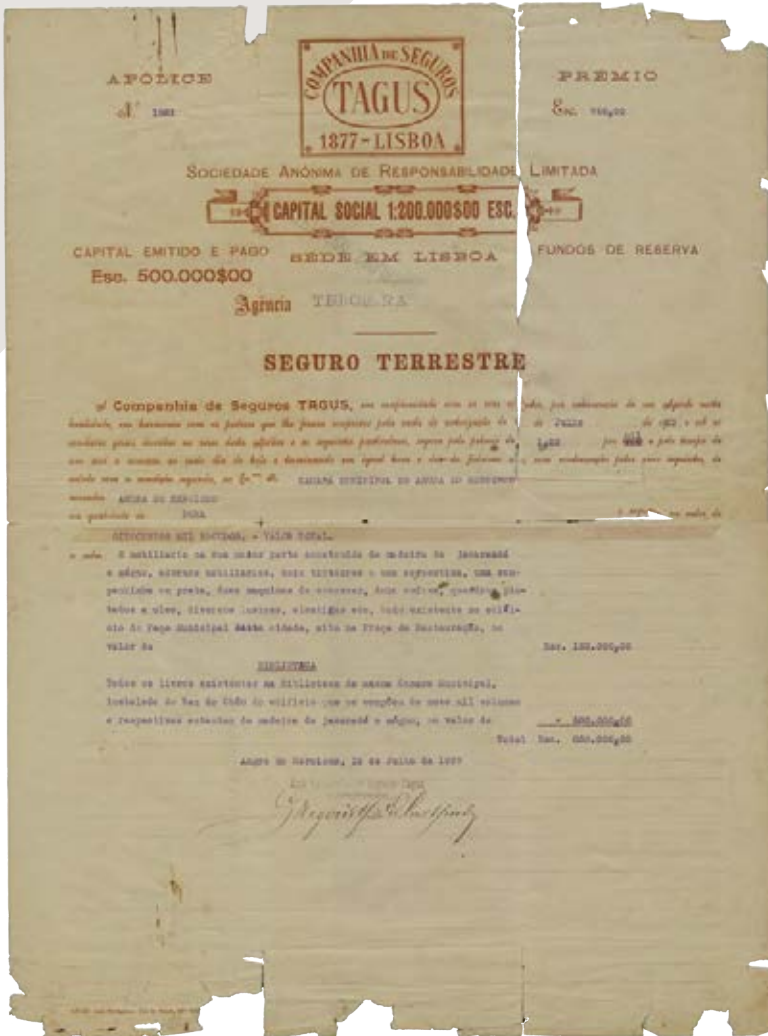
À razão de 1/5%

Tabela e seguintes:

O mobiliário existente no edifício dos Paços do Concelho, em harmonia com o inventário copiado a minuto, a saber:

<i>No salão Nobre</i>	<i>639,500</i>
<i>• Gabinete do Presidente</i>	<i>452,000</i>
<i>Na sala das sessões</i>	<i>568,500</i>
<i>• Secretaria</i>	<i>941,000</i>
<i>• Tesouraria</i>	<i>325,000</i>
<i>• Biblioteca</i>	<i>16,949,000</i>
<i>No Gabinete do chefe de secretaria</i>	<i>678,000</i>
<i>• vestíveis e acessórios</i>	<i>192,000</i>
<i>• portões</i>	<i>155,000</i>
<i>• selas</i>	<i>705,000</i>
<i>Na repartição de obras</i>	<i>161,000</i>
<i>No Gabinete do Administrador do Concelho</i>	<i>64,000</i>
<i>• " Secretário</i>	<i>151,000</i>
<i>Na secretaria da Administração do Concelho</i>	<i>108,000</i>
<i>No quarto dos contínuos</i>	<i>41,000</i>
<i>a transportar</i>	<i>293,450,000</i>

Apólice de seguro dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo de 1923



Deliberação

n.º 359/CMAH/2015

Anexo ao Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais do Município de Angra do Heroísmo

O Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais do Município de Angra do Heroísmo - A/CMAH/2001/26, publicado no Diário da República, II Série, nº 33, de 14 de agosto, prevê no n.º 1 do seu artigo 24.º a apresentação à Assembleia Municipal de uma proposta com o formato, desenhos e metais das insígnias e medalhas municipais, bem como das respetivas fitas e suas cores e os diplomas.

Considerando a recente alteração heráldica do Município de Angra do Heroísmo, torna-se imperioso a determinar a conformidade das insígnias e as medalhas com o novo brasão e bandeira.

Assim, nos termos das alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais do Município de Angra do Heroísmo - A/CMAH/2001/28, de 14 de agosto, a Câmara Municipal delibera o seguinte:

Ponto único

Aprovar o anexo ao Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais do Município de Angra do Heroísmo - A/CMAH/2001/28, de 14 de agosto, e submetê-lo à Assembleia Municipal.

Aprovado em reunião de Câmara de 19 de junho de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal,

José Gabriel do Álamo de Meneses

Anexo ao Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais do Município de Angra do Heroísmo

Artigo 1.º **Chave de Ouro**

A Chave de Ouro do Município é de liga metálica adequada, revestida a ouro, ostentando como insígnia na face principal o brasão do município, com 253,2mm x 84,3mm, conforme o anexo I.

Artigo 2.º **Medalha de Honra do Município**

1. A Medalha de Honra do Município é de liga metálica adequada, revestida a ouro, com 40 mm x 2 mm, ostentando como insígnia o brasão municipal e no verso a heráldica antiga do município, ladeada por duas palmas.
2. A Medalha pende de uma fita tripartida, com 800 mm x 30 mm, com faixas com as cores azul e branco, com 12,5 mm de largura cada, e uma faixa de cor vermelho ao centro, com 5 mm de largura.
3. A Medalha de Honra tem a configuração do anexo II e é usada ao centro do peito.

Artigo 3.º **Medalha de Mérito Municipal**

1. A Medalha de Mérito Profissional é de liga metálica adequada, revestida a ouro, com 40 mm x 2 mm, e pende de uma fita tripartida com as cores azul e branco, com púrpura ao centro, ostentando como insígnia o brasão municipal e no verso a heráldica antiga do município.
2. A Medalha de Mérito Cultural é de liga metálica adequada, revestida a ouro, com 40 mm x 2 mm, e pende de uma fita tripartida com as cores azul e branco, com vermelho ao centro, ostentando como insígnia o brasão municipal e no verso a heráldica antiga do município.
3. A Medalha de Mérito Industrial e Comercial é de liga metálica adequada, revestida a ouro, com 40 mm x 2 mm, e pende de uma fita tripartida com as cores azul e branco, com negro ao centro, ostentando como insígnia o brasão municipal e no verso a heráldica antiga do município.
4. A Medalha de Mérito Filantrópico é de liga metálica adequada, revestida a ouro, com 40 mm x 2 mm, e pende de uma fita tripartida com as cores azul e branco, cores do Município, com amarelo ao centro, ostentando como insígnia o brasão municipal e no verso a heráldica antiga do município.

5. As Medalhas de Mérito Municipal têm a configuração do anexo II, são usadas no lado esquerdo do peito, pendentes de uma fita com 30 mm de largura, com faixas de cor branca e azul a cada lado, com 12,5 mm de largura cada e a uma faixa central de 5 mm de largura com a cor adequada, com fivela dourada, ou laço da mesma largura para as senhoras.

Artigo 4.º

Medalha de Bons Serviços

1. A Medalha de Bons Serviços Dourada é de liga metálica adequada, revestida a ouro, com 40mm x 2mm, e pende de uma fita gironada com cores azul e branco.
2. A Medalha de Bons Serviços Prateada é de liga metálica adequada, revestida a prata, com 40mm x 2mm, e pende de uma fita gironada com as cores azul e branco.
3. A Medalha de Bons Serviços de Bronze é de uma liga metálica adequada, revestida a bronze, com 40mm x 2mm, e pende de uma fita gironada com cores azul e branco.
4. As Medalhas de Bons Serviços ostentam como insígnia o brasão municipal e no verso a heráldica antiga do município e tem a configuração do anexo II.
5. As Medalhas de Bons Serviços são usadas no lado esquerdo do peito, pendentes de uma fita com 30 mm de largura, com fivela dourada, ou de laço da mesma largura para as senhoras.

Artigo 5.º

Diploma

A atribuição de insígnias e medalhas é sempre acompanhada da emissão do respetivo diploma, assinado pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Presidente da Assembleia Municipal e autenticado com o selo branco do Município, de acordo com o anexo III.

Artigo 6.º

Gravata

1. A atribuição de insígnias e medalhas a entidades que possuam estandarte é sempre acompanhada de gravata para aplicação no estandarte do agraciado.
2. A gravata, da cor da fita respetiva medalha, com 425mm x 250mm x 75mm, com franja dourada de 75mm x 50mm, ostentando o brasão municipal bordado, estampado ou aplicado, de acordo como anexo IV.

Posfácio

Pedi-me a Assunção Melo que alinhavasse umas palavras para servirem de posfácio a esta edição especial comemorativa dos 150 anos dos atuais Paços do Concelho, o que não me poderia escusar por múltiplas razões, mesmo sabendo haver gente mais abalizada para tal.

Mas, o que mais pesou foi a minha ligação, de mais de três dezenas de anos, ao Município Angrense, trabalhando com elencos presididos por oito Presidentes da Câmara em períodos marcantes, por vezes, a pedir labor exigente, como o do pós sismo oitenta, mas que me deixaram recordações positivas.

Paralelamente, não posso deixar de recordar que meu trisavô Theotónio de Ornelas Bruges foi uma das figuras que mais se empenhou na construção destes Paços do Concelho e os inaugurou como Presidente da Câmara, o que honra a família.

Depois, este livro tem por base textos e investigação de Joaquim Gomes da Cunha (Pedro de Merelim), meu amigo, que já o fora de meu pai, desde 1942, quando mobilizados na Segunda Guerra Mundial, estiveram ambos aquartelados na antiga vila de São Sebastião, um como militar do quadro permanente, o outro como miliciano.

Aquando do ressurgimento da Ilha Terceira, a sua revista, editada por Jaime Cruz – Tipografia Moderna, convidou-me para seu colaborador permanente, pelo que logo de seguida, pusemos à sua disposição as páginas do Angra do Heroísmo, o nosso boletim municipal, que na década de noventa coordenei e que trouxe para Angra dois prémios nacionais (1994-1995), como órgão de comunicação institucional autárquico. Estes prémios eram atribuídos por um júri nomeado durante os Encontros Nacionais de Boletins Municipais, organizados pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, com o apoio da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Pedro de Merelim foi Cidadão Honorário Angrense por merecimento. Nunca um continental deixou à ilha Terceira tamanha obra, como refere o autor do prefácio, cónego João Maria Mendes. Os seus livros são de consulta obrigatória, para quem

queira conhecer factos da história local e de muitas das suas instituições sociais e recreativas, que lhe mereceram atenção e incansável investigação.

A sua vida repartia-se pelo B.I.I. 17, depois no D.R.M. 17 (enquanto militar no ativo), pela Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, pelo jornal A União, e pelo Rádio Clube d'Angra. Constituiu família nesta cidade e aqui faleceu acarinhado pelos netos, conhecendo ainda um bisneto.

Lembro, também, que a nossa Câmara, através dos tempos, sempre deu atenção à publicação de livros (chegando até a possuir prelo). Os Anais da Ilha Terceira, 4 volumes, de Francisco Ferreira Drumond, publicados de 1850 a 1864, são prova disso, como obras de tantos outros autores como Félix José da Costa, Pedro de Merelim, João Afonso, Valdemar Mota, Jácome de Bruges Bettencourt, Francisco dos Reis Maduro-Dias, Emanuel Félix, Augusto Gomes, Tibério Cabral e Paulo Jorge Ávila de Melo...

Esta nova edição, de “Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo”, é bastante enriquecida com documentação extraída dos arquivos municipais, que se dá agora a conhecer ao público, ficando, assim, com um melhor conhecimento do que foi, durante século e meio, a história, vida e património do mais belo Palácio Municipal dos Açores.

Pelo que, em boa hora, o Presidente Álamo Meneses decidiu agora atribuir a tarefa de preparar e coordenar esta edição à Assunção Melo, tendo em conta as boas provas dadas em trabalhos anteriores, com os livros “António Dacosta, a Clarividência da Saudade”, D. R. C., 2014, e “Angra do Heroísmo – Património Mundial – O Processo”, C.M.A.H., 2015.

Ficamos assim, todos de Parabéns.

*Casa da Quinta da Estrela em Angra, 2016.02.08
Jácome de Bruges Bettencourt*

Bibliografia

Atas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo de 1980-2015 (referência em nota de rodapé).

A cidade de Angra na Ilha de Iesv Xpo da Tercera Que Esta a 39 Graos. Angra do Heroísmo, Seleção, prefácio e notas de Maduro-Dias: Comissão Executiva das Comemorações dos 450 anos da cidade de Angra do Heroísmo, 1985.

AAVV, *História da Arte Universal*, Publicações Alfa, vol. 4, Lisboa, 2002.

AAVV, *Arte Portuguesa da Pré-História ao Século XX*, vol. 15 Da Expressão Romântica à Estética Naturalista, Fabu Editores, Lisboa, 2009.

AFONSO, João, *A Biblioteca Municipal de Angra do Heroísmo, Apontamentos Históricos dos Seus 75 anos Rebuscos Sobre Outras Bibliotecas*, Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Separata do Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo com subsídio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 1954.

ARGAN, Giulio Carlo, *Arte Moderna*, Companhia das Letras, São Paulo, 2001.

BAPTISTA, António, *Álbum Açoriano*, Lisboa, 1909.

BARCELOS, António Bento Fraga, *O Município de Angra nos Meados do século XIX: Poder e Constrangimentos, Uma Leitura Histórica (1844-1859)* in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. LXII, Angra do Heroísmo, 2004, pp 25-67.

BARCELOS, António Bento Fraga, *Teotónio de Ornelas, Um Liberal no Poder Municipal Angrense*, in Livro das Actas do Colóquio O Liberalismo nos Açores: Do vintismo à Regeneração. O Tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870) pp. 297-360, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008 .

BETTENCOURT, Jácome de Bruges, *A Memória Histórica e a Vida de Um Monumento*, Comissão Executiva das Comemorações dos 450 anos da cidade de Angra do Heroísmo, Angra do Heroísmo, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 1985.

BETTENCOURT, Jácome de Bruges, *A Cerâmica Terceirense na Obra do seu Maior Artista Joaquim Laureano*, 1996.

BRAZ, Henrique, *Ruas da Cidade* (notas para a toponímia da cidade de Angra, ilha Terceira) e outros escritos, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985.

CAMPOS, Alfredo Luiz, *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira*, Imprensa Municipal, Angra do Heroísmo, 1903.

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Arte e Comunicação, Edições 70, Lisboa, julho de 2000.

COSTA, Félix José, *Angra do Heroísmo, ilha Terceira (Açores) Os Seus Títulos, Edifícios e Estabelecimentos Públicos*, Typographia do Governo Civil, Angra do Heroísmo, 1867.

DIAS, Pedro, *Arte de Portugal no Mundo – Açores*, vol. 3, Editor Público, Lisboa, 2008.

FÉLIX, Emanuel, *Sobre o Restauro do “Retrato de D. Maria II” pertencente à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, Do Património e do Restauro, 1992, pp. 354–357.

FERNANDES, José Manuel, *Angra do Heroísmo*, Col. Cidades e Vilas de Portugal, Editorial Presença, Lisboa, 1989.

JANSON, H.W., *História da Arte*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992.

LEITE, Antonieta Reis, *Angra: um porto no percurso da Cidade Portuguesa, Separata da Revista Atlântida*. Vol. 47, 2002, pp. 15–57).

LÉVI-STRAUSS, Claude, *Raça e História*, Editorial Presença, Lisboa 1996.

LIMA, Gervásio, *Terceira, a Ilha de Jesus*, Livraria Editora Andrade, Angra do Heroísmo, 1932.

LIMA, Gervásio, *Breviário Açoriano*, Angra do Heroísmo, Tip. Editora Andrade, 1935, p.139.

LIMA, Manuel Coelho Baptista de, *Angra, “Universal Escala do Mar Poente” no séc. XVI*. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol XLI, 1983, pp.143–146.

LOPES, Frederico (João Ilhéu), *Da Praça às Covas – Memórias de uma Velha Rua*, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XXIII – XXIV, 1965–1966.

MADURO-DIAS, Francisco dos Reis, *Angra do Heroísmo: Janela do Atlântico entre a Europa e o Novo Mundo*. Lisboa, Centro Regional de Cultura, Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura: Gabinete da Zona Classificada, 1991.

MENDES, António Ornelas; e FORJAZ, Jorge, *Genealogias da Ilha Terceira*, Lisboa, Dislivro Histórico, 2007.

MERELIM, Pedro de, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, 1966 – Primeiro Centenário, União Gráfica Angrense, 1966.

MERELIM, Pedro de, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, 2.^a edição, 1972, Tipografia Minerva Comercial, 1972.

MERELIM, Pedro de, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, 3.^a edição, 1984 sem referência da gráfica.

MERELIM, Pedro de, *As 18 Paróquias de Angra*, Sumário Histórico, 1974.

NEMÉSIO, Vitorino, *Corsário das Ilhas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1998.

NOGUEIRA, José Manuel Freire, *As Guerras Liberais uma Reflexão Estratégica sobre a História da Portugal*, Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 2004.

RIBEIRO, Luís da Silva, *Monografia Histórica dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, Jornal de Angra, 7 de Agosto de 1937.

SAMPAIO, Alfredo da Silva, *Memória Sobre a Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa Nacional, 1904.

SILVA, Isabel Coelho da, *A Ribeira dos Moinhos de Angra do Heroísmo, Memória Histórica e Gestão Patrimonial*, Ed. do autor, Angra do Heroísmo, 2012.

SOARES, Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *Nobiliário da Ilha Terceira*, Fernando Machado Editores, Porto, 1954.

Jornais e periódicos consultados:

Açoreana

Almanaque Açores

A Pátria

A Semana

A Terceira

A União

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Boletim Municipal de Angra do Heroísmo

Diário Insular

Diário de Notícias

Gazeta de Notícias

Jornal de Angra

O Açoriano Liberal

O Angrense

O Imparcial

Revista Ilha Terceira

Foram também consultados os inventários da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo de 1959 e 1999.

Foram consultados documentos originais, tais como autos, desenhos, facturas, autos de vistoria e de receção definitiva, cadernos de encargos, requisições, relatórios, registos de ocorrências, registos de seguros, todos documentos relacionados com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e que estão devidamente referenciados ao longo do texto.

Para o caso das imagens, os créditos estão na respetiva legenda.



Agradecimentos

Prof. Doutor José Gabriel Álamo Meneses
Cónego João Maria Mendes
Jácome de Bruges Bettencourt
Dr. Jorge Forjaz
Eng. Raquel Caetano Ferreira
Dra. Helena Costa
Tiago Toste
Rui Ataíde
Paulo Mendonça
Ana Godinho
Dr. Vítor Brasil
Dr. Marcolino Candeias
Dr. José Avelino Santos
João Diogo Nunes
Dr. Carlos Enes
Dr. Gustaaf van Manen
Dr. Rúben Quadros Ramos

E a todos que direta ou indiretamente prestaram informações, ajudaram na pesquisa e prontificaram-se na obtenção de imagens ou documentos que enriqueceram o trabalho de investigação, reviram textos e listagens. Agradeço a paciência, simpatia e prontidão dos funcionários da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo. A todos os funcionários da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que depositaram em minha toda a confiança no acesso a documentação diversa (atas, inventários, fotografias, desenhos, autos, facturas, documentos de seguros, etc.). Aos amigos e familiares que se interessaram, acreditaram e me ouviram falar acerca deste trabalho tão envolvente.

Eternamente grata,
Assunção

Nota Biográfica da Coordenadora



Assunção Gil Correia de Melo nasceu na ilha Terceira, Açores, em Novembro de 1974.

Licenciada em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa - com Pós-Graduação em História da Arte Contemporânea - Pré-Bolonha (17 valores), sob orientação da Doutora Margarida Acciaiuoli de Brito, e Doutoranda da Universidade de Évora, sob orientação do Doutor Paulo Simões (matrícula em suspensão - tema António Dacosta). Realizou diversos trabalhos de investigação e de crítica de arte, tendo sido alguns deles publicados em livros e em revistas da especialidade.

Estagiou no Mosteiro dos Jerónimos ao abrigo do IPPAR, realizando trabalhos de catalogação de provas fotográficas da instituição; no Museu Calouste Gulbenkian, monitorizando visitas guiadas, coordenadas pelo Serviço Educativo daquele museu.

Em 2002/2003 estagiou no Museu de Angra do Heroísmo, onde concebeu e organizou diversas exposições, entre as quais a programação da Sala Dacosta.

De 2001 a 2003 foi formadora de História da Arte na Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de S. Carlos, do curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais. Em 2009/2010 foi de Formadora em História da Cultura e das Artes na Universidade dos Açores.

Desde 2003 até 2008, integrou o projeto MEDIAT - INTERREG III B, de que foi embrionária Estrutura de Missão do Arquivo de Imagem dos Açores.

De 2004 a 2011 é convidada a integrar o grupo de trabalho da Carmina Galeria, como coordenadora artística: produção de exposições, gestão do site, dinamizadora de cursos relacionados com as artes plásticas e organizadora de eventos literários, musicais, teatrais, etc.

Em 2008 publicou na Papiro Editora o livro infantil *O Menino-do Não-Quero*, no País das Birras Gerais.

Em maio de 2010 elaborou o Inventário de Arte Contemporânea dos Açores e o inventário de Arte Pública dos Açores, uma encomenda da Direção Regional da Cultura.

Entre 2011 e 2012 integrou o Conselho de Administração da Empresa Municipal Culturangra.


Novembro de 2014, publicação do livro *“António Dacosta, a Clarividência da Saudade”* – DRAC, Governo dos Açores. Nesse mesmo ano, foi-lhe atribuído o 3º prémio no Concurso de Artes e Letras Outono Vivo.

Em maio de 2014, por encomenda da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, organizou a documentação e escreveu sobre *“Angra do Heroísmo Património Mundial – O Processo”*. O livro foi lançado a 16 de novembro de 2015 (dia mundial da UNESCO), com apresentação

do Doutor João Maria Mendes, Dr. Álvaro Monjardino e Doutor Álamo Meneses.

Em 2015, foi selecionada para integrar o livro de contos *“Um Livro Num dia”*, uma iniciativa da Chiado Editora. Nesse mesmo ano, organizou as visitas guiadas ao património edificado a pedido da Universidade dos Açores, no âmbito do programa *“Aprendizagem ao longo da vida”*.

De janeiro a maio de 2015, foi convidada pelo Museu de Angra do Heroísmo, no âmbito do ciclo de conferências FalArte, com comunicações, sobre *“António Dacosta – iconografia e discurso”*, sobre *“Arte no feminino”*, *“Arte e Perceção”* e *“Ruturas e Aproximações na Arte”*. Nesse mesmo ano juntou todos os artigos da imprensa terceirense relacionados com António Dacosta e escreveu o livro, por encomenda da DRAC, *António Dacosta: Notícias da Ilha*. Formada em Psicologia de Arte no ano de 2016.



**O edifício dos Paços do
Concelho de Angra do
Heroísmo, considerado
o mais belo Palácio
Municipal dos Açores.
Nas suas salas
encontram-se peças de
inestimável valor histórico
e patrimonial.**

Assunção Melo



Angra do Heroísmo
CÂMARA MUNICIPAL